

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

a a a a a a a a a
a a a a a a a a a
a a a a a a a a a
p p p s s s p p p
p p p s B s p p p
p p p s s s p p p
p p p
p p p p p p

**Construir e DESCONSTRUIR a guerra em Portugal
(1568-98)**

Luís Costa e Sousa

Centro de Investigação de Segurança e Defesa
Julho de 2015

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Nota:

Todos os conteúdos (texto e imagens) desta publicação são da exclusiva responsabilidade do autor, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do Instituto de Estudos Superiores Militares.

Diretor

Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe M. Moniz Côrte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Albertos dos Santos Madureira

Tenente-Coronel Nuno Manuel Antunes Pires

Pré-paginação

Imaginário

Pré-revisão

José Oliveira

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: 213 002 100

Fax.: 213 002 179

E-mail: cisdi@iesm.pt

www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores

Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.

4200-259 PORTO

Tel: 225 205 005

e-mail: fronteirado caos@netcabo.pt

www.fronteirado caoseditores.pt

ISBN 978-989-99171-6-3

Depósito Legal 393676/15

Tiragem 350 exemplares

© Instituto de Estudos Superiores Militares, 2015

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRA PARTE: A GUERRA QUINHENTISTA	17
Capítulo I — Da pintura a óleo ao tiro da artilharia	19
1. Velaturas e perspectivas	21
2. A geometria da guerra	35
2.1 Da artilharia	39
2.2 Dos baluartes	46
2.3 Dos esquadrões	70
Companhias e terços	71
Batalhas e esquadrões	77
Capítulo II — A palavra, a imagem, e o som	103
1. A escrita da guerra	104
2. A imagem da guerra	109
3. O som da guerra	131
SEGUNDA PARTE: A «IDEIA» DE GUERRA NA ÉPOCA SEBÁSTICA	147
Capítulo I — A influência dos «lugares onde a guerra florescia»	149
Capítulo II — Escrever sobre a guerra em Portugal antes de 1578	181
1. A tradução do <i>Libro de Vallo</i>	186
1.1 Dedicatória a D. Duarte, duque de Guimarães	186
2.1 Reprodução parcial e imagens alteradas	189
2. O <i>Regimento de Guerra</i>	193
2.1 O autor	195
O primeiro capitão de Mazagão (1514-1517)	196
Do cerco de Mazagão a Alcácer Quibir	201
2.2 O conteúdo	202
Tabelas	202
Diagramas	212
A «gineta»	216
3. <i>Diálogo e discurso militar</i>	221
4. <i>O quarto livro das instruções militares</i>	226
4.1 Isidoro de Almeida	226
4.2 O cerco de Mazagão	229

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Operação de contra-bateria	232
Operações de contra-mina	233
Os assaltos	235
4.3 A estrutura e os textos contemporâneos	237
Capítulo III — Fazer a guerra em Portugal até 1578	245
1. O Sistema Ideal: «Cada coisa no seu lugar»	245
1.1 O lugar do esquadrão	246
1.2 O lugar das mangas	251
1.3 O lugar das alas	257
2. Preparar a guerra: O adestramento	262
2.1 Pressão militar: Da gestão à decisão	262
Etiópia (Abril de 1542)	262
Oriente (Out. 1542-1548 e Fev. 1568)	264
2.2 Os alardos (15??-1573)	269
Valença	273
Lisboa (1569-1571)	274
Alentejo e Algarve (1573)	276
2.3 A primeira jornada de África	
(Agosto-Outubro de 1574)	280
Quarta-feira (20 de Outubro)	283
Quinta-feira (21 de Outubro)	285
3. A guerra: Alcácer Quibir	287
3.1 O traçado de D. Sebastião	293
A formatura planeada	295
A ordem de marcha	298
3.2 A ordem de batalha de Francisco de Aldana	300
A primeira linha ou «vanguarda»	303
A segunda linha ou «batalha»	306
A terceira linha ou «retaguarda»	309
3.3 A batalha de Alcácer Quibir (4 Agosto de 1578)	311
O Início: Vanguarda	311
O meio: Batalha	314
O fim: Retaguarda	315

TERCEIRA PARTE

A GUERRA

«EN QUE MILITA NUESTRA NACIÓN ESPAÑOLA»	319
---	-----

Capítulo I — Escrever sobre a guerra

em Portugal depois de 1578	321
----------------------------	-----

1.O manuscrito <i>De re militari</i> (1588?)	325
1.1 A ligação espanhola: Valdés e Londoño	327
1.2 A ligação portuguesa:	
o <i>Regimento de Guerra</i> aumentado	332
2. <i>Tratado da Milícia</i> (1581-1589), <i>Avisos para Soldados</i> ,	

<i>Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia (1599-1622)</i>	338
3. <i>O Livro de Milícia (1593-1595)</i>	344
4. <i>Tratado do Provimto de Guerra (1596)</i>	347
5. <i>Anotações ao quarto livro das instruções militares (1597)</i>	351
1.5.1 O conteúdo	352
6. <i>Arte militar (1612)</i>	358
6.1 Luís Mendes de Vasconcelos	358
6.2 Textos de referências	360
Capítulo II — A imagem da «profissão das armas»	369
1. O vestuário e a armaria	370
2. A «gente de cavalo»	389
3. A «gente de pé»	398
4. Os «cargos militares»	417
4.1 O alferes	419
4.2 O sargento	423
4.3 O capitão	424
4.4. O coronel	425
4.5 O sargento-mor	426
Capítulo III — Fazer a guerra em Portugal depois de 1578	429
1. Portugueses contra espanhóis	430
1.1 A invasão de Portugal (Julho-Setembro de 1580)	431
Outão (19-24 de Julho)	435
O caminho de Lisboa (29 de Julho a 3 de Agosto)	441
A batalha de Alcântara (25 de Agosto de 1580)	446
1.2 As campanhas dos Açores (1581-1583)	458
A batalha da Salga (25 de Julho de 1581)	461
A conquista da ilha Terceira (Julho de 1583)	471
2. Reposicionar Portugal, entre a tutela e a autonomia	485
2.1 Tutela: o recrutamento no reino	486
Os ingleses e D. António (26 Maio a 8 Julho de 1589)	488
Os ingleses e o filho de D. António (1596)	491
2.2 Autonomia: a guerra no espaço colonial	497
Oriente	499
Angola	503
CONCLUSÃO	515
ABREVIATURAS	521
BIBLIOGRAFIA	523
NOTAS DAS TABELAS	547
ANEXO: Tratados «De re militari» (1520-1630)	551

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

NOTA À PRESENTE EDIÇÃO

Alguns anos atrás, o Doutor Francisco Domingues falou-me da «difícil arte de publicar uma tese». De facto, a conversão do trabalho de doutoramento em livro publicável foi um longo processo que me colocou, uma vez mais, perante a dialética entre teoria e prática. Afinal, esta é uma problemática que ocupa um lugar particularmente relevante no presente texto, mas tive a noção da dificuldade para *fazer* um livro que possui uma componente visual tão forte, quer em termos quantitativos como qualitativos.

Esta segunda edição pretendeu, precisamente, valorizar a componente iconográfica, em especial no que respeita à excepcional qualidade de muitas das imagens, muitas das quais não se encontram reproduzidas em conjunto. É ainda interessante referir que a repaginação resulta do cruzamento das Artes Plásticas e Arquitectura, o que constitui uma alusão contemporânea ao processo quinhentista descrito na primeira parte.

Resta-me agradecer, em primeiro lugar, ao Major-General Côrte-Real Andrade que aceitou e apoiou a presente reedição, ao Coronel Barreiros dos Santos e Comandante Madureira; ao Francisco Lança por quase um mês de trabalho em conjunto; à minha mãe, ao João e ao Miguel, que acompanharam de muito, muito perto todo o processo. E ao meu pai.

Carapinheira, 30 de Junho de 2015

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

PREFÁCIO

A obra «Construir e desconstruir a guerra em Portugal (1554-1598)», que agora vê a luz do dia e que corresponde à versão revista, melhorada e adaptada para fins editoriais da altamente classificada dissertação de doutoramento apresentada em 2013 por Luís Costa e Sousa à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, configura um contributo excepcionalmente importante para o conhecimento do século XVI português e, em particular, para o estudo da função estruturante da guerra ao longo da sua segunda metade, em particular durante o controverso reinado de D. Sebastião (1557-1578).

Com efeito, trata-se de um projeto extremamente ambicioso e com um elevado grau de dificuldade, uma vez que todo o estudo assenta num cruzamento raro de saberes, em que se conciliam de forma harmoniosa a arte militar propriamente dita, as artes visuais, a matemática, a geometria, a aritmética e a música – ou seja quase todas as disciplinas do velho *quadrivium* tardo-antigo e medieval. Provavelmente, nenhum historiador *tout court* conseguiria produzir um trabalho destes, e Luís Costa e Sousa apenas foi bem-sucedido porque soube conciliar a sua formação e experiência profissional de arquitecto com uma grande paixão pela história e um indiscutível talento para a investigação documental e a pesquisa bibliográfica. Graças a isso, oferece-nos neste livro um estudo profundamente original e interdisciplinar, tesouro raro nos nossos dias, apesar do muito que se fala em encontro de saberes e em ciência sem fronteiras.

Uma das resultantes da originalidade deste trabalho é o dossiê iconográfico soberbo que o acompanha, resultado de uma escolha

criterosa e orientada para um diálogo constante com o texto, com recurso a um rosário de gravuras extraídas de fontes muito variadas (portuguesas e estrangeiras), quase sempre comentadas pelo autor de forma bastante oportuna e pertinente. Este luxo imagético constitui o complemento ideal para um estudo bastante longo, panorâmico e sólido, servido por uma bibliografia exaustiva e por uma quantidade apreciável de fontes manuscritas e impressas, consultadas e ‘digeridas’ na sequência de um esforço ingente de muitos anos. Bem se pode dizer que, no fundo, este trabalho é a síntese de vários estudos que dariam – por si sós e tendo em conta os padrões académicos atuais – outras tantas dissertações de doutoramento!

Pessoalmente, considero especialmente feliz toda a segunda parte, dedicada à «ideia de guerra na época sebástica», em especial os capítulos em que Luís Costa e Sousa se ocupa da escrita da guerra em Portugal, território riquíssimo e muito revelador das influências internacionais que entre nós se faziam sentir no plano da arte militar. Nestes capítulos, o autor demonstra uma invulgar capacidade para investigar em diversos planos e com diversos tipos de fontes, gerindo muito bem um conjunto de informação heterogénea e por vezes controversa, sem nunca perder a lucidez e o sentido do seu objeto teórico principal. Cito, como exemplo, a averiguação que faz, com faro de detetive, acerca da figura de Martim Afonso de Melo, autor de um “Regimento da guerra” de cerca de 1570, que identifica – entre muitas outras personagens com o mesmo nome – como o provável «Jusarte», capitão de Ormuz entre 1535-1537 e 1538-1541.

Realço também a permanente preocupação do autor (não esqueçamos que é arquiteto de formação!) em sustentar uma visão integradora e diacrónica da sua análise, em dar perspectiva e profundidade às suas conclusões, fazendo constantes articulações entre, por um lado, o século XVI europeu (Portugal, Espanha, Itália, sobretudo, mas também França, Flandres, Inglaterra e Alemanha) e, por outro, a herança clássica e medieval, sem o conhecimento da qual a fisionomia da guerra renascentista não se compreende. Não é um caminho fácil, este, mas é o caminho necessário se quisermos renovar o nosso entendimento acerca do século XVI português, percurso em que a Faculdade de Letras de Lisboa, sob a orientação autorizada do Prof. Doutor Francisco Contente Domingues, se tem destacado nos últimos (largos) anos.

Do ponto de vista da arte militar *stricto sensu*, este estudo incide de forma especial em três temas chave: as fortificações, as formaturas (para parada, marcha ou combate) e o armamento, em especial a artilharia. Julgo que, sem menosprezar valências como o recrutamento, a estratégia ou a logística, aquelas seriam as áreas em

que a articulação, desejada pelo autor, entre texto e imagem poderiam ser mais fecundas. Neste contexto, compreende-se a especial atenção reservada ao aparecimento do «esquadrão» como sintoma da grande alteração da estrutura orgânica dos exércitos e como sinal de uma nova forma de fazer a guerra. Neste sentido, a análise da disposição das tropas (com o cálculo matemático que isso começava a exigir!) e da formação das mangas para articulação entre as forças de atiradores (munidos de arcabuz ou de mosquete) e os piqueiros («ao estilo suíço»), assim como o exame das manobras de grupo, como o célebre «caracol» em vaivém (que rentabilizava o tempo de recarga das armas de fogo e permitia manter a cadência de tiro), adquirem um destaque e um sabor muito especiais neste trabalho. Neste processo, Luís Costa e Sousa demonstra de forma inequívoca a força tremenda da imagem na teorização moderna da guerra (topografia, cartografia, desenho técnico), sendo de realçar o especial acolhimento que isso teve por parte da tratadística militar portuguesa, quando comparada, por exemplo, com a do reino vizinho, apesar de a Espanha configurar uma espécie de luminária da arte militar europeia de Quinhentos (em especial após a consolidação do modelo dos tercios, à entrada do segundo quartel do século XVI).

Importante me parece também o contributo que este livro fornece para um entendimento radicalmente distinto da política militar de D. Sebastião, rei (ainda) malquisto e que terá sido, ele próprio, autor de um escrito de arte militar. É extraordinário o esforço do monarca para renovar o aparelho militar português, modernizando-o pelos mais elevados padrões europeus, até porque o rei era primo do célebre duque Emanuel Felisberto I de Sabóia, que se encontrava ao serviço de Filipe II de Espanha... E é impressionante o entusiasmo do rei neste processo (produção legislativa abundante, organização de «companhias de ordenança», aquisição de grandes quantidades de armamento nos Países Baixos), apesar das resistências sociais e políticas e dos consequentes amargos de boca que tudo isso provocou.

É certo que a reforma militar sebástica não ficou completa e, de certa maneira, o desastre de Acácer Quibir (batalha em que Luís Costa e Sousa é um grande especialista) comprova isso mesmo, ao sugerir que o sistema não teve tempo para se consolidar e que a revolução – que tinha óbvias implicações políticas, em matéria de reforço do poder régio – não atingiu o grau de profundidade suficiente para tornar um exército ainda de matriz medieval numa máquina de guerra moderna, permanente e profissional. No entanto, e como recorda o autor no final da Conclusão deste estudo, o facto de os reis filipinos terem recuperado o essencial das reformas militares de D. Sebastião mostra que o malogrado monarca português não se tinha

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

enganado completamente quanto ao caminho a trilhar...

Em síntese, estamos perante um dos mais belos e originais livros sobre arte militar que se publicaram em língua portuguesa nos últimos anos. Vale a pena conhecê-lo, tanto mais que é servido por uma escrita bastante agradável e até com uma certa nota de humor, para conhecermos melhor o Portugal de Quinhentos; num cenário alargado (Continente, Ilhas atlânticas, África, Oriente e Brasil) e pela mão de uma constelação de fontes verdadeiramente rara, o que empresta um brilho inigualável a este estudo.

Cernache, Fevereiro de 2015
João Gouveia Monteiro
(Universidade de Coimbra)

INTRODUÇÃO

Faz quase uma década que publiquei a tese de mestrado sobre a guerra em Portugal na segunda metade do século XVI, com o título «A Arte na Guerra: A arquitectura dos campos de batalha no Portugal quinhentista». O trabalho explorou a ligação da Arte Renascentista com a guerra, uma perspectiva em aberto na historiografia nacional, tendo como principal base de estudo a batalha mais conhecida do século XVI português, Alcácer Quibir. Contudo, sendo este um período histórico fértil em actividade militar, é evidente que existe uma enorme lacuna no que respeita a estudos sobre as numerosas acções de guerra que tiveram lugar na vasta geografia do espaço colonial português. Esta ficou, portanto, uma das pistas em aberto para um futuro desenvolvimento, juntamente com outra não menos importante: a tratadística militar portuguesa. Poucos historiadores se debruçaram sobre este tema, e não existe nenhum estudo minimamente sistemático e abrangente sobre esta escrita. A arquitectura militar, ao contrário, tem sido o objecto preferencial de estudo, apesar de uma evidência: o maior volume da produção da tratadística europeia no século XVI dedicou-se ao tema da «milícia», e não à fortificação. Por fim, a publicação da tese suscitou uma primeira aproximação ao estudo da imagem dos soldados portugueses neste período, e desde logo um dos membros do júri do mestrado, o Doutor Vítor Serrão, me fez notar que este seria outro tema com enorme potencial.

Destas três pistas, foi a escrita que imediatamente me pareceu a mais promissora. Pela primeira análise sucinta ao «Regimento de Guerra» de Martim Afonso de Melo, praticamente ignorado pela historiografia, era claro que se tratava de uma peça fundamental no pa-

norama da escrita de guerra portuguesa de Quinhentos. Tive ainda a oportunidade de avaliar quatro outros textos *De re militari* já sinalizados na BNP, mas praticamente desconhecidos. Esta quantidade de material, inédito do ponto de vista de uma análise detalhada, era mais que suficiente para estruturar um novo trabalho de investigação. O intervalo cronológico ficou inicialmente balizado pelos dois únicos tratados portugueses levados ao prelo, «O Quarto Livro das Instruções Militares», de Isidoro de Almeida (1573), e a «Arte Militar», de Luís Mendes de Vasconcelos (1612). Evidentemente que não pretendi delimitar uma fronteira estanque, até porque a datação dos manuscritos é, na sua maioria, discutível. De facto, decidi enquadrar a época de dois reinados malquistos, o de D. Sebastião e Filipe I de Portugal (1568-1598), incluindo o breve período de D António. Esta foi uma época de crises tremendas, e por isso extremamente rica e polémica, feita de transições, fracturas e continuidades — um aliante objecto de estudo, portanto.

O trabalho estrutura-se em três grandes temas: a caracterização da guerra, a escrita da guerra e a prática militar. Na primeira parte desenvolvem-se as características da guerra na Europa do século XVI, na continuidade do anterior trabalho, portanto desenvolvendo a ligação. Procurei contemplar um leque disciplinar tão vasto quanto possível, integrando pintura, arquitectura, música, cujo denominador comum é o papel transversal desempenhado pela matemática e geometria. O protagonismo que a vertente teórica do conhecimento militar ocupou ao longo da investigação tornou necessário relacionar a escrita da guerra nacional com a vasta produção estrangeira. Para tal, logo no início do trabalho foi necessário elaborar uma listagem de tratados europeus (cujo intervalo cronológico agora se inicia em 1521), enquadrando a escrita militar no universo da arquitectura e da fortificação. A escrita e a prática militares desenvolvem-se em dois grandes períodos, articulados em torno da batalha de Alcácer Quibir. O primeiro período contempla o reinado de D. Sebastião e o segundo abarca duas décadas do pós-1578. A teoria e prática militar são abordadas em cada um destes períodos. Nos capítulos dedicados à teoria militar analisam-se as fontes manuscritas e impressas, e em relação à prática da guerra procura-se estudar os casos em que seja possível identificar com clareza a ordem de batalha das tropas, como em Alcácer Quibir na batalha de Alcântara, nos ataques aos Açores entre 1581 e 1583 e em várias acções de guerra em África e no Oriente.

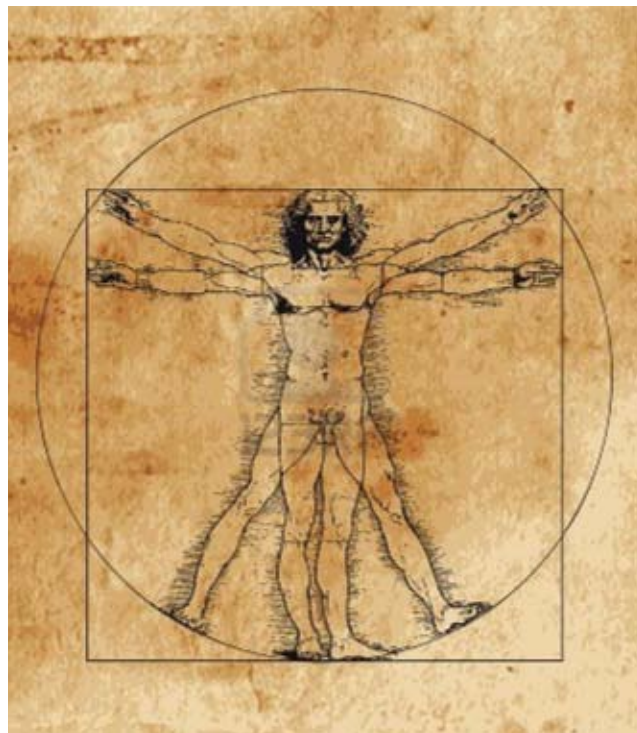
O presente texto resulta da Tese de Doutoramento defendida na Universidade de Lisboa a 11 de Julho de 2013. As diversas sugestões dos membros do Júri levaram a uma completa revisão do texto. Embora a escolha do título inicial fosse particularmente feliz (graças

à sugestão do Doutor Vítor Serrão), resolvi alterá-lo com a intenção de sublinhar o carácter construtivo da guerra de quinhentos, e formalizar uma continuidade com o trabalho de mestrado. A investigação em curso permitiu seleccionar novo material gráfico, sobretudo de origem portuguesa, e finalmente reduziram-se drasticamente notas de rodapé e integraram-se as muitas transcrições... para facilitar a digestão.

Registo o meu agradecimento pela presente publicação: O General Carlos Branco e Coronel Barreiros do Santos do IESM, entidade que tomou a cargo a publicação; ao General Sousa Pinto da CPHM, que logo na prova de doutoramento manifestou disponibilidade para apoiar a edição, ao Major General Carvalho dos Santos da DGHM, e em especial à FCB pelo substancial contributo financeiro que permitiu adquirir um lote significativo de imagens. Registo ainda a amável cedência de precioso material iconográfico do Museu Biblioteca do Palácio Ducal de Vila Viçosa (FCB), CNAV e MNSC, Patrimonio Nacional do México, Colecção Berardo, Exm^a. Sr^a Lilian Stock da Cunha, Doutor Arquitecto Jorge Correia, Comandante Augusto Salgado, Archaeological Museum of Goa (Archeological Survey of India), Commission Marocaine d'Histoire Militaire. Uma palavra de reconhecimento ao meu caro amigo Doutor João Gouveia Monteiro pela disponibilidade para escrever o prefácio, e renovo um agradecimento especial aos meus caros orientadores e amigos, Doutor Francisco Contente Domingues e Doutor Vítor Serrão, e a todos os que contribuíram para o trabalho: o Doutor José Horta, Doutora Maria João Quintans, Doutor Luís Falcão Fonseca, o Exm^o Sr. Cónego Marim, João Vaz, e aos funcionários da BNP e BNA, e ao José Oliveira pela revisão – verdadeiramente profissional – do texto. Por fim à família, Ana, João e Miguel, mas sobretudo à minha mãe e em especial ao meu pai, amigo e companheiro sempre presente.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

PRIMEIRA PARTE
A GUERRA QUINHENTISTA



CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Capítulo I

DA PINTURA A ÓLEO AO TIRO DA ARTILHARIA

Aspecto mais conhecido e menos polémico da chamada «revolução militar» que coincidiu com a expansão europeia (séculos XVI a XVIII), a arte de projectar e executar fortificações implica, com efeito, um conjunto de meios materiais e de instrumentos mentais ausentes na época medieval, entre os quais avultam novos modos de representar o espaço, ligados por exemplo ao desenvolvimento da cartografia e da ciência modernas.⁶²

Mais do que a definição do papel a desempenhar pelo arquitecto ou pelo engenheiro militar, interessa-nos a extensão do âmbito da intervenção destes dois protagonistas emergentes, cujas competências estão ainda hoje sujeitas a flutuações no plano da Arquitectura civil. O conhecimento que transita entre uma e outra área de intervenção enriqueceu o conteúdo daquilo que se entendia por engenharia militar, lançando pontes entre a guerra e a actividade que hoje designamos como artística. De facto, a guerra não foi um assunto apenas de militares mas também de homens das artes, e na segunda metade de Quinhentos confrontamo-nos com diversas situações que atestam o interesse dos arquitectos pela guerra. Andrea Palladio escreveu sobre o assunto e foi requisitado como conselheiro militar do duque de Sabóia; Isidoro de Almeida projectou edificios tanto civis como militares, participou na defesa da Mazagão em 1562 e dedicou-se à escrita da arquitectura e da guerra; o arquitecto Filippo Terzi esteve com D. Sebastião em Marrocos, onde orientou trabalhos de fortificação e dirigiu o tiro dos canhões durante a batalha de Alcácer Quibir. Em resumo, a sobreposição da Arte com a guerra é um dado adquirido. Contudo, importa isolar os aspectos objectivos que transitaram entre uma e a outra, e qual o *medium* que favoreceu essa intersecção.

A par com a crescente importância do armamento pirobalístico, o século XVI trouxe profundas alterações na organização táctica dos soldados. Este é o axioma que domina, de uma forma que diríamos quase invariável, a maioria dos trabalhos que têm vindo a

⁶² Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, v. 2, Lisboa, IPPAR, 2003, p. 91.

ser escritos sobre a guerra no período do Renascimento europeu. O novo conhecimento militar que então surgia, dominado por um «corpo permanente de especialistas na arte de edificar», influenciou a própria Arquitectura civil, dotando-a de um aspecto militarizado que podemos aperceber nas tipologias das igrejas-salão portuguesas de meados de Quinhentos. Mas o processo inverso também foi uma realidade, pois na génese das alterações surgidas na guerra da Idade Moderna não estiveram apenas factores de carácter militar. O conhecimento dito artístico, como a Arquitectura ou mesmo a Pintura e a Escultura, foram co-responsáveis pela forma das fortificações da Época Moderna.

A «Revolução Militar» a que se faz menção na transcrição do início deste capítulo teve lugar a partir de meados do século xv e estendeu-se por todo o século xvi. Este movimento que a historiografia caracteriza como inovador em diversos planos, nomeadamente com a invenção do sistema de fortificação abaluartado, centrou-se em primeiro lugar nas alterações que inegavelmente tiveram lugar no contexto da tecnologia aplicada à actividade militar — a problemática relacionada com a vulgarização do uso da artilharia e armas de fogo portáteis. E sem dúvida que as inovações tecnológicas alteraram profundamente a face do campo de batalha desde meados de Quatrocentos. Desde o historiador inglês Charles Oman, que classificava o século xvi como um dos mais desinteressantes períodos da história militar, progrediu-se de forma decisiva para a Revolução Militar de Michael Roberts, nos anos 50 do século passado, que Geoffrey Parker aprofundou nos anos 80 e uma década depois David Eltis reequacionou. A componente tecnológica foi sobejamente sublinhada, mas, apesar do seu evidente impacto na guerra, John Hale introduziu definitivamente a componente estética no universo militar quinhentista, elemento crucial para um completo entendimento da guerra na Idade Moderna. Mas quando a nossa vivência quotidiana se alicerça num infundável rol de apetrechos tecnológicos, torna-se difícil avaliar a utilidade daquilo que hoje definimos como um formalismo ou exercício de gosto limitado a determinada época histórica. Este preconceito é tanto mais redutor quanto nos inibe de apreciar conceitos estéticos numa actividade considerada essencialmente utilitária, e portanto a presença da *Arte* na guerra tem sido entendida como marginal, e não como implícita no funcionamento da máquina militar.

Contudo, a prática bélica do século xvi possuiu uma inegável qualidade estética, cujo percurso é compatível com aquele trilhado pelas artes em geral. Durante o século xvi a disposição física das tropas no terreno obedecia a regras bem precisas. Os agrupamentos de soldados que hoje se designam por unidades tácticas — os «esqua-

drões» segundo a terminologia utilizada na época — organizavam-se em formaturas com configurações geométricas, cuja forma influenciava efectivamente o seu desempenho militar. A definição actual de táctica, ou seja, o posicionamento inicial e as medidas tomadas no decurso da acção⁶³, tem presente a compreensão de que na guerra coexistem tanto uma componente científica — os meios em jogo, o conhecimento dos factores humanos e técnicos — como outra, de índole mais subjectiva, que decorre do clima de incerteza que caracteriza a própria guerra. Mas na acepção clássica do termo — colocar as tropas em *ordem* — se encontra-se explícita a referência a uma componente estética da guerra. Mesmo hoje, quando falamos de uma disposição de soldados em batalha ou em parada, referimo-nos a *formaturas* militares, e este conceito — «a disposição ordenada de tropas», na definição quinhentista — demonstra até que ponto se encontra enraizada uma noção de ordem associada a uma determinada forma que é construída segundo regras geométricas. A importância da geometria no âmbito da actividade militar remete-nos, portanto, para o processo de concepção artística, desde a relação entre formas geometrizadas até à utilização dos novos processos de representação gráfica. O ponto de partida para o nosso trabalho é, precisamente, objectivar a relação entre a guerra e a Arte; ou seja, uma abordagem construtiva da teoria e prática militar no século XVI.

Até que ponto será possível sobrepor uma leitura alternativa sobre os aspectos sociais, económicos, históricos, tecnológicos, implícitos na evolução militar? Porém, a verdade é que uma abordagem estritamente tecnológica da guerra não explica plenamente o carácter formalista do campo de batalha quinhentista. O Renascimento foi uma época de obsessão em relação à herança cultural da Antiguidade greco-romana, mas também pela imposição de estruturas geométricas e matemáticas nas mais diversas situações e disciplinas do conhecimento. No fundo, tratou-se de mais uma tentativa de entender o mundo, e de facto a alteração da percepção do espaço físico que o rodeava também desempenhou um papel fundamental na evolução militar de Quinhentos.

1. Velaturas e perspectivas

A pintura do último quartel do século XIV já demonstrava uma inequívoca preocupação com a expressão dos vários planos visuais. Os ensaios de Giotto (1267-1337) em Florença, Duccio di Buoninsegna (1255-1319) ou os irmãos Lorenzetti, da Escola de Siena, foram a evidência de uma primeira aproximação à perspectiva, embora o

⁶³ «Les dispositions prises par un commandant en vue du combat et ses mesures en cours d'action» (André Corvisier, *Dictionnaire d'Art et d'Histoire Militaires*, Paris, PUF, 1988, p. 816).

domínio de uma representação rigorosa dos objectos tridimensionais no espaço bidimensional fosse ainda conseguido de uma forma essencialmente empírica. Todavia, parece inegável que estamos perante uma alternativa à anterior percepção da envolvente física característica da Alta Idade Média (**figura 1**).

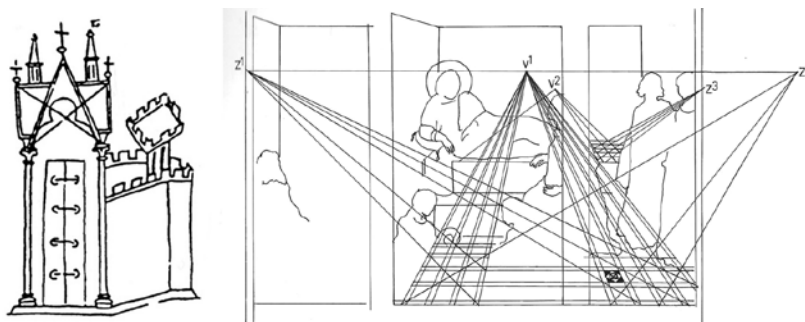


Figura 1 – Perspectiva inversa e perspectiva de pontos de fuga

Fonte: Villard de Honnecourt (c. 1220-1240) e análise do *Nascimento da Virgem* de Pietro Lorenzetti (1342) segundo Martin Kemp

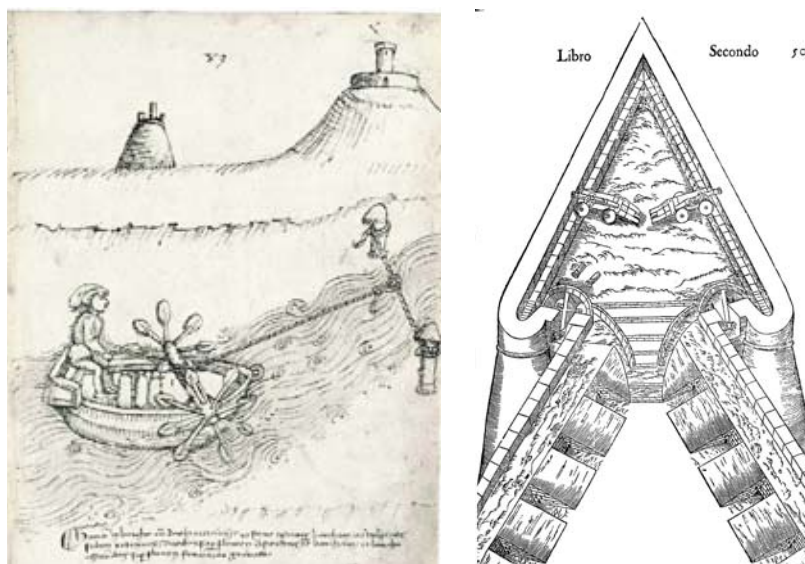


Figura 2 – Perspectiva militar

Fonte: Desenho de Mariano Taccola (c. 1414-1449) e gravura de Girolamo Maggi (1564)

A representação tridimensional da realidade pela perspectiva sem pontos de fuga, que no século XIX (1822) Farish codificou com a designação de «perspectiva isométrica», era conhecida desde a Antiguidade e utilizada nos tratados sobre geometria prática. As representações gráficas dos chamados tratados tecnológicos — códices com desenhos de engenhos e máquinas — enquadram-se em dois tipos de representação: as plantas e as perspectivas isométricas (figura 2).

O desenho era, de facto, o meio mais adequado à transmissão deste conhecimento eminentemente prático; deviam por isso cumprir a função de representação e, ao mesmo tempo, proporcionar uma medição rigorosa. Esta necessidade foi sentida com especial acuidade durante o Renascimento e favoreceu a disseminação de um sistema gráfico rápido e prático que não introduzisse distorções na Giovanni Battista Sangallo, irmão de António Sangallo — o provável inventor do baluarte angular — ocupava-se de trabalhos de medição e levantamento territorial, e foi da colaboração entre os dois que nasceram alguns dos mais importantes protótipos de fortificação moderna, em especial o modelo do baluarte angular. Girolamo Maggi, tratadista muito divulgado em meados do século XVI, empregou exclusivamente a representação em projecção cilíndrica no seu tratado sobre fortificação (**figura 2**) e, mais do que isso, distinguiu-a da perspectiva de pontos de fuga — projecção cónica dos pintores — designando-a por «prospettiva soldatesca». O ponto de vista do observador, situado acima do tema representado, era particularmente útil na representação das propostas de fortificação permitindo a observação da planimetria do objecto. De facto, este sistema de projecção é ainda hoje designado por «perspectiva militar».

Um passo crucial no sentido de formalizar na tela o conceito da tridimensionalidade, não só como visão espacial mas também na definição de novos métodos objectivos para o representar, foi dado nos Países Baixos a partir do fim da primeira década de Quatrocentos pelos irmãos van Eyck. O mais novo dos dois, João de Bruges (1395-1441), desenvolveu o processo da pintura a óleo aplicado à tela, mas as raízes desta técnica permitem-nos recuar largas centenas de anos⁶⁴. A técnica envolvia uma lenta elaboração do tom pretendido, sobrepondo uma grande quantidade de camadas de tinta com grande transparência⁶⁵. O tempo de secagem era mais demorado que a têmpera, facilitando a mistura de cores, a sobreposição das

⁶⁴ A primeira referência conhecida à tinta de óleo encontra-se no texto de Heraclio (século VII). A qualidade do verniz utilizado parece constituir um aspecto — senão o aspecto — mais relevante, em cuja preparação se encontram aplicados os princípios da destilação dos alquimistas muçulmanos mas também de Albertus Magnus, Roger Bacon, Arnaldo Villa Nova e Raimond Lull (Teophilus, *An Essay upon Various Arts*, trad. Robert Hendrie, John Murray, Londres, 1847, p. xxxiii).

⁶⁵ «As primeiras camadas de tinta dão um tom médio, esboçam o eventual claro-escuro e asseguram a densidade de base [...] Depois há, de um modo quase geral, um jogo de camadas translúcidas que rematam a obra. Talvez aqui se trate de velaturas; e para que este termo não crie confusões, esclareça-se que estas camadas não são, de modo algum, retoques, correcções, mas parte integrante do processo de conjunto, previstos *ab initio*, como um processo técnico normal para obter um tom, uma transparência, uma densidade bem determinada. São, por fim, também elas, modeladas até atingir, em determinadas zonas de sombra, uma espessura razoável, exigida pela dificuldade em obter tons escuros com uma matéria translúcida.» (Albert Châtelet, *Van Eyck*, Lisboa, Editorial o Livro, 1979.)

sucessivas camadas e uma eventual — mas sempre comum — interrupção do trabalho. Era também possível trabalhar tanto sobre um suporte húmido como seco. Por outro lado, o resultado da aplicação do verniz conferia um aspecto lustroso que se comportava favoravelmente quando comparado com a opacidade da pintura de têmpera, mantendo em grande medida a pureza original das cores. Esta tecnologia, aperfeiçoada por experimentação no universo restrito do estúdio, consistiu essencialmente num trabalho oficinal, ainda com um forte cunho corporativo de cariz medievo, porque restrito a um grupo profissional. Porém, foi escapando progressivamente dos limites corporativos ou familiares.

A técnica da pintura a óleo teria aparecido em Itália em meados de Quatrocentos, provavelmente disseminada a partir de Nápoles. Sob o patrocínio do notável monarca Afonso V de Aragão (1394-1458), que então tutelava Nápoles, juntaram-se artistas provenientes da Península Ibérica, Sicília, Borgonha, Provença e Flandres⁶⁶, entre os quais se encontravam duas figuras cruciais da pintura italiana do século xv, Niccolò Antonio Colantonio (1420-?) e Antonello de Messina (1430-79). Colantonio, com quem Messina terá aprendido a respectiva técnica enquanto permaneceu em Nápoles desde 1546, foi um dos primeiros italianos influenciados pela técnica da pintura da escola flamenga⁶⁷. O eclectismo das influências que absorveu transcendeu os traços evidentes da técnica flamenga, reflectindo a própria natureza cosmopolita da cidade de Nápoles. Em 1474 encontrava-se em Veneza — no ponto alto da sua carreira —, onde trabalhou na prestigiada oficina da família Bellini. Foi aqui que divulgou com grande sucesso uma síntese entre o nórdico e o mediterrânico, combinando uma percepção geometrizarante do espaço de índole italianizante e uma atenção marcadamente flamenga ao detalhe. No final, Antonello estabeleceu a ponte entre duas regiões geográficas determinantes na arte de Quatrocentos e Quinhentos⁶⁸.

O aparecimento deste método de representação envolveu mais do que o domínio da preparação física de materiais. Uma das bases fundamentais da teoria da perspectiva relaciona-se com a constata-

⁶⁶ Os intervenientes nas guerras de Nápoles (1494-1559) são prova desta confluência: França, Espanha, Sacro Império Romano-Germânico, Inglaterra, República de Veneza, os Estados Pontifícios e várias cidades-Estado italianas.

⁶⁷ Colantonio, contemporâneo de René de Anjou, terá aprendido a técnica do óleo com o flamengo Bartolomeu d'Eyck, que também esteve em Nápoles por volta do ano de 1440.

⁶⁸ Como se sabe, as obras flamengas foram objecto de grande divulgação por toda a Europa durante o século xv. A propagação de uma «maneira da Borgonha» como modelo de esplendor entre os príncipes de Europa constituiu um dos elos entre os mundos medievo e do Renascimento. Jan van Eyck trabalhou na corte de Carlos o Temerário, e peças provenientes da Flandres foram encomendadas a outros artistas flamengos como Hugo van der Goes, Hans Memling ou Rogier van der Weyden.

ção de que a dimensão de um objecto diminui em função do aumento da distância ao observador. Esta situação pode ser ilustrada com o exemplo clássico dos carris de uma linha férrea que aparentemente vão convergir no horizonte. A raiz deste mecanismo encontra-se na teoria das projecções cónicas, um fenómeno cujo fundamento teórico recua aos estudos de óptica da Antiguidade⁶⁹. Na Grécia antiga, a Óptica era considerada como um ramo da Matemática. O matemático e astrónomo Gemino de Rodes (10 a.C.-60 d.C.) entendia que o método para determinar as proporções dos objectos usado na arquitectura e artes figurativas, designado por *skenographia*, fazia parte da óptica. O conceito que se lhe encontra subjacente foi mais tarde repescado por Vitruvius, estendendo o conceito a um método de desenho arquitectónico aplicado à construção de teatros. Durante a Idade Média já se designava o fenómeno da óptica por «perspectiva», mas ainda não se tinha desenvolvido uma relação directa entre a teoria da visão e a representação gráfica. De acordo com a teoria que prevalecia desde a Antiguidade, supunha-se que os objectos emanavam raios visuais que se desenvolviam na direcção do observador, segundo o chamado triângulo visual; a imagem observada ocuparia a base da figura geométrica e o vértice situar-se-ia centrado no próprio observador, e chegava ao globo ocular tanto mais reduzida quanto maior a distância que a separaria do objecto (**figura 3**).

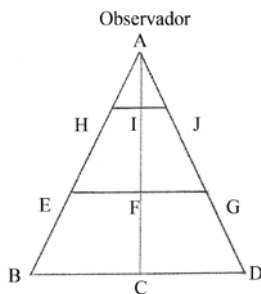


Figura 3 – Semelhança de triângulos

Um triângulo com o vértice em A e base paralela a CD é proporcional, qualquer que seja a sua altura (AI, AF ou AC)

Fonte: esquema do autor

Esta mecânica não é mais do que o princípio euclidiano da semelhança de triângulos — os três ângulos do triângulo são orde-

⁶⁹ Não deixa de ser curioso notar que as noções de óptica que prevaleceram na Europa medieval se apoiavam sobretudo na leitura que os Muçulmanos fizeram dos autores clássicos. O primeiro trabalho conhecido dedicado a este tema foi a *Optica* de Euclides (300 a.C.), retomado por Tito Lucrécio Caro (c. 50 d.C.), Ptolomeu (c.140 d.C.) e Galeno (c.175 d.C.). Os Muçulmanos, uma vez mais, acolheram a cultura da Antiguidade clássica. Abu Ali Hassan ibn al Haitham (965-1040 d.C.), conhecido entre os Cristãos como Alhacen, escreveu o *Kitab al-manazir*, ou seja, *O livro da óptica*, que assentou sobre aqueles três textos romanos. O livro chegou à Europa por volta do século XII, rebaptizado com o sugestivo título *De aspectibus* ou *De perspectiva*, adaptado por Roger Bacon (1269), John Pecham (1270) e Biagio Pelacani (1390). Os estudos sobre óptica foram designados, desde então, por *perspectiva communis* ou *perspectiva naturalis*, derivado do título com que os Ocidentais rebaptizaram o livro de Alhacen.

nadadamente congruentes, e os seus lados homólogos proporcionais. Assim, o objecto observado diminuía de tamanho de acordo com o postulado pela teoria da semelhança de triângulos⁷⁰; se a distância do objecto diminui de C para F, a imagem irá também diminuir proporcionalmente, de BCD para EFG. O processo continuará até a imagem se introduzir no globo ocular e ser finalmente apreendida pelo observador. Portanto, a perspectiva era entendida como uma derivação da Geometria euclidiana. Contudo, um problema fundamental persistia. Para Euclides, linhas paralelas colocadas a diferentes distâncias do observador não seriam vistas em proporção com as distâncias a que se encontram. Faltou-lhe determinar o coeficiente de redução do objecto em função da distância ao observador. Apenas no século xv Piero della Francesca apresentou a demonstração de como a dimensão de um objecto diminui para o observador proporcionalmente em função da distância que os separa (**figura 4**).

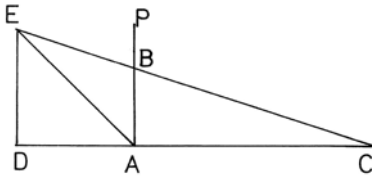


Figura 4 – Sistema de redução proporcional, Piero della Francesca

E (ponto de vista), C (objecto atrás do plano da tela), PA (plano da tela):
 $DC:AC = ED:BA$

Fonte: Esquema do autor

Acreditava-se que o processo fisiológico pelo qual a imagem era capturada na retina seguia o mesmo processo que o reflexo de um objecto num espelho. Esta ciência, designada pelo nome de Catóptrica, assentava novamente sobre uma base euclidiana. Durante a Idade Média foi objecto de renovado interesse em resultado de circunstâncias particulares do Cristianismo, provavelmente ligado à prática da veneração das relíquias. A descoberta fundamental para a compreensão deste processo prende-se com um facto científico objectivo, hoje por demais conhecido, de que o ângulo de incidência é igual ao ângulo de reflexão. A partir desta regra básica extrapolou-se que um raio de luz incidindo perpendicularmente sobre a superfície do espelho se reflectia segundo a mesma perpendicular. Este raio, designado como *axis perpendiculares*, beneficiava de uma maior nitidez relativamente às restantes linhas visuais reflectidas em função de outros ângulos, corolário fundamental para a invenção do sistema de perspectiva.

É ao ourives e escultor Filippo Brunelleschi que se atribuiu, na primeira metade de Quatrocentos, a invenção do método de representação designado por *perspectiva artificialis*. O texto de Giorgio

⁷⁰ Se uma linha recta intersecta dois lados de um triângulo, e sendo paralela a um dos seus lados, então o triângulo maior é proporcional ao triângulo menor, e tem o mesmo ângulo de abertura.

Vasari⁷¹ dá-nos conta da estreita ligação entre Toscanelli e Brunelleschi, e desta relação pode bem ter surgido o desenvolvimento da perspectiva a partir de uma aplicação prática dos princípios da óptica. A descoberta crucial foi a definição do ponto de fuga, ou seja, a ilusão de que duas linhas paralelas convergem num ponto específico situado na linha do horizonte. Brunelleschi ensaiou o método em Florença no ano de 1425. Mais do que uma demonstração pública, o ensaio destinou-se a comprovar o rigor do método que havia inventado. A crer na descrição de Antonio Manetti⁷², foram executados dois painéis — hoje perdidos — pintados de acordo com os princípios da perspectiva. O primeiro descrevia o edifício do Baptistério, e no segundo constava a imagem do Palácio Velho construída em perspectiva. A montagem desta exposição era relativamente simples. O observador tinha na sua frente as costas do painel pintado; no lado oposto estava a representação do objecto com a face virada para um espelho. Por um orifício no painel, o observador via o reflexo da imagem do Baptistério (ou do Palácio) sobrepondo-se ao edifício real (figura 5).

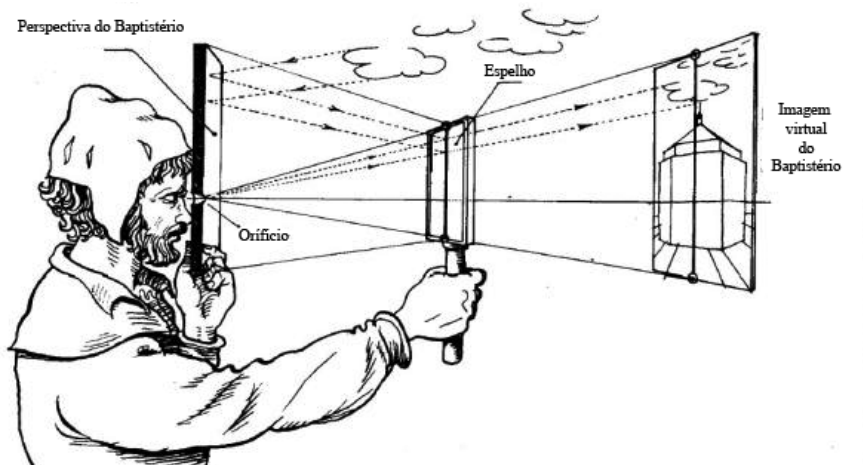


Figura 5 – A demonstração de Brunelleschi

Fonte: Esquema do autor

Sem a análise dos dois painéis não é possível mais do que tentar adivinhar qual o método usado por Brunelleschi, mas a codificação teórica do processo foi feita por Alberti nos seus textos *Elementa Picturae* e *De Pictura*⁷³. Como se sabe, este humanista de

⁷¹ Giorgio Vasari, *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori*, Florença, Lorenzo Torrentino, 1550.

⁷² Antonio Manetti, *Vita di Filippo Brunelleschi*, c. 1480.

⁷³ O título do *Elementa picturae* remete-nos para o *Elementa* de Euclides, peça fundamental dos estudos sobre óptica que constituiu a principal referência utilizada du-

Quatrocentos escreveu o primeiro tratado dedicado exclusivamente à arquitectura desde a Antiguidade, no qual expôs uma teoria livre de concepções escolásticas. Não pretendemos repetir a biografia de Leon Battista Alberti, mas interessa referir que terá estudado Latim, Retórica, Filosofia e Poética, completando esta formação na Universidade de Bolonha, onde estudou ainda Matemática e Física. Para além disso, sendo membro de uma família de poderosos mercadores e banqueiros, não pertencia ao meio das guildas, o que lhe permitiu absorver descomprometidamente as novas ideias que surgiam durante o período de final do século xv.

No seu tratado sobre pintura, Alberti dedicou-se à teorização dos princípios que haviam já sido formulados por Brunelleschi. O processo de percepção desenvolvia-se de acordo com as noções euclidianas do triângulo visual, portanto no domínio da Óptica tal como desenvolvida por Alhacen. Contudo, Alberti demonstrou uma inegável ligação directa à tradição clássica, como se pode concluir da utilização das expressões latinas envolvendo conceitos geométricos, como as palavras *punctus*, *linea*, *superficies*. Por outro lado, a intenção subjacente a toda a exposição era sobretudo prática, recorrendo tanto a noções euclidianas como a analogias fruto do senso comum; por exemplo, uma superfície côncava era comparada com o interior da casca do ovo. Ou seja, Alberti pretendeu oferecer aos pintores regras geométricas concretas, de alguma forma em oposição à abstracção implícita em Euclides e outros géometras da Antiguidade. Encontrava-se portanto próximo de Brunelleschi, com quem partilharia uma abordagem que não destinaria apenas a uma reflexão meramente especulativa, mas sim como construção de um processo operativo fundamentalmente prático.

Na base teórica do sistema encontrava-se a noção de intersecção da pirâmide visual com o plano da tela, esta situada entre o objecto e o pintor. A figura resultante da intersecção obedecia, como vimos, às leis euclidianas da proporcionalidade entre triângulos; portanto o cerne residia não tanto nas dimensões relativas dos objectos mas sim na proporcionalidade entre as partes — princípio numérico com origem na Matemática. No centro da pirâmide visual encontramos o raio cêntrico EG, designado por Alberti por «príncipe dos raios visuais», que correspondia à linha de reflexão primordial da teoria de reflexão dos espelhos. O raio cêntrico era um elemento fundamental do sistema da perspectiva cónica, partindo do globo ocular para intersectar perpendicularmente a superfície de projecção, conferindo a máxima capacidade de transmitir os detalhes do objecto ao observador. A base teórica do método descrito por Alberti assentava assim

rante toda a Idade Média.

numa adaptação da abordagem medieval à teoria da Óptica. Porém, o seu objectivo não seria desenvolver uma teoria da visão mas sim sistematizar uma descrição gráfica rigorosa da realidade observada (figura 6).

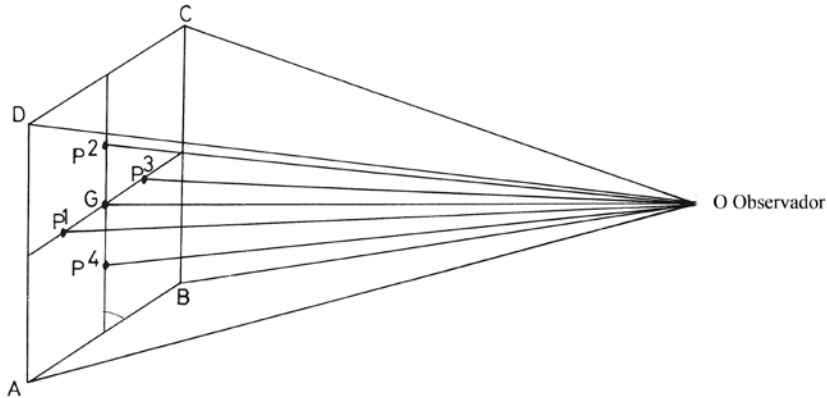


Figura 6 – A pirâmide visual

ABCD: Plano visual; GO: Raio cêntrico; G: Ponto Convergência

Fonte: esquema do autor

Embora o Homem da Renascença se preocupasse tanto com a salvação da alma como o homem da Idade Média, a estrutura subjacente à execução da obra reequacionou a posição do respectivo autor. Acreditando-se que o suporte normativo — geométrico ou matemático — se constituía como uma emanção da Ordem Divina, o artista podia não só aperceber esta estrutura universal mas também manipulá-la. A carga normativa que servia de suporte à construção de uma pintura ou de um edifício ofereceria a garantia de que o público se encontraria perante um fragmento do Divino que lhe era perfeitamente inteligível. Alberti contruiu uma analogia, a «história», cuja narrativa era transmitida pelo «introducer» que, cruzando o olhar com o espectador, estabelecia uma ligação directa.

A tela desempenhava o papel de uma janela através da qual se observava o mundo exterior. Começava-se por estabelecer os limites do plano de representação. Em seguida, estabelecia-se uma escala de proporções cuja referência era o corpo humano, de acordo com a tradição pitagórica, relacionando as dimensões físicas da *janela* com a figura humana. Tripartia-se então o espaço em segmentos, cada um com a dimensão de um braço⁷⁴. A medida de cada um destes

⁷⁴ A unidade métrica utilizada pelos florentinos, o *braccio*, tinha 58,36 cm. O *braccio* deriva da medição do suposto túmulo de Cristo em Jerusalém, cujo quantitativo o

segmentos serviria como padrão para dividir a base da *janela* — a tela — em novos segmentos com a mesma métrica. A quadrícula resultante constituía a base onde se executava uma representação proporcionada de um qualquer objecto, inserido num espaço geometricamente organizado. Esta construção, designada *costruzione legittima*, dividia-se em duas fases distintas, a primeira para determinar o ponto de fuga (**figura 7**), segunda para definir o ponto de vista (**figura 8**).

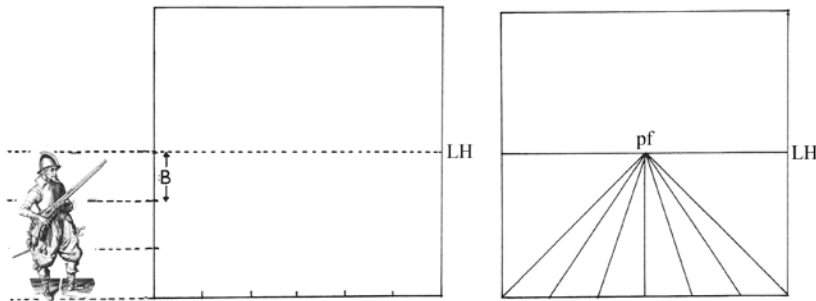


Figura 7 – O método da perspectiva: determinar o ponto de fuga (pf)

Fonte: Esquema do autor

Depois de definir os limites da tela, introduz-se a figura humana na base do limite inferior da tela e traça-se sobre a cabeça a linha do horizonte LH;

Divide-se a figura humana em três partes, e com esta medida (B) divide-se a base do quadro (em braços)

Introduz-se na linha do horizonte o ponto de fuga (pf), a partir do qual se traçam as linhas ortogonais do pavimento, unindo-a aos pontos na base da tela;

É ainda hoje motivo de debate qual seria a base teórica subjacente ao método de representação desenvolvido por Brunelleschi. Os princípios euclidianos sobre a reflexão das imagens, sem dúvida — ou seja, a ciência catóptrica. A codificação levada a cabo por Alberti é clara nesse sentido. A utilização da grelha geométrica permitia elaborar de uma forma expedita a construção de um reticulado, reproduzindo um pavimento desenhado segundo uma grelha modular ortogonal.

Na prática operativa tão próxima de Filippo Brunelleschi, este quadriculado mais não era do que o chão revestido com ladrilhos de forma quadrada — podiam ser mosaicos cerâmicos ou pedra, dois tipos de materiais vulgarizados na época — onde facilmente se podia inserir uma multiplicidade de objectos. O recurso ao reticulado era uma vantagem acrescida para a exposição teórica de Alberti,

matemático Fibonacci dividiu pelo número 3.

pois esta estrutura também fazia parte de uma técnica corrente entre os pintores. De facto, era utilizada para proceder à ampliação dos desenhos preparatórios para um plano de maior dimensão, como no caso dos grandes painéis executados com a técnica do fresco. A utilização de uma grelha ortogonal normativa incorporou assim diversas mais-valias; do ponto de vista *operacional* — passe a expressão militarizada — facilitava a compreensão dos executantes, pois consistia num expediente já conhecido. Contudo, a utilização da quadrícula leva-nos a considerar um cruzamento de conhecimentos ainda mais alargado, contemplando outra ciência fundamental neste dealbar de Quinhentos, a Cartografia.

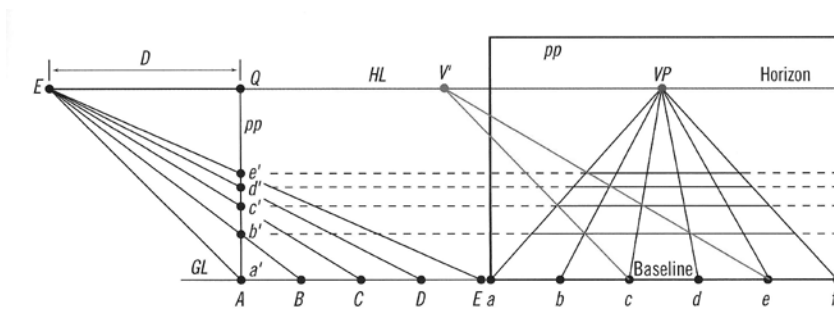


Figura 8 – O método da perspectiva: determinar o ponto de vista (pv)

Fonte: Esquema do autor

Prolongar a base da tela para a esquerda dividindo-a também em braços (A, B, C, \dots);

Do ponto A (esquerda) traçar a vertical pp (AQ) — o plano da tela em vista lateral;

À esquerda do plano (AQ) coloca-se o ponto de vista E à distância que se determinar existir entre o observador e o objecto;

Une-se o ponto de vista aos pontos A, B, C, \dots , que intersectam o plano da tela nos pontos a', b', c', \dots ;

Destes pontos a', b', c', \dots , traçam-se transversais que ao intersectar as ortogonais Pva, Pvb, Pvc, \dots , determinam a vista em perspectiva de quadrados com 1 braço de lado.

O aparecimento da *Geographia* de Ptolomeu em Florença por volta de 1400 foi crucial. Desde logo, a cidade tornou-se um centro de estudo sobre Cartografia e Geografia, precisamente no alvor do renascimento artístico da cidade. De facto, não demorou muito tempo para os florentinos sentirem um interesse generalizado pelo trabalho de Ptolomeu. Por volta de 1406 aparecia a primeira tradução em latim de Jacopo Angeli da Scarperia⁷⁵ (1406-1409), e em meados do século procuravam-se avidamente exemplares do texto. Vesp-

⁷⁵ A primeira impressão surgiu em 1475, a primeira edição ilustrada em 1478; foi traduzido para português em 1537 por Pedro Nunes, cosmógrafo de D. João III.

siano da Bisticci esteve no centro deste comércio, respondendo à solicitação de colecionadores como Cosimo de Medici (1389-1464). Com o advento da imprensa no último quartel do século xv, foram publicadas sete edições entre 1475 e 1490, retomadas em 1507 incluindo as chamadas *tabulae novae*, elaboradas em função dos novos registos cartográficos que entretanto vinham a lume devido ao trabalho dos navegadores, nomeadamente portugueses⁷⁶. Como a obra de Ptolomeu ocupou lugar destacado no ambiente cultural de Florença, torna-se mais fácil entendermos a oportunidade das experiências de Brunelleschi no domínio de uma representação gráfica que, como veremos, partilhava a sua base científica com a execução prática dos mapas.

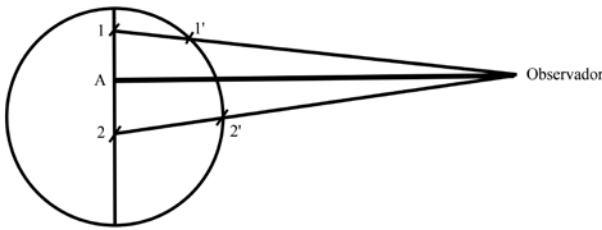


Figura 9 – A projeção cartográfica

Fonte: esquema do autor

No sistema cartográfico de Ptolomeu, a linha traçada a partir do ponto A marca o observador; o plano de projecção encontra-se depois do objecto.

Ptolomeu determinou três métodos para representar a superfície esférica da Terra num plano, mas apenas o terceiro faz referência ao triângulo visual e à projecção ortogonal associada. No primeiro passo, comum aos três métodos, o cartógrafo deveria observar o local a representar num modelo do globo terrestre. Este devia colocar-se de maneira a que o eixo da linha de visão do observador ficasse no mesmo plano da linha de latitude do local. Na prática, trata-se de definir a linha do horizonte, um dos elementos fundamentais da perspectiva. Nos métodos cartográfico e perspéctico, pretende-se construir a imagem tridimensional numa superfície plana. Num e noutro caso, a construção da imagem é realizada com o auxílio do triângulo de visão, em cuja base encontramos noções de óptica, consentâneo com o facto de Ptolomeu ter sido também autor de um tratado sobre Óptica. A principal diferença entre a construção perspéctica e a representação cartográfica reside na posição do plano de projecção, mas em ambas as situações estamos perante a aplicação de um sistema cónico (**figuras 9 e 10**).

⁷⁶ Os 17 anos que separam a 7ª da 8ª edição de Ptolomeu foram marcados por profundas alterações na imagem do Mundo; verificou-se ser errada a ausência de comunicabilidade entre os oceanos Índico e Atlântico, tal como excessiva a extensão em longitude do continente asiático. A viagem de Bartolomeu Dias (1487-1488) demonstrou a existência de comunicação directa entre os oceanos Atlântico e Índico, e Colombo chegou à América em 1492.

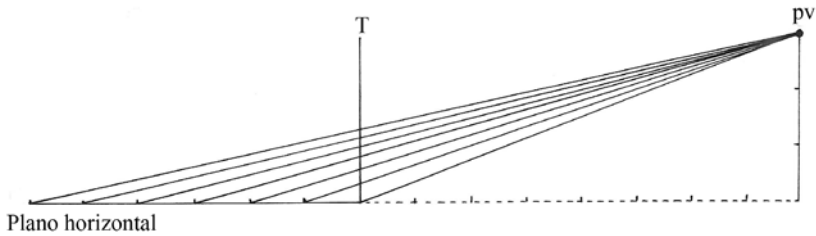


Figura 10 – A construção da perspectiva

Fonte: esquema do autor

No sistema da perspectiva de Alberti (do qual se apresenta uma vista lateral) a partir da representação da figura em plano horizontal traçam-se linhas ao ponto de vista (pv), que intersectam o plano de tela (T), situado antes do objecto.

A estruturação do espaço segundo uma grelha ortogonal, que como vimos se encontra estreitamente ligada à Cartografia, foi ainda referida por Alberti a propósito da técnica do velo, destinada a reproduzir a realidade observada na tela mediante a utilização de um reticulado ortogonal; para além de um útil auxiliar para o desenho dos objectos, desenvolvia ainda o sentido de proporção dos objectos (**figuras 11 e 12**).

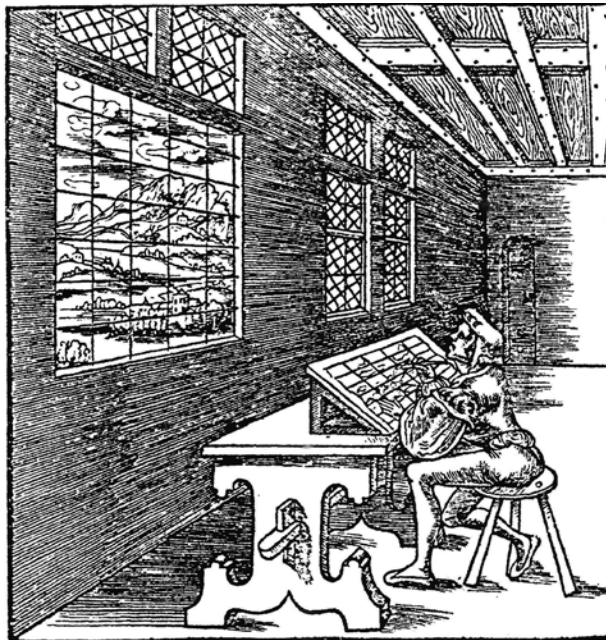


Figura 11 – Instrumentação para a construção gráfica da perspectiva (I): a «janela de Alberti»

Fonte: Hieronymus Rodler (1531)



Figura 12 – Instrumentação para a construção gráfica da perspectiva (II): o «sportello»

Fonte: Albrecht Dürer (1525)

Nos trabalhos de Cartografia, a imposição de uma grelha geométrica resultava do cruzamento das linhas de latitude e longitude, permitindo um registo gráfico proporcionalmente correcto que conferia também uma uniformidade geométrica ao conjunto. O mesmo sucedia na Arte clássica, onde o todo era conseguido não só pela soma das partes em estreita relação mas também em função da existência de um suporte normativo geométrico. Este suporte normativo pode-se detectar no fresco de Masaccio na igreja de Santa Maria Novella (1425-1428), a *Trindade*. Durante o restauro do fresco foram descobertas diversas linhas marcadas dentro da espessura do estuque. Um exame cuidadoso mostrou tratar-se não só das diagonais de confirmação da construção em perspectiva mas também das linhas da grelha usada na transferência proporcionada do desenho preparatório para o plano vertical do paramento de suporte.

A alteração dos métodos de representação gráfica que teve lugar no Renascimento do Quattrocento foi em grande medida iniciada com os estudos empíricos de Giotto. Porém, para lá do empirismo, a ciência toma um lugar de relevo no âmbito das artes. A demonstração de Brunelleschi codificada por Leon Battista Alberti e a formalização de um método para a construção da perspectiva *soldatesca* assentaram nos estudos da óptica, na geometria euclidiana ou na matemática mais abstracta. Tratou-se de determinar o lugar de cada *Coisa* no *Todo*. A grelha cartográfica ptolomaica conferiu à superfície do globo uma uniformidade geométrica, tal como o espaço arquitectónico foi geometricamente constrangido, dividido ou duplicado. Ainda que muitas das vezes fosse um organismo em construção, tal como a igreja medieval — São Pedro de Roma foi reformulado de acordo com uma estrutura renascentista e concluído já em função de uma concepção barroca. Mas em meados de Quatrocentos, Santa Maria Novella foi planeada por Alberti como um objecto único, tanto em planta como em alçado, segundo a mes-

ma coerência geométrico-matemática. O edifício como objecto tridimensional, sujeito a uma concepção normativa geral. Este processo de generalização de um suporte normativo foi levado até às suas últimas consequências tanto na arquitectura como na pintura, e estendeu-se ao universo da guerra.

2. A geometria da guerra

The mathematicised sciences of fortification and ballistics were intimately interwoven with the other geometrical sciences during this period. A significant number of the major perspective theorists and mathematicians were involved with the art of war in one form or another.⁷⁷

As alterações que ocorreram no plano dos métodos de representação do espaço no contexto artístico quatrocentista constituíram, de facto, aspectos fundamentais no desenvolvimento militar do século xv até ao xvi. A arte de saber ver *secondo ragione* tinha sido considerada até então como uma geometria essencialmente prática, aliás em conformidade com a reapreciação da ciência óptica euclidiana levada a cabo pela tradição islâmica do século ix. No seu significado prático, relacionado com a extracção de medidas objectivas, a perspectiva situava-se adjacente a uma componente eminentemente operativa do conhecimento, portanto numa posição subalterna relativamente às chamadas Artes Liberais. Uma inversão da situação aconteceu na época de Trezentos; Domenico da Chivasso (c. 1350) propôs incluir a perspectiva entre as artes do *Quadrivium*, tal como o fez Lorenzo Ghiberti (1378-1455), com quem Donatello trabalhou. Marsilio Ficino (1433-1499), Girolamo Savonarola (1455-1498), Luca Pacioli e Leonardo seguiram de perto Vitruvius ao enquadrar a geometria como fazendo parte das Artes Liberais.

Na verdade, a teoria de Alhacen adquiriu um cunho que não se esgotava na esfera do debate filosófico. Por essa razão, a formulação dos princípios que levaram à invenção da perspectiva foi possível mediante um conhecimento situado a meio caminho entre a especulação teórica e a prática operativa: o método para construir a perspectiva consistia na determinação de um ponto através de duas coordenadas, procedimento idêntico ao utilizado pelos cartógrafos para definirem a posição de um lugar geográfico; cartógrafos e pintores recorreram à grelha ortogonal como estrutura normativa; por fim, a invenção de Brunelleschi implicou, entre outras coisas, um método idêntico ao utilizado no levantamento topográfico. Torna-se claro que algo comum atravessou estes conhecimentos.

⁷⁷ Martin Kemp, *The Science of Art. Optical Themes in Western Art from Brunelleschi to Seurat*, New Haven, Yale University Press, 1990, p. 92.

As *Botteghe* ou *Scuole d'abaco* foram um elemento fundamental em todo este processo. A tradição do ábaco terá sido iniciada por Leonardo Fibonacci, cuja obra *Liber Abaci* (1201) introduziu, pela primeira vez no Ocidente, o sistema numérico de origem indo-arábica. A importância destas escolas já tem sido sublinhada no contexto do desenvolvimento do mercantilismo, como locais onde se ministrava o conhecimento destinado aos futuros mercadores, e também a artistas, artesãos e arquitectos, que como sabemos faziam parte ou gravitavam em torno da nova elite mercantil. Um dos textos usados nas escolas do ábaco, uma versão manuscrita do tratado de Paolo dell'Abaco de meados do século xiv, dá-nos a ideia do conhecimento aí ministrado. Aí se encontra exposta a resolução de situações objectivas: conversão monetária, cálculos de juros, relação entre pesos e medidas e medição de edifícios e terrenos — com o auxílio de Aritmética e Geometria, ou noções básicas de Álgebra, e cuja utilidade se relacionava de perto com o desenvolvimento mercantil da cidade.

Naturalmente que não existia qualquer normalização curricular, e o âmbito do conhecimento ministrado poderia pender para um e outro lado do caminho entre a especulação filosófica e a actividade prática. Na escola do ábaco da Santa Trindade, uma das cerca de seis referidas por Giovanni Villani (1276-1348)⁷⁸ que existiriam na Florença desde meados do século xiv, tinha-se alargado o ensino para lá da Geometria e Matemática, contemplando a Astrologia, Música, edificação e perspectiva. Portanto, os mestres abacistas eram profundos conhecedores da Matemática, Geometria, Música e Astronomia, as quatro artes do *Quadrivium*. A autoridade dos docentes era reconhecida, e terão sido os abacistas florentinos a propagar as escolas do ábaco a outras cidades de Itália. Por exemplo, a primeira referência a uma escola do ábaco em Verona data de 1284, e era dirigida por um certo mestre Lotto de Florença. Era também a estes homens que se entregavam trabalhos fundamentais para o funcionamento das cidades, desde as medições territoriais aos trabalhos na captação e encaminhamento das águas. Os formandos lançavam-se no mercado de trabalho, servindo os patronos que lhes solicitassem serviço num largo leque de actividades, desde a concepção de máquinas ao projecto de edifícios, passando ainda pelo desenho de armas e concepção de fortificações. Filippo Brunelleschi e Piero della Francesca frequentaram estas escolas, ou alicerçaram o seu conhecimento por se encontrarem ligados, de uma forma ou outra, ao ensino das escolas do ábaco.

⁷⁸ Autor da *Nuova Cronica* sobre a história da cidade de Florença, escrita por volta de 1300.

Como vimos, as técnicas de levantamento arquitectónico e urbanístico apresentavam grandes semelhanças com a perspectiva e a Cartografia, envolvendo o traçado de linhas de vista partindo do observador em direcção ao objecto. O método cartográfico de Ptolomeu poderá mesmo ser considerado o primeiro exemplo gráfico conhecido de uma construção perspectivada. No caso da medição topográfica, as semelhanças de método são ainda mais evidentes, pois o objecto a representar encontra-se no mesmo plano da base da pirâmide visual. Por outro lado, existiu uma base teórica comum que remonta aos estudos de Óptica e Geometria de Euclides. É por isso importante sublinhar a vertente dual destes homens de Quatrocentos, que seguiram o conhecimento das escolas do ábaco ao articularem o estudo da teoria com a actividade operativa — a omnipresente dialéctica entre teoria e prática subjacente a este início da Época Moderna. Assim, em última análise foi daquelas escolas que, directa ou indirectamente, surgiram os protagonistas da nova síntese que originou o sistema de representação designado por *prospectiva rinascimentale*.

No caso da arquitectura, o estudo aprofundado das ruínas dos edifícios romanos evidenciou uma profunda preocupação com a vertente construtiva da arquitectura. O modelo conceptual dos seus pares da Antiguidade tornou-se uma referência constante; como escreveu Vasari, homens como Brunelleschi reencontraram «o modo excelente e de grande artifício de construir dos antigos». Brunelleschi e Donatello (1383-1466) visitaram Roma no início do século xv, altura em que a popularidade da obra de Ptolomeu atingia o seu zénite, e aí realizaram o levantamento metódico de muitos dos vestígios edificadas da Antiguidade romana. O método utilizado socorria-se de uma grelha ortogonal numerada, e por essa razão o desenho assemelhava-se a uma carta geográfica. Este sistema também nos aponta evidentes paralelos com o método da perspectiva de Alberti, cujo reticulado no pavimento desempenhava o papel da grelha ortogonal da construção cartográfica. Porém, o registo físico dos vestígios construtivos de Roma debateu-se inicialmente com uma quase total ausência de instrumentos de levantamento urbano⁷⁹. Assim, foi necessário desenvolver um novo sistema, cujo ponto de partida seria naturalmente o *corpus* constituído pelo conhecimento doutros campos, como a agrimensura, a cartografia e a própria navegação. Contudo, é a primeira que se revela especialmente importante para

⁷⁹ O desconhecimento de métodos de levantamento urbano é desmentido pelo painel com a vista geral de Roma designado por *Forma Urbis Romae*, *Forma Severiana* ou *Forma Severina*. Trata-se de um mapa executado entre 203 e 211 d.C., que media 18,10 × 13 metros e ocupava uma das paredes do Templum Pacis em Roma. Todavia, só foi divulgado nos anos 60 do século xvi, e portanto não poderia servir de referência para uma época anterior.

nós, pois as duas recorreram a uma metodologia baseada nos mesmos princípios geométricos (figuras 13-15).

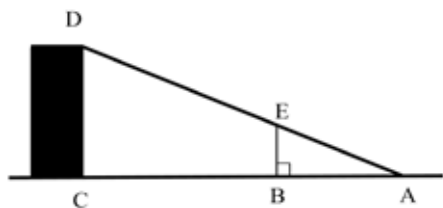


Figura 13 – Cálculo da altura de um edifício (I): pela relação de semelhança entre triângulos

O segmento de recta CD indica a altura.

Fonte: Esquema do autor

Um dos métodos de medição directa encontra-se descrito no tratado *Ludi Matematici* (c. 1451?) de Alberti. Algumas décadas mais tarde, no *taccuino* de Francesco di Giorgio Martini (c. 1481), podemos apreciar a aplicação prática deste método; a representação da pirâmide visual é realizada com o auxílio do fio (ou corda) (figura 14), tal como já havia sido descrito pelo abacista Grazia de Castellani em finais do século XIV. Também o texto de Alberti, ainda que considerado como uma evolução significativa relativamente ao passado, assentava sobre um acervo científico disponível desde os finais da Idade Média. Muitos dos exemplos expostos no *Ludi Matematici* foram resolvidos recorrendo à mesma triangulação óptica que se alicerçou numa tradição euclidiana comum com a pintura; o método para efectuar a medição da largura de um rio, por exemplo, era idêntico àquele exposto por Villard de Honnecourt.

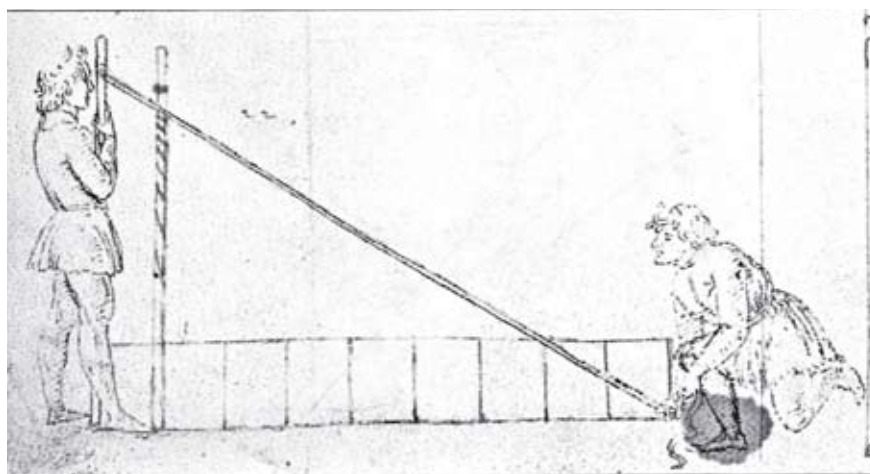


Figura 14 – Cálculo da altura de um edifício (II): medição directa

Fonte: Giorgio Martini (c. 1481)

A corda (linha visual) esticada a partir do plano horizontal intersecta um poste graduado (plano da tela).

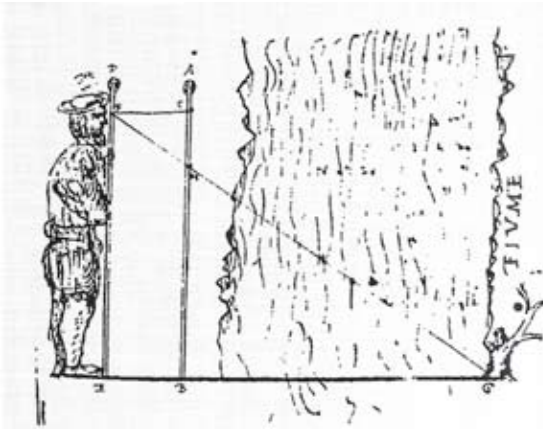


Figura 15 – Cálculo da altura de um edifício (III): medição indirecta

Fonte: Leon Battista Alberti, *Ludi Matematici* (c. 1451?)

Para obter uma medida indirectamente, como a largura de um curso de água, utilizar-se-iam réguas móveis.

O processo teórico subjacente às duas situações, cartografia e perspectiva, era similar. De facto, o plano do observador ocupa o mesmo lugar da tela do pintor, embora a posição do ponto de fuga se encontre graficamente invertida, situada atrás do topógrafo. Em todo o caso, a medição é efectuada num plano que intersecta a pirâmide visual, como é o caso da tela do pintor, na qual se projecta a imagem do objecto distorcida pelo efeito da perspectiva. Esta utilização quase universal da Geometria e da Matemática encontrava-se profundamente enraizada na forma de pensar de Quatrocentos e Quinhentos, e naturalmente estendeu-se para áreas do conhecimento e situações diversas. Uma destas foi o domínio da guerra, em especial no âmbito da *nuova scientia de artilleria* que então se afirmava dramaticamente no campo de batalha.

2.1 Da artilharia

Foi escrito pelo matemático italiano Niccolò Fontana o primeiro texto impresso exclusivamente dedicado ao tema da artilharia, a *Nuova Scientia* (1537). Niccolò Fontana (c.1499-1557) nasceu em Brescia, e a sua alcunha *Tartaglia* (que significa gago) foi consequência de graves ferimentos na face infligidos pelas tropas francesas de Gaston de Foix. Leccionou matemática em Veneza e adquiriu uma sólida reputação pela resolução das equações cúbicas, tendo escrito um volumoso tratado sobre matemática. Tartaglia afirmava que para um artilheiro executar um disparo cientificamente, e «non a caso», havia de usar a razão, o que implicava observar duas premissas fundamentais. Em primeiro lugar deveria proceder à medição da distância ao alvo, um processo que envolvia a utilização das técnicas e instrumentos de medição usados na Cartografia e levantamento territorial — «per investigar sotto brevitta le altezze, profundità, larghezze, distantie ypothumissale, over diametrale, & ancora orizzontale

delle cose)⁸⁰. Em segundo lugar, tornava-se necessário extrapolar o alcance do projectil em função da elevação da peça, recorrendo para tal a relações trigonométricas que permitiam o cálculo matemático dos ângulos do disparo.

Os estudos balísticos levados a cabo por Tartaglia tiveram como ponto de partida as conclusões de Alberto de Saxónia (1316-1390) sobre a «Teoria do Ímpeto». Esta teoria foi enunciada por Jean Buridan (1300-1358), que por sua vez se apoiou nas conclusões do físico muçulmano al-Baghdadi (1080-1165). Segundo aquela teoria, a trajectória de um projectil compreendia três fases distintas: uma primeira fase rectilínea, uma fase intermédia de configuração curvilínea, concluindo-se o último segmento novamente em forma rectilínea. Quando sujeito à carga explosiva, o projectil acelerava progressivamente numa primeira fase; atingiria a velocidade máxima na segunda fase da trajectória — a fase curvilínea — enquanto no terceiro segmento tinha lugar uma mudança de direcção ao prevalecer o movimento natural dos corpos para o chão. Assim, uma bala disparada (em função de determinado ângulo) na direcção do horizonte seguiria inicialmente em linha recta; o projectil iniciaria depois uma trajectória curva em função do decréscimo do ímpeto aplicado pela carga explosiva, para na terceira e última fase terminar o seu percurso a direito na direcção do solo (**figura 16**).

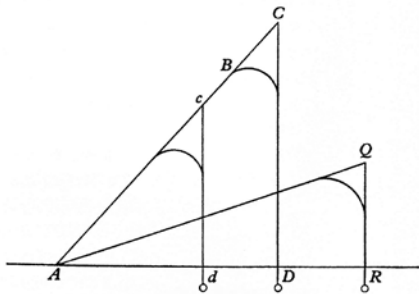


Figura 16: Trajectória balística explicada pela «Teoria do Ímpeto»

Fonte: Esquema do autor

O percurso do projectil coincidiria com a hipotenusa AC, embora a curvatura tenha início a partir do ponto B, para cair verticalmente até D. Os triângulos balísticos Acd e ACD da trajectória de um projectil, com o mesmo ângulo e cargas diferentes, são semelhantes. Dado o mesmo ângulo BAD, as trajectórias (Abd, ABD) são proporcionais e determináveis em função de se inscreverem em triângulos semelhantes (cAd ou CAD).

Dado o aumento da distância (Ad para AD) ser função da potência da carga propulsora, esta encontrava-se também sujeita à mesma relação de proporção.

A hipotenusa AC é igual à hipotenusa AQ de um projectil impulsionado pela mesma carga, e o alcance será função do *cos* do ângulo de elevação.

⁸⁰ Niccolò Tartaglia, *Nuova Scientia*, Veneza, Stephano da Sabio, 1537, p.7.

Apesar de vinculado à teoria do ímpeto, Tartaglia já se apercebia intuitivamente de que a trajectória balística não seria rectilínea, abrindo assim o caminho para as conclusões de Galileu. Porém, no que respeita à utilidade destas deduções para o trabalho objectivo do artilheiro, determinou que, dado o mesmo ângulo de disparo, as trajectórias seriam proporcionais entre si. O tratamento geométrico da trajectória dos projecteis tinha implícitos, portanto, os mesmos princípios ópticos e geométricos que definem o triângulo visual de que já falámos. Continuou a ser desenvolvido ao longo do século xvi por outros notáveis matemáticos como Girolamo Cardano (1501-1576) e Gianbattista Benedetti (1530-1590), mas também pelos tratadistas Daniel Santbech (?-c. 1561), Diego de Ufano (?-1613) ou Diego de Álava y Viamont (1557-?). Para todos eles, a relação entre o ângulo de inclinação da peça e o seu alcance — graficamente determináveis pela altura e base do triângulo — seria proporcional ao quantitativo da carga de pólvora⁸¹, mas não existia unanimidade nesta matéria, e cada qual fazia uma abordagem em função da sua própria experiência ou reflexão teórica. Contudo, o estudo das trajectórias obedecia aos mesmos princípios geométricos e matemáticos que haviam tornado possíveis as técnicas de levantamento topográfico, a construção cartográfica e a perspectiva de pontos de fuga. Em todas existiram similitudes: o contexto espacial tridimensional em que coabitam e a pirâmide visual como modelo conceptual. Os métodos possuíam por essa razão uma ampla aplicação prática. A triangulação, por exemplo, tanto servia para resolver medições de longas distâncias, para efeitos cartográficos, como de curta distância, como exigido para os assédios (**figura 17**).

Os instrumentos de medição também se multiplicaram em função do âmbito operativo; no caso do levantamento territorial, por exemplo, podemos contar com pelo menos 18. O círculo geométrico (**figura 18**), por exemplo, era empregado numa escala territorial, enquanto o quadrado graduado (**figura 19**) servia para aferir a altura de um edifício. Esta proliferação não impediu que a instrumentação específica a cada disciplina se generalizasse a um conjunto de actividades mais alargado, como o círculo geométrico, o astrolábio e o quadrado graduado.

⁸¹ Tartaglia propôs-se elaborar tabelas para sistematizar a relação entre ângulo e alcance das peças, mas foi Diego de Ufano quem efectivamente avançou com séries aritméticas, à semelhança do que fez Girolamo Cataneo para a construção das formaturas de combate.

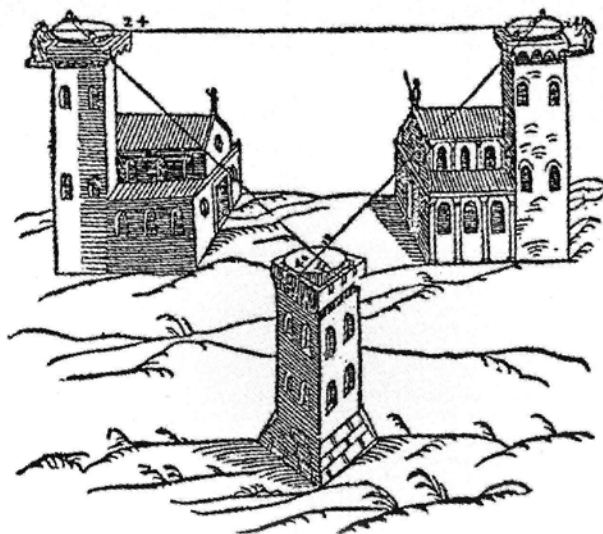


Figura 17 – Técnicas e instrumentos de medição (I): Triangulação com círculo geométrico

Fonte: Leon Battista Alberti, *Ludi Matematici* (c. 1451?)

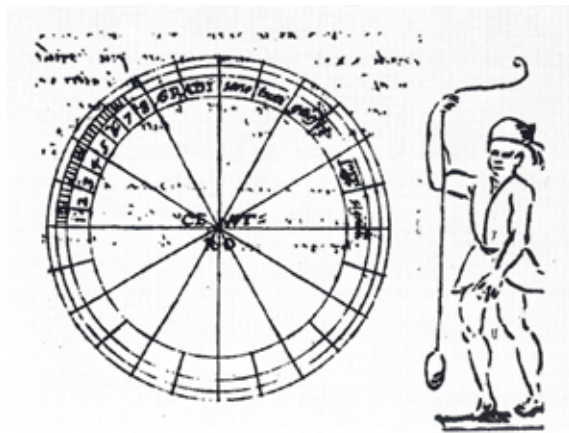


Figura 18 – Técnicas e instrumentos de medição (II): o círculo geométrico

Fonte: Leon Battista Alberti, *Ludi Matematici* (c. 1451?)

O quadrante (**figura 19**) era uma derivação do quadrado graduado, com o qual se confunde no aspecto físico (**figura 20**), mas usava num dos braços a agulha do astrolábio (**figura 21**). Para além disso, os instrumentos podiam mesmo associar-se num único objecto, combinando as características individuais de cada um. Era o caso do astrolábio, que juntava o círculo graduado com o quadrado geométrico, embora o processo possa bem ter sido inverso. Isto é, pode ter sido o astrolábio a desdobrar-se em dois instrumentos individualizados.

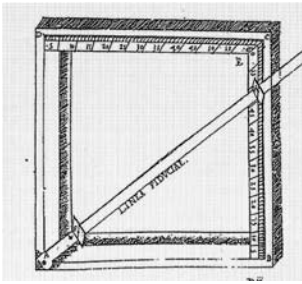


Figura 19 – Técnicas e instrumentos de medição (III): o quadrante

Fonte: Juan Pérez de Moya (1573)

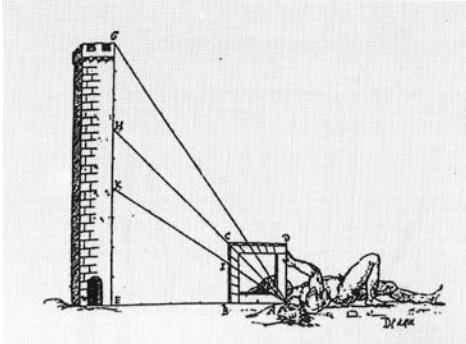


Figura 20 – Técnicas e instrumentos de medição (IV): o quadrado graduado

Fonte: Oronce Finé (1556)

O quadrado graduado consistia no corpo do quadrante geométrico e um dos braços da agulha do astrolábio.

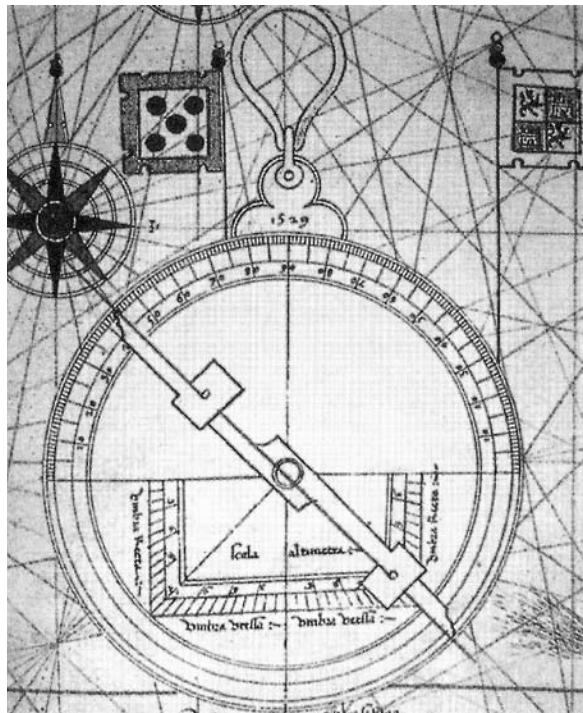


Figura 21 – Técnicas e instrumentos de medição (V): o astrolábio

Fonte: Mapamundi de Diogo Ribeiro (1529), Biblioteca do Vaticano

O astrolábio possuía um duplo quadrado graduado na zona inferior do dorso.

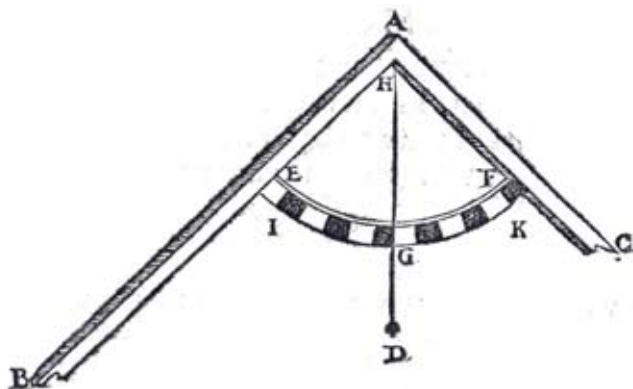


Figura 22 – Técnicas e instrumentos de medição (VI): medição balística com o quadrante geométrico

Fonte: Niccolò Tartaglia, *Scientia nuova dell artigl* (1546)

O quadrante geométrico consistia num dos quadrantes do dorso do astrolábio, com dois fios-de-prumo (HD) aplicados em (H) e um esquadro.

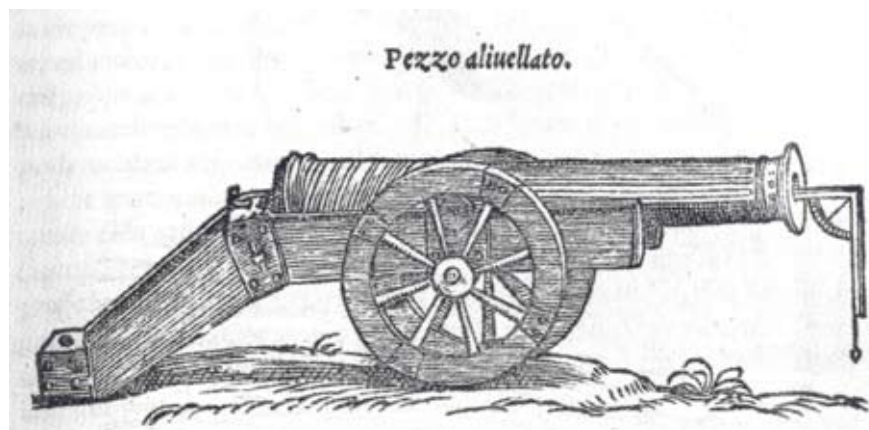


Figura 23 – Técnicas e instrumentos de medição (VII): medição balística com o quadrante geométrico

Fonte: Niccolò Tartaglia, *Scientia nuova dell artigl* (1546)

O extremo do esquadro (B) introduzia-se na boca da peça.

A descoberta de que um espaço tridimensional rodeava o homem, evidenciada pela Pintura de Quatrocentos, foi repetidamente representada com o auxílio de métodos cada vez mais elaborados. A sofisticação da construção geométrica da realidade atravessou de uma forma transversal o mundo da percepção visual. Vinculado às Artes Liberais do *Quadrivium*, o sistema atravessou as mais diversas disciplinas artísticas, mas não ficou limitado neste âmbito.

Foi também indispensável nas actividades operativas como a medição territorial, ou foi um auxiliar precioso para o manuseamento da artilharia. Disparar um canhão sem o auxílio do quadrante e

respectivos cálculos aritméticos era algo impensável em finais do século, mesmo que um bom artilheiro pudesse contar com a sua experiência pessoal. O domínio dos métodos de representação e de medição rigorosa, como o levantamento territorial, a cartografia e finalmente a perspectiva, tornou-se assim parte integrante da guerra, e aqueles que *também* se dedicavam à arquitectura acharam-se profundamente comprometidos com assuntos de carácter militar.



Figura 24 – Técnicas e instrumentos de medição (VIII): Cálculo da distância com o quadrante geométrico

Fonte: Gabriello Busca, *Della expugnazione delle fortrezze* (1585)

As vantagens da aplicação da perspectiva ao contexto militar apareceram explicitadas pela primeira vez no tratado de Vignola, publicado em 1583 pelo arquitecto, matemático e cosmógrafo Ignazio Danti (1537-1586)⁸². No manuscrito de Daniel Specklin (1589)

⁸² Ignazio Danti (1537-1586) nasceu em Perugia. Aprendeu arquitectura e pintura com o pai, tendo depois trabalhado com Domenico Fontana (1543-1607), mas dedicou-se sobretudo ao estudo da matemática, que leccionou na Universidade de Bolonha. Escreveu sobre matemática e astronomia, traduziu Euclides e editou *La Sfera* de Sacrobosco (1195-1256), e colaborou na reforma do calendário. Danti dedicou o texto de Vignola a Giacomo Boncompagni (1548-1612), filho do papa Gregório XIII e patrono das artes. Boncompagni era amigo do compositor tridentino Vincenzo Ruffo (1508-

podemos apreciar o desenho de uma fortificação pentagonal construído em perspectiva, e em 1596 publicou-se o tratado de Ambroise Bachot com o sugestivo título *Gouvernail D'Ambroise Bachot, Capitaine Ingénieur Du Roy. Le Quel Conduira Le Curieux de Geometrie en Perspective Dedans L'architecture Des Fortifications, Machines de Guerre, Etc.* A divulgação das novas propostas de fortificação com recurso à perspectiva não era uma novidade. Os *Quattro primi libri di architettura* (1554) incluíam gravuras em perspectiva, complementando as já vulgarizadas representações planimétricas. O seu autor, Pietro Cataneo (?-1569), era versado tanto em arquitectura militar como em matemática. Foi aluno de um dos principais reformadores das fortificações de Siena (1532), Baldassare Peruzzi, e publicou um tratado sobre Matemática em 1546. Recuando algumas décadas, reconhecemos a utilização de representações gráficas tanto no plano bidimensional com nas três dimensões. No texto *Pratica di geometria*, Francesco di Giorgio Martini combinou a prática do levantamento territorial e a perspectiva, tal como Luca Pacioli o fez no seu tratado sobre perspectiva. A generalização desta abordagem à representação gráfica entende-se tanto melhor quanto nos apercebemos da rede que se estabeleceu entre pintores, arquitectos, matemáticos e géometras, em especial quando falamos das grandes famílias como os Sangallo, os Savorgnano, Peruzzi e Antonelli⁸³. Os Sangallo tiveram como pupilos Michele Sanmichele (1484-1559) e o tratadista Galasso Alghisi (?-c. 1570); os Savorgnano colaboraram com o célebre Vincenzo Scamozzi (1522-1616) e o tratadista Buonaiuto Lorini (c.1540-c.1611); Baldassare Peruzzi foi amigo de Sebastiano Serlio (1475-?) e teve como pupilo Pietro Cataneo. Esta relação teve um impacto objectivo na génese e desenvolvimento das técnicas de defesa nos primeiros anos de Quinhentos.

2.2 Dos baluartes

Como se sabe, desde pelo menos a segunda metade do século xv que a arquitectura militar se encontrava em profunda renovação, depois de a artilharia ter tornado obsoleto, do ponto de vista estritamente militar, o antigo castelo medieval. Foram os arquitectos — na acepção vitruviana da definição, como homens detentores de um conhecimento universal — que levaram a cabo os primeiros ensaios no sentido de encontrar novas formas de fortificação.

1587), e Pierluigi Palestrina dedicou-lhe o primeiro dos seus livros de madrigais. Em 1575 foi nomeado por Filipe *Capitano Generale delle genti in armi* no ducado de Milão.

⁸³ Com os Antonelli, é a ligação a Portugal que sobressai por via de Francesco (1563-1590). O *cónego* da Sé de Lisboa Fernando Martins correspondeu-se com Colombo e Toscanelli — este último um autêntico pivô entre figuras ilustres — Alberti, o arquitecto, pintor, escultor e ourives Vechietta, e Brunelleschi.

No essencial, o desenho das fortificações havia-se mantido inalterado até à época das Cruzadas. Por várias razões, talvez pela importância das operações de cerco que levou à confrontação com estruturas e métodos defensivos diferentes, a defesa dos percursos de aproximação aos principais acessos dos castelos ganhou uma maior minúcia. Porém, foi o desenvolvimento de uma artilharia fiável⁸⁴ que alterou o panorama militar construído. Desde que a utilização da nova arma cresceu tanto em termos quantitativos como qualitativos, procurou-se desenvolver novas formas fortificadas que contrariassem a potência de fogo da pirobalística, em cujo cerne se encontravam conceitos como os de fogo flanqueante, fogo mergulhante e, sobretudo, cruzamento de fogos. A partir de meados do século xv começaram a ser experimentadas novas tipologias que progressivamente alteraram tanto as técnicas construtivas como a própria concepção espacial das estruturas defensivas. Os confrontos militares que tiveram lugar na Itália de finais de Quatrocentos levaram a uma evolução nas formas da arquitectura militar. Os exércitos de Carlos VIII de França encontravam-se largamente providos de um copioso trem de artilharia, contra a qual os recintos amuralhados medievais se revelaram incapazes de resistir. A altura das estruturas oferecia um alvo de eleição, mas o próprio sistema construtivo tradicional evidenciava vulnerabilidades críticas. O impacto directo dos projecteis lançados pelos canhões produzia estilhaços mortíferos, tornando necessária uma alteração nos materiais de construção utilizados⁸⁵. Verificou-se que as fortificações construídas em alvenaria de tijolo, e mais tarde em terra, se comportavam de forma menos agressiva quando atingidas pelos pelouros de artilharia pirobalística.

No plano conceptual, na génese de novas formas arquitectónicas destinadas à fortificação encontramos algumas das principais figuras do Renascimento. Para além de Brunelleschi, Alberti (1404-1472), Francesco di Giorgio Martini (1439-1501), Leonardo da Vinci (1452-1519), Antonio Sangallo o Velho (1453-1534), Antonio Sangallo o Jovem (1484-1546), Michelangelo (1475-1564) ou Michele Sanmichele (1484-1559), dedicaram-se à arquitectura militar. Elaboraram-se novas propostas de fortificação de âmbito mais ou menos alargado, desde a construção de elementos arquitectónicos específicos,

⁸⁴ O aparecimento da artilharia no campo de batalha aconteceu com a Guerra dos Cem Anos, sobretudo a partir da década de 1370. Durante as campanhas militares da crise de 1384-1385, Fernão Lopes documentou a utilização de peças primitivas — os trons — tanto em operações de cerco (Lisboa, 1384) como em campo aberto (Aljubarrota, 1385).

⁸⁵ Como descreveu Francisco de Holanda — «taes baluartes avião de ser rasos e baixos e fortíssimos e feitos não de pedra e cal mas de tijolo cozido muy delgado e forte que he muyto mais seguro» (Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, ed. José Felicidade Alves, 1984, p. 53-54).

passando pela reformulação das cercas amuralhadas, até à construção de cidades de raiz. Dentro do contexto específico da Arquitectura militar, a principal inovação então introduzida consistiu numa nova estrutura militar defensiva, que autores como John Hale ou Geoffrey Parker consideram radicalmente diferente das estruturas medievais. Trata-se do baluarte⁸⁶, cujas características particulares transformaram por completo o ambiente fortificado. O pintor, escultor, arquitecto e engenheiro militar Francesco di Giorgio Martini, natural de Siena, ocupa um lugar de destaque neste processo. Como Filippo Brunelleschi, Leon Batista Alberti, Michelangelo e Leonardo da Vinci, Francesco di Giorgio desenvolveu o seu trabalho em constante intersecção entre Arte e Ciência e, de facto, a pintura ocupou uma parte significativa da sua actividade, pelo menos até meados dos anos 70. Em 1464 foi encarregado da vistoria do sistema de aquedutos de Siena por um período de três anos, e a partir de 1477 serviu o conde Frederico de Montefeltro — futuro duque de Urbino —, para quem dirigiu a construção de uma elaborada rede de fortificações e projectou diversas máquinas de guerra. Em 1484 iniciou a construção daquela que é a sua realização arquitectónica mais conhecida, a igreja centralizada da Madonna del Calcinaio, nos arredores de Cortona. Na fase final da sua vida dedicou-se de novo à pintura, nomeadamente com os frescos monocromáticos na capela Bichi da igreja de Santo Agostinho, em Siena.

Deixou também uma considerável colecção de manuscritos fundamentais para a compreensão da Arquitectura e Engenharia do final de Quatrocentos. Os desenhos de Francesco di Giorgio Martini nada ficaram a dever ao trabalho de Leonardo da Vinci, pelo contrário. Durante a sua permanência em Milão como conselheiro sobre a execução da cúpula da catedral, terá mantido contacto com Leonardo, que ficou depositário dos seus manuscritos. A autoria de uma das invenções fundamentais da guerra de sítio, o processo de minagem das muralhas com recurso à utilização da pólvora, poderá ter sido sua ou de Pedro de Navarro. Mais importante para o nosso trabalho foi a provável invenção do baluarte angular, conforme podemos verificar nas extensas tipologias que registou no seu caderno de desenhos (**figura 25**).

⁸⁶ As etimologias do termo *baluarte* são suficientemente interessantes para lhes fazermos menção: «[...] dizese valuarte, de *Vallo*, *vallas*, que quiere dezir fortificar, o Belliarte, q̄ quiere dezir, arte de guerra [...]» (Cristóbal de Rojas, *Teorica y practica de fortificacion*, Madrid, Luis Sanchez, 1598, p. 39 v).

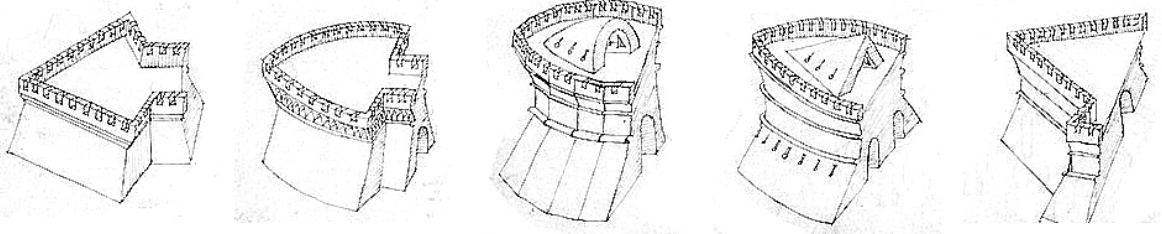


Figura 25 – A invenção do baluarte angular

Fonte: Giorgio Martini, *Trattato di architettura civile e militare* (c. 1482)

Angularização e introdução de «gola», *Trattato di architettura civile e militare* (c. 1482).

De um ponto de vista formal, a sua obra mais arrojada foi o castelo de Sassocorvaro, iniciado em 1475. Porém, trata-se de uma peça de transição cujo desempenho militar não acompanhou a inovadora vertente estética. Contudo, o perfil de Sassocorvaro é consideravelmente mais baixo quando comparado com as tradicionais torres medievais. Ao mesmo tempo, nota-se a tendência para o alargamento das torres no sentido de permitir a instalação mais desafogada de canhões. Outro aspecto de Sassocorvaro é o proto-baluarte de flancos arredondados, que vemos convertido em protótipo rectilíneo no castelo de Costacciaro (c. 1477). Em Mondavio (1482-1492), apesar de construído alguns anos depois, as pré-existências construídas inibiram uma configuração mais arrojada, mas verifica-se uma tendência para a redução da altura do perfil.

A realização edificada do baluarte angular deveu-se muito provavelmente aos irmãos Sangallo o Velho (1455-1534) e o Jovem (1484-1546). A configuração angular com o seu traçado rectilíneo contrastava com as formas circulares correntes. Os baluartes de Brolio (c. 1484) foram uma das primeiras aproximações efectivas à designada «traça italiana». As posteriores intervenções em Poggio Imperiale (1495-1513), Civita Castellana e Nettuno (1501-1503) demonstram como os Sangallo fizeram evoluir e consolidar a forma do baluarte angular (**figura 26**).



Figura 26 – As fortificações de Antonio Sangallo

Evolução da configuração geométrica, Poggio (1495-1513), Civita Castellana (1494), Nettuno (1501-1503).

É portanto evidente o protagonismo dos homens ligados às artes nas inovações militares que então foram surgindo, facto que implicou a transferência das metodologias, do léxico e dos próprios conceitos estéticos utilizados na actividade artística para o contexto da guerra. Evidentemente que uma abordagem estética não se sobrepôs às preocupações militares, mas não deixa de ser verdade que existiu uma profunda articulação entre a concepção arquitectónica e uma resposta objectiva a requisitos estritamente militares. Conceitos como o fogo flanqueante e rasante reflectiram-se nas novas soluções fortificadas, e por essa razão o traçado das linhas de fogo constituiu a principal preocupação de âmbito estritamente militar implícita no desenho das estruturas fortificadas. Mas esta noção estava também profundamente comprometida com a própria definição da linha de visão, aspecto fundamental do método da perspectiva. No fundo, foram dois pontos de vista distintos que condicionaram o novo traçado das fortificações, o primeiro essencialmente militar, o segundo ancorado na teoria da óptica. Assim, foi pela definição das trajectórias que se encontraram os contornos angulares do sistema fortificado, tal como o estudo do ângulo e incidência dos disparos deveria fazer variar o ângulo de abertura dos baluartes (figuras 27-29).

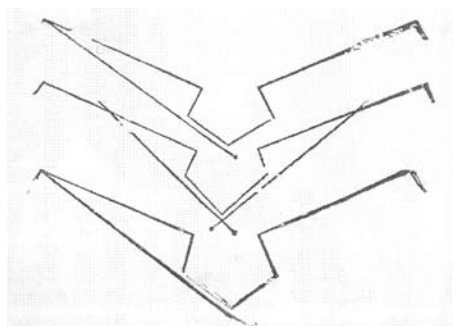


Figura 27 – Balística, perspectiva e fortificação

Fonte: Carlo Theti, *Discorsi delle fortificationi*

A forma dos baluartes em função das linhas de tiro.

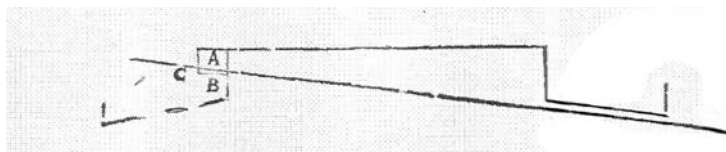


Figura 28 – As trajectórias balísticas e a linhas ópticas (I)

Fonte: Carlo Theti, *Discorsi delle fortificationi*

A mesma linha de trajectória entre o flanco do baluarte e o orelhão.

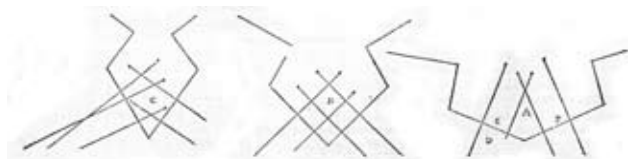


Figura 29 – As trajectórias balísticas e a linhas ópticas (II)

Fonte: Carlo Theti, *Discorsi delle fortificationi*

Varição da abertura dos ângulos do baluarte em função das linhas de tiro.

O novo sistema defensivo poderia resumir-se a dois elementos fundamentais, a saber, o troço amuralhado designado por cortina e os elementos de flanco — os baluartes. Cada parte do sistema era objecto de uma cuidadosa construção geométrica baseada nas linhas de trajectória dos projectéis, procurando-se assegurar a defesa da muralha e uma protecção recíproca entre baluartes. Funcionalmente, cidadela e baluarte desenvolviam-se em estreita ligação, com quantitativo dos baluartes em função directa do número de lados da cintura fortificada da cidadela (**figura 30**); um maior número de lados permitia implantar mais baluartes nos respectivos ângulos.

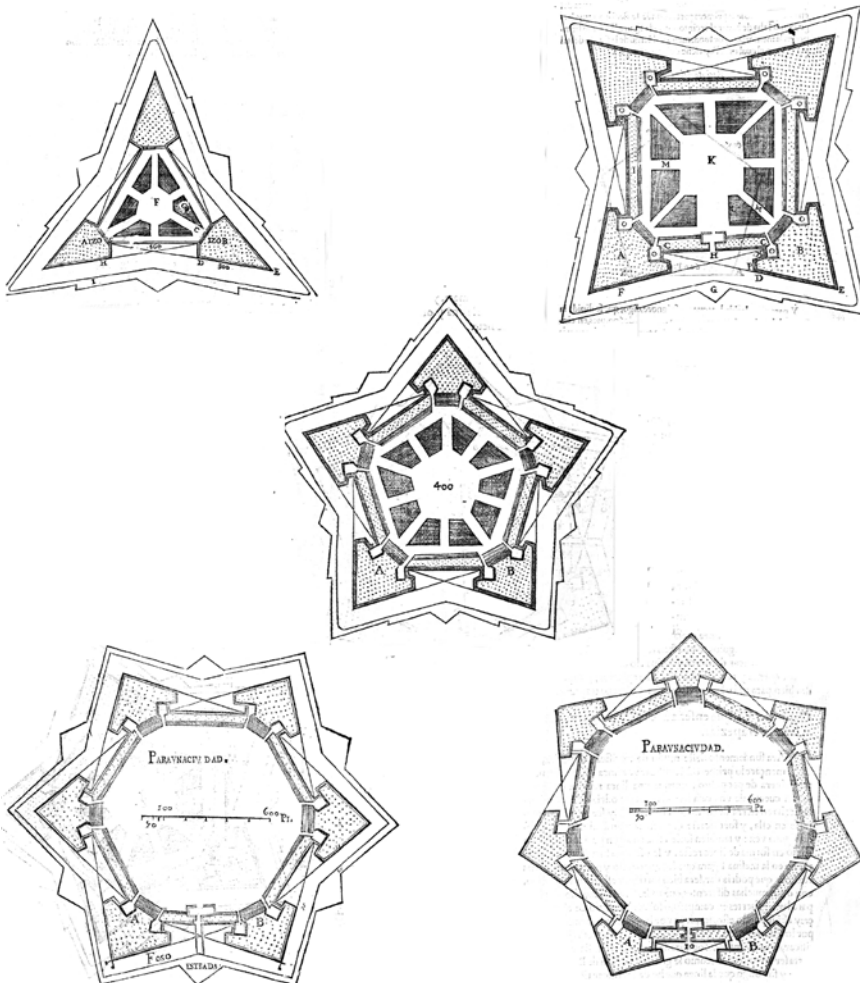


Figura 30 – Geometria das cidadelas (I)

Fonte: Cristóbal de Rojas, *Teórica y practica de fortificacion* (1598)

Quantitativo de baluartes.

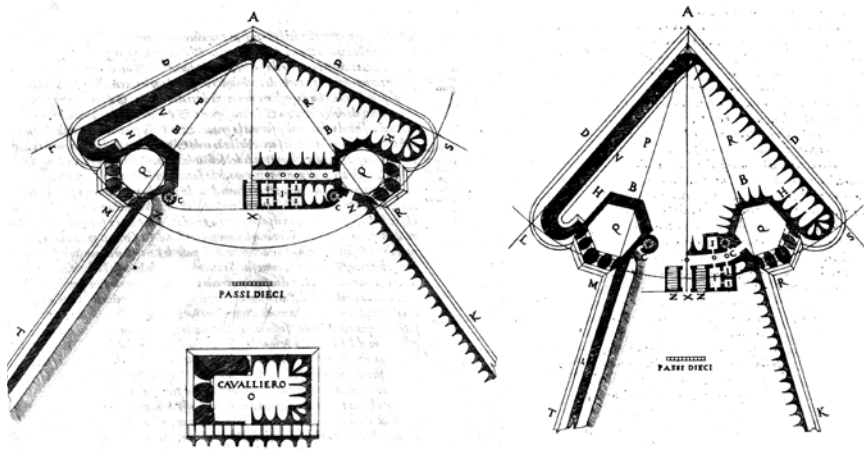


Figura 31 – Geometria das cidadelas (II)

Fonte: Galasso Alghisi, *Delle fortificazioni* (1570)

Relação ângulo/número de baluartes (cinturas a 5 e 20 baluartes).

O sistema mais não era do que o desenvolvimento do conceito de defesa activa, na qual a configuração angular permitiu a optimização do cruzamento de fogos entre os elementos flanqueantes, minimizando drasticamente os ângulos mortos da forma circular. Contudo, os arquitectos tiveram papel fundamental na definição da geometria do baluarte pelo carácter idealizado implícito (figura 32-34). A forma pentagonal era geralmente associada à concepção urbana da cidade ideal renascentista, e em particular no traçado do núcleo administrativo e militar, a cidadela.

Do ponto de vista militar, implicava uma maior projecção frontal, permitindo um largo arco de fogo sobre as várias direcções possíveis de aproximação do inimigo. Em comparação com uma cintura fortificada de traçado quadrangular, o menor número de lados implicava menos baluartes, sujeitando cada um deles a uma bateria mais violenta por parte do inimigo. O pentágono permitia chegar a um equilíbrio entre aquilo que era preconizado pela teoria e as exigências militares pragmáticas. Os seus cinco lados acomodavam maior número de plataformas de tiro, quando comparado com a forma quadrada. Por outro lado evitava-se o excesso decorrente de um circuito com 6 ou 8 lados, em que o necessário espaçamento entre os bastiões para optimizar as linhas de fogo aumentaria a escala da cidadela para as proporções de uma cidade. Funcionalmente, o baluarte desenvolvia-se por dois pisos de plataformas artilheiras para o cruzamento de fogo rasante em protecção à cortina. A praça alta (*piazza di sopra*) era aberta ao ar livre, e a praça baixa (*piazza di sotto* ou *de bazzo*) dispunha de uma ou mais bombardeiras abertas (figura 35).

Figura 32 – A geometria do baluarte (I)

Fonte: Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libri tre* (1571)

Estrutura geométrica: cinco lados, duas frentes (BC e CD), dois flancos (AB e ED), e o quinto lado virtual integrado na cortina designado por gola (AE).

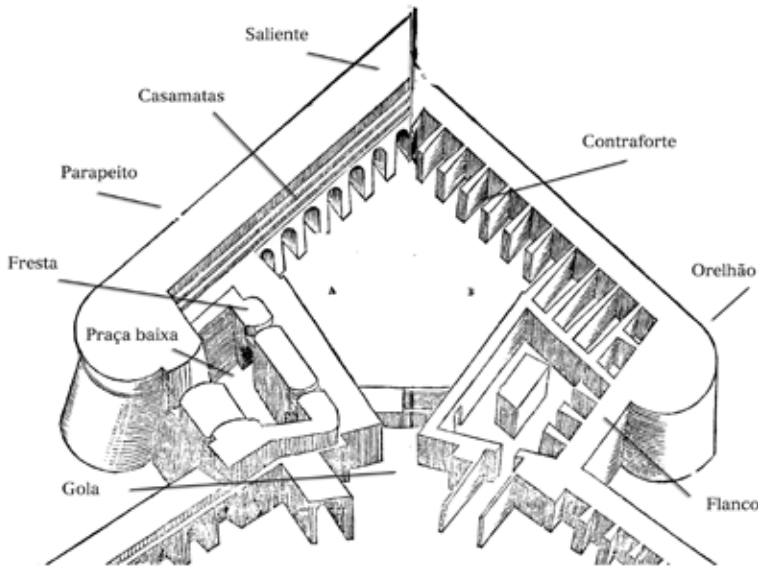
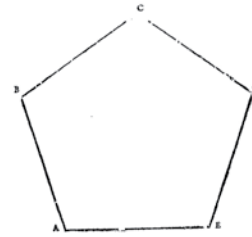


Figura 33 – A geometria do baluarte (II)

Fonte: Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libri tre* (1571)

Estrutura funcional do baluarte.

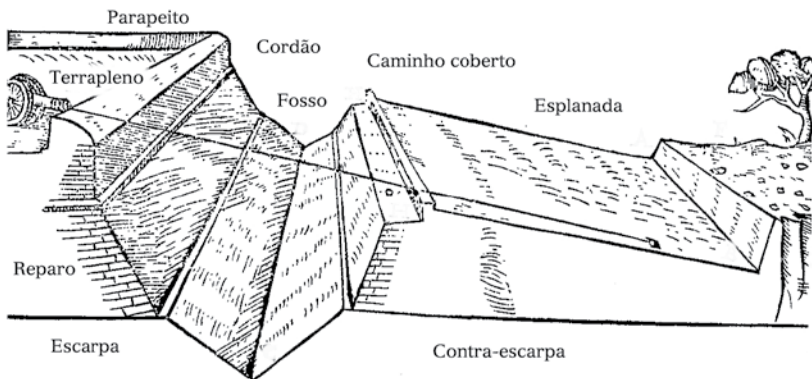


Figura 34 – A geometria do baluarte (III)

Fonte: Girolamo Maggi, *Fortificatione delle città* (1564)

Nomenclatura do sistema abaluartado⁸⁷.

⁸⁷ Um dos nomes atribuídos às demolições levadas a cabo para alargar os campos de

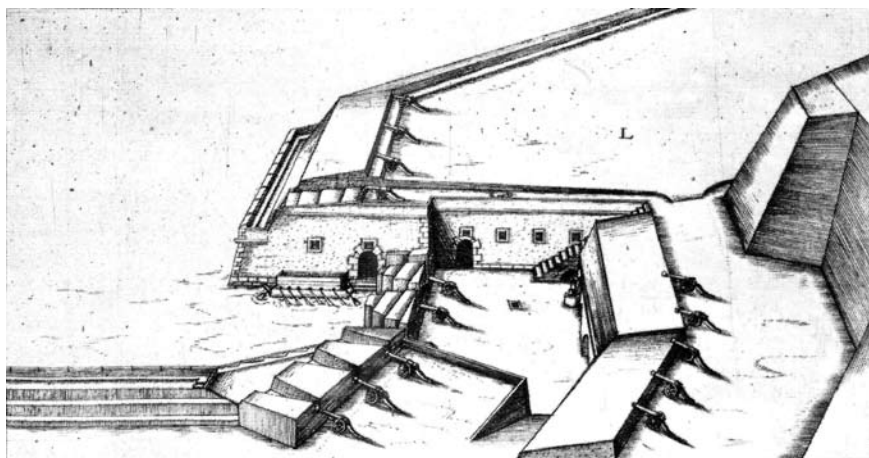


Figura 35 – Praça alta e praça baixa
Fonte: Desenho de Daniel Specklin (1589)

Os flancos do baluarte eram fundamentais para a efectivação do cruzamento de fogos, e a sua geometria de construção era definida pela trajectória balística dos projecteis (figura 36).

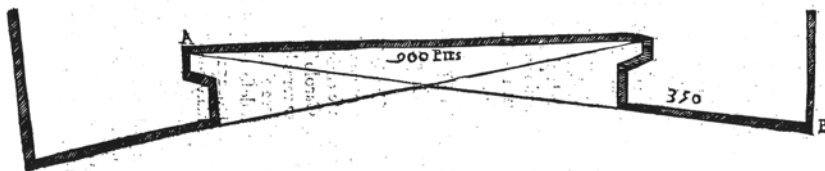


Figura 36 – Relação métrica entre cortina e baluartes
Fonte: Cristóbal de Rojas, *Teorica y practica de fortificacion* (1598)

Os projecteis faziam um trajecto rasante ao longo da cortina, cruzando o fogo com o baluarte situado no extremo oposto. A protecção das baterias era naturalmente crucial para o funcionamento adequado do sistema. Esta função defensiva era desempenhada pelos chamados orelhões, traçados na continuidade das duas frentes do baluarte e projectando-se na direcção de cada um dos panos da cortina contígua. A implantação dos orelhões tinha por objectivo encobrir as bombardeiras existentes nos dois flancos, impedindo a linha de visão a partir da frente da cortina. Pretendia-se dificultar uma bateria directa, deixando ainda a dúvida no sitiante sobre o número de peças de que os defensores dispunham.

Ao mesmo tempo que se consolidava o modelo de baluarte an-visão e fogo era *spinato* ou esplanar, palavra derivada de esplanada.

gular como peça arquitectónica autónoma, os seus diversos detalhes foram analisados em pormenor. Na segunda metade de Quinhentos estudaram-se traçados curvilíneos e rectilíneos para os «orelhões», ensaiando soluções igualmente engenhosas capazes de conferir uma protecção mais eficaz aos defensores. A mesma atenção foi dedicada às praças destinadas a acomodar as peças de artilharia, à localização e número de bombardeiras a rasgar nos muros ou ao recuo dos flancos da «gola» (figuras 37-39).

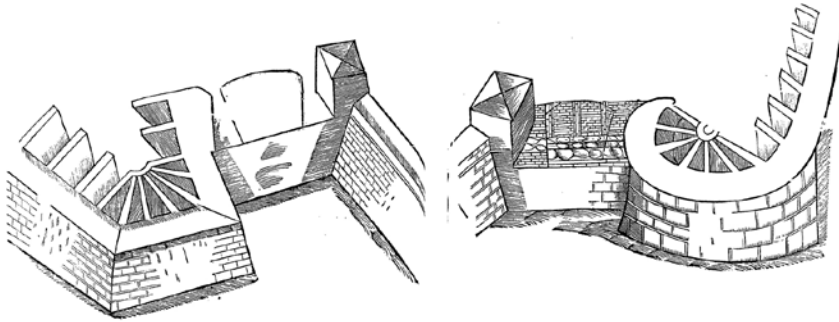


Figura 37 – Estudos de pormenor dos baluartes (I)

Fonte: Girolamo Maggi, *Fortificazione delle città* (1564)

Implantação das casamatas.

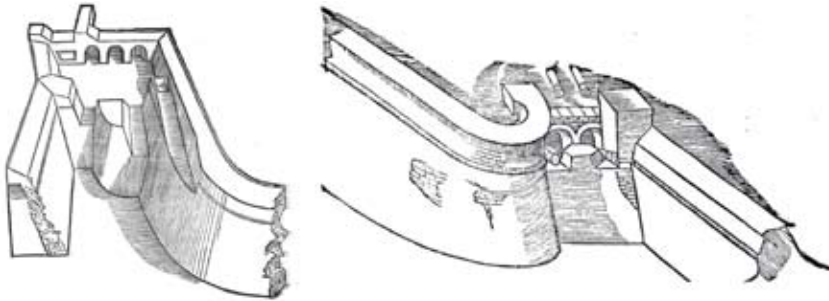


Figura 38 – Estudos de pormenor dos baluartes (II)

Fontes: Gabriello Busca, *L'architettura militare* (1585) e Domenico Mora, *Il soldato* (1570)

Recuo dos flancos e posição das bombardeiras.

Ensaaiaram-se também várias alternativas para projecção frontal do baluarte, cuja configuração variou entre um ângulo agudo e um obtuso, com o conseqüente maior ou menor avanço em relação aos panos da cortina. O baluarte com ângulo frontal de abertura de 45° — ou perto dessa métrica — com os respectivos orelhões de configuração rectilínea tornou-se a forma canónica em finais do século xvi, mas não uma norma geral. De facto, foram construídos baluartes obedecendo às duas tipologias no mesmo lapso de tempo, e a tratadística não foi unânime na defesa de qualquer uma delas. Encontram-se representadas nos estudos de Antonio Sangallo para as fortificações de Piacenza (1526-45). No tratado de Buonaiuto Lorini,

Delle Fortificationi, libri cinque (1596), a maior parte dos exemplos de baluartes possui orelhões de configuração curvilínea, mas também podemos apreciar algumas gravuras com a versão rectilínea (**figura 40**). O mesmo se passa, aliás, com a realização pratica (**figura 41**).

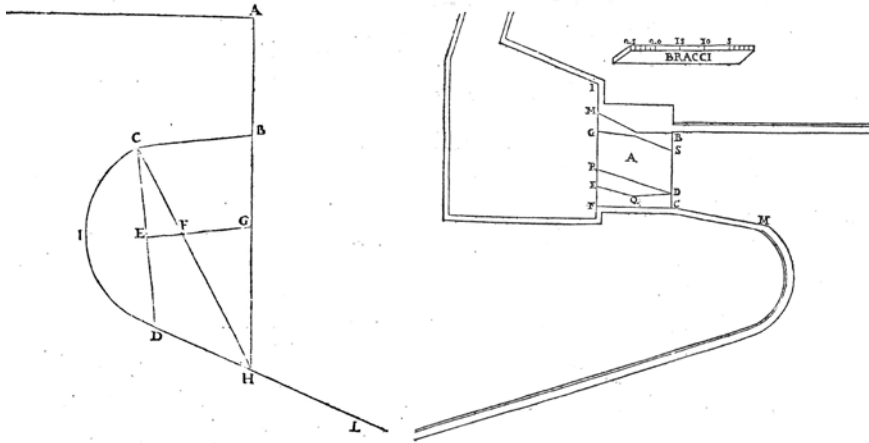


Figura 39 – Estudos de pormenor dos baluartes (III)

Fonte: Buonavito Lorini, *Delle fortificatione* (1596)

Estudo das linhas de tiro.

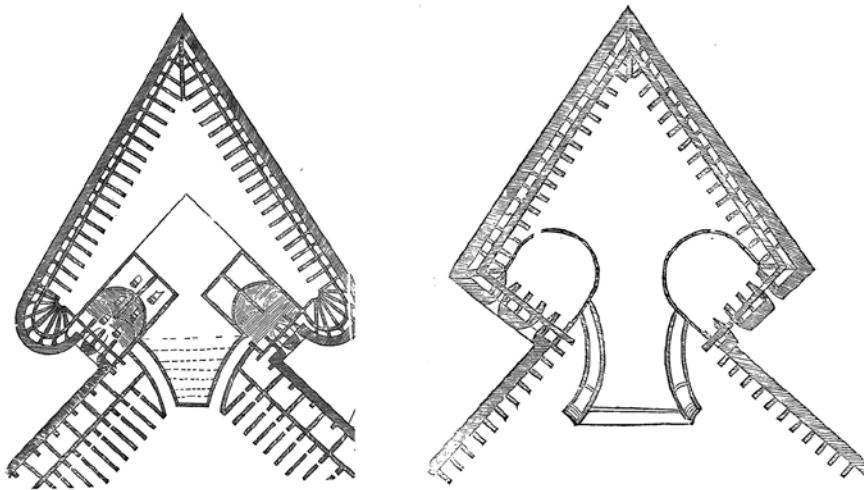


Figura 40 – O baluarte canónico (I): traçado teórico

Fonte: Girolamo Maggi, *Fortificatione delle città* (1564)

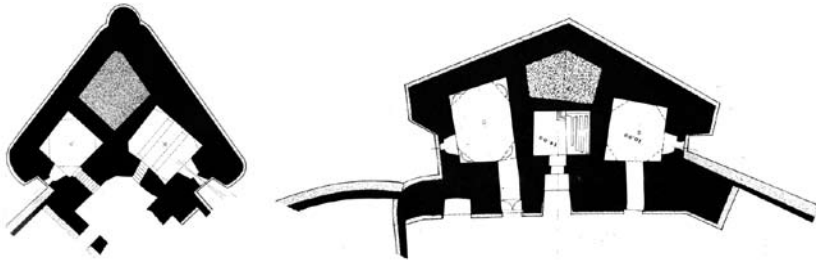


Figura 41 – O baluarte canónico (II): prática construtiva

Fonte: Desenho in *Bahrain in the 16th century: An impregnable island*

As duas tipologias de orelhões (curvilíneo e rectilíneo) no forte do Barém, Inofre de Carvalho (1559-1560).

A construção geométrica do baluarte seguia uma metodologia mais ou menos rígida que variou em função da experiência individual de cada autor. Certamente que a militância nos exércitos, bem como a circulação de indicações escritas e desenhadas, desempenharam um papel primordial neste intercâmbio. Girolamo Cataneo foi o primeiro tratadista a isolar um conjunto de regras que se consolidaram num método objectivo para o traçado de fortificações abaluartadas. A exposição deste sistema, descrito no seu tratado, apoiou-se tanto no texto escrito como em gravuras de grande qualidade gráfica, aligeirando substancialmente a leitura. O recurso a vistas desenhadas em perspectiva desempenhou o papel dos modelos tridimensionais, facilitando a compreensão para o leitor leigo. Consistiu, portanto, numa sistematização de indicações que no conjunto estruturaram um método. O seu impresso *Dell'Arte Militare Libri tre* (1564), tal como outro texto seu dedicado à construção dos esquadrões de que falaremos mais à frente, tornaram-se assim uma referência para outros autores como Giacomo Lanteri, Carlo Theti ou Cristóbal de Rojas.

Cataneo propôs como ponto de partida para a construção do traçado os dois panos contíguos da muralha que o baluarte deveria defender. A bissetriz do ângulo que definia o eixo de simetria do baluarte, designado por *asse capitale*, era a referência do início da construção (**figuras 42-44**). Seguidamente tinha lugar o traçado dos flancos do baluarte, tirando duas linhas perpendiculares à cortina. As medidas indicadas por Cataneo não parecem ter uma especial sustentação teórica, para além da intenção de discriminar valores numéricos objectivos. O esquema geral de implantação dos dois baluartes no mesmo troço da cortina decorria a partir do traçado do primeiro baluarte:

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

A partir do ponto D (flanco do baluarte) medir-se-iam 150 passos para encontrar um novo ponto A, a partir do qual arrancava o flanco do baluarte oposto; Unindo o ponto A com o ponto E obtinha-se o segmento AE. Prolongando este segmento até intersectar a bissetriz do ângulo EFG, encontrava-se o ponto F, a esquina dos dois lados do baluarte (frentes);

A partir da bissetriz FK era fácil completar todo o perímetro das fortificações, utilizando as medidas já obtidas.

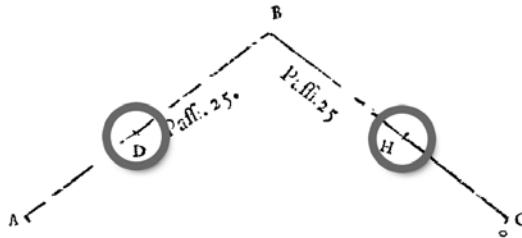


Figura 42 – A construção geométrica do baluarte (I)

Fonte: Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libri tre* (1571)

Medem-se 25 passos a partir do vértice do ângulo ABC, e marcam-se 2 pontos (D e H).

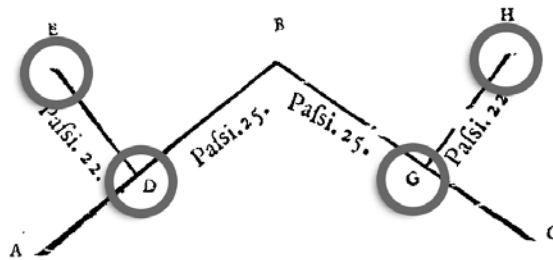


Figura 43 – A construção geométrica do baluarte (II)

Fonte: Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libri tre* (1571)

A partir destes pontos (D e G) traçam-se duas perpendiculares com 22 passos.

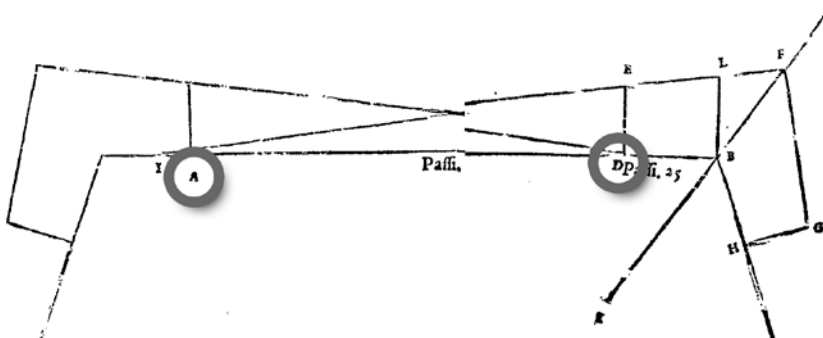


Figura 44 – A construção geométrica do baluarte (III)

Fonte: Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libri tre* (1571)

A 150 passos de D, marca-se o ponto A, o arranque da gola do baluarte oposto. Prolongando a linha «rasante» AE obtém-se a intersecção com a bissetriz EF do ângulo da gola DBH. O ponto F é o vértice das frentes do baluarte.

A concepção arquitectónica dos baluartes desenvolveu-se, portanto, em estreita dependência da geometria euclidiana, porque profundamente enraizada na mentalidade conceptual dos projectistas, e traduzia a afirmação de um conhecimento especializado emergente. Generalizou-se a noção de que a optimização defensiva poderia ser explorada tanto mais favoravelmente quanto mais a planimetria das fortificações fosse conformada a um rigoroso traçado geométrico. Não se estava assim tão longe desde a primeira proposta de Filarete para a cidade ideal de Sforzinda, teorizada no primeiro quartel de Quatrocentos. Niccolò Tartaglia escreveu no frontispício no seu tratado *Nuova scientia* que «Aquele que domina a teoria tem conhecimento da geometria», definição que se enquadrava perfeitamente no estudo geometrizado que fez das trajectórias balísticas dos projecteis. E se dúvidas pudessem subsistir quanto a uma abordagem fundamentalmente geométrica da arquitectura militar, veja-se o título do texto de Giacomo Lanteri, *Del modo di disegnare le piante delle fortezze secondo Euclide*, e cinquenta anos mais tarde o de Ambroise Bachot *l'Architecture des fortifications lequell conduira le curieux de Geometrie*.

A alteração da planimetria das torres, passando de um desenho poligonal para um desenvolvimento circular, foi uma solução corrente numa primeira fase de procura de uma resposta mais adequada às novas exigências defensivas. Recorde-se que a existência de torres circulares não era uma novidade na prática da fortificação, tal como o reforço dos pontos-chave da muralha com estruturas defensivas mais elaboradas era uma prática vulgar desde a Antiguidade. Esta situação colocava-se com particular acuidade nos troços de mudança de direcção, como nas esquinas dos muros da muralha ou nas portas de acesso. Mas outras alterações substanciais foram introduzidas às formas tradicionais. Como vimos, o aumento sensível da área destinada à implantação da artilharia associou-se a uma progressiva diminuição na altura, reduzindo a silhueta da fortificação. Estes factores revelaram-se cruciais no sentido de adequar soluções que respondessem às exigências e contingências da pirobalística.

Mas outra alteração não menos substancial colocou-se no plano conceptual. Os perímetros fortificados passaram a ser projectados como uma peça contínua, integrando os principais elementos defensivos — a cortina muralhada e o baluarte. Nas dimensões mais reduzidas da cidadela seria naturalmente mais fácil desenvolver as formas idealizadas pela teoria, porque se tratava de uma escala urbana conceptualmente mais manuseável. Definido um traçado geométrico geral e implantados os baluartes em função da trajectória dos projecteis, este microcosmo urbano consistia num todo articulado que se implantava no espaço físico sem perder a coerência formal.

Em muitas situações a prática seguiu de perto o plano conceptual, como sucedeu com a reformulação das fortificações de Florença. O principal núcleo defensivo, a cidadela, consistia na *fortezza da basso* de planta pentagonal desenhada por Sangallo, o Jovem. Ainda que conceptualmente mais moderna do que a antiga cintura medieval, encontrava-se próxima de uma planimetria de forma irregular. De facto, mais do que a construção geométrica de um pentágono, o traçado parece evoluir da base quadrangular para a forma pentagonal pela sobreposição de um triângulo em posição avançada. Contudo, coincidia com o próprio esquema de implantação do baluarte, um elemento construído em posição avançada em relação à cortina (figuras 45-47).

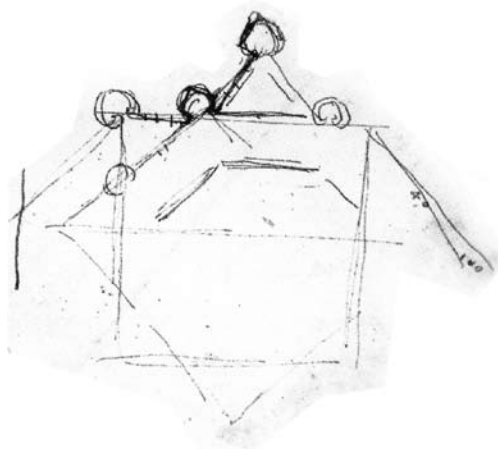


Figura 45 – Aproximação ao pentágono (I)

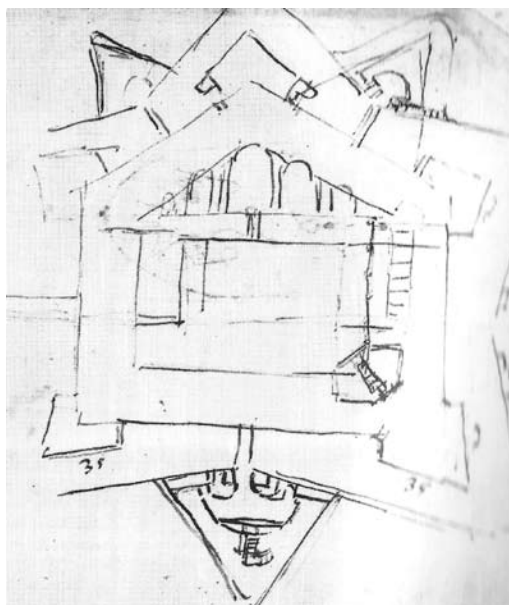
Fonte: Antonio Sangallo, estudos para a Fortezza da Basso em Florença

Triangulação de uma cortina recta aproveitando um revelim.

Figura 46 – Aproximação ao pentágono (II)

Fonte: Antonio Sangallo, estudos para a Fortezza da Basso em Florença

Confirmação de triangulação da cortina recta com a implantação um baluarte a meio.



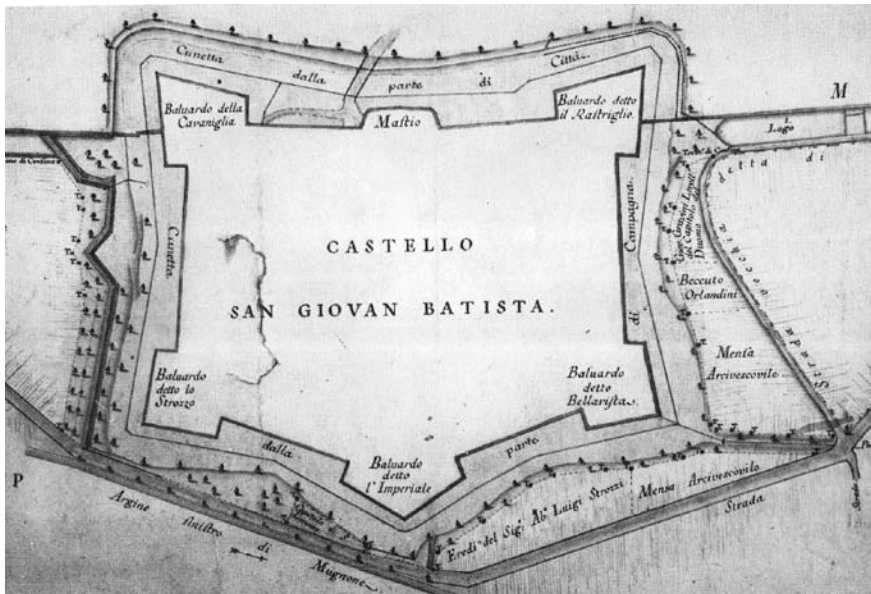


Figura 47 – Aproximação ao pentágono (III)

Fonte: Antonio Sangallo, estudos para a Fortezza da Basso em Florença
A forma final da Fortezza da Basso.

Evidentemente que concretizar o protótipo teórico chocou com diversos obstáculos. As pré-existências construídas ou a topografia do local de implantação seriam dois impedimentos à aplicação de uma matriz conceptual. Os custos proibitivos de uma intervenção de fundo abarcando a totalidade de uma cerca fortificada seriam uma inibição mais prosaica, mas que pesaria mais na impossibilidade de uma plena concretização de um desenho segundo a dita «traça italiana». Por exemplo, o maior bastião de Siena, construído entre 1527 e 1532, custou 2.000 *scudi*, o bastião duplo de Sangallo em Roma 40.000 *scudi*, a fortaleza de Santa Bárbara em Siena (1560) 41.000 *scudi*, ao passo que a remuneração dos arquitectos mais conceituados se situava entre 200 e 300 *scudi*. Florença constituiu uma etapa crucial para a consolidação do modelo de fortificação moderna, celebrado como tal por Vasari e Francisco de Holanda. As próprias obras decorreram de uma maneira particularmente célere, traduzindo a vontade de chegar o mais depressa possível à sua conclusão; iniciadas em finais de 1532 com cerca de 3.000 operários, estavam terminadas três anos depois. Este traçado tornou-se o ponto de partida de alguns dos paradigmas do urbanismo quinhentista, e a cidadela de Roma repetiu a mesma geometria pentagonal (figura 48).

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

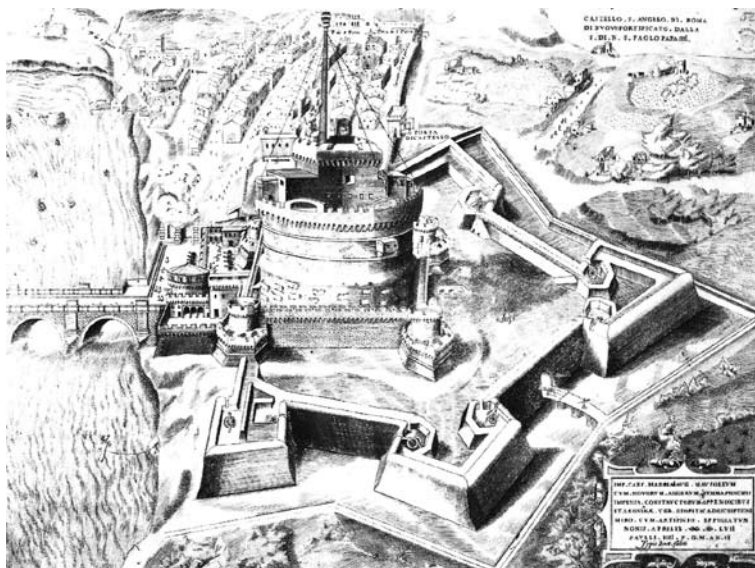


Figura 48 – Na continuidade da *ortrezza da Basso de Florença (I)*

Fonte: Castelo de Sant'Angelo, Roma, desenho de Bartolomeo Faletti (1557), BnF
Perspectiva axonométrica do Castel Sant'Angelo.

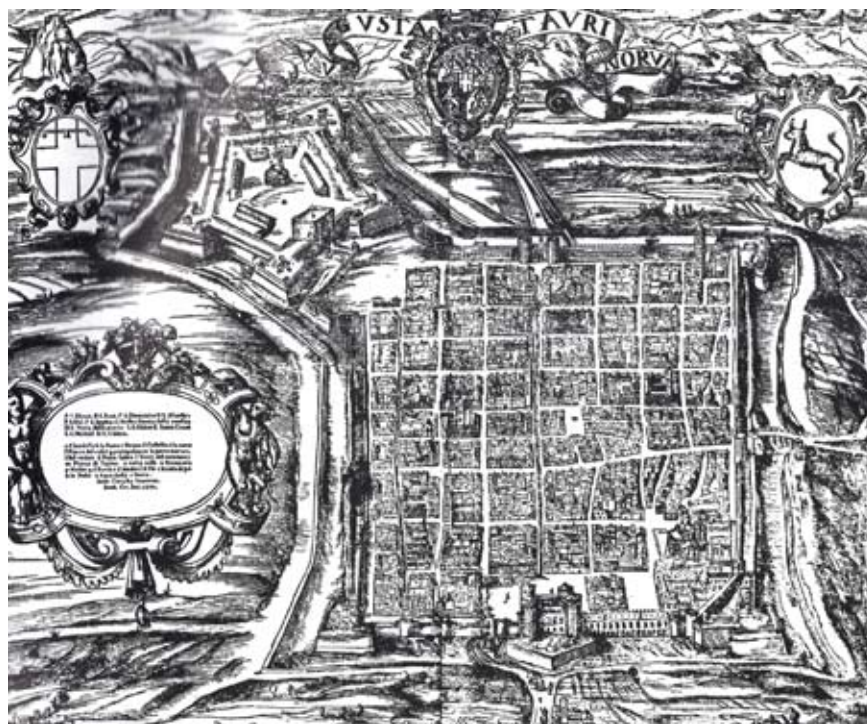


Figura 49 – Na continuidade da *Fortrezza da Basso de Florença (II)*

Fonte: Francesco Paciotto (1564)

Perspectiva militar de Turim, gravura de 1572.

Para Turim, Francesco Paciotto (1521-1591) idealizou em 1564 um exemplar de geometria perfeita utilizando as novas referências do urbanismo militar (**figura 49**), mantendo o traçado quadrangular das muralhas da cidade. Estas foram reforçadas com quatro enormes baluartes em cada ângulo, construídos em 1535, durante a ocupação francesa. Em Piacenza (1547), a cidadela foi também desenhada segundo a mesma forma pentagonal idealizada, embora a cintura fortificada da cidade tenha seguido uma configuração irregular (**figura 50**).



Figura 50 – Na continuidade da *Fortrezza da Basso de Florença (IV)*
Perspectiva militar de Piacenza (1547), gravura de 1600.

Bernardo Buontalenti (1536?-1608) adoptou a mesma forma pentagonal para Livorno (1575-1576), mas alargada à totalidade da cerca da cidade (**figura 51**), embora com alterações ao modelo ideal em função da topografia e da pré-existência do forte projectado por Sangallo, o Velho entre 1519-1534.

Muitas cidades foram, de facto, dotadas de cercas abaluartadas de configuração geométrica regular, mas o processo mais comum era adaptar o traçado à realidade topográfica. A planta hexagonal idealizada por Pietro Cataneo em 1554 foi distorcida em Setúbal por Filippo Terzi (1582-1594) e no forte San Miniato de Florença por

Buontalenti (1590-1595) (**figura 52**), tal como o hexágono desenhado por Rocco Capellino para Alghero (1553?) (**figura 53**).

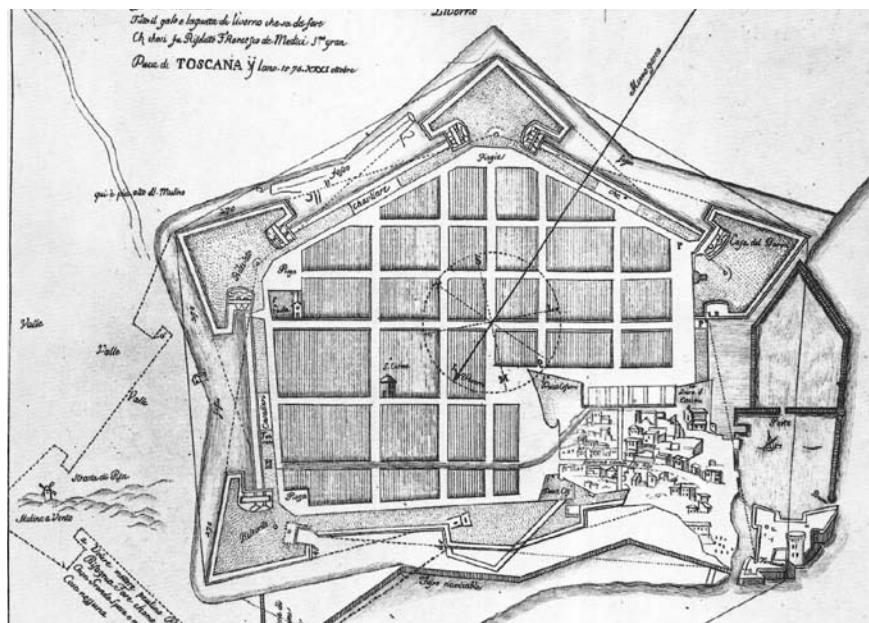


Figura 51 – Na continuidade da *Fortezza da Basso* de Florença (V)
Planta de Livorno, Bernardo Buontalenti (1575-6).

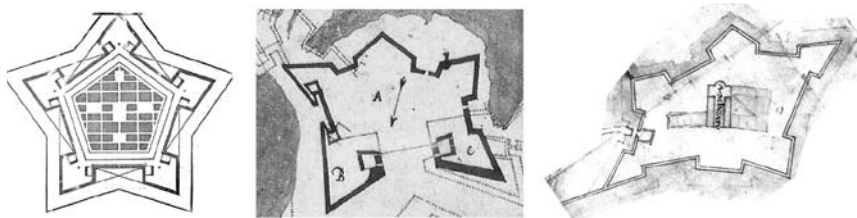


Figura 52 – Teoria e prática do pentágono
Traçado teórico (Pietro Cataneo), forte de S. Filipe (Filippo Terzi) e San Miniato (Bernardo Buontalenti)



Figura 53 – Teoria e prática do hexágono
Traçado teórico (Pietro Cataneo), Sabbioneta (1554-1567) e Alghero (Capellino, 1553?)

Em Sabbioneta (1554-1567), uma cidade situada na província de Mântua, a situação coloca-se em noutro plano, pois trata-se de uma subversão intencional da forma teórica. Durante a Guerra de Parma (1549-1552), travada entre Octávio Farnese apoiado pela França, e Carlos V foi construída a cintura fortificada de Sabbioneta, Girolamo Cataneo teria sido um dos responsáveis pelo desenho, em colaboração com o duque de Sabbioneta, Vespasiano Gonzaga (1531-1591)⁸⁸. A cidade foi reforçada com defesas provisórias, e foi sobre estas que em 1556 se iniciaram os primeiros estudos para o traçado do novo recinto fortificado. As obras realizaram-se em três fases sucessivas, a primeira compreendida entre 1556 e 1567, a segunda de 1578 a 1579, e a terceira concluída em 1589.

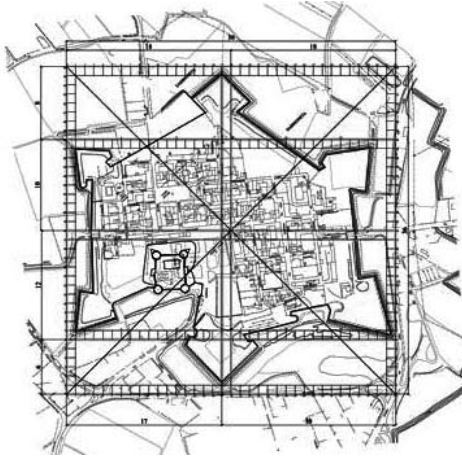


Figura 54 – O traçado urbano de Sabbioneta (I)

Fonte: “Sabbioneta - The measuring shape of an ideal city”

Pré-existência: o forte quadrangular .

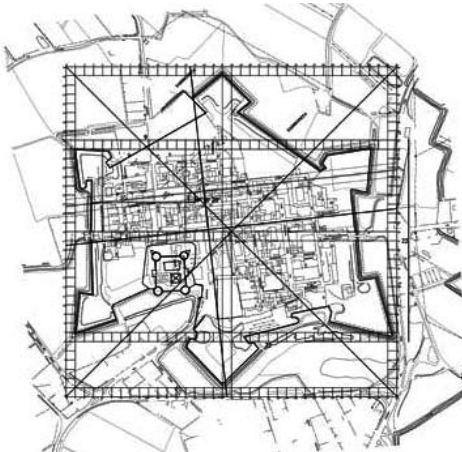


Figura 55 – O traçado urbano de Sabbioneta (II)

Fonte: “Sabbioneta - The measuring shape of an ideal city”

Subversão: a quadrícula urbana

⁸⁸ Vespasiano Gonzaga não era um arquitecto militar amador, pois durante os dez anos que permaneceu em Espanha participou na construção de algumas das fortalezas filipinas, como foi o caso de Melilha.

Concebida como um todo, a cintura fortificada de Sabbioneta obedeceu a uma forma hexagonal irregular bastionada desenvolvida em torno do forte quadrangular pré-existente (**figuras 54-55**). Os arruamentos apresentam um traçado rectangular fiel à tradição greco-romana, mas o desenvolvimento da quadrícula urbana fez-se segundo um «L», uma versão da tipologia paladiana em forma de «T». A perna do «T» caiu devido à irregularidade do traçado, mas ainda assim a praça de armas encontra-se no centro da rua direita da cidade; daqui parte outra via — perpendicular — que liga à praça ducal. Trata-se de uma subversão da simetria, igualmente perceptível na implantação das duas principais praças no interior da malha; numa destas praças foi construído o teatro privado de Vespasiano com desenho de Scamozzi (1588-1590), autor do Teatro Olimpico de Vicenza.

A completa reformulação das cinturas fortificadas medievais foi, salvo algumas notáveis exceções, uma impossibilidade. Contudo, a coerência e flexibilidade implícitas do sistema abaluartado permitia que a mera implantação de baluartes nas muralhas antigas alterasse substancialmente o seu desempenho militar. Como peça-base do sistema abaluartado, o baluarte pode equiparar-se ao elemento arquitectónico nuclear, a coluna. Os dois encontram-se no cerne da disciplina conceptual que constrange o traçado geométrico da fachada de um edifício ou a planimetria de uma fortificação. O sistema fortificado moderno tornou-se, portanto, o símbolo de uma emergente Ciência Militar, e as formas geométricas autênticos ícones do projecto Quinhentista para a Cidade Ideal: a reconversão das estruturas fortificadas medievais a um traçado onde figuravam, em lugar de destaque, a trigonometria e a balística. Um dos exemplos mais conseguidos foi a cidade de Palmanova, erguida depois da vitória de Lepanto, com um traçado radial que foi levado às últimas consequências por uma equipa que contou com Giulio Savorgnan e o tratadista Marco Antonio Barbaro, este último autor de uma das mais importantes traduções de Vitruvius da segunda metade do século XVI (**figura 56**).

A realização do ideal urbano na sua forma geométrica perfeita do pentágono ou hexágono foi concretizada nas cidadelas implantadas em cidades como Piacenza, Milão, Siena, Florença, e encontra-se subjacente à própria vida política da Toscana desde final de Quatrocentos. Com a imposição da *Pax Hispanica* garantida pela permanência dos contingentes militares de Carlos V, estes «microcosmos da cidade ideal» desempenharam uma função tanto sobre o inimigo exterior como no controlo da população da urbe. Soluções como a Fortezza da Basso de Florença ou a cidadela castelhana de Siena consistiram numa cunha ofensiva virada para o exterior, verdadeiro paradigma do conceito de defesa activa. Mas ao mesmo tempo

cravaram-se na muralha existente dois baluartes agressivamente virados para o interior do burgo, numa atitude claramente intimidatória. Os habitantes viam com crescente desagrado a construção destes redutos de concentração do poder político e militar, como o protesto de 1550 contra a construção da cidadela castelhana em Siena o indica.

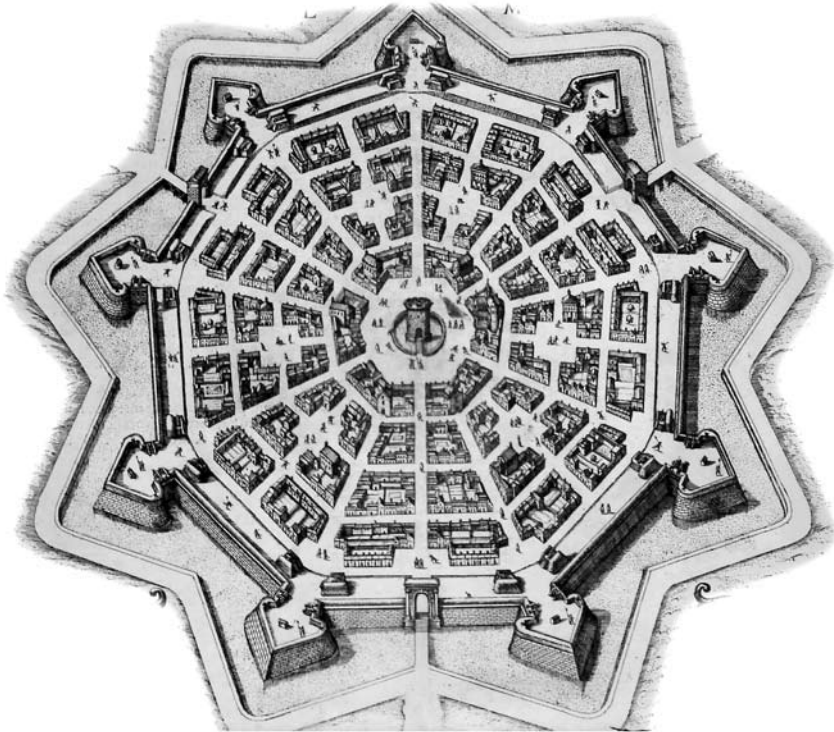


Figura 56 – Palmanova (1593)

Fonte: Desenho aguarelado, Achirvio di Stato, Turim (c.1580)

O facto é que desde o início de Quatrocentos era cada vez mais frequente a construção de cidadelas sobre as muralhas, como em Borgo Sansepolcro (1500), Arezzo (1502), Pisa (1509), culminando na corporização do despotismo de Alessandro de' Medici no governo de Florença, a Fortezza da Basso. O poder centralizado, fosse a cabeça do exército, o núcleo militar e administrativo na cidadela (**figura 57**), ou um palácio (**figura 58**), identificava-se assim com a forma geométrica ideal.

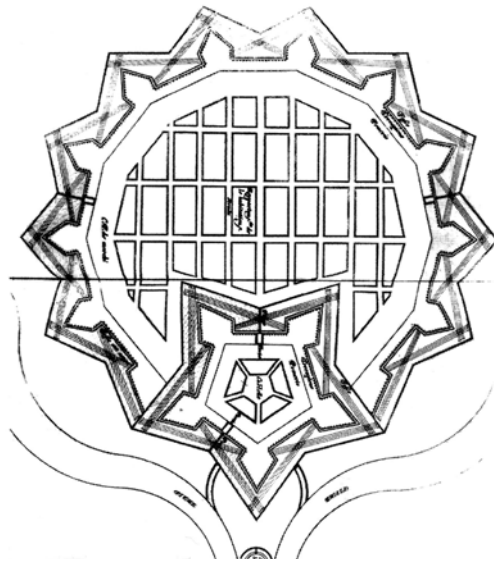


Figura 57 – O pentágono como ícone da fortificação
Fonte: Girolamo Marchi (1564-1599)
O binómio cidade/cidadela.

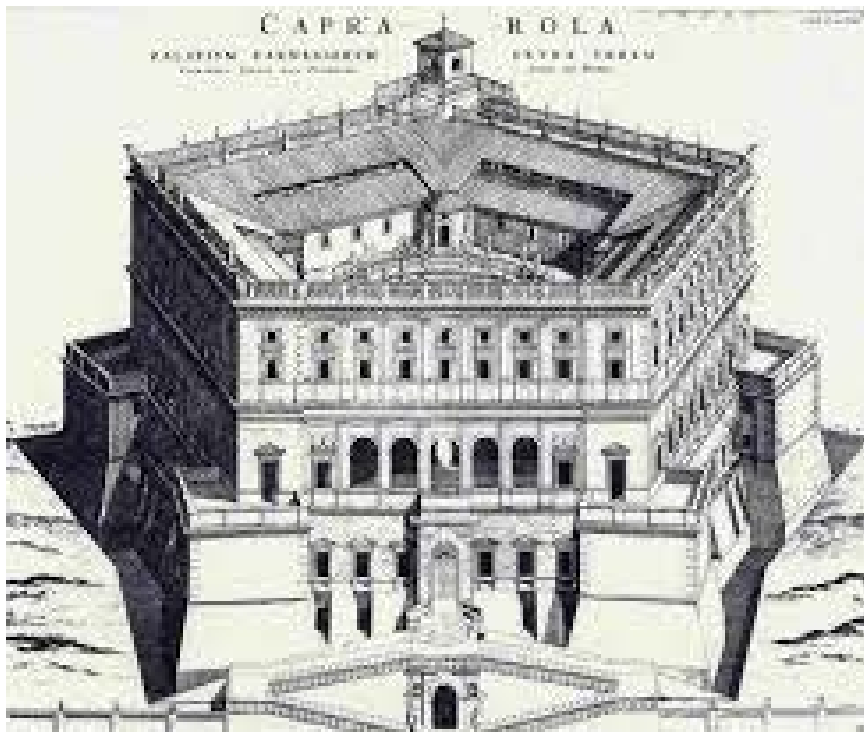


Figura 58 – O pentágono como modelo de arquitectura civil
Fonte: Francesco Vilamena, palácio pentagonal (1617)

O antropomorfismo de Sassocorvaro encontra-se implícito na própria génese da forma pentagonal da cidadela; os bastiões representam mãos e pés, coroados pela cabeça, qual flecha apontada para o exterior. Não deixou de ser o homem vitruviano inserido no quadrado. Mas ao estender o traçado abaluartado à escala da cidade, forçou-se a subalternização humana à geometrização idealizada. Da mesma maneira se sujeitavam os soldados à superior vontade do príncipe. Vasari pintou Alessandro de' Medici personificando a Fortezza da Basso, sentado sobre um banco cujas pernas simbolizariam o povo de Florença, «porque feitos para obedecer».

No estrito plano das exigências militares, a defesa flanqueante esteve na base da reformulação da arquitectura militar desde finais de Quatrocentos. Este princípio, pelo qual todas as diferentes partes da fortificação deveriam ser visíveis entre si, de maneira a tirar o maior partido do apoio defensivo mútuo, encontra-se intimamente relacionado com o constrangimento dos sistemas fortificados a uma completa geometrização. A estética angular foi resultado da abordagem defensiva em função de linhas de tiro, e este suporte conceptual encontra-se subjacente à mentalidade dos projectistas que desenvolveram o traçado angular. Arquitectos ou pintores como Brunelleschi, Francesco di Giorgio ou Michelangelo construíram um espaço como função de traçados geométricos, grelhas ortogonais ou linhas visuais. Por essa razão, avaliarmos as soluções arquitectónicas que surgiram no contexto militar implica munirmo-nos da percepção e compreensão das ferramentas mentais que lhes estão subjacentes. A profunda reconfiguração a que a arquitectura militar foi sujeita atribuiu-lhe uma especificidade própria, abrindo espaço ao aparecimento de especialistas na matéria. Fruto das inovações militares, pode parecer — e assim se tem defendido — que os engenheiros militares progressivamente se congregaram num grupo alargado de profissionais, evidenciando uma cada vez maior autonomia em relação à vertente civil.

Todavia, não nos encontramos apenas perante o resultado de um crescente protagonismo dos aspectos tecnológicos do conhecimento, mas também da própria formação científica e artística dos projectistas. Desde Brunelleschi a Palladio, encontramos um leque alargado de personagens, pensadores e gente do meio operativo cujo vínculo às artes lhes permitiu ocuparem-se das duas arquitecturas, civil e militar. A alteração da percepção e representação da realidade física, e a apetência pela realização gráfica, desempenharam assim um papel crucial. De facto, para os teóricos dos séculos xv e xvi, o *disegno* corporizou o *ingenio*. Primeiro, circularam os esboços entre especialistas; depois, foi a vez dos rigorosos desenhos planimétricos. A herança clássica ocupou o lugar crucial que sabemos,

retomando modelos e reajustando paradigmas. O universo dos especialistas alargou-se também, e o desenvolvimento da Arquitectura militar seguiu muitos dos princípios da Arquitectura civil, ainda que com finalidades e resultados diferentes.

Apesar de um mesmo caminho trilhado em paralelo, Arquitectura civil e Arquitectura militar foram divergindo nos seus percursos. Este facto foi explicitado de diversas formas na escrita da guerra quinhentista. De Francesco di Giorgio a Diego de Álava y Viamont, os tratados expressaram uma cada vez mais notória distinção entre as duas arquitecturas. Quando Brunelleschi reivindicou para o arquitecto o papel de árbitro absoluto na operação construtiva, antecipou o papel centralizador do artista como criador, o *facitor*. Foi na sequência da ruptura na própria natureza daquilo que se entendia ser o objecto artístico — então já considerado como uma *cosa mentale*, contrariando a noção clássica da «mimese» — que em meados do século XVI se efectivou a separação entre arquitecturas civil e militar. Em 1554, Giovan Bellucci entendia que apenas os soldados práticos se encontravam habilitados a projectar fortificações. Para Antonio Lupicini, menos radical, o arquitecto devia trabalhar em estreita colaboração — para não dizer debaixo da supervisão — dos militares. Jacopo Castriotto (1510-1573), Francesco de Marchi (1504-1577), Gabriele Tadino (1480?-1543), Giovan Battista Calvi (?-1565), Girolamo Cataneo ou Álava y Viamont (1557-1597) já não eram os homens universais do Alto Renascimento mas sim soldados práticos, os novos especialistas na ciência da artilharia e traçado de fortificações. Esta era uma realidade alicerçada em conceitos mecânicos, conceptualizada sobre esquemas matemáticos e geométricos e teorizada nos tratados militares como um *corpus* autónomo. Este não se limitou à arquitectura ou engenharia militar, alargando-se a toda a actividade bélica no seu exercício mais objectivo — o confronto entre exércitos no plano estritamente militar do campo de batalha.

2.3 Dos esquadrões

As profundas alterações que se sucederam no panorama militar desde meados do século XV resultaram de um longo percurso de aperfeiçoamento. A guerra na Idade Média não consistiu num mero interregno entre a máquina militar romana e o nascer dos primeiros exércitos «nacionais». Por um lado, os agrupamentos medievais de homens concentravam-se já em unidades tácticas designadas «azes» e «batalhas», cuja dimensão variava de acordo com os efectivos disponíveis. Também os diferentes blocos tácticos possuíam uma nomenclatura de acordo com a sua posição relativa no exército, a «batalha», a «retaguarda» ou «saga», as «alas», o que deixa clara uma

preocupação efectiva com a função militar de cada um. Por outro lado, os generais e teóricos medievais também reflectiram sobre a guerra, até porque os textos dos Romanos sobre ciência militar eram, como se sabe, conhecidos, lidos e analisados em pormenor. O *Epitoma rei militaris* de Flávio Vegécio Renato foi a principal obra de referência da Antiguidade. Este texto, escrito entre os séculos iv e v, foi objecto de mais de três centenas de versões. Entre os séculos vii e xvii foram produzidos sobre este texto 324 manuscritos. Considerando que o número de cópias posteriores ao início do século xvi totaliza menos de 6% deste total, facilmente se conclui que o texto de Vegécio se encontra na base do pensamento teórico medieval sobre a guerra. Portanto, a arte militar praticada pelos Romanos não havia sido esquecida durante a Alta Idade Média, mesmo no que respeitava à administração das grandes concentrações de efectivos, uma característica dos encontros militares da Antiguidade. No contexto centralizado de Roma, a existência de unidades militares com uma orgânica bem definida era imprescindível para o funcionamento do sistema militar. O controlo das fontes de recrutamento permitia, em primeira análise, levar a cabo com elevado grau de eficácia uma campanha específica; para além de o Estado poder decidir quando poderia lançar a expedição, tratava-se de saber quantos eram os soldados disponíveis para esse fim.

Hoje já se entende que um dos pilares do poder bélico dos Romanos se centrou, precisamente, numa ampla base de recrutamento constituída pelos Estados federados no período da República, sem qualquer paralelo entre os seus rivais. O sucesso das Guerras Púnicas, em particular a segunda — quando Roma defrontou Aníbal Barca — não pode ser apenas associado à competência dos seus generais, mesmo de um Cipião, sobretudo se comparados com o génio militar do general cartaginês. O êxito deveu-se ao apoio de muitas das cidades da Península Itálica, e a estratégia de Aníbal Barca centrou-se precisamente na tentativa de desmembramento da federação da República romana de forma a negar-lhes esta vantagem. Do ponto de vista estratégico, a marinha cartaginesa foi suplantada pela sua rival, privando os africanos da sua tradicional supremacia, e no plano tático a República podia contar com a celebrada tenacidade e treino do soldado romano. Mas no final a superioridade de Roma deveu-se também — ou sobretudo — à capacidade da República de levantar um novo contingente de legiões sobre as cinzas de derrotas tão completas como o foram as de Trébia (218 a.C.), do Lago Trasimeno (217 a.C.) e de Canas (216 a.C.).

Companhias e terços

A possibilidade de uma tão completa renovação de um contin-

gente militar, como aconteceu durante as Guerras Púnicas, revela a importância crucial de uma estrutura militar enquadrando a componente humana dos exércitos. De algum modo, este foi talvez o principal factor que consolidou a herança romana como um verdadeiro paradigma militar. Do ponto de vista administrativo, esta estrutura era preenchida pelos recrutas em unidades que se estruturavam em função de uma progressão hierárquica, as centúrias no mais baixo da escala, seguidas pelos manípulos e depois as cortes. Cada uma possuía o seu corpo de oficiais, com o *optio* na base da hierarquia e o *primus pilus*, *princeps*, *hastatus*, *princeps posteriori* e *hastatus posteriori* preenchendo a escala hierárquica dos centuriões. O topo da orgânica era a legião, verdadeiro ícone para sempre associado à força expansionista do Império. As legiões desempenharam exemplarmente este papel de matriz, mas, como em tantas outras situações do contexto cultural da Roma antiga, acolheram-se influências militares de várias proveniências. Alguns dos ícones da máquina militar romana foram absorções externas: o gládio de origem hispânica ou a armadura de anéis metálicos e o emblemático capacete imperial copiados de exemplares celtas. Contudo, a principal referência — podemos dizer *o modelo*, ainda que adaptado — vinha da Grécia, fosse interpretado por Samnitas ou Cartagineses. Os Romanos derrotaram as falanges macedónicas, mas não deixaram de adaptar este sistema militar, amplamente provado e experimentado desde os tempos de Filipe. A estrutura da legião foi produto de todo um percurso evolutivo na continuidade da herança militar Helenística, mas que se adaptou sucessivamente — e com notável êxito — durante cerca de 400 anos.

Contudo, o pano humano no final do Império já não era o mesmo. Nos exércitos romanos tardios é notória a dificuldade em recrutar soldados, situação que se colocou com particular acuidade depois do terrível desastre de Andrianopla (378 d.C.). Os diversos contingentes de Godos, Ostrogodos, Francos, etc., antigos inimigos tornados aliados pela força das difíceis circunstâncias, demonstravam não apenas uma autonomia mas consciência da sua individualidade e valia bélica na defesa do Império. Esta situação algo paradoxal demonstra a força da cultura romana, um espaço cobiçado pela riqueza e procurado como refúgio dos nómadas vindos do Oriente. Talvez aquilo que impediu a queda de Roma durante a Terceira Guerra Púnica, a lealdade das cidades de Itália e a tenacidade dos legionários, se tivesse esvaído durante a longa história do Império Romano. A impossibilidade de efectuar o recrutamento nos moldes que existiam no início do Império e a dependência de contingentes militares culturalmente distintos parecem ter sido a base de uma nova vivência militar na Europa pós-imperial. Seria preciso esperar quase um milénio até que os diferentes reinos europeus voltassem a adquirir a possibilidade de um recru-

tamento centralizado, afinal uma das bases do poderio de Roma.

Em todo o caso, organizar a base de recrutamento segundo unidades militares orgânicas foi algo que não ficou esquecido depois do que se convencionou designar como queda do Império Romano. Desde o século xi que os cavaleiros franceses e normandos se treinavam e combatiam em pequenas unidades chamadas *conrois*, com efectivo entre 10 a 50 homens. Os cavaleiros da Ordem do Templo, que aliás possuíam um espírito de corpo pelo menos idêntico aos *tercios* espanhóis no século xvi, organizavam-se em unidades designadas por *eschielle*. A lança estabeleceu-se na França como elemento orgânico nuclear, compreendendo cerca de 5 homens. Em Itália — onde foi introduzida pelos mercenários ingleses e franceses a partir de 1360 — ficou reduzida a 3 homens, e no reino de Navarra apenas consistia em 2 homens, o cavaleiro e o escudeiro; no resto do território espanhol a lança equivalia apenas ao homem-de-armas, situação que se repetiu para Portugal, onde chegou também por influência externa.

O agrupamento dos soldados em unidades designadas por companhias terá sucedido no cenário de guerra europeu desde, pelo menos, o século xii. O contexto militar em Itália foi particularmente favorável ao seu estabelecimento, dado o elevado número de combatentes que alimentou décadas de guerra contínua. Surgiram primeiro em Siena (1322) — curiosamente, pela mesma altura em que Giotto ensaiava as aproximações empíricas à perspectiva —, em Cerruglio (1329), na Lombardia (1334), e depois durante a guerra dos Cem Anos, sobretudo na sequência das tréguas de Bordéus (1357) e Bretigny-Calais (1360-1361). Estas companhias apenas tinham em comum com a posterior estrutura quinhentista a designação, porque o quantitativo era tão aleatório como a proveniência dos soldados. Desde o início que a companhia se associou ao capitão, fossem mercenários contratados ou *condottiere* italianos, baptizada com o seu nome, eventualmente desmembrando-se quando ele se retirava do serviço activo.

O excesso de soldados treinados foi um momento propício para ensaiar a criação de estruturas militares permanentes. Na França da segunda metade de Trezentos tentaram instituir-se as inspecções periódicas aos soldados, e em 1374 foi decretado que os homens-de-armas se deviam organizar em companhias com efectivo de 100 soldados enquadrados por um capitão. A legislação não passou do plano das intenções, mas em meados do século seguinte teve realização prática. Com a Trégua de Tours (1444) novamente se encontraram disponíveis numerosos veteranos de guerra, que Carlos VII procurou enquadrar em companhias pela *ordonnance du roi*

decretada em 1445. Carlos da Borgonha também ensaiou a criação de um contingente permanente. As suas reformas militares foram mais profundas, e embora mantivesse o sistema de recrutamento feudal adoptou a organização das lanças em companhias de tipo francês, embora obedecendo a uma orgânica mais complexa. Os oficiais eram profissionais contratados, sobretudo ingleses e italianos, e a rígida disciplina acompanhava o rigor formal dos dispositivos táticos, como no caso da formatura quadrada na batalha de Nancy, a derradeira de Carlos *o Temerário* (5-1-1477). Contudo, foram os cantões suíços, seus inimigos, que realizaram em pleno a quimera do exército permanente: uma estrutura orgânica, um recrutamento eficaz e um regime de treino adequado, tudo articulado num sistema coerente. Evidentemente que o caso suíço consistiu em mais um processo evolutivo. Inicialmente as armas de fogo não eram uma prioridade, e o pique só foi universalmente adoptado a partir da derrota de Arbedo (30-6-1422). Mas mesmo que esteja por provar se a adopção do pique foi de facto de uma repescagem da *sarissa* macedónica, a influência clássica não deixa de ser aparente no dispositivo de batalha suíço.

Na Península Ibérica, a expansão territorial iniciada com a absorção de outros reinos empurrou a Espanha para os conflitos de Itália. Foi este o principal factor que permitiu aos Espanhóis fazerem uma síntese única de sistemas militares muito diferenciados, tanto geográfica como culturalmente. A experiência militar obtida durante a guerra contra Granada foi instrumental no desenvolvimento de um novo paradigma militar, pois obrigou a um fluxo constante de tropas para alimentar esta campanha de invulgar dimensão. Coincidindo com a entrada ao serviço do novo armamento pirobalístico, desenvolveu-se a organização dos soldados em unidades com carácter rígido, tal como acontecia na Europa, mas no fundo parecendo transportar algo da maneira como o Império Romano havia realizado a sua própria expansão militar. Este sistema teve como ponto de partida a *ordenanza* dos Reis Católicos, em particular as milícias introduzidas em 1495-1496 depois da conquista de Granada. A nova estrutura surge documentada desde a conquista de Mers-el-Kebir (1505), cujo núcleo consistiu nas *cuadrillas* com o efectivo de 50 homens. O grande responsável pela primeira expansão espanhola, o cardeal Cisneros, adaptou esta estrutura embrionária para construir os efectivos militares destinados às subseqüentes expedições ao Norte de África. No arrolamento de soldados feito para a expedição a Orão (1509), encontramos pela primeira vez a utilização do termo *coronelia* para designar uma unidade orgânica que entretanto havia surgido. Recorde-se que os Espanhóis se encontravam então envolvidos nas guerras de Itália, portanto a *coronelia* derivava da *colonnella* italiana, originalmente designada por *colonna*.

O comandante da *coronelia* era o coronel, designação novamente adaptada do termo italiano *colonnello*. O contacto estabelecido entre Espanhóis e Italianos foi instrumental neste intercâmbio, resultando numa espécie de miscigenação entre os exércitos da Península Ibérica e uma escola militar — passe a expressão⁸⁹ — da Península Itálica. Esta interpenetração das práticas militares ocorreu com as primeiras campanhas das guerras de Nápoles, durante as quais foi também absorvido o sistema militar suíço, reconhecido como o mais avançado de então.

A *coronelia* compreendia um número variável das antigas capitánias, cuja intenção seria preencher o vazio na cadeia de comando entre o comandante do exército e os comandantes das capitánias. A sua existência ficou consolidada a partir do ano de 1510, e daqui evoluiu-se para o modelo definitivo do *tercio* castelhano⁹⁰, símbolo e nova referência militar para toda a Europa quinhentista. Os antecedentes do termo *tercio* ainda se encontram envolvidos em controvérsia, mas é possível sinalizar o momento em que se formalizou o seu nascimento. No final das guerras de Itália, durante as negociações entre o Papa, os duques de Ferrara e de Milão e o imperador Carlos V (1532), estabeleceu-se que um contingente de tropas permanente deveria manter o *status quo* político e militar em Itália. O imperador comprometeu-se a fornecer as tropas de um corpo expedicionário a estacionar nas regiões de Nápoles, Sicília e Lombardia, cuja estrutura orgânica ficou fixada na legislação promulgada em Génova logo após a conquista de Tunes, em Novembro de 1536. Estes soldados organizaram-se a partir um efectivo teórico de 3.000 homens distribuídos por 12 companhias, e cada companhia possuía 11 oficiais, efectivo mais ou menos estabilizado desde a época da batalha de Ravena⁹¹. O *tercio* cristalizou-se depois com legislação filipina de 1562, que apenas introduziu algumas alterações de pormenor, e foi definitivamente alterado pela *ordenanza* de 1603.

⁸⁹ Durante o século XVI não existia qualquer instituição dedicada ao ensino militar. Apenas no início do século XVII surgiram as primeiras academias militares italianas e a *Schola militaris* de João de Nassau. Mas claro que existia um corpo de conhecimento transmitido através de um processo educativo.

⁹⁰ São várias as explicações para a designação de *tercio*: o tipo de armamento que devia equipar os soldados — um terço lanças, um terço armas de fogo, um terço espadas —; ou derivado da designação de Justo Lipsio para as tropas romanas estacionadas na *Hispania* romana, «a *tercia* Legión»; ou por o *tercio* consistir na amálgama de três das antigas *colonnellas*; ou porque o corpo expedicionário estacionado em Itália depois das guerras se dividia em três unidades militares distintas a estacionar nas regiões de Nápoles, Sicília e Lombardia e por isso cada unidade representava a terça parte do quantitativo.

⁹¹ O capitão, alferes e 8 cabos de esquadra, mais um píforo e tambor (René Quatrefages, *La Revolución Militar Moderna. El Crisol Español*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1996, p. 249).

Baptizadas com o nome do local onde estacionavam ou do comandante, estas unidades inter-armas funcionaram como verdadeiras micro-sociedades. De um ponto de vista económico, o soldado do terço encontrava-se num plano vantajoso, apesar de todos os sacrifícios inerentes ao alistamento. A eventualidade da morte encontrava-se sempre próxima, fruto de uma multiplicidade de factores: os ferimentos em combate, as doenças e 04-08-14 ou a envolvente geográfica ou social, que de um modo geral se revelavam hostis. A exacerbação dos valores da Igreja Romana, a lealdade ao rei ou a honra individual poderiam contribuir para alimentar a auto-suficiência do terço, mas era intensa a partilha de vivências, que se traduzia na criação de um espírito fraternal entre os soldados, onde os oficiais podiam — e deviam — desempenhar um papel paternal em relação aos seus subordinados; um tratadista português de finais do século XVI deixou expressa esta relação — «E assi como tem licença para castigar o mau [h]á de premiar o bom [...] que hu soldado de sua companhia faz hu bom feito metelo antre o general e procurar que o aventagem e lhe fação mercês porq fazendo assi acudirá sempre boa gente a sua companhia»⁹². As alcunhas que se sobrepuseram aos nomes dos *tercios* foram o reflexo da sua individualidade; o *tercio de los Colmeneros* de D. Francisco de Bobadilha, os *Sacristãos* para um dos dois *tercios* da Sicília, ou os *Cañutos* comandado por Agustin Iñiguez, os *Zambapalos*, os *Assadores de cozinha de Sua Alteza*, *Almidonados*, *Zarabanda*.

O maior prestígio naturalmente que recaía sobre os chamados *tercios viejos* de Nápoles, Sicília e Lombardia. Fazer parte de uma entidade militar que remontava aos tempos do icónico general Gonzalo de Córdoba era um evidente motivo de orgulho, e o verdadeiro objecto da lealdade dos soldados era o *tercio*, em particular os respectivos capitães. As revoltas que ocorreram entre os *tercios* da Flandres puderam ser aplacadas mediante o pagamento do soldo em atraso, mas nem por isso se prescindia da intervenção de interlocutores reconhecidos pelos próprios soldados, que não poucas vezes podiam resolver uma situação crítica. Oficiais como Juan del Águila (1545-1602) ou Julián Romero (1518-1577) puderam acalmar motins, fazendo valer o seu prestígio pessoal. Alexandre Farnese (1545-1592), governador dos Países Baixos entre 1578 e 1592, entendeu que os soldados podiam subvalorizar a sua própria liderança e tratou de promover um exemplo para todo o exército; em 1589 extinguiu o *tercio viejo de Lombardia* depois de os seus soldados terem protagonizado uma série de revoltas.

⁹² Anónimo, *De Re Militari* [manuscrito], BNP, códice 1569, p. 14.

Batalhas e esquadrões

Esquadrão é gente que conforme ao seu modo, armada de piques, e cossolletes está na forma que convém, para se defender ou ofender.⁹³

Em paralelo com as alterações na estrutura orgânica das unidades militares, outra mudança significativa ocorreu, mas agora no que respeita à vertente operativa da guerra. Trata-se do aparecimento do «esquadrão», e como nova nomenclatura militar poderia parecer que marcou uma distinção clara em relação a hábitos guerreiros anteriores. Todavia, o contexto militar medieval não era uma realidade desconexa na qual apenas tinham lugar a acção de choque seguida de uma confusa *mêllée*. Como vimos, existiram unidades tácticas bem definidas, e a disciplina imposta entre os membros das ordens militares fazia destas entidades temíveis máquinas de guerra. O combate montado exigia também um treino intenso para ser verdadeiramente eficaz no campo de batalha. Portanto, os ingredientes da «Revolução Militar Moderna» já se encontravam presentes no campo de batalha quatrocentista, pois o uso da pirobalística também não era desconhecido em épocas que remontam ao século XIV. Em termos militares, o renascimento do *Cinquecento* foi mais uma transição do que uma revolução. Mas é também um dado adquirido que a estrutura medieval, quando comparada com o sistema militar romano, fica muito aquém daquele que constituiu a principal referência e modelo; como escreveu João Gouveia Monteiro, «não se pode pretender encontrar num exército medieval (provisório, heterogéneo, sem treino militar adequado) uma hierarquia rígida de comando, uma articulação uniforme das gentes de guerra»⁹⁴. Do ponto de vista táctico, o sistema medieval revelava-se frágil e sem a flexibilidade do *triplex acies* romano. Assim, não existiriam grandes semelhanças entre o cenário militar medieval e as maneiras organizadas de Gregos e Romanos fazerem a guerra, mas é também um facto que a guerra da Antiguidade se manteve sempre presente no horizonte. Como vimos, os autores clássicos que se ocuparam do tema militar, como Vegécio ou Políbio, viajaram ao longo da história do Ocidente cristão.

A generalização de estruturas orgânicas de agrupamento dos soldados marcaram a transição da época militar medieval para a moderna. As companhias, já com um longo historial na Europa, foram segmentadas em função de uma hierarquia de comando, o

⁹³ Luís Mendes de Vasconcelos, *Arte Militar*, Alenquer, Vicente Alvarez, 1612, p. 109.

⁹⁴ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

que facilitava o comando por os grupos de soldados terem dimensão mais reduzida. Mas outro facto igualmente fundamental teve lugar. As fontes espanholas do início do século xvi, quando da expedição a Orão (1509), referem pela primeira vez um novo termo na nomenclatura militar, o «esquadrão». Não é possível detectar qualquer menção ou prova da sua existência em época anterior, mas esta designação poderá derivar da «esquadra» ou da «quadrilha». Esta última era uma sub-unidade da companhia, que vimos existir desde pelo menos o século xiv em Itália. Em Portugal, desde 1383 que existia o ofício de «quadrilheiro», uma espécie de polícia destinado a patrulhar as ruas de Lisboa⁹⁵. Etimologicamente semelhantes, (es)quadra e quadr(ilh)a pretenderam constituir uma estrutura orgânica de enquadramento de um determinado quantitativo de soldados; a quadrilha comandada pelo quadrilheiro, a esquadra pelo cabo de esquadra.

De um ponto de vista tático, o esquadrão poderá ter evoluído das azes e batalhas medievais, conjuntos de soldados perfeitamente individualizados que se organizavam no campo de batalha segundo uma forma geométrica, precisa e rigorosa. O esquadrão parece ter assim implícita uma noção geométrica, sublinhando o seu carácter construtivo. De facto, não lhe era atribuído qualquer tipo de comando rígido, como no caso da companhia, nem dispunha de qualquer efectivo de soldados pré-definido, ao contrário das unidades-padrão da época moderna de que já falámos, a companhia e o terço. Neste último caso, ao contrário, pretendeu-se associar uma estrutura orgânica fixa com um determinado efectivo militar. Portanto, o esquadrão seria uma entidade tática autónoma sem um quantitativo de soldados pré-definido — tanto poderia agrupar várias companhias como um ou mais terços. Em comparação com o carácter administrativo do terço, o esquadrão era uma unidade essencialmente tática, e deste ponto de vista estritamente militar acompanhou as profundas mutações operacionais que tiveram lugar.

Desde meados do século xv que as formações de soldados ganharam progressivamente uma maior densidade, situação que resultou de vários factores. O aumento dos efectivos forçava a uma concentração dos soldados em grandes aglomerados para melhor integrar o excesso de recrutas inexperientes. A partir da derrota de Arbedo (1422), que teve lugar no decurso do confronto entre a confederação suíça e as forças do ducado de Milão, ocorreu uma significativa alteração no armamento. Os soldados suíços, que consistiam essencialmente em infantaria apeada, procederam à adopção generalizada do pique como arma principal. Durante a guerra de Zurique (1443-1450) o pique encontrava-se universalmente adoptado pelo

⁹⁵ D. Sebastião deu novo regimento aos *quadrilheiros* em 1570.

soldado suíço, e nesta fase as tácticas parecem ter evoluído em função do capital humano disponível. A quase ausência de cavalaria de tipo feudal e a diluição do indivíduo numa vasta formatura geometrizada coincide com um recrutamento conseguido à custa de uma classe social mais baixa. As alterações subsequentes, que tiveram lugar sobretudo a partir do fim de Quatrocentos e princípio de Quinhentos, já se podem ler integradas na retoma da tradição militar da Antiguidade greco-romana, como mais tarde afirmou o tratadista espanhol Bernardino de Escalante ao referir a utilização da *pica*: «usáronla los suizos primero en nuestros tiempos a imitación de los soldados antiguos de Macedonia»⁹⁶. Esta foi, contudo, uma leitura mais tardia sobre a utilização de uma arma que era conhecida na Escócia e Países Baixos desde o século XIV, e ainda não se encontra devidamente analisado o processo que levou os suíços a aproximarem-se tão claramente da organização das falanges macedónias.

Para além da artilharia, a alteração tecnológica mais significativa ocorreu com a generalização das armas de fogo portáteis. Desde finais do século XV e início do século XVI, dois tipos existiram, o arcabuz e o mosquete. Em meados do século XVI o arcabuz, mais ligeiro, constituía a principal arma de fogo do *tercio*, como podemos verificar na legislação filipina de 1567. Suplantava em termos quantitativos o mosquete, mais pesado e de tempo de recarga mais demorado mas mais potente e preciso. Em finais do século esta situação encontrava-se em processo de inversão, e em meados de Seiscentos um mosquete aligeirado substituiu o arcabuz⁹⁷. Outra mudança verificou-se ao longo do século XVI, o aumento do número de companhias na orgânica de cada *tercio*. As 10 companhias dos regimentos alemães e as 12 dos *tercios* espanhóis das ordenanças filipinas de 1562 foram aumentadas para 15, conforme preconizado por tratadistas como Bartolomé Scarion de Pavia em 1598, e confirmado pela ordenança espanhola de 1603. Todavia, o número de soldados das companhias diminuiu significativamente, dos 250 idealizados para 200 ou mesmo 150. A especialização dos diversos componentes tácticos tornou a manobra dos exércitos mais complexa, e a diminuição dos efectivos — também resultante de crescentes dificuldades no recrutamento — acabou por facilitar a tarefa dos comandantes operacionais.

A maneira de organizar os soldados no terreno, que a termi-

⁹⁶ Bernardino de Escalante, *Diálogos del Arte Militar*, Sevilha, Andrea Pescioni, 1583, diálogo III, p. 49.

⁹⁷ No início de Seiscentos, Vasconcelos ainda defendia o arcabuz: «O arcabuzeiro he soldado de muito serviço, & proveito, porque em todas as cousas he sempre o primeiro nas escaramuças, no correr a campanha, trazer os bastimentos, ganhar os passos ásperos, & dificultosos; e em fim ele he o primeiro em todas as cousas do serviço de hum campo [...]» (Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 125).

nologia da época designava por «ordenar o esquadrão», não era aleatória, obedecendo a regras precisas. Nas definições que encontramos nos tratados é corrente a referência à *ordem* do esquadrão; para o tratadista e veterano Francisco de Valdés, por exemplo, definia-se o esquadrão como «una congregación de soldados ordinariamente puestos por la cual se pretende dar a cada uno tal lugar que sin impedimento de otro pueda pelear y unir a fuerza de todos juntos»⁹⁸. Este conceito de unidade foi identificado pelos tratadistas, como o português Luís Mendes de Vasconcelos, «de forma que ficará o esquadrão tão unido que parecerá todo uma só peça», depois acrescentando: «como se dizia da falange»⁹⁹. De novo a referência à guerra da Antiguidade, neste caso a tradição militar dos Gregos.

A disposição dos soldados era objecto de uma métrica rigorosa, planeada e construída matematicamente, embora a utilização da aritmética no contexto estritamente militar não fosse uma inovação exclusiva do século XVI. Durante a Idade Média, a linha de batalha dos exércitos já se dividia em componentes individualizados que se relacionavam segundo rácios numéricos; em Aljubarrota, por exemplo, a primeira linha do exército português obedecia a uma proporção 2:1 entre vanguarda e alas, isto é, a soma das alas devia equivaler ao total do efectivo da vanguarda¹⁰⁰. A Geometria era outra disciplina implícita na construção dos esquadrões. Uma formatura militar desenvolvia-se em função de uma malha reticulada de traçado ortogonal, cuja geometria e dimensões obedeciam a valores pré-estabelecidos de acordo com o espaço que cada soldado deveria ocupar. Tal como na concepção da planta de um edifício, encontrava-se subjacente uma *taxis*, pois era esta quadrícula que, preenchida com os diversos elementos — fossem arquitectónicos ou militares —, constituía o suporte normativo que tornava o *todo* coerente (**figuras 59 e 60**).

O espaço que cada soldado deveria ocupar seria 1 pé, e outro por cada um dos dois lados, somando um total de 3 pés¹⁰¹. A métrica da grelha podia variar ligeiramente de autor para autor, mas seguia o cânone de 3 pés entre soldados e 7 pés entre fileiras indicado por Vegécio¹⁰² (**figura 61**), o que demonstra que as normas militares da

⁹⁸ Francisco de Valdés, *Espejo y Disciplina Militar*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1989 [1.ª ed. 1578], p. 38.

⁹⁹ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 127.

¹⁰⁰ «[...] Tanto avia de aver em ambal as alas como na direita da vanguarda» (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. 2, Barcelos, Livraria Civilização, 1983, p. 92). O cronista assinalou a não conformidade do dispositivo, pois no centro estavam 600 lanças e 200 em cada ala.

¹⁰¹ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 126-27.

¹⁰² «Todos los antiguos (como refiere Vegecio) resuelven que entre soldado y soldado, de cada hilera, ha de haber siete pies en lo longo y tres en lo ancho» (Diego de Álava y Viamont, *El perfecto capitán, instruido en la disciplina militar, y nueva ciencia de la*

Antiguidade continuavam a ser uma fonte obrigatória.

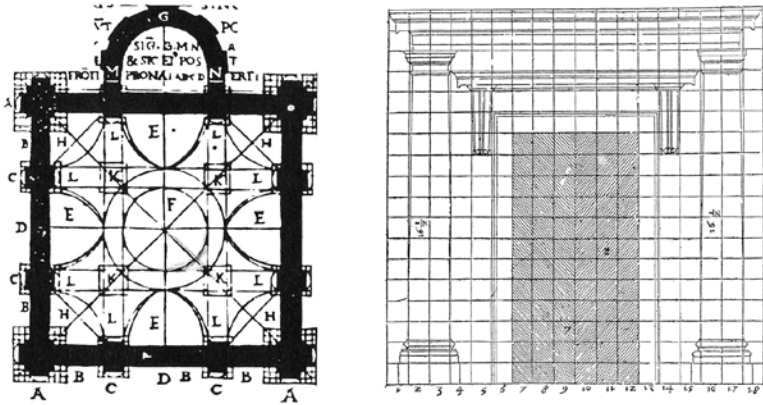


Figura 59 – Grelhas ortogonais na arquitectura

Fontes: Cesare Cesariano (1521) e Philibert de l'Orme (1567)

Planimetria e Alçado de um edificio.

Figura 60 – Grelhas ortogonais na guerra (I)

Fonte: Giovanni Altoni, *Il soldato* (1604)

Esquadrão com a forma de um quadrado: «batalha quadra de terreno».

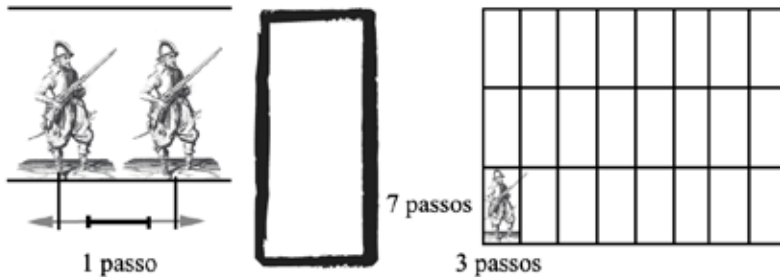
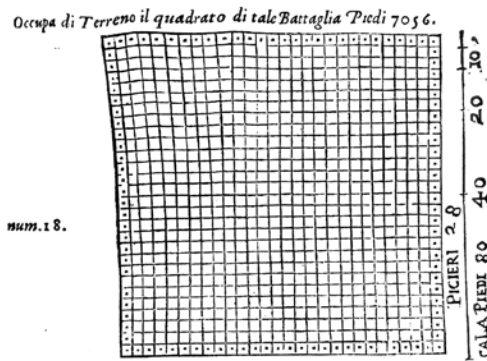


Figura 61 – Grelhas ortogonais na guerra (II)

Fontes: Luís Mendes de Vasconcelos (1612) Jacob von Wallhausen (1615)

A métrica do esquadrão: Espaço aritmético e físico dos soldados, e a respectiva malha geométrica da formatura.

artillería, Madrid, Ministerio de Defensa, 1994 [1.ª ed. 1590], p. 128).

Uma tipologia possuía uma clara analogia com uma grelha reticulada: o «esquadrão enretrado» (figura 62).

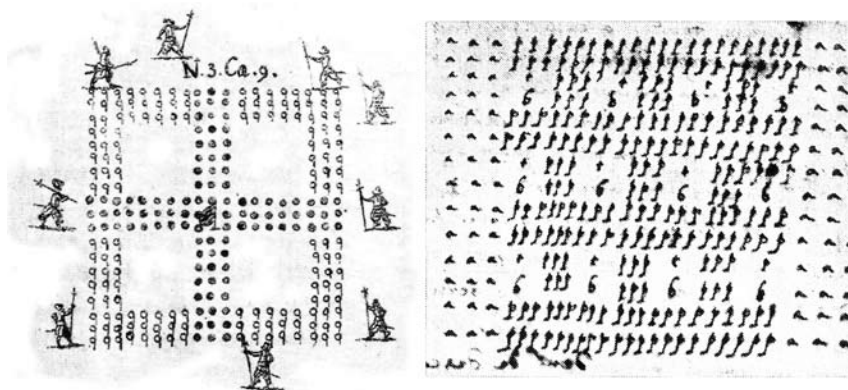


Figura 62 – Os «esquadrões enretrados» e as «retras» (I)
Fontes: Luís Álvaro Seco (1597) e Jacob von Wallhausen (1615)

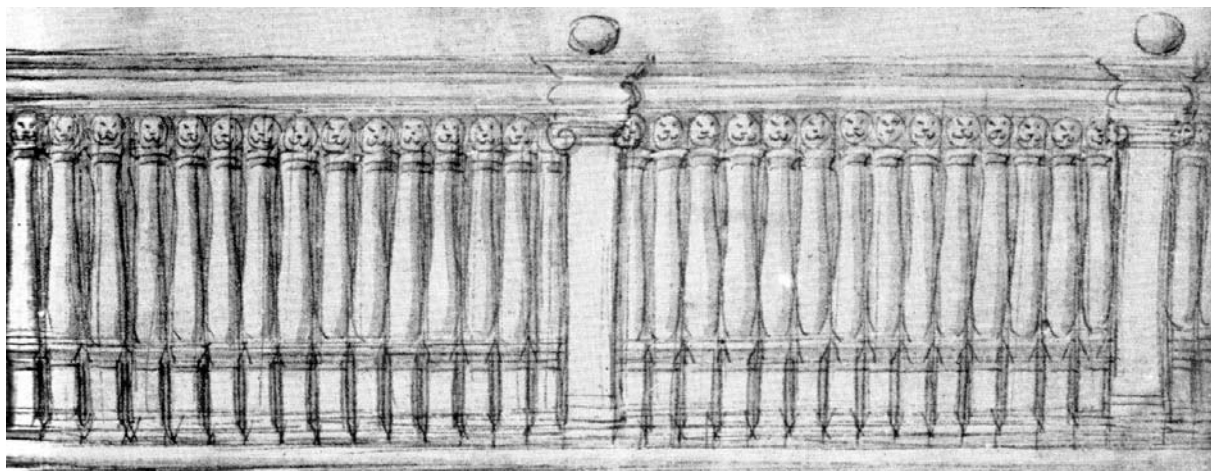
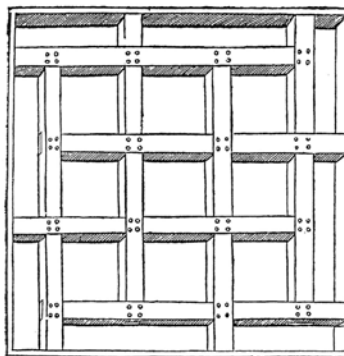


Figura 63 – Os «esquadrões enretrados» e as «retras» (II)
Fonte: Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* (1570)
«Reixa»: gradeamento de um templo.

Figura 64 – Os «esquadrões enretrados» e as «retras» (III)

Fonte: Sebastiano Serlio, *Regole generali di architettura* (1537-1575)
«Reixa»: Estrutura de suporte de um tecto.



A etimologia da palavra certamente teve raiz nos trabalhos de gradeamento em ferro, as *reixas* ou *rexas*, grades decorativas com raízes na tradição islâmica. Em Espanha era designada por *reja* e os artífices por *rejeros*, e durante o século XVI desenvolveu-se como um importante elemento decorativo. Podia ser colocado nas igrejas, em frente do coro, nas capelas, fechando o acesso ao altar ou circundando o edifício pelo exterior (**figuras 63 e 64**). Cristóbal de Andino (c. 1480-1543) foi um *rejero* que também trabalhou como arquiteto e a quem Diego de Sagredo fez referência num capítulo do seu tratado *Medidas del Romano* (1536) como «obrador Andino». Em Portugal dos finais de Quinhentos, o fundidor de artilharia Pedro Jorge¹⁰³ executou a balaustrada da Charola do Convento de Cristo, de acordo com «a traça de Filipe Terzi». Na estrutura das *rexas* predominam as linhas verticais a que o tratadista português Luís Álvaro Seco fez referência: «os esquadões enrexados se chamão asiim porque se fazem da maneira de huma rexa ou grade sendo feitos os varões das gentes»¹⁰⁴. Estes esquadões construíam-se numa base modular a partir da multiplicação do quadrado, «como um tabuleiro de axadrez», nas palavras doutro tratadista, agora o espanhol Juan de Carrion Pardo. Resultava numa formatura que punha em evidência uma malha de traçado ortogonal, a mesma base estrutural que se poderia adaptar ao traçado da planta ou alçado de um edifício.

O esquadão enrexado não era considerado uma formação de combate mas sim usado para exercitar os soldados ou destinado ao campo de parada. O efeito era muito apreciado de um ponto de vista estritamente estético — «quanto a esquadron hermozeado, que ninguno ay como el enrejado, porque parecen muy bien aquellas casas como axedrez»¹⁰⁵. Nesta analogia com o jogo do «xadrez» encontramos ainda outras implicações para além do estrito formalismo da *rejaria*. O xadrez foi um jogo que ganhou grande popularidade a partir do segundo quartel do século XV, envolvendo noções de estratégia e tática que justificaram a grande voga entre militares e amadores da guerra. O esquadão seria assim o tabuleiro onde, tal como no xadrez, se colocavam os soldados para combater. Mesmo para um veterano como Carrion Pardo, a guerra devia ser combatida em função de um conjunto apertado de regras.

A geometria dos esquadões também podia ser idêntica a certos elementos da arquitectura militar. É o caso do perfil carenado, tam-

¹⁰³ Pedro Jorge era fundidor de artilharia, activo em Lisboa no ano de 1597.

¹⁰⁴ Luís Álvaro Seco, «Anotações ao quarto livro das instruções militares», in A. Faria de Moraes, «Arte Militar quinhentista», sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v.23, Lisboa, 1953, p. 223.

¹⁰⁵ Juan de Carrion Pardo, *Tratado de como se deven formar los quatro esquadrones en que milita nuestra nación Española*, Lisboa, Antonio Alvarez, 1595, p. 19.

bém conhecido por «dente de serra». Podemos encontrá-lo nos desenhos de Francesco di Giorgio (**figura 65**), Leonardo da Vinci e Michelangelo, e encontra-se ainda mencionado no tratado *L'Architettura* de Alberti.

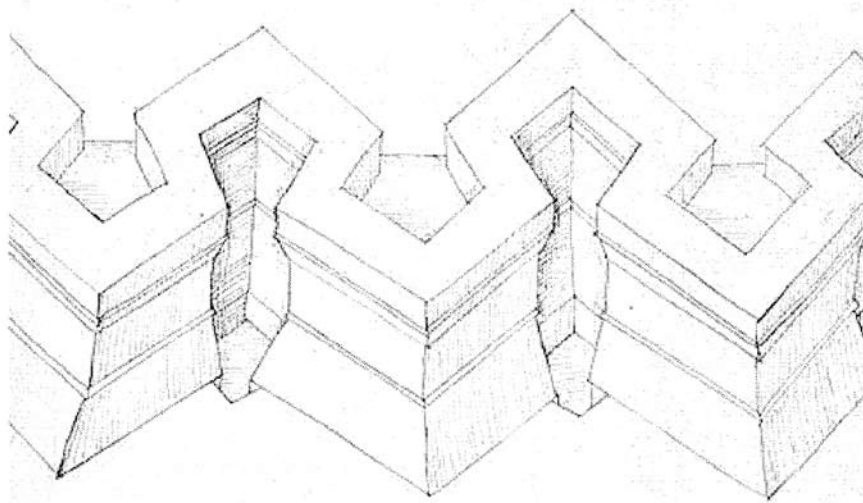


Figura 65 - O perfil em «dente de serra» (I)

Fonte: Francesco di Giorgio (c. 1481)

Configuração de uma fortificação.

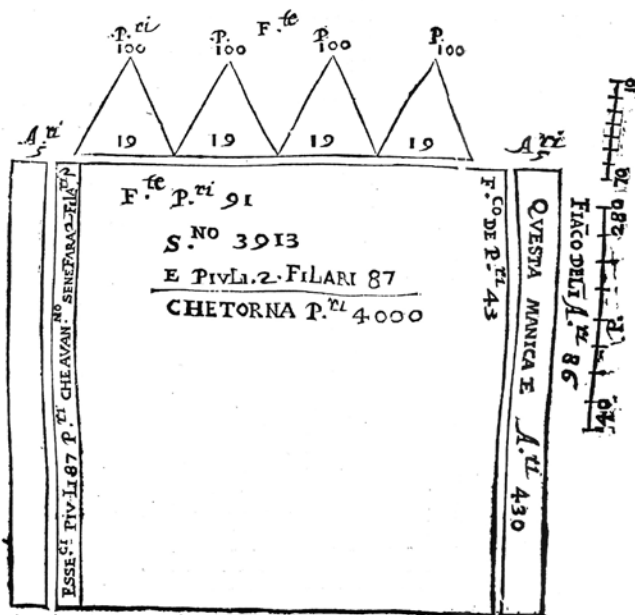


Figura 66 - O perfil em «dente de serra» (II)

Fonte: Giovanni Altoni, *Il soldato* (1604)

Configuração de um esquadro.

Existia uma tipologia correspondente para a forma dos esquadrões com a mesma designação, aliás já descrita por Vegécio mas desenvolvida na tratadística militar do século XVI (figuras 66 e 67).

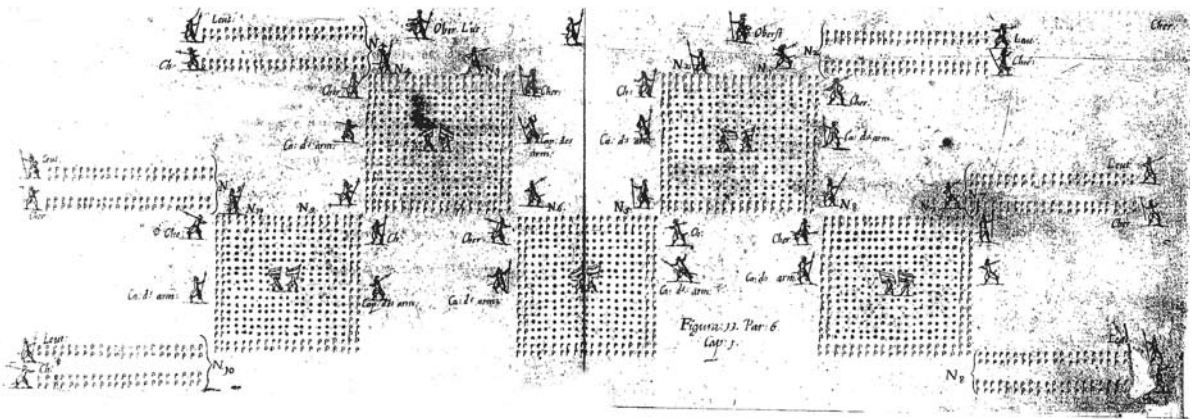


Figura 67- O perfil em «dente de serra» (III)

Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)

Vários esquadrões dispostos em forma de «dente de serra».

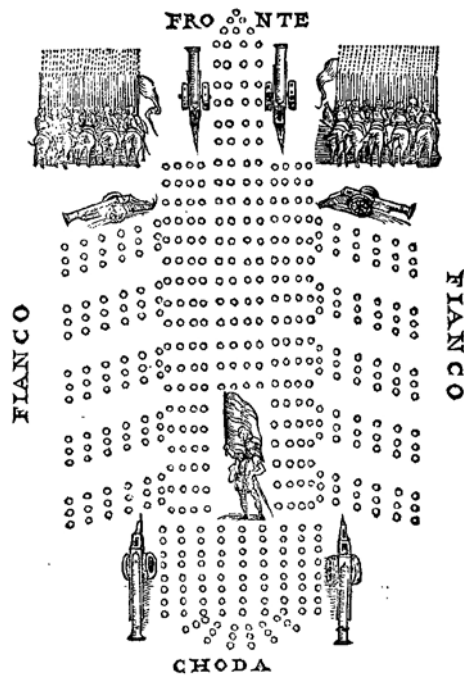


Figura 68 - A «Galé»

Fonte: Giovan Matteo Cicogna (1567)

Outra formatura militar, desta vez com contornos ainda mais bizarros, era a galé descrita nos tratados de Giovan Matteo Cicogna e do português Martim Afonso de Melo. Este último autor designa-a também por «galé cerrada»¹⁰⁶ (**figura 68**). Recorde-se que a galé fornecia o apoio próximo aos soldados durante as operações de desembarque, e o emprego da formatura numa situação de guerra encontra-se documentada por Gaspar Correia em Benasterim (1512).

O esquadrão em cruz (**figura 69**) foi outra configuração, agora com eco na arquitectura civil (**figura 70**). Mencionada por Francisco de Valdés como uma formatura favorecida pelos italianos¹⁰⁷, podemos encontrar inúmeras representações gráficas nas obras de tratadistas como Tartaglia e Achille Tarducci, entre outros. Francisco de Holanda fez-lhe menção no contexto da guerra naval (**figura 71**) e Wallhausen na castrametação (**figura 72**).



Figura 69 – A forma da cruz (I)

Fontes: Diego de Salazar (1537), Giovan Matteo Cicogna (1567), Francesco Ferretti (1568) e Giovanni Altoni (1604)
Esquadrões cruciformes.

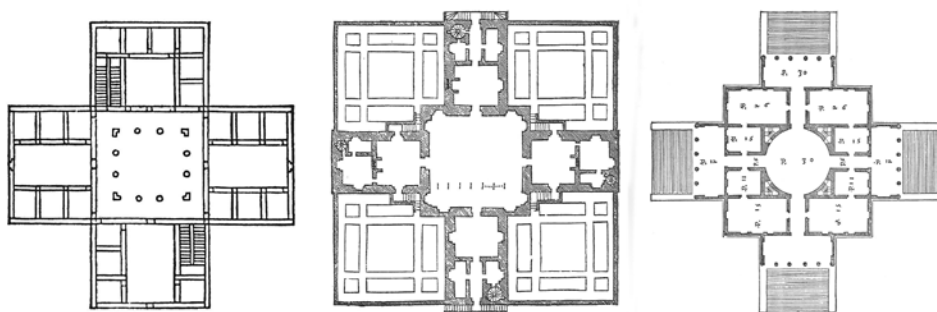


Figura 70 – A forma da cruz (II)

Fontes: Pietro Cataneo (1554), Jean Cousin (1560) e Andrea Palladio (1570)
Planimetrias arquitectónicas cruciformes.

¹⁰⁶ V. capítulo 2, p.103.

¹⁰⁷ Francisco de Valdés, *op. cit.*

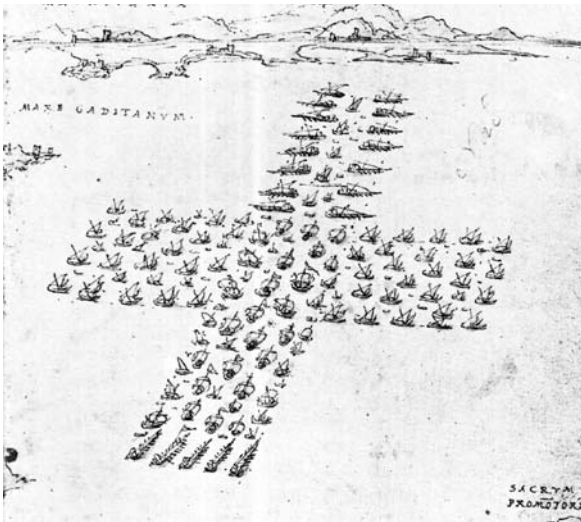


Figura 71 – A forma da cruz (III)
 Fonte: Francisco de Holanda (1571)
 Formação naval idealizada.

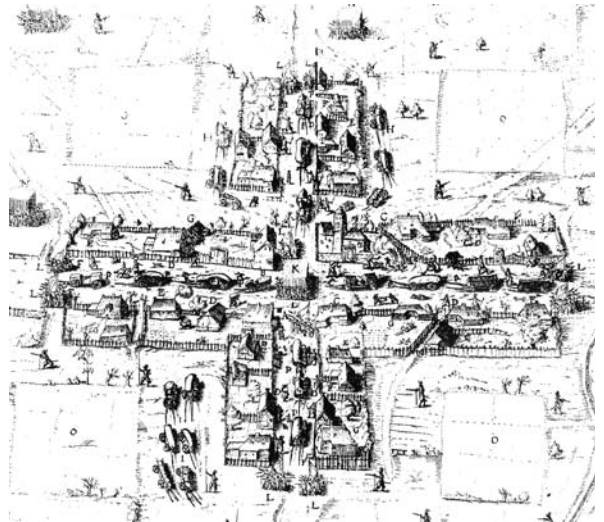


Figura 72 – A forma da cruz (IV)
 Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)
 Povoação fortificada

O esquadrão em forma de «mitra» é outro caso explícito de uma aproximação entre as obras de fortificação e as formaturas militares. Referido nos tratados de Giovan Mattheo Cicogna ou Diego de Álava y Viamont, teve a sua contrapartida na «tenalha». Esta era uma obra exterior — fora da cortina — implantada entre baluartes, que podia ser coroadada por um revelim projectado para o exterior (**figura 73**). A outra designação por que era conhecida, «chapéu-de-bispo» ou «mitra», não deixa qualquer dúvida sobre o contexto de onde deriva o termo. Os esquadrões com esta tipologia estavam também próximos da tenaz — Aurelio Cicuta designou-a por «*triangolo*» —, outra formatura militar repescada do texto de Vegécio (**figura 74**).

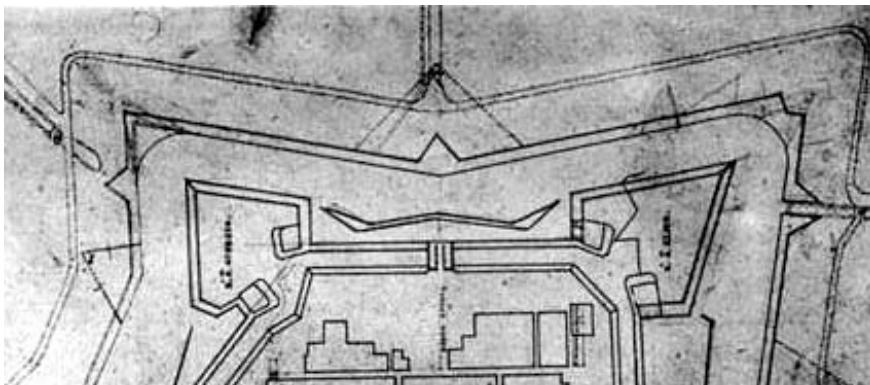


Figura 73 – A «tenalha», «mitra» ou «chapéu de bispo» (I)
 Implantação de uma tenalha, na retaguarda do «revelim» e entre os dois baluartes, Sabbioneta (1554-1567).

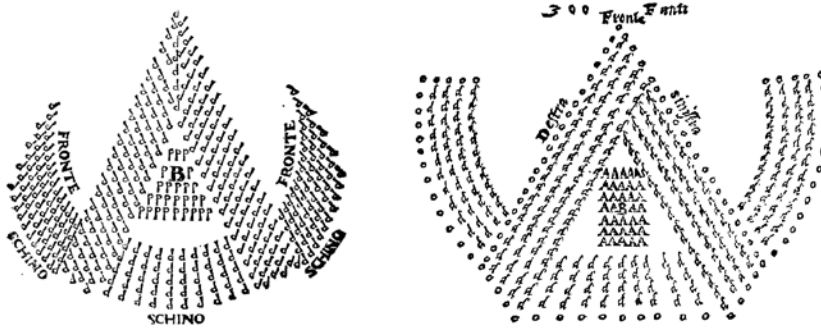


Figura 74 – A «tenalha», «mitra» ou «chapéu de bispo» (II)
 Fontes: Giovan Matteo Cicogna (1567) e Aurelio Cicuta (1566)
 Esquadrões em forma de «mitra».

Já se referiu o interesse de artistas de Quatrocentos pela Matemática, nas vertentes teórica e prática. Para Alberti, as plantas rectangulares de igrejas construíam-se sobre uma grelha de vinte e quatro quadrados por doze. Esta proporção, o rácio 2:1, foi utilizada para a construção geométrica da fachada das igrejas de S. Sebastião (1459) e Santa Maria Novella (1470) (figura 75). O pintor e matemático Piero della Francesca estudou os coeficientes de redução dos objectos em função da distância ao observador, determinando rácios que correspondiam a consonâncias musicais — 4:5 a sesquiquarta, 5:6 a sesquiquinta, e 6:7 a sesquissexta. Associou assim Matemática, Geometria, Música e Pintura segundo a tradição pitagórica, que definia os intervalos musicais consonantes através da matemática¹⁰⁸ (figura 76).

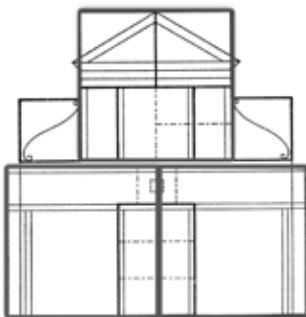


Figura 75 – As proporções (I)
 O quadrado duplo e a proporção 2:1, Santa Maria Novella, Leo Batistta Alberti (1470).

¹⁰⁸ Pitágoras dividiu uma corda sonante em doze partes, que permitia extrapolar todos os intervalos consonantes. A nota básica, a oitava, era obtida pela divisão da corda em duas partes iguais (6 unidades) com proporção 1:2. Um terço da corda (4 unidades) resultava no intervalo 1:3, que corresponde a uma oitava mais uma quinta; 3 unidades (1:4) resultava em duas oitavas acima da nota básica. Outros intervalos consonantes podiam surgir com a relação das proporções iniciais, 2:3 e 3:4 (uma quinta e uma quarta). Estabeleceu ainda que o somatório de 10 unidades podia ser representado graficamente através de 10 pontos equidistantes dentro de um triângulo equilátero com quatro unidades de lado, o *tetraktys*.

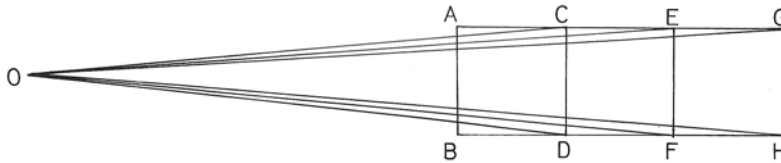


Figura 76 – As proporções (II)

Proporções do coeficiente de redução na perspectiva, Pietro della Francesca. O observador O encontra-se afastado 4 unidades do plano de representação, os segmentos AB, CD, EF, GH. A intersecção da pirâmide visual com AB:CD encontra-se na proporção 4:5; CD:EF na de 5:6; EF:GH com 6:7.

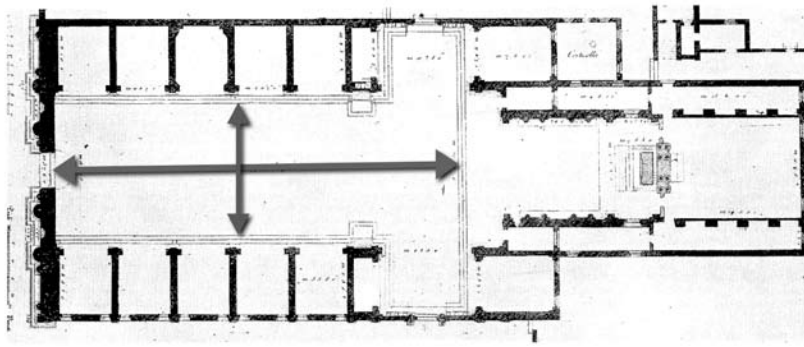


Figura 77 – As proporções (III)

Proporções musicais na igreja de San Francesco della Vigna, Jacopo Sansovino (1554-1570). A nave central tem 27×9 passos (proporção 9:27 ou 1:3) — uma progressão de 9:18:27, cuja correspondência musical é uma oitava (9:18=1:2) e uma quinta (18:27=2:3).

O neoplatónico florentino Jacopo Sansovino (1486-1570)¹⁰⁹ foi autor do desenho inicial da igreja de San Francesco della Vigna, cuja proporção planimétrica é de 1:3 (**figura 77**). Para Andrea Palladio, as proporções mais adequadas para a planta de um edifício tinham como base o lado e a diagonal do quadrado, ou o lado e um terço deste, ou ainda o lado e a sua metade (**figura 78**). Estas correspondem a razões aritméticas de 1:1, 2:1, 3:4, 2:3, 3:5, 1:2, que em termos musicais correspondem ao unísono, oitava quarta, quinta, sexta maior e oitava. A relação entre a Arquitectura e a Música foi um dado adquirido durante o Renascimento, e arquitectos como Vincenzo Scamozzi (1548-1616) defendiam a necessidade de estudar a música para conhecer os fundamentos das consonâncias e dissonâncias dos sons. Outros elementos arquitectónicos podiam ser igualmente construídos geometricamente. Serlio deixou-nos um método para

¹⁰⁹ O seu projecto de 1554 foi terminado em 1564-1570 por um admirador, Andrea Palladio.

desenhar um simples pórtico em função de determinadas relações de proporção, quer numérica quer geométrica¹¹⁰. A altura e largura do vão encontram-se relacionadas com o quadrado maior que inscreve toda a construção geométrica segundo as proporções de 1:3 e 2:1 (figura 79).

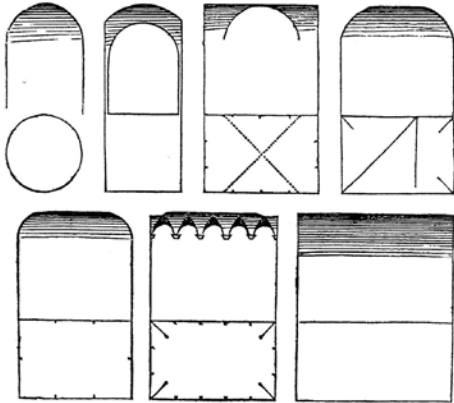


Figura 78 – As proporções (IV)

Fonte: Andrea Palladio, *I quattro libri dell'Architettura* (1570)

A proporção dos compartimentos dos edifícios.

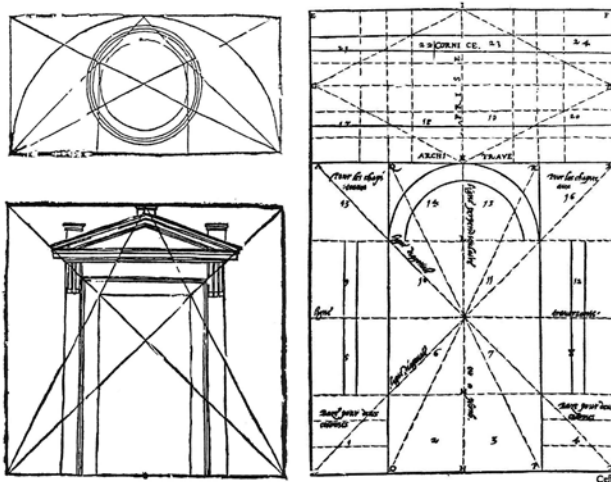


Figura 79 – As proporções (V)

Fontes: Francesco Colonna (1549?) e Sebastiano Serlio (1575)

Linhas notáveis do quadrado.

¹¹⁰ Serlio recorreu à manipulação de um quadrado e das suas linhas geométricas principais. A duplicação do quadrado, a «dupla», está registada no caderno de desenhos de Villard de Honnecourt (c. 1220-1240), na construção de plantas e alçados. De facto, os construtores medievais utilizavam sistemas geométricos de proporção, nomeadamente a aplicação modular de polígonos regulares como o quadrado.

Os tratados militares apresentam uma longa lista de tipologias diferentes: esquadrões cruciformes, denteados, flor-de-lis, em forma de mitra ou triangulares. Esta ementa foi sendo reduzida drasticamente por influência dos soldados e teóricos ibéricos. Estes consideravam o quadrado a forma mais polivalente, porque tão adequada no ataque como na defesa¹¹¹. Ainda assim, esta aparente simplificação não significou uma redução da complexidade dos dispositivos tácticos. A geometria dos quadrados desdobrava-se em polígonos regulares, cada um com a sua especificidade táctica e em função de motivos construtivos e conceptuais. A configuração rectangular — os chamados «esquadrões prolongados» (figuras 80 e 81) — destinava-se a campo de batalha amplo no qual se podia desenvolver uma frente alargada; quando o terreno fosse atravessado por acidentes topográficos, dever-se-ia utilizar a tipologia de grande fundo, em especial para atravessar locais estreitos.

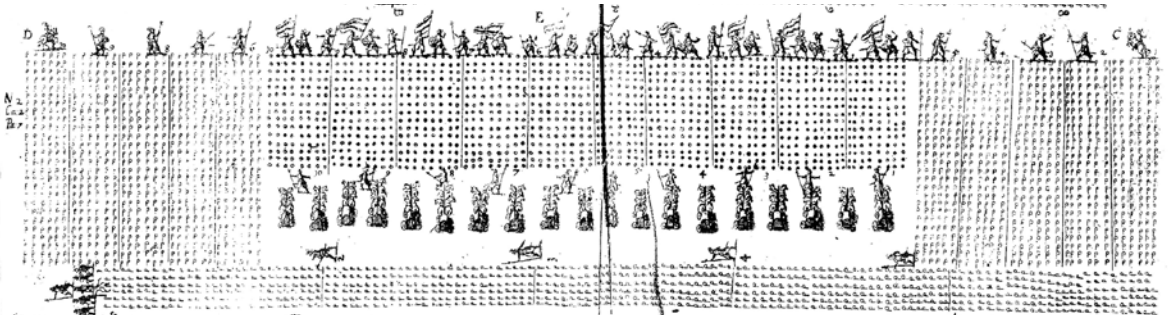


Figura 80 – Esquadrões prolongados (I)

Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)

Esquadrão prolongado de grande frente.

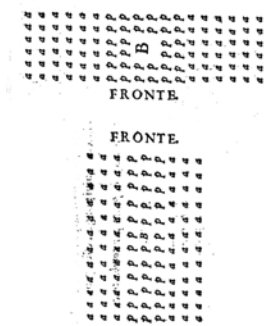


Figura 81 – Esquadrões prolongados (II)

Fonte: Domenico Mora (1570)

Esquadrão prolongado de «grande fundo» versus «grande frente».

¹¹¹ «Porque com elle se pode caminhar para todas as partes [lados], e o mesmo retirar para todas ellas, e se pode partir em quantas partes quiser, e assim abrir, e tornarse a cerrar sempre em ordem, o que nam tem o Esquadram redondo, nem o de cruz, nem o Entriangulado, nem doutras maneyras, que os pintam, e também o Esquadram quadrado facilmente se pode ajuntar com outros, e se pode tornar a formar, sem se desmanchar [...]» (Martim Afonso de Melo, «Regimento de guerra», in António Caetano de Sousa, *Provas do livro IV da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, v. 4 – provas, Coimbra, Atlântida, 1948, p.360).

O «esquadrão prolongado» é o exemplo mais evidente de uma formatura obedecendo a rácios aritméticos. A proporção 1:3 foi privilegiada pela tratadística militar a partir de meados de Quinhentos, como no fim do século o afirmou Luís Álvaro Seco: «Os esquadros prolongados ordinariamente se fazem das 3 partes a huma como 9 a 3, 7 a 21, 20 a 60»¹¹², aliás quase parafraseando o italiano Girolamo Cataneo e os espanhóis Diego de Álava y Viamont e Juan de Carrion Pardo. Mas há que ter em consideração que a época medieval foi fértil em exemplos de ordens de batalha escalonadas em três corpos distintos. E, por outro lado, o principal objectivo de uma divisão tripartida seria conferir protecção a um corpo central, pois era no centro que se encontrava o núcleo mais frágil do exército — as bagagens, os não combatentes, soldados desarmados, etc.

É na grelha normativa a que fizemos referência, o espaço ocupado por cada soldado na formatura, que se encontra a principal razão da utilização quase universal desta proporção no plano operacional. Recapitulemos a métrica da grelha ortogonal de um esquadrão: entre soldados 3 passos e entre fileiras 7 passos; descontando o espaço ocupado por cada soldado — 1 passo —, temos 2 passos e 6 passos que equivalem à proporção de 1:3. Ao observar preferencialmente a proporção 3:1 para a tipologia de grande fundo ou 1:3 para a tipologia de grande frente, repetiu-se a proporção da planimetria longitudinal, referida no programa de Sansovino e no tratado de Pietro Cataneo. Na arquitectura, a planta de cruz latina esteve associada às tendências contra-reformistas, nomeadamente nas instruções de Carlo Borromeo. Mas também não nos podemos esquecer das propostas para planimetrias de igrejas de Francesco di Giorgio, várias décadas antes do Concílio de Trento, e que tiveram este referente rectangular como modelo da perfeição harmónica. Na guerra, este rácio particular foi utilizado tanto como forma de base da tipologia prolongada, como ao serviço de uma metodologia simplificada para a construção da formatura de combate.

A divisão tripartida era utilizada amiúde nos dispositivos de marcha dos exércitos, procedimento do qual encontramos registo no tratado de Francisco de Valdés, a propósito da sua experiência militar na Flandres. Para determinado recontro, provavelmente a batalha de Mook (1574), planeou-se formar um esquadrão prolongado com 60 piqueiros na frente e 20 de profundidade. A topografia não permitia que o esquadrão seguisse com uma frente tão larga, e portanto foi dividido em três partes. Os três terços marcharam em outras tantas colunas com a profundidade prevista de 20 fileiras, de maneira a facilitar a construção da ordem de batalha de um único

¹¹² Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 221.

esquadrão prolongado com as mesmas 20 fileiras de fundo. Como o efectivo não era o mesmo, a frente das 3 colunas variava de acordo com o número de soldados que cada um destes dispunha; os *tercios* de Nápoles, Lombardia e Sicília ficaram com frente de 30, 10 e 14 piques, respectivamente. De facto, era procedimento generalizado fazer caminhar o exército com a terça parte da frente da ordem de batalha prevista. Duas décadas depois, Luís Álvaro Seco ainda referia o mesmo processo, juntando três esquadrões para conseguir a forma prolongada.

Naturalmente que existiram variantes ao rácio 1:3. Diego de Álava y Viamont valeu-se da sua formação teórica para propor um leque de quatro rácios, 1:3, 2:3 (a quinta musical, uma das proporções arquitectónicas preconizadas por Palladio), 1:5 e 2:5. Um aspecto a reter da obra de Álava y Viamont é o desdobramento das famosas tabelas publicadas quase três décadas antes por Girolamo Cataneo. O italiano apenas havia contemplado a construção de esquadrões quadros, ao passo que o espanhol passou a abarcar a construção de esquadrões prolongados, desta maneira confirmando a forte relação existente entre a Matemática e a configuração das formaturas militares.

Analisada numa perspectiva arquitectónica, a tripartição dividia um edifício em três partes, o espaço interior e duas fronteiras, de acordo com o princípio aristotélico definidor da «unidade», do «todo». Na composição da fachada de um edifício as colunas desempenhavam este papel de fronteira e eram também organizadas de acordo com um esquema tripartido — três elementos, capitel, fuste e pedestal; outros elementos da fachada, como o entablamento, dividiam-se hierarquicamente em cornija, friso e arquitrave. Para o caso da ordem de batalha de um exército, verificamos que esta era também constituída por diversos elementos, também eles objecto de um processo conceptual que determinava a sua posição no plano teórico e operacional. De facto, associados ao elemento central do esquadrão, que era normalmente constituído por soldados com armas brancas, encontravam-se os atiradores em posição flanqueante. Estes agrupavam-se em unidades móveis designadas por «mangas», pois a progressiva complexidade táctica determinou que a função dos atiradores tivesse passado da mera defesa do esquadrão para uma maior autonomia táctica. O esquadrão enquadrado lateralmente pelas mangas — «flanqueado», na definição contemporânea — constituiu o elemento nuclear da composição de uma formatura militar. A posição lateral das mangas, de um e outro lado dos flancos do esquadrão, estabelecia também um esquema tripartido, com duas fronteiras confinando um corpo central. No contexto militar, a tripartição obedecia aos mesmos princípios de raiz aristotélica que

influenciaram a arquitectura quinhentista, Ao adoptar este princípio arquitectónico, as mangas desempenhavam um papel idêntico às colunas de um edifício, consistindo num sistema idêntico aos três elementos construtivos da «serliana»¹¹³ (figuras 82 e 83).

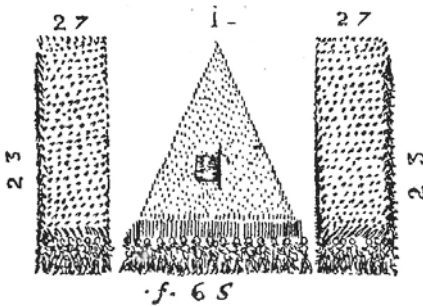


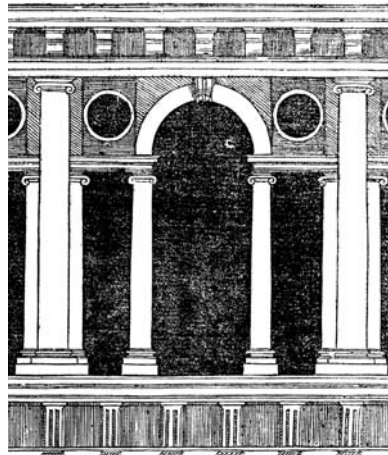
Figura 82 – A tripartição na guerra: O esquadrão enquadrado pelas mangas

Fonte: Camillo Agrippa, *Del modo di mettere in battaglia presto & con facilità il popolo* (1585)

Figura 83 – A tripartição na arquitectura:

O pórtico central e vãos laterais

Fonte: Sebastiano Serlio (1537-1575)



Para construir um esquadrão quadro de terreno de 100 soldados proceder-se ia da seguinte forma: Coluna 5: 7 soldados de fundo; coluna 6: 14 soldados de frente; coluna 7: sobram 2 soldados ($14 \times 7 = 98$; $98 + 2$ (sobras) = 100).

Para contruir um esquadrão quadro de gente de 150 soldados: Coluna 8: 12 soldados de frente; coluna 9: 12 soldados de fundo; coluna 10: sobram 6 soldados ($12 \times 12 = 144$; $144 + 6$ (sobras) = 150).

O quadrado, que vimos ser considerado como a forma militar mais perfeita, foi por isso objecto de uma atenção especial na

¹¹³ Divulgada pelo tratado de Serlio, mas também conhecida por «janela palladiana» dado ser um motivo comum nos edifícios de Palladio. Consiste no vão tripartido, cego ou não, com um elemento central coroado por arco de volta inteira, ladeado por dois elementos com lintel horizontal.

tratadística desde Machiavelli. Battista della Valle (1521), Girolamo Cataneo no seu primeiro tratado de 1563, Francisco de Valdés (1578) ou Luís Mendes Vasconcelos (1612) sublinharam a dupla função ofensiva e defensiva dos esquadrões quadros, dado apresentarem a mesma frente em todo o perímetro, permitindo resistir ou atacar com igual potência face a qualquer direcção. Na prática, quando os soldados ocupavam a respectiva posição no esquadrão impunha-se uma distorção à forma idealizada. De facto, a construção de um esquadrão com o mesmo número de soldados em cada lado não correspondia a um quadrado, pois o espaço entre as fileiras era superior ao espaço de cada homem na respectiva fileira, originando uma forma rectangular. A articulação entre a geometria e a matemática deu origem à divisão da tipologia do «esquadrão quadro» em dois subtipos, os esquadrões «quadros de gente» e «quadros de terreno». O primeiro possuía o mesmo número de soldados em cada lado, o segundo era construído com a mesma medida para cada lado. Encontrar o número de soldados a colocar em cada lado de um esquadrão «quadro de gente» necessitava apenas de uma operação aritmética de extração da raiz quadrada ao efectivo total disponível. O processo poderia ser ainda facilitado utilizando os auxiliares de cálculo vulgarizados a partir da publicação das *Tavole brevissime* de Girolamo Cataneo. Analisando uma destas tabelas (**figura 84**), a coluna 2 indica a ordenança, isto é, o número de soldados na frente das colunas de marcha; Cataneo considerou ordenanças de 3, 5, 7 e 9.

Total soldados	Ordenança	Sobras		Terreno (fundo)		Terreno (frente)		gente (fundo)		gente (lado)		Sobras
		Soldados/fileira	Sobras	Terreno (fundo)	Sobras	Terreno (frente)	Sobras	gente (fundo)	gente (lado)			
100	2	3	33	1								
	3	5	20	0								
	4	7	14	2	7	14	2	10	10	0		
	5	9	11	1								
150	3	3	50	0								
	5	5	30	0								
	7	7	21	3	8	18	6	12	12	6		
	9	9	16	6								
200	3	3	66	2								
	5	5	40	0								
	7	7	28	4	10	20	0	14	14	4		
	9	9	22	2								
250	3	3	83	1								
	5	5	50	0								
	7	7	35	5	11	22	8	15	16	10		
	9	9	27	7								
300	3	3	100	0								
	5	5	60	0								
	7	7	42	6	12	25	0	17	17	11		
	9	9	33	3								

Figura 84 – A construção aritmética dos esquadrões: as tabelas de Girolamo Cataneo

Fonte: Girolamo Cataneo, *Tavole brevissime* (1563)

No caso do esquadrão «quadro de terreno» eram necessárias operações aritméticas com muito maior complexidade, que tratadistas como Luís Álvaro Seco deixaram perfeitamente identificadas:

Tenho 120 piques de que mandam fazer um esquadrão quadrado de terreno. Primeiro multiplicarei os 3 passos pelos 7, e fazem 21. E logo estes 21 multiplicarei pelos 120 piques que tenho e produzem 2520 dos quais 2520 tirarei a raiz quadra que acho ser 50 [...] ora os ditos 50 repartirei por 3 que são os passos que há na frente de soldado a soldado e vem no quociente 16 [...] e tornando a repartir a referida raiz quadrada 50 por 7 que são os passos que há de fileira a fileira pelos 2 lados do esquadrão vem no quociente 7 [...] por outra maneira direi que o tal esquadrão quadrado de terreno se há de fazer com 7 fileiras de 16 soldados cada uma, as quais prantadas ocuparão terreno quadro.¹¹⁴

René Quatrefages fez o estudo aritmético deste método, chegando à conclusão que seriam necessárias duas fórmulas matemáticas para o pôr em prática; uma para encontrar o número de fileiras do esquadrão, Nf ; outra para determinar o número de soldados por fileira, Ns :

$$Nf = \sqrt{\frac{3 \times Np}{7}} ; (Np \text{ indica o total de piqueiros disponíveis});$$

$$Ns = \frac{Np}{Nf} ;$$

Partindo do exemplo de Álvaro Seco, 120 piques:

$$Nf = \sqrt{\frac{3 \times 120}{7}} = 7,1 = 7 \text{ fileiras}; Ns = \frac{120}{7} = 17,1 = 17 \text{ soldados por fileira}$$

O quadrado teria 51 passos na frente por 49 de fundo:

17 soldados \times 3 passos = 51 passos; 7 soldados \times 7 passos = 49 passos

O resultado, 7 fileiras a 17 soldados, está perto dos valores avançados por Luís Álvaro Seco, a saber, 7 fileiras a 16 soldados. É curioso verificar que o método empírico do capitão português permite chegar a uma figura geométrica mais próxima do quadrado. De facto, a fórmula de Quatrefages origina um esquadrão «quadro de terreno» com 51 passos de frente e 49 de fundo, enquanto pelos cálculos do português o mesmo esquadrão quadro teria 48 passos de frente e os mesmos 49 de fundo.

¹¹⁴ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 217.

A construção dos esquadrões não se fazia apenas matematicamente, mas também por via da geometria. A organização da forma geral do esquadrão e posição dos vários elementos externos (guarnição, mangas e alas) e elementos internos (as bandeiras, por exemplo) podia ser determinada através das linhas notáveis dos polígonos, como as medianas ou diagonais (figuras 85-90).

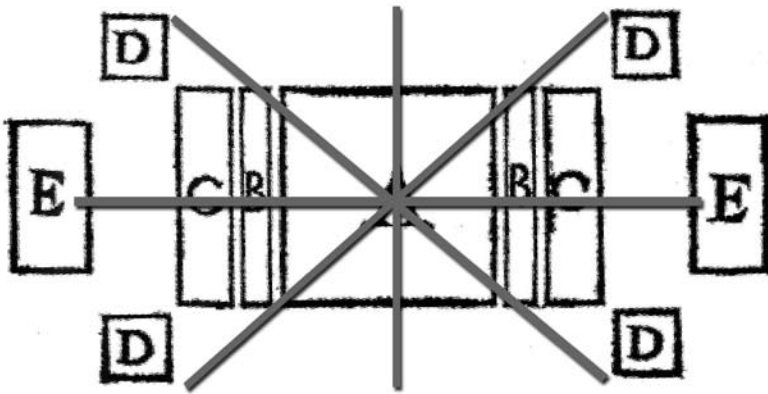


Figura 85 – A geometria da guerra (IV)

Fonte: Luís Mendes de Vasconcelos, *Arte militar* (1612)

Linhas notáveis na disposição dos elementos sistema tático quinhentista: guarnição, mangas, quininas e alas.

Figura 86 – A geometria da guerra (II)

Fonte: Valerio Chierigati (c. 1574?)

Linhas notáveis do esquadrão quadro de terreno

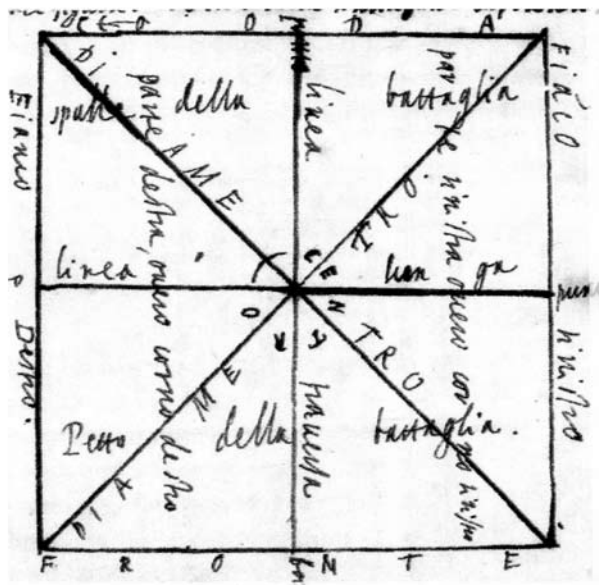


Figura 87 – A geometria da guerra (III)

Fonte: Battista della Valle (1521)

Linhas notáveis do esquadrão: diagonais

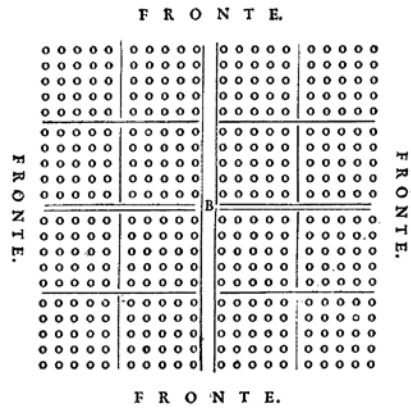


Figura 88 – A geometria da guerra (IV)

Fonte: Giovan Mattheo Cicogna (1567)

Linhas notáveis do esquadrão: medianas.

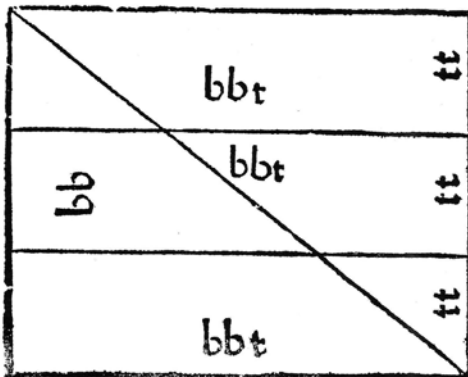


Figura 89 – A geometria da guerra (V)

Fonte: Juan de Alcega (1589)

Construção geométrica das bandeiras espanholas: diagonais e reticulado.

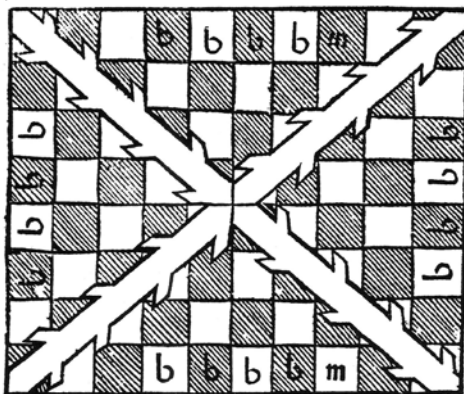


Figura 90 – A geometria da guerra (V)

Fonte: Juan de Alcega (1589)

Construção geométrica das bandeiras espanholas: diagonal e tripartição do espaço.

Outra destas regras, a relação de simetria, constituía uma das formas de composição mais utilizadas na generalidade das artes visuais em geral. Vimos que o esquadrão se estruturava numa grelha ortogonal. A relação de simetria permitia posicionar os diferentes elementos entre si e em relação ao somatório de todos eles — o «todo» e as partes. Era afinal o próprio conceito de ordem que se encontrava em jogo tanto na arquitectura como na guerra, e portanto as regras de concepção, representação e construção transitaram entre estas duas realidades. A forma de um esquadrão era construída como a planta de um edifício; como ínfima parte do todo, o soldado representaria o elemento base da linguagem visual, o ponto; colocados os soldados em fileiras — associando-os linearmente — formavam a linha; quando por fim juntamos o ponto e a linha temos a definição geométrica do plano. Assim, o suporte geométrico para o desenho do esquadrão era o mesmo plano conceptual da arquitectura, e portanto os instrumentos de representação gráfica poderiam ser usados para se planear a ordem de batalha de um exército. Luís Mendes de Vasconcelos referiu uma interessante analogia entre o processo de formar os soldados e os trabalhos preliminares à construção de um edifício: «disenhando no chão o espaço que lhe parece o enchem de soldados a tantos por fileira como no espaço cabem»¹¹⁵. Ainda mais explícita é a descrição de Marcos de Isaba:

Tomó un compás en la mano y en própia mesa señaló campaña, para alojar y poner en batalla, un ejército de número de treinta mil hombres, hizo sus escuadrones, mangas de arcabuceros [...] cinco mil caballos que señaló los puso en partes y lugares que pudiesen cerrar y retirarse, sin poner en desorden ni ocupar la infantería [...] señaló el lugar de la artillería, hizo su plaza de armas, repartió el puesto de la bagage¹¹⁶.

A função militar das formaturas estava assim relacionada com a sua configuração geométrica. O aspecto exterior do esquadrão era considerado fundamental na imagem que transmitia ao adversário, por isso crítico no sucesso em batalha mesmo antes da entrada em combate. Sublinhava-se assim a componente visual desta «congregação» de gente «armada de piques, & cossolletes», organizada «na forma q convem»¹¹⁷. O esquadrão ordenado encerrava em si mesmo o fim a que se destinava. A armadura protegia a integridade física do soldado, qual «fortificação do corpo»¹¹⁸, e a forma — leia-se a or-

¹¹⁵ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p.136.

¹¹⁶ Marcos de Isaba, *Cuerpo Enfermo de la Milicia Española*, Madrid, Ministerio da Defensa, 1991 [1.ª ed. 1594], p. 229.

¹¹⁷ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p.109.

¹¹⁸ Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, *op. cit.*

dem — juntava «a fuerza de todos juntos»¹¹⁹, «e deste modo ficara o esquadrão fortíssimo estando tão unido que parecerá todo se hu[m] a só peça»¹²⁰.

Mais, o processo evolutivo da arte militar que culminou no terço quinhentista não resultou só de alterações profundas da tecnologia do armamento. Um aspecto que se nos afigura como central, e que representa uma substancial diferença em relação ao passado, prende-se com o enquadramento dos soldados em entidades tácticas dotadas de maior autonomia. Por um lado, o *tercio* estruturou-se em torno de um determinado número de companhias dirigidas por um corpo fixo de oficiais. Não se tratava de um mero aumento de efectivos mas sim de um maior número de oficiais a enquadrar os soldados, como Luís Mendes de Vasconcelos afirmou: «agora (...) se accrescentam os exercitos (quando convem) com mais terços, & não com mais soldados em cada hum, sendo melhor assi, pois com mais membros, & estes accomodados para ser melhor regidos, mais ordenadamente se fará a guerra»¹²¹. Ao mesmo tempo, as formaturas tácticas passaram a obedecer a uma estrita geometria que juntou as partes — fossem alas, mangas guarnições e soldados — num todo coerente, o esquadrão. A referida *Revolução Militar* não se esgotou, portanto, na evolução da tecnologia do armamento ou nos processos de cariz administrativo associados ao aumento dos efectivos militares. Estamos perante uma alteração daquilo que antes eram aglomerados de combatentes, mesmo tratando-se de guerreiros com elevado valor, que foram progressivamente transformados nas primeiras unidades militares modernas.

A tradição militar da Roma antiga, veiculada principalmente através das fontes romanas como Vegécio, Políbio, Frontino, César e Tito Lívio, também desempenhou um papel incontornável. A construção de formaturas regulares obedeceu a uma reinterpretação da máquina militar da Antiguidade, tal como o estudo da herança escrita e construída de Roma modificou a Arquitectura. A curiosidade dos intelectuais estendeu-se ao estudo das novas propostas de fortificação e do confronto dos soldados *per se*, numa perspectiva que excedeu largamente o fenómeno estritamente militar. Baldassare Castiglione enunciou o primeiro predicado do cortesão, «la principale e vera profession del cortegiano debba esser quella dell'arme»¹²²; de facto, a principal manifestação do ideal do guerreiro culto continuava a ser a profissão das armas, embora o modelo cavaleiresco

¹¹⁹ Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 38.

¹²⁰ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 127.

¹²¹ *Ibid.*, p. 107.

¹²² Baldassare Castiglione, *Il libro del cortegiano*, Veneza, Gabriel Giolito, 1551, p. 72.

medieval tenha sido excedido nos seus limites tradicionais. O duque de Urbino, Francesco della Rovere (1490-1538), foi talvez o exemplo mais emblemático dos cortesãos especialistas em assuntos da guerra, como Gian Giacomo dell'Acaya (?-1570), barão de Segine, Vespasiano Gonzaga (1531-1591), duque de Sabbioneta, ou Alexandre Farnese (1545-1592) duque de Parma, de Piacenza e governador de Filipe II para os Países Baixos. O cortesão de Castiglione devia ornamentar a profissão das armas com a Matemática, a Física, e a História. Ornamento no entendimento quinhentista da Arquitetura, como elemento essencial do edifício e não mero adereço. Seria, portanto, parte integrante da bagagem cultural e científica do novo paradigma do militar, adquirido tanto numa vertente operativa do exercício da guerra como nas páginas das obras teóricas, daquilo que hoje classificamos como texto científico.

Capítulo II

A PALAVRA, A IMAGEM E O SOM

O texto desempenhou um papel crucial durante o século XVI ao estabelecer a ponte entre a abstracção verbal e o objecto concreto. Registrar a informação recolhida no terreno num suporte físico passível de posterior consulta por outrem permitiu que o conhecimento transpirasse dos círculos restritos das corporações, diversificando os autores e atingindo uma audiência mais alargada. De facto, a teorização da guerra na Europa contou com especialistas e amadores ao longo dos mais de mil anos da sua atribulada história. Políbio e Eliano foram historiadores que se debruçaram sobre a guerra, ao passo que o autor dos *Comentários sobre as Guerras da Gália* — nada menos do que Júlio César — era um líder militar que dispensa apresentações. Na sua origem, os primeiros textos conhecidos que abordaram o tema da guerra de maneira formal foram escritos na Antiguidade Clássica, primeiro por Enéas, o Tático (século IV a.C.) e Xenofonte (c. 430-355 a.C.). Surgidos no ambiente cultural do Sofismo, deixaram por essa razão as bases que permitiram considerar a guerra como *techne*, portanto passível de uma aprendizagem. Desde então, a arte militar tornou-se uma área do conhecimento cuja investigação e transmissão também se passou a fazer em termos literários.

Ao analisar a tratadística, há que tomar em consideração que os textos ditos tecnológicos não possuem uma identidade própria, com um conteúdo ou forma definitiva. São compilações para cuja feitura os autores se socorreram de numerosas fontes, tanto escritas como na forma oral, ou ainda fruto da experiência individual. Quando o texto atingia a sua forma final tornava-se por sua vez uma fonte para outrem, que novamente o alterava, adicionando ou retirando

os trechos que entendesse convenientes. O resultado era o somatório de uma cadeia de transmissão da informação, da qual apenas podemos observar o produto final. Por essa razão, a avaliação de um determinado texto deve ter lugar no contexto que abrange as suas eventuais cópias. Esta é uma situação fácil de constatar quando pensamos nas versões — ou traduções — do texto de Vitruvius. Alberti, Vignola, Barbaro, todos pretenderam rerepresentar a única obra conhecida escrita na Antiguidade — *De architectura* —, mas transfiguraram o modelo inicial num produto alternativo.

O mesmo se passou com a produção teórica sobre a guerra. Eliano ou Onossandro, por exemplo, transformaram-se em novos textos depois de vertidos em traduções do latim e grego respectivamente, subvertendo a forma inicial. A tradução para língua francesa feita por Fourquevaux, por exemplo, conferiu-lhe uma nova individualidade, que o afastou do original e deu a Diego Gracián motivo para nova tradução, desta vez em castelhano.

Foi o texto que manteve viva a tradição militar da Antiguidade depois do desmembramento do Império Romano, nomeadamente os textos que protagonizaram o processo de recepção de antiga arte da guerra no Renascimento e a sua posterior sistematização. Um autor fundamental repescado da Antiguidade foi Eliano, cuja *Tactica* foi escrita na primeira década do século II d.C., portanto ainda antes de Vegécio. Este texto serviu de base ao *Strategikon* de Maurício I (539-602) e à *Tactica* de Leão VI (866-912). Mais tarde foi objecto de uma versão traduzida para árabe por meados do século XIV, apenas chegando ao Ocidente a partir de um manuscrito escrito em grego (1468), para ser vertido para o latim em 1487. Foi portanto uma influência que inicialmente perdurou numa região geográfica distinta da Europa Ocidental, mas outra diferença substancial o separa de Vegécio; este autor cingiu-se ao referente à máquina militar de Roma, enquanto Eliano descrevia, sobretudo, o aparelho militar helenístico.

O tratado de Públio Flávio Vegécio Renato, escrito entre 383 e 450 d.C., tem sido apontado como uma das principais referências da Roma antiga para a escrita da guerra no século XVI. A leitura de autores romanos como Frontino ou Valério Máximo manteve-se viva durante a Idade Média ocidental, mas o texto de Vegécio foi amplamente divulgado no Ocidente e tornou-se o primeiro *best seller* da tratadística *De re militari* de Quinhentos. O facto é que o *Dell'arte della guerra* de Niccolò Machiavelli lhe foi em grande medida devedor.

1. A escrita da guerra

Ao longo do Renascimento, a articulação entre teoria e prá-

tica acompanhou o desenvolvimento da guerra, ainda que com algumas cambiantes sublinhando uma ou outra parcela da equação. Com o aparecimento dos primeiros paradigmas da escrita da guerra autonomizaram-se vários temas, que tomaram diversos nomes. Por exemplo, o confronto entre o conhecimento erudito da História da Antiguidade e a abordagem científica da guerra foi teorizado em finais de Quatrocentos com o título *De precedentia doctoris vel militis*. A versão italiana do texto em latim foi traduzida por Domenico Mora (1570) como *Della precedenza dell'armi e delle lettere*. Battista della Valle dedicou os primeiros capítulos do seu tratado a este tema: *Della nobilita de lettere; Della nobilita della militia; Del contendere de litterati con militi; Del contendere del militi contra gli sapiente*. E muitos outros autores se referiram ainda a esta problemática, como Francesco Patrizzi (1594) ou Achille Tarducci (1600).

A dupla publicação em 1521 dos textos de Niccolò Machiavelli e Battista della Valle (também conhecido por Vallo) deu o mote para um formato de tratado — deveríamos dizer dois formatos — que dezenas de autores repetiram ao longo do século, sobretudo a partir da sua segunda década. Machiavelli e Vallo traçaram a diferença entre o conhecimento prático do soldado profissional e o diletantismo intelectual dos teóricos humanistas. Dava-se assim continuidade a uma distinção que vimos já se encontrar esboçada na própria tradição clássica, e que afinal traduzia duas abordagens diferentes da guerra. A recuperação da tradição militar da Antiguidade foi problematizada na *Arte militar* de Machiavelli, enquanto Vallo estabeleceu a ponte com os textos tecnológicos do século anterior, como o de Valturio, as propostas de Leonardo ou os cadernos de Giorgio Martini. O que transparece desta relação entre teoria e prática militar é o acompanhamento próximo que a primeira fez da segunda. Às experimentações tácticas seguia-se — quase acto contínuo — a reflexão teórica, que poderia ser expressa na forma escrita, seguindo o mesmo processo que se observou noutras áreas do conhecimento. Nos textos que se seguiram a 1521, como os *Dialogi* de Antonio Brucioli (1526), como *De re militari* (1530) de Jacopo di Porcia (1462-1538), vincou-se a ligação aos autores clássicos como Frontino e o seu *Stratagemata*.

O caso de Diego de Salazar foi também emblemático de uma primeira ruptura com o passado, apesar da aparente continuidade expressa no título *Tratado de Re Militari* (1536) e do vínculo ao texto maquiavélico. Na verdade, este veterano das guerras da Flandres fez a leitura erudita de Machiavelli, à qual juntou a experiência vivida num campo de batalha em mutação, reinterpretando a obra que lhe serviu de base. O texto final, embora com referências evidentes ao modelo de referência, não deixou de se distanciar significativamente da fonte de inspiração. Porém, mais do que assinalar o fim da era maquiavélica, estamos perante uma sobreposição ao texto inicial.

No caso da tradução francesa de Machiavelli, da autoria de Guillaume du Bellay (1491-1543), a obra original viu mesmo o título original alterado para *Instructions sur le faict de la guerre* (1548). Mas não deixa de se ser significativo que esta primeira fractura tenha, no seu início, saído das mãos de um militar espanhol. Um *militar* no sentido estrito daquele que *milita*, porque derivado do termo *miles*, o legionário da Roma antiga. De facto, os Espanhóis também foram depositários da herança militar romana.

O início de uma *nuova scientia* militar, designada mais tarde «arte de esquadronar» por Eugénio dos Santos (1736), formalizou-se no suporte escrito a partir da década de 40 do século xvi. Em 1544 foi publicada a *Opera chiamata pratica et esperienza del guerreggiare moderno*. O autor, Francesco Mirandola (nome da localidade de onde era originário), foi capitão em Modena. Dedicou o tratado a Baldassare Castiglione (1478-1529), que serviu o duque de Milão e mais tarde o duque de Urbino como soldado e diplomata. À semelhança dos anteriores autores, para quem a história já havia deixado de constituir objecto de mera contemplação intelectual, Mirandola refere os exemplos colhidos da guerra na Antiguidade como o ponto de partida para a sua formulação teórica — «con molti esempi nelle guerre moderne passate occorsi, et infiniti avvisi alla militia usitati et necessarii»⁶². Tal como no *Libro de Vallo*, o tema da construção dos esquadrões «quadros», que encontramos descrito amiúde a partir do tratado de Machiavelli, mereceu um capítulo específico no tratado de Mirandola. A descrição centra-se no processo de passar da ordem de marcha para a ordem de batalha, situação directamente relacionada com os aspectos operacionais da questão. Assim, podemos supor que as regras preconizadas para cumprir este objectivo se basearam primeiramente na experiência dos capitães como Battista della Valle, Diego de Salazar ou Francesco Mirandola. Foi a publicação do tratado de Niccolò Tartaglia, *Quesiti et inventioni diverse* (1547), que veio alterar a situação, pois estamos em presença de um indivíduo sem qualquer prática militar, como aliás o próprio autor deixou claro. Talvez por se tratar de alguém que se encontrava fora dos tradicionais limites corporativos, Tartaglia pôde desenvolver uma construção *científica* do processo de agrupar os soldados em formação de combate. Foi realizado independentemente de qualquer experiência militar, num processo de exclusivo carácter intelectual derivado da aplicação do conhecimento da Matemática e Geometria, a matéria científica que dominava.

A viragem do século xv para o xvi foi um momento crucial du-

⁶² Francesco Mirandola, *Opera chiamata pratica et esperienza del guerreggiare moderno*, Modena, Giovanni de Nicoli, 1544.

rante o qual se equacionaram as premissas de um novo paradigma militar. Como vimos, os primeiros responsáveis pela criação de um *corpus* que juntou a herança arquitectónica da Antiguidade Clássica e o desenvolvimento da fortificação estiveram de algum modo vinculados às artes. Nesta síntese improvável, ficou também claro que a alteração da percepção e representação do espaço, que teve lugar desde o tempo de Giotto até ao advento da teorização do método de construção da perspectiva, também desempenhou papel decisivo no processo. A principal razão, porém, teve certamente que ver com o facto de Vitruvius ter dedicado parte substancial do seu texto à problemática da guerra. Assim, e ainda que sem a coexistência entre pintura, arquitectura civil e fortificação, a época de Quinhentos evidencia uma atitude estética face ao fenómeno militar.

Em meados do século, Pietro Cataneo procedeu à sistematização teórica das soluções de fortificação que surgiram desde Filarete e Francesco di Giorgio, e dos irmãos Sangallo. A abordagem de Cataneo situa-se num plano utilitário do conhecimento, tal como havia feito no seu tratado sobre Matemática (1546). Já não se defendia um vínculo classicista para a Arquitectura, mas o âmbito alargado de *I quattro primi libri di architettura* tornam-no um dos últimos tratados generalistas. Pietro Cataneo não deixou a mesma marca para a posteridade do seu colega Sebastiano Serlio (1475-1554), apesar de ambos terem sido alunos de Baldassare Peruzzi. E também não era um amador dedicado apenas à vertente teórica, pois acumulava uma preciosa experiência na execução de obras de fortificação em Siena, Capalbio (1552) e Campagnatico (1553). Por essa razão, as diferenças em relação aos primeiros tratadistas, em especial Alberti, são marcantes; a obra deste incidiu fundamentalmente no edifício, em particular no domínio da arquitectura religiosa, ao contrário de Pietro Cataneo, cujo texto se centrou sobretudo na problemática da cidade.

A partir da publicação de *I quattro primi libri* a produção escrita acelerou em termos quantitativos. Antes do texto de Pietro Cataneo foram publicados sete textos no espaço de uma década: os manuscritos de Filarete foram produzidos entre 1451 e 1464; os de Francesco di Giorgio entre 1474 e 1482; o de Alberti entre 1440 e 1450 e publicado em 1485; e o de Fra Giovanni Giocondo em 1511. A impressão do tratado de Cesare Cesariano ocorreu em 1521 — ano da publicação de Machiavelli e Vallo —, e seguiu-se Dürer (1527) e o primeiro texto de Sebastiano Serlio (Libro IV, 1537). Mas a partir de 1554 foram impressas em menos de vinte anos as principais obras que formalizaram o conteúdo de toda a subsequente produção editorial até final do século. Nesse mesmo ano, o manuscrito de Giovan Battista Bellucci (1506-1554) deu o mote para uma ruptura conceptual já anunciada na prática, mas até aí sem a respectiva confirmação

formalizada na escrita. Segundo Bellucci, o desenho das fortificações executado apenas por arquitectos, sem o apoio dos soldados, estava condenado a enfermar de graves deficiências funcionais. Esta reflexão teve algo de premonitório, se tivermos presentes os «erros» conceptuais verificados no traçado de Laparelli para a fortificação de La Valetta ou as incompatibilidades insolúveis entre o arquitecto régio Diogo Teles e o responsável pelas obras de fortificação em Tânger (c. 1554-1565), André Rodrigues.

Em todo o caso, a fractura entre arquitectura civil e militar foi consumada na grande maioria dos tratados posteriores a Pietro Cataneo; Giovanni Battista Zanchi (1554), os desenhos de Francesco de Marchi de 1555, Giacomo Lanteri (1557), Girolamo Maggi e Giacomo Castrioto (1564), Domenico Mora (1567), Girolamo Cataneo (1571) ou Carlo Theti (1589) dedicaram os seus tratados especificamente ao tema da arquitectura militar. O próprio Daniele Barbaro, cuja tradução de Vitruvius se associa ao círculo intelectual ainda impregnado pela herança clássica, já assumia uma postura mais próxima da engenharia que da arquitectura ao explicar com entusiasmo temas como o arsenal de Veneza, o seu porto e as obras de engenharia hidráulica levadas a cabo na cidade. Outros tratadistas como Philibert de l'Orme (1561) contemplaram a arquitectura civil na sua vertente construtiva⁶³. Entre 1557-1566, Alvisse Cornaro escreveu o *Trattato dell'Architettura* sobre arquitectura civil, tal como o seu ilustre amigo Andrea Palladio, de quem se não conhece um único texto dedicado ao tema da fortificação, com excepção das ilustrações incluídas no texto de Barbaro.

O surto de moderação formal em favor da regularidade e o uso ortodoxo das ordens parece ter correspondido à afirmação do sistema abaluartado como o modelo a seguir pela arquitectura militar. Consolidado a partir do texto de Pietro Cataneo em 1554, o traçado abaluartado «à moderna» encontrava-se completamente desvinculado das formas de fortificação da Antiguidade, afirmando a sua inequívoca modernidade. O intervalo de 1550 a 1560 foi de autêntica explosão editorial de impressos sobre este tema. Um destes textos foi particularmente instrumental na consolidação de uma componente técnica da fortificação que assumia a fractura entre a arquitectura civil e a especialização militar: *Dell'Arte Militare* de Girolamo Cataneo. A vertente prática foi aqui tratada como uma componente fundamental. De facto, Cataneo havia integrado os exércitos de Carlos V que operavam na Lombardia, adquirindo uma preciosa experiência

⁶³ Philibert de l'Orme protagonizou uma abordagem inédita, seguindo o processo construtivo cronologicamente. Não foi certamente fruto de um acaso, pois o seu pai havia sido mestre pedreiro (Alexander Tzonis, *Classical Architecture, The Poetics of Order*, Londres, M.I.T., 1999 [1.ª ed. 1986]).

durante as guerras do Piemonte contra os Franceses. O português Isidoro de Almeida participou nestas campanhas, e quem sabe se não teria adquirido a sua bagagem teórica e prática com Girolamo Cataneo. No plano prático Cataneo não avançou com soluções inovadoras. Contudo, conseguiu levar a cabo uma sistematização das propostas de fortificação até então teorizadas e experimentadas, desenvolvendo as necessárias componentes conceptuais e construtivas. Em paralelo, os textos de Vignola (1562) e Palladio (1570) foram exemplo daquilo que era considerado como o uso correcto das ordens tal como estabelecidas pelos Antigos — a regularidade, a simetria, o sentido da ordem. De facto, o Renascimento foi feito de correntes cruzadas, tensões e contradições.

2. A imagem da guerra

O domínio dos meios de representação gráfica foi o denominador comum para a realização das transformações que tiveram lugar na guerra e arquitectura de Quinhentos. A palavra e a imagem foram os dois lados da mesma moeda, e a teorização da guerra passou a contar tanto com a escrita como com a representação gráfica. O domínio do desenho servia para projectar máquinas e engenhos, armas e armaduras, mas também para o estudo de novas propostas de fortificação; segundo Girolamo Cataneo, era indispensável «di sapergli ben disegnare sopra carta»⁶⁴ para «disegnare fortezze». O desenho era ainda fundamental para elaborar as peças gráficas que hoje se designam como desenho técnico, fossem as vistas em planta e alçado ou esboços «à mão levantada». Francisco de Holanda encarou esta necessidade de uma forma ainda mais abrangente, como ferramenta conceptual no traçado da «forma e proporções» de toda a espécie de artificios bélicos (**figuras 91-93**).

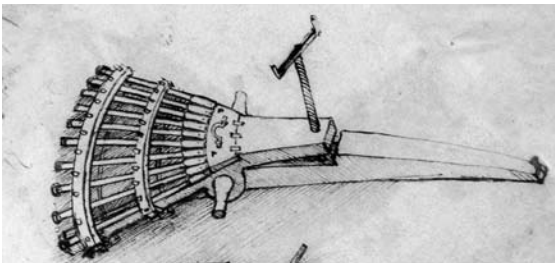


Figura 91 – O desenho e a guerra (I)

Fonte: Leonardo da Vinci, *códice Atlanticus* (c.1482?)

«Serve o debuxar na guerra grandissimamente [...] para a feição das bombardas, trabucos, canhões»⁶⁵.

⁶⁴ Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libro tre*, Brescia, Thomaso Bozola, 1571, p. 16.

⁶⁵ Francisco de Holanda, *Da Pintura Antiga*, ed. Angel Gonzalez Garcia, Lisboa, INCM, 1983, pp. 283-284.

Figura 92 – O desenho e a guerra (II)

Fonte: Heinrich Vogtherr o Velho, *Ein Frembds und Wunderbars Kunstbuechlin* (1538-72)

« [...] Para estranheza e desenho das armas [...] »

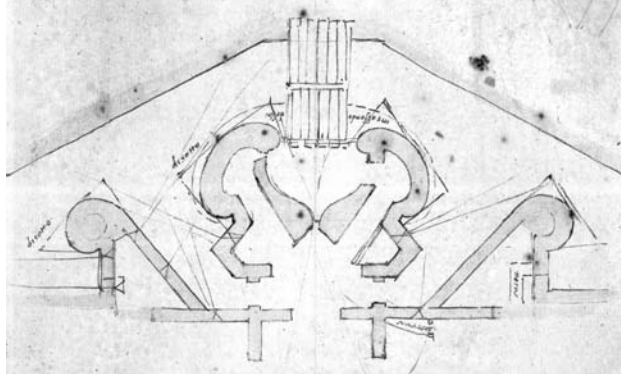


Figura 93 – O desenho e a guerra (III)

Fonte: Michelangelo, estudo para a *Porta alla Giustizia*, Florença (c. 1529)

« [...] Fortalezas altas e baixas, as muralhas e as portas e o lugar d'ellas [...] ».

O desenho servia para executar o registo cartográfico destinado à análise da topografia (**figura 94**), mas também se usava como apoio de campanhas militares e mesmo para elaborar a ordem de batalha de um exército (**figura 95**).



Figura 94 – O desenho e a guerra (IV)

Fonte: Desenho anónimo com as 11 etapas previstas para a marcha do exército espanhol de D. Lope de Acuña pela região de Franche-Comté

« [...] Os caminhos e os rios e as praias e as alagoas e paúes [...] ».

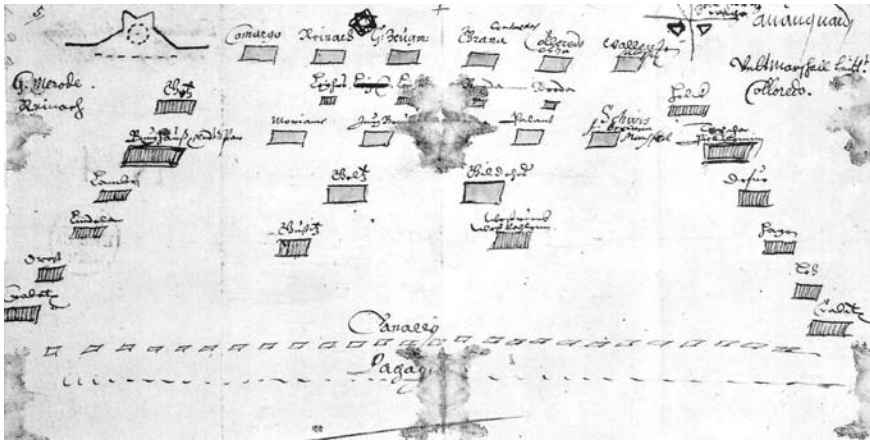


Figura 95 – O desenho e a guerra (V)

Fonte: Heeres Museum, Viena, Plano da batalha (1632)

«[...] Da forma dos exércitos».

A exposição da teoria militar articulou-se assim com a linguagem gráfica. Ainda que no passado a imagem fosse igualmente veículo privilegiado de transmissão de informação, as recentes técnicas de representação vieram alterar o quadro existente. A crescente qualidade das ilustrações permitiu, por exemplo, uma aproximação menos onerosa em comparação com os tradicionais modelos tridimensionais. O tratado de Pietro Cataneo integrou a exposição gráfica em complemento do texto, e por essa razão serviu como referência aos autores que se lhe seguiram. O impresso de Girolamo Maggi foi profusamente ilustrado, mas as *pièces de resistance* consistiram no tratado de Galasso Alghisi (1573) ou no desenho final de Buontalenti para a *capella dei Principi* em San Lorenzo (**figura 96**). Ainda assim, a execução de «un modelo en relieve» fazia parte, pelo menos teoricamente, do processo de elaboração de uma solução construtiva. Elaborar o desenho com uma escala definida, «disegnare sopra carta con le misure», era um passo imprescindível para passar à fase seguinte, «mettergli in modello, per potergli mostrare à piu pareri»⁶⁶.

Uma das principais funções dos tratados de arte militar foi essencialmente pedagógica. Desde cedo que se complementou o texto escrito com a imagem, tornando-se esta uma peça-chave na transmissão do conhecimento teórico. Os diagramas foram determinantes na transmissão do conhecimento teórico da guerra, quer de propostas contemporâneas quer como mera explicação dos exemplos da história bélica da Antiguidade. Mas também podiam representar as técnicas militares — as tácticas de combate, o armamento ou as for-

⁶⁶ Girolamo Cataneo, *Dell'Arte Militare Libro tre*, op. cit., p. 16.

maturas de batalha —, tal como as plantas e alçados dos tratados de arquitectura eram vertidos para a actividade construtiva. O texto de Eliano foi particularmente importante no desenvolvimento da componente gráfica da tratadística, ausente na versão original de Vegécio mas rectificado nos seus leitores tardo-medievais e modernos.

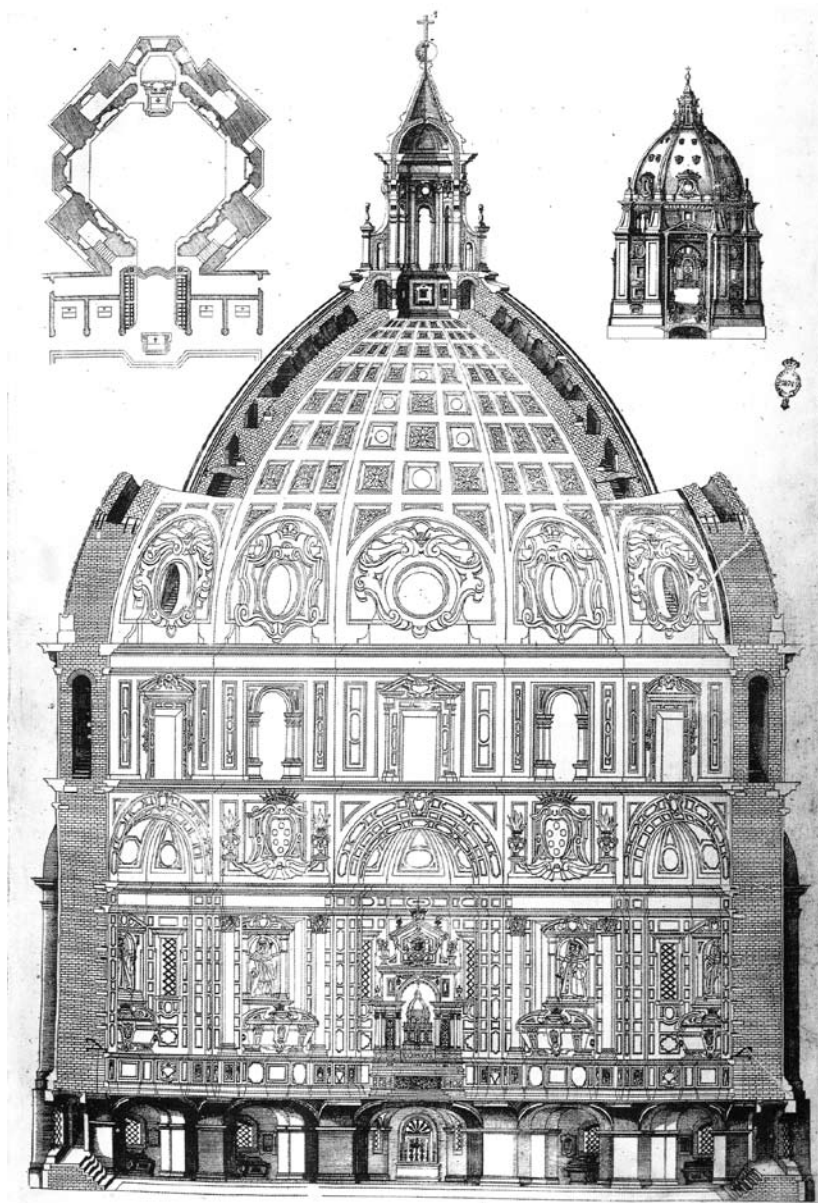


Figura 96 – Representação gráfica rigorosa
Bernardo Buontalenti, desenho final para a *capella dei Principi* em San Lorenzo (c. 1596-1597).

Desde a tradução manuscrita de Eliano apresentada no Vaticano pelo cardeal Bessarion (1403-1472) em 1468 à versão impressa editada por Francesco Robortello em 1552 (**figura 97**), os diagramas descritivos das formações militares passaram a ocupar um lugar de destaque nos textos *de re militari*. Numa fase inicial utilizaram-se caracteres gregos para representar os componentes de uma formatura militar, diferenciando o tipo de soldados — apeados ou a cavalo — e respectivo armamento. Tratou-se, portanto, de esquemas não figurativos, e tanto Machiavelli como Vallo os incluíram nas respectivas obras. Por esta altura tinha lugar um processo de tipificação e consolidação de um modelo de diagrama, situação perceptível nos diagramas incluídos na *Arte da Guerra* de Machiavelli (**figura 98**).



Figura 97 – Os diagramas (I)

Fonte: Francesco Robortello (1552)

Elementos gráficos, abstractos e figurativos, na primeira edição impressa de Eliano.

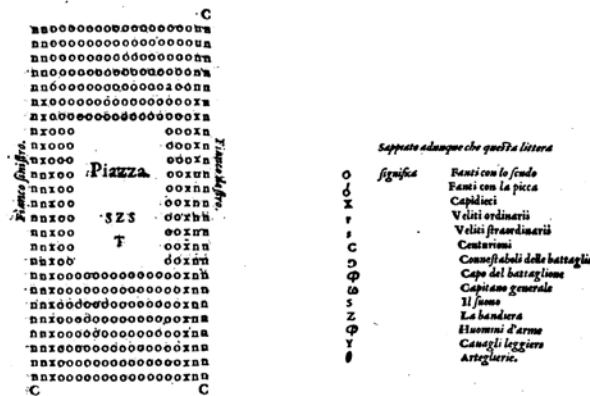


Figura 98 – Os diagramas (II)

Fonte: Niccolò Machiavelli, edição de 1550

Os diagramas-tipo nos tratados militares de Quinhentos.

A principal diferença destes diagramas em relação à versão original do manuscrito quatrocentista de Roma verifica-se na conversão dos caracteres gregos, que representavam os diversos tipos de soldados — piqueiros, atiradores, etc. — em símbolos gráficos. O tratado de Machiavelli, com a complexidade dos símbolos e as res-

pectivas legendas, contrasta com o impresso de Vallo, cujo modelo de diagrama é consideravelmente simplificado (**figura 99**). Na tradução de Diego de Salazar (1536) a forma final ainda se encontra pouco segura, como demonstra o facto de este autor incluir a reprodução do diagrama de Machiavelli numa versão mista com símbolos e caracteres (**figura 100**). A substituição dos caracteres escritos por representações figurativas foi talvez a principal inovação da edição bilingue (latim e grego) de Eliano realizada por Robortello (1552), repetido por Giovachino da Coniano (1564) (**figura 101**). Foi uma alteração fundamental, pois introduziu-se a narrativa gráfica num domínio essencialmente técnico, e ao longo das sucessivas edições de tratado «de re militari» foi notório um progressivo domínio na representação gráfica, que culminou no desenvolvimento de diagramas exclusivamente figurativos podemos apreciar numa versão notavelmente minuciosa por Jacob von Wallhausen no início de seiscentos (**figura 102**), mas inicialmente ensaiado por Francesco Ferretti (1568) (**figura 103**).



Figura 99 – Os diagramas (III)
 Fontes: Batista della Valle (El Vallo) (1521) e Diego Salazar (1536)
 Diagramas com caracteres escritos e abstractos.

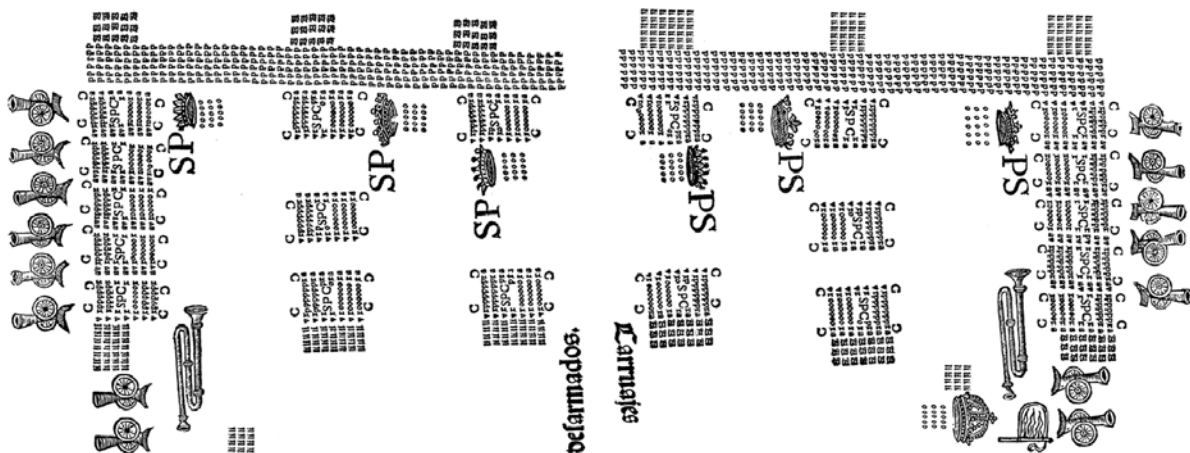


Figura 100 – Os diagramas (IV)
 Fonte: Diego de Salazar (1536)
 Reprodução do diagrama misto abstracto/figurativo da obra de Nicollò Machievelli.

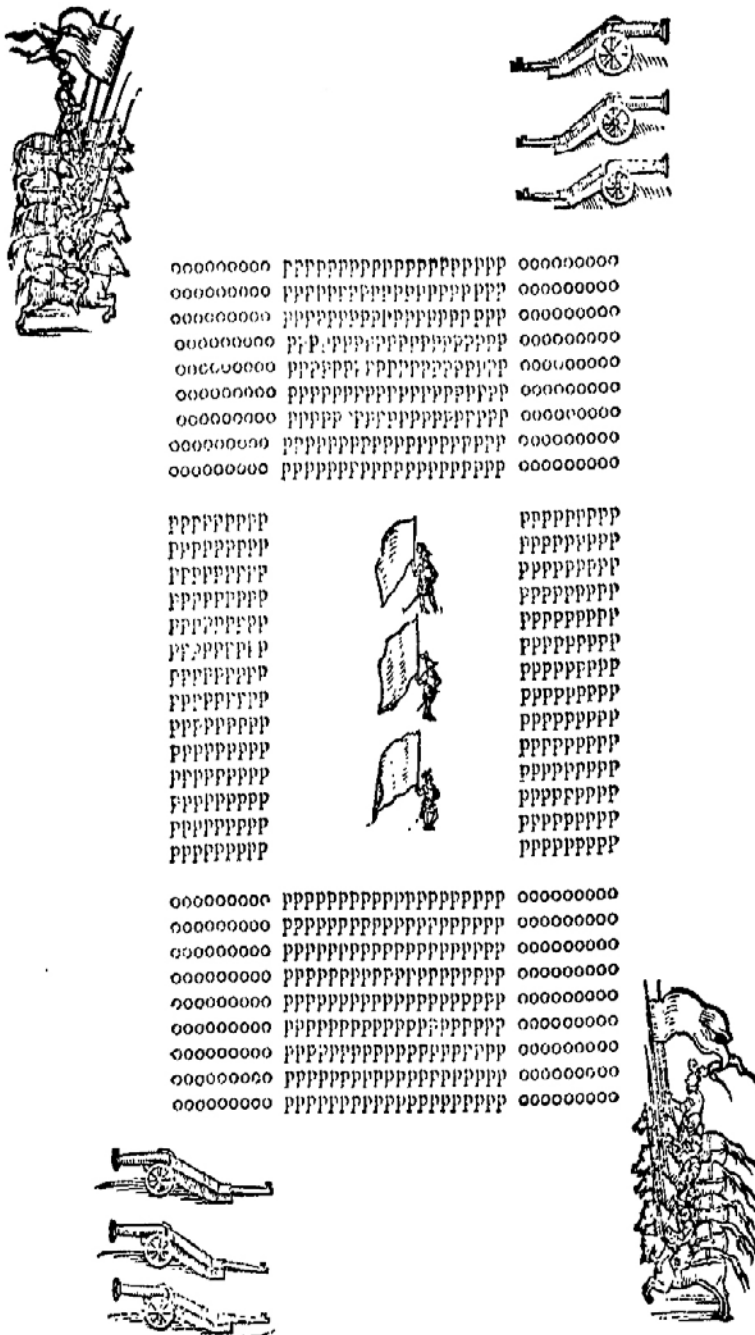


Figura 101 – Os diagramas (V)
Fonte: Giovacchino da Coniano (1564)

Diagrama misto com caracteres figurativos/abstractos/escritos.

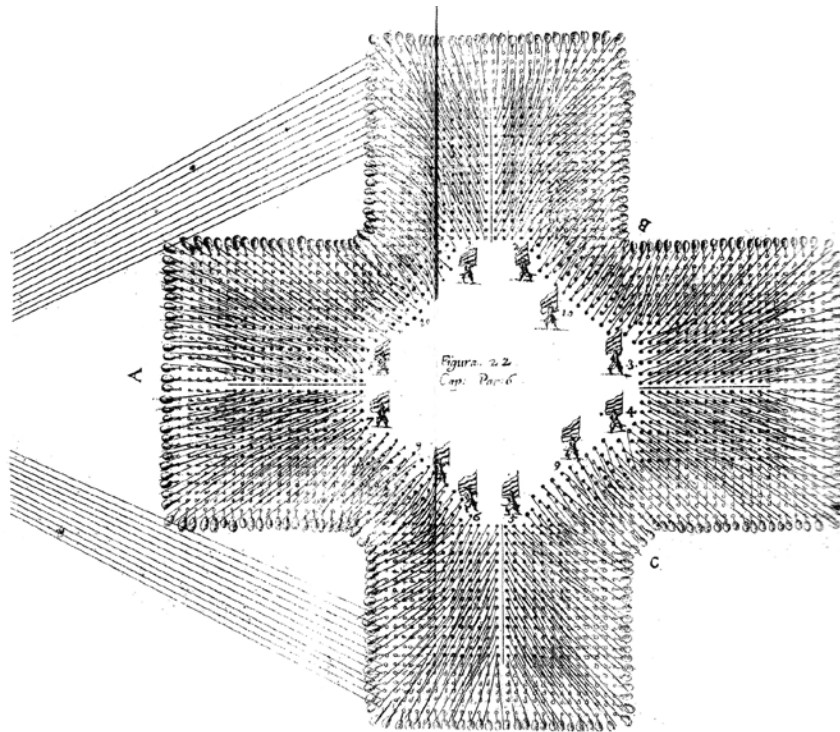


Figura 102 – Os diagramas (VI)
Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)
Diagrama exclusivamente figurativo.

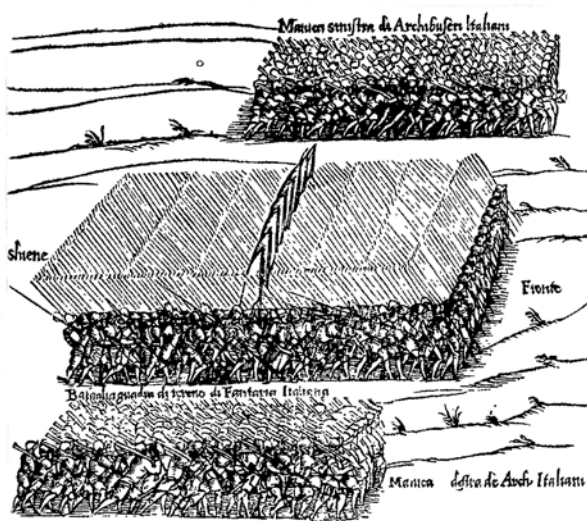


Figura 103 – Os diagramas (VII)
Fonte: Francesco Ferretti (1568)
Diagrama figurativo (com legendas).

Desde pelo menos o tempo de Rafael (1483-1520) que se generalizou o uso da perspectiva ortogonal e da projecção plana como meio de representação do espaço arquitectónico. O sistema da perspectiva de ponto de fuga, depois de um período de entusiástica experimentação, foi relegado para um círculo restrito, ao contrário da vista ortogonal. Esta seria entendida como uma forma de representação mais profissional no contexto da realização construtiva, como podemos verificar nos *Quatro livros* de Palladio. A perspectiva de pontos de fuga garantia a correcção e «satisfação estética» do objecto representado, mas a realidade mensurável encontrava-se distorcida. Antonio da Sangallo, um dos poucos arquitectos do Renascimento oriundos do meio dos artesãos, reconheceu a clareza, legibilidade e mensurabilidade como vantagens da representação ortogonal. E a publicação do tratado de Pietro Cataneo foi a primeira evidência impressa da utilização exclusiva da perspectiva ortogonal no contexto da fortificação.

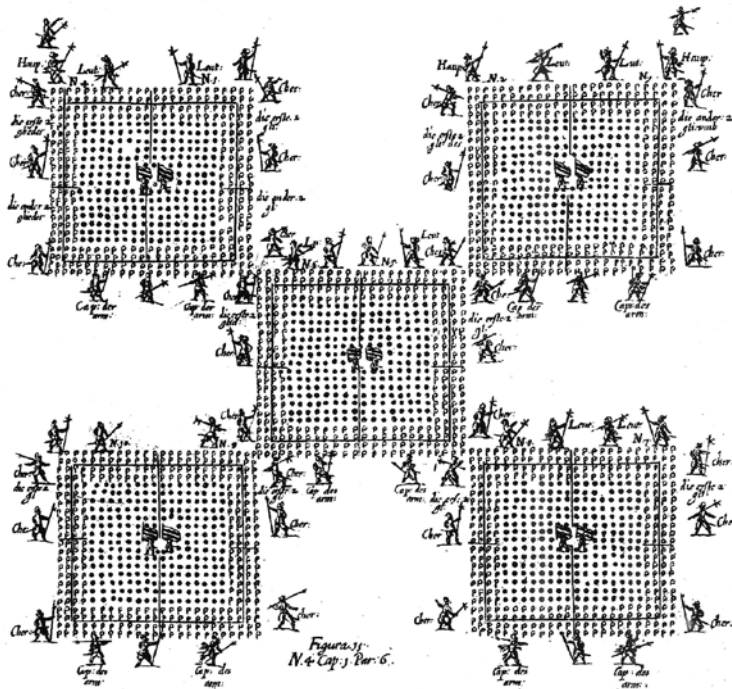


Figura 104 – A representação gráfica da guerra nas três dimensões (I)

Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)

Os esquadrões.

Foi talvez o padrão de qualidade gráfica estabelecido por Cataneo que despertou o interesse por este tipo de representação gráfica num conjunto alargado de situações ligadas à guerra; os esquadrões (figura 104), a castrametação (figura 105), a representação

das cinturas fortificadas (**figura 106**) e elementos individuais da arquitectura militar (**figura 107**).

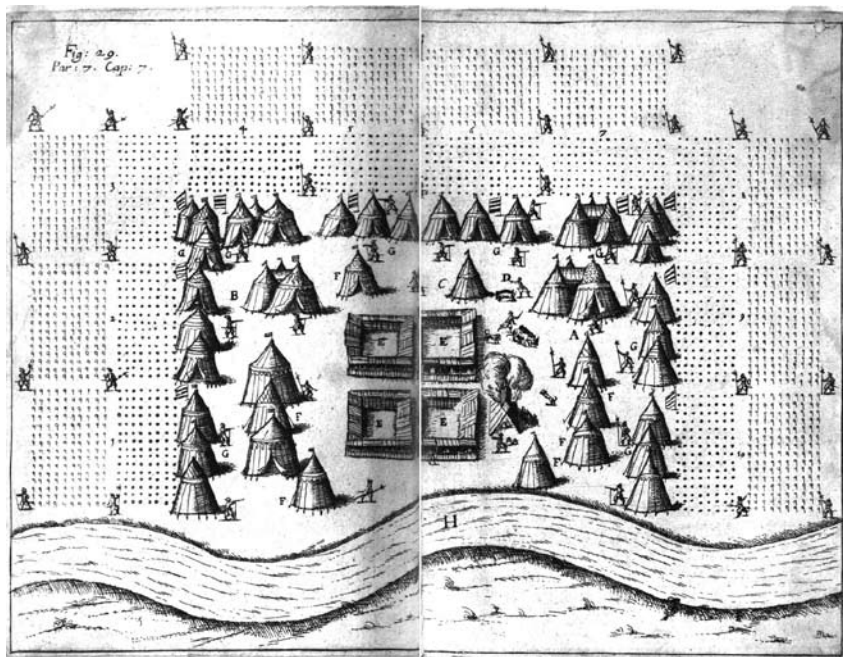


Figura 105 – A representação gráfica da guerra nas três dimensões (II)

Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)

A castrametação.

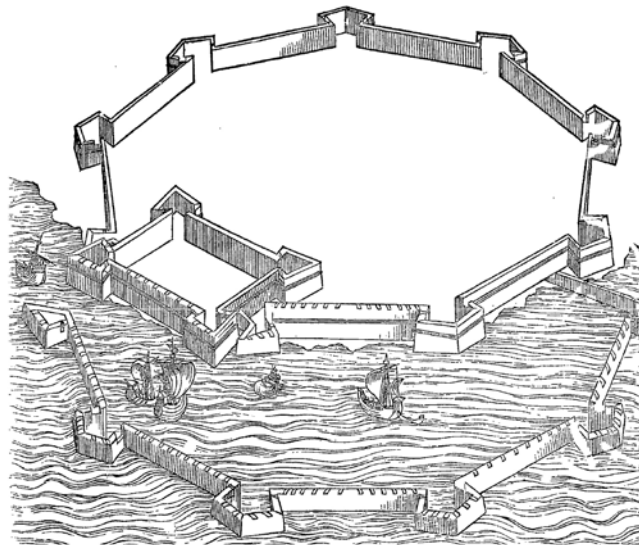


Figura 106 – A representação gráfica da guerra nas três dimensões (III)

Fonte: Pietro Cataneo (1554)

Cintura fortificada.

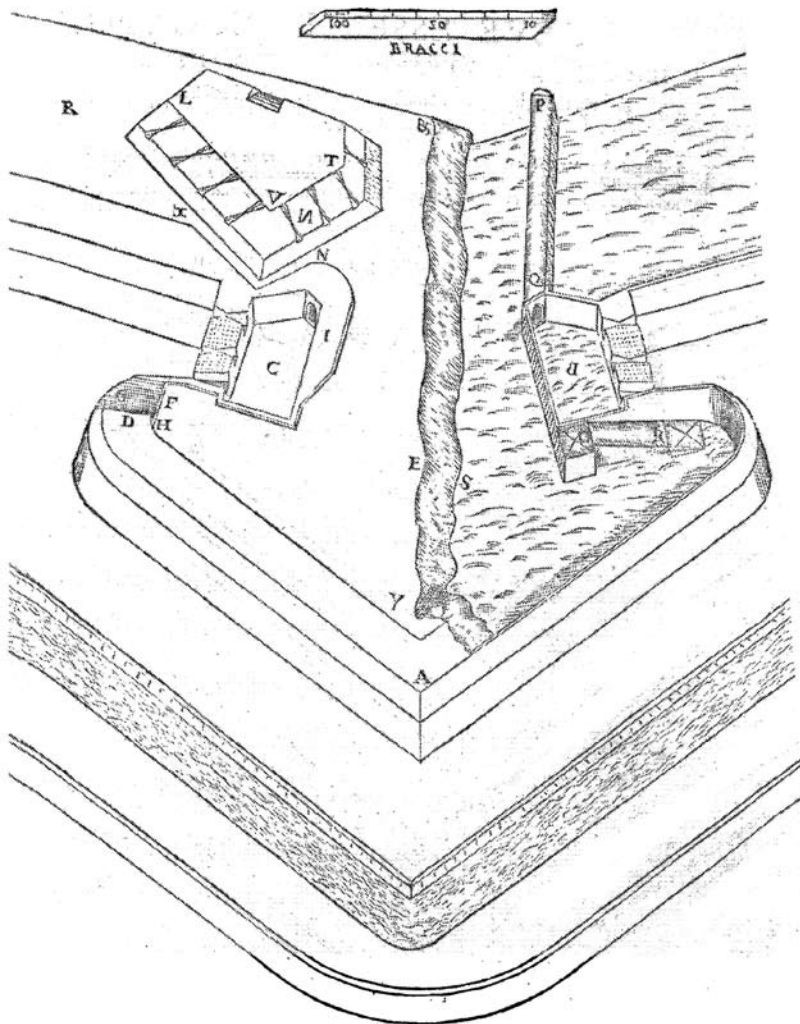


Figura 107 – A representação gráfica da guerra nas três dimensões (IV)

Fonte: Buonaiuto Lorini (1596)

Perspectiva militar com a construção de um baluarte.

Ao mesmo tempo que as primeiras gravuras mistas figurativas/caracteres faziam a sua aparição nos textos *de re militari*, sugiam outras representações com base em formas geométricas simples. A primeira obra onde se utiliza este tipo de diagrama é o primeiro impresso de Girolamo Cataneo (**figura 108**), e talvez fosse a sua formação e experiência construtiva a sugerir-lhe este desenvolvimento lógico na representação da geometria das formaturas de combate. No geral, a construção dos esquadrões aproximou-se cada vez mais do desenho arquitectónico. A este respeito, o engenheiro militar, soldado veterano e tratadista Mario Savorgnano (1513-1574) escre-

veu que o texto transmitia ao ânimo de cada indivíduo uma atitude estática, ao passo que através do desenho se transmitia o dinamismo da realidade. Holanda discriminou com detalhe a função do desenho na guerra, «para o sitiador dos campos, para a ordem das fileiras, e medida dos esquadrões», descrição quase textualmente repetida de Castiglione — «per dissegnar paesi, siti, fiumi, ponti, rocche, fortezze, e tale cose»⁶⁷. E ainda podia desempenhar um papel no plano operacional, quando se traçava no chão a forma que se pretendia para o esquadrão. A flexibilidade da representação visual abria novas possibilidades. A percepção do espaço tridimensional e as ferramentas conceituais, como a geometria e as técnicas da perspectiva, tornaram-se recorrentes na escrita da guerra.

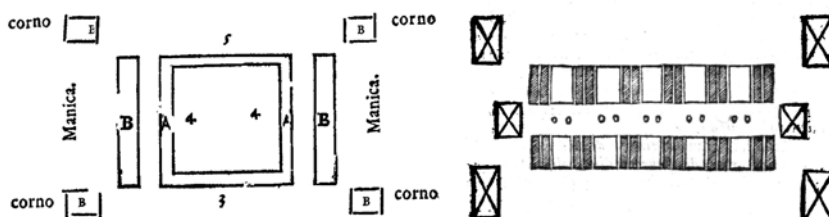
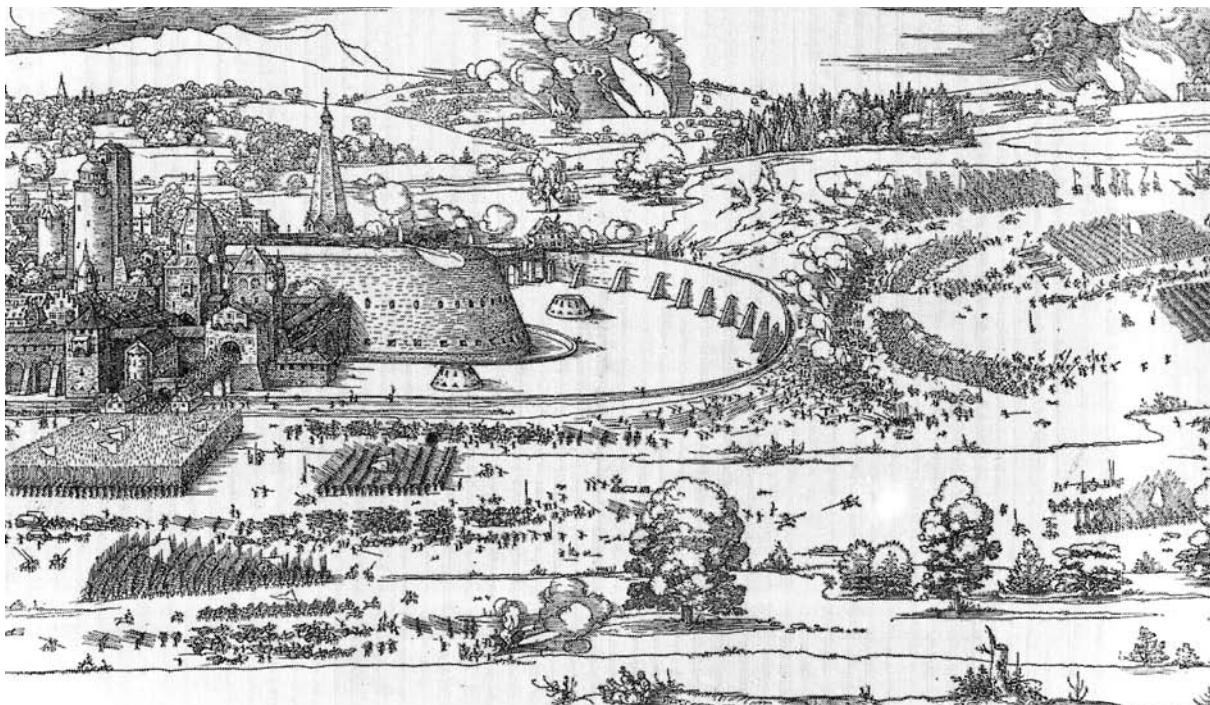


Figura 108 – Diagramas geométricos

Fontes: Girolamo Cataneo (1571) e Achille Tarducci (1600)

O passo seguinte foi particularmente importante, e teve que ver com a conversão do diagrama numa narrativa gráfica. O exemplo mais conhecido é uma gravura de Albrecht Dürer, realizada por volta de 1527 (**figura 109**).



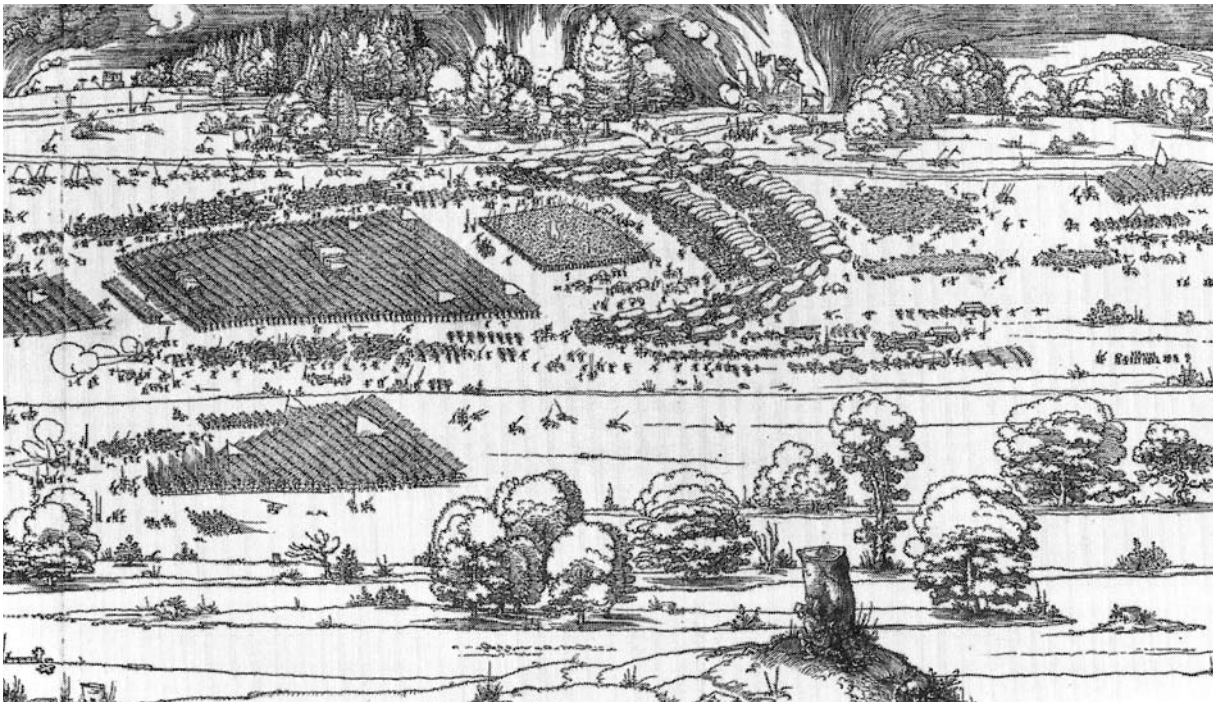
A gravura utiliza a perspectiva aérea, a meio caminho entre a representação planimétrica e a representação pictórica, e evidencia o mesmo objectivo pedagógico dos cadernos de Giorgio Martini ou de Da Vinci. O ponto de vista situa-se acima do tema, tornando possível analisar uma batalha nos seus múltiplos aspectos e ínfimos detalhes militares, como o tipo de soldados, o armamento, as formaturas de combate, etc. Este tipo de representação enquadra-se no contexto da tratadística militar, e como se sabe Dürer publicou um texto sobre fortificação. O dinamismo da acção, normalmente reservado para os suportes de maiores dimensões, é outra característica. Dürer não pretendeu descrever um momento particular, mas sim transmitir o *processo* de assédio a uma cidade, desde a chegada do exército à reacção dos sitiados, substituindo o texto escrito.

A imagem como fonte narrativa de guerra evoluiu de forma notável, situação a que não foi alheio o facto de o tema ser recorrente na pintura. Muitos dos tratados apoiaram-se em elementos gráficos semelhantes, como a versão de Palladio do livro de Políbio, até ao extraordinário livro de Michael von Eytzinger *De Leone Belgico* (1583). Obras como estas certamente tocaram um maior público, pois possibilitavam que um livro não fosse apenas lido mas também fruído visualmente.

Figura 109 – A imagem como narrativa gráfica

Fonte: Albrecht Dürer (1527)

Perspectiva de um exército preparando-se para o cerco a uma povoação.



A gravura desenvolveu assim a narrativa gráfica de maneira particularmente eficaz. A iconografia alemã de Hans Baldung ou Urs Graf, por exemplo, é particularmente impressionante na descrição da face mais negra da guerra (**figura 110**).

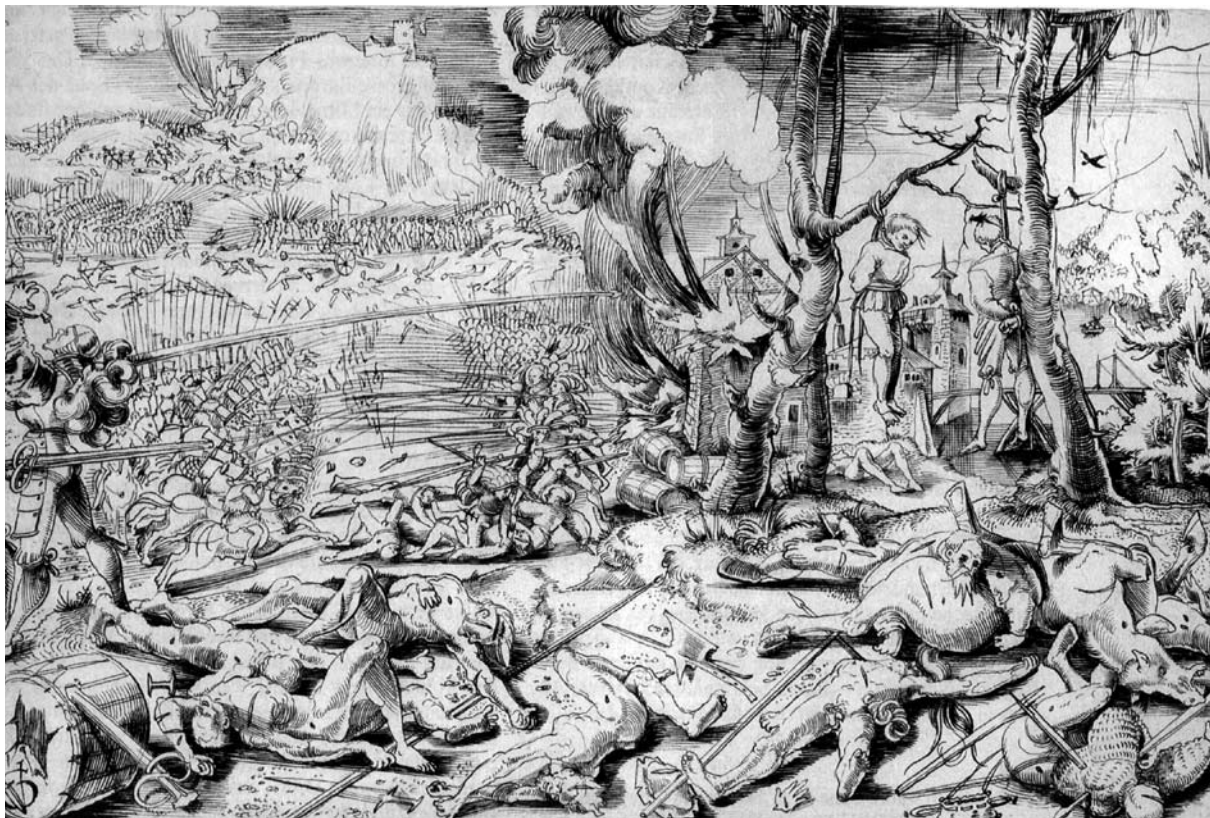


Figura 110 – A guerra negra
Fonte: *Schrecken des Kriegs*, Urs Graf (1521)

Nos antípodas desta visão crua da realidade bélica encontram-se as representações evocativas, situações em que a guerra foi objecto de celebração visual. Os exemplos são inúmeros, desde as várias pinturas sobre a batalha de Lepanto até ao famoso quadro sobre a vitória de Breda, ou musicalmente, como a peça musical *La Guerre* de Clément Janequin ou a *Batalla de Mühlberg* de Mateo Flecha o Velho. Em Portugal, temos várias peças, como a pouco conhecida representação da autoria de Tomás Rodrigues (1602) (**figura 112**), mas sobretudo as notáveis tapeçarias da série de D. João de Castro (1550-60) (**figura 113**), ou os frescos de André Peres sobre a conquista de Azamor (c.1600?) (**figura 115**) do Paço Ducal de Vila Viçosa.



Figura 111 – A guerra justa (I)

Fonte: Lazaro Tavaronne (?), porm. do fresco do Palácio do Viso (c. 1580)
A batalha da ponte de Alcântara.



Figura 112 – A guerra justa (II)

Fonte: *A conquista de Tunes* (Tomás Luís, 1602) MCB (foto J. Andrade, AFMCB)



Figura 113 – A guerra justa (III)
Fontes: Tapeçarias da série de D. João de Castro (1555-60), 1º e 2º panos do *Cortejo Triunfal*, Kunhistorisches Museum, Viena



«Reprodução verdadeira da desditosa batalha em que o futuro rei de Portugal foi derrotado na Barbaria contra os mouros e turcos, no dia 4 de Agosto do corrente ano de 1578»

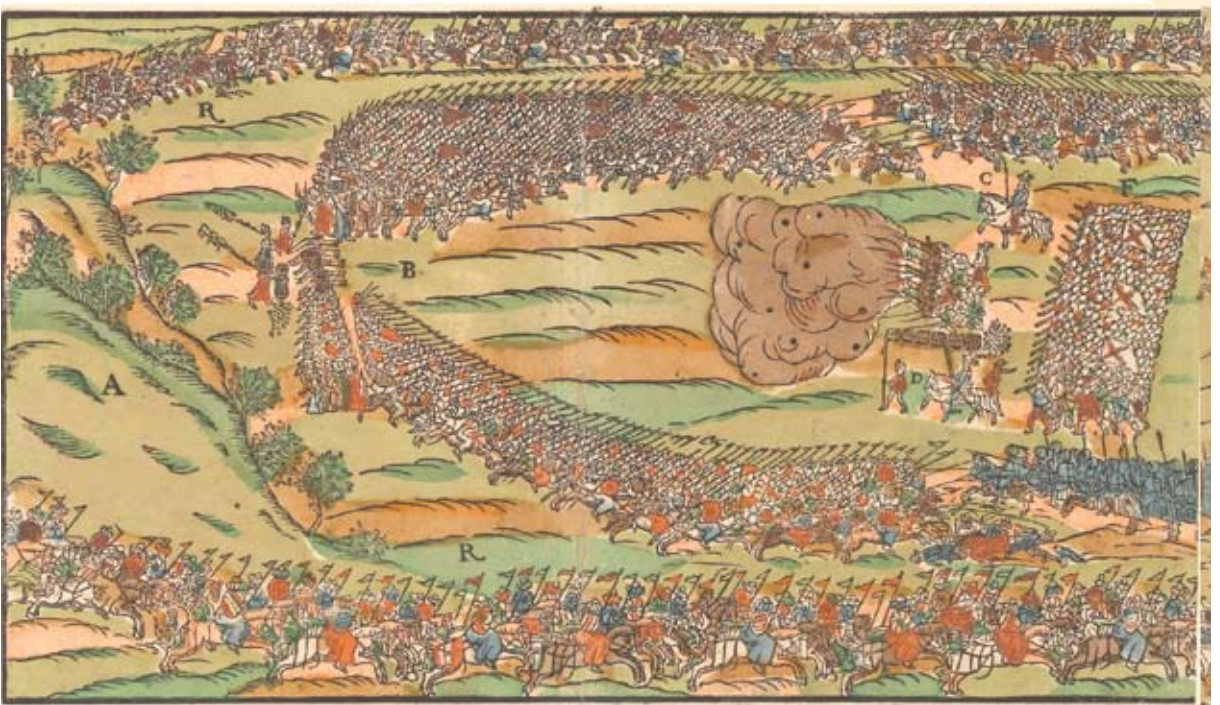


Figura 114 – O relato gráfico (I)

Fonte: gravura de Hans Rogel (1578), Biblioteca Central de Zurique
Panfleto sobre a batalha de Alcácer Quibir.

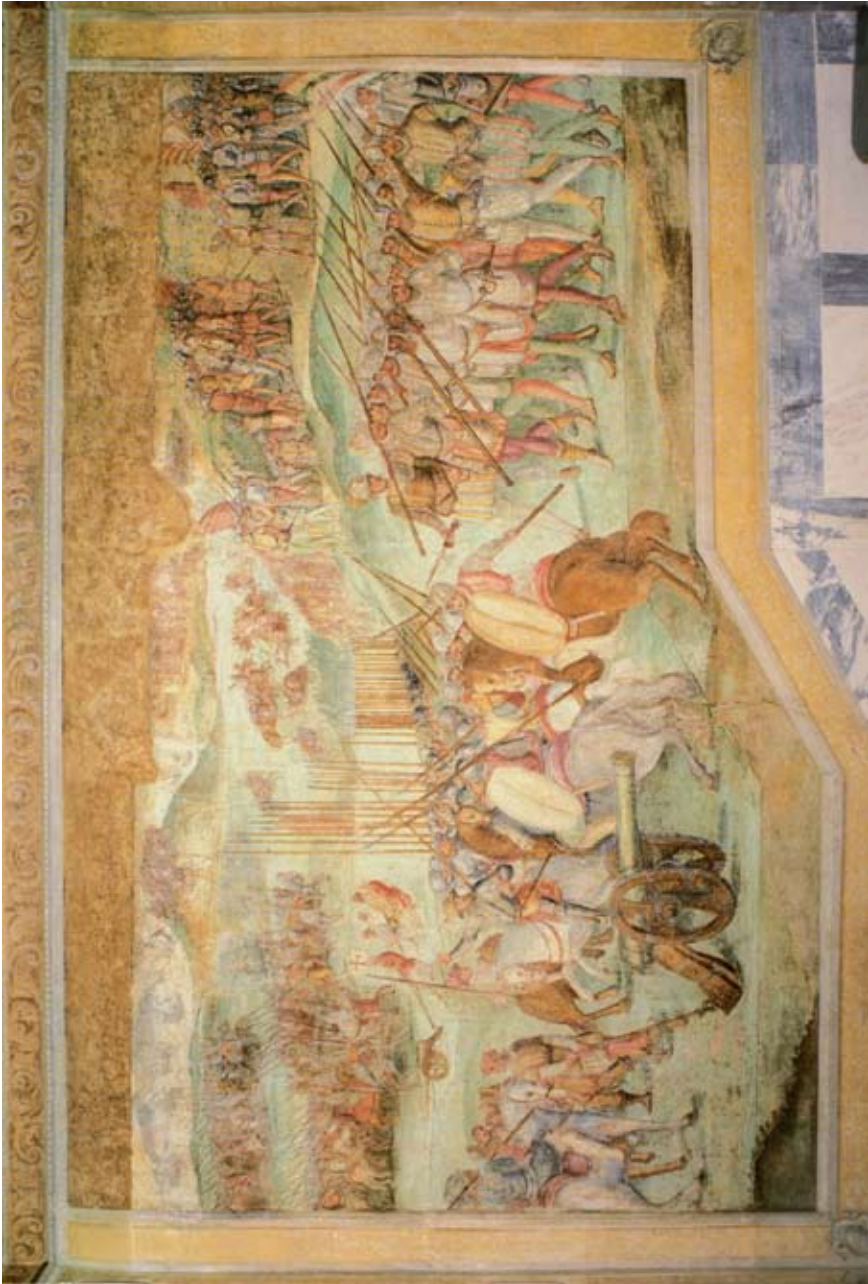
A guerra quinhentista

- (A) «60.000 cavaleiros escondidos atrás da colina»
(B) «10.000 turcos e mouros da vanguarda»
O capitão Aldana (C) e Alonso de Aguilar (D) à frente do tercio de espanhóis (F)
(E) Mulei Mahamete e o seu contingente
O coronel Thomas Stuckeley (I), os Italianos (G) com o capitão Hércules de Pisa (K)
O coronel Martim de Borgonha (L) e o terço de Alemães (H)
D. Sebastião e os «acobertados» (M)
Terços de Diogo Lopes de Sequeira (N), Vasco da Silveira (O) e Miguel de Noronha (P)
(R) «turcos e mouros» de infantaria
(S) D. Teodósio, filho do duque de Bragança





Figura 115 – A guerra justa (IV)
Fonte: Frescos da conquista de Azamor; André Peres (c.1600?), MBCB (foto J. Andrade, AFMBCB)





As gravuras passaram assim a desempenhar o mesmo papel evocativo das grandes telas, dos frescos ou das extremamente onerosas tapeçarias. Podiam mesmo manter uma elevada qualidade gráfica, como o livro *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* de Jerónimo Corte-Real (1574), que também exalta a carga heróica e honorífica da guerra do que com uma a descrição objectiva dos factos militares. Foi, aliás, um dos vários libelos de carácter bélico dedicados ao jovem rei D. Sebastião, que se enquadram no ambiente de exaltação da agressividade militar que então se generalizava em Portugal.

Mais vulgarizados e acessíveis foram os panfletos. A batalha de Alcácer Quibir, por exemplo, foi tema do gravador Hans Rogel (**figura 114**). As gravuras do veterano Miguel Leitão de Andrada escapam a esta categoria, servindo como complemento à relação escrita, e possuem o mesmo sabor vivencial que experimentamos ao longo do relato, como é o caso da segunda gravura, que acompanha um episódio particular presenciado pelo autor (**figura 116**). Ao contrário, o panfleto alemão impresso no ano da derrota pretendeu fazer uma descrição geral objectiva. Os exércitos em confronto estão descritos com razoável rigor e suficiente detalhe, enquanto as gravuras de Miguel Leitão de Andrada dedicaram a narrativa a momentos particulares da jornada de 1578. A gravura mais conhecida dá-nos uma visão condicionada pelo lugar onde serviu durante os combates. A segunda imagem de Andrada relata um episódio também descrito sumariamente por Jerónimo de Mendonça, quando D. Sebastião trocou o seu cavalo ferido pelo de Jorge de Albuquerque. A narrativa gráfica do panfleto alemão é mais detalhada, e é apoiada pela legenda.

A arte militar passou a contar com um conjunto de técnicas de representação específicas que sublinharam a progressiva especialização que a guerra foi adquirindo ao longo de todo o século xvi. Os diagramas, por exemplo, passaram a ter um papel idêntico à planta de um edifício, estabelecendo o traçado pretendido para construir o esquadrão no terreno. Tornou-se também comum aos diversos tratados *de re militari* não só a representação da fortificação como figura tridimensional mas também o campo de batalha e o desenho pormenorizado das formações militares de combate. Esta situação apenas foi possível com o auxílio das técnicas de representação gráfica como a perspectiva. A Geometria foi utilizada para o estudo das linhas de fogo da artilharia, tal como a Matemática no cálculo dos ângulos de tiro e da forma dos esquadrões. Battista della Valle, pioneiro da escrita da guerra, complementou os seus diagramas com listagens numéricas, mais tarde convertidas ao formato de tabela por Girolamo Cataneo. As formaturas militares passaram a possuir um marcado cunho visual intrínseco. O diagrama ficaria a pouca distância da frieza numérica da tabela, que se poderia ter traduzido numa

representação completamente abstracta não fosse a alteração na sua forma gráfica, que introduziu uma vertente narrativa. O seu carácter analítico, discriminando os diversos elementos que fazem parte da formatura militar, foi alargado à vertente descritiva. Assim, mesmo quando os aspectos tecnológicos pareceram tomar a dianteira, a guerra manteve numa estreita ligação com a representação gráfica.



Figura 116 – O relato gráfico (II)

Fonte: Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (1629)

Relato do episódio entre o rei (R) e Jorge Albuquerque (AL) durante a batalha de Alcácer Quibir

No centro da gravura:

«El-Rei lhe respondeo, eu bom estou, mas este meu cavallo já não pode dar passada, o qual trazia huma escopetada no pescoço. E elle Jorge de Albuquerque lhe respondera: Senhor, o meu cavallo está muito bom pera vossa Alteza se servir, e salvar nelle. E el-Rei: ora dai-mo Jorge de Albuquerque; senhor si, que pera esta hora estimo guardavo-lo, e salvai-vos nelle, senhor, salve-se vossa Alteza, pois não há remedio nem que fazer. Pois apeai-vos, lhe dissera el-Rei. E o Albuquerque, senhor mandai-me apear por aquelles soldados [...]».

No lado esquerdo gravura:

«[...] Os quaes o tirarão da sela ao collo, e em o largando pera ajudar a subir el-Rei, caíra de costas por se não poder ter de nenhuma maneira em pé [...]»

No lado direito da gravura:

«Com hum Padre da Companhia, digo irmão dela, que se chamava Francisco Álvares que acertou de passar, e que o contou depois, em huma carreta por não acabar pizado, onde por ficar com as pernas dependuradas me disse passara nellas de dores o maior tormento que se pode imaginar, e sempre porém com a espada na mão sem nunca a largar. E que passando Mouros a pé, e de cavallo, lhe tiraram algumas escopetadas, e lanças de remesso, que quis Deos que nenhuma lhe acertasse.»⁶⁸

3. O som da guerra

Como se sabe, o sistema de proporções utilizado durante o Renascimento fundamentou-se em conceitos matemáticos de harmonia, de origem pitagórica-platónica. Estes princípios foram traduzidos através de medidas simples relacionadas entre si, que correspondiam a determinadas consonâncias musicais. A tradição pitagórica aprofundada por Platão (428/7-348 a.C.) determinava a natureza do Universo em função da articulação entre Matemática e Música. Esta cosmologia da Música foi retomada por Boécio (470?-525?), que sublinhou a abrangente influência da música na vida humana e o seu conhecimento através dos números. O tratado *De institutione musica* teria, provavelmente, sucedido a *De institutione arithmetica*, o que demonstra que para Boécio a Aritmética e a Música caminhavam lado a lado. Como a mais sensual das artes, a Música influenciava o comportamento dos indivíduos, determinando o seu carácter. Encerrava por isso um valor moral, pelo que a Matemática que se lhe encontrava intrinsecamente associada deveria assumir também esse mesmo valor; o que equivale a dizer que certos números — ou formas geométricas — possuiriam, da mesma maneira, uma qualidade virtuosa ou maléfica.

Boécio definiu os diferentes tipos musicais de acordo com Filosofia clássica. Uma era a «música mundana» produzida pelo próprio cosmos, designada por «música das esferas»; a outra era a «música humana», inaudível mas produzida no homem pela interacção entre o corpo e a alma. Finalmente, a «*musica instrumentalis*» era uma pálida imagem do arquétipo, e podia ser produzida por instrumentos como a lira ou a flauta. Nesta última categoria, o estudo dos elementos com os quais a melodia é construída obedecia aos mesmos princípios universais apreensíveis através da Matemática. A tese encontra-se explanada na lenda dos martelos de Pitágoras⁶⁹,

⁶⁸ Miguel Leitão de Andrade, *Miscelânea*, edição fac-similada da 2.ª edição 1867, Lisboa, INCM, 1993, p. 143.

⁶⁹ Numa das suas viagens Pitágoras apercebeu-se de que, numa oficina de ferreiro, quatro martelos com diferentes pesos (A, B, C, D com os pesos de 12, 9, 8, e 6 libras, respectivamente) produziam uma curiosa combinação de sons consonantes e dissonantes. Depois de experimentar diversas combinações, verificou que o peso dos martelos A e D estava em proporção 2:1 (oitava), A e B 12:9 = 4:3 (quarta), A e C 12:8 = 3:2

conhecida desde o *Enchiridion* de Nicómaco (60-120) e retomada por Boécio ou Guido d'Arezzo (992-1050?) no tratado *Micrologus* (1026?). Esta história permitiu traduzir matematicamente a relação de proporcionalidade que existe entre a frequência de vibração de uma corda e o seu comprimento: uma corda colocada em tensão, dividida em intervalos de 2:1, 3:2 e 4:3, produz os sons de uma oitava, uma quinta e uma quarta, respectivamente.

A Música exerceu um impacto na guerra que não é possível negligenciar, embora curiosamente tal ocorra num âmbito de índole mais operacional, por assim dizer. Mas não só; e em primeiro lugar os confrontos militares foram tema musical desde a Idade Média, nomeadamente nas *caccie* italianas do século xiv que pretendiam evocar os sons bélicos. No século xvi pretendeu-se elaborar esta representação sonora, da mesma maneira que o desenho constituiu a representação gráfica da realidade visual. A peça de Janequin sobre a batalha de Marignano (1515), *La Bataille* (1528), é um dos exemplos mais conhecidos. A sua complexa combinação de onomatopéias serve como a mais completa explanação sonora daquilo que seriam os sons da guerra de Quinhentos⁷⁰. *La guerra*⁷¹, de Mateo Flecha o Velho (1481-1553), e mais tarde a *Batalla de Morales* (1626), de Francisco Correa de Arriaxo (c. 1575-1663), sugerem igualmente a actualidade do tema da guerra quando passado para a vertente musical. No caso de Portugal, o *corpus* dos cancioneiros dispersos permite a identificação de formas poéticas e musicais dominantes. Numa destas categorias encontram-se o *vilancico* (ou *vilancete*) e as *cantigas*, dois géneros líricos baseados na alternância do refrão e coplas, seguindo um padrão musical ABBA e diferindo entre si apenas no número de versos do refrão: dois ou três no caso do vilancico, quatro no da cantiga.

A cultura musical fazia parte integrante da formação cortesã. Hercule François (1555-1584), duque de Anjou, mas sobretudo Giulio Brancaccio (1515-1586), juntaram o exercício do *canto basso* com a veteranía militar e com a produção de escrita *de re militari*. François de la Noue (1531-1591) entendia que a «nobreza de espada» se deveria dedicar à composição musical, embora esta afirmação procurasse sobretudo contrariar Castiglione, que dizia dos Franceses que apenas reconheciam as virtudes militares sem particular interesse pelas letras. Outro francês, Carlos de Guise, duque de Mayenne (1554-1611),

(quinta). B e C estavam em proporção de 9:8.

⁷⁰ Outros trabalhos de Janequin transmitiram-nos os sons da realidade física, desde os pregões do dia-a-dia da urbe em *Les cris de Paris* (15??) às sonoridades bucólicas do campo, como *Le Chant des Oyseaulx* e *La chasse* (1540), reproduzida por Mateo Flecha (*La caça*).

⁷¹ A peça descrevia a batalha de Mühlberg (1547).

foi para além de cantor *basso* um virtuoso intérprete do alaúde, tal como Luís XIII (1601-1643), que aprendeu a tocar este mesmo instrumento com o alaudista, compositor e tratadista⁷² Robert Ballard (c.1575-c.1645). D. Sebastião também era apreciador de música, como deixou registado João Cascão durante a viagem ao Alentejo e Algarve em 1578. E não negligenciava a dança, ao mesmo tempo que se dedicava a todo o tipo de violentos treinos militares.

Os instrumentos de corda, como o alaúde, eram apreciados pela relativa facilidade da aprendizagem, que não necessitava de um profundo conhecimento da teoria da Música. Na Península Ibérica, a popularidade da versão local do alaúde, a *vihuela*, está demonstrada pela lenda das dez mil violas que teriam sido encontradas entre o espólio do exército português derrotado na batalha de Alcácer Quibir. Importa por isso determo-nos sobre a tablatura, uma das formas de notação musical, utilizada no século XVI para os instrumentos de corda. Ao contrário da partitura, a tablatura era um sistema que deixava transparecer um cunho mais operacional — passe a expressão — no manuseamento dos instrumentos, indicando quando e onde colocar os dedos para gerar cada nota. Os símbolos rítmicos indicavam a altura em que se deveria iniciar uma nota, em vez de informar quais notas a tocar, como sucede numa partitura. Um aspecto importante sublinha esta operacionalidade implícita: a leitura faz-se num diagrama representando as cordas, no qual se indica a posição dos dedos para criar os respectivos sons, portanto associando uma componente gráfica ao som produzido (**figura 117**).



Figura 117 – A notação musical (I)

Fonte: Thoinot Arbeau, *Orchésographie* (1589)

A aprendizagem por parte de amadores sem formação teóri-

⁷² Autor do tratado *Premier Livre de tablature de luth* (1611) e *Diverses Pièces mises sur le luth* (1614).

ca ficava facilitada, mas tornava-se também necessário um conhecimento prévio da música a interpretar, em particular o seu ritmo⁷³. De facto, as 6 linhas da pauta, que representam as 6 cordas da guitarra, dividem-se verticalmente em espaços rítmicos de valor idêntico. Estes são os chamados compassos, que por sua vez dividem o tempo em espaços iguais e servem para determinar a duração dos sons. Assim, aquilo que o intérprete lê na tablatura são os valores rítmicos.

Esta noção de ritmo é fundamental, e remete-nos para a problemática da dança e o seu equivalente militar, a marcha. Segundo Platão e Luciano de Samósata, a música utilitária compreendia as danças de guerra, onde se contavam a marcha e a pírrica, e as danças de paz, como as danças baixas que depois originaram as pavanas. A disciplina como imitação do modelo militar clássico foi um aspecto central no revivalismo da Antiguidade em Quatrocentos e Quinhentos, e a atenção com a formação física dos jovens no sentido espartano do termo conferiu-lhe o valor de um verdadeiro projecto renascentista. No tratado de Thoinot Arbeau sobre dança, a *Orchesographie* (1584), retomou-se da Antiguidade grega, desenvolvendo-a, a relação da dança com a guerra, como o caso da dança pírrica, que servia como treino militar para os jovens gregos. A pírrica, cuja estrutura rítmica podia apresentar uma considerável complexidade — muitas das danças pírricas evoluíam de um ritmo único para 5 ou 7 ritmos diferentes —, mimetizava os guerreiros em batalha. Era extremamente exigente do ponto de vista físico, tocada com um ritmo acelerado alternado com pausas em ritmo lento, para que os executantes retomassem o fôlego.

Este género trouxe a Música para o centro do universo militar, não só pela sua função no treino individual mas no próprio contexto das movimentações de grandes massas de soldados. O ritmo frenético da pírrica influenciaria o comportamento dos dançarinos ou dos soldados em combate, conforme demonstrado na história sobre a alteração de humor de Alexandre quando submetido à mudança do modo pírrico para o hipopírrico. Em combate, o primeiro modo destinava-se a todas as manobras ofensivas, acreditando-se que incutia um ânimo belicoso. A dança pírrica estabeleceu por isso a ponte entre as práticas de âmbito civil e o contexto militar. Fosse no *ballet* de corte, em paradas, celebrações ou na guerra, a movimentação coordenada em formatura de acordo com uma estrutura normativa foi uma realidade (**figura 118**).

⁷³ A tablatura indica apenas as notas e não a duração de cada uma — o «tempo» da música. O intérprete deve conhecer a melodia, ao contrário do que sucede com as partituras, que permitem que se toque a música exactamente como foi composta, sem ser necessário tê-la ouvido.



Figura 118 – A dança pírrica

Fonte: Girolamo Mercurialis (Hieronymus Mercurialis), *De Arte Gymnastica* (1577)

Existem várias descrições na Península Ibérica de danças envolvendo a utilização de espadas, e ainda que fazendo parte de um desenvolvimento regional podem considerar-se herdeiras da dança pírrica. Em Portugal as danças de espadas (**figura 119**) faziam parte dos hábitos festivos da população. Durante a viagem de 1573, por exemplo, D. Sebastião e a sua comitiva assistiram a várias destas demonstrações, primeiro em Castro Verde (7 Janeiro) e depois no Alvor (24 de Janeiro).

A esgrima foi outro dos exercícios de armas onde também se adoptou uma rigorosa codificação. Usava-se a espada como peça de vestuário, e portanto a presença de armas no ambiente cortesão era não só aceitável como perfeitamente normal.



Figura 119 – A dança das espadas

Fonte: Thoinot Arbeau, *Orchesographie* (1589)



O *Trattato di scientia d'arme* (1553) de Camillo Agrippa constituiu um ponto de viragem nesta arte, enunciando as regras e posições dos executantes em função da geometria euclidiana. Agrippa era um amador do ensino da esgrima, mas o sucesso da obra trouxe-lhe uma longa carreira de escritor noutras áreas como a astronomia, engenharia, ciências naturais ou navegação⁷⁴. A arte militar foi outro tema a que se dedicou, tendo publicado em 1585 um curto impresso de título semelhante ao de Girolamo Cataneo⁷⁵. Poderá ainda ter escrito um tratado sobre fortificação, do qual subsistiriam algumas gravuras apenas ao seu tratado militar. A principal inovação da sua abordagem à esgrima era incluir uma vertente «científica», fazendo demonstrações matemáticas e discutindo linhas e ângulos (figura 120).

⁷⁴ Astronomia: *Modo da comporre il moto nella sfera* (1575); engenharia: *Trattato di trasportare la guglia in su la piazza di S. Pietro* (1583); ciências naturais: *Dialogo sopra la generatione de venti, baleni, tuoni, fulgori, fiumi, laghi, valli, & montagne* (1584); navegação: *Nuove inventioni sopra il modo di navigare* (1595).

⁷⁵ *Dialogo di Camillo Agrippa milanese del modo di mettere in battaglia presto et con facilità il popolo di qual si voglia luogo con ordianze et battaglie diverse.*

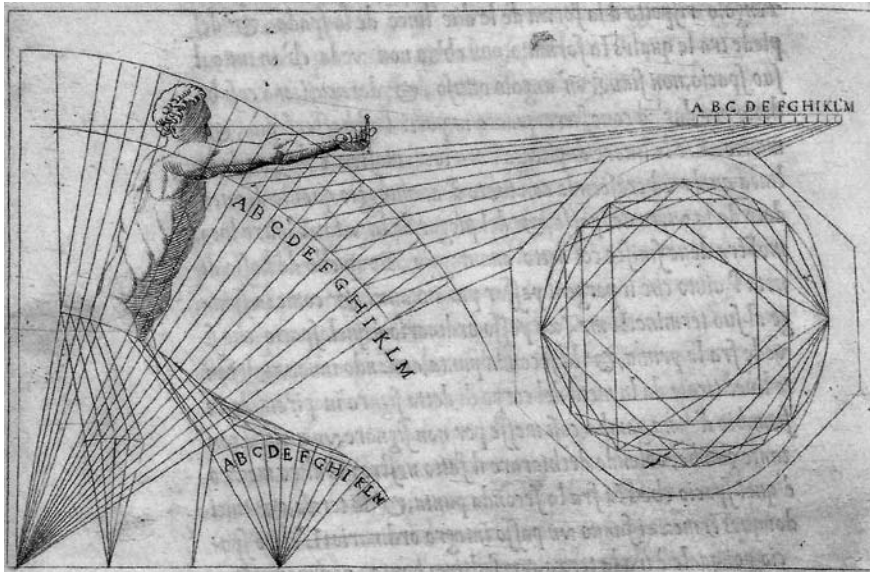


Figura 120 – A esgrima e a geometria (I)

Fonte: Camillo Agrippa, *Trattato di scientia d'Arme* (1553)
Estudo geométrico das posições de esgrima.

O mesmo vínculo com a geometria está presente no Livro de la filosofía de las armas (1582) do capitão Jerónimo de Carranza (?-1600), fundador da escola espanhola de esgrima *La verdadera destreza* (**figura 121**). O «sargento mayor» Luis Pacheco de Narváez (1570-1640) também escreveu diversos tratados sobre esgrima, entre os quais se destaca a impressão póstuma do texto de Carranza, o *Libro de las Grandezas de la Espada* (1600). De facto, Narvaez foi aluno e sucesor de Carranza, e em 1600 publicou a *Nueva ciência* (**figura 122**), título semelhante a dois tratados *de re militari* nos quais a geometria e a matemática ocupam lugar destacado — a *Nova Scientia* (1537) de Tartaglia e a *Nueva ciencia de la artillería* (1590) de Álava y Viamont.

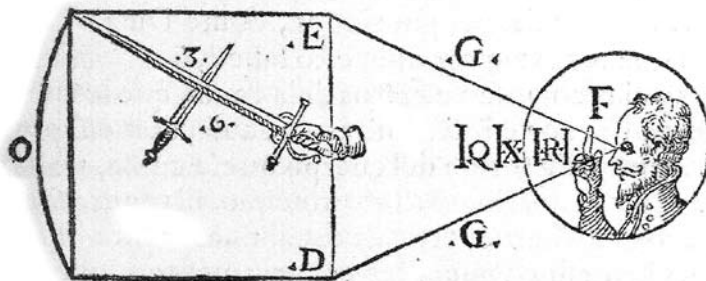


Figura 121 – A esgrima e a geometria (II)

Fonte: Jerónimo de Carranza (1582)
Estudo das posições de esgrima com recurso à óptica.

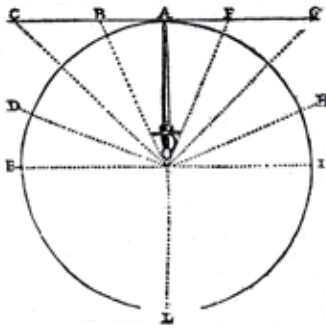


Figura 122 – A esgrima e a geometria (III)

Fonte: Luis Pacheco de Narváez (1600)

Estudo geométrico dos movimentos circulares na esgrima.

Voltemos ao tratado de Thoinot Arbeau. O texto abre com o tema das marchas militares e conclui com a descrição da dança pírrica, e portanto pode dizer-se que a *Orchesographie* se encontra espartilhada pela actividade bélica. A pírrica, designada como dança de guerra e associada à dança das espadas, foi desenvolvida por Arbeau como contraponto estritamente masculino às *danses de récréation*. Na vertente erudita, consistiu num desenvolvimento lógico das danças de corte, por um lado a *gaillarde* como dança atlética equiparada à pírrica, por outro a dança baixa e a pavana, mais lentas e por essa razão associadas com a marcha.

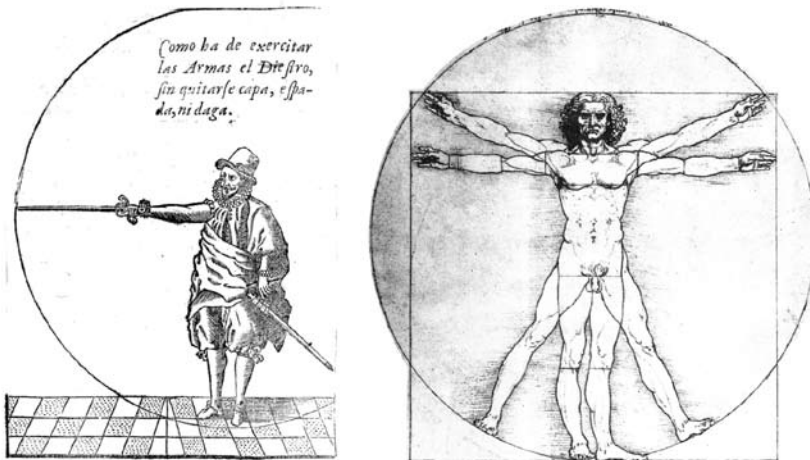


Figura 123 – A esgrima e a geometria (IV)

Fontes: Pacheco de Narváez e Leonardo da Vinci

O Homem vitruviano.

A marcha era uma designação que podia tanto referir a coluna de soldados como a aproximação ao inimigo em situação de combate. De um ponto de vista operacional, os soldados em marcha eram organizados em colunas de companhias, devidamente ordenados em determinado número de fileiras, que dependia do efectivo disponível. As diferentes armas — arcabuzes e piques — ocupavam

um lugar bem definido na coluna. Tratadistas como Girolamo Cateano referiam que na vanguarda podiam seguir a totalidade dos atiradores, ou serem repartidos em metade na frente e os restantes na retaguarda da coluna; no meio estavam as *picas*, os soldados com armas brancas. Os tratados, como vimos, determinavam o número de soldados que deviam existir em cada fileira, ou seja, a ordem ou «ordenança» da coluna. Esta, na versão mais comum, consistia em fileiras sucessivas de três ou cinco soldados, mas podia também comportar uma «ordenança» de sete ou nove soldados, menos vulgar mas também referenciada como adequada.

Segundo Arbeau, o acompanhamento sonoro da marcha fazia-se em função de um padrão rítmico que compreendia 5 batidas com o valor de 1 mínima, seguidas por 3 mínimas de pausa, num total de 8 mínimas⁷⁶. Este ritmo tinha uma função normativa, indicando aos soldados a cadência com que deveriam caminhar. Assim, cada sequência de toques determinava os passos a seguir pelo executante: as primeiras 4 mínimas eram tocadas com uma das baguetes, a 5.^a com as duas simultaneamente; neste tempo o soldado devia dar 1 passo, e ao iniciar as 3 mínimas de pausa deveria levantar o pé esquerdo para recomeçar outro passo⁷⁷. O ritmo era assim a versão sonora da Geometria, e tanto uma como outra tinham correspondências com a Matemática, conferindo-lhes a necessária mensurabilidade imprescindível à execução prática. Claro que não estamos perante algo que se assemelhe a uma uniformização de procedimentos. Mesmo o próprio Arbeau sugeria variantes a esta frase musical. Por exemplo, o tambor poderia repetir o ritmo por duas ou três vezes, ou seja, tocar as 5 mínimas em sequência (10 ou 15 mínimas), seguindo-se então a pausa (3 mínimas) (**figura 124**).

Os ritmos também se pretendia serem *formativos*, pois podiam destinar-se a preparar a índole dos soldados para uma atitude mais agressiva, fundamental para um confronto corpo-a-corpo. Os tambores deviam iniciar os toques para valores curtos de maior intensidade, uma sucessão de quartas, alternando toques ligeiros com outros mais fortes como as descargas dos arcabuzes.

⁷⁶ A duração de uma nota musical é dada pelo «compasso», que se mede em «tempos». O compasso pode ser binário (2 tempos) ou ternário (3 tempos). Duas mínimas equivalem ao compasso binário.

⁷⁷ A multiplicação destes quantitativos indica-nos a correspondente distância percorrida pelos soldados, pelo menos teoricamente. Segundo Arbeau, para um total de 2500 toques de tambor um soldado deveria ter percorrido 1 légua. Cada passo equivalia a 5 pés, um para cada batida do tambor; na verdade equivalia apenas a 4 pés, pois à quinta batida o soldado ainda não tinha tido oportunidade de completar o quinto passo. O passo que os 2 pés abarcavam seria o mesmo que os dois braços estendidos, que os géometras estimavam como sendo o equivalente a 4 pés.



Figura 124 – Os ritmos da guerra

Fonte: Thoinot Arbeau (1589)

A marcha e o ataque.

Esta era uma indicação para os soldados cerrarem as fileiras do esquadrão, e seria certamente acompanhada pelas respectivas ordens dos oficiais. No tratado de Bartolomé Scarion de Pavia (1598), por exemplo, o movimento de cerrar fileiras é designado por «parar». Para iniciar a investida o tambor deveria tocar uma rápida sucessão de batidas com tempo «duplo», que afinal era a métrica⁷⁸ com que se dançava a pírrica. Logo que a segunda nota fosse tocada, os soldados deveriam iniciar a marcha ofensiva. O manual de Jacob de Gheyn contém os protocolos rítmicos para os diferentes exercícios militares necessários à manobra de atiradores e piqueiros. No caso dos soldados piqueiros, os movimentos pré-definidos eram os seguintes:

«Calar o pique ao ombro»
 O pique no chão para receber carga
 «Mão em pique» para arremeter

Os protocolos de Gheyn têm correspondência com as vozes de comando referidas em vários dos tratados contemporâneos e de diferentes nacionalidades. Não se deverá tentar deduzir uma uniformidade, mas deixa a ideia de que existia uma vontade de estabelecer alguma forma de padronização. No caso português, o tratado de Isidoro de Almeida deixa a sugestão de qual o compasso que o tambor deveria tocar. Este seria menor para os movimentos ofensivos, aproximando-se da «dupla» referida por Thoinot. É o caso da ordem de avançar, «Avante, avante». Quando se trata da ordem para escaramuçar, «Carga, carga, de mão em mão», a sequência dos toques torna-se ainda mais frenética, sugerindo-nos uma onomatopeia que eventualmente se poderá aproximar do ruído dos disparos dos atiradores. Como em *La Guerre* de Janequin. Cada um destes movimen-

⁷⁸ A métrica de um ritmo pode ser medida pelo intervalo entre duas batidas fortes; por exemplo, uma sequência do tipo «forte-fraca-forte-fraca» é classificada como «dupla».

tos seria executado dividido em três tempos distintos. Por exemplo, cumprir a ordem do oficial para formalizar uma posição específica como «Remettez ou planter la Pique» implicava que o soldado executasse uma sequência de três posições.

Ordem	Almeida	Scarion de Pavia	Barriffe
Bando	Bando, ho bando	Hechar bandos	-
?	-	Llamar	-
?	-	Responder	-
Arma ao ombro	Mão em pique, mão em pique	Caminar	Shoulder
Avançar	Avante, avante	Adelantar	Advance
Cerrar fileiras	?	Parar	Order
Combater	Arma, arma	Dar armas	Charge to front
Escaramuçar	Carga, carga, de mão em mão	Batteria	-
?	?	Recoger	-
Retirar	Retirar pra trás: retirar	Bolver las caras	Charge to reer

Tabela 1 – As vozes de comando segundo Isidoro de Almeida (1573), Bartolomé Scarion de Pavia (1598) e William Barriffe (1639)

Fonte: tabela do autor

Walhausen submeteu cada manobra dos soldados, fosse o manuseamento do arcabuz ou do pique, à mesma divisão em três tempos. Seguiu assim a mesma sequência tripartida comum a outras situações operacionais: o esquadrão e as duas mangas, este com as duas alas nos flancos, e o desdobramento do exército nas três linhas — vanguarda, batalha e retaguarda (**figura 125**).



Figura 125 – Os «três tempos» do manusear do pique

Fonte: Jacob von Wallhausen (1615)

«Baixar as picas para arremeter» (3 tempos) e «Plantar» o pique (3 tempos).

A generalização da tripartição é, portanto, outro exemplo da transversalidade de conceitos entre Arte e Guerra, ainda que não se pretenda ver na construção dos esquadrões uma implicação directa com a teoria da Música. Ainda assim, é indiscutível que a codifica-

ção de alguns dos movimentos dos soldados estava vinculada a um processo tripartido, pelo menos no plano teórico. Tal como também é um facto que a construção da imagem do esquadrão se fazia com base em rácios de proporção 1:3 (figuras 126-129).

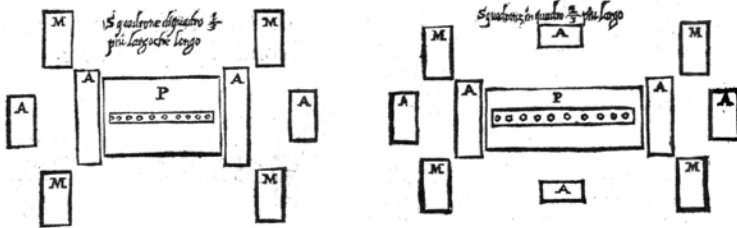


Figura 126 – As proporções dos esquadrões (I)

Fonte: Achile Tarducci (1601)

As tipologias: «quadro», «prolongado de grande fundo», «prolongado de grande frente».

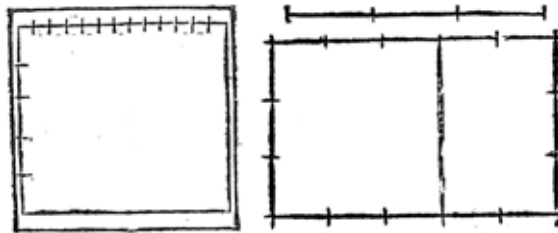


Figura 127 – As proporções dos esquadrões (II)

Fontes: Luís Mendes de Vasconcelos (1612) e Sebastiano Serlio (1537-1575)

Esquadrão com «a frente dos soldados dupla sesquitércia ao fundo»⁷⁹ e polígono regular sesquitércio.

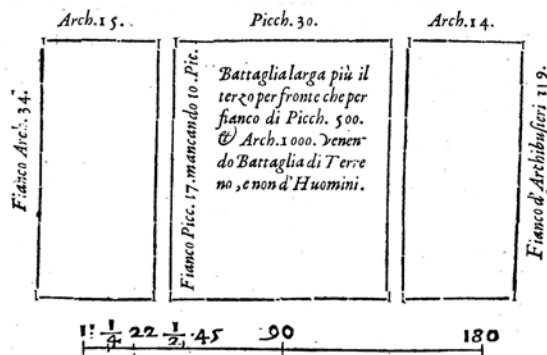


Figura 128 – As proporções dos esquadrões (III)

Fonte: Giovanni Altoni (1604)

Esquadrões prolongados de grande fundo com proporção 1:3 e 1:4.

⁷⁹ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 31.

Portanto, a triplicação constituiu uma operação abstracta, mas que não deixou de ter implicações estéticas, tanto no que respeita ao movimento das tropas como na forma das formaturas militares. O esquadrão como elemento central do esquema triplo manga-esquadrão-manga foi efectivamente a aplicação do conceito arquitectónico da triplicação, cuja raiz se encontra na música. Os tambores tocavam a ordenança com uma estrutura harmónica feita de compassos em quartas, quintas, oitavas, ou tempos duplos pírricos. Esta estrutura estava implícita na construção dos esquadrões poligonais de proporções bem definidas, 1:3, 2:4, 1:4, sesquitércios, ou dupla sesquitércia.

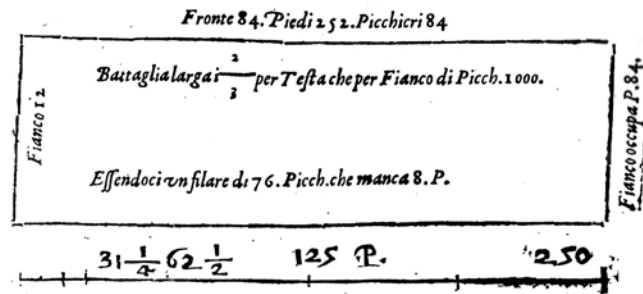


Figura 129 – As proporções dos esquadrões (IV)

Fonte: Giovanni Altoni (1604)

Esquadrões prolongados de grande frente com proporção 2:3 e 3:4

Em resumo, o som da guerra esteve longe de consistir em mera cacofonia. Os sinais sonoros desempenharam um papel crucial como elemento ordenador das batalhas, e as relações de proporção estavam intimamente relacionadas com a própria configuração dos esquadrões. Os toques dos tambores eram também fundamentais na moralização dos soldados, inculcando-lhes um espírito agressivo em função do modo pírrico das danças de guerra da Antiguidade helenística. Subsistiram ecos das danças pírricas nas danças de espadas comuns por toda a Europa desde o final da Idade Média⁸⁰. Em Espanha e em Portugal encontram-se relatos delas desde meados do século xv, muitas vezes associadas com as procissões religiosas, durante visitas reais, como as revistas militares sebásticas de 1573, ou em celebração de vitórias militares, como representado nas tapeçarias de D. João de Castro. Mas também funcionaram como ponte com a actividade de corte, e neste aspecto o papel da música como adestramento os soldados situou-se a meio caminho entre o guerreiro e o cortesão. Coexistiu tanto com o treino militar como no espec-

⁸⁰ Stephen D. Corrsin, *Sword Dancing in Europe: A History*, Londres, Hisarlik Press, 1997.

táculo público, fosse o festival, o baile de corte, a procissão religiosa ou o alardo das tropas, todas manifestações com movimentos estritamente coreografados:

O coronel lhe saiu ao caminho a beijar-lhe a mão, acompanhado de seus capitães e oficiais todos armados, tendo prestes da mesma maneira, toda a sua gente com cossoletes inteiros e celadas, tudo muito luzente que lhe dava grande lustre e fazendo assim deles um esquadrão bem formado diante del-Rei num rossio grande que tem aquele lugar; mandou partir e sair dele mangas a escaramuçar, de que sua alteza ficou muito satisfeito e muito mais de ver a presteza com que o esquadrão se tinha tornado a cerrar e como em os tambores variando se dezvez subitamente, começando a marchar em ordem sem grande esforço nem fadiga dos oficiais.⁸¹

⁸¹ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, introdução e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Europress, 1987, p. 82.

SEGUNDA PARTE

**A «IDEIA» DE GUERRA NA ÉPOCA
SEBÁSTICA**



Capítulo I

A INFLUÊNCIA DOS LUGARES «ONDE A GUERRA FLORESCIA»

A formulação tridentina para os requisitos teóricos de uma nova experiência espiritual implicou, como se sabe, uma renovada preocupação com a transmissão da mensagem resultante da Contra-Reforma. Pretendia-se responder a um contexto pleno de situações traumáticas resultantes das fracturas internas da cristandade — o cisma da Reforma iniciado por Lutero a partir de 1517, o saque de Roma (1527). Mas há que não esquecer o outro — o Muçulmano — que havia provocado a queda do reino medieval da Hungria em Mohács (1526), o primeiro cerco de Viena (1529) ou a revolta das Alpujarras (1568-1571). Relativamente a este último sucesso, cuja proximidade de Portugal foi uma realidade, é necessário sublinhar o quanto esteve próxima a reinstalação de um reino islâmico na Espanha. Pelo menos a muitos pareceu quase inevitável, em resultado das dificuldades em reprimir o levantamento armado.

O Concílio de Trento procurou responder a estes tempos conturbados. No âmbito das artes, as abordagens eminentemente estéticas, dando a primazia à obra de arte em detrimento do tema, encontraram-se quase subitamente fora da ortodoxia da Igreja Católica. A formalização de uma lista de livros proibidos foi acordada pelo Quinto Concílio de Latrão (1515) e confirmada em 1546, o ano seguinte à abertura do Concílio de Trento (1545-1563). As directivas tridentinas estipularam que a arte religiosa deveria banir os temas profanos. Exigia-se agora uma execução singela que evitasse qualquer distração ou conter elementos propiciadores de desordem. Casos como a subversão da normativa clássica, como a fuga à simetria ensaiada por Michelangelo em São Pedro de Roma, não se enquadravam nem no espírito nem na letra do Concílio.

Por outro lado, a par de uma abordagem ideológica à Arte, a necessidade de criar espaços amplos, cobertos, destinados a uma maior concentração de fiéis durante o acto litúrgico, teve como consequência o comprometimento das planimetrias centralizadas. Assim, razões tanto do foro ideológico como de cariz conceptual acabaram por suprimir o contexto pagão associado à planta centralizada. Em 1572, Carlo Borromeo (1538-1584), figura chave da Contra-Reforma, condenou formalmente esta planimetria, advogando o retorno à planta em cruz latina. No final, seria a planimetria longitudinal o espaço arquitectónico privilegiado a responder satisfatoriamente ao programa tridentino. A concepção do espaço tem subjacente a principal função da igreja jesuítica: o acto litúrgico. Ao entrar no interior da igreja, a nave única dirige a atenção do visitante para o altar principal. (**figuras 130-132**).

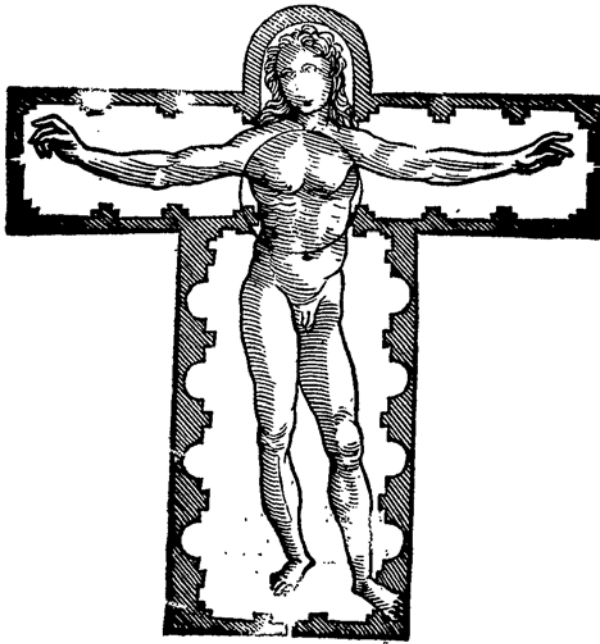


Figura 130 – O alongamento do espaço (I)

Fonte: Pietro Cataneo (1554)

O conceito: a planimetria da figura de Cristo crucificado.

Em Portugal, foi sobretudo a partir do reformismo humanista de D. João III que se deu a fixação canónica de modelos estéticos e iconográficos, especialmente após a instituição da Inquisição. O relativo abandono das tipologias centralizadas na arquitectura, sobretudo em situações com um pendor mais institucional, foi algo mais que uma desadequação funcional. De facto, a atitude — ou ideologia —

maneirista atravessou a sociedade europeia de então, e não poupou o contexto específico das artes.

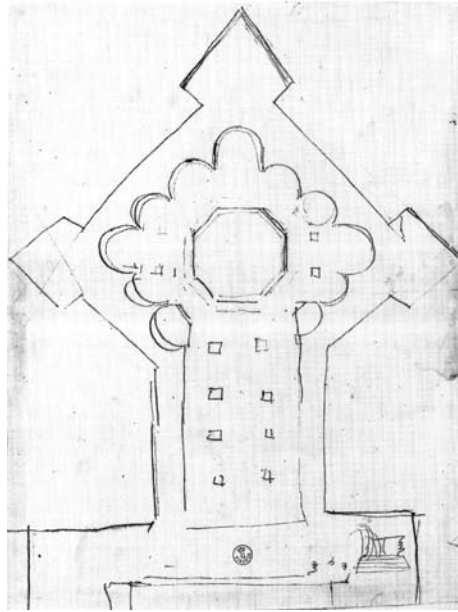


Figura 131 – O alongamento do espaço (II)

Fonte: Antonio da Sangallo (ant. 1530)

O protótipo: igreja fortificada com nave central alongada e transepto centralizado.

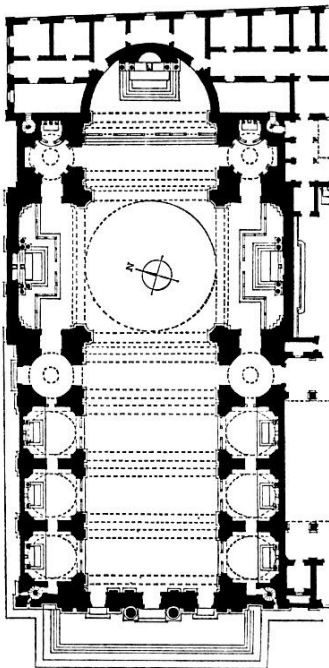


Figura 132 – O alongamento do espaço (III)

Fonte: Vignola, igreja mãe jesuítica *Il Gesù* (1568)

A realização: o modelo da igreja jesuítica com a nave central «prolongada».

A Música é talvez o melhor exemplo. O século XVI trouxe a época de ouro da polifonia. Este género desenvolveu-se durante quatrocentos, cristalizando princípios teóricos mais ou menos rígidos, mas que no seu conjunto traduziam uma continuidade com o passado. Entre 1560 e 1590 Giovanni Pierluigi da Palestrina (1525-1594), um dos expoentes máximos deste género musical, continuou a respeitar o desenvolvimento e observância das normas. De facto, na Música não se verificaram os sobressaltos estéticos que ocorreram com as outras artes; nada de comparável, portanto, às alterações que tiveram

lugar com a introdução da perspectiva no âmbito particular da pintura. Se as harmonias musicais de Quatrocentos se podem considerar algo ascéticas, pela utilização do princípio da imitação no desenvolvimento das linhas melódicas, cerca de um século mais tarde Palestrina ainda evidenciava a influência do singelo canto gregoriano. As diferenças entre a música erudita do século xv e da segunda metade do século xvi tiveram mais que ver com o conteúdo do que com a forma, e fundamentalmente resultaram das directivas emanadas do Concílio de Trento. Assim, a reapreciação do classicismo da segunda metade de Quinhentos procurou o restabelecimento da normativa de raiz clássica como emanção ordenadora, cujo principal objectivo era organizar um mundo em profunda desordem. Palestrina, por exemplo, procurou não sobrecarregar as suas composições com um valor demasiado expressivo que se sobrepusesse à inteligibilidade do texto litúrgico, ancorando-se portanto numa abordagem normativa mais canónica. Da mesma forma se poderá ler o retorno a um sentido de ordem clássica ensaiado por Palladio; ambos parecem assim encontrar-se em consonância com o estipulado pelo Concílio.

O sistema clássico das ordens, agora assumindo contornos de espartilho conceptual, encontra-se também perceptível, de uma forma mais ou menos clara, no desempenho dos diferentes grupos sociais. No conceito de disciplina tal como traduzida pela Companhia de Jesus, por exemplo. A Companhia foi uma organização que muito possuía de atitude militar, uma milícia como aquela que D. Sebastião pretendeu capitanear, e revela-nos como a guerra foi um dos locais onde o homem cristão de Quinhentos procurou construir o seu refúgio. Os jesuítas enquadraram em grande medida um assumido incitamento à violência, e o jovem monarca português por diversas vezes recorreu à Companhia para apoiar as suas iniciativas militares. Na sua derradeira empresa africana estiveram presentes quinze religiosos⁸², sete dos quais participaram na batalha de Alcácer Quibir. Entre estava o padre Vallareggio, que levou um crucifixo com que encorajou os soldados da primeira linha do exército.

A bula *Regimini militantis Ecclesiae* de Paulo III (27 de Setembro de 1540), que confirmou a ordem, deixava claro o propósito belicoso associado à sua fundação. Mas também corporizou uma organização rigidamente disciplinada, associada a uma pioneira estrutura pedagógica de ensino, sem rival na época. Foi este conceito de disciplina que transitou para o agregado militar quinhentista,

⁸² Maurício Serpe (confessor do rei), Pedro Martins (futuro bispo do Japão), Alexandre Vallareggio (italiano procurador das missões), António de Brito, Diogo de Barros, Fernão do Prado, Francisco de Araújo, Guilherme Fernandes, Martim de Melo e Melchior de Oliveira, Baltasar Dias, Francisco Álvares, João Nogueira, Luís Álvares e Rui Gomes.

como tantas vezes vemos referido na escrita de *de re militari* desde Machiavelli. De facto o ambiente religioso de meados do século foi um meio favorável para que tal sucedesse. Enfatizando uma absoluta abnegação e obediência, eliminada qualquer evidência de vontade própria — «*perinde ac cadaver*», como escreveu Loyola —, torna-se revelador de como a guerra transitou de cerne de toda a inquietação do homem de Quinhentos para se tornar parte da própria cura para a desordem do mundo. As cerimónias de canonização Santo Inácio e São Francisco de Xavier, que tiveram lugar no colégio de La Flèche⁸³, são disso um exemplo. Um grupo de cinquenta jesuítas levou a cabo uma procissão, que mais tinha de manobra militar que de mero acto litúrgico. Com uma fogueira no centro, evoluíram em «ordenança» como soldados, com o seu capitão, estandarte e sargentos, ao ritmo de danças pírricas, e manobrando em caracol.

Sem dúvida que foi também o referente clássico que trouxe a disciplina militar para a ordem do dia. A divulgação cada vez mais generalizada dos manuais militares da Antiguidade proporcionou uma maior compreensão da máquina de guerra tanto da Roma imperial como da Grécia. A guerra dos Romanos foi uma referência presente na Europa Medieval, com os textos da Antiguidade circulando por todo o espaço europeu. Mas é claro que esta escola militar se reafirmou como uma das principais referências de toda a actividade militar no século XVI, tal como a normativa clássica se tornou imprescindível à formação dos arquitectos. Entendeu-se que a superioridade da arte da guerra da Antiguidade se devia tanto a um traçado rigorosamente geométrico das formaturas como à rígida disciplina a que os soldados eram sujeitos. Arquitectura, fortificação, arte militar, militância religiosa, parecem encontrar-se em suspensão num mesmo recipiente que foi a sociedade europeia da segunda metade do século.

No Portugal de Quinhentos sobrevivia um ambiente de corte ainda ancorado na época medieval e na tradição urbana muçulmana virada para o núcleo familiar. Na BNA encontra-se um curioso desenho com a posição de cada membro da família real em situações oficiais. Na sala encontrava-se um estrado, no cimo do qual se erguia um dossel com duas cadeiras para o rei e a rainha. Um grande tapete cobria o estrado, em cima do qual os infantes e infantas se sentavam recostados em almofaddas, à maneira oriental. Esta seria uma imagem algo arcaica quando comparada com o resto da Europa (**figura 133**).

⁸³ A principal instituição jesuíta em França estava sediada desde 1604 no Château-Neuf de la Flèche, num palácio mandado construir em 1540 pela duquesa de Alençon, a avó de Henrique IV.

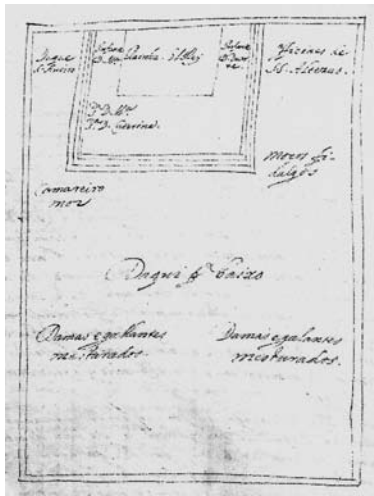


Figura 133 – «Das cortezias q̄ fazião os Reys de Portugal quando erão visitados»

Fonte: *Movimento do Orbe Lusitano*, BNA, códice 50-V-35, pp. 418-419 v.

«No primeiro dia q̄ os Duques hião à Corte, e hião beijar a mão a S. S. Altezas recebiaos a Rainha em pé, e se estava no estrado alto dava três ou quatro passos dentro delle, e se estava em Alcaidaria no chão, sahia hum passo ou dous fora do estrado [...] Estiverão El Rey e a Rainha assentados em cadeiras debaixo do dossel em estrado alto de três degraus, e o S. D. Duarte em almofada [...] pegada a Cadeira de El Rey encostada almofada ao dossel; a Infanta D. M^a em almofada junto a Rainha debaixo do dossel; e as senhoras D. M^a e D. Catarina em almofadas apartadas do dossel.»

A evolução para um cosmopolitismo cortês orientalizado que resultou da expansão ultramarina, foi por isso uma continuidade. Não deixava de ser uma imagem a que os Portugueses se haviam habituado ao longo da sua permanente coabitação com os Muçulmanos. Contudo, a abertura ao luxo proveniente do Oriente foi contrariada pela observância de uma moral mais rígida, a reacção ao que alguns entendiam ser o relaxamento dos costumes. Um sinal claro foi a vinda em 1535 — ainda antes das directivas tridentinas — do espanhol Francisco de Monzón (?-1575), que se manteve em Portugal até à sua morte e deixou uma profunda e substancial influência. Foi professor de Teologia na Universidade de Coimbra desde 1537 e capelão e pregador de D. João III e D. Sebastião, e a sua obra *Espejo del Príncipe Cristiano* foi divulgada. Desde 1541-1544 que apelava à decência na pintura, restringindo-a à «pintura ao natural» e abstando-se de figuras grotescas como «corpos com três cabeças para representar a trindade». Monzón encontrava-se sustentado por uma grande solidez teórica e, mais importante, pelo próprio monarca — a sua vinda fez-se a pedido de D. João III —, e as suas exortações reflectiram-se na conduta dos artistas portugueses de Quinhentos.

A influência de Contra-Reforma reflectiu-se na imposição de balizas morais aos conteúdos do ambiente humanista, ao mesmo tempo que a actividade edificatória foi dominada pela fortificação, suplantando mesmo a arquitectura religiosa em termos de prestígio e financiamento. Foi com a construção de Mazagão e a reformulação de Ceuta nos anos 40, sob supervisão conceptual de Benedetto de Ravena, que se deu início à introdução progressiva do modelo abauartado. Durante a década de 50 afirmou-se a adopção do traçado moderno, tanto da autoria de italianos como de portugueses — São Julião da Barra (1559), Tânger (1558), São Sebastião na Ilha de Mo-

çambique (1558), os baluartes de São Jorge da Mina (1556), Fortalezas de São Brás de Ponta Delgada (1551) e São Sebastião (1552-1553), Baía (1553-1558), Rio de Janeiro (1559), Baçaim (1552), Ormuz (1558), Barém (1559), Colombo (1552). Ainda assim as formas antigas coexistiram, como o castelo de Vila Viçosa de Miguel de Arruda (1533) ou o baluarte circular de Peniche em finais dos anos 50. E Isidoro de Almeida ainda entendia ser útil a tradução da obra de Dürer, verdadeiro repositório dos protótipos circulares então já em desuso, embora muito divulgados na Inglaterra de Henrique VIII.

O reinado de D. Sebastião foi de continuidade, confirmando o modelo de fortificação angular de forma sistemática, face à premissa de soluções defensivas que contrariassem a intensificação do curso. A incredulidade face ao ataque francês à Madeira em finais de 1566, durante o qual mais de meio milhar de corsários saquearam a ilha com total impunidade ao longo de quinze dias, foi o sinal de alarme para as deficiências da defesa costeira. A constatação desta fragilidade levou a que durante a regência do Cardeal D. Henrique fossem organizadas inspecções aos locais considerados de maior risco. Formaram-se três equipas de inspecção, cada uma liderada por «hum pessoa de mtª qualidade, confiança e experiencia que entenda na superintendencia desta fortificação»⁸⁴: Tommaso Benedetto e Pompeo Arditì viajaram para a Madeira na Primavera de 1567; no Outono, Simão de Ruão foi enviado para Entre-Douro-e-Minho; Afonso Álvares seguiu para a bacia do rio Sado e costa algarvia.

Levar a cabo a fortificação dos pontos-chave da orla costeira implicava enormes encargos financeiros. A partir de 1569 iniciou-se a recolha dos recursos para uma tarefa que se revestia de autêntica emergência, preparando-se medidas de carácter administrativo para o efeito. A lei de 17 de Outubro de 1569 previa o desvio das rendas das terças para a fortificação dos lugares ribeirinhos que se encontrassem desprovidos de defesa. Pela lei de 7 Dezembro de 1569 confiscou-se o rendimento das aposentadorias, planeando-se ainda solicitar a autorização do papa para conceder três quartos das Comendas. Em Dezembro de 1569 ordenou-se que se armazenassem as peças de artilharia das galeras e embarcações inactivas ou que necessitassem de reparações e que os «forçados» fossem empregados nos trabalhos das fortalezas de São Gião, Caparica e Setúbal (Outão). A 3 de Março de 1570 foi nomeado um responsável pela fortificação no Reino. Dois técnicos teriam a seu cargo o Norte de Portugal. No Algarve, a responsabilidade pela fortificação foi atribuída aos capitães dos respectivos lugares, e para África confirmou-se o «capitão

⁸⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1958, p. 61.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Benedito». A 21 de Abril, é o próprio rei que se dirige às respectivas Câmaras, nomeando João Gomes da Silva para inspecionar todos os lugares da costa de Portugal desde Cascais até Caminha. A partir das inspeções realizadas pelas três equipas, identificaram-se os locais de intervenção mais premente, seguindo-se as propostas de melhoramentos que depois originaram uma sucessão de campanhas de construção (**tabela 2**).

<i>Designação</i>	<i>Autor</i>	<i>Início dos trabalhos</i>
Portugal continental		
Forte de São João da Foz (Porto)	Simão de Ruão	Por volta de 1570
Forte de Santiago da Barra (Viana)	?	1568-1572
Forte de São João Baptista (Vila do Conde)	Filippo Terzi?	1570-1576? ¹
Fortaleza de Peniche	Luís Fernandes? ²	1557-1558
Torre de São Sebastião (Caparica)	Afonso Álvares	1569-1572
Forte de São Julião da Barra	Miguel de Arruda	1559 ³
Forte de Ancua (Sesimbra)	Afonso Álvares	Projecto de 1570 ⁴
Forte do Outão	Afonso Álvares?	Concluído em 1572
Baluarte de São Jorge ou Santiago (Faro)	?	?
Forte do Pinhão (Lagos)	?	1554-1555
Forte de Alcantarilha	Benedetto de Ravena?	1571-1577
Forte de Santo António, do rato, ou da ilha das lebres (Tavira)	?	Concluído em 1573
Fortaleza de Santo António do Beliche	?	Reinado D. Sebastião
Fortaleza de Sagres	?	Em curso em 1573
Madeira e Açores		
Fortificação do Funchal	Arditi, M. Fernandes	1570
Fortaleza de São Lourenço (Funchal)	Mateus Fernandes	1572
São Sebastião (São Miguel, Ponta Delgada)	I. Almeida, P. Maeda	1552-1553?
São Brás (Ponta Delgada)	Manuel Machado ⁵	1551 ⁶
Forte Santo António (Monte Brasil, Angra)	Arditi e Ravena	1567
Forte D. Sebastião (Porto de Pipas, Angra)	?	1570
Forte Santo António (Porto Judeu, Angra)	?	1573
Norte de África e África		
Ceuta	Benedetto de Ravena	1541-1549
Tânger	André Rodrigues ⁷	1558-1565
São Sebastião (Ilha de Moçambique)	Miguel de Arruda	1558
São Jorge da Mina (Gana)	Lopo Machado?	? ⁸
Luanda (Angola)	?	1576
São Sebastião (São Tomé)	?	Concluída em 1575 ⁹

A «ideia» de guerra na época sebástica

Brasil		
Baía	Lopo Machado ¹⁰	1553-58
Rio de Janeiro	Francisco Gonçalves ¹¹	1559 ¹²
Índia		
Diu	?	Depois de 1546
Baçaim	?	1552-1582
Mangalor	?	1568
Barçalor	Filipe Brias, flamengo	1569
Damão	?	Anos 70-82?
Onor	Simão de Ruão ¹³	1565
Chaul	?	1571-1582? ¹⁴
Barém	Inofre de Carvalho	1558-1560
Ormuz	Inofre de Carvalho	1559-1560
Malaca	Tomé do Rego	1564 ¹⁵
Ceilão, Indonésia e Molucas		
Baía Solor	?	1566
N. S. ^a da Anunciada (Amboino)	Sancho de Vasconcelos	1576-88
Fortaleza dos Reis Magos (Tidore)	Sancho de Vasconcelos?	1578

Tabela 2 – As fortificações da época sebástica

Fonte: tabela do autor

Nestas obras de fortificação é visível a plena consolidação do tipo abaluartado, introduzido em Portugal por especialistas italianos e depois continuado por portugueses. A chegada a Portugal de peritos de engenharia militar estrangeiros não foi apenas uma realidade do período sebástico. Depois da traumática queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, procedeu-se à reformulação de diversos locais sob a égide de técnicos contratados fora do país; a cidade de Mazagão (1541-1542) foi o exemplo mais espectacularmente conseguido, porque erguida praticamente de raiz com desenho de Benedetto de Ravena. O forte de São Sebastião na Ilha de Moçambique (1546) foi outra fortificação desenhada e construída como um todo. E da mesma maneira foi remodelado Alcácer Ceguer (1549), com desenho Antonio Ferramolino. A proximidade de Miguel de Arruda com Ravena permitiu implantar a escola de fortificar à moderna em Portugal, situação formalizada com o tratado de arquitectura atribuído a António Rodrigues (1525?-1590)⁸⁵.

⁸⁵ Sobre a autoria deste texto, v. Rafael Moreira, *Um Tratado Português de Arquitectura do séc. xvi*, dissertação de mestrado em História de Arte, FCSH-UNL, 1982, e Margarida Tavares da Conceição, *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses*

Este manuscrito, do qual ficou uma versão destinada a eventual impressão, indica- quais seriam os textos de referência que circulavam na época sebástica. Logo no início do tratado, por exemplo, encontramos as mesmas construções geométricas de outros tratados como os de Girolamo Cataneo, Lanteri ou Serlio. Deste último, Rodrigues copiou mesmo a gravura destinada ao traçado de um pórtico. A análise das tipologias dos baluartes angulares revela semelhanças com os estudos de Bernardo Buontalenti para o baluarte de Santa Bárbara em Pistoia (1571), com os esquemas teóricos de Pietro e Girolamo Cataneo ou Giacomo Lanteri (**figuras 134-137**).

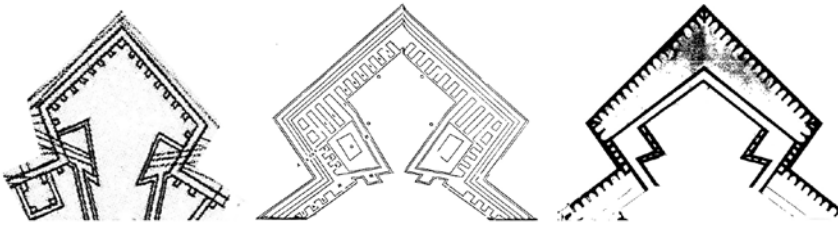


Figura 134 – A circulação dos tratados de fortificação na época sebástica (I)
Fontes: Desenho de Juan Batista Calvi (1552), Girolamo Cataneo (1571) e António Rodrigues? (1576-1569?)
 Planta do piso inferior do baluarte com as respectivas galerias e casamatas.

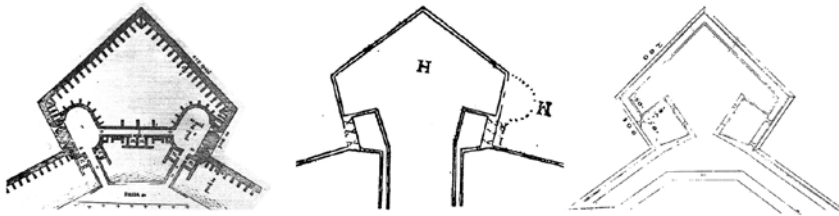


Figura 135 – A circulação dos tratados de fortificação na época sebástica (IV)
Fontes: António Rodrigues? (1576-1569?) e Giacomo Lanteri (1557)
 Representação planimétrica com traçado parcial da cortina e baluartes.

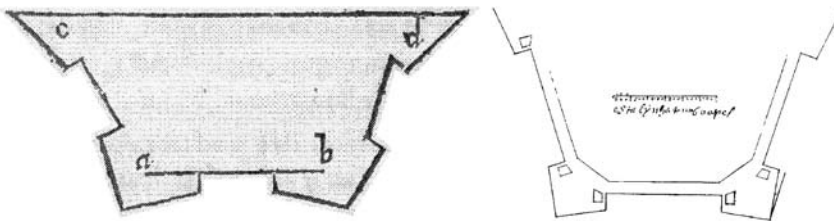


Figura 136 – A circulação dos tratados de fortificação na época sebástica (II)
Fontes: Andrea Palladio (1556), Girolamo Cataneo (1571) e António Rodrigues? (1576-1569?)
 Tipologias de baluartes.

(1540-1640), Tese Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008.

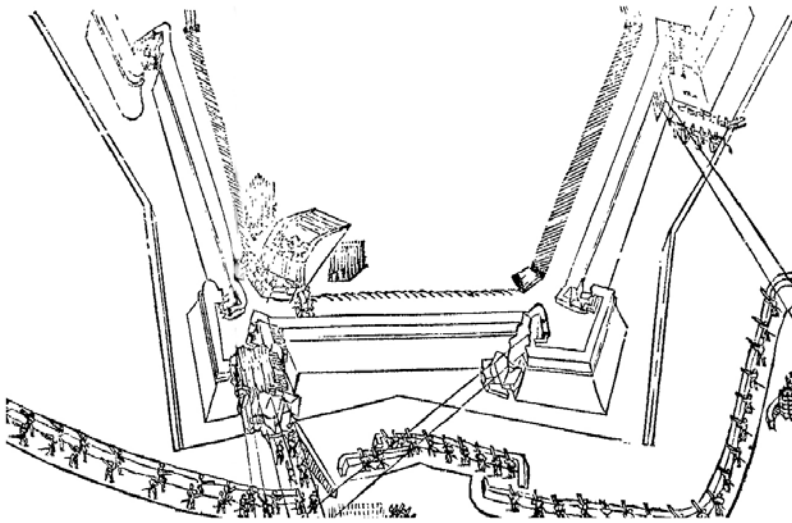
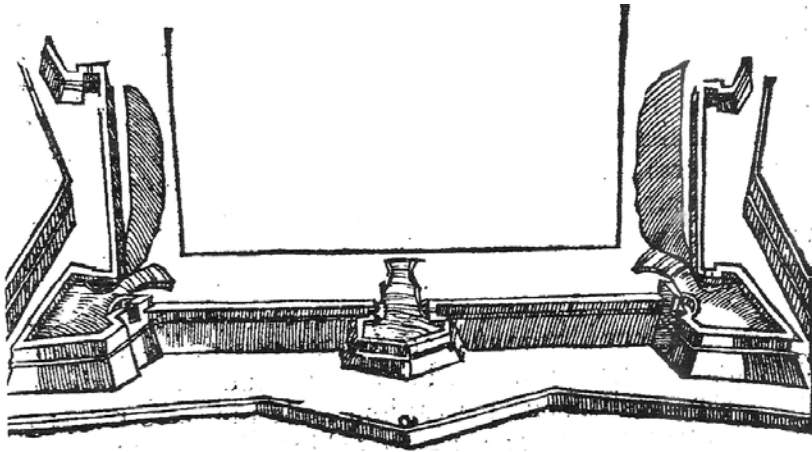


Figura 137 – A circulação dos tratados de fortificação na época sebástica (V)

Fontes: Domenico Mora (1570) e Girolamo Cataneo (1571)

Representação em perspectiva com traçado parcial da cortina e baluartes.

Apesar de soluções arcaizantes, como a ampliação do castelo de São Lourenço, na Madeira, e o baluarte quadrado de Faro, a influência da traça italiana predominou entre os portugueses na década de 60 e 70. A contratação de especialistas como Tommaso Benedetto, Pompeo Arditi ou Filippo Terzi permitiu a introdução da literatura recente. Mas também o regresso de veteranos como Isidoro de Almeida do Piemonte, ou Diogo Teles — que eventualmente poderiam ter servido na corte de Henrique VIII⁸⁶ — foi igualmente

⁸⁶ J. R. Hale, «Tudor Fortifications, 1485-1558», in *Renaissance War Studies*, Hambleton, 1983, p. 75.

responsável pela introdução de um novo léxico construtivo. António Rodrigues foi o exemplo da ligação entre arquitectura civil e militar, tal como sucedia em Espanha e Itália. Nomeado em 1564 «mestre de todas as obras», a partir de 1579 acumulou de forma inédita a responsabilidade por todas as obras de fortificação, depois da morte de Afonso Álvares. É a evidência da estreita ligação entre as duas arquitecturas, pois a geometria do sistema abaluartado foi responsável pelo processo generalizado de depuração das linhas arquitectónicas, cada vez mais notório a partir de meados do século.

Depois de experiências pontuais de desvio à herança manuelina, como a igreja de Nossa Senhora da Conceição (1539-1540) em Tomar, construíram-se vários edifícios que se poderiam classificar como *militarizados*: a igreja de Santa Maria do Castelo de Estremoz (1559-1562) (**figura 138**), a Capela das Onze Mil Virgens (1565) adossada à igreja do convento de Santo António em Alcácer do Sal, a igreja de São Mamede em Évora (antes de 1566) (**figura 139**), Santa Maria da Graça em Setúbal (António Rodrigues, depois de 1570) (**figura 140**), a desaparecida Santa Maria dos Livreiros em Lisboa (Afonso Álvares, 1572) e Santa Maria da Atalaia em Fronteira (1577-1594) (**figura 141**). Todos estes edifícios são formalmente despojados, e organizam as respectivas fachadas num esquema tripartido.



Figura 138 – Igrejas militarizadas (I)

Santa Maria do Castelo, Estremoz (1559-1562), plano central e dois laterais

Fonte: Foto do autor



Figura 139 – Igrejas militarizadas (II)
São Mamede, Évora (ant. 1566), pórtico central e dois laterais (serliana).
Fonte: Foto do autor



Figura 140 – Igrejas militarizadas (III)
Santa Maria da Graça, Setúbal (c.1570), serliana, corpo central e 2 torres laterais.
Fonte: Foto do autor



Figura 141 – Igrejas militarizadas (IV)

Santa Maria da Atalaia, Fronteira (1577-1594), serliana, corpo central e 2 torres laterais.

Fonte: Foto do autor

A relação entre arquitectura civil e militar permitiu que conceitos arquitectónicos se estendessem à guerra, e a tripartição foi um deles. A composição tripartida é perceptível na fachada de Santa Maria do Castelo de Estremoz. Encontra-se reforçada em Santa Maria dos Livreiros pelas torres laterais, e é evidente na planimetria alongada da Capela das Onze Mil Virgens do Convento de Santo António em Alcácer do Sal (**figura 142**).

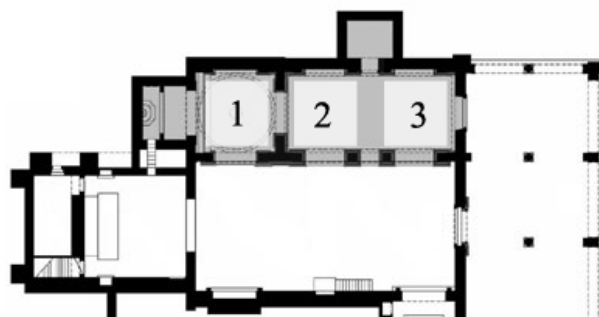


Figura 142 – O esquema tripartido (I)

Fontes: Capela das Onze Mil Virgens do Convento de Santo António, Alcácer do Sal (1565)

«Os espaços da capela das onze mil virgens são de proporção *sexquiquarta* (*hua propozição de hum quadrado e hu quarto*), assim como a secção transversal da nave».

Vimos que o esquema tripartido constituía um elemento nuclear da composição arquitectónica; na arte militar teve correspondência no trinómio do esquadrão flanqueado pelas mangas, e no sistema de fortificação abaluartado no esquema baluarte-cortina-baluarte (**figuras 143 e 144**).

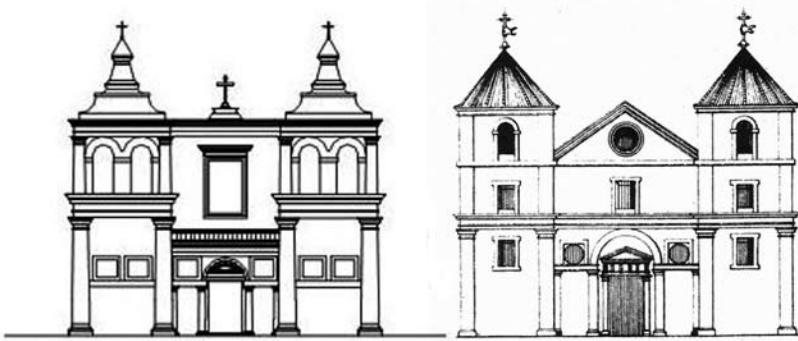


Figura 143 – O esquema tripartido (II)

Fontes: Igrejas de Santa Maria da Graça (c.1570) e Santa Maria dos Livreiros (1572)
As duas fachadas seguem o mesmo esquema tripartido, o corpo central e as duas torres flanqueantes.

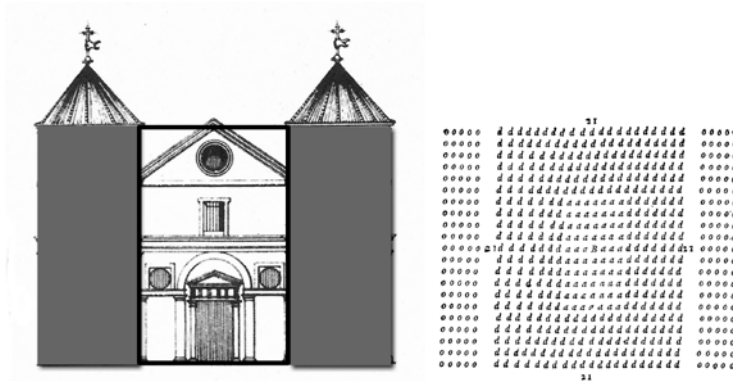


Figura 144 – O esquema tripartido (III)

Fontes: igreja de Santa Maria dos Livreiros (1572) e Aurelio Cicuti (1566)
O corpo central alinhado com as torres, o esquadrão alinhado com as mangas de atiradores.

Portanto, na origem da forma arquitectónica dos baluartes angulares esteve tanto uma abordagem conceptual como a resposta prática às novas condicionantes defensivas. Com o mesmo esquema mental imbuído de um espírito militarizado se conceberam edifícios civis objecto de uma efectiva depuração, que desembocaram no «estilo chão». Claro que não se pretende afirmar que o desenho da fachada de uma igreja, como Santa Maria de Setúbal, por exemplo, seja réplica de qualquer tipo de formatura militar. Mas sem dúvida que conceitos como a tripartição atravessaram o universo conceptu-

al da Arquitectura e serviram também para organizar os esquemas tácticos quinhentistas.

Também na guerra propriamente dita, isto é, no confronto directo dos agrupamentos de soldados, teve lugar uma depuração de formas. Tanto quanto nos é possível extrapolar das descrições dispersas de confrontos terrestres envolvendo portugueses, podemos constatar o completo desaparecimento operacional de formaturas como a galé e o caracol, pelo menos a partir do segundo quartel do século xvi. Esta situação corresponde a uma redução drástica do leque formal, que teve como resultado o domínio dos esquadrões rectangulares e quadrados, tanto no plano conceptual como na prática operativa. Opção que certamente teve que ver com as limitações implícitas a uma menor qualidade militar do material humano disponível. Mas também evidenciou uma disciplina formal rígida, consentânea tanto com a omnipresente atitude militarizada da sociedade como com a militância tridentina, que encontrava terreno fértil nos países ibéricos. Evidentemente que se trata de uma generalização, e a realidade costuma ser fragmentada e bem mais complexa. Os equívocos do estilo arquitectónico jesuítico foram já identificados no âmbito da História de Arte — «tanto o Maneirismo como a arte tridentina significaram a inclusão de aspectos opostos: ornamentação excessiva e simplicidade austera; excesso emocional e disciplina rigorosa; uniformidade e variedade; liberdade e obediência», como escreveu George Kubler.

Tentar encontrar na simplificação formal dos esquadrões pontos de contacto com a definição das directrizes arquitectónicas veiculadas pelo Concílio de Trento poderá parecer discutível. Ainda assim, verificou-se o efectivo abandono de formas decorrentes de analogias com aspectos da realidade objectiva, como a galé. Ao mesmo tempo observa-se a imposição de esquadrões poligonais, uma forma estritamente abstracta. Ao mesmo tempo, a sistematização das geometrias dos esquadrões em finais do século parece ter resultado em algo próximo de uma tipologia embrionária para a configuração das formaturas militares. A formalização teórica do «esquadrão quadro» como tema autónomo na tratadística militar formalizou-se com o tratado de Francesco Mirandola *Opera chiamata pratica et esperienza del guerreggiare moderno* (1544). Mirandola dedicou inteiramente a terceira parte da obra à construção «*del battaglione quadro*», se bem que Machiavelli e Battista della Valle já houvessem tratado o tema da construção dos esquadrões 20 anos antes. A utilização do quadrado para construir as formaturas dos soldados passou a ser a norma, suplantando quase por completo outras tipologias. Em finais do século, consumada finalmente a União Ibérica, associou-se uma ementa tipológica em torno de *los quatro esquadrones* a algo parecido com uma escola militar hispânica — *en que milita nuestra nacion española*.

Em Portugal, o confronto entre as velhas formas de combater e a introdução da «milícia à moderna» foi, como vimos, uma realidade presente desde o tempo de D. Manuel. As escaramuças imbuídas do espírito da pequena guerra de fronteira, onde o valor individual assumia predominância, estavam nos antípodas da guerra travada num campo de batalha de milhares de soldados. O armamento foi normalizado em dois tipos principais — os piques de origem clássica e as modernas armas de fogo portáteis —, e os esquadrões constituídos em função de regras geométricas e matemáticas facilmente excediam a individualidade do combatente.

D. Sebastião foi um monarca profundamente interessado pelos assuntos militares⁸⁷, e não apenas na vertente operativa. Violentos exercícios físicos e curiosidade pelos alardos que se realizavam, mas também instigador de nova legislação de cariz militar, de onde sobressaem as Ordenanças sebásticas de 1571 e as provisões de 1574 — foram as várias facetas da dedicação do monarca à guerra. E praticamente ignorado tem sido um texto *de re militari* da sua autoria, intitulado *Da forma dos Exércitos, da fortificação dos redutos, e trincheiras, do tempo de sahir delas ao inimigo, do modo de assaltalo, e combatello*⁸⁸. Assumindo-se como um entendido sobre a guerra, o rei pretendeu certamente escrever um livro que resultasse não de uma cópia mas possuindo alguma autonomia relativamente a outros textos. Tarefa difícil senão impossível, dado que no início dos anos 70 a literatura militar contava com algumas dezenas de textos publicados, alguns deles verdadeiras obras de referência. Em 1548 foi publicado o *Opera nova* de Angelo Assinito, que ensinava como *formare battaglie quadre*. O «divrinho» de Girolamo Cataneo, como Luís Mendes de Vascelos o designou, era inteiramente dedicado a expor o método de formar esquadrões e foi publicado em 1563. No ano seguinte surgiu novo texto da sua autoria, agora dedicado ao tema da fortificação e alojamento dos exércitos, *Opera nuova di fortificare, offendere et difendere; et far gli alloggiamenti campali, secondo l'uso di guerra*. Foi também neste ano de 1564 que se publicou o texto de Girolamo Maggi, que incluía o tema das fortificações temporárias — *Discorso del medesimo Maggi sopra la fortificatione*

⁸⁷ «Pera o crescimento de tam poderosa inclinação a cousas militares, que a sereníssima princesa D. Joana de Austria sua mãy não lhe mandou nunca de Castella outros brincos [brinquedos] quando minino, senão brincos militares, de espadas, adagas, pistolas, corpos de armas, murriões [...]» (Bartolomeu Guerreiro, *Gloriosa coroa d'esforçados religiosos da companhia de Iesu*, Lisboa, António Alvarez, 1642, v. 1, p. 91).

⁸⁸ O título assemelha-se a um trecho do texto de Isidoro de Almeida: «o modo de reparar e fortificar em câpanha, & como se deve fazer huma bateria, & como se ha de defender huma terra, ou castello...» (Isidoro de Almeida, «O quarto livro das instruções militares», in A. Faria de Morais, «Arte Militar quinhentista», sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v.23, Lisboa, 1953, p. 165).

degli alloggiamenti degli eserciti. Este impresso vinha acompanhado pelo *Trattato dell'ordinanze* de Giovacchino da Coniano, cobrindo o tema de Cataneo, e em 1571 reeditou-se este último com um âmbito muito mais alargado, contemplando a artilharia, a fortificação e os assédios.

Sem qualquer referência sobre a data em que foi escrito o manuscrito atribuído a D. Sebastião, há que referir a chegada de uma equipa de militares enviados pelo duque Emanuel de Sabóia, dos quais falaremos mais à frente. Parece lógico supor que estes soldados práticos trouxeram alguns dos textos militares mais actuais. Entre estes soldados poderia encontrar-se Giovanni Antonio Levo, Sargento-Mor do duque de Sabóia. Antonio Levo havia publicado um tratado *de re militari* alguns anos antes, em 1567, em que registou a sua experiência na reestruturação da milícia do ducado. Em 1574, ano da primeira «jornada a África», apercebemo-nos de que o rei português já dominava alguma da nomenclatura corrente nos textos de teoria militar pela maneira como descreveu algumas das escaramuças que tiveram lugar em torno de Tânger. Na posterior redacção dos sucessos da jornada da sua autoria usou termos militares como «esquadrão» e referiu-se aos «batalhões» de cavalos que comandou, designação comum nos textos de origem italiana. Esta foi talvez a altura em que o rei mostrou uma maior inclinação pela escrita, de maneira que poderíamos situar o seu texto por alturas de 1573-1574. Esta data podia mesmo ter inibido a publicação dos restantes livros de Isidoro de Almeida, para não entrarem em competição com o texto régio. Quer o tratado de Cataneo quer o de Maggi-Coniano, profusa e sugestivamente ilustrados, poderiam enquadrar a matéria referida no título, «da fortificação dos redutos, e trincheiras, do tempo de sahir delas ao inimigo, do modo de assaltalo, e combatello». A influência deste impresso parece poder ter constituído a referência mais facilmente detectável. Particularmente notáveis são as imagens da edição de Cataneo, que de algum modo poderiam ser complementadas com o título do texto de D. Sebastião, que assim poderia funcionar como a respectiva legenda (**figura 145**).

A reformulação das fortificações, generalizada a todas as regiões do império, comportou a actualização do conhecimento sobre as mais recentes inovações militares. A contratação de especialistas para o efeito, prática corrente na época, de uma forma mais ou menos formal, envolveu a troca de correspondência entre o duque de Sabóia e o rei português e terá culminado com um pedido formal deste último no sentido de se concretizar o envio de soldados práticos para Portugal. Como referimos, em 1572 chegaram cinco militares experimentados provenientes do ducado, presumindo-se que poderiam ser na sua maioria italianos, que foram depois distribuídos

pelas comarcas do reino. A entrada fulgurante de capitães italianos em Portugal, neste ciclo de renovação militar, aconteceu em paralelo com o regresso de alguns veteranos provenientes de diversos teatros operacionais, em especial da Europa. Um deles, João de Fonseca, regressou em 1573 da Flandres, onde combateu por mais de 20 anos. Terá escrito um manuscrito *de re militari* nesse mesmo ano, altura em que foi também nomeado sargento-mor do Algarve. Foi também em 1573 que se publicou o *Quarto Livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares*, o que torna este ano particularmente profícuo. Dava-se assim continuidade à actividade teórica dos últimos cinco anos. Neste espaço de tempo contou-se com a publicação de pelo menos meia dúzia de títulos, entre os quais o *Regimento de Guerra* escrito por Martim Afonso de Melo e a tradução parcial do texto de Vallo por Diogo Álvares Correia. Este último era um soldado prático da Flandres, Itália e África, enquanto de Martim Afonso de Melo fica a certeza de que havia militado na Índia e Norte de África.

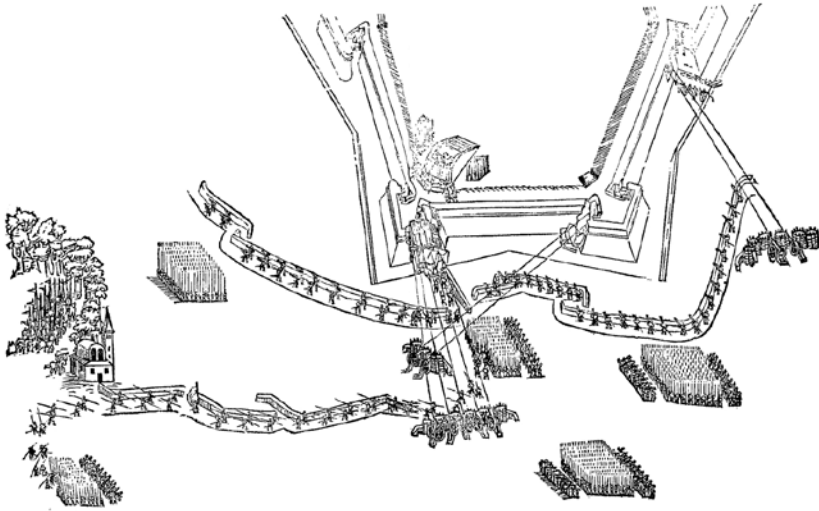


Figura 145 – «Da fortificação dos redutos, e trincheiras, do tempo de sahir delas ao inimigo, do modo de assaltalo, e combatello».

Fonte: Girolamo Cataneo (1571)

A preponderância da guerra como tema de reflexão escrita parece assim enquadrar-se no ambiente de crise do humanismo. D. Sebastião assumiu plenamente a ruptura entre arte e guerra, e a diferenciação entre os «assuntos da milícia» e a arquitectura civil foi uma realidade. Evidentemente que coexistiram personagens abarcando todo este conhecimento, como Isidoro de Almeida. Todavia, verificou-se uma tendência sensível para a especialização de cada uma das componentes do conhecimento militar, separando-as da actividade dita civil. A chegada de Filippo Terzi a Portugal em

1576 foi, como no caso dos capitães de Sabóia, uma iniciativa régia. E tanto pode ser o corolário de uma era já pertencente ao passado como o início de uma nova fase de separação entre arquitectura civil e militar, consequência directa da autonomização da teorização da guerra.

Não se conhece qualquer inclinação do monarca para a arte, para além de se fazer retratar num dos quadros mais emblemáticos da pintura portuguesa de finais do século, embora algumas pistas conduzam na direcção da apetência pela dança e música, como verificamos pelo relato do cronista da jornada ao Alentejo e Algarve. Também não se dedicou à arquitectura, embora entendesse a questão da fortificação como absolutamente premente, e daí as extensas campanhas de remodelação dos sistemas fortificados tanto em Portugal como no além-mar (**tabela 2**, pp. 156-57). A vocação de D. Sebastião para a guerra traduziu-se no exercício pleno da milícia nas duas vertentes teórica e prática. A prová-lo esteve a argumentação com que conseguiu convencer Francisco de Aldana a integrar a expedição ao Norte de África, ao contrário do que pretendeu Filipe II quando enviou este capitão veterano para demover o sobrinho do projecto marroquino.

Que o rei português interveio activamente em todo o processo de decisão que conduziu ao desfecho de Alcácer Quibir é um facto já comprovado; aquilo que tem ficado no esquecimento foi o seu pleno conhecimento sobre a «milícia moderna». O autor da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, por exemplo, afirmou que a intervenção de 1578 não se fez sem conhecimento de causa no que respeita a toda a problemática militar. No que concerne aos aspectos práticos da expedição, a formatura com que se previa dar batalha, se não foi obra do rei, teve pelo menos a sua participação, como se deduz da carta de Juan de Silva de 27 de Julho 1578⁸⁹. E no dia da batalha tomou mesmo nas suas mãos a tarefa de construir a formatura de um dos três esquadrões de cavalaria.

Alcácer Quibir foi o expoente deste esforço para alterar a forma de combater de toda uma nação, num processo com semelhanças com o que se havia vivido no ducado de Sabóia, e mais perto ainda com o que sucedeu mais tarde na Inglaterra isabelina. E indiscutivelmente protagonizado pelo rei, que foi a «cabeça do exército», como escreveu Luís Mendes de Vasconcelos já no século seguinte. Não restam dúvidas, portanto, de que o rei tinha conhecimento da

⁸⁹ «Copia de carta original de D. Juan de Silva al rey, fecha en Arcila á 27 julio 1578» in *Colección de documentos inéditos para la historia de España* (CoDoIn), Madrid, Viuda de Calero, 1842-85, v. 50, p. 83.

literatura teórica corrente relativa à arte militar — os «usos e estilos estrangeiros, mas também aos termos novos que se lhe praticavam das partes da Itália e doutras», como um cronista contemporâneo escreveu. Meras conversas nos serões da corte, talvez. Mas também a forma como, na época, era habitual discutir e actualizar o conhecimento em relação às inovações que tinham lugar nos «lugares onde florescia a guerra». De qualquer forma, estava-se em plena fase de implementação das Ordenanças sebásticas, e esse foi, só por si, um movimento de enorme fôlego. Primeiro a publicação de textos *de re militari*, um impresso e pelo menos quatro manuscritos. Depois, a prolongada visita de inspecção ao Alentejo e Algarve, durante a qual D. Sebastião e a sua *entourage* avaliaram, ao longo de um par de meses, o treino e disponibilidade de mais de vinte mil homens. Estamos perante um momento crucial na história militar portuguesa — pretendia-se «introduzir em Portugal novos modos na ordem da milícia».

O relacionamento entre Sabóia e Portugal é conhecido no plano do parentesco. Emanuel Felisberto I (1528-1580) era primo do rei português por via da sua mãe, a infanta D. Beatriz (1504-1538), filha de D. Manuel, casada com o duque Carlos III de Sabóia (1486-1553). Era conhecido por cultivar um gosto particular por armaria, o que lhe valeu a alcunha de *Testa di ferro* (ou seja, Cabeça de Ferro). Até que ponto existiria uma relação relativamente próxima entre os dois monarcas permanece uma incógnita. De qualquer modo, a armadura milanesa com que o monarca português foi retratado em 1571 por Cristóvão de Moraes é semelhante a uma das garnituras⁹⁰ com as quais o duque também foi retratado por Giacomo Vighi por volta de 1565 (**figura 146**). O motivo decorativo das duas peças é idêntico, e sugere que o duque teria oferecido parte do conjunto ao primo. Outra armadura com que o monarca português aparece noutro quadro, cópia de outro original de Cristóvão de Moraes realizado em 1572, apresenta o mesmo motivo decorativo mas com algumas diferenças. Tratar-se-ia de um conjunto distinto, embora eventualmente fabricado pelo mesmo armeiro milanês. Poderia ser esta, eventualmente, a armadura que o rei envergou na batalha⁹¹.

⁹⁰ «No século XVI chegou-se ao requinte de equipar as armaduras encomendadas para personagens régias com tantas peças adicionais que se podiam montar diversos manequins [...] São as chamadas “garnituras”» (Rainer Daehnhardt, *D. Sebastião, o elmo, e Alcácer Quibir*, Lisboa, Portimão, Apeiron, 2011, p.117).

⁹¹ Segundo Leitão de Andrada, as armas apreendidas na batalha teriam sido destruídas.

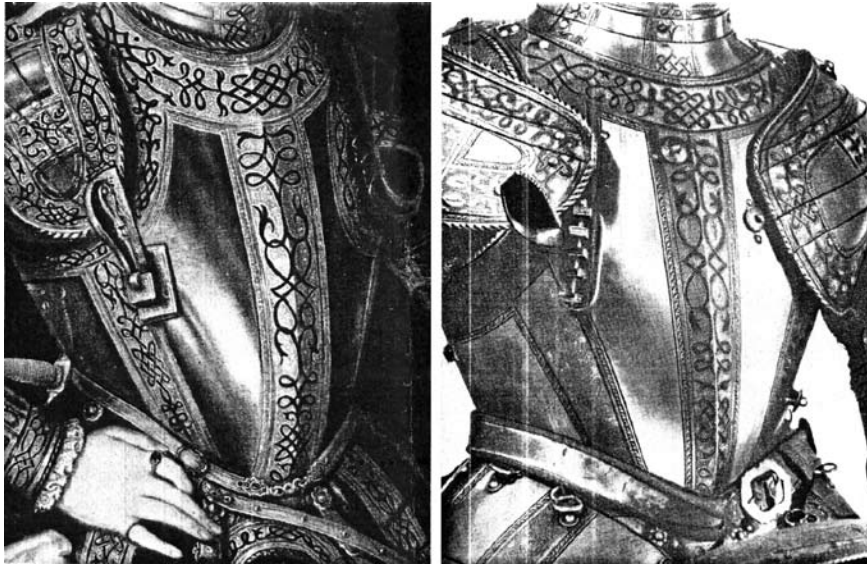


Figura 146 – A decoração das armaduras de D. Sebastião e do duque de Sabóia
 Fontes: Quadro de Cristóvão de Morais (MNAA) e armadura do duque de Sabóia (Armeria Reale, Turim)

Os paralelos entre Sabóia e Portugal que mais nos interessam tiveram que ver, em primeiro lugar, com a reestruturação do poder militar. O duque pretendeu actualizar as estruturas fortificadas do ducado, tarefa ciclópica pelas difíceis características geográficas do território e portanto impossível de realizar em virtude do fenomenal esforço económico necessário. Ainda assim, foram objecto de melhorias substanciais alguns pontos-chave; a capital do ducado, Turim, foi fortificada segundo a mesma planta pentagonal utilizada em Anunziata — que defendia o acesso a França; Nice, Asti e uma mão-cheia de outros lugares sofreram também melhorias substanciais.

O ano de 1566 foi de agravamento político-militar, provocado pelas guerras de religião em França e pela revolta nos Países Baixos. Nesse ano concluíram-se as obras de remodelação da cidadela de Turim e acelerou-se o processo de reorganização das forças da milícia. Em 1560 já se havia decidido a regulamentação da nova estrutura para os homens válidos entre os 18 e 50 anos, instituindo-se a figura do *Contadore Generale*, que estava encarregado de «arrolar» as tropas. Este foi o primeiro passo no estabelecimento de um sistema militar centralizado, que Giovanni Antonio Levo concretizou num modelo que depois descreveu em pormenor no seu *Discorso*. A publicação do texto foi naturalmente aprovada pelo duque a 5 de Julho, e em 1566 foi impressa em Turim, ao que se seguiu nova edição em 1567, impressa na cidade de Vercelli.

Nascido em Piacenza, Levo era um capitão experimentado que se movimentou dentro do círculo de famoso Alexandre Farnese. Portanto, estava tão próximo da corte castelhana como do próprio duque de Sabóia. A actualização das reformas resultou da experiência militar que Emanuel Felisberto adquiriu ao serviço de Filipe II, que atingiu o ponto alto quando venceu os Franceses na batalha de São Quintino (1557)⁹². A imagem do militar de meados do século XVI, teorizada em textos como o *Corteggiano* de Baldassare Castiglione, retratou-nos um soldado-matemático extraíndo raízes quadradas para formar os seus soldados ou calculando os ângulos e distâncias de tiro em função de senos e co-senos. Ao mesmo tempo, o cortesão devia demonstrar conhecimento da poesia e da música, qual Giulio Brancaccio *cantor basso* e tratadista, ou poeta e capitão como Francisco de Aldana. Era também obrigatório o estudo da história e literatura clássica, e neste plano Emanuel Felisberto não foi excepção.

Nas reestruturações implementadas em Sabóia, encontramos numerosos sinais da tradição militar de Roma. Em 1566, o governador de Chivasso e vedor da milícia, Leonardo della Rovere, reorganizou os recursos de Sabóia em torno de uma nova estrutura orgânica. Criaram-se 4 coronelias, cada uma com 2.400 homens. Entre os respectivos coronéis, o conde Tommaso Valperga di Masino, Federico Asinari di Camerano e Giovanni Francesco Costa d'Arignano eram naturais de Sabóia. Apenas Stefano Doria vinha da Ligúria. O recrutamento de cada uma teria lugar em quatro regiões — Ivrea, Asti, Piemonte e domínios dos Doria —, e as coronelias foram mais tarde duplicadas para 8. Outro elemento da Antiguidade romana revela-se logo no outro nome — legiões — com que também se designaram as novas unidades militares. Cada coronelia dividia-se em 6 companhias a 4 centúrias, outro termo com a mesma origem. A centúria era por sua vez desdobrada em 4 esquadras, misturando assim termos militares modernos e outros retirados da época romana, sublinhando a sobreposição entre o antigo e o moderno. Por moderno leia-se a influência espanhola, situação normal pelo facto de o duque ter prestado serviço com os exércitos de Filipe II.

A orgânica destas coronelias tinha, na aparência, um cariz arcaico. De facto, cada uma das 6 companhias devia ter 400 homens, um efectivo que era já demasiado elevado para a época, mas uma análise atenta revela, contudo, a aproximação ao modelo militar castelhano. As 12 companhias do *tercio* regulamentado pela ordenança filipina

⁹² Com este sucesso, Emanuel Filisberto ganhou o direito de se sentar à mesa das negociações do tratado de Cateau-Cambrésis (1559), assegurando a independência do ducado. Casou com a irmã mais nova do rei francês no ano seguinte, e a capital foi transferida para Turim. D. Sebastião procurou repetir o feito do primo com uma campanha militar vitoriosa contra os Sádidas.

foram reduzidas a metade na coronelia de Sabóia. Às 10 companhias de piqueiros do *tercio* correspondiam 5 na coronelia; os atiradores organizavam-se numa única companhia — uma vez mais, a metade do efectivo do *tercio* castelhano. O total de atiradores preconizado pela estrutura de Sabóia excedia em muito os seus congêneres castelhanos — mais de 1.500 arcabuzes para menos de 600 armas de fogo no terço. Seguiu-se assim a tendência do predomínio das armas de fogo sobre as armas brancas, observado com o aproximar do fim do século, o que demonstra a actualidade das reformas. Por outro lado, a existência de um conceito de base para a toda a estrutura orgânica da coronelia saboiana deixa evidente o critério predominantemente teórico do regulamento (**tabela 3**).

Unidade militar	Companhias de piques	Companhias de atiradores	Total
Tercio espanhol	10	2	12 companhias
	230 piques	235 arcabuzes	2300 piques
	20 mosquetes	15 mosquetes	470 arcabuzes 215 mosquetes
Coronelia saboiana	5	1	6 companhias
	150 piques	40 alabardas	750 piques
	20 alabardas	360 arcabuzes	140 alabardas
	230 arcabuzes		1510 arcabuzes

Tabela 3 – A coronelia de Sabóia e o *tercio* espanhol

Fonte: tabela do autor

A necessidade de actualizar a «milícia de terra» era assim fundamental para a defesa do ducado, como era também crucial para os Portugueses reformular o poder militar do reino com vista ao novo fôlego expansionista que se pretendia ter lugar no Norte de África. Mas o contexto político-militar não esgota as semelhanças entre Sabóia e Portugal. O duque procurou reforçar o carácter regional do recrutamento, permitindo que os oficiais fossem eleitos entre os habitantes locais. A atribuição de privilégios a quem era abrangido pelo recrutamento foi outra realidade comum com o estipulado nas ordenanças sebásticas de 1570-1574. Neste caso, quando a nomeação do capitão-mor era feita por iniciativa régia, a câmara deveria confirmar a respectiva posse.

Outra vertente militar foi regulamentada: o regime de adestramento dos soldados. Ambos os sistemas estipularam que as esquadras se deviam exercitar todos os domingos, as companhias cada mês⁹³, e ainda dois exercícios anuais. Os dias dos primeiros alardos

⁹³ As centúrias saboianas, inexistentes na ordenança portuguesa de 1570, deviam treinar a cada 15 dias. Mas até aqui existe alguma semelhança entre as duas ordenanças:

do ano eram diferentes nas duas ordenanças, as oitavas da Páscoa em Portugal e o Pentecostes em Sabóia. Também o segundo alardo, estipulado nas ordenanças de 1571 para o dia de S. Miguel (29 de Setembro), diferiu do dia de S. Mateus (21 de Setembro) da ordenança de Sabóia. De qualquer forma, foram escolhidos os meses de Setembro e a época pascal, o que não deixa de constituir uma coincidência curiosa que aproxima os dois regimes.

Em 1568 o duque conseguiu a colaboração de Andrea Palladio como seu conselheiro militar, uma escolha aparentemente bizarra, dada a completa inexperiência militar do vicentino. Palladio era já um arquiteto de renome mas, como John Hale sublinhou, nunca demonstrou grande interesse pela arquitectura militar. Para além das gravuras que executou para o texto de Barbaro (**figura 147**), nada mais se conhece.

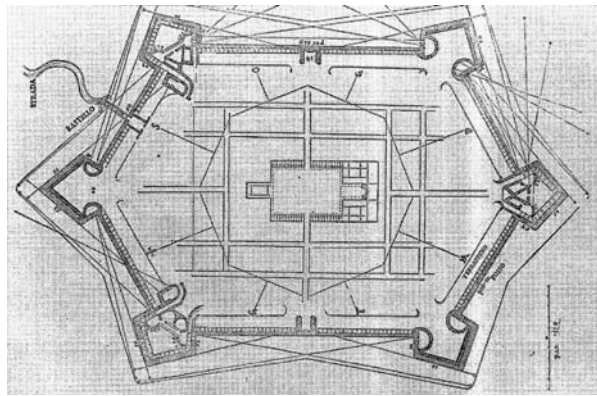


Figura 147 – Proposta de Palladio para cintura de fortificação regular
Fonte: Daniele Barbaro, *I dieci libri dell'Architettura di M. Vitruvio* (1556)

Este desinteresse talvez fosse devido ao facto de ter experimentado em primeira mão os resultados de um assédio à sua cidade natal no Verão de 1509, durante a Guerra da Liga de Cambrai (1508-1516). Ainda que não mais terrível do que muitos outros cercos, Palladio por certo reflectiu sobre a inutilidade dos dispendiosos sistemas defensivos que então se vulgarizavam. Porém, a guerra não estava fora dos seus interesses. Escreveu uma versão dos *Comentários* de César sob a égide do duque de Sabóia e traduziu o texto de Políbio, ao qual juntou numerosas imagens extremamente relevantes do ponto de vista da representação gráfica. Foi um reconhecido especialista na máquina militar de Roma, tal como Giovanni Levo. Este último,

«Onde ouver duas bandeiras, irão cada Domingo 5 esquadras, de maneira que cada quinze dias se exercite huma bandeira toda junta» («Regimento dos Capitães-Mores de 1570») in Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, v.1, Lisboa, Guarda-Mor, 2006, p. 871).

investido no cargo de *Sergente maggiore generale* desde 1564, estava assim perfeitamente sintonizado com esta revisitação à guerra antiga. Palladio usou o seu profundo conhecimento da história militar romana com o objectivo de o aplicar na guerra contemporânea, tal como recuperou o modelo da vila romana para o contexto arquitectónico quinhentista. A maneira como sobrepôs guerra e arquitectura encontra-se registada de uma forma curiosa. Na margem de um esboço sobre o Coliseu de Roma, encontra-se o registo, quase casual, do esquema de uma formação de cavalaria, eventualmente copiado de um dos diagramas de Eliano. Para o arquitecto italiano, a reflexão sobre a guerra decorria no mesmo espaço mental — e físico — onde desenvolvia os seus estudos arquitectónicos. Mais do que dedicar-se aos progressos técnicos do armamento, foi defensor acérrimo da disciplina e do treino das tropas. Contudo, protagonizou com o capitão Valerio Chieracati (1528-1576) — outro especialista da «milícia romana» e tratadista militar — uma memorável demonstração bélica. Juntos dirigiram um exercício que contou com o desembarque dos tripulantes de uma galera, supostamente inexperientes na guerra, que depois executaram diversas manobras militares como se de veteranos se tratasse. Este parece um exemplo destinado a provar a *precedentia doctoris vel militis* (precedência dos teóricos ou dos militares), e a discussão em torno da predominância da teoria sobre a prática, das letras sobre as armas, do literato sobre o militar, foi tema recorrente de vários textos *de re militari* desde, pelo menos, finais de Quatrocentos.

Em 1572 D. Sebastião já se correspondia com o seu primo — ainda que esporadicamente⁹⁴. Durante a permanência de embaixadores do duque, em 1562 e 1573, podemos presumir que as reformas militares de Sabóia fizeram parte dos assuntos abordados. Tanto mais quanto o comando vitorioso de Emanuele Felisberto na batalha de São Quintino certamente excitaria a curiosidade militar do soberano português, tal como a participação em Lepanto, que mereceu um entusiástica carta de felicitações a 12 de Fevereiro do ano seguinte. Talvez seja possível integrar esta relação com o primo, fosse directa ou indirecta, nas «conversas com os homens práticos» descritas por um cronista coevo. No conjunto, revela uma marcada influência militar italianizante na década de 70, para a qual contribuíram Diogo Álvares Correia, que traduziu o tratado de Vallo (1560-1576), o *Regimento de Guerra* (da segunda metade dos anos 60), o *Quarto Livro das Instruções Militares* (1573), o *Dialogo, e Discurso Militar* de João da Fonseca (1573?) e o texto desaparecido da autoria

⁹⁴ D. Sebastião escreveu ao duque uma carta em 15 de Fevereiro de 1572. A 18 de Julho de 1573 chegou um embaixador de Sabóia e a 9 de Dezembro de 1577 enviou António Pinto à corte do duque para contratar soldados.

de D. Sebastião. O culminar desta ligação foi a chegada a Portugal em 1572 de quatro capitães e um coronel enviados pelo duque, que foram distribuídos pelas comarcas do reino, depois de uma carta de felicitações que D. Sebastião enviou de 12 de Fevereiro do mesmo ano. Um documento coevo confirma a presença dos cinco militares italianos em Portugal, embora não nos tenha sido possível confirmar se entre eles se encontraria Giovanni Antonio Levo. A verdade é que nesse mesmo ano de 1572 D. Sebastião assistiu aos alardos gerais em Évora, que foram orientados por um italiano «homem velho, muy practico que tinha mandado vir para isso com outros sargentos practicos que mandou asallariar, e espalhar pelas Comarcas do Reino [...]»⁹⁵. Se este era o coronel Giovanni Levo, trata-se de uma questão em aberto.

Era vulgar os veteranos de guerra dedicarem-se à escrita com o avançar da idade. Martín de Eguluz, Sancho de Londoño e Francisco de Valdés foram disso exemplo. A vinda de Levo para Portugal depois de escrever o seu tratado coincidiria com uma idade avançada — de facto, Levo seria por esta altura um «italiano homem velho». A viagem de 1577 do Dr. António Pinto para conseguir «capitães práticos experimentados»⁹⁶ destinados à campanha militar, na sequência desta «ligação saboiana», não foi, por essa razão, um último recurso por parte do monarca português, ainda que o duque estivesse sujeito à colisão de interesses que se desenhava entre D. Sebastião e Filipe II⁹⁷.

No Portugal sebástico, uma das melhores cartas de recomendação para um regresso proveitoso seria militar na «Itália onde a guerra florescia». Podemos mencionar Felisberto de Proença⁹⁸, que serviu D. Sebastião como capitão, o veterano da Flandres João da Fonseca ou Manuel Raposo e Isidoro de Almeida, dois veteranos das guerras do Piemonte. A todos estes estaria facilitada uma colocação proveitosa na corte ou a oferta de cargos que aproveitassem a ex-

⁹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1958, pp. 115-116.

⁹⁶ *Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva*, Salvaterra, 11 de Dezembro de 1577 (João Baptista Lavanha, *Relações das cousas principaes q sucederão em Portugal em tempo del Rey D. Sebastião*, BNP, código 887).

⁹⁷ O encontro de Guadalupe foi o culminar da desavença entre tio e sobrinho. Enraivecido com a forma evasiva com que Filipe II se desvinculava de prestar auxílio, chegou a manifestar intenção de declarar guerra; apenas a intervenção do duque de Alba conseguiu serenar o ânimo do monarca português.

⁹⁸ Filho de Belchior Proença e da ama de Emanuel Felisberto — novamente a ligação ao duque de Sabóia (Bernardo de Sá Nogueira, «Memórias Navais na Corte Portuguesa de D. João III a D. Sebastião», in *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*, org. Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003).

periência militar adquirida. Manuel Raposo, por exemplo, acompanhou o vice-rei D. Luís de Ataíde, estando presente em Chaul; quanto a Isidoro de Almeida, ocupou várias posições relevantes desde que voltou a Portugal nos anos 50, enquanto João da Fonseca foi nomeado sargento-mor logo no ano do seu regresso.

A reorganização do poder militar português foi acompanhada por uma produção teórica muito mais que incipiente, e permitenos estabelecer mais um ponto de contacto entre a época sebástica e o ducado de Sabóia. No caso português, o tratado de Isidoro de Almeida — ainda que sem os contornos de uma publicação oficial como o *Discurso de Levo* — possui diversas referências implícitas e explícitas às reformas sebásticas, que lhe conferem algo próximo de um carácter institucional. As primeiras reformas militares sebásticas visando a reestruturação do exército tiveram lugar com a implementação das companhias de ordenanças em 1570 e das provisões de 1574. O esforço de organização do sistema militar português havia-se iniciado oficialmente a 6 de Março de 1568 com a criação das companhias de ordenança da cidade do Porto. Estas companhias de 300 homens eram comandadas por um capitão-mor, cargo desempenhado pelo alcaide-mor João Rodrigues de Saa. A sublinhar a universalidade pretendida para as reformas militares, procurou-se implementar o sistema aos territórios ultramarinos. Em 1568 D. Luís de Ataíde foi nomeado governador da Índia com regimento para criar companhias de ordenança. Destas ficou registo nas companhias da guarnição de Ormuz, com efectivo de 400 homens enquadrados por 8 cabos, 1 sargento e 1 alferes. Novamente parece encontrar-se presente a influência de Sabóia, cujas companhias comportavam o mesmo efectivo.

No ano seguinte à criação das companhias de ordenança do Porto foram reactivadas companhias de ordenança em Lisboa, para cuja capitania-mor foi nomeado D. João de Mascarenhas, do Conselho do rei. O efectivo seria também de 300 homens comandados por um capitão, devendo este levantar uma companhia em cada freguesia da capital. Foi também em 1569 que se publicou nova versão da *Lei das Armas*, que não apresenta diferenças substanciais relativamente à lei de 1549 e confirma que os Portugueses absorveram uma profunda influência dos teóricos militares italianos, mas sem deixar de seguir de perto a prática militar castelhana. Finalmente, em 1570 promulgou-se o diploma estruturante de toda a reforma militar sebástica, o *Regimento dos Capitães-Mores*. Nela está ainda presente a influência da reestruturação militar de Sabóia. Porém, introduziram-se também alguns aspectos significativos da legislação militar filipina. O efectivo orgânico das companhias é um deles.

Em diversos casos da prática militar espanhola encontramos a preferência por companhias de 300 homens. As ordenanças de Porto e Lisboa de 1568-1569 observaram esta preferência, e Isidoro de Almeida advogou-a também em 1573. A reorganização levada a cabo em 1563 pelos Espanhóis no reino de Nápoles, por exemplo, contemplou também a criação de companhias de 300 homens. Outra situação, agora na vertente teórica, encontra-se no texto de Sancho de Londoño redigido em 1568⁹⁹, que preconizava este mesmo efectivo. Como se sabe, os terços consistiam num sistema que pretendeu generalizar uma estrutura orgânica para arregimentar os soldados. O processo remontava à milícia instituída em 1495-1496 pelos Reis Católicos, cuja estabilização foi instituída com as ordenanças de Carlos V em 1534-1536, a cuja estrutura se sobrepuseram as ordenanças filipinas de 1562. Nesta forma já consolidada pela prática militar de meio século de guerra contínua, o *tercio* articulava-se em torno de dois tipos de armamento fundamentais, o pique e o arcabuz. Os soldados equipados com armas brancas — os piqueiros, também designados por cossoletes, por analogia à designação da peça de armadura que protegia o tronco, o «cossolete» — constituíam inicialmente o grupo de soldados mais numeroso do terço. A evolução militar acarretou, posteriormente, uma alteração na proporção entre armas brancas e armas de fogo, com uma cada vez maior preponderância destas últimas. De qualquer modo, a orgânica de base gizada nos anos 30 de Quinhentos estendeu-se até ao início do século XVIII¹⁰⁰, usufruindo assim de uma longevidade que abarcou um período com cerca de dois séculos.

Um dos aspectos a sofrer alterações com estas reformas foi a constituição do exército estacionado na Flandres. Desde 1567 que cada terço da *primera plana* devia contar com 2 companhias permanentes de soldados arcabuzeiros, para 10 companhias de cossoletes. Outras modificações de detalhe foram introduzidas, traduzindo a especialização da actividade militar, nomeadamente no que respeita aos aspectos técnicos relacionados com o armamento. A evolução na guerra na segunda metade do século implicou que fosse prestada uma cada vez maior atenção às armas de fogo. A estrutura orgânica das unidades militares, desde o terço à companhia, espelharam essa realidade, contando com um número fixo das novas armas de fogo portáteis¹⁰¹. Por outro lado, a crescente mobilidade dos solda-

⁹⁹ Embora publicado em 1591.

¹⁰⁰ Em Portugal, o terço manteve-se como unidade operacional até ao início do século XVIII.

¹⁰¹ Para além das 2 companhias de arcabuzes, os mosquetes somavam um total de 15 nas companhias de atiradores e 20 nas de piqueiros. Quando o duque de Alba organizou o exército para a invadir Portugal em 1580, referiu este facto — «no veo mas que ciento y ochenta mosquetes, y que son pocos para haber de dar quince ó veinte por

dos implicou a divisão dos piqueiros de acordo com o grau de protecção individual. As companhias passaram a contar com metade de soldados sem armadura corporal¹⁰², designados por «picas secas». Mantiveram-se outros tantos soldados cossoletes como elemento de choque imprescindível, e que ainda eram considerados pela generalidade dos tratadistas como os soldados apeados mais honrados.

A proximidade temporal entre as provisões militares filipinas e o início da implementação das ordenanças sebásticas não pode deixar de sugerir uma ligação próxima entre os dois regimes legislativos. As lições que resultaram das exigentes campanhas da Flandres sugeriam uma predominância das armas de fogo. Outro aspecto a retirar das lições que os veteranos procuraram transmitir é a tendência no sentido de um aligeiramento das formações militares. Em 1536, Diego de Salazar preconizava 500 homens para cada uma das 10 capitánias que haviam de constituir o seu esquadrão «para presentar a la batalla campal». Quarenta anos depois, as companhias tinham metade dos soldados, traduzindo uma progressiva redução nos efectivos. O *Regimento dos Capitães-Mores* de 1570 adoptou o mesmo efectivo das ordenanças filipinas — 250 homens¹⁰³ —, alterando o preconizado para as companhias previstas nas ordenanças sebásticas de 1568-1569 e para as companhias no Oriente. Os tratados italianos que então circulariam em Portugal, como o de Giovan Mattheo Cicogna, recomendavam companhias de 300 homens. Parece assim que a influência espanhola começou a sobrepor-se à tratadística militar italiana, o que se confirma ao analisar em detalhe a estrutura das companhias das ordenanças sebásticas, nomeadamente quando comparados os quantitativos dos oficiais. Em Espanha, o enquadramento dos soldados não parece ter sofrido alterações significativas desde a legislação de Carlos V entre 1534 e 1536, com dezanove oficiais por companhia — o capitão e o seu pajem, um alferes, o porta-estandarte, o sargento, 1 furriel, 1 barbeiro, o capelão e 10 *cabos de escuadra*, que dirigiam 10 *escuadras* de 25 homens cada. O *Regimento dos Capitães-Mores* repetia esta orgânica: «um Capitão, e um Alferes, e um Sargento, e um Meirinho, e um Escrivão, e 10 cabos»¹⁰⁴.

bandera» («Cópia de carta original del duque de Alba al secretario Delgado, fecha en Lleren á 27 de abril de 1580» in CoDoIn, *op. cit.*, v. 32, p. 106).

¹⁰² A designação corrente para os soldados sem armadura era «desarmados», mas evidentemente que possuíam armamento individual.

¹⁰³ A redução do efectivo das companhias foi acompanhada por um aumento dos atiradores. A orgânica do terço em meados do século previa 2 companhias de arcabuzeiros, embora a prática adulterasse o estipulado oficialmente. Apenas em 1598 Scarion de Pavia preconizou uma terceira companhia de arcabuzes, antecipando a ordenança de 1603.

¹⁰⁴ António Caetano de Sousa, *op. cit.*.

As semelhanças entre o corpo de oficiais das companhias do regimento de 1570 — incluindo as respectivas funções militares — e o modelo espanhol são assim notórias. O comandante da companhia era o capitão, coadjuvado pelo sargento; a orgânica hierárquica compreendia, tal como nas companhias espanholas, um meirinho e um escrivão, que eram responsáveis pela prática administrativa, nomeadamente fazer o *rol*, ou seja, registar os soldados da companhia. Quando existissem várias companhias, a capitania destas era entregue a um capitão-mor, secundado por um sargento-mor. Soube-se aproveitar a estrutura administrativa existente capaz de pôr em prática as ordenanças, a rede do poder local dos municípios. Entregou-se assim o mandato para «executar as leis àqueles que podiam fazê-lo, pela proximidade e conhecimento que tinham dos espaços e das populações residentes»¹⁰⁵. Tal como havia sido feito no ducado de Sabóia, onde também se concentrou — pelo menos aparentemente — algumas das competências na organização militar no nível municipal.

O conflito com as oligarquias locais era inevitável, pelo simples facto de o recrutamento se sobrepor à intervenção dos senhores das terras, retirando-lhes poder sobre os seus vassallos. Tal como era efectiva a relutância da população em servir na milícia, pelo menos fora dos locais onde esta obrigação convinha aos interesses das populações como parte da sua autodefesa. Era o caso do Algarve, como prova a rapidez no envio de socorro a Mazagão quando do cerco de 1562, ou nas ilhas da Madeira e Açores face às ameaças dos corsários, ou ainda a facilidade com que se formaram as companhias de ordenança nos Açores em 1580, durante a luta pela sucessão. As provisões de 1574 tentaram obviar algumas destas lacunas e «inconvenientes». Um dos aspectos mais críticos era o serviço apeado a que «pessoas de qualidade» estavam obrigadas por falta de meios para sustentarem cavalo e que levava a excusa por não quererem servir apeados juntamente com a gente do povo. A solução encontrada foi criar esquadras separadas em cada companhia e que aquela que tivesse as pessoas de maior qualidade seguisse «sempre no melhor, e mais honrado lugar da companhia», com o capitão da companhia por «seu cabo de esquadra»¹⁰⁶.

A principal conclusão é o facto de que o sistema das ordenanças funcionou. No Sul do país sem sombra de dúvida, como demonstrou a jornada de 1573, durante a qual foram inspecionados em vários «alardos» cerca de 20.000 homens. Mas também foi coro-

¹⁰⁵ Joaquim Romero de Magalhães, «A Guerra: Os Homens e as Armas» in *História de Portugal*, op. cit., v.3, 1993, pp. 110.

¹⁰⁶ *Ibid.*

ada de êxito em Lisboa, onde os «alardos» e manobras militares de 1570-1571 juntaram um número apreciável de soldados, entre 6.000 a 7.500 homens. Foi a norte do Tejo que se verificou menor receptividade às ordenanças, mas ainda assim devemos levar em consideração a incidência de diversas crises com implicações na demografia destas regiões. O desastroso ano agrícola de 1574 foi causa da fome generalizada em 1575, que afectou as regiões de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beiras, depois ainda sujeitas à peste de 1577, que teve o seu início no Norte de Portugal.

A influência militar italiana parece ter prevalecido, pelo menos na primeira fase do reinado de D. Sebastião. Por outro lado, Isidoro de Almeida deixou expresso nas *Instruções* não só vários aspectos da legislação de 1570 mas também da arte militar da Antiguidade romana. A militância nas guerras do Piemonte foi certamente responsável pela faceta italianizada de Almeida, mas não esqueçamos a presença do Sargento-Mor Giovanni Levo em Portugal, ainda antes da publicação do *Quarto Livro das Instruções Militares*. A defesa que Almeida fez do centurião como oficial da companhia, «imitando a boa & útil ordem dos Romanos»¹⁰⁷, está conceptualmente próxima das centúrias advogadas por Giovanni Levo como unidade militar-base da nova estrutura da milícia de Sabóia. Certamente que a chegada de uma *entourage* militar proveniente deste ducado conferiu um novo alento à propagação de uma influência militar italiana. Propiciou-se assim a divulgação de alguns impressos *de re militari* extremamente relevantes: o texto do jurista Bernardino Rocca (1515-1587) inspirado nos exemplos dos antigos, com várias referências a Plutarco, Lívio, Políbio, Apiano e César ou Frontino, o tratado de Francesco Ferretti *Dell'Osservanza Militare* (1568) ou ainda *Il Soldato* (1570) de Domenico Mora, para mencionar apenas alguns autores.

A partir dos anos 70 foi a vez de se fazer sentir de forma crescente a influência militar castelhana. A publicação das ordenanças em 1570 comportou, como vimos, a adopção de um sistema orgânico praticamente decalcado das ordenanças filipinas. Mas este ascendente não se verificou apenas no plano institucional. Depois dos espanhóis Diego de Salazar e Diego Montes em 1536-1537, uma escrita militar espanhola tornava-se cada vez mais profícua, afirmando-se como referência pela Europa.

¹⁰⁷ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 146.

Capítulo II

ESCREVER SOBRE A GUERRA EM PORTUGAL ANTES DE 1578

A té há poucas décadas, a historiografia militar resumia a escrita quinhentista portuguesa a apenas dois textos, o *Regimento de Guerra* e o *Quarto Livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares*, este último considerado o único tratado digno desse nome. O vazio teórico que assim se desenhava para a chamada guerra terrestre mantinha-se numa posição desconfortável quando confrontado com outros aspectos da actividade militar dos Portugueses como a guerra naval, para a qual se assinalava um desenvolvimento precoce. Antes da publicação do manuscrito de Luís Álvaro Seco por Faria de Morais, a *Arte Militar* de Luís Mendes de Vascelos de 1612 era o único tratado modelar, porque verdadeiramente abrangente, e assim se preenchia uma lacuna embaraçosa. Recentemente reabilitou-se a fortificação portuguesa de Quinhentos. Embora com despertar algo tardio, atribuiu-se-lhe algum do suporte teórico que seguiria a evolução que se registava no resto da Europa. Alguns historiadores, nomeadamente Rafael Moreira ou John Bury, deram-se conta da existência de uma produção escrita bem mais fértil do que se julgava; ainda que um dos poucos textos conhecidos, o *Regimento de Guerra* de Martim Afonso de Melo, fosse objecto de uma análise desenquadrada, porque em função das indicações biográficas que a transcrição de Caetano de Sousa nos deixou sobre o seu autor. A razão principal desta subvalorização parece clara. O desaparecimento de muitos dos textos, dos quais só temos notícia através de referências esporádicas, torna impossível apercebermos o seu conteúdo ou impede mesmo a mera confirmação da sua existência. Apesar destas dificuldades, já é possível aperceber que desde meados dos anos 60 do século XVI existiu em Portugal um registo escrito bem mais copioso sobre o que se entendia como as práticas militares adequadas ao campo de batalha moderno.

Também já muito se escreveu sobre os textos mais conhecidos, como o *Quarto Livro das Instruções Militares* e as *Anotações* de Luís Álvaro Seco. Súmulas dos conteúdos, sistematização dos parcos elementos biográficos de um e outro autor, análise das respectivas estruturas (ou da ausência delas!), tudo foi visitado e revisitado a partir do estudo de Faria de Moraes que introduziu o tema da escrita da guerra de uma forma consistente na historiografia militar. Todavia, encontra-se em grande medida por fazer uma leitura enquadrando a produção teórica militar internacional, em particular sobre autores espanhóis e italianos que se encontravam temporalmente mais próximos destes textos portugueses. Assumindo como ponto de partida uma análise comparativa, naturalmente que qualquer conclusão se encontra sujeita a um resultado incompleto sem conhecer todos os textos contemporâneos. Provavelmente nunca será possível ter acesso à totalidade da produção escrita quinhentista sobre guerra. Se ainda hoje se descobrem textos inéditos em Portugal, certamente que em Espanha ou Itália, onde a profusão da escrita foi incomparavelmente superior, o universo de inéditos será enorme. E pelo valor do manuscrito de Valerio Chieracati de que falámos no capítulo anterior, podemos imaginar o nível qualitativo de outros textos italianos manuscritos ainda inéditos.

Excluindo os textos anteriores a Quinhentos, a primeira notícia que encontramos sobre a existência de escrita *de re militari* em Portugal durante o século XVI encontra-se na *Biblioteca Lusitana*, e o seu autor foi Francisco da Cunha. Natural de Lisboa, era filho do desembargador da Casa do Cível António Figueira. Iniciada ainda durante o reinado de D. João III, a escrita da guerra parece ter acompanhado a crescente pressão militar sobre os domínios portugueses, aparentemente a par da evolução que se registou na arquitectura militar. Contudo, é durante o reinado de D. Sebastião que podemos sinalizar com rigor o aparecimento de um surto de escrita sobre guerra. Aparentemente escassa e fragmentada, contém enorme potencial para um estudo comparativo com a restante produção teórica estrangeira, pois a escassez de elementos permite uma atenção mais detalhada para cada um deles. A controversa época sebástica constituiu uma encruzilhada de tensões, que envolveram a reafirmação da soberania através do esforço de guerra. Daqui resultou, em grande medida, a obsessão do jovem monarca português pelos assuntos militares que tem sido insistentemente referida pela historiografia. Fica muitas vezes no esquecimento que outras potências, como o ducado de Sabóia, procuraram responder à instabilidade política na Europa com o reforço do poder militar. A Inglaterra, também envolvida neste xadrez político, acordava para a necessidade premente de reestruturar o seu poder militar.

Quanto a Portugal, a pressão militar sobre a sua área geopolítica levou a uma reorientação dos esforços imperiais para o Norte de África. A reformulação do poder militar português foi por isso profunda, generalizada e conturbada, envolvendo toda a sociedade. Os fragmentos medievos que ainda subsistiam foram colocados em causa, algo paradoxal com a imagem vulgarizada de D. Sebastião, o último «rei cavaleiro». Porque o esforço militar sebástico, ao contrário, introduziu em Portugal novos «usos e estilos estrangeiros»¹⁰⁸. Esta visão crítica da actuação do rei, ainda que sujeita a uma certa parcialidade que não tem necessariamente que ver com a qualidade das suas decisões, acaba por nos transmitir uma imagem interessante da realidade militar portuguesa — como sujeita aos «novos modos na ordem da milícia» a que «El-Rei, enganado com a aparência de novidades que se lhe representavam, estava de todo afeiçoado»¹⁰⁹. A centralização do poder foi uma realidade, e a reforma militar foi o seu principal instrumento de execução. De facto, D. Sebastião foi o grande motor das reformas militares, ao mesmo tempo que os novos traçados fortificados tiveram inicialmente o cunho de especialistas estrangeiros.

Depois do texto joanino que nos foi possível isolar, e sem que seja possível dar conta da existência de outras obras, podemos avançar os anos 60 como data de início de um ciclo de escrita da guerra, com a tradução de Battista della Valle realizada por Diogo Álvares Correia. Significativo é o facto de que a primeira notícia de um texto português sobre a teorização da guerra seja a tradução de uma obra italiana. Tal já havia sucedido no âmbito da arquitectura militar, pois a influência de Itália continuava uma referência obrigatória. Não será de mais recordar o papel de Benedetto de Ravena na introdução do sistema abaluartado, tal como a participação activa dos veteranos de Itália como Isidoro de Almeida e Manuel Raposo, que mais não significaram do que a entrada formal da influência militar proveniente Itália. E a chegada a Portugal dos cinco «capitães práticos» de Sabóia por certo renovou o interesse pelos autores italianos.

Barbosa Machado registou outro texto que corporiza a influência italiana, o *Tratado da Milícia* de Simão Miranda de Távora. Sobre este texto também desaparecido, torna-se difícil destrinçar qualquer informação para além da nota biográfica da *Biblioteca Lusitana*. Segundo Machado, Simão Miranda de Távora era natural de Santarém, irmão do arcebispo de Goa, Henrique de Távora, e do bispo do Funchal, Fernando de Távora. Em 1578 acompanhou D. Sebastião a Marrocos, tendo sobrevivido à batalha de Alcácer Quibir.

¹⁰⁸ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, op. cit., p. 124.

¹⁰⁹ *Ibid.*

Desempenhou as funções de engenheiro militar na Flandres e escreveu um *Tratado da Milícia*, que permaneceu manuscrito. Desenhou ainda uma notável vista panorâmica de Lisboa, que se encontra actualmente anexa a uma colecção de plantas de fortificações pertencentes ao duque Emanuel Felisberto: coincidência arquivística, ou mais um laço entre Portugal e Sabóia. O título *Tratado da Milícia* revela também alguma semelhança com o texto do sargento-mor Levo. Podemos equacionar a possibilidade de Simão Miranda de Távora o ter redigido na primeira metade da década de 70, o que a verificar-se coincidiria com a altura em que chegaram os militares de Sabóia. O tratado de Battista della Valle, apesar de remontar a 1521, era ainda uma obra fundamental, que justificou as onze reedições que apenas terminaram em 1564. Outro texto português que entendemos ser contemporâneo da tradução de Vallo foi o *Regimento de Guerra*. Este texto misturou várias influências, combinando a escrita de espanhóis e italianos e amalgamando a experiência dos veteranos que militavam no império desde o Norte de África ao Oriente, passando ainda pelos campos de batalha da Flandres. Temos, portanto, bem presentes em Portugal as marcas do conhecimento militar de Itália e Espanha, sem no entanto verificarmos uma primazia vincada de qualquer um deles.

O ano de 1573 foi mais um marco na reestruturação militar em Portugal. Do ponto de vista institucional, e depois das ordenanças de 1570, o acontecimento mais visível deste processo foi a criação do cargo de governador do Algarve, entregue a Diogo de Sousa. Camareiro-mor do cardeal-infante D. Afonso até à sua morte, foi nomeado capitão de Sofala desde 1546 até 1558¹¹⁰. O desempenho deste cargo certamente contribuiu para D. Sebastião lhe atribuir o governo militar do Algarve em 1573¹¹¹. Na expedição de 1578 foi almirante da frota expedicionária e esteve fundeado frente ao objectivo oficial da expedição, o porto de Larache. Foi aí que tomou conhecimento da derrota, certamente por um dos fugitivos. Constatando a inutilidade de se manter por mais tempo no local, levantou ferro e acabou por ser ele quem primeiro trouxe para Portugal a nefasta notícia.

O sargento-mor do Algarve, cargo criado na mesma altura que o de capitão-mor, naturalmente foi outro elemento-chave do governo desta região. Não era ao capitão-mor que cabia implementar a milícia no terreno, mas sim ao sargento-mor. Como escreveu o influente tratadista Francisco de Valdés, o sargento-mor era o ver-

¹¹⁰ As nomeações faziam-se por triénios, mas Diogo de Sousa manteve-se como capitão por cinco anos.

¹¹¹ A nomeação teria sido uma compensação, porque esteve formalmente nomeado governador da Índia. Não ocupou o lugar por Cristóvão de Távora ter intercedido a favor do seu parente Rui Lourenço, afastando Diogo de Sousa.

dadeiro «ministro general de todo un tercio, superintendente de todos los sargentos de aquél, por vía e industria del cual el Maestre de Campo, o Coronel, dé las ordenes convenientes al debido gobierno y ordene en el marchar, alojar y pelear»¹¹². O comando de âmbito operacional era, portanto, da sua obrigação. Assim, com a nomeação do governo do Algarve foi também instituído o cargo de sargento-mor, para o qual foi escolhido o veterano da Flandres e tratadista João da Fonseca. Dado curioso, a nomeação de João da Fonseca encontra-se documentada por decreto de 24 de Janeiro de 1573, portanto ainda antes da nomeação do governador-mor. Podemos supor que não faltariam candidatos a governador, um cargo de carácter nominal, ao contrário do trabalhoso ofício de sargento-mor. Era a este último que cabia a verdadeira actividade operacional, e por isso a sua importância excedia a do próprio governador; talvez aqui se deva ler a disparidade na data das respectivas nomeações.

Fossem livros de anotações ou directivas destinadas aos operacionais no campo de batalha — manuais abarcando um conhecimento parcelar sobre determinado aspecto da guerra, como a «arte de esquadronar» —, esta abordagem pragmática da guerra pareceu ganhar um espaço próprio. O arquétipo do tratado sobre a guerra procurou abarcar a totalidade do conhecimento militar na sua vertente *construtiva*. Contudo, uma abordagem abrangente tocando todas as áreas foi algo ausente da tratadística¹¹³, e mesmo no que respeita à faceta mais operativa da actividade bélica, incluindo a artilharia, a fortificação e a construção dos esquadrões, esta foi produzida de forma intermitente. Os *Quesiti* de Tartaglia, por exemplo, poderiam preencher estas condições, ainda que de forma quantitativamente desigual. E também Domenico Mora poderia assumir esta posição, embora omitindo o tema da artilharia, enquanto o espanhol Diego Álava y Viamont, referência da tratadística hispânica, não escreveu sobre fortificação. Curiosamente, o texto de Isidoro de Almeida, nas suas duas componentes impressa e manuscrita, encontra-se mais perto de tratar exaustivamente sobre a guerra em todas as suas vertentes operacionais, incluindo as disciplinas mais directamente relacionadas com uma componente estética da guerra. Como veremos, o que parece ser o denominador comum à maioria dos textos portugueses *de re militari* é a preocupação com os aspectos mais práticos da guerra, e talvez fosse essa uma razão para que o primeiro texto da época sebástica fosse, precisamente, uma tradução do *Libro de Vallo*.

¹¹² Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 35.

¹¹³ Os textos contemplando as três principais disciplinas com características construtivas, a arte militar, a fortificação e a artilharia — muitas vezes considerados como os *verdadeiros* tratados —, tiveram uma pequena incidência no cômputo geral, pelo menos em termos quantitativos.

1. A tradução do *Libro de Vallo*

A carreira de Battista della Valle foi construída no plano operacional; sabe-se que foi capitão da praça de San Leo (1519), combateu sob as ordens de Carlos V na batalha de Pavia (1528) e dirigiu a fortificação de Gubbio (1538). O texto de Machiavelli descreve o exército como entidade política, um pilar da consolidação do Estado. Do ponto de vista estritamente militar, Machiavelli encontrava-se profundamente enraizado na tradição literária de Vegécio, mas já desfasado da realidade táctica que lhe era contemporânea. O tratado de Vallo possui o cunho operativo próprio de um soldado veterano. Poderíamos por isso enquadrá-lo como um tratado *de re militari* tecnológico, na linha do texto de Valturio ou dos cadernos de Giorgio Martini. Ou seja, a guerra vista como função do *ingenio*. Os desenhos de máquinas de guerra que desenvolveu no *secondo libro*, ou de forma avulsa ao longo do resto do texto, comprovam uma imagem mecanizada da guerra, que se tornou cada vez mais evidente desde o último quartel de Quatrocentos. Battista della Valle preocupou-se também com um carácter estético da guerra, registando uma extensa lista de formas bizarras para construir os esquadrões, tal como as grotescas armaduras ou as engenhosas peças de armamento do início de Quinhentos. Contudo, ao reformular alguns dos diagramas da *Tactica* de Eliano, Vallo estabeleceu também um elo com a herança militar da Antiguidade romana, uma continuidade com o passado que se manteve pelo século fora (figuras 148 e 149).

A *Arte da Guerra*, contemporânea do *Libro de Vallo*, não foi produto de uma actividade contínua no campo de batalha. Machiavelli, ainda que responsável pelo planeamento de uma profunda reestruturação da milícia para a cidade de Florença, não seguiu a carreira das armas como Battista della Valle. Os dois textos foram êxitos editoriais, mas a actualidade que os dois mantiveram durante quarenta anos reporta-se a dois planos distintos, Machiavelli no político, Vallo no táctico. O manuscrito de Henry Barrett, um dos primeiros textos militares modernos ingleses (1563-1564), foi muito provavelmente realizado a partir do *Libro de Vallo*, eventualmente amalgamado com o manuscrito de Giovacchino da Coniano e o impresso de Giovan Mattheo Cicogna (1559)¹¹⁴.

1.1 Dedicatória a D. Duarte, duque de Guimarães

«Tratado de milícia manuscrito / Bautista do Valle Benafrano,

¹¹⁴ O manuscrito do inglês Henry Barrett (c. 1563-1564) é um dos poucos textos onde encontramos um diagrama com a formatura do caracol idêntico ao que se encontra no impresso de Cicogna.

1601». Assim aparece descrito este manuscrito no catálogo da Biblioteca Nacional, onde depois se acrescenta a respectiva proposta de datação, «estabelecida a partir da letra, embora a marca do papel date de ca. 1565-1566». O texto foi redigido de forma cuidada, com a letra desenhada com rigor sobre linhas direitas, portanto por alguém habituado à escrita.

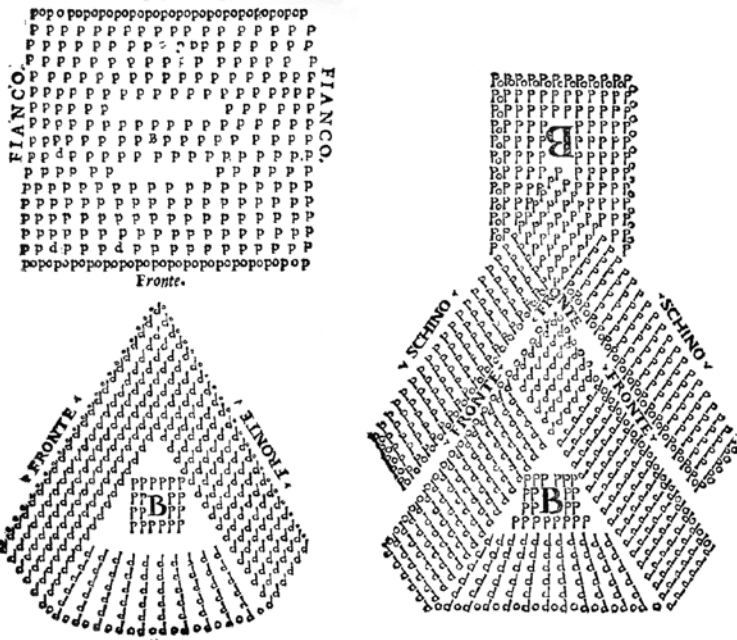


Figura 148 – Diagramas nos tratados de Vallo e Eliano: O *triangolo* contra o *quadrangolo* (I)

Fonte: Battista della Valle (Vallo, 1521)



Figura 149 – Diagramas nos tratados de Vallo e Eliano: O *triangolo* contra o *quadrangolo* (II)

Fonte: Eliano (ed. 1613)

Esta apresentação sugere que a tradução se destinava a ser oferecida, ou podemos estar perante uma versão acabada destinada a ser impressa. Diogo Álvares Correia seria natural da «Villa de Celleiro de Rofes na Provincia de entre Douro, e Minho» (distante

légua e meia de Guimarães). Para além do local de nascimento, pouco mais sabemos da vida de Álvares Correia. Barbosa Machado referiu tratar-se de um veterano com 23 anos de experiência nos principais cenários de guerra, da Europa à África, e o cargo de sargento indica que ocupou um posto militar relevante. Encontramos ainda o seu nome na chancelaria de D. Sebastião, nomeado para tabelião de Roças¹¹⁵, localidade da correição de Guimarães, mas ignoramos se nos encontramos perante a mesma pessoa. Não deixa de ser curiosa a coincidência de que Álvares Correia tivesse nascido na região de Guimarães, para depois ser nomeado tabelião de «Terra de Roças», na mesma região. O vínculo ao duque de Guimarães, D. Duarte (1541-1576), é evidente nas duas situações pela questão geográfica, e o facto de o autor lhe dedicar o texto parece poder estreitá-lo ainda mais.

A leitura da referência que na *Biblioteca Lusitana* se faz à dedicatória permite-nos associar o manuscrito ao nome do autor, ao referir a dedicatória: «escreveo e dedicou ao Infante D. Duarte Condestavel do Reyno»¹¹⁶. Dificilmente existiria outro manuscrito igualmente dedicado a D. Duarte e cuja estrutura se assemelhasse de forma tão evidente ao tratado de Vallo. Em todo o caso, a dedicatória ao duque de Guimarães é fundamental para uma aproximação à data da sua redacção, pois não deveria ter sido concluído posteriormente à sua morte, isto é, depois de 1576. O cuidado colocado na apresentação pode sugerir que uma eventual publicação ficou comprometida, mas a razão de não ter procurado outro mecenas é uma incógnita.

O infante Duarte de Portugal, também conhecido como Duarte II, foi o quinto duque de Guimarães. Era o filho mais novo do quarto duque de Guimarães (1515-1540)¹¹⁷, era neto do rei D. Manuel (pelo lado paterno) e neto de D. Jaime de Bragança (pelo lado materno), e nasceu póstumo. A dupla ligação à casa real e à influente casa de Bragança tornava-o um actor da esfera de poder na corte do tio, D. João III. Esta situação manteve-se no reinado do primo D. Sebastião — treze anos mais novo —, ao ser nomeado condestável do reino depois da morte do infante D. Luís. Quando D. João III morreu, em 1557, D. Duarte era um dos três descendentes masculinos legítimos vivos de D. Manuel, para além do primo D. Sebastião e do tio D. Henrique. Como membro do Conselho de Estado, na sessão de 18 Setembro de 1569 votou a favor do casamento de D. Sebastião com Margarida de

¹¹⁵ *Chancelaria de D. Sebastião*, ANTT, liv. 14, p. 367 v.

¹¹⁶ Barbosa de Machado, *Biblioteca Lusitana*, CNDP-BNP, CD-ROM

¹¹⁷ Duarte II tinha duas irmãs mais velhas, a infanta D. Maria (1538-1577), casada com o duque de Parma, e a infanta Catarina (1540-1614), casada com D. João, duque de Bragança. D. Catarina herdou o ducado de Guimarães, e durante a crise sucessória de 1580 foi pretendente à sucessão no trono.

Valois. O cargo de condestável vinculou-o ao exercício da guerra, um motivo suficiente para estreitar relações com o seu bélico e régio primo. De facto, esteve presente no alardo de Santo Amaro a 3 Setembro de 1570, mas o ponto mais alto da sua carreira foi o comando da frota para integrar a Santa Liga (1572), tornando-o incontornável a quem procurasse valimento dentro do círculo da corte. Dentro do contexto militar, com mais propriedade se procuraria o seu patrocínio.

O valimento de D. Duarte não foi duradouro. Na viagem de inspecção de 1573 encontrava-se ainda próximo do rei, mas a primeira jornada a África de 1574 consumou uma fractura na relação com D. Sebastião. A nomeação de D. António para governador de Tânger teria sido o primeiro sinal visível da desavença. A estadia na cidade provavelmente reacendeu alguma rivalidade entre D. Duarte e D. António, dado ter sido este último nomeado para condestável. A cedência do governo da praça a D. Duarte de Meneses, esquecendo uma vez mais o duque, certamente acirrou a disposição de D. Duarte. O esfriamento abrupto das relações confirmou-se em 1575; na mesma altura em que o rei instava os fidalgos a nomearem os capitães das companhias de ordenanças, encontrou-se entre os mais relutantes em obedecer às ordens do rei. Exilado voluntariamente da corte¹¹⁸, morreu na cidade de Évora em 1576 sem se ter reconciliado com o primo.

1.2 Reprodução parcial e imagens alteradas

Consultámos duas edições do tratado de Battista della Valle existentes na BNP. A primeira, de 1531, tem apenso o texto quinhentista de Paris de Puteo. A segunda impressão, de 1539, consiste no texto original de Vallo sem outros anexos, mas ao qual faltam algumas gravuras. Nos dois exemplares encontram-se notas manuscritas, na primeira edição na contracapa, na segunda em diversas páginas. Destas anotações, podemos ler com maior nitidez as que se encontram nas páginas 7 e 8. A caligrafia parece idêntica à do manuscrito de Diogo Álvares Correia, o que a confirmar-se indica tratar-se do exemplar de que se serviu para a tradução. O tratado de Battista della Valle divide-se em quatro «divros», o «*libro quarto*» dedicado à discussão «De contendere de litterati contra gli militi». Vários tratados versaram o tema desde finais de Quatrocentos, mas não foi considerado essencial para Diogo Álvares Correia, que optou por traduzir apenas três dos quatro «divros». Isto não pode deixar de motivar alguma reflexão. Por volta dos anos 60 do século XVI a principal preocupação dos Portugueses centrava-se nos aspectos

¹¹⁸ O facto de o rei não ter formalizado um convite para uma tourada real, organizada no paço de Xabregas logo após o regresso de África, terá sido o *casus belli* para D. Duarte não mais voltar à corte.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

práticos da guerra, e assim a especulação teórica encontra-se fora da escrita da guerra de produção portuguesa. Como veremos, apenas as referências à arte militar da Antiguidade prevaleceram como suporte teórico.

Quanto às alterações que a fonte consultada sofreu, não são significativas. Excluindo as omissões de capítulos, apenas se detectam faltas pontuais no manuscrito português. Uma diferença evidente encontra-se logo nas primeiras páginas, a ausência das *tavole* no início do texto de Vallo, mas que foi compensada com a inclusão de uma «tavoada» no final (**tabela 4**).

Diogo Álvares Correia	Battista della Valle
Livro 1	Libro Primo
Ao mui escelentissimo Principe, o S. D. Duarte...	-
-	In comincia la tabole [...]
Cap. xxxviii: Para fazer pessas de bronze...	-
Cap. xxxviii: Para fazer alcanzias ...	-
Livro 2	Libro Secondo
Cap. 5.o: Lembrança, para dar batalha a huma terra	-
Capitulo 6.o: Escusação do autor	-
Cap. 7.o: Modello de escada dórgão com ponte	-
-	Libro terzo Ordinanza de fantaria [...]
-	C. III
- ¹⁶	Cap. XXXIII: Si che per mille altre ragione concludo [...]
«Este batalhão é de dozentos [...]»	-
«Este batalhão é de trezentos [...]»	-
«Este batalhão é de quatrocentos [...]»	-
«Este batalhão é de quinhentos [...]»	-
Demotração como se goarneçe hum esquadrão d'escopeteiros	-
«Para mais claramente se entender a orden [...]» ¹⁷	Corresponde ao «cap. XXXIII: Si che per mille altre ragione concludo [...]» Libro Quarto Della nobilita de littere
-	-

Tabela 4 – Confronto entre a tradução de Diogo Álvares Correia e o *Libro de Vallo*

Fonte: tabela do autor

Outro aspecto a merecer uma análise detalhada é de natureza iconográfica. O texto italiano é rico em imagens, tanto desenhos de objectos e máquinas como diagramas com diversas ordenanças de

soldados, que a tradução portuguesa reproduz na sua quase totalidade. Correia eliminou o «*libro quarto*» da versão original, acrescentando capítulos e algumas imagens de tipo diagramático. A primeira é relativamente vulgar, não fosse a representação de uma bandeira portuguesa de infantaria. Mais interessante é o segundo desenho, graficamente mais elaborado, e trata-se de um diagrama executado em perspectiva isométrica militar. A imagem representa uma formação de soldados portugueses, com o respectivo estandarte (figuras 150 e 151).

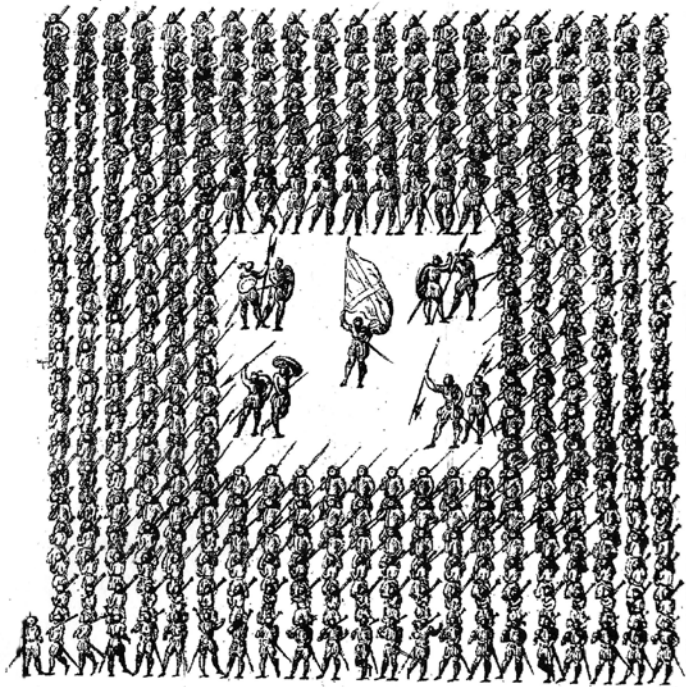


Figura 150 – Bandeiras portuguesas num esquadrão (I)

Fonte: Diogo Álvares Correia, tradução do *Libro de Vallo* (c. 1576), BNP, códice 2107

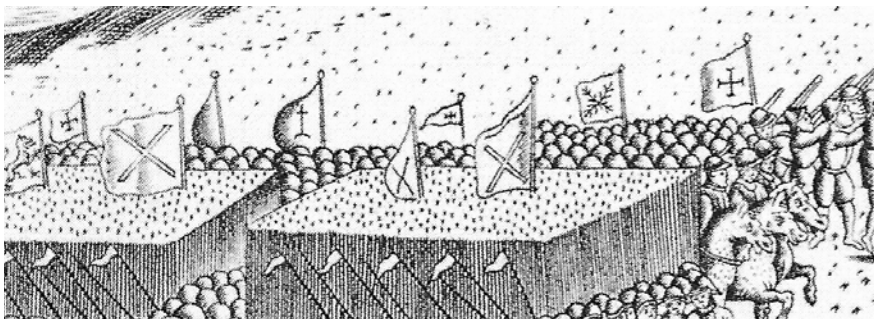


Figura 151 – Bandeiras portuguesas num esquadrão (II)

Fonte: Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (1629)

Comparando as imagens com outros exemplos, nomeadamente as gravuras do texto de Miguel Leitão de Andrada de 1629, podemos constatar como evoluiu a moda nesse intervalo de cerca de quarenta anos, que passou dos calções tufados¹¹⁹ com racha evidenciando o revestimento interior para um tipo de calções apertados abaixo do joelho (**figuras 152 e 153**):



Figura 152 – Vestuário (I)

Fonte: Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (1629), porm.
Calções de racha e calções tufados («bragas»).



Figura 153 – Vestuário (II)

Fonte: Cesare Vecellio (1590)
Aristocrata borgonês vestido com
bracconi («bragas»).

Quanto ao armamento utilizado pelos soldados, também se podem detectar alguns detalhes a reter, nomeadamente a forma das

¹¹⁹ Em Espanha chamavam-se *bragas*, em Itália *bracconi*.

alabardas com o fio recto e o modelo das armas de fogo representadas por Diogo Correia, que parece idêntico à forma arredondada da coronha corrente entre os castelhanos (figura 154).

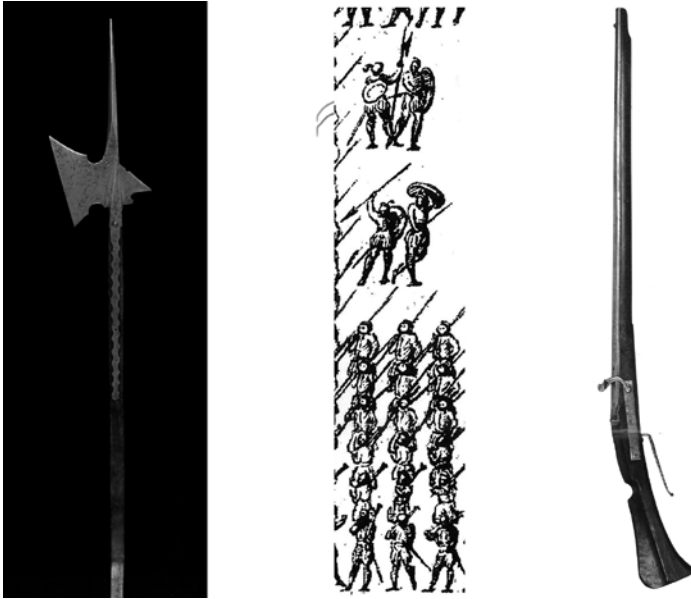


Figura 154 – Armamento

Fontes: Museu do MCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB); MML; Diogo Álvares Correia (c.1576)

Alabarda alemã (2.ª metade séc. xvi) e Mosquete de mecha (português ?, séc. xvi-xvii?)

Desta análise podemos concluir que a data da redacção não terá sido posterior ao ano da morte do duque de Guimarães, pois não seria lógico procurar-se o patrocínio de um defunto. Ao contrário, estamos em crer que a tradução se realizou na altura em que ainda gozava de um lugar privilegiado na corte, portanto antes de 1574. A eventual nomeação para tabelião dentro da comarca de Guimarães poderia ser a confirmação de que a influência de D. Duarte ainda se fazia sentir, e a tradução pode ter servido o objectivo da obtenção deste cargo. A apresentação cuidada do texto pode indicar que se destinava a ser oferecido na forma manuscrita, ou que se encontrava preparado para a impressão. Na verdade, qualquer destas hipóteses parece ser igualmente válida.

2. O Regimento de Guerra

O *Regimento de Guerra* de Martim Afonso de Melo é outro texto que tem passado relativamente despercebido. O único exemplar que conhecemos é a cópia de António Caetano de Sousa, que nada mais acrescenta sobre o autor ou a proveniência do manuscrito para

além da curta nota que deixou escrita no fim da transcrição do documento. Ignora-se se existirão outras cópias, pois Caetano de Sousa levanta-nos essa dúvida quando escreve: «he raríssima a cópia delle». De qualquer modo, é fundamental proceder a uma análise aprofundada deste tratado, pois estamos perante um dos primeiros autores portugueses que no século XVI escreveram sobre arte militar. A ideia que permanecia em relação à data da redacção do *Regimento de Guerra*, em época anterior a meados do século, poderia ser corroborada através do seu título. De facto, em 1537 foi publicado a *Instrucción y Regimiento de Guerra* de Diego de Montes. A semelhança entre os títulos das obras é um facto, mas parece não se tratar de muito mais do que isso. Comparados alguns dos textos espanhóis *de re militari*, facilmente se conclui tratar-se de uma situação vulgar no panorama da tratadística quinhentista espanhola¹²⁰.

Como tantos outros textos desde os italianos Battista della Valle e Girolamo Cataneo ou os castelhanos como Francisco Valdés, Sancho de Londoño ou Juan de Carrion Pardo, o *Regimento de Guerra* tem um carácter essencialmente prático, o que implica que o seu autor haveria, necessariamente, de possuir uma formação militar consistente. Martim Afonso de Melo seria um veterano, cujo tirocínio teria levado este homem aos teatros de operações onde os Portugueses adquiriam experiência de combate, no Norte de África e na Índia. Podemos deduzi-lo a partir de algumas afirmações que produz ao longo do texto. Por exemplo, quando dá conta das características particulares da guerra no Oriente, «como se costuma na Índia»¹²¹, o que nos leva a crer que fala da sua experiência pessoal. Ou, a propósito do emprego das armas de fogo em combate, afirmou que os atiradores deveriam consistir, sobretudo, em «arcabuzeiros soltos», ou seja, os atiradores agindo autonomamente em relação às grandes formaturas — os esquadrões —, «a cousa que mais em África serve, e a que mais usamos»¹²².

O texto teria sido escrito por um soldado experimentado no comando de tropas, quer em batalha quer nas evoluções destinadas ao campo de parada. O autor do *Regimento de Guerra* parece ter seguido um percurso típico, que levava os militares portugueses aos teatros de guerra africanos e asiáticos. Mas quem era este homem? Caetano de Sousa dá-nos o seu nome, Martim Afonso de Melo, em-

¹²⁰ Diego de Salazar (*Tratado De Re militari*) e Luis Gutiérrez de la Vega (*Nuevo Tratado y Compendio de Re Militar*); Diego Núñez Alba (*Diálogos de la vida del soldado*) e Francisco Mexía (*Diálogos del soldado*); Bernardino de Escalante (*Diálogos del Arte Militar*) e Diego García de Palacios (*Diálogos militares*); Juan Fernández de Espinosa (*Libro del Arte Militar*) e Juan de Funes (*Libro intitulado Arte Militar*).

¹²¹ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 351.

¹²² *Ibid.*, p. 334.

bora as indicações sobre a sua identidade não pareçam plausíveis, como já fizeram notar vários historiadores. De facto, o guarda-mor de D. João I encontra-se completamente fora de qualquer possibilidade de autoria, nem tão-pouco o texto datará do reinado de D. Duarte ou mesmo D. Afonso V. Aliás, já Caetano de Sousa se dava conta desta disparidade temporal. Mas sem acesso ao texto manuscrito original, não é possível proceder a uma avaliação física do documento. Não podemos, por isso, ficar limitados à identificação do autor através do seu nome; é necessária a análise do conteúdo do texto, que, como veremos, não é contemporâneo das práticas militares do século XIV ou mesmo do XV.

2.1 O autor

Martim Afonso de Melo era um nome comum na época. Não surpreende por isso o podermos apontar várias figuras de Quinhentos como eventuais autores. Talvez seja essa, precisamente, uma das dificuldades na identificação deste homem; são vários os candidatos cujo percurso militar se enquadra na época da redacção do texto. Afastadas as personagens apontadas por Caetano de Sousa, em virtude da incompatibilidade entre o conteúdo do texto e a data em que viveram, podemos dividir os candidatos em dois grupos.

Filiação paterna	Norte de África	Oriente	Notas
Jorge de Melo	1514-17	1521-1523	Esteve na China em 1522
?	1562	?	Cerco de Mazagão
?	?	1568?-1571?	Capitão de Baçaim
?	?	1568?	Morre em Cochim
?	1578	?	Capitão de galeão
?	?	1582	Capitão de Damão
?	?	1585	Comandante de expedição ao mar Vermelho
?	?	1601	Amboino
?	?	1606?	Capitão de embarcação de remos

Tabela 5 – Os «Martim Afonso de Melo»

Fonte: tabela do autor

No primeiro temos o capitão de Mazagão em 1514-1517, mas que é conhecido em primeiro lugar como comandante da frota en-

viada à China em 1520 ou 1521. Quanto ao segundo candidato, não se trata de um único indivíduo, ou melhor, de uma única referência a Martim Afonso de Melo. Trata-se de menções a diversos homônimos, provenientes de diferentes fontes onde encontramos o mesmo nome de Martim Afonso de Melo. Também as circunstâncias em que encontramos o mesmo nome são muito diversas, abarcando um extenso intervalo temporal, desde 1562 até 1606. Ao longo destes quarenta e quatro anos podemos encontrar o nome entre os defensores no cerco de Mazagão (1562), na capitania de Baçaim (1568-1571), no comando de um galeão na expedição a Alcácer Quibir (1578), como capitão de Damão (1582), em Amboino (1601) e como capitão de uma embarcação de remo na frota de D. Martim Afonso e Castro (1606).

O primeiro capitão de Mazagão (1514-1517)

O primeiro Martim Afonso de Melo a que nos dedicamos esteve presente no início da fundação de Mazagão, e voltamos a encontrá-lo a caminho da China, seguindo um percurso que passa inevitavelmente pela Índia. A linhagem desta curiosa personagem nascida na região de Santarém era das mais ilustres do século xv, os Coutinhos e os Melos. Esta família surgia por via do seu trisavô com o mesmo nome, Martim Afonso de Melo *o Velho*, que foi guarda-mor de D. João I e que certamente terá induzido o erro de ser apontado como autor do *Regimento de Guerra*. Quanto ao ascendente dos Coutinhos, este concretiza-se através da figura do marechal Gonçalo Vaz Coutinho, fidalgo da casa do duque de Beja, futuro D. Manuel.

O pai de Martim Afonso de Melo, Jorge de Melo, herdou do pai o cargo de alcaide-mor de Redondo e o senhorio de Pavia como filho primeiro que era, e a partir de 1470 ocupou o cargo de anadel-mor dos besteiros. Conhecido também como *o Lages*, ou *Lageo*, serviu os reis D. João II e D. Manuel em muitas ocasiões, e em 1502 vamos encontrá-lo no comando de uma frota que, em conjunto com outra capitaneada por Jorge Aguiar, devia assaltar e ocupar Targa, uma povoação situada a dez léguas de Ceuta, alguns quilómetros para Leste de Tetuão. Nova investida se seguiu contra esta povoação em Junho de 1517, que os Portugueses reclamavam como encontrando-se na sua zona de influência (**figura 155**).

Como se sabe, desde o tratado de Alcáçovas (1475) que era reconhecido a Portugal o direito da conquista do reino de Fez, embora os limites geográficos não tivessem sido acertados em concreto. Assim, os litígios entre as duas coroas continuaram, ao que se somava a presença dos Espanhóis nas Canárias, bem dentro da costa atlântica de África, encravada portanto numa região de interesse estratégico para os Portugueses. As sucessivas expedições de Portugueses

e Espanhóis a Mers el Kebir e Pinhão de Velez foram o ponto alto da discórdia, culminando na convenção de Sintra (1509), em que se sanaram os diferendos.



Figura 155 – Os portugueses no Norte de África

Fonte: Esquema do autor

Talvez como resultado deste clima de competição, a expansão dos dois países seguiu caminhos separados e geograficamente opostos, com os Portugueses no Ocidente e os Espanhóis seguindo para Oriente. A ocupação de Targa parece estar, por isso, associada à definição dos limites da expansão portuguesa para oriente, mas não deixa, ainda assim, de constituir um objectivo menor. Reclamar os direitos de Portugal avançando o mais possível para leste podia bem servir — como na prática aconteceu — de contrapartida para a ocupação lusitana da costa atlântica de África, limitando assim a presença dos rivais às ilhas das Canárias. Contudo, o assalto redundou em fracasso, pois as condições atmosféricas adversas dispersaram os navios. A embarcação de Jorge de Melo foi ter à costa num local identificado como «Calheta da Baleeira», não muito longe da povoação fortificada de Azamor. Para se defenderem dos habitantes locais, ou por Jorge de Melo entender que o sítio era propício, os sobreviventes rapidamente levantaram uma estrutura defensiva em madeira, provavelmente não mais do que uma simples tranqueira. A 21 de Maio de 1505 D. Manuel concedeu autorização para construir uma fortaleza, oferecendo-lhe como contrapartida a doação da praça. Jorge de Melo organizou a expedição às suas custas, incorporando muitos fidalgos seus parentes.

A expedição teve lugar em 1505, mas o seu organizador acabou por morrer no decurso de combates com os habitantes locais, provavelmente em 1506. Os portugueses terão sido forçados a aban-

donar o primeiro local escolhido para levantar o forte, que nos chegou designado por «Mazagão velho», e acabaram por ocupar um posto fortificado muçulmano situado a cerca de quilómetro e meio deste local. Deste ainda teremos como principal vestígio a torre da Alboreja num dos ângulos da cisterna da Mazagão, que muito provavelmente fazia parte da rede de postos de vigia costeiros, da qual fazia parte o *ribat* de Tite, actual Moulay Abdallah. Com a conquista de Azamor em 1513, logo se verificou ser necessário prover esta de um porto melhorado. Pela qualidade do ancoradouro, pensou-se que Mazagão poderia desempenhar este papel, e terá sido nessa altura que se tomou a decisão de dar continuação ao trabalho de Jorge de Melo. No ano seguinte Diogo e Francisco de Arruda encontravam-se na vila para dirigir a empreitada, cujos trabalhos se iniciaram no fim de Março para terminarem em Julho desse mesmo ano de 1514, conforme o previsto pela dupla de arquitectos.

É nesta altura que o filho mais velho de Jorge de Melo, Martim Afonso de Melo, entra em cena. Apesar de ter garantido um futuro confortável, como camareiro-mor do infante D. Duarte e herdeiro do cargo de anadel-mor dos besteiros a cavalo, seguiu para Marrocos. A 10 de Agosto de 1514 ocupava o cargo de capitão-mor de Mazagão, que manteve até 1517 ou 1520, altura em que foi substituído por António Leite. Durante a sua capitania participou na batalha dos Alcaldes, onde estiveram presentes duas das recém-criadas companhias de ordenanças. Este foi um dos raros recontros campais no Norte de África, e por isso duplamente significativo neste período-chave que compreende os anos de 1508 a 1514, fundamental no processo de renovação da arte militar dos Portugueses. A importância relativa de Mazagão levou a que estivesse dependente de Azamor, cuja dimensão tornava a primeira um mero ponto de apoio. A subalternização de Mazagão parece transparecer da ingerência do contador de Azamor, Francisco Leite, durante as obras de edificação do castelo manuelino em 1514. Poderá ter sido uma das razões que levaram Martim Afonso de Melo a abandonar a capitania da praça, poucos anos depois de assumir o cargo. O contacto com a realidade militar de Marrocos, um cadinho de experiências em rápida evolução, não pode ter deixado de desempenhar um papel formativo crucial, e a experiência de guerra que aí adquiriu contribuiu, com toda a certeza, para mais tarde ocupar as posições de relevo que se lhe sucederam. De facto, em 1521 Martim Afonso de Melo seguiu para a China ao comando de uma frota com dois dos seus irmãos mais novos, Diogo de Melo e Vasco Francisco Coutinho.

Vale a pena demorarmo-nos um pouco sobre este irmão de Martim Afonso de Melo. Por altura da capitania do seu irmão em Mazagão, Vasco Francisco Coutinho era já um veterano encaneci-

do. Sem os direitos de sucessão de primeiro filho, em 1509 ou 1510 partiu «ainda mancebo» para a Índia, onde participou em diversas operações militares, muitas delas fundamentais no quadro da expansão portuguesa, como as duas tomadas de Goa (1510) e a conquista de Malaca (1511), onde se destacou juntamente com Jorge de Lima quando ambos enfrentaram sozinhos um contra-ataque liderado por elefantes. Em 1513 regressou à Índia com o seu companheiro Fernão Peres, e encontramo-lo ao comando de uma embarcação de remos, um tipo de navio apropriado para operações de apoio ao desembarque de tropas. Em 1515 acompanhou Afonso de Albuquerque na tomada de Ormuz, o qual no rescaldo do assalto o nomeou para o cargo de alcaide-mor. Vasco Coutinho, ainda no auge dos seus vinte anos, era voluntarioso na guerra e provavelmente também na paz, porque abandonou a capitania de Ormuz em virtude de desentendimentos que hoje desconhecemos. Regressou a Portugal em 1520, mas no ano seguinte partiu para o Oriente na frota comandada pelo seu irmão mais velho, Martim Afonso de Melo.

No rescaldo da missão falhada à China, Vasco Coutinho voltou a Marrocos, talvez acompanhando o seu tio Garcia de Melo quando este ocupou a capitania de Safim em 1526, pelo que a sua extensa experiência militar lhe conferia um currículo invejável que dificilmente passaria despercebido. O seu desempenho militar foi por isso recompensado com a atribuição de uma capitania no Brasil. O facto de não ser primogénito impedia-o de aceder a um qualquer senhorio, pelo que parece compreensível que Vasco Coutinho se aventure na capitania do Brasil, tanto mais quanto a valia militar dos indígenas não era tida em grande conta pelos fidalgos quinhentistas. Assim, ao embarcar para o Brasil, Vasco Coutinho bem pode ter perseguido uma miragem de estabilidade, e como tal investiu todo o património entretanto adquirido com o objectivo de obter os recursos necessários para a colonização de suas terras; a própria pensão real foi trocada por um navio e provisões. Embarcado em 1535, não teve vida fácil nas Américas, e aí morreu¹²³ sem ter conseguido organizar a capitania do Espírito Santo, da qual foi fundador.

Mas voltemos à missão de Martim Afonso de Melo à China. Depois de ter chegado à Índia em data indeterminada, sabemos que Martim Afonso escreveu uma carta a D. Manuel a 14 de Novembro de 1521. Em Abril de 1522 partiu de Cochim, chegou a Malaca em Julho, e daí largou ferro para a China, onde finalmente chegou a 4 de Agosto de 1522. O contacto com os Chineses não foi o melhor, e passados apenas 14 dias de uma permanência turbulenta foi obrigado a abandonar essas paragens, em resultado de sucessivos confrontos

¹²³ Provavelmente em 1561, com a provecta idade de 80 anos.

militares com as autoridades locais, no decurso dos quais perdeu em combate dois navios. Em Dezembro de 1522 já se encontrava de volta a Malaca, de onde seguiu para Goa. Daqui novamente escreveu ao rei, a 25 de Outubro de 1523, relatando a infeliz conclusão da sua missão. Terá morrido em Cochim antes de 1526, pois o seu filho Jorge de Melo foi nomeado camareiro-mor e guarda-mor do infante D. Duarte a 21 de Abril de 1526, ocupando assim o cargo que o seu pai deixara vago.

Este Martim Afonso de Melo parece somar um conjunto apreciável de atributos para se poder considerar um possível autor do *Regimento de Guerra*, pelo percurso que trilhou ao longo da vida e que o levou aos quatro cantos do império. Chegou em 1514 a Marrocos, local privilegiado de uma confluência de acontecimentos e personagens que, neste primeiro quartel de Quinhentos, marcou profundamente o panorama militar em Portugal. Palco de várias campanhas militares que os reinos cristãos da Península Ibérica lançavam sucessivamente — e em franca competição entre si — na tentativa de estabelecer uma presença física efectiva, vivia-se no Norte de África ocidental um ambiente militar propício. Aí se cruzaram os percursos individuais de figuras cruciais para o posterior desenvolvimento de toda a arte militar de Quinhentos, veteranos dos campos de batalha onde então se experimentavam as últimas técnicas de guerra desenvolvidas. Destes, a figura de proa foi, sem dúvida, Pedro de Navarro, mas todos os restantes, Cristóvão Leitão, João Rodrigues, Pero de Moraes ou o «condestabre Pelegrim», estiveram directamente envolvidos em operações militares durante — ou pouco antes — da sua permanência em África.

Abandonando Marrocos ao fim de alguns anos, Martim Afonso de Melo passou ao Oriente em 1521, investido como capitão-mor da fortaleza que estava incumbido de construir na costa da China. Aproveitava, talvez, a experiência do seu irmão Vasco Fernandes Coutinho, cuja amizade com Fernão Peres de Andrade também teria de ter contribuído para obter informações sobre aquele país. A sua permanência pelo Oriente foi também curta, mas nem por isso deixou de participar em diversos confrontos militares. O texto do *Regimento* seria o somatório da experiência própria do seu autor desde a sua permanência no Norte de África, ou transmitida por veteranos das guerras de Itália como Navarro ou Cristóvão Leitão. Situação similar ao *Tratado de Re Militari* de Diego de Salazar, uma versão de Machiavelli imbuída da experiência militar do autor, que a transformou num texto distinto daquele que lhe serviu de modelo. Mas embora o *Regimento de Guerra* apresente alguma contemporaneidade com alguns dos textos *de re militari* da primeira metade do século XVI, como os tratados de Battista della Valle (1521), Diego de Salazar

(1536) ou Diego Montes (1537), o cruzamento com outros impressos mais tardios empurra-nos para a segunda metade do século.

Do cerco de Mazagão a Alcácer Quibir

Foi tal o sentimento que recebeo pela injusta morte de Dona Felippa de Mendonça. Mulher de Martim affonso de Mello, que a matou sem causa, nem razão, que logo mandou processar o crime para ser castigado, como merecia; e não sendo julgado a morte natural, pôe ter o Habito de Aviz, mas a degredo perpetuo para o Brasil, e perdição de seus bens¹²⁴.

A descrição de José Pereira Baião acima transcrita situa-se por volta do ano de 1559. Três anos depois, surge nova referência a Martim Afonso de Melo, integrado numa listagem de fidalgos que serviram durante o cerco de Mazagão, sem no entanto precisar qualquer pormenor que permita a sua identificação. Do Norte de África passamos ao Oriente. Na Índia, pouco antes da chegada do novo vice-rei, D. Luís de Ataíde, em Outubro de 1568, um certo Martim Afonso de Melo teria morrido de «huã bombardada em hũa coxa» segundo António Pinto Pereira, autor da *História da Índia*. Este homem, veterano de diversos combates terrestres e navais, era então capitão de Baçaim, uma posição forte mas comportando apenas uma singela obra de fortificação. Não deveria ser, portanto, a mesma pessoa.

Quanto ao marido de D. Filipa, serviu com D. Duarte de Menezes, o futuro capitão de Tânger, e com os irmãos Álvaro e Cristóvão de Távora, filhos do conhecido embaixador. Cristóvão de Távora esteve também na Índia durante o vice-reinado de Ataíde. Foi capitão de Braçalor e depois de Damão em substituição de D. Pedro de Almeida, e esteve presente em diversas acções militares, entre as quais o cerco de Goa de 1570-1571. Foi companheiro muito próximo do rei D. Sebastião, e tanto ele como o irmão Álvaro de Távora morreram no rescaldo da batalha de Alcácer Quibir. E o intervalo cronológico de 1562 a 1571 é compatível com o percurso do Martim Afonso de Melo referido no cerco de Mazagão, pois não parece um lapso de tempo excessivo para deixar o Norte de África, voltar a Portugal e depois passar à Índia integrado nalguma armada.

Outro Martim Afonso de Melo comandou um dos «seis galeões muito grandes armados» que integraram a expedição de 1578. Terá com toda a probabilidade sobrevivido ao desastre, pois a frota manteve-se ancorada frente a Larache enquanto a batalha decorria.

¹²⁴ José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do senhor Rey D. Sebastião o desejado de saudosa memória*, 2 vols., Lisboa, António de Sousa Sylva, 1737, p. 33.

Em 1582 na capitania de São Miguel estava Ambrósio de Aguiar, que, tendo falecido nas vésperas da batalha naval de Vila Franca, foi substituído por Martim Afonso de Melo. Mas no mesmo ano, na Índia, aparece este nome como capitão de Damão, pela altura do assédio por um exército Mogor. Seria este mesmo Martim Afonso de Melo que é referido durante o vice-reinado de D. Duarte de Meneses, outro veterano de Alcácer Quibir. O aprisionamento de um navio pelo corsário turco Mirale Beque alarmou os Portugueses, sempre receosos do reacender da actividade militar a partir do Cairo. Decidiu-se empreender uma acção punitiva, e organizou-se uma frota substancial compreendendo dois galeões, três galés e doze galeotas, servida por cerca de 650 soldados. A armada saiu de Goa a 9 de Janeiro de 1587 com Martim Afonso de Melo no comando. Em 1601, vamos encontrar outro Martim Afonso de Melo em Amboino. Por fim, entre os capitães da armada de D. Martim Afonso de Castro, que partiu de Goa a 22 de Abril de 1606 para socorrer Malaca e expulsar os Holandeses do Decão, estava outro Martim Afonso de Melo, agora com o apelido Coutinho.

2.2 O conteúdo

O *Regimento de Guerra* foi dividido em 67 capítulos. Sem uma datação precisa, podemos comparar esta estrutura com outros conteúdos idênticos que permitam uma associação, e assim avançar com algo mais concreto relativamente ao ano da redacção. O título de cada capítulo discrimina o assunto do qual se ocupa, o que permite ao leitor procurar rapidamente um tópico específico sem se demorar com a leitura da totalidade do texto.

A estrutura do *Regimento de Guerra* é idêntica ao *Quarto Livro das Instruções Militares*, que também se encontra dividido em capítulos segundo temas específicos. Já o manuscrito do capitão Luís Álvaro Seco consiste numa espécie de adenda ao texto de Isidoro de Almeida. Estes três textos têm em comum a mesma preocupação com os aspectos operativos da guerra, divergindo daquele que se tem considerado como o primeiro verdadeiro tratado, a *Arte Militar* de Luís Mendes de Vasconcelos. Por outro lado, o *Regimento* aproxima-se dos textos de outros veteranos que se dedicaram à escrita de guerra, como Diego de Salazar no fim dos anos 30 e Nuñez de Alba no início dos anos 50, mas sobretudo de Gutiérrez de la Vega (1569) ou Valdés (1578), já bem dentro da segunda metade do século.

Tabelas

Ao analisarmos o conteúdo concreto do *Regimento de Guerra*, verificamos que um dos aspectos mais curiosos consiste na existência das tabelas numéricas. Como veremos pela sua análise detalha-

A «ideia» de guerra na época sebástica

Martim Afonso de Melo	Vallo/Cicogna/Gutiérrez de la Vega
Capítulo I-V	—
Capítulo VI <i>De quam afastado há de hi dos que levar...</i>	Cicogna, capitolo 39 <i>Regola, che nelle distanze da huomo a huomo...</i>
Capítulo VII <i>De quam afastada há de hir huma fileira da outra</i>	Cicogna, capitolo 39 <i>Regola, che nelle distanze da huomo a huomo...</i>
Capítulo VIII <i>De como devem levar o pique...</i>	Cicogna, capitolo 34 <i>Come si deve portare la picca nell'ordinanza</i>
Capítulo IX-XI	—
Capítulo XII <i>Como deve levar o pique arvorado</i>	Cicogna, capitolo 34 <i>Come si deve portare la picca nell'ordinanza</i>
Capítulo XIII-XXVI	—
Capítulo XXVII <i>De como se costuma caminhar em ordenança...</i>	Vallo, libro terzo, capitolo III <i>Ordinanza de fantaria per far camino...</i> Gutiérrez de la Vega, capítulo Primero <i>Del orden que se ha de tener para caminar...</i>
Capítulo XXVIII <i>Dos Arcabuzeiros, que deve ter huma companhia...</i>	Gutiérrez de la Vega, capítulo 26 <i>Qué parte há de haber de piqueros, y qué parte de arcabuceros</i>
Capítulo XXIX <i>Como se faz hum Esquadrão de 300 homens.</i>	Vallo, libro terzo, capítulo VI <i>A far un battaglione de picche 300 in quadrangolo</i> Cicogna, capítulo XLV <i>Battaglia quadra difanti trecento</i>
Capítulo XXX-XLIV	—
Capítulo XLV <i>Como se desfaz hum Esquadram</i>	Gutiérrez de la Vega, capítulo 46 <i>Del orden como se ha de deshacer el escuadrón...</i>
Capítulo XLVI	—
Capítulo XLVII <i>De como se fazem os Caracões</i>	Cicogna, capitolo 32 <i>Regole per fare con ordinanza il caraguolo</i>
Capítulo XLVIII <i>De como se faz o caracol de caminho</i>	Cicogna, capitolo 32 <i>Regole per fare con ordinanza il caraguolo</i>
Capítulo XLIX <i>Como se faz o caracol cerrado por dentro</i>	Cicogna, capitolo 32 <i>Regole per fare con ordinanza il caraguolo</i>
Capítulo L <i>De como se faz hum caracol cerrado por fora</i>	Cicogna, capitolo 32 <i>Regole per fare com ordinanza il caraguolo</i>
Capítulo LI <i>Como se faz huma Galé de huma Companhia</i>	Cicogna, capítulo L ¹⁸ <i>Dichiaratione della battaglia a Galera, di fanti cinquecento</i>
Capítulo LII-LIV	—
Capítulo LV <i>De como se deve formar hum Esquadram de poucos contra muytos</i>	Vallo, libro terzo, capítulo XXXVIII <i>A far un battaglione de pochi contra li piu</i> Gutiérrez de la Vega, capítulo 43 <i>Como se han de ordenar los pocos contra los muchos</i>
Capítulo LVI-LX	—

Tabela 6 – Cruzamento entre Martim Afonso de Melo e Vallo/Cicogna/de la Vega
Fonte: Tabela do autor

da, tanto na apresentação como relativamente à informação contida podemos fazer uma aproximação suficientemente rigorosa à data de feitura do texto. O termo com que eram designadas as tabelas, «taboadas», é algo ambíguo quanto ao objecto. De facto, tanto servia para designar o auxiliar de cálculo como os índices de uma obra. Neste último caso, a existência de uma taboada inclusa em determinada obra escrita aparece como uma mais-valia. Facilmente se compreende que o texto de Quinhentos, escrito muitas vezes ao sabor do correr da pena, precisava de ser lido na totalidade para que o leitor dele pudesse extrair a informação contida.

<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Data</i>	<i>Observações</i>
Vallo	<i>Libro continente...</i>	1521	Listagem
Cataneo	<i>Tavole brevissime...</i>	1563	Formato de tabela
Tartaglia	<i>Quesiti et inventioni diverse...</i>	1537	Listagem
Cicogna	<i>Primo Libro dell'arte militare</i>	1557	Formato de tabela
Cicuta	<i>Della disciplina militare</i>	1566	Formato de tabela
Ferretti?	<i>Della osservanza militare</i>	1566	Listagem
Luis Gutiérrez de la Vega	<i>Nuevo Tratado...</i>	1569	Listagem
Martim Afonso de Melo	<i>Regimento de Guerra</i>	1567-1573	Formato de tabela
Domenico Mora	<i>Il Soldato</i>	1570	Listagem

Tabela 7 – «Taboadas», «tablas» e «tariffe»

Fonte: Tabela do autor

A «taboada» consistia, na maioria das vezes, num índice remissivo para não só sistematizar a informação de um texto, mas também apresentar o seu conteúdo de uma forma clara e imediata, transformando o livro num manual de consulta rápida. A «taboada» do *Regimento de Guerra*, à semelhança das «tavole» de Girolamo Cataneo, das «tariffe» de Giovan Mattheo Cicogna ou das «tablas» de Diego de Álava y Viamont, não sendo índices remissivos eram todavia elementos gráficos de consulta *per se*, eventualmente justificadores da própria existência da obra em que se inseriam. O título

da divulgadíssima obra de Girolamo Cataneo, *Tavole brevissime per sapere con prestezza quante file uanno à formare una giustissima battaglia*, dá-nos a clara impressão de que as *Tavole* foram a própria razão de ser do impresso. Terá sido a necessidade de um sistema que permitisse obviar a necessidade de efectuar operações aritméticas que justificou este tratado. Alguns oficiais levavam consigo estes manuais para as campanhas militares, talvez algumas folhas enroladas na bainha da espada¹²⁵, para poderem consultá-los no acto de construir as formaturas de combate.

<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Formato</i>	<i>Data</i>
Battista della Valle	<i>Libro de Vallo</i>	Listagens	1521
Niccolò Tartaglia	<i>Quesiti et inventioni diverse</i>	Listagens	1537
Giovan Mattheo Cicogna	<i>Il primo libro del trattato militare</i>	Tabela	1559 ¹⁹
Girolamo Cataneo	<i>Tavole brevissime...</i>	Tabela	1563
Aurelio Cicuta	<i>Della disciplina militare</i>	Listagens	1566
Francesco Ferretti	<i>Della osservanza militare</i>	Listagens	1568
Luis Gutiérrez de la Vega	<i>Nuevo Tratado y Compendio de Re Militari</i>	Listagens	1569
Domenico Mora	<i>Il soldato</i>	Listagens	1570
Camillo Agrippa	<i>Dialogo del mododi mettere in battaglia...</i>	Tabela	1585
Juan de Funes	<i>Livro intitulado Arte Militar</i>	Tabela	1582
Diego de Álava y Viamont	<i>El perfecto capitán</i>	Tabela	1590
Juan de Carrion Pardo	<i>Tratado como se deven formar los quatro...</i>	Tabela	1595

Tabela 8 – Tabelas e listagens

Fonte: Tabela do autor

¹²⁵ «Pero la cuenta y estilo, com llevar un librito de memoria en su fraldiguera, que ordinario debe de traer, sino en una vaina de espada...» (Martín de Eguiluz, *Discurso y regla militar*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2001 [1.ª ed.1592], pp. 98-99).

Esta tarefa, designada por «ordenar os esquadrões», era um processo que implicava a utilização de operações aritméticas de alguma complexidade, como a extracção de raízes quadradas. Podemos imaginar que na iminência de se iniciar uma batalha, todo o tempo era precioso e toda a ajuda seria bem-vinda para se conseguir dispor os soldados numa formatura regular. Aliás, muitas das batalhas campais do século XVI dependeram da agilidade dos comandantes para desdobrar alguns milhares de soldados na respectiva ordem de batalha. Vários dos tratados publicados ao longo do século XVI incluíram tabelas numéricas. E por não serem propriamente vulgares, a sua análise pode ajudar na aproximação à datação do texto português. Evidentemente que nos falta verificar a existência de tabelas noutras obras manuscritas, ainda que tal tarefa seja virtualmente impossível, até porque, como John Hale afirmou, nunca será possível fazer o levantamento exaustivo de toda a tratadística militar quinhentista.

Uma aproximação ao formato da tabela surge pela primeira vez em 1521 no tratado de Giovanni Battista della Valle. São ainda listagens que associavam um determinado número com a respectiva raiz quadrada. O matemático Niccolò Tartaglia incluiu no seu texto *Quesiti et inventioni diverse* (1537) novas listagens deste tipo, embora tivesse já desenvolvido as operações de extracção da raiz quadrada no seu tratado sobre matemática. Em 1563, como vimos, Girolamo Cataneo publicou o primeiro manual que aprofundou e sistematizou toda a problemática de cálculo directamente aplicado à construção de formaturas de combate. Esta foi uma resposta a uma necessidade sentida pelos comandantes operacionais, realizada por alguém próximo do contexto do campo de batalha. O texto de Cataneo serviu como ponto de partida para a posterior publicação destes auxiliares aritméticos, sendo as suas tabelas reproduzidas com maior ou menor complexidade por outros autores da segunda metade do século. Giovan Matteo Cicogna publicou o seu tratado com um extenso lote de «tariffe» em 1567, Luís Gutiérrez de la Vega em 1569, Juan de Funes em 1582 e Diego de Álava y Viamont em 1590. E em 1611 Luís Mendes de Vasconcelos ainda fazia alusão às «taboas dos esquadrões» de Cataneo. Martín de Eguluz (1592) no seu *Discurso* não inclui tabelas, pelas quais aliás manifestou algum desdém, mas sim exemplos práticos para a extracção de raízes quadradas. Já no tratado de Juan de Carrion Pardo as tabelas ocupam parte significativa do impresso, aliás publicado em Lisboa. Este tratado parece ter feito escola em Portugal, porque o manuscrito do português Luís Álvaro Seco, posterior, lhe fez referência, ainda que sem desenvolver qualquer espécie de tabela. O conteúdo do manuscrito de Seco encontra-se próximo do texto de Eguluz, tentando apresentar de forma clara o método de cálculo para formar os esquadrões. Aliás, o texto do

capitán Martín de Eguiluz teve algum acolhimento em Portugal, porque o *Abecedário Militar* de Brito de Lemos, já do segundo quartel do século XVII, se serviu de numerosas transcrições, nomeadamente reproduzindo alguns dos diagramas.

Comparando a informação das tabelas, começamos pela análise da taboada do *Regimento de Guerra*. Martim Afonso de Melo inseriu dois tipos de tabelas; o primeiro a seguir aos primeiros diagramas de esquadrões; o segundo — uma só tabela de reduzida dimensão — encontra-se já no fim do tratado (**figura 156**). Martim Afonso de Melo resumiu a informação estritamente necessária para construir um esquadrão quadro de gente. Era com os piqueiros — os homens equipados com armas brancas — que se construía a figura geométrica de base do esquadrão. A *pica*, ainda considerada como a «rainha das batalhas», era a componente clássica do terço, que definia a forma geométrica do esquadrão. Falamos com propriedade de uma acepção clássica, pois o pique de 24 palmos era herdeiro assumido da arma de choque da Antiguidade helenística, a *sarissa* macedónia. Os atiradores, de acordo com o preconizado por Afonso de Melo, deviam ser distribuídos pelos lados e retaguarda da formação. As tabelas da primeira série possuem 6 colunas, indicando o número de fileiras de um esquadrão quadro de gente com a respectiva guarnição de atiradores.

Em 100. Soldados piqueiros, cabem a 10. por fileira.	100	10
Em 121. cabem 11. por fileira.	121	11

144	12	a 3	126	a 5	130
-----	----	-----	-----	-----	-----

Figura 156 – A primeira tabela do *Regimento de guerra*
 «[...] Tenho 186 cabe a 14 porque 11 vezes 11 são 121 e 14 vezes 14 são 186 [...]»¹²⁶.
 Fonte: Martim Afonso de Melo, *Regimento de guerra*

T A R I F F A .

100						
a 3	per fila, faranno file	—	—	—	—	33 auáz. 1
a 4	—	—	—	—	—	25
a 5	—	—	—	—	—	20

Figura 157 – «Tariffe delle ordinanze» de Matheo Cicogna (I)
 «Para 100 soldados, a 3 por fila, são 33 em cada fileira, sobrando 1.»
 Fonte: Giovan Matheo Cicogna, *Il primo libro*

¹²⁶ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 341.

Na primeira coluna encontra-se o total de soldados da companhia e na segunda o número de soldados piqueiros por fileira necessários para formar um esquadrão quadro de gente. A terceira e a quinta colunas identificam a «ordenança» dos atiradores, ou seja, o número de atiradores em cada fileira, a quarta e sexta colunas o número de atiradores para cada destas «ordenanças». O método de Battista della Valle para formar esquadrões foi seguido, quase sem alterações, por autores como Girolamo Cataneo ou Giovan Mattheo Cicogna, mas Martim Afonso de Melo simplificou-o. Por exemplo, ao contrário do italiano, o português não indicou os quantitativos sobrantes das operações aritméticas, situação que atormentaria os sargentos ao observar o laborioso processo matemático para construir os esquadrões. Mas para Martim Afonso de Melo estas «sobras» não eram demasiado importantes, porque os soldados disponíveis «não podem vir sempre certos», assumindo que os efectivos disponíveis deveriam aproximar-se dos valores padronizados na tabela. Comparando as tabelas do manuscrito português com as do impresso de Giovan Mattheo Cicogna, a diferença mais evidente é o maior número neste último. Contudo, quando analisadas em pormenor, verificamos que se trata de desdobramentos, pois a estrutura informativa é idêntica.

Assim, as tabelas de Cicogna contemplam efectivos entre 100 e 12.000 homens, enquanto o português reduz este intervalo de 144 a 3.025 (figuras 157 e 158). Cada tabela contempla ordenanças de 3 a 12 soldados, enquanto no *Regimento de Guerra* esta se reduz a duas, 3 e 5 homens por fileira. A última diferença diz respeito às sobras das operações aritméticas, a que já fizemos referência.

ORDINANZA DI CENTO FANTI.

Capitolo primo.

T A R I F F A.

		100						
a	3	per	fila,	faranno	file	---	---	---
a	4	---	---	---	---	---	---	---
a	5	---	---	---	---	---	---	---
a	6	---	---	---	---	---	---	---
a	7	---	---	---	---	---	---	---
a	8	---	---	---	---	---	---	---
a	9	---	---	---	---	---	---	---
a	10	---	---	---	---	---	---	---
a	11	---	---	---	---	---	---	---
a	12	---	---	---	---	---	---	---
						33	auáz.	1
						25		
						20		
						16	auáz.	4
						14	auáz.	2
						12	auáz.	4
						11	auáz.	1
						10		
						9	auáz.	1
						8	auáz.	4

Figura 158 – «Tariffe delle ordinanze» de Mattheo Cicogna (II)
 As tabelas desdobram-se entre 100 e 2.000, depois de mil em mil até 12.000 soldados.
 Dão o número de filas para ordenanças de 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.
 Fonte: Giovan Mattheo Cicogna, *Il primo libro*

Battista della Valle dedicou vários esquemas a explicar como um batalhão se devia organizar para a marcha. A semelhança entre estes diagramas e aqueles inseridos no *Regimento de Guerra* leva-nos a pensar que Martim Afonso de Melo se serviu deles como modelo para ilustrar o seu manuscrito, o que parece apontar para uma proximidade temporal com o manuscrito português. Eventualmente o *Libro de Vallo* circulava em Portugal nessa altura, e dele se serviu Diogo Correia para a sua tradução dedicada ao duque de Guimarães, pouco mais ou menos contemporânea do *Regimento de Guerra*. Quanto ao processo de formar em ordem de batalha, este encontra-se descrito no capítulo VI do tratado de Vallo — «per fare uno battaglione de piche cento»¹²⁷. Para formar em ordem de batalha, as filas juntar-se-iam sucessivamente pelos flancos, de maneira a que o número de soldados na frente igualasse os que se encontravam nos «costados». Martim Afonso de Melo também adoptou este procedimento — «o Sargento meterá a segunda fileira na primeira, e a quarta na terceira, e a sexta na quinta»¹²⁸. Os Espanhóis designavam esta manobra como «redoblar las filas» (**figura 159**).

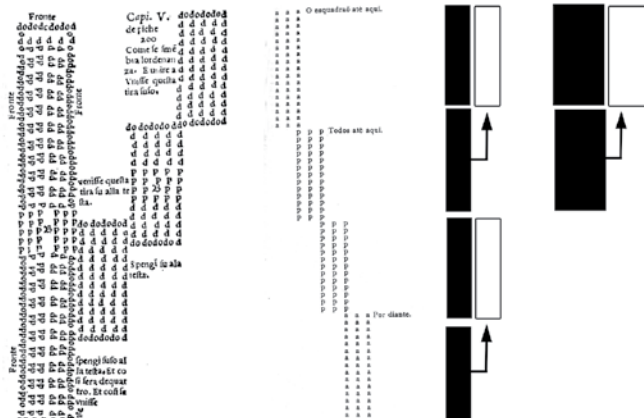


Figura 159 – «Redoblar las filas»
Fontes: Battista della Valle (1521) e Martim Afonso de Melo (c.1570)
 «Redoblar y redoblar outra vez».

O segundo grupo de tabelas do tratado de Giovan Matteo Cicogna indica como construir uma «*battaglia quadra*» de gente. A primeira coluna dá-nos o total de soldados disponível, a segunda coluna o número de fileiras, a terceira coluna o total de soldados necessário para formar o esquadrão, e a última coluna as sobras relativamente ao total disponível (**figura 160**).

¹²⁷ Battista della Valle (el Vallo) *Vallo: Libro contenete appertinente a capitani, retinere et fortificare una cita com bastioni*, Veneza, Vettor. q. Piero Ravano della Serena et Compagni, 1539 [1.^a ed. 1521], p. 31.

¹²⁸ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 334.

Uma última semelhança existe ainda entre os dois textos, e não menos significativa. O segundo grupo de tabelas do texto italiano, intitulado «*tariffa delle battaglie quadre perfette per ogni faccia*», parece idêntica à tabela com que fecha o texto do *Regimento*. Pelo menos no que respeita ao título, «*tariffa delle battaglie quadre*» e «*taboa de quadros*», porque a informação nesta última «*taboa*» é difícil de definir com clareza (**figuras 160 e 161**).

TABOA DE QUADROS.

A 1	861	A 5	2209		A 8	441		
A 2	3721	A 5	2025		A 9	361		
A 3	400	A 6	1849		A 9	289		
A 4	3421	A 6	1681		A 9	225		
A 4	3249	A 6	1521		A 11	2883	A 14	867
A 4	3025	A 6	1369		A 11	2525	A 15	675
A 4	2809	A 7	1225		A 12	2187	A 15	507
A 5	2601	A 7	1089		A 12	1875	A 16	363
A 5	2401	A 7	961		A 13	1587	A 16	243
A 7	841	A 9	169		A 13	1323	A 17	147
A 8	729	A 10	121		A 14	1083		
A 8	625	A 10	81		A 18	3844	A 20	900
A 8	529	A 10	49		A 18	3364	A 20	676

Figura 160 – A segunda tabela do *Regimento de guerra*: «*Taboa de quadros*»

Fonte: Martim Afonso de Melo, *Regimento de guerra*

TARIFFA DELLE BATTAGLIE QUADRE

perfette per ogni faccia.

4	in Batt. a File	2	fono Picche	4	auanza	0
9	in Batt. a File	3	fono Picche	9	auanza	0
16	in Batt. a File	4	fono Picche	16	auanza	0
25	in Batt. a File	5	fono Picche	25	auanza	0
36	in Batt. a File	6	fono Picche	36	auanza	0
50	in Batt. a File	7	fono Picche	49	auanza	1
100	in Batt. a File	8	fono Picche	64	auanza	36
100	in Batt. a File	9	fono Picche	81	auanza	19
100	in Batt. a File	10	fono Picche	100	auanza	0
150	in Batt. a File	11	fono Picche	121	auanza	29
150	in Batt. a File	12	fono Picche	144	auanza	6
200	in Batt. a File	13	fono Picche	169	auanza	21
200	in Batt. a File	14	fono Picche	196	auanza	4
250	in Batt. a File	15	fono Picche	225	auanza	25
300	in Batt. a File	16	fono Picche	256	auanza	44
300	in Batt. a File	17	fono Picche	289	auanza	11
350	in Batt. a File	18	fono Picche	324	auanza	26
400	in Batt. a File	19	fono Picche	361	auanza	39
400	in Batt. a File	20	fono Picche	400	auanza	0
450	in Batt. a File	21	fono Picche	441	auanza	9
500	in Batt. a File	22	fono Picche	484	auanza	16
550	in Batt. a File	23	fono Picche	529	auanza	21
600	in Batt. a File	24	fono Picche	576	auanza	24

Figura 161 – A *Tariffa delle battaglie quadre*» de Matheo Cicogna

Um esquadrão quadro de gente com 600 soldados tem 24 filas, a 24 soldados cada uma.

Fonte: Giovan Matheo Cicogna, *Il primo libro*

O processo de formar em ordem de batalha descrito por della Valle e Afonso de Melo são, portanto, idênticos; contudo, também o são em relação aos métodos descritos por outros autores como Cataneo, Cicogna, Francesco Ferretti ou Domenico Mora. Destes, o tratado de Cataneo foi a principal referência às tabelas produzidas a partir dos anos 60. Sistematizou informação sobre os esquadrões quadrados de gente e de terreno, e no conjunto a informação excede

aquela presente nas tabelas do *Regimento de Guerra*, não fosse omitir os soldados a colocar nas mangas de atiradores. Por outro lado, a estrutura das tabelas nos dois tratados é substancialmente diferente. Ao contrário do que sucede em relação ao impresso de Cataneo, as «*tariffe*» de Cicogna têm semelhanças notáveis com o *Regimento*, compreendendo dois conjuntos distintos. Pareceria que podíamos ter encontrado o modelo para o manuscrito português, não fosse existir outro texto que parece poder encontrar-se ainda mais próximo. O *Nuevo Tratado* de Gutiérrez de la Vega não se encontra entre os textos mais divulgados da época, e da biografia do autor apenas se sabe que nasceu em Medina del Campo no ano de 1509, que foi veterano de Itália e África e que atingiu o lugar do capitão.

Contudo, são várias as semelhanças com o manuscrito de Martim Afonso de Melo. O impresso espanhol não possui qualquer tabela, mas encontramos no final do texto listagens numéricas que repetem séries de três factores — «Pi», «Art. 3» e «Art. 5». O primeiro dá o total de piqueiros no esquadrão e respectivo número de soldados em cada fileira; o segundo o total de atiradores que garante o esquadrão pelos flancos e retaguarda com ordenança de 3 em 3, isto é, a 3 soldados por fileira; o último indica o total de atiradores que garante o esquadrão pelos flancos e retaguarda com ordenança de 5 em 5. Este esquema repete-se para cada esquadrão, desde um total que varia entre 529 soldados e 3.025, e corresponde a cada linha da primeira tabela do *Regimento de Guerra*¹²⁹. No manuscrito português o quantitativo de piqueiros dos esquadrões vai de 144 a 3.025, portanto os valores máximos são iguais em ambos os textos. No *Regimento de Guerra* o número de soldados em cada fileira do esquadrão é sequencial (1, 2, 3...), enquanto no *Nuevo Tratado* segue de 2 em 2. Por exemplo, 25 soldados, 27 soldados, 29 soldados, 31, etc. As tabelas do *Regimento de Guerra* foram concebidas tendo em atenção não só a construção dos esquadrões mas também a forma de desdobrar os atiradores. Os soldados com armas de fogo eram elemento fundamental na guerra, «que mais em África serve, e de que mais uzamos» ou «como se costuma na Índia»¹³⁰. Uma situação idêntica foi repetida mais tarde, no tratado de Diego García de Palacios de 1583, que propunha procedimentos tácticos extraídos da sua experiência militar nas Américas. Talvez por essa razão o texto onde Afonso de Melo foi buscar a inspiração fosse, precisamente, um tratado *de re militari* hispânico. Não se deve subestimar, todavia, a influência da escrita de guerra italiana, e em especial o tratado de

¹²⁹ Para uma lista das correspondências destes valores nos dois tratados, v. Luís Filipe Guerreiro da Costa e Sousa, *Escrita e Prática de Guerra em Portugal, 1573-1612*, tese de doutoramento policopiada, FLUL, 2013.

¹³⁰ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p.334

Giovan Matteo Cicogna. Talvez fosse este impresso que sugeriu a conversão das listagens de Gutiérrez de la Vega para o formato de tabela.

Diagramas

Outro elemento poderá servir para situar temporalmente o *Regimento de Guerra*, os esquemas das formações de batalha — os diagramas, a que já nos referimos atrás. Como ponto de comparação, interessam-nos os tratados que contêm estas peças gráficas.

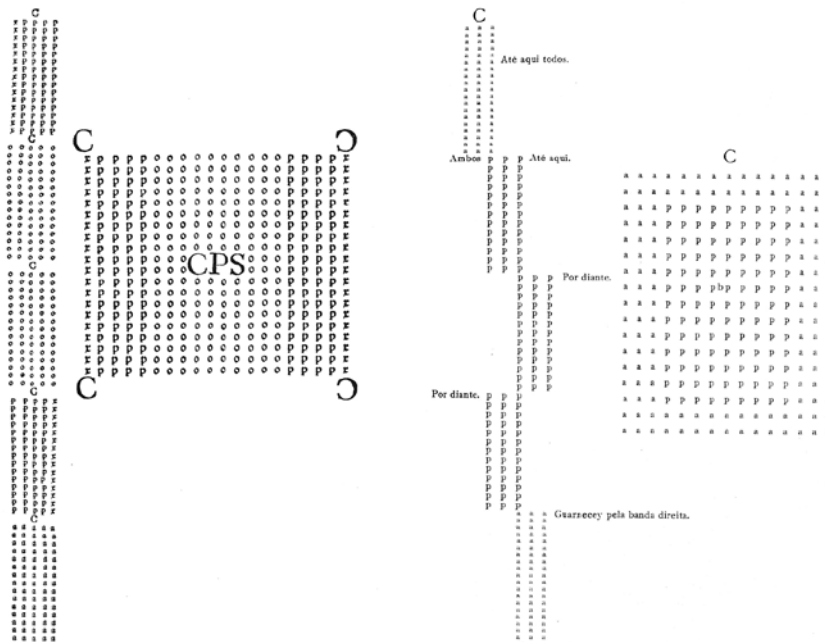


Figura 162 – Análise comparativa de diagramas (I)
Fontes: Diego de Salazar e Martim Afonso de Melo.

O *Tratado de Re Militari* do espanhol Diego de Salazar consiste, incontestavelmente, numa versão de Machiavelli, e o grafismo dos diagramas nos dois textos é um dos pontos de contacto mais evidentes. Alguns dos diagramas incluídos no texto de Martim Afonso de Melo são muito semelhantes aos do espanhol (figura 162), ainda que as características militares — a posição dos piqueiros e atiradores no esquadrão, por exemplo — levem a situar o texto português numa época posterior. Um dos diagramas de Afonso de Melo segue o mesmo procedimento táctico explicitado por Salazar, nomeadamente o método de «dobrar fileira», mas apresenta outras variantes já correntes em meados do século, colocando os atiradores em

«guarnição» do esquadrão. Noutro diagrama do *Regimento*, os atiradores são colocados em duas formações paralelas ao longo dos flancos do esquadrão. Uma variante desta disposição táctica, que Afonso de Melo denomina como «forma de mangas», é semelhante a um dos diagramas do impresso de Giovanni Antonio Levo (**figura 163**).

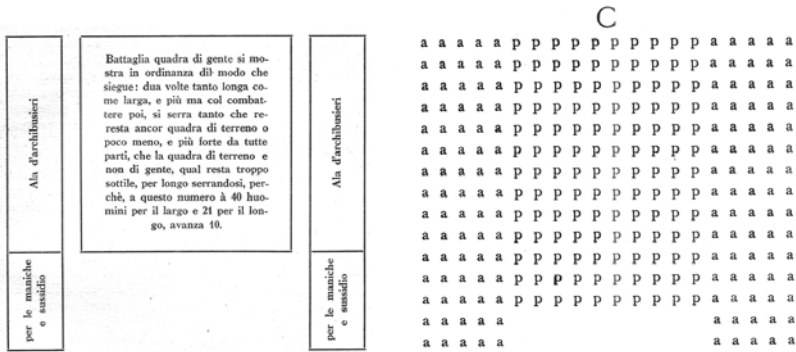


Figura 163 – Análise comparativa de diagramas (II)

Fontes: Giovanni Antonio Levo (1563) e Martim Afonso de Melo.

Uma das representações mais precoce de «mangas» encontra-se no tratado de Cataneo de 1563, cujo esquema é repetido no manuscrito português (**figura 164**).

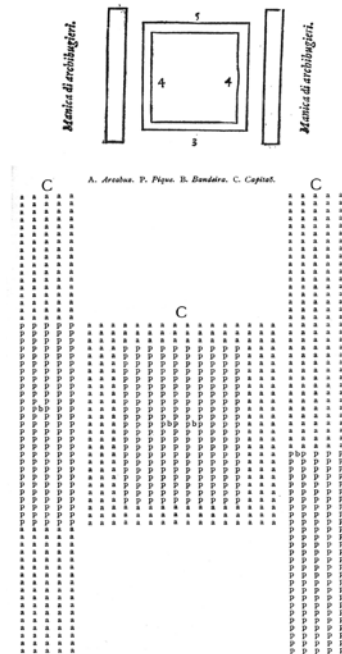


Figura 164 – Análise comparativa de diagramas (III)

Fontes: Girolamo Cataneo (1563) e Martim Afonso de Melo

Para além dos esquadrões de geometria regular, Martim Afonso de Melo representou outras duas tipologias mais invulgares, a «galé» e o «caracol». A «galé» está completamente ausente de todas as fontes a que tivemos acesso, com excepção do tratado de Matheo Cicogna. Estes diagramas aparecem nos dois textos com a mesma sequência, e apenas detectámos outra representação no manuscrito de Henry Barrett (1562) e no texto de Cicogna. O «caracol» não era uma configuração táctica com carácter estático, mas consistia numa série de manobras cuja sequência de movimentação obedecia a uma forma espiralada, e daí a sua designação. O *Regimento de Guerra* dedica quatro capítulos aos «caracóis», e é o último — o capítulo 50 — que vem acompanhado pelo diagrama que mais se assemelha às representações do italiano e do inglês (**figura 165**).

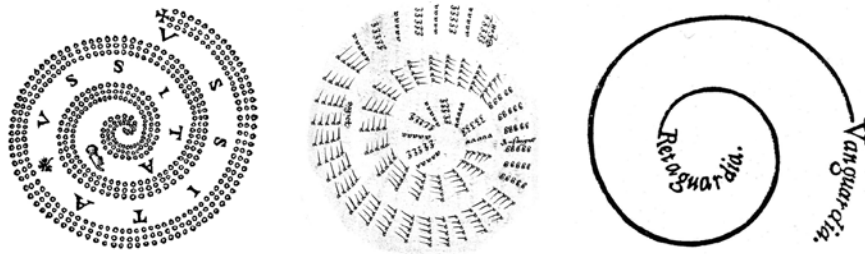


Figura 165 – A formatura do «caracol»

Fontes: Giovan Mattheo Cicogna (1567), Henry Barrett (1563-1564) e Martim Afonso de Melo



Figura 166 – Variação do «caracol»

Fonte: Mattheo Giovanni Cicogna

O método de Afonso de Melo para formar um caracol coincide, no essencial, com a descrição no texto italiano, sendo descrita a propósito do «caracol de caminho», cujo diagrama se baseia noutra figura do tratado de Cicogna, a «*bissa doppia*»¹³¹ (**figuras 166 e 167**).

¹³¹ Giovan Mattheo Cicogna, *Il primo libro del Trattato militare*, Venezia, Giovanni Baretto, 1567, «Capitolo 31, Regola per fare com ordinanza le Bisse».

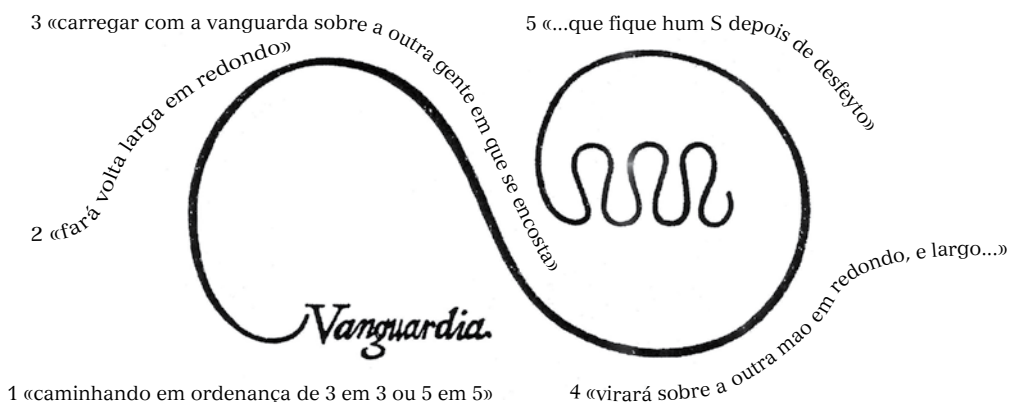


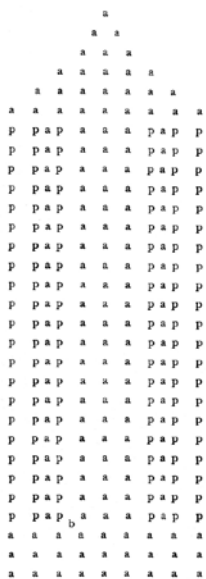
Figura 167– A manobra do «caracol de caminho»

Fonte: Martim Afonso de Melo, *Regimento de guerra* (esquema anotado pelo autor)

A formação militar mais invulgar no *Regimento de Guerra* é a galé, que apenas conhecemos outra reproduzida no tratado de Cicogna (**figura 168**).

Figura 168 – A formatura da «galé»

Fonte: Martim Afonso de Melo



É curioso verificar a noção de cada um em relação a esta formatura específica; o italiano ainda a considerou como «*una fortissima battaglia*»¹³², enquanto Afonso de Melo desmereceu o seu valor em batalha, remetendo-a para um função de mero «regozijo e passatempo»¹³³. De facto, apenas conhecemos a utilização da galé em combate durante a campanha para a conquista de Goa em 1512; o *Regimento de Guerra* encontra-se assim algum tanto à frente do italiano, pelo menos num plano essencialmente pragmático. Uma vez mais, a descrição do método para construir a galé é idêntico nos dois textos, embora com algumas variantes, nomeadamente na organização da retaguarda da formatura, como se pode verificar nos dois diagramas.

Giovan Mattheo Cicogna determinou um lugar específico para a artilharia, considerando ainda que a «galé» era «molto propria &

¹³² Giovan Mattheo Cicogna, *op. cit.*, pp. 31-32.

¹³³ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 365.

buona per accompagnarla con cavallerie»¹³⁴. Já Martim Afonso de Melo é omissivo quanto à posição de canhões e cavalos em conjunto com a formatura, sublinhando a pouca utilidade em combate. Apenas interessava construir a «galé» na medida em que «também serve para exercícios de Soldados aprenderem a não perder fileyra»¹³⁵. Para este veterano era, portanto, um exercício destinado à parada.

A orgânica das unidades militares descrita no *Regimento de Guerra* poderá constituir outra importante pista para a datação do texto. O efectivo indicado para cada companhia são 300 soldados. Como vimos, as últimas companhias com efectivo institucional de 300 soldados datam das ordenanças implementadas para Lisboa e Porto em 1568 e 1569, respectivamente. Logo no primeiro capítulo, Martim Afonso de Melo parece fazer-lhes menção, «Dos Privilegios, que são concedidos aos Soldados de Lisboa»¹³⁶. Em 1570, o *Regimento dos Capitães-Mores* reduzia o efectivo para 250 homens. Esta pode ser uma indicação para a data de redacção do manuscrito. Contudo, outros paralelos existem entre os dois textos. Uma frase do tratado espanhol, que refere «se dará a cada compañía una parte de arcabuceros, y dos de piqueros»¹³⁷, foi quase textualmente repetida no manuscrito português: «alguns Capitães querem, e se costuma, que haja uma companhia de soldados a 3.^a parte somente d'arcabuzeiros, e as duas de piqueiros»¹³⁸. Quanto ao total de armas de fogo e armas brancas, o português desvia-se da proporção preconizada pelo castelhano, 170 arcabuzeiros e 130 piqueiros. Deixa claro que conhecia o teatro de guerra em que operavam os Portugueses, onde a principal exigência táctica era manter à distância um inimigo numericamente muito superior, e os arcabuzes eram instrumentais nesta tarefa.

A Gineta

No final do *Regimento de Guerra*, a seguir ao capítulo 60, o autor introduziu o tema da gineta. A junção de um anexo sobre esta forma de montar, embora configurado como um capítulo em ordem sequencial, surge desfasado do plano geral da obra. Se o conteúdo possui uma coerência própria, não deixa de ser perfeitamente independente do resto do texto. Uma hipótese a considerar é uma adição posterior à redacção do texto principal, como se de uma adenda se tratasse. Martim Afonso de Melo não hesita em afirmar que se trata

¹³⁴ Martim Afonso de Melo, *op. cit.* p. 32.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 365.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 318.

¹³⁷ Luís Gutiérrez de la Vega, *Nuevo Tratado y Compendio de Re Militari*, Madrid, Ministerio de Defensa, s.l., 2005, p. 80.

¹³⁸ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 334.

de um texto da autoria de outrem¹³⁹. A cavalaria foi um tema abordado em Portugal pelo *Livro da Ensinança* de D. Duarte (c. 1435-1438), e não deixa de ser curioso que o tema fosse retomado mais de um século depois. A importância da obra quinhentista fica demonstrada pelo facto de ter sido novamente transcrita noutro texto português mais tardio, o manuscrito *De Re Militari* (c. 1588?).

O autor do texto transcrito no *Regimento de Guerra* era Duarte da Costa. Martim Afonso de Melo refere ainda que foi «muy conhecido nesta terra, por este, e por sua Cavallaria, y virtude»¹⁴⁰. Deveria ser alguém com relevância e estatuto, e o filho do armeiro-mor D. Álvaro da Costa pode preencher o lugar. D. Duarte da Costa (século xv-1560) foi fidalgo da Casa Real e moço da câmara de D. João III. Comendador das ordens de Avis e Cristo foi nomeado para segundo governador-geral do Brasil¹⁴¹, cargo que exerceu entre 1553 e 1557. Durante o seu governo diversos conflitos ocorreram, e D. Duarte da Costa pediu a D. João III que o autorizasse a regressar ao Reino. Depois do seu regresso a Portugal foi nomeado desembargador da Casa da Suplicação, e a data da sua chegada deixa em aberto a possibilidade de ter escrito o texto sobre a gineta antes da sua morte.

A intenção de contemplar a cavalaria como tema de tratadística não se circunscreveu a Portugal. Em 1548, certamente antes da redacção do *Roteyro* de Duarte da Costa, foi publicado um dos mais importantes tratados espanhóis sobre cavalaria, a *Doctrina del Arte de la Cavallería*. O autor, Juan Quijada de Reayo, dedicou o livro à forma de cavalgar «à la estradiota» ou «à la brida», herdeira da época medieval, e pela qual o cavaleiro montava com as pernas estendidas. Contudo, o papel primordial da cavalaria ligeira nas guarnições dos presídios de África levou a uma revitalização da gineta, de inspiração árabe, que alguns autores da época consideravam a forma de montar tradicional da Península Ibérica. Antes do livro de Quijada de Reayo, Fernando Chacón já havia dedicado um texto à gineta, que apesar de impresso em 1551 foi redigido em 1546. Este já se poderia considerar como contraponto a uma cavalaria tacticamente mais rígida e que decaía em termos quantitativos nos campos de batalha europeus. Porém, a arte equestre italiana invadia a Europa dos anos 50. O tratado de Federico Grisone de 1550 teve especial aceitação, e foi traduzido em espanhol, francês, alemão, inglês e português. Mas outros italianos escreveram sobre o tema, como G. Ferraro (1550), Claudio Corte (de 1560, foi depois traduzido em francês), Pasquale

¹³⁹ «Roteyro, ou Regra, que deyxou escripta hum muyto bom Cavalleyro, y Gineterio»

¹⁴⁰ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 375.

¹⁴¹ A nomeação teve lugar a 1 de Março de 1553 e a efectiva tomada posse a 13 de Julho desse ano.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Caracciolo (1566). Isidoro de Almeida fez também referência à forma de montar da «estradiota», portanto ao método de montar divulgado pela tratadística italiana.

Ano	Espanhóis	Italianos
1492		Giordano Ruffo, <i>Arte de cognoscere la natura del caval</i>
1548	Juan Quijada de Reayo, <i>Doctrina del arte de la cavallería</i>	
1550		Federico Grisone, <i>Gli ordini di cavalcare</i>
1551	Fernando Chacón, <i>De la cavallería de la gineta</i>	
1552	Diego Gracián, <i>Las obras de Xenophon...</i>	
1566		Francesco Sansovino, <i>Origine de cavalieri</i>
1570	Eugenio Manzanás, <i>Libro de enfrentamientos de la gineta</i>	
1572	Pedro de Aguilar, <i>Tratado de la cavallería de la gineta</i>	

Tabela 9 – A gineta dos espanhóis e a cavalaria dos italianos

Fonte: Tabela do autor

A impressão do tratado de Chacón, depois do tratado de Quijada de Reayo (1548) e Grisone (1550), aparenta ser uma resposta ao que alguns consideravam «usos estrangeiros» que se generalizavam na Península e que muitos entendiam não se enquadrarem no tipo de guerra dos presídios africanos¹⁴². Esta parece ser, também, a intenção de Duarte da Costa e de Martim Afonso de Melo ao retomar aquele manuscrito. Depois do período de 1548-1551, o tema foi retomado com os textos de Eugenio de Manzanás e de Pedro de Aguilar, este último desenvolvendo o tratado de Chacón a partir de cópia parcial ou mesmo integral de alguns dos capítulos.

A comparação entre o manuscrito português e os impressos de Chacón e Aguilar parece assim incontornável. Um aspecto merece atenção: a repetição praticamente textual de alguns dos capítulos dos tratados espanhóis. O facto de Pedro de Aguilar, mais tardio, repro-

¹⁴² Nomeadamente quando D. Sebastião introduziu cavalaria pesada nas praças do Norte de África.

duzir alguns dos capítulos de Fernando Chacón explicaria as semelhanças do texto português em relação aos dois. Em alguns capítulos parece existir uma maior proximidade entre os textos de Aguilar e Martim Afonso de Melo. No *Regimento de Guerra*, o capítulo LXI «*Como se deve pôr hum home à gineta a cavallo*» é idêntico ao capítulo de Aguilar «*De como se ha de poner el cavallero a cavallo*». No texto de Chacón, o capítulo dedicado ao mesmo assunto começa: «*De la manera que se ha de poner el cavallero en la silla...*» Não parece possível afirmar uma filiação inequívoca entre qualquer dos textos, embora a referência da forma de esporear nos remeta para Aguilar, por não se encontrar descrita por Chacón. No capítulo LXIV do *Regimento*, «*De como se ha de ferir com as esporas*», referem-se três maneiras de esporear o cavalo: o «*repellon*» ou «*d'arrepia cabelo*» e rodeo. Foram também citadas por Aguilar com a mesma terminologia numa forma castelhanizada, «*batir de repelon*» e «*dar com los pies al cavallo de rodeo*»¹⁴³. Melo acrescentou ainda o «*chaqueo*»¹⁴⁴, que etimologicamente parece poder consistir numa forma inventada ou desenvolvida por Fernando Chacon (chaqueo).

<i>Martim Afonso de Melo</i>	<i>Fernando Chacón</i>	<i>Pedro de Aguilar</i>
Como se deve pôr hum home a cavallo	De la manera que se ha de poner el cavallero en la silla, desde los pies hasta la cabeça	De como se ha de poner el cavallero a cavallo, desde los pies a la cabeça, y de lo que en ello a de guardar necesariamente para poder parecer bien
Partes, que deve ter o que se pôde chamar bom Ginete, e sem ellas nam lhe cabe este nome, nem o tem	Los Talles de los cavallos, qué tales han de ser	Della forma y talle, proporcion y propiedades que han de tener delos cavallos
De como se ha de ferir com as esporas, que se chama Chaqueo	Qué tales han de ser las espuelas de la gineta	Del los estribos, y dellas espuelas com que se ha de andar a cavallo
Como se deve levar a lança, correndo a carreya	Cómo se ha de correr la carrera con lança y sin ella	De como a de correr el cavallero la carrera

Tabela 10 – A gineta de Melo, Chacón e Aguilar

Fonte: Tabela do autor

Da análise comparativa que procurámos desenvolver podemos retirar algumas conclusões que permitem uma aproximação à data de redacção do *Regimento de Guerra*. O manuscrito português apresenta estreitas semelhanças de conteúdo com textos de meados do século, nomeadamente a *Arte Militar* de Giovan Matteo Cicogna (na edição de 1567) e o *Breve Tratado e Compêndio de Re Militari*

¹⁴³ Pedro de Aguilar, *Tractado de la cavallería de la gineta*, ed. facsimilada da ed. 1572, Sevilha, Extramuros, 2007, p. 27 v.

¹⁴⁴ «Chaqueo em Portugal, e em Castela Matilexo» (Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 377).

de Luis Gutiérrez de la Vega (1569). Outro aspecto significativo que também transparece é o facto de o *Regimento de Guerra* comportar influências de três dos principais tratados italianos que foram publicados a partir dos anos 20 até aos anos 60. Encontramos a informação contida nas listagens de Battista della Valle (1521), embora a apresentação destes dados corresponda ao aspecto gráfico das tabelas de Cataneo (1563), mas especialmente das de Cicogna. Esta foi uma época em que a imagem gráfica desempenhou uma função de apoio ao texto, que se tornou cada vez mais especializado e técnico, e as tabelas permitiam uma mais fácil consulta por parte de alguém pouco informado em assuntos de cálculo aritmético.

Encontramo-nos em presença de uma peça fundamental de transição, já claramente impregnada de conceitos de uma guerra moderna, embora o *Regimento de Guerra* ainda retenha alguns aspectos da fase anterior, mais experimental. Podemos observar algumas das características de uma guerra formalmente mais rica e algo bizarra — como Cicogna o escreveu, «il modo di far molte altre bizzarre, & varie forme di bataglie bellisissime»¹⁴⁵. Um pouco do «carácter festivo» da arquitectura manuelina pode ser ainda detectado em algumas das formaturas militares descritas por Martim Afonso de Melo, como o «caracol» e a «galé». Mas, ainda segundo o mesmo autor, são situações já ultrapassadas para o campo de batalha moderno, destinados «apenas para regozijo» e adestramento das tropas. Uma afirmação que antecipa, por exemplo, a de Diego García de Palacios em 1583.

A redacção do *Regimento de Guerra* teria tido lugar no contexto da entrada em vigor das ordenanças sebásticas e das companhias de ordenança de Lisboa, assunto a que Martim Afonso de Melo alude logo na entrada do texto. Trata-se, assim, de uma época um pouco antes ou depois de 1570, o que enquadra perfeitamente os textos de referência: Cicogna publicado em 1567, Gutiérrez de la Vega publicado em 1569 e Pedro de Aguilar em 1572. Encontramo-nos mergulhados no contexto do esforço legislativo de D. Sebastião. Esta época foi particularmente fecunda, com o rei envolvendo-se directamente em todas as vertentes de uma profunda reestruturação militar, produzindo legislação e observando a sua aplicação no terreno, para além da sua apetência para se envolver em rigorosos exercícios, ou ainda dedicando-se à teoria na primeira pessoa.

Não encontrando qualquer referência à traumática batalha de Alcácer Quibir, podemos concluir que Martim Afonso de Melo poderá ter redigido o seu texto em data anterior a 1578. Em resumo,

¹⁴⁵ Giovan Mattheo Cicogna, *op. cit.*, p. 31.

o *Regimento de Guerra* poderá ter sido escrito a partir do ano de 1568-1569, data da instituição das companhias de ordenança de Lisboa, e a polémica que este tipo de legislação certamente envolveu na altura pode bem servir de pano de fundo à sua redacção. Outra conclusão a reter prende-se com a circulação do manuscrito, um dado adquirido porque, como veremos adiante, o *Regimento de Guerra* foi objecto de uma versão parcialmente copiada, mas também melhorada, aumentada e actualizada. Estamos perante um texto que nos poderá indicar quais os temas de maior interesse para os militares de então. Ou melhor, fornece-nos uma pista fundamental em relação aos assuntos merecedores de reflexão por parte dos veteranos de guerra e que estes achavam merecerem uma divulgação entre os seus pares.

3 Diálogo, e Discurso militar

Dialogo, e Discurso militar entre Fonteo Soldado practico, e Lusitano bisonho sobre o officio de Sargento mór no qual (para que melhor, e como deve se entenda, e exercite) se conteem todas as dependencias, e circunstancias ao tal cargo concernentes. Trata-se asi mesmo da essencia de huma Companhia, Terço, e Campo formado com todos os Officiaes, que a estas duas partes, e universal corpo competem declarando as obrigaçoens de cada hum por si. Procedese na ordem com que marcha hum Terço, e pelo conseguinte hum exercito formado; o qual finalmente se aloja com todos os postos, e observancias ao tal effeito necessarias; e juntamente hum tratado dos casos, que na Infantaria Espagnola saõ de Castigo arbitrario, ou capital, com a ordem, e declaração como se procede nos ditos cazos assi em presidio, como em Campanha. Derigido ao Serenissimo, e invictissimo Principe, e Senhor nosso D. Sebastião primeiro deste nome pela Divina Clemencia Rey de Portugal, e dos Algarves.¹⁴⁶

O texto de João da Fonseca é mais um caso que também tem passado despercebido. Sem rasto para além da breve notícia de que o manuscrito original se encontraria na livraria do Marquês de Valença, este documento encontra-se perdido, tal como o *Regimento de Guerra* estaria não fosse a cópia feita por António Caetano de Sousa. Sem material físico para estudar, tem-se deixado passar em claro mais um tratado que nos parece ser de grande importância para compreender o ambiente militar durante o reinado de D. Sebastião. Pelo menos até recentemente, e apenas Rafael Moreira menciona este texto, mas sem extrair mais conclusões. Ainda assim, uma análise detalhada do extenso título da obra, com o imprescindível confronto entre a produção teórica contemporânea, permite avançar alguns passos.

¹⁴⁶ Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, op. cit., v. 2, p. 659.

Da vida de João da Fonseca encontram-se poucas mais informações que a breve nota de Barbosa de Machado. Teria servido na Europa durante 33 anos, provavelmente na Flandres, e regressou a Portugal em 1573. A *Chancelaria de D. Sebastião* indica que foi nomeado sargento-mor do Algarve a 24 de Janeiro desse mesmo ano, ignorando-se até quando exerceu o cargo. Esta nomeação não deixa de ser curiosa, pois ocorreu em Janeiro de 1573, menos de um mês depois da chegada de João da Fonseca a Portugal. Como vimos, o cargo de sargento-mor do Algarve esteve relacionado com a criação, a 21 de Julho de 1573, da capitania-mor nesta região. Levantase outro problema a que fizemos referência, a nomeação prévia do sargento-mor, antes de criada a respectiva capitania. É natural que a instituição da capitania-mor do Algarve fosse maturada e não uma decisão de momento. Por certo não deixaria de suscitar o interesse de eventuais candidatos, mas também o cargo de sargento-mor não deixava de implicar, no mínimo, certo prestígio. Por exemplo, a nomeação do sargento-mor dos fidalgos que combateram em Alcácer Quibir — o terço dos aventureiros — foi atribuída como mercê a D. Luís Fernandes de Córdova. D. Diogo de Sousa foi o escolhido para governador, eventualmente como compensação da perda do governo da Índia para um parente, Cristóvão de Távora. No ano da nomeação teve lugar a jornada ao Alentejo e Algarve, mas estranhamente o cronista João Cascão não deixou qualquer notícia da presença do governador nas inspecções militares que tiveram lugar. Todavia, cinco anos mais tarde, D. Diogo comandou a frota que levou o exército ao Norte de África.

O Sul de Portugal, em particular o Algarve, era a região privilegiada para levantar os efectivos nacionais mais adestrados para a expedição que se avizinhava. Como vimos, em 1573 teve lugar a viagem de inspecção das ordenanças mais completa de que existe registo em Portugal, e no ano seguinte publicaram-se as *Provisões às Ordenanças*. No final de 1574 teve lugar a primeira expedição ao Norte de África, cujo principal objectivo era adestrar os soldados e oficiais, na qual estiveram presentes Isidoro de Almeida e, talvez, o recém-nomeado sargento-mor do Algarve, João da Fonseca¹⁴⁷. O capitão-mor do Algarve devia ser coadjuvado por alguém que se ocupasse dos aspectos estritamente militares. A generalidade dos tratados refere que seria ao sargento-mor¹⁴⁸ que cabiam estas funções, devendo por isso ser versado na guerra. O recente regresso

¹⁴⁷ «[...] Mandey chamar o Sargento mór João António [da Fonseca?] [...]» («Relação da primeira jornada que fez a Africa no anno de 1574 o sereníssimo Rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo príncipe», in Diogo Barbosa de Machado, *Memórias para a história de Portugal: Que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião...*, op. cit., v. 4, p. 33).

¹⁴⁸ Francisco de Valdés dedicou o seu tratado ao cargo do sargento-mor.

da Flandres colocaria João da Fonseca em posição privilegiada para ocupar o lugar; de facto, logo no título do texto a sua experiência na escola militar castelhana encontra-se realçada, «hum tratado dos casos, que na Infantaria Espagnola são de Castigo». Esta condição de especialista, derivada do facto de se tratar de um daqueles soldados práticos fundamentais em todos os exércitos da época, está implícita no cunho pedagógico do título do seu texto — *Dialogo, e Discurso militar entre Fonteo Soldado practico, e Lusitano bisonho sobre o officio de Sargento mòr*. À semelhança de outros tratados apresentados na forma de diálogo, o conteúdo era transmitido de uma maneira que podemos caracterizar como pedagógica; o neófito colocando questões a que o mestre responde. João da Fonseca apresenta-se nesta última condição, o *Fonteo Soldado practico* mencionado no título.

Partindo do pressuposto de que o tirocínio de João da Fonseca foi adquirido na Flandres, surgem vínculos com os textos militares da época mais conhecidos, tanto espanhóis como italianos. No caso da fortificação, os *Quesiti* de Tartaglia e o tratado de Giacomo Lanteri encontram-se na forma de diálogo; outros, formulados desta maneira, surgiram sobretudo a partir dos anos 40 — salvo os *Dialogi* de Antonio Brucchioli, de 1526 (tabela 11).

<i>Autor</i>	<i>Diálogos — discursos</i>	<i>Data</i>
Antonio Brucchioli	<i>Dialogi</i>	1526
Núñez Alba	<i>Dialogos de la vida del soldado</i>	1552
Giovanni Possevino	<i>Dialogo dell'honore</i>	1553
Francisco Mexía	<i>Dialogo del soldado</i>	1555
Jerónimo de Urrea	<i>Dialogo de la verdadera honra militar</i>	1556
A. Farra	Discurso dell'ufficio del capitano	1556
Giovanni Levo	Discurso dell'ordine...	1557
Ascanio Centorio	Il primo discorso di guerra	1558-1562
Bernardino Bombini	Discurso intorno il governo della guerra	1566
Bernardino Rocca	De' discorsi di guerra	1566
Domenico Mora	<i>Tre quesiti in dialogo</i>	1567
Sancho de Londoño	Discurso...	1568 ²⁰
Francisco de Valdés	<i>Espejo y disciplina militar. Por manera de un Dialogo...</i>	1571 ²¹

Tabela 11 – Diálogos e Discursos

Fonte: Tabela do autor

A semelhança dos títulos é o aspecto que nos parece mais evidente, e dois destes impressos destacam-se, o *Dialogo Militar* de Francisco de Valdés e o *Discurso* de Sancho de Londoño. Embora impressos em 1578 e 1587, respectivamente, sabe-se que Francisco de Valdés terminou a redacção em 1571 e Londoño em 1568, alguns anos antes do regresso de João da Fonseca a Portugal. Fazendo uma comparação detalhada entre os três títulos, detectam-se interessantes semelhanças. Começando pelos castelhanos, segundo a cronologia da respectiva redacção:

Sancho de Londoño, redigido em 1568

Discurso sobre la forma de reducir la disciplina militar a mejor y antiguo estado

Francisco de Valdés, redigido em 1571

Espejo y disciplina militar. Por manera de un Dialogo Militar del maestre de Campo Francisco de Valdés. En lo cual se trata del Oficio de Sargento mayor

João da Fonseca

Dialogo, e Discurso militar entre Fonte Soldado practico, e Lusitano bisonho sobre o officio de Sargento mor...

Detectamos certas palavras-chave repetidas nos respectivos títulos: o manuscrito português repetiu de Londoño as palavras *Discurso* e *militar* (sublinhado); no caso de Francisco de Valdés vemos mais repetições, *disciplina militar*, *Dialogo Militar* e *Oficio de Sargento mayor*. Sancho de Londoño foi mestre-de-campo de Valdés durante as campanhas da Flandres, e o seu livro por certo serviu de referência para o *Espejo*. Este foi escrito como um hipotético diálogo entre Sancho de Londoño e um certo Vargas¹⁴⁹, tal como *Fonte Soldado practico, e Lusitano bisonho* no manuscrito português. A extensão do título do texto de João da Fonseca leva-nos a crer que, como em muitos outros casos, poderia funcionar como um índice do trabalho. Assim, poderíamos aferir as semelhanças de conteúdo através da comparação com os temas abordados no *Espejo Militar* de Valdés. A organização das matérias é um dos pontos de contacto, nomeadamente a sequência dos respectivos assuntos, que Francisco de Valdés associou com o ofício de Sargento Mayor — os cargos militares, a forma dos esquadrões, a marcha, o alojamento, a guarda, os castigos (Valdés e *Fonseca*):

A forma dos esquadrões:

«La tercera parte del oficio del Sargento Mayor, la cual consiste

¹⁴⁹ Talvez se trate de Francisco de Vargas y Bernaldo de Quirós, da casa de Vargas de Madrid, capitão do terço onde Valdés se encontrava incorporado na guarnição de Deventer, nos Países Baixos.

principalmente en hacer Buenos, firme e convenientes órdenes formando sus escuadrones [...].»¹⁵⁰

«Trata-se asi mesmo da essencia de huma Companhia, Terço, e Campo formado [...].»

Os cargos militares:

«Lo tocante a los officios de Capitán, Alferez, Sargento y Cabo de escuadra; cuáles son sus preeminencias, cuales y cuántas sus obligaciones según el officio que ejercita [...].»¹⁵¹

«[...] Com todos os Officiaes declarando as obrigaçoens de cada hum por si [...].»

A marcha:

«[...] Cómo os parece que se debe repartir la gente del tercio quando camine [...].»¹⁵²

«[...] Procedese na ordem com que marcha hum Terço, e pelo conseguinte hum exercito formado [...].»

O alojamento:

«[...] En alojándose el tercio [...].»¹⁵³

«[...] O qual finalmente se aloja [...].»

As guardas:

«[...] En qué parte se han de poner de guardia [...] y disponer de tal manera las centinelas [...].»¹⁵⁴

«[...] Com todos os postos, e observancias ao tal effeito necessárias [...].»

Os castigos, agora descritos por Sancho de Londoño:

«[...] Para poder exercitar bien su officio, ha de tener [...] todos los instrumentos que para hacer rigurosa justicia se requieren [...].»¹⁵⁵

«[...] E juntamente hum tratado dos casos, que na Infantaria Espanhola saõ de Castigo arbitrario, ou capital [...].»

Londoño refere ainda uma situação particular, os presídios:

«Los gobernadores de Presidios que tienen autoridad de Capitanes de guerra deben prender los soldados delinquentes de las compañías.»¹⁵⁶

«[...] Com a ordem, e declaração como se procede nos ditos cazos assi em presídio [...].»

¹⁵⁰ Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 39.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 34.

¹⁵² *Ibid.*, p. 52.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 49.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 52.

¹⁵⁵ Sancho de Londoño, *Discurso sobre la forma de reducir la Disciplina Militar a mejor y antiguo estado*, Madrid, Ministério de Defensa, 1993 [1.^a ed. 1594], p. 39.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 45.

Evidentemente que é impossível retirar conclusões definitivas sem termos acesso ao conteúdo do manuscrito. Mas a escrita *de re militari* não resultou de uma produção isolada, pois cada autor amalgamou as suas referências de forma mais ou menos perceptível. Assim, o vínculo entre estes três não deixa de ser uma hipótese plausível.

4. O Quarto Livro das Instruções Militares

Regimento de Guerra, Diálogo e Discurso Militar e Quarto Livro das Instruções Militares, qual terá surgido em primeiro lugar? Esta é uma pergunta sem resposta definitiva, mas o facto de Isidoro de Almeida ter publicado apenas uma parte da sua obra poderia sugerir alguma pressão para as *Instruções* chegarem rapidamente ao prelo. Da mesma maneira, a redacção do manuscrito de João da Fonseca no mesmo ano pode confirmar a mesma urgência, mas a chegada dos italianos de Sabóia avivou o interesse sobre a teoria militar de origem italiana, confirmado pelo aparecimento de manuscritos portugueses no início dos anos 70. A participação régia nesta escrita é a prova cabal da actualidade da reaprendizagem da guerra moderna em Portugal, um dado fundamental que comprova o envolvimento do poder institucional neste processo. Martim Afonso de Melo pode ter escrito o seu texto em resposta ao tratado impresso de Isidoro de Almeida, pois se este último se encontra mais próximo da letra do *Regimento dos Capitães-Mores* na estrutura, faltou-lhe a componente prática — leia-se operativa — da actividade bélica. Ou o contrário também pode ter sido verdade, por faltar ao *Regimento de Guerra* a vertente institucional implícita. Em todo o caso, somos levados a crer que quer o texto de Melo quer o manuscrito de Almeida circularam entre os especialistas ou interessados sobre a guerra, de tal forma que deram mais tarde origem a outros dois textos.

4.1 Isidoro de Almeida

Isidoro de Almeida¹⁵⁷ era natural do Algarve, filho de Vitória Ornelas, ama do príncipe D. Filipe (1553-1539). Desconhece-se a data da morte, mas um alvará régio de Julho de 1577 confirmou-o como provedor dos metais do reino, cargo que exercia desde 1559. Acompanhou o rei na primeira expedição de 1574 a Tânger, mas não esteve presente na *jornada* ao Sul de Portugal, em 1573. Provavelmente estaria afligido por algum problema grave, como parece sugerir na dedicatória do *Quarto Livro* — «dar à luz este breve trac-

¹⁵⁷ O filho de Isidoro de Almeida, Lourenço Almeida, teve «mercê» de D. Sebastião em Dezembro de 1573, por morte da mãe.

tado, em tam deffcil tempo pera mim»¹⁵⁸.

Teria frequentado a Universidade de Coimbra, e em data que se ignora seguiu para Itália, onde participou na guerra do Piemonte. E teria regressado a Portugal por volta de 1550. Foi a sua experiência italiana que, por certo, lhe proporcionou integrar-se na equipa enviada aos Açores em 1552 para supervisionar as campanhas de fortificação em curso. Na ilha Terceira foram inspecionadas as obras de defesa do porto de Angra (1553). Manuel Machado, mestre das obras das capelas dos Açores, tinha gizado um esboço em 1551, que Almeida eventualmente alterou. Na ilha de São Miguel resultaram reformulações nos fortes de São Sebastião e São Brás de Ponta Delgada. Para este último, também iniciado em 1551 com desenho de Manuel Machado, foi apresentando novo traçado. Era grande o crédito depositado na equipa, porque as alterações foram confirmadas por carta régia de 12 de Dezembro de 1553, e Almeida usufruiu da atribuição de tença em 1554, confirmada em 1556 «pelos serviços prestados», ao mesmo tempo que aguardava o ingresso na Ordem de Cristo.

Por essa altura, provavelmente depois de regressar dos Açores, Isidoro de Almeida trabalharia numa tradução do tratado de fortificação de Albrecht Dürer¹⁵⁹, o que nos coloca perante uma eventual mas limitada influência deste texto. Algum acolhimento o tratado do alemão teve em Portugal, mas as propostas de Dürer contemplaram apenas os traçados circulares, então já ultrapassados. Os últimos exemplos de fortificações circulares no espaço português datavam dos anos 30, em Safim e Alcácer Ceguer, ou nos anos 40 no Oriente, em Ormuz e Barém. O forte circular de Peniche foi talvez o exemplo mais tardio. O conde de Atouguia, em carta enviada a D. João III, chamou novamente a atenção para o perigo de um desembarque inimigo, entendendo a urgência da situação pela proximidade à capital. A missiva antecipava o valor do custo para edificar uma fortaleza¹⁶⁰; a construção iniciou-se em 1557 e, de acordo com a inscrição na lápide colocada sobre a porta, foi terminada em 1558. Consistia numa cerca com a respectiva cava ocupando parcialmente o espaço da cidadela actual e cujo ponto nevrálgico deveria ser constituído pelo baluarte designado por redondo, provavelmente o «castello» referido no orçamento. O autor do orçamento, Luís Fernandes, era um pedreiro morador em Lisboa que trabalhou em Setúbal. Foi mestre-de-obras do Convento de Nossa Senhora da Conceição ou do «Vale Benfeito», perto de Óbidos, entre 1550 e 1568. A proximidade geográfica entre

¹⁵⁸ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p.125.

¹⁵⁹ A única referência a este respeito é feita por Gaspar Frutuoso.

¹⁶⁰ O orçamento totalizava um conto e oitocentos e setenta mil e oitocentos réis, e neste valor incluía-se o preço para a construção do «Castello», 1414,800 reis (Adolfo Silveira Martins, *Breve Apontamento sobre a História da Fortaleza de Peniche*).

os dois estaleiros pode sugerir que teve um papel activo na concepção da fortaleza, senão mesmo que foi o principal responsável. Quanto a Isidoro de Almeida, a sua passagem pelo Norte de África em 1558 deixa pouca margem para uma participação no traçado da fortaleza inicial de Peniche, tal como o carácter antiquado da configuração – com ligação aos modelos de Dürer – o sugere.

Com a pressão militar dos xarifes sáidas, que se agravava desde a queda de Santa Cruz, o Norte de África voltou para a ordem do dia, embora numa vertente essencialmente defensiva. A política era mandar fortificar os «lugares marítimos deste Reyno», cujo primeiro mentor terá sido o infante D. Luís, por cuja iniciativa se contrataram em Itália homens entendidos nas novas formas de fortificação. As publicações de Giacomo Leonardi em 1553 e de Pietro Cataneo e Zanchi em 1554 afirmaram inequivocamente o sistema angular como modelo de fortificação moderna, dando início a um novo ciclo editorial que continuou sem interrupção e foi aumentando progressivamente com o aproximar do final do século. A eventual tradução de Dürer ficaria assim definitivamente desactualizada em Portugal. É o que se constata pelas críticas de um engenheiro português ao traçado circular do castelo inglês de Guynes, em curso nos anos 50, e que lhe valeram a violenta reprovação de Henrique VIII.

São conhecidas as campanhas de fortificação para reforço dos três pontos-chave que se mantinham nas mãos dos Portugueses. Por ordem de D. João III Isidoro de Almeida seguiu com Pedro Álvares Correia para o Norte de África, talvez em 1546, com a missão de girar uma solução de reforço das ultrapassadas fortificações da cidade de Tânger. Já durante a regência na menoridade de D. Sebastião, os «arquitectos régios» Diogo Teles e Isidoro de Almeida encontravam-se em Tânger a estudar uma intervenção de fundo, juntamente com o mestre-de-obras André Rodrigues. As desavenças, sobretudo entre Teles e Rodrigues, fizeram arrastar os trabalhos; Diogo Teles terá abandonado a equipa em 1558, altura em que André Rodrigues preparava uma maquete para enviar a Lisboa na qual expunha a sua solução para o traçado. A presença da «junta de arquitectos régios» ter-se-á prolongado até 1562, mas em 1573 D. Sebastião concedeu a Jorge Gomes uma tença anual de vinte mil reais como mestre-de-obras em Tânger, centralizando as responsabilidades numa única pessoa. Apesar da demora, o resultado final foi um notável complexo abaluartado com traçado moderno, hoje em parte desaparecido mas do qual ainda se detectam vestígios encravados nas construções da medina da cidade. **(figura 170).**

Na viagem de 1574 a fortaleza já se encontrava terminada, e a potência das fortificações levou mesmo o monarca a afirmar que receava que os Mouros não se atrevessem a atacar semelhante forta-

leza. Ignora-se qual a extensão da intervenção de Isidoro de Almeida, mas o facto de ter seguido com o rei pode indicar que foi um dos principais autores do traçado. Assim, podemos supor que Isidoro de Almeida passou relativamente incólume pelas polémicas que envolveram os trabalhos de fortificação em Tânger. A sua reputação está na base da nomeação, a de 10 Janeiro de 1559, como provedor-mor dos metais em substituição de Manuel Quadros, que havia renunciado ao cargo. No ano seguinte, o primeiro duque de Aveiro, D. João de Lencastre (1501-1571)¹⁶¹, encomendou a Almeida o projecto da capela-mor do convento de São Domingos, em Coimbra. Esta foi, provavelmente, a altura em que Isidoro de Almeida gozou de maior prestígio.



Figura 170 – Vestígio do baluarte sudoeste com o respectivo cordão de remate
Fonte: Fotografia de Jorge Correia

4.2 O cerco de Mazagão

A mais extensa e detalhada notícia sobre Isidoro de Almeida encontra-se nas relações do cerco de Mazagão de 1562, *A História do Cerco de Mazagão*, o *Tratado do Cerco de Mazagão*, a crónica no estudo intitulado *Mazagão* e as cartas dos jesuítas e o relato anónimo publicadas por Gavy de Mendonça e John R. C. Martyn. Isidoro de Almeida teria escrito uma *História e Sucessos do Cerco de Mazagão*, e talvez as demais relações lhe sejam devedoras dado que desempenhou durante as operações militares.

¹⁶¹ D. João de Lencastre, duque de Aveiro e primeiro marquês de Torres Novas, era filho de D. Jorge de Lencastre (1481-1550), duque de Coimbra e mestre da Ordem de Santiago. Filho bastardo de D. João II, tentou a sua legitimação sem sucesso. O seu filho D. Jorge (1558-1578) tornou-se próximo de D. Sebastião e acompanhou-o a Alcácer Quibir, onde morreu.

Não encontramos confirmação documental sobre a presença de Isidoro de Almeida no Norte de África em 1562, em época anterior ao cerco, mas podemos supor que se encontraria em Tânger assistindo às obras de remodelação das fortificações. A notícia de um ataque iminente chegou à cidade nos últimos dias Fevereiro, por intermédio de um cristão-novo chamado Nicolau da Conceição. Rui de Sousa de Carvalho (1536?-1573), então capitão interino, tratou de preparar a defesa. Segundo o relato anónimo publicado por Martyn, chamou Isidoro de Almeida, sugerindo assim que se encontrava em Marrocos. Poderá assim ter sido com a orientação de Almeida que se escavaram túneis de contra-mina debaixo dos baluartes mais expostos ao cerco, os baluartes de São Pedro e do Santo Espírito, este último particularmente enfraquecido pela pouca profundidade do fosso (**figura 171**).



Figura 171 – O baluarte do Santo Espírito

Fonte: Fotografia de Jorge Correia

Entretanto, o alcaide de Azamor saía com o seu contingente no dia 28 de Fevereiro, e a 2 de Março juntou-se-lhe o filho do xarife Abdalah al-Gâlib (1517-1574), Mulei Mahamet (?-1578)¹⁶². Chegaram a Mazagão no dia 4 de Março e repartiram as tropas por três arraiais, cobrindo uma área num raio de vários quilómetros. O homem que trouxe a notícia do ataque iminente evadiu-se dois dias antes da chegada do exército sitiante, e certamente relatou as debilidades defensivas que encontrou. Sondadas as defesas na noite de 6 de Março, os sitiantes iniciaram a construção de uma trincheira frente ao baluarte do Espírito Santo, cujo fosso não se encontrava concluído, deixando a posição mais exposta. O capitão estava ciente desta fragilidade, e reforçou a posição com várias estâncias (**figura 172**).

No dia 7 foi recusada uma proposta rendição, e os trabalhos de cerco avançaram sob orientação determinada de um elche de ori-

¹⁶² Mais tarde aliou-se a D. Sebastião contra o tio (Abdelmeleque) culminando na batalha de Alcácer Quibir.

gem castelhana, António de Longronho. Frente ao revelim da porta da vila colocaram 17 peças de artilharia pesada a cerca de 40 passos dos muros da fortaleza. Ao longo do fosso abriram uma trincheira cercando completamente a fortaleza pelo lado de terra, e a pouco mais de 300 metros da frente do baluarte do Santo Espírito foi erguido um bastião com 2 grandes canhões protegidos com «mantas». O dispositivo de cerco foi reforçado neste local, julgado como o mais frágil da muralha, e escavou-se outra trincheira desde o revelim pequeno até ao canto daquele baluarte. Por fim, o fosso inacabado foi rapidamente entulhado, de tal maneira «que um cavalo poderia subir ao muro»¹⁶³.



Figura 172 – A defesa das muralhas de Mazagão durante o cerco de 1562
Fonte: Desenho de Jorge Correia anotado pelo autor

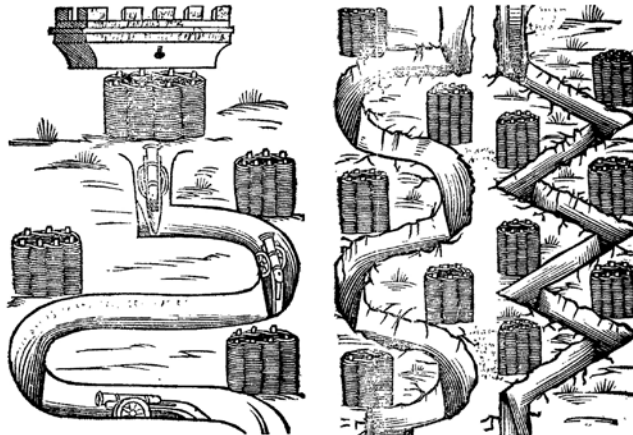


Figura 173 – Fortificações de assédio (I)
Fonte: Battista della Valle (1521)

¹⁶³ Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão. A epopeia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 258.



Figura 174 – Fortificações de assédio (II)

Fonte: Gabriello Busca (1585)

Operação de contra-bateria

A partir de 7 de Março iniciou-se formalmente o cerco com bombardeamentos de canhões e trabucos — artilharia de tipo neorobalístico, vulgo catapultas e outras máquinas afins. O tiro indirecto era principalmente lesivo da moral, caindo pelouros de grandes dimensões sobre o interior da fortaleza. As peças de grande calibre que batiam o baluarte do Santo Espírito eram especialmente devastadoras. A 10 de Abril os sitiados tinham conseguido derrubar uma boa parte; pelo dia 13 era o cavaleiro que se encontrava demolido. A situação era insustentável, e no dia seguinte fizeram-se planos para contrariar a bateria inimiga. Foi Isidoro de Almeida quem se encarregou colocar as peças, «quatro meios-camelos», em posição de disparar em contra-bateria — «à maneira de trabucos» (figura 175).

O resultado foi coroado de êxito, e a pressão sobre o baluarte cessou por completo por muitos dias, permitindo reparar as defesas. Chegaram entretanto reforços do reino. Gaspar de Magalhães trouxe uma companhia de 250 soldados e outros homens «que levou à sua custa».

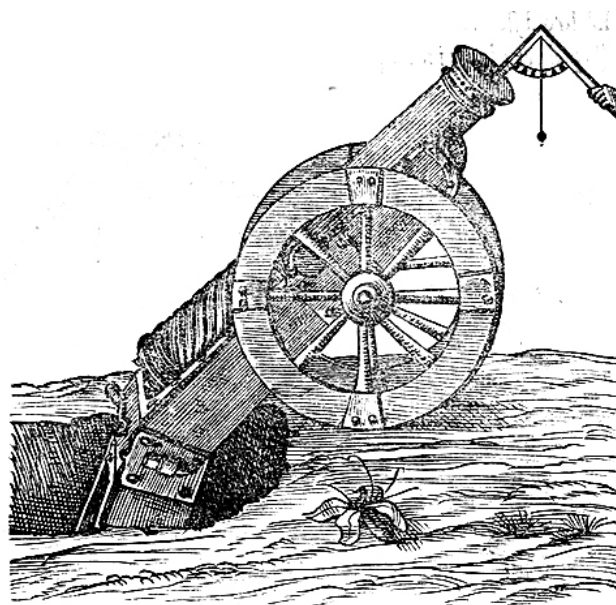


Figura 175 – Maximização do alcance de um canhão «à maneira de trabucos»
Fonte: Nicollò Tartaglia (1546)

Operações de contra-mina



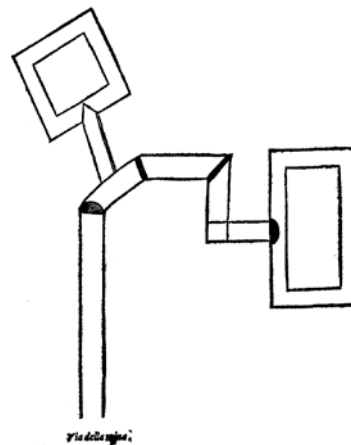
Figura 176 – Operações de minagem de muralhas (I)
Fonte: Gabriello Busca (1585)
Lançamento de um túnel de minagem com recurso à triangulação.

Os sitiantes haviam iniciado uma mina (**figura 176**) na direcção do baluarte do Santo Espírito. Os defensores aperceberam-se, e a 12 os «cabouqueiros» chefiados por Francisco da Silva iniciaram a respectiva contra-minagem. A 13 de Abril sentiu-se uma grande trepidação por debaixo do baluarte, indicação evidente de que a mina se aproximava. Isidoro de Almeida tratou primeiro de determinar qual seria a direcção exacta da mina inimiga. Identificado o local de onde provinha o ruído mais forte, colocou em vários locais estratégicos alguns recipientes com ovos, que ao vibrarem em resultado do impacto das picaretas indicaram a direcção por onde se aproximavam os sapadores inimigos. Rapidamente redireccionou a contra-mina, e a 15 encontraram-se no subsolo mina e contra-mina, a cerca de 2 metros para «dentro do baluarte».

À noite os Portugueses sondaram ansiosamente todas as paredes da galeria, e identificaram o local onde se julgava encontrar-se a mina dos adversários. Abriu-se cuidadosamente um orifício de observação, mas ao tentar introduzir uma tocha os inimigos reagiram ferozmente. As armas cruzaram-se de um e outro lado da parede que separava as galerias. A abertura foi rapidamente obstruída e a noite acabou por se passar em vigília, com os homens de armas na mão e água pelos joelhos. Pelo amanhecer do dia 16, foi ordenado que se deitasse abaixo a divisória. Os mouros tentaram impedir a demolição, mas um disparo pela abertura acabou por permitir a entrada dos portugueses, que consumaram a vitória depois de Francisco da Silva ordenar que se fizesse nova abertura pelo flanco (**figura 177**).

Figura 177 – Operações de minagem de muralhas (II)

Fonte: Girolamo Ruscelli (1566)
Galerias de minagem.



Nesse dia chegaram novos reforços de Portugal, acompanhados pelo engenheiro Tommaso Benedetto, que ficou estupefacto ao confrontar-se com o estado arruinado do baluarte do Santo Espírito e a imponentia dos trabalhos de assédio do inimigo. Recusou-se a ficar, com o pretexto de «que ele não fora ali mandado de Sua Alteza

para mais que ver os termos em que estava a fortaleza». Todavia, os soldados que vieram com o engenheiro italiano foram imprescindíveis para os acontecimentos que a seguir tiveram lugar.

Os assaltos

A 22 de Abril o bastião levantado frente ao baluarte do Santo Espírito estava terminado. Com «156 palmos de altura e 2240 palmos de circuito, nos lados mais dois bastiões, mais pequenos», guarnecido por «grande soma de arcabuzeiros»¹⁶⁴, constituía um ponto de apoio para qualquer ataque. Cerca do meio-dia de 24 de Abril deu-se o primeiro grande assalto ao baluarte do Santo Espírito. Em primeiro lugar, uma força de diversão tomou posição na couraça, junto do baluarte de São Sebastião, para inibir qualquer a transferência de reforços. O bombardeamento preliminar iniciou-se pela manhã e durou até às 11.00 h, seguindo-se um violento assalto. A situação dos defensores agravou-se subitamente com a explosão accidental de uma reserva de pólvora, mas nesse momento crítico o capitão da praça ordenou que Isidoro de Almeida fizesse pegasse fogo aos 10 barris que se encontravam na contra-mina (**figuras 178 e 179**).

Figura 178 – Operações de minagem de muralhas (III)

Fonte: Giorgio Martini (c.1470-1492)
Processo de deflagração das minas.

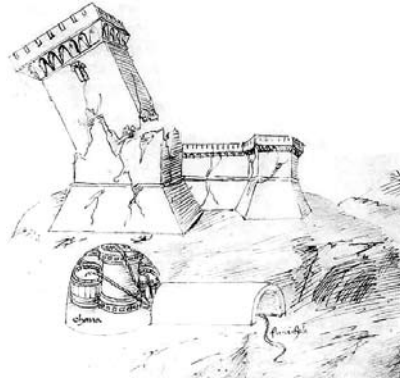


Figura 179 – Operações de minagem de muralhas (IV)

Fonte: Girolamo Ruscelli (1566)
Contentor explosivo.

¹⁶⁴ Augusto Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 260.

A tremenda explosão fez ruir o chão até à trincheira dos sitiantes, com enormes labaredas a erguerem-se do subsolo, causando enorme morticínio entre os assaltantes. Os combates ainda continuaram por mais de quatro horas, mas sem a intensidade inicial, e terminaram ao cair do dia com a vitória dos Portugueses — embora custosa, pois morreram 11 dos defensores e ficaram feridos 60, a maior parte com graves queimaduras. Na noite de 25 de Abril Isidoro de Almeida saiu pela mina a reconhecer os trabalhos de sapa que o inimigo levava a cabo por baixo da estância de Nuno Fernandes de Magalhães. Na noite do dia seguinte foi a vez de Cleofas Gil proceder a outro reconhecimento, detectando um novo perigo. De facto, ao mesmo tempo que minavam, os Mouros construíram um parapeito destinado a bater as defesas. Este estava a ficar perigosamente mais alto, e, alarmados pelo reconhecimento de Cleofas Gil, os defensores iniciaram a 27 de Abril o alteamento do baluarte do Santo Espírito. Deu-se início à construção de um «través» de madeira que permitisse igualar a altura da obra inimiga. Porém, no dia seguinte o baluarte foi alvo de intenso bombardeamento, enquanto os defensores tentavam desesperadamente concluir os trabalhos.

A 30 de Abril deu-se novo assalto ao baluarte do Santo Espírito. Os defensores, já mais experimentados por quase um mês de cerco, coordenaram a defesa de forma ainda mais eficiente. Isidoro de Almeida fez saltar 19 barris de pólvora, e a detonação, perfeitamente coordenada, pulverizou várias dezenas de assaltantes ao mesmo tempo que esvaziou muito do entulho que enchia a cava. Obrigados a utilizar escadas, os Mouros tornaram-se alvos fáceis para os artilheiros e atiradores portugueses, que dizimaram rápida e metodicamente os assaltantes. Ainda assim, o encarniçamento dos atacantes fez prolongar o assalto por cerca de cinco horas, até ao cair da noite. A 7 de Maio, cerca de dois meses depois de iniciado o cerco, a cavalaria inimiga pegou fogo ao arraial, e a coberto do fumo levantaram o acampamento; ainda se disparou uma bombarda do baluarte de São Sebastião, atingindo alguns dos fugitivos.

Terminadas as operações, perde-se novamente o rasto a Isidoro de Almeida. Podemos supor que voltou a Portugal, onde eventualmente colaborou na construção do forte de São Julião da Barra com Miguel de Arruda, nomeado Vedor das obras entre 1562 e 1568. O cardeal D. Henrique deu a empreitada por terminada em 1568, embora entre 1573 e 1579 ainda se trabalhasse nas obras. Pode significar que terá terminado o contrato com Miguel de Arruda, e por arrastamento teria também chegado ao fim a eventual participação de Isidoro de Almeida. O que, a ser verdade, nos sugere que Almeida estaria de alguma forma associado com os Arrudas, embora esta hipótese não possa deixar de constituir uma mera conjectura.

4.3 A estrutura e os textos contemporâneos

O principal objectivo do *Quarto Livro*, como tem sido referido, seria dar resposta aos problemas levantados pela publicação das ordenanças sebásticas. Como o próprio autor deixou escrito, «Avendo que para ho serviço del Rey nosso señor & bem publico [...] podia ser de alguma importância, por tratar do que cumpre particularmente aos officiaes e infantaria»¹⁶⁵. O texto pretendeu esclarecer quais as «obrigações dos oficiais de gente a pé e de cavalo», estipuladas pela legislação de 1570. Sublinhou-se assim a intenção implícita de corrigir a falta de experiência dos oficiais, tantas vezes referida no contexto português. Mas é também verdade que era um problema generalizado à própria Espanha, como o tratadista espanhol Bernardino de Escalante deixou claro: «De no averse exercitado los Sargentos mayores vinen hallarse al tiempo del efeto muy embaraçados, y a caer en muchas faltas»¹⁶⁶. O aumento quantitativo dos exércitos, que resultou dos esforços no sentido de tornar o recrutamento universal, não foi acompanhado por uma preparação sistemática dos soldados para a guerra. Foi necessário um profundo reajustamento, que naturalmente deixou passar muitas lacunas na formação militar dos combatentes, em especial dos oficiais. Podemos presumir que o texto de Isidoro de Almeida tivesse um cunho pedagógico implícito, como aliás tantos outros, mas neste caso directamente relacionado com o próprio poder instituído — o rei. A dedicatória do *Quarto Livro das Instruções Militares*, dirigida a Martim Gonçalves da Câmara — que como sabemos acumulou cargos importantes durante a época sebástica —, revela outra eventual relação com o próprio aparelho do Estado. Martim Gonçalves da Câmara era irmão de Luís Gonçalves da Câmara, confessor de D. Sebastião até à data do seu falecimento em 1575¹⁶⁷. Isidoro de Almeida movimentar-se-ia assim num círculo próximo do rei, ou pelo menos assim o pretenderia.

Outra pergunta que poderemos fazer será: qual a razão de apenas uma parte da obra ter sido vertida em impresso? Não há dúvida de que o *Quarto Livro* fazia parte de uma obra de maior envergadura, compreendendo pelo menos seis partes distintas. Almeida afirmou-o explicitamente na dedicatória, «que das instruções Militares que tenho scripto fizesse imprimir agora este Quarto livro»¹⁶⁸. Portanto, parece lícito supor que se encontravam escritos outros vo-

¹⁶⁵ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 125.

¹⁶⁶ Bernardino de Escalante, *op. cit.*, p.83.a.

¹⁶⁷ Martim Gonçalves da Câmara esteve em Marrocos ao serviço da Companhia de Jesus, foi nomeado mestre de D. Sebastião, coadjuvado pelo padre Amador Rebelo (que mais tarde escreveu uma memória sobre o monarca). A sua morte foi profundamente sentida pelo rei.

¹⁶⁸ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 125.

lumes das *instruções militares*, de que aliás Almeida refere alguns dos temas¹⁶⁹. Existiria também a clara intenção de publicá-los, «[...] em quanto se nam imprimem os outros»¹⁷⁰, e fica a certeza de que o plano previsto continha pelo menos seis livros. Talvez a publicação de apenas o *Quarto Livro* tivesse em vista uma adequação do conteúdo ao teor das ordenanças de 1570, ou talvez a circulação de outros textos tivesse tornado inútil a repetição de um novo livro versando os mesmos assuntos. Ou em antecipação, concorrência ou mesmo resposta ao manuscrito de João da Fonseca que surgiu nesse mesmo ano de 1573. O detalhe com que descreveu as competências de cada um dos intervenientes, desde o soldado ao Mestre de Campo, parece uma resposta que excedia o texto de Fonseca, centrado «sobre o officio de Sargento mòr». Ou a razão poderá ainda ter sido que o rei tivesse escrito o seu próprio tratado, ao qual Almeida não se quisesse sobrepor.

Tal como o *Regimento de Guerra*, os restantes livros da obra de Almeida não foram objecto de impressão, embora a sua circulação em Portugal seja um dado adquirido, porque motivaram as anotações de Luís Álvaro Seco, 24 anos depois. Que perduraram no tempo é outro facto igualmente notável, porque Seco não escreveu o seu texto por iniciativa própria mas sim a pedido de outrem, facto revelador de que se mantinha vivo o interesse em torno do livro de Isidoro de Almeida. Como também o *Regimento de Guerra* seria objecto de uma versão aumentada na forma do manuscrito português anónimo *De Re Militari*¹⁷¹, o que indica que os dois textos devem ter circulado em paralelo. Assim, parece revelar-se a existência de um debate em Portugal em torno de uma escrita de guerra exclusivamente portuguesa.

Outro aspecto curioso é a publicação em Évora e não em Lisboa. A corporação dos livreiros de Lisboa tinha mais de cinquenta membros, e a irmandade de Santa Catarina patrocinou a construção de uma igreja com traça do arquitecto favorito do rei, Afonso Álvares. Não se tratava de uma corporação pouco influente, portanto. Porém, a qualidade da impressão deixaria muito a desejar, e António Mariz, de Coimbra, superava os impressores lisboetas. D. Sebastião apreciava longas estadias fora da capital, e Sintra, Almeirim e Évora eram alguns dos seus destinos habituais. O monarca encontrava-se em Évora no início de 1573, e foi daqui que partiu para a viagem de inspecção ao Alentejo e Algarve. O livro de Isidoro de Almeida foi

¹⁶⁹ «[...] Do modo de que se devem armar os soldados, se tratou no livro segundo largamente [...] formar seu esquadram quadrado ou como melhor lhe parecer, acerca das formas dos quaes no sexto livro se dirá» (Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 170).

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 125.

¹⁷¹ Anónimo, *De Re Militari* [manuscrito], *op. cit.*.

impresso em 1573, e pode ter sido essa outra razão para não integrar o séquito, mas certamente quando findou o périplo se reuniu com o rei quando este voltou a Évora. De facto, D. Sebastião permaneceu em Évora até meados de Agosto. E em Évora encontrava-se um dos capitães italianos que chegaram a Portugal em 1570, «homem velho, muy practico», que vimos dirigir os alardos em 1572. Portanto, foi nesta cidade que eventualmente se reuniram com o rei dois veteranos das guerras de Itália. Registado o resultado das inspecções, o conselho destes soldados práticos pode ter contribuído para a elaboração das alterações ao *Regimento dos Capitães-Mores*, que se corporizaram nas provisões implementadas no ano seguinte. Mas esta é apenas uma mera hipótese.

A estrutura do impresso de Isidoro de Almeida articulou-se em torno dos «oficiais da infantaria». Os anos 60 foram pródigos na edição de textos italianos sobre arte militar; Cataneo, Ferreti, Cicuta, Ruscelli, Rocca, Cicogna, Coniano, Centorio ou Mora publicaram alguns dos títulos de uma intensa produção teórica sobre a guerra, que incluiu tanto a artilharia como a fortificação. Esta proliferação da escrita parece ter lugar depois da redescoberta editorial de alguns textos da Antiguidade, que ocorreu a partir de meados do século. Superou-se a referência omnipresente de Vegécio, apesar de publicado em 1533 e 1535 e traduzido do latim para o italiano em 1525 e 1551. Políbio foi outro autor com várias impressões (1537, 1555, tanto em latim como traduzido em italiano, para além de outras), mas Onesandro (traduzido para italiano e castelhano em 1532 e 1567, respectivamente) e Frontino (1543). Os *Comentários* de César e Políbio foram traduzidos por Palladio, Eliano foi ao prelo e, traduzido para italiano em 1551 e 1552.

Ano	Autor	Título
1526	Antonio Bruccioli	<i>Dialogi</i>
1544	Francesco Mirandola	<i>Opera Chiamata Pratica et Esperienza del Guerreggiare Moderno</i>
1545	Lodovico Dolce	<i>Il Capitano</i>
1556	Girolamo Garimberto	<i>Il Capitano Generale...</i>
1558	Ascanio Centorio	<i>Il Primo Discorso di Guerra [...] sopra l'ufficio d'un capitano generale di essercito</i>

Tabela 12 – Os cargos militares na tratadística italiana até meados do século XVI
 Fonte: Tabela do autor

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Em todo o caso, parece evidente que o surto de escrita sobre a guerra em Portugal a partir de meados dos anos 60 — sem paralelo com o que aconteceu no passado — teve uma clara filiação na tratadística italiana das décadas de 50 e 60. Ao compararmos os títulos de alguns dos textos italianos (**tabela 12**), concluímos todos dedicaram uma atenção especial à questão dos cargos militares e das funções que se encontravam atribuídas a cada um deles.

Quarto Livro das Instruções Militares	Ferretti/Cicogna/la Vega/Londoño/Mora
Cap. 1 — <i>Do soldado</i>	Ferretti, ragionamento primo <i>Del costume del soldato privato</i>
Cap. 2 — <i>Como se deve levar o pique na ordenança</i>	Cicogna, capitolo 34 <i>Come si deve portare la picca nell'ordinanza</i>
Cap. 5 — <i>Do caporal</i>	Ferretti, ragionamento secondo <i>Dell'ufficio del capo di squadra</i>
Cap. 7 — <i>Do sargento</i>	Ferretti, ragionamento terzo <i>Dell'ufficio del capo del sargente</i> Londoño — <i>Los Sargentos...</i>
Cap. 9 — <i>Do alferes</i>	Ferretti, ragionamento quarto <i>Dell'ufficio del capo dell'alfiere</i> Londoño — <i>Los Alféreces...</i>
Cap. 12 — <i>Do capitam</i>	Ferretti, ragionamento sexto <i>Dell'ufficio del del capitano della compagnia</i> Londoño — <i>Los Capitanes particulares...</i>
Cap. 16 — <i>Do Coronel e do Mestre de Campo</i>	Ferretti, ragionamento settimo e ottavo <i>Dell'ufficio del Colonello</i> <i>Dell'ufficio del Maestro di Campo</i> Londoño — <i>Los Maestros de Campo</i> Mora, Libro 2, cap. 3 <i>Di che qualità deve essere il Mastro di Campo...</i>
Cap. 13 — <i>Do sargento mayor</i>	Londoño — <i>Los Sargentos Mayores</i> Mora, libro 2, cap. 4 <i>Il sargente generale di che qualità deve essere...</i>
Cap. 17 — <i>Do atâbor geral e do pífaro</i>	Londoño — <i>Los atambores y Pífaros</i>

Tabela 13 – Cruzamento de Almeida com Ferretti/Cicogna/de la Vega/Londoño/Mora

Fonte: Tabela do autor

A época era de imposição de espartilhos normativos em todos os planos do conhecimento e prática militar, tal como foi uma realidade no contexto artístico. Procurava-se o lugar dos soldados num organismo ordenado, tanto no âmbito da definição de uma estrutura orgânica de carácter administrativo como no âmbito de um enquadramento hierárquico. A definição de uma hierarquia militar foi um tema fundamental da tratadística militar no século XVI, e acompa-

nhou a formalização de uma estrutura orgânica de enquadramento dos soldados, encontrando-se em pleno desenvolvimento desde a criação dos terços de Carlos V. A produção teórica procurou acompanhar a formalização legislativa de um embrião de corpo de oficiais adstritos às unidades militares operacionais. Assim, a partir de meados do século XVI os textos *de re militari* vão ocupar-se dos cargos militares com maior ou menor evidência — *Il Capitano* (1545), *Il Capitano Generale...* (1556), *Il Primo Discorso di Guerra [...] sopra l'ufficio d'un capitano generale di essercito* (1558), não deixam dúvidas sobre o tema que se pretendeu desenvolver. Analisando a estrutura de outros textos, a lista será mais extensa, incluindo os textos de Ferretti (1566), Cicogna (1567) e Mora (1569), entre outros. Pela maneira objectiva como estruturou o conteúdo em torno da problemática das hierarquias militares, Isidoro de Almeida desenvolveu este tema dos cargos militares, antecipando o tratado de Lelio Brancaccio em quase cinquenta anos. E embora seja possível encontrar outros textos desenvolvendo o tema, não obedeceram a uma estrutura formal tão clara e objectiva como a do *Quarto Livro*.

O texto de Francesco Ferretti é um dos tratados italianos que nos parecem estar mais próximo do *Quarto Livro*, tanto do ponto de vista da forma do texto como do enquadramento temporal. Cavaleiro da Ordem de Santo Estêvão, Ferretti (1523-1593?/1600?) foi um soldado veterano das campanhas militares do Piemonte — como Isidoro —, primeiro a soldo de Francisco I, a seguir de Carlos V¹⁷², e depois sob as ordens de Guidobaldo II della Rovere. Quando serviu o duque de Urbino aprofundou o estudo da Matemática, que então se entendia ser fundamental ao exercício da guerra, tendo-se ainda dedicado ao trabalho de cartógrafo militar. Passou então a desempenhar novas atribuições, e nessa qualidade acompanhou o duque a Veneza numa visita à então famosa fortaleza da *terraferma*¹⁷³. Esteve em Malta e na Albânia, e foi depois destas campanhas, já de volta à sua terra natal, que escreveu o tratado *Della osservanza militare*. Em 1562 ficou às ordens de Giovan Battista Castaldo (1493-1563), no Piemonte, contra os Franceses de Francisco I. Era então capitão de artilharia, pois entretanto tinha já progredido vários graus na hierarquia militar.

A obra de Ferretti divide-se em dois livros, o primeiro dedicado às virtudes e deveres do soldado — tratando da educação moral e militar —, finalizando esta primeira parte com a descrição das obri-

¹⁷² Ferretti serviu Carlos V durante a Guerra da Liga de Esmalcalda (1546-1547), que culminou com a vitória de Mühlberg (1547), da qual fala no seu tratado.

¹⁷³ Como cartógrafo, esteve em Brabante, Flandres e Inglaterra, onde procedeu a diversos registos.

gações do «*capitan generale*» do exército. No segundo livro tratou da formação dos oficiais, portanto completando um *corpus* algo próximo da estrutura do livro de Almeida, embora sem a descrição mais alargada dos cargos militares que o português desenvolveu. Ainda nesta segunda parte do tratado Ferretti dedicou-se tanto à fortificação como ao modo de dispor os soldados em batalha. Isidoro de Almeida desenvolveu — ou pretendia desenvolver — estes temas em dois dos livros que faziam parte do plano da sua obra. O bolonhês Domenico Mora (1539-1586) foi autor de outro tratado que pode estar próximo do impresso de Isidoro de Almeida. Mora seguiu também a carreira das armas e foi considerado uma autoridade no domínio da artilharia e fortificação, dois assuntos que amiúde evoluíram lado a lado. A estrutura do texto de Mora é idêntica ao de Ferretti, e os dois seguiram o modelo do tratado militar da segunda metade de Quinhentos, tal como parece acontecer com o *Discurso* de João da Fonseca. Porém, Isidoro de Almeida parece ter pretendido desenvolvê-la de forma mais ambiciosa. Como vimos, previa um total de seis livros para completar a sua obra, cada um dedicado a um tema específico. O segundo livro descrevia o «modo deque se devem armar os soldados», o quarto tratava «dos officiaes da infantaria» e o sexto das formas dos esquadrões, desenvolvendo assim a mesma estrutura dos textos congêneres de Itália. Ignora-se se o seu objectivo era afirmar-se como referência da teoria militar em Portugal, mas resultou na circulação da sua obra — na vertente manuscrita e impressa —, que durou até fim do século.

A compartimentação do texto em função da especificidade dos assuntos deixa evidente uma intenção de Isidoro de Almeida de estruturar o trabalho de maneira a abarcar as três vertentes operativas do conhecimento militar, numa forma perceptível ao leitor. E embora tenha seguido a mesma estrutura que os textos italianos de Ferretti ou Mora, desenvolveu o tema dos cargos militares com muito maior detalhe. A intenção de destinar o impresso à instrução dos soldados e oficiais, num formato devidamente estruturado, é perceptível na forma como desenvolveu o cargo militar de sargento-mor. A informação relativa às *obrigações* encontra-se descrita no capítulo referente ao cargo de sargento-mor, e os procedimentos tácticos estariam descritos no *segundo livro*. Ou seja, ao contrário dos textos de autores cuja formação se limitava à actividade militar, nos quais é comum confrontarmo-nos com uma amálgama desestruturada de conhecimento prático.

Outro aspecto que parece revestir-se de importância e significado particular emerge ao compararmos a realidade portuguesa com a espanhola. Desde meados dos anos 60 que começam a surgir novos títulos sobre arte militar em língua espanhola. Já fizemos

menção ao texto impresso de Gutiérrez de la Vega, que serviu como uma das fontes do *Regimento de Guerra* de Martim Afonso de Melo. Pouco tempo depois, em 1568 e 1570, os manuscritos de Sancho de Londoño e de Francisco de Valdés circulavam por toda a Europa. Não deixa de ser curioso que a fonte de Isidoro de Almeida pareça ser a tratadística italiana, certamente decorrente do facto de a sua formação militar ter sido inicialmente colhida no Piemonte. Aqui se demonstra a importância crucial dos percursos individuais de cada tratadista. Almeida, veterano de Itália, evidencia a influência de autores italianos, ao passo que Fonseca — no mesmo ano — assumiria a preponderância dos autores espanhóis. A época sebástica é assim notável porque se absorveram as influências dos autores militares mais importantes na altura, fossem italianos ou espanhóis.

Apesar do plano da obra se estender por 6 livros, este tratado pode ser visto como complementar do outro notável trabalho que foi o *Regimento de Guerra*. Complementar porque desenvolveu e estruturou o tema dos cargos militares, assunto algo desconexo no texto de Martim Afonso de Melo. Isidoro fê-lo de maneira precoce, antecipando de forma notável o tratado de Lelio Brancaccio. Não se afastou do carácter eminentemente prático do seu antecessor, mas conseguiu fazer a ponte com a vertente institucional das ordenanças, com as quais vimos manter um vínculo próximo. Da influência italianizante contemplou as numerosas referências dispersas ao longo do texto que confirmam o vínculo de Almeida à herança da Antiguidade greco-romana. Isidoro de Almeida dominou o tríptico fortificação/arquitectura/arte militar, apenas lhe faltando a componente da *Nueva ciencia de la artillería*. O que não a exclui necessariamente, como facilmente se constata pela sua actuação no decurso do cerco de Mazagão de 1562. Parece evidente que a obra deste notável algarvio passou a ocupar um lugar privilegiado como referência da tratadística portuguesa de Quinhentos, divulgado, lido, discutido e mais tarde anotado por outro notável autor — o capitão de arcabuzeiros Luís Álvaro Seco.

Capítulo III

FAZER A GUERRA EM PORTUGAL ATÉ 1578

1. O Sistema Ideal: «Cada coisa no seu lugar»

O critério de ordem se explicita, na tragédia, inicialmente na sequência de suas partes. Ela deve ter começo, meio e fim [...] ¹⁷⁴

O sistema de regras originário da Antiguidade greco-romana pretendeu estabelecer relações de harmonia do todo com as partes. Na Arquitectura, procurou-se que o edifício se constituísse como uma peça unitária, nos dois planos conceptuais — o vertical da fachada e o horizontal planimétrico. Tratava-se de estabelecer relação entre as diferentes partes, consistindo estas nos diversos elementos arquitectónicos — paredes, vãos, etc. —, de forma a construir uma entidade «una». As colunas eram um elemento particular da composição de um edifício — o mais belo ornamento, segundo Alberti — e evoluíram a partir de elementos construtivos com função estrutural. Todavia, não se tratava de simples excrescências decorativas. Eram entidades que obedeciam a uma hierarquização em função de uma taxis, ou seja, a disposição ordenada das partes, que por sua vez eram construídas de acordo com as mesmas regras.

O lugar do Homem no Universo tão persistentemente procurado desde o Renascimento de Quatrocentos também teve um reverso da medalha: impor um espartilho, ainda que representativo da ordem divina. Na guerra, o soldado foi enquadrado como peça de uma construção rigorosa e ordenada, o esquadrão. A esta estrutura geral, o todo que assim se constituía, deviam depois associar-se vários elementos militares específicos com funções tácticas diversas. Tal como os diversos elementos arquitectónicos — colunas, portas,

¹⁷⁴ Fernando Maciel Gazoni, *A Poética de Aristóteles: tradução e comentários*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2006, p. 23.

janelas, cornijas, etc. —, os elementos de composição da forma militar também possuíam nomes — as alas, as mangas e a guarnição —, desempenhando a respectiva função militar em relação à peça central, o esquadrão.

1.1 O lugar do esquadrão

Pelos anos 20, a época em que surgiram os textos de Machiavelli e Vallo, as formas dos esquadrões apresentavam maior diversidade, pelo menos no plano teórico. Como vimos, desde meados de Quinhentos a forma dos esquadrões foi-se progressivamente reduzindo a um estreito leque de formas poligonais regulares, ainda que os textos castelhanos apontassem a outras *naciones* um maior eclectismo na utilização da forma. Segundo Bernardino de Escalante, em Itália usava-se a meia-lua e a forma de cruz, e os *esguiçaros* e *tudescos* — suíços e alemães — recorriam com frequência aos esquadrões prolongados, em especial os de grande frente. Parece ter-se verificado uma progressiva abstractização ao longo do século XVI, o que torna mais compreensível a utilização de duas formas poligonais principais, o quadrado e o rectângulo (**figura 180**), depois desdobrados em quatro figuras — esquadrões quadros de terreno e de gente, e prolongados de grande frente e de grande fundo.

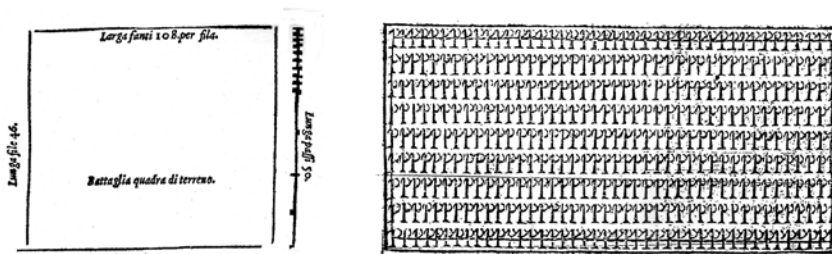


Figura 180 – Esquadrões quadros e prolongados

Fontes: Girolamo Cataneo (1571) e Luís Mendes de Vasconcelos (1612)

Esquadrão «quadro de terreno» e esquadrão «prolongado de grande frente» com proporção 3:1.

Dentro destas configurações, a forma ideal de referência era o esquadrão quadro de terreno. A divulgação da arte militar da Antiguidade foi certamente uma das razões da preferência pelas figuras geométricas básicas. Achille Tarducci (1601), citando Vegécio, referia cinco espécies de ordenança; o quadrado, a cunha, a tenaz, a serra e o círculo. A primeira figura era um polígono regular, o «quadro», e dividia-se em «turito», «lateritio giacente» e «lateritio semplice» (**figura 181**), que correspondiam, respectivamente, a prolongado, quadro de terreno e quadro de gente.

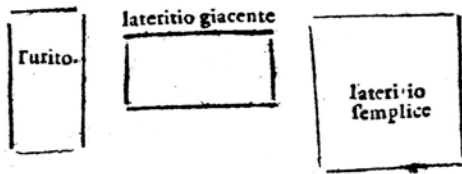


Figura 181 – Formaturas militares romanas

Fonte: Achille Tarducci (1601)

Outra razão era, naturalmente, de carácter militar. Juan de Carrión Pardo confirmou a preferência pela tipologia do esquadrão quadro de gente, enumerando várias ocasiões em que a sua utilização deu a vitória aos Castelhanos, nomeadamente em Arles e Mook. Funcionalmente, esta era portanto a disposição táctica mais abrangente, permitindo tanto a defesa como o ataque, por apresentar a mesma frente em todas as direcções. A componente estética foi outra razão. A forma geométrica do quadrado era regular e perfeita, e portanto «mas proporcionado con ygal fortaleza en vanguardia, y retaguardia»¹⁷⁵. Como um exército podia comportar vários esquadrões, era ainda possível obter uma configuração da ordem de batalha também quadrada. Por exemplo, a repetição de três esquadrões quadros de gente construía uma forma próxima do quadrado. Assim se manteve a proeminência da forma quadrada pela segunda metade do século, materializada no arquétipo do esquadrão quadro de terreno:

[...] Porque com elle se pode caminhar para todas as partes [lados], e o mesmo retirar para todas ellas, e se pode partir em quantas partes quizer, e assim abrir, e tornarse a cerrar sempre em ordem, o que nam tem o Esquadram redondo, nem o de cruz, nem o Entriangulado, nem doutras maneyras, que os pintam, e também o Esquadram quadrado facilmente se pode ajuntar com outros, e se pode tornar a formar, sem se desmanchar [...] ¹⁷⁶

A realidade obrigou à distorção do paradigma teórico. A construção de uma formatura quadrada chocou tanto com a métrica necessária ao movimento dos soldados em combate, como em relação ao legado das legiões romanas. De facto, um soldado não ocupava um espaço quadrado, e a implicação natural era o esquadrão quadro de gente resultar, na verdade, num esquadrão prolongado. O esquadrão quadro de terreno resolvia esta disparidade entre a construção aritmética e a construção geométrica, mas o método de cálculo era incomparavelmente mais elaborado. O esquadrão quadro de gente respondeu por isso a uma imposição aritmética mais do que à observância de uma geometria.

Assim, estas duas tipologias coexistiram em paralelo, embo-

¹⁷⁵ Bernardino de Escalante, *op. cit.*, p. 85 v.

¹⁷⁶ Martim Afonso Melo, *op. cit.*, p. 360.

ra pareça notório que o quadrado perfeito fosse votado a uma situação idealizada. Portanto, seria o esquadrão quadro de gente o mais vulgarizado, pela facilidade da construção aritmética. A sua geometria longitudinal podia ainda ser atenuada ou convertida em tipologia prolongada de «grande frente», através da multiplicação de vários esquadrões no sentido transversal. A ordem de batalha da vanguarda do exército português na batalha de Alcácer Quibir foi disso exemplo, como veremos mais à frente¹⁷⁷.

A referência arquitectónica encontrou-se, portanto, subjacente à organização das formaturas de combate, como foram vários os soldados que se dedicaram à fortificação, e mesmo arquitectos houve que estudaram a guerra. O caso português não se desviou deste paradigma, como se verifica com Isidoro de Almeida. A produção de arquitectura civil que saiu da mão destes engenheiros militares parece conter alguma analogia com o universo formal da guerra, nomeadamente num processo que poderíamos designar por «rectangularização». Podemos observá-lo no traçado das fortificações, em particular do período sebástico, mas já se encontrava presente na planimetria das igrejas de meados do século. Neste caso, verificou-se um alongamento que geralmente observava a proporção albertiana simples de 1:2 no sentido da profundidade. As igrejas do Espírito Santo (Évora, 1567) e de São Roque (Lisboa, 1567-1586) e a Catedral de Leiria (1569-1574) são um exemplo desta tipologia de planta longitudinal de proporção «dupla».

Nome	Arquitectura militar		Arquitectura civil	
Miguel de Arruda	Ilha de Moçambique (1546) São Julião (1559)	R P	Cat. Miranda do Douro? (1552)	L
Afonso Álvares	Ancua? (1570) Outão (1572) Caparica (1569-1572)	? R R	Santo Antão, Évora (1557) Espírito Santo, Évora (1567) São Roque, Lisboa (1567-1586) Catedral Leiria (1569-1574) Santa Catarina Livreiros, Lisboa (1572)	L2 L2 L2 L
Isidoro de Almeida, André Rodrigues, Diogo Teles	São Sebastião, Açores (1552) Porto de Angra (1553) Tânger (1559)	Q ? R	São Domingos, Coimbra (1560)	?

Tabela 14 – Cruzamento das tipologias planimétricas de fortificação/arquitectura

Legenda Q: fortificação de traçado quadrangular. R: fortificação de traçado rectangular. P: fortificação de traçado pentagonal. L: igreja de planimetria longitudinal (L2: quadrado duplo).

¹⁷⁷ V. 3.3.1 *O traçado de D. Sebastião*, p.282.

Facto significativo, ainda que apenas se trate de uma coincidência, a traça saiu da mão de Afonso Álvares, engenheiro de São Sebastião da Caparica (1569-1572), de Ancua em Sesimbra (1570) e de Santiago do Outão (1572). Estas fortificações, embora de traçado irregular — em particular o Outão, que se adaptou à difícil topografia do local de implantação —, não deixam de manter o referente da figura geométrica que lhes serviu de modelo. Embora a relação entre a longitudinalidade das plantas das igrejas e a rectangularidade do traçado das fortificações não seja um dado adquirido, não podemos deixar de notar esta coincidência geométrica do mesmo conceito de tripartição na Capela das Onze Mil Virgens, com os esquadrões prolongados. Como poderá não passar de outra coincidência a curiosa analogia entre a planta da Sé de Miranda do Douro (1552) e um dos diagramas militares de Battista della Valle (**figura 182**).

Mazagão (1542) foi o primeiro sistema fortificado moderno realizado em território português (**figura 183**), seguido no ano seguinte pela fortaleza de Ceuta (1543), ambos desenhados por Benedetto de Ravena, engenheiro militar de Carlos V.

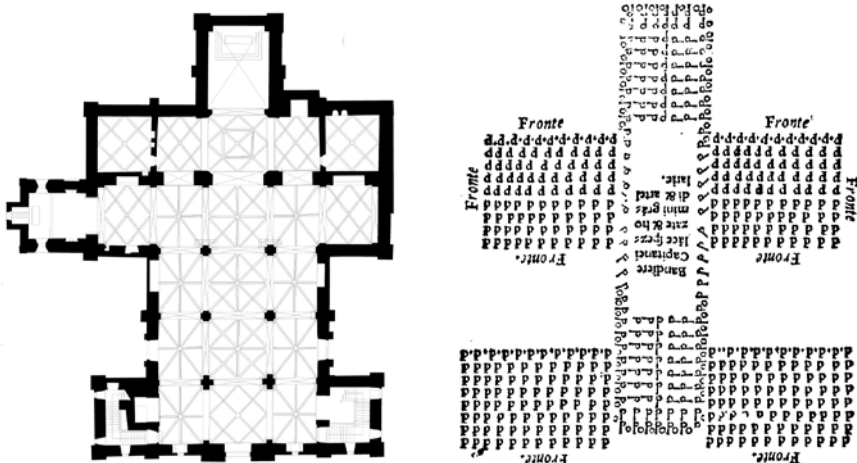


Figura 182 – A «rectangularização» na arquitectura e na guerra (I)

Fontes: Miguel de Arruda (1552) e Diogo Álvares Correia (c.1576)

Planta da Sé de Miranda do Douro e tipologia para um Esquadrão.

O italiano encontrava-se extremamente debilitado, e João de Castilho acompanhou a concepção e orientou a construção, ficando assim como que fiel depositário deste modelo. A fortificação desenvolveu-se segundo um quadrado, talvez a mesma configuração que Benedetto usou em Bona (actual Annaba, na Argélia), mas as diagonais de diferente métrica distorceram o desenho para uma forma irregular. A topografia de Ceuta obrigou novamente Ravena a distor-

cer o quadrado, desta vez aproximando-se de uma solução que se encontra mais perto da forma rectangular. A integração do canal como parte fundamental da defesa da frente de terra, convertido em fosso, condicionou a configuração da praça, que se desenvolveu longitudinalmente, com as maiores frentes viradas para o mar (**figura 183**).

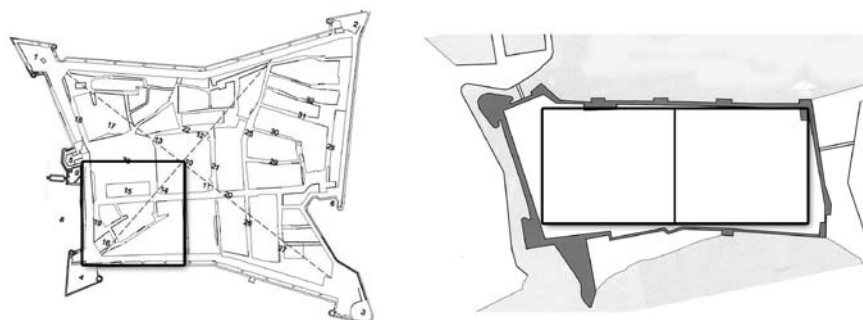


Figura 183 – A «rectangularização» na arquitectura e na guerra (II)

Fontes: Esquema do autor sobre desenhos de Jorge Correia

Alongar o quadrado para um rectângulo duplo, Mazagão (1541-42) e Ceuta (1543). Miguel de Arruda repetiu o traçado no forte de São Sebastião da Ilha de Moçambique (1546), mas em São Julião da Barra (1559) a configuração obedeceu a um traçado pentagonal, forma que por meados de Quinhentos vimos vulgarizar-se como arquétipo da cidadela fortificada. A adaptação das figuras geométricas regulares à topografia, com a conseqüente distorção, foi uma característica da fortificação de Quinhentos. No forte da Caparica (1569-1572) Afonso Álvares acolheu a pré-existência edificada, mantendo o modelo de fortificação com planta quadrada de Pietro Cataneo. Em São João da Foz, de Simão de Ruão (c. 1570), o quadrado sofreu um alongamento para um rectângulo. No forte do Outão (1572), a resposta do mesmo Afonso Álvares foi diferente. Se o lado virado para terra apresenta uma cortina e dois baluartes de canto, no troço virado para o mar o traçado acompanha a topografia. Ainda que não perdendo de vista o paradigma inicial, deixou-se cair um pleno compromisso com o modelo teórico, assumindo um desenvolvimento orgânico — «ver con la experiencia y práctica lo que la Teoria le enseña»¹⁷⁸.

A mesma solução foi repetida no forte de São Brás nos Açores e em Tânger, cujos lados maiores coincidem com a cortina virada para o mar ou para a frente considerada mais exigente. A forma idealizada foi, nestas fortificações, objecto de uma adaptação que lhes alterou a geometria inicial. O traçado assimétrico das diagonais e a eliminação parcial de partes do traçado regular são alguns aspectos evidentes. O processo de alongamento das planimetrias é notório, e

¹⁷⁸ Francisco de Valdez, *op. cit.*, p. 45.

teve lugar em função da topografia. Por razões diversas, o traçado dos edifícios religiosos de que falámos sofreu também um alongamento, e para construir o esquadrão segundo a forma quadrada idealizada alterou-se esta configuração, prolongando-a. A articulação entre a teoria e a prática constitui, portanto, um aspecto fundamental de quase todas as ordens de batalha do século xvi.

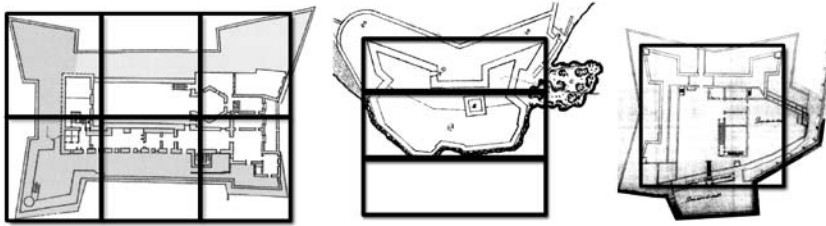


Figura 184 – A distorção da geometria do quadrado

Fontes: São João da Foz (c. 1570), Santiago do Outão (1572), São Sebastião da Caparica (1569-1572). A proporção 3:2 e o quadrado (quase) perfeito.

O esquadrão, como núcleo da ordem de batalha, considerava-se como uma entidade incompleta sem a presença de outros elementos. De um ponto de vista arquitectónico, estes elementos faziam parte da estrutura de composição; do ponto de vista táctico, constituíram uma das principais inovações militares de Quinhentos.

1.2 O lugar das mangas

Ao longo do século xvi, o binómio arcabuz/pique combinou a tecnologia de ponta da época com a revitalização das antigas tácticas de combate da Grécia e Roma. Sem dúvida que o papel da artilharia foi também central, não só pelo poder de fogo destrutivo, que acabou por levar à reformulação completa dos sistemas fortificados, mas também pelo próprio impacto psicológico e visual. Enormes peças de artilharia foram decoradas como se de objectos escultóricos se tratasse. A posse de um copioso trem de artilharia era sinónimo de poderio militar. O ducado de Borgonha, ou o rei francês Luís XII, que venceu a batalha de Ravena, são exemplos conhecidos. Todavia, os principais catalisadores das mudanças nas tácticas da infantaria foram as armas de fogo portáteis combinadas com as pesadas formações de piqueiros, que dominaram a guerra na Europa durante o todo o século xvi.

O esquadrão era construído exclusivamente com os soldados equipados com armas brancas, os piqueiros. No plano teórico dava-se maior importância a este efectivo, considerado como força de choque por excelência, e os seus membros deveriam exceder largamente os atiradores orgânicos de cada terço, que inicialmente apenas se destinavam à protecção exterior do esquadrão. Tratava-se

de posicionar os atiradores paralelamente e adjacentes às fileiras de piqueiros, aquilo a que a tratadística designava por «guarnição». A cooperação entre os dois tipos de soldados, atiradores e piqueiros, era fundamental: os piqueiros do esquadrão usufruíam da protecção dos atiradores e estes eram por sua vez protegidos da cavalaria, deitando-se por debaixo dos piques. Cada fileira da guarnição não deveria, por essa razão, exceder o comprimento dos piques, entre vinte e quatro a vinte e oito palmos, cerca de 5 soldados por fileira. Porém, a situação real era substancialmente diferente, ou terá evoluído de outra maneira.

Em 1521 Martin du Bellay fez menção a uma nova arma de fogo que os Espanhóis utilizaram durante o cerco de Parma, o mosquete. Na Índia do tempo de Albuquerque foi registada a utilização de «espingardões», ainda no primeiro quartel de Quinhentos, e as ordenanças filipinas de 1565 previam que cada companhia do terço possuíisse cerca de duas dezenas de mosquetes, o que prova a sua utilidade em combate, sobretudo quando colocados em posições estáticas. Em finais do século o mosquete tinha de comprimento entre 1,15-1,40 metros, e de peso entre 7 e 9 quilogramas. Era quase o dobro do que pesava o arcabuz, mas lançava um pelouro com quase meio quilo e dispunha de um alcance superior.

A evolução da guerra seguia no sentido de uma crescente mobilidade e especialização dos soldados, e os dispositivos tácticos tornaram-se cada vez mais complexos, alterando-se em função de novas exigências. A guarnição de atiradores é um exemplo. Inicialmente ocupava todas as faces do esquadrão, e por isso os atiradores se desorganizavam quando os piqueiros tomavam a ofensiva. Um primeiro passo no sentido de dotar o esquadrão de maior flexibilidade táctica foi omitir os atiradores na frente e «guarnecer» apenas os costados e a retaguarda (**figura 185**).

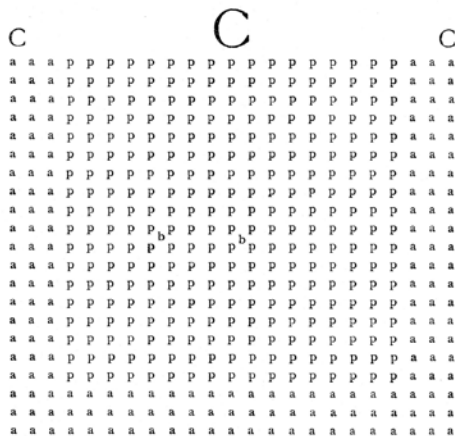


Figura 185 – A «guarnição» do esquadrão

Fonte: Martim Afonso de Melo (c.1570)

Legenda a — arcabuzeiros; p — piqueiros.

Os piqueiros passaram a dividir-se em «cossóletes» e «picas secas», conforme usassem ou não protecção corporal. As armaduras mais sofisticadas podiam ser fabricadas para resistirem ao impacto dos mosquetes, mas o seu elevado preço tornava-os incomportável para um mero soldado, e apenas os oficiais poderiam adquiri-los¹⁷⁹. Aligeirou-se o equipamento individual, embora ainda se considerasse que «o nervo & a força da infantaria»¹⁸⁰ eram os soldados «cossóletes». Quanto aos piques secos, a «gente desarmada de cossóletes», pouca valia lhes era reconhecida, «gente que por intulho se mete nos esquadrões», nas palavras de Isidoro de Almeida (figura 186).



Figura 186 – Os soldados «cossóletes» no esquadrão

Fonte: Girolamo Cataneo (1571)

Disposição nos flancos (3 filas), no centro ou «volante» (4-3-3-3 filas) e na frente ou «rosto» (8 filas).

Uma alteração fundamental teve lugar antes de meados do século: a separação dos atiradores em relação ao esquadrão. Este foi um facto particularmente significativo, pois implicou a diferenciação entre as tradicionais armas brancas e o novo armamento pirobalístico individual. Os soldados equipados com armas de fogo já não se limitavam a uma mera posição estática subsidiária do esquadrão; «o soldado, que andar em uma escaramuça, nunca deve de estar quedo, e sempre andar de uma parte para outra, porque o inimigo não faça pontaria nele»¹⁸¹, escreveu a este propósito Martim Afonso de Melo. Um novo dispositivo táctico, a «manga», foi engendrado para enquadrar os atiradores de forma a actuarem de forma independente.

Não é possível sinalizar o momento da sua invenção; em 1521, Battista della Valle ainda não lhes faz qualquer menção, mas os tratados de Francesco Mirandola (1544) e de Angelo Assinito (1546) já os descrevem. O mais certo é ter sido Giovacchino da Coniano, sargento-mor da expedição de Henrique VIII a França (1544-1546), a referi-los pela primeira vez. Coniano escreveu um manuscrito *de re militari* que depois foi apenso ao tratado de Girolamo Maggi (1564). De qualquer modo, todos os tratados posteriores referem as mangas,

¹⁷⁹ Quando da jornada de D. Sebastião a Tânger em 1574, o rei refere que envargou um «cossólete de prova de arcabus» («Relação da primeira jornada», *op. cit.*, p. 44).

¹⁸⁰ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 171.

¹⁸¹ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 344.

acrescentando alterações de pormenor (figura 187).

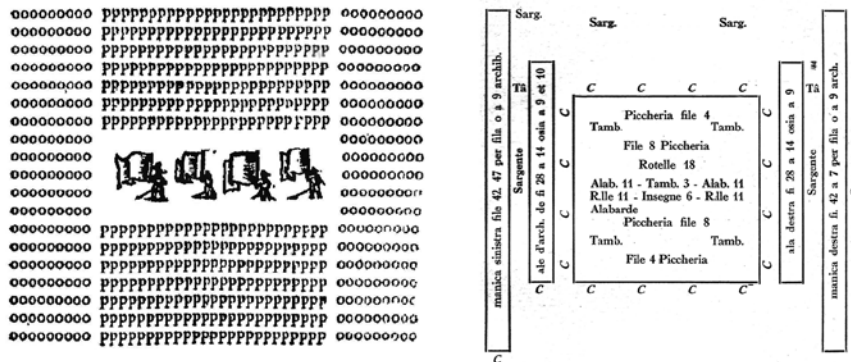


Figura 187 – As mangas do esquadrão

Fontes: Giovacchino da Coniano (c. 1544?) e Giovanni Antonio Levo (1557)

Isidoro de Almeida escreveu que «este modo das mãgas, he muy usado agora, y melhor que guarnecer de fora ho esquadrão»¹⁸², acrescentando que «as mangas são sempre de arcabuzeiros; tem este nome porque ordinariamente se fazem de mangas compridas, e estreitas»¹⁸³. É interessante a analogia entre um dispositivo militar e o vestuário, sabendo que no caso específico da armaria esta seguiu de perto a moda e vice-versa. O novo dispositivo permitia aos atiradores manobrar independentemente do esquadrão e respectiva guarnição. A invenção das mangas não foi mais do que dotar a guarnição de atiradores de maior flexibilidade, destacando-a para uma posição que permitisse uma movimentação autónoma sem destruir a ordem do esquadrão. O procedimento regular seria as 2 companhias de atiradores de um terço desdobrarem os seus soldados em mangas, enquanto o efectivo de arcabuzeiros de cada uma das restantes 10 companhias servia como guarnição do esquadrão. Claro que esta regra não era sempre acatada, e muitas vezes amalgamavam-se todos os atiradores nas mangas.

As mangas eram assim o elemento de manobra da infantaria, enquanto a guarnição, colocada em posição adjacente ao esquadrão, desempenhava um papel estático como protecção aos piqueiros. O efectivo de atiradores do terço foi evoluindo para um aumento quantitativo, uma vez que no plano táctico era cada vez maior a procura de armas de fogo. As ordenanças espanholas de 1563 previam a especialização das companhias dos terços, duas das quais deviam ser inteiramente compostas por atiradores. Em 1568 Londoño preconizava

¹⁸² Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 170.

¹⁸³ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 109.

zava que a terça parte de uma companhia devia ser constituída por atiradores, e dez anos depois Valdés já referia uma inversão: «en la infanteria española hay más arcabuceria que piquería»¹⁸⁴.

A configuração das mangas seria objecto de variações, dependendo do efectivo disponível. Isidoro de Almeida refere duas ou quatro mangas com 9 ou 10 soldados em cada fileira. A época era, como vimos, de aumento da percentagem de armas de fogo no cômputo geral de um terço, e os atiradores passaram a desdobrar-se em longas filas paralelas aos flancos do esquadrão. O método mais utilizado para disparar em formação era a «extracção»: a primeira fileira disparava, para de seguida os soldados se colocarem na retaguarda da manga para recarregar as armas, e assim sucessivamente. Esta operação deveria ser monitorizada de perto pelos oficiais, e governar várias centenas de soldados apresentava dificuldades óbvias. Portanto, a redução do efectivo de cada manga de atiradores tornou-se uma necessidade — «no han de ser mas de quatro [...] no han de ser mayores que de trezientos arcabuzeros, ni menos que de docientos»¹⁸⁵. Ao mesmo tempo, a procura de uma maior mobilidade levou à evolução das mangas no sentido de uma fragmentação em sub-unidades. Coniano, com a sua experiência de guerra nos anos 40, contemplou a duplicação das mangas, colocando-as nos ângulos do esquadrão, procedimento referido em 1573 por Isidoro de Almeida e que foi ganhando popularidade ao longo da segunda metade do século (**figura 188**).

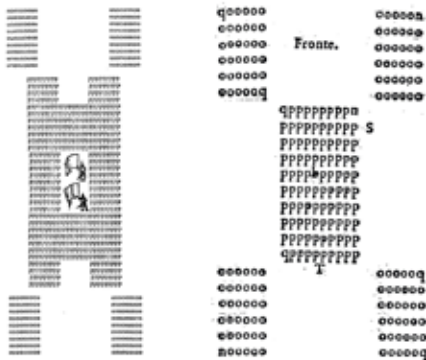


Figura 188 – Os atiradores «se colocarão nos ângulos, ou cornos do esquadrão»¹⁸⁶

Fontes: Giovanchino da Coniano (c. 1544?-1564) e Luís Mendes de Vasconcelos (1611)

As primeiras tipologias e O dispositivo consolidado.

A opção de desdobrar as mangas foi, por isso, um imperativo que surgiu naturalmente. A evolução na disposição dos atiradores tornou-se cada vez mais complexa, em contraste com a componente «de choque», os soldados piqueiros, cujas características se mantiveram praticamente inalteradas. De mera guarnição adjacente ao

¹⁸⁴ Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 47.

¹⁸⁵ Bernardino de Escalante, *op. cit.*, pp. 37-38.

¹⁸⁶ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 143.

esquadrão, os atiradores desdobraram-se em duas mangas, depois em quatro, para no final do século se assumir a total independência dos atiradores.

O esquadrão guarnecido de arcabuzeiros nos ângulos é um exemplo da importação de uma tipologia de fortificação para o plano das formaturas militares. A imagem gráfica do esquadrão com os arcabuzeiros nas esquinas é semelhante às fortificações quadrangulares com baluartes nos ângulos. Foram vários os autores que o referiram repetidamente; Carrion Pardo foi especialmente conclusivo nesta analogia — «las mangas sirven de baluartes, o traveses: porque la arcabuzeria franca, la una y la otra parte»¹⁸⁷ (**figura 189**):

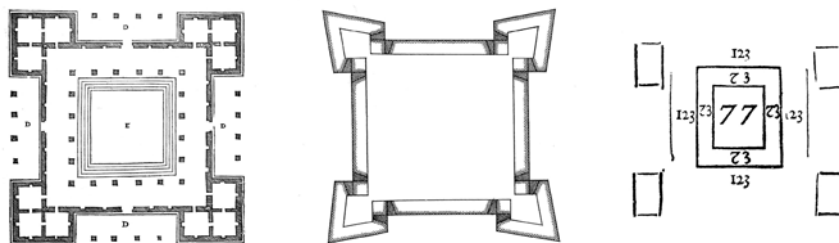


Figura 189 – Arquitectura, fortificação e «arte de esquadronar» (I)

Fontes: Sebastiano Serlio (1537), Luís Escrivá (c. 1538) e Martin de Eguliz (1592)

Planta de edifício, fortificação e esquadrão.

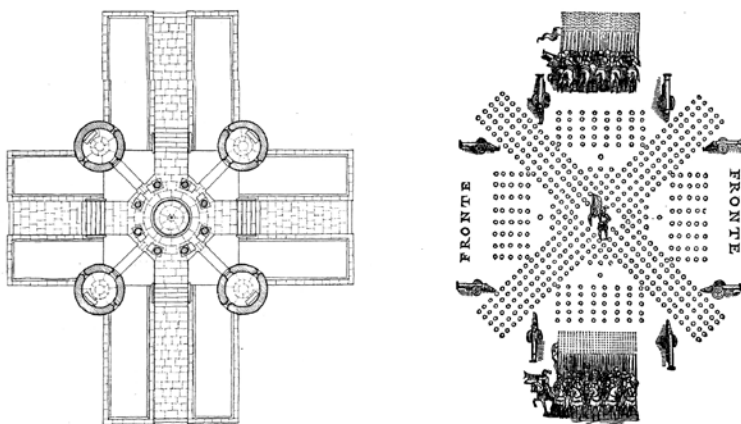


Figura 190 – Arquitectura, fortificação e «arte de esquadronar» (II)

Fontes: Claustro da Manga, Coimbra (1533-1534) e Giovan Mattheo Cicogna (1568)

Variantes À forma quadrada.

A semelhança não era só formal mas também funcional, uma vez que o posicionamento dos arcabuzeiros nas esquinas do esquadrão permitia o cruzamento de fogo, tal como acontecia no caso dos baluartes. O conjunto comportava-se como um todo, e na falta de

¹⁸⁷ Juan de Carrion Pardo, *op. cit.*, p. 7 v.

um dos seus componentes o resultado estaria comprometido:

As mangas que não-de estar em defesa do esquadrão não devem escaramuçar, pois tirando-se do seu lugar fica por aquela parte o esquadrão mal defendido, como uma fortaleza a que falta um baluarte, pois as mangas este efeito fazem sendo elas os baluartes do esquadrão que é uma segura fortaleza.¹⁸⁸

1.3 O lugar das alas

Outro elemento fundamental do dispositivo tático quinhentista foi recuperado da ordem de batalha dos exércitos da Antiguidade, evidenciando mais uma situação de continuidade em relação ao passado militar. Era prática corrente nos exércitos da Antiguidade romana a cavalaria ocupar os flancos dos exércitos. A crise do Império Romano trouxe importantes alterações no seu aparelho militar, e a cavalaria foi uma das componentes a sofrer modificações de fundo. Com o tempo adquiriu uma maior importância, absorvendo as características especializadas dos *cataphractarii* orientais com que os Romanos se confrontaram. Durante a Idade Média a cavalaria pesada foi a arma de eleição; as mudanças militares de fins do século XIII adicionaram novidades ao nível da formatura tática, observando-se uma crescente importância do combate apeado, como sucedeu em Bouvines (1214), mas sobretudo na Guerra dos Cem Anos.

A alteração conceptual que sedimentou na vertente teórica esta evolução formalizou-se com o texto de Leonardo Bruni *De Militia* (1421). Bruni foi responsável por uma reapreciação fundamental da teoria militar, na medida em que colocou definitivamente em causa a interpretação medieval do significado romano de *miles*. Para Bruni, o *miles* era um soldado de infantaria couraçado e não o cavaleiro medieval. O início do século XV coincide também com a crescente preponderância do soldado suíço, que de algum modo consistiu numa revitalização do soldado apeado da Antiguidade helénica, o hoplita grego. Os soldados suíços das primeiras linhas estavam equipados com armaduras individuais, e o seu armamento específico era uma versão quinhentista da *sarissa* macedónica. Mas sobretudo possuíam a disciplina necessária a operar integrados numa rigorosa formatura regular.

Assim, não é surpreendente que os séculos XV e XVI trouxessem para a arte militar mais um processo reabsorvido da Antiguidade. A terminologia quinhentista usou o termo romano *alae* para designar as alas dos exércitos, onde se encontravam as formações

¹⁸⁸ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 147.

de homens a cavalo. Fossem cavalaria pesada, cavalaria ligeira ou arcabuzeiros montados, todos se encontravam situados nos flancos da linha de batalha¹⁸⁹. A posição proeminente da cavalaria, protegendo pelos flancos a ordem de batalha do exército, é a confirmação de que esta arma não havia perdido a sua importância no campo de batalha quinhentista. O cavaleiro couraçado estava longe de se ter tornado obsoleto, e muitas vezes foi a acção da cavalaria que decidiu batalhas. Moncontour (1569), Mook (1574), Genbloux (1578) e muitos recontros da guerra civil de França do último quartel do século xvi foram disto o exemplo. Mesmo a infeliz batalha de Alcácer Quibir esteve próximo de ficar resolvida pela acção da cavalaria pesada, comandada pessoalmente por D. Sebastião.

Evidentemente que era mais difícil recrutar, armar e preparar para a guerra um homem de armas. A potência das armas de fogo portáteis, em particular o mosquete, tornou imprescindível o reforço das armaduras individuais, aumentando consideravelmente o seu peso. Uma armadura do século xiv pesaria uma média de 15 kg, enquanto a sua contrapartida do século xvi acrescentaria mais 10 kg a este total. Envergar uma armadura à prova de bala requeria portanto uma intensa preparação física, e sabemos que D. Sebastião, por exemplo, se prestava a este tipo de exercícios com frequência. Quando da primeira jornada a Tânger (1574), afirmou ter utilizado uma armadura deste tipo, «estando eu neste dia oito horas armado com Cosoleta de prova de arcabus»¹⁹⁰.

As «armas azuladas»¹⁹¹ que envergou durante a batalha de Alcácer Quibir seriam também à prova de bala. Essa foi a razão que impediu que D. Sebastião sofresse ferimentos mortais, apesar do seu empenho continuado e onde o combate era mais aceso. O ferimento de que foi vítima, infligido por baixo do braço esquerdo, confirma a eficaz protecção conferida pela armadura, porque apenas foi possível ao projectil alojar-se no local desprotegido¹⁹². Usar uma armadura completa deste tipo em batalha era um exercício extenuante — só o peso de um capacete à prova de bala poderia alcançar os 5 kg. A forma de aliviar o cansaço, e em particular o calor produzido pelo uso durante várias horas em combate, encontra-se descrita por um dos cronistas da batalha — «derramar água antre as armas e corpo,

¹⁸⁹ Esta era a posição canónica, mas com numerosas excepções. Por exemplo, era comum ter um forte contingente de cavalos na vanguarda de um exército em marcha.

¹⁹⁰ «Relação da primeira jornada», *op. cit.*, p. 44.

¹⁹¹ Frei Bernardo da Cruz, *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*, v. 2, Lisboa, Escriptorio, 1903, p.67.

¹⁹² Os locais mais vulneráveis das armaduras encontravam-se nos pontos de articulação das peças. A ligação do braço com o peito da armadura era um ponto crítico, por se achar frequentemente exposto.

com que refrescou da grande quentura»¹⁹³. Somando a dificuldade da imprescindível preparação física ao preço proibitivo das armaduras mais modernas, e ainda à falta de cavalos adequados, é óbvio que seria difícil arregimentar um número substancial de homens de armas.

Um exército era apoiado por alas de cavalaria nos flancos (figuras 191-193), mas a disposição simétrica das alas não era uma regra absoluta, dependendo do tipo de cavalos envolvidos e respectivo efectivo. A norma geral por finais do século era situar o contingente de cavalaria pesada no lado esquerdo da ordem de batalha, enquanto o efectivo de cavalos ligeiros se desdobrava na mão direita. A distância corrente entre o esquadrão de infantaria e o batalhão de cavalos deveria ser «por lo menos de quinze a veynte passos», e a posição para cada tipo de cavalos era a seguinte: «hombres de armas, seran los primeros abrigados a la guarnicion del esquadron en la distancia ya dicha; y luego los cavallos ligeros en la misma forma, y encima de todos los arcabuceros de a cavallo, que estos sirven de cubrir, como los arcabuceros a las picas»¹⁹⁴.

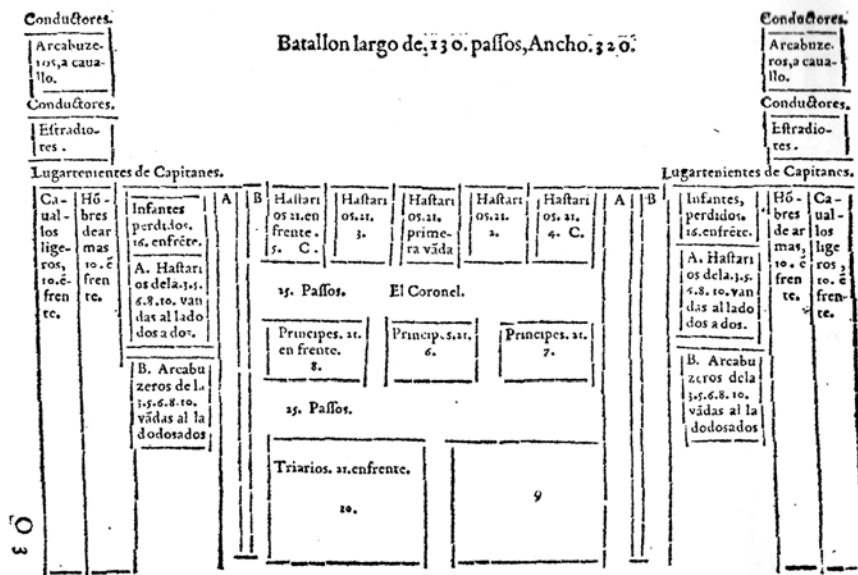


Figura 191 – As alas de cavalaria (I)
 Fonte: Diego Gracián (1567)

A analogia entre as mangas de atiradores e as alas de cavalaria

¹⁹³ *Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, Livro Aberto, Lisboa, 2004, p. 119.
¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 119.

é evidente, e conferia uma mesma coerência conceptual a todos os elementos do exército. O esquadrão continuava como a figura geométrica de referência para o desenho geral do exército, «ordenando a cavalaria com a mesma proporção que o esquadrão dos piques e arcabuzeiros se ordenar», nas palavras de um tratadista português de finais do século, Luís Mendes de Vasconcelos¹⁹⁵.

Inicialmente dependentes do esquadrão, as alas passaram a fazer parte integrante do dispositivo tático quinhentista como elemento autónomo, adicionando mais um nível de complexidade à construção da ordem de batalha. Por outro lado, a prática da guerra viu reforçada a ligação com os princípios conceptuais da arquitectura militar, como o demonstra a analogia entre mangas e baluartes: «en la frente del campo, el cual estaba rodeado de nuestro foso y trinchea, y donde ella faltaba, teníamos por fuerte la caballeria»¹⁹⁶.

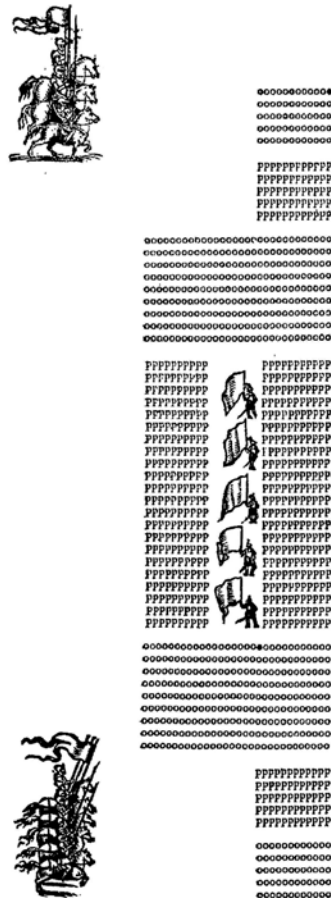


Figura 192 – As alas de cavalaria (II)
 Fonte: Giovacchino da Coniano (c. 1544?-64)

¹⁹⁵ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 156.
¹⁹⁶ Diego Núñez Alba, *op. cit.*, p. 108.

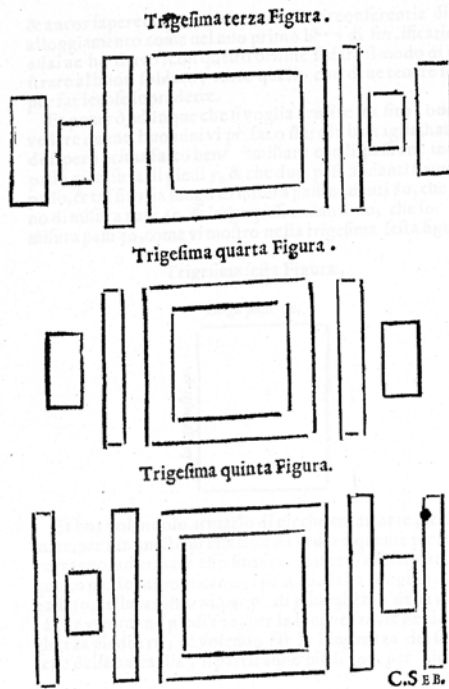


Figura 193 – As alas de cavalaria (II)

Fonte: Girolamo Cataneo (1571)

Muitos arquitectos se dedicaram à fortificação, e a mera utilização de uma metodologia conceptual baseada em relações de proporção traduziu-se por certo num esquema mental de potencial aplicação nos mais variados contextos. A guerra foi certamente um deles. A simetria foi um dos princípios utilizado na composição das formaturas e ordens de batalha, pelo menos no plano teórico. Como princípio arquitectónico, foi desenvolvida até ao limite por Andrea Palladio, por exemplo. Poder-se-ia questionar se a utilização recorrente da simetria nas ordens de batalha dos Portugueses não constitui mais uma influência deste arquitecto em Portugal. Seria mera coincidência que o capitão Stefano Angarano enviasse a Palladio uma planta com a ordem de batalha do duque de Alba na batalha de Alcântara? O seu interesse pelas questões da milícia está cabalmente documentado, e as campanhas militares de figura tão ilustre como o duque de Alba certamente despertariam a curiosidade dos amadores do assunto. E Palladio já era mais do que um amator quando serviu de conselheiro militar do duque de Sabóia em 1568. Certamente que o traçado de um exército não seria objecto de um programa neoplónico como aquele que Francesco di Giorgio realizou para a igreja de San Francesco della Vigna; todavia, a utilização de determinadas proporções simples na construção dos esquadrões foi uma realidade, e resultou da transferência de conceitos da Architectura para a arte militar.

2. Preparar a guerra: o adestramento

2.1 Pressão militar: da gestão à decisão

Durante o reinado de D. João III, a pressão militar sobre as possessões dos Portugueses intensificou-se. A perda da fortaleza de Santa Cruz (1541) tornou evidente que tinha lugar uma fase de contracção imperial. A primeira resposta formal a este novo ciclo foi de concentração de meios, optando-se pelo abandono de muitos dos pontos fortificados no Norte de África, como Safim e Azamor (1541), Alcácer Ceguer, Seinal e Arzila (1550). O reforço das restantes posições, Mazagão (1542), Ceuta (1543) e Tânger (anos 50), não contrariou esta tendência, antes a sublinhou. O desinvestimento em Marrocos foi sentido não só no abandono das praças mas também com o fim da armada do estreito de Gibraltar, em 1552. A ausência deste dispositivo de patrulha e defesa, que funcionava em cooperação com os pontos fortificados do Norte de Marrocos, deixava ainda mais difícil a defesa das restantes posições magrebina e expunha perigosamente a costa sul de Portugal.

Tratando-se de contracção territorial, a milícia estaria condenada a um papel subsidiário, mas ainda assim novamente se tentou reformular o poder militar do reino. O irmão do rei, D. Luís, foi mentor de diversas iniciativas militares, a mais celebrada das quais consistiu na participação na tomada de Tunes em 1534, cujo eco ainda encontramos no tratado de Isidoro de Almeida. No plano institucional, publicaram-se as ordenanças joaninas, que foram acompanhadas por alguma reflexão teórica, da qual vemos reflexo no manuscrito de Francisco da Cunha. E foram várias as intervenções militares de envergadura que demonstram que o desfasamento de Portugal em relação à milícia moderna não foi um dado adquirido.

Etiópia (Abril de 1542)

Em 1542 as forças muçulmanas do sultanato de Adal dominavam a maior parte do território da Abissínia cristã, depois de uma brilhante campanha militar liderada por Ahmed, designado *Grãhe* pelos Portugueses. A expedição portuguesa encontrava-se gizada com o conhecimento de Lisboa, embora sofresse diversos atrasos. Acabou por acontecer de forma quase fortuita, no âmbito da grande armada que largou de Goa em fim de 1540, com o objectivo de destruir uma frota muçulmana que se encontrava ancorada no Suez. Não tendo alcançado o objectivo, no regresso os portugueses contactaram com abissínios em Massuá, que relataram a situação aflitiva do rei Cláudio (Galawedos). Rapidamente se organizou uma força militar de socorro, com cerca de 600 homens e algumas peças de

artilharia, 2 berços grandes e 6 meios-berços. Eram comandados pelo filho mais novo de Vasco da Gama, Cristóvão da Gama, e estes soldados revelaram-se extremamente competentes nos dois anos de combates que levaram à derrota dos Muçulmanos, restabelecendo a autoridade do Preste João sobre a Abissínia.

As principais batalhas foram travadas em 1542. A primeira foi o ataque a Amba Sanait, um dos principais redutos inimigos fortificados. Cristóvão da Gama tinha o duplo objectivo de ganhar um ponto de apoio para o exército e reestabelecer a confiança entre os Abissínios. O ataque foi executado exclusivamente por portugueses, e consistiu numa fulgurante acção de assalto com recurso a armas de fogo — as mesmas armas que haviam dado a vitória dos Muçulmanos sobre os Abissínios. A vitória conferiu aos Portugueses um sólida reputação militar, confirmada nos recontros campais que se seguiram. Porém, os Portugueses foram derrotados na batalha da serra de Ofla (28 de Agosto de 1542) e, morto Cristóvão da Gama, dispersaram, tomando refúgio em diversos locais. Numa notável demonstração de resiliência, os sobreviventes reorganizaram-se, reequipando-se com as armas que prudentemente haviam deixado armazenadas em vários pontos-chave, tendo mesmo fabricado a pólvora necessária. Oportunamente juntaram-se ao novo exército do rei Galawedos, desempenhando um papel crucial na vitória em Waina Daga (21 de Fevereiro de 1543), que levou à completa derrota dos Muçulmanos e morte em combate do seu brilhante chefe (**figura 194**).

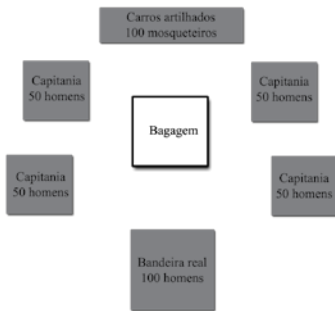


Figura 194 – Exército português na segunda batalha de Iarte (9 de Abril de 1542)

Fonte: Esquema do autor

Comandante Cristóvão da Gama, Capitães Francisco Velho, Manuel da Cunha, Manuel da Fonseca, Francisco de Abreu.

Para as duas batalhas de Iarte (2 e 9 de Abril de 1542), Cristóvão da Gama utilizou a mesma ordem de batalha. Na madrugada da quarta-feira 9 de Abril de 1542, sem que o inimigo se apercebesse, os portugueses formaram para combater: na frente seguiam as carretas com as peças de artilharia disponíveis, as quatro capitãias formaram em volta da bagagem — onde também se encontrava «a rainha com as suas mulheres e carriagem» — e atrás fechou-se a marcha com a capitania do cronista Miguel de Castanhoso, onde se

encontrava a bandeira real com a respectiva guarda. As 24 carroças construídas antes de iniciada a campanha desempenharam um papel primordial, transportando a artilharia e munições e, se necessário, reforçando o dispositivo.

Oriente (1542, 1547-1548 e 1568)

Diogo do Couto descreveu uma acção militar que ocorreu em no Oriente em Outubro de 1542, na qual se combateu de maneira *ordenada*. Os soldados formaram 2 esquadrões com formaturas regulares, de 600 homens cada um. O primeiro era comandado por Fernão de Sousa Távora e seguia na vanguarda, o segundo na retaguarda com o governador e a maior parte dos fidalgos (**figura 195**).

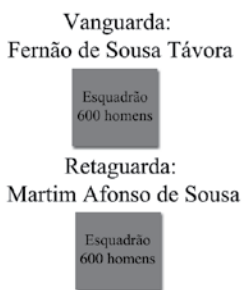


Figura 195 – Acções na Índia, governo de Martim Afonso de Sousa (Outubro de 1542)

Configuração geométrica da formatura com proporção 1:2 (a «dupla»).

Depois do cerco à cidade de Diu em 1538, outro assédio com ainda maiores proporções teve lugar em 1546. O capitão da cidade, D. João de Mascarenhas, comandou a defesa durante cerca de cinco meses, até se lhe juntarem reforços comandados pelo próprio vice-rei D. João de Castro. Na véspera da chegada das forças do governador, os defensores, desesperados, decidiram-se a dar um combate formal aos sitiados. Em frente à porta da fortaleza inimiga, os portugueses dispuseram-se em ordem de batalha. D. João de Mascarenhas comandava a vanguarda com 500 homens, aos quais se juntaram ainda Vasco Fernandes com 600 soldados escolhidos e 500 naires do rei de Cochim. O filho de D. João de Castro e D. Álvaro de Lima levavam outros 500 soldados. D. João de Castro ficou com o resto da gente, cerca de 1.000 homens sem contar com o grosso das tropas locais aliadas dos Portugueses (figura 196).

No ano seguinte tiveram lugar outros dois recontros, nos quais, de acordo com a descrição de Diogo do Couto, os Portugueses combateram novamente em ordem de batalha regular. Em Margão, no Verão de 1548, D. João de Castro construiu duas «batalhas» com 2.000 soldados cada uma. A batalha da frente era comandada pelo seu filho, D. Álvaro de Castro, com dois esquadrões de cavalos «pelas pontas

do esquadrão da vanguarda»¹⁹⁷ (figura 197).



Figura 196 – Acções na Índia, governo de D. João de Castro (I)

Fonte: Esquema do autor

Esquema tripartido, Diu (10 de Novembro de 1547).

Figura 197 – Ordens de batalha na Índia, governo de D. João de Castro (II)

Fonte: Esquema do autor

Proporção 1:2, Margão (Verão de 1548).



Em Surrate, no mês de Agosto do mesmo ano, «os nossos cerraram-se em um esquadrão, repartindo as espingardas pelas ilhargas»¹⁹⁸. Portanto, novamente uma formatura em consonância com a prática militar corrente, o esquadrão guarnecido com mangas de arcabuzeiros nos flancos. É nevidente que pelos anos 40 os comandantes portugueses usavam dispositivos tácticos actualizados.

As acções de guerra nos diversos locais do império contrastaram favoravelmente com a situação militar em Portugal, onde pareciam subsistir as deficiências resultantes do desinvestimento militar no Norte de África. A proximidade geográfica não podia deixar de influenciar o próprio território português. De facto, a intervenção de 1552 no Pinhão de Velez foi uma oportunidade fortuita que surgiu a contracorrente do processo de abandono então em curso em Mar-

¹⁹⁷ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pref. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 2008, p. 263.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 248.

rocos. Mas veio confirmar as fragilidades na milícia, em particular a falta de prática dos soldados embarcados. Como o padre Fernando Oliveira descreveu desapaixonadamente, «não havia quatro homens que soubessem atacar um arcabuz». O corso muçulmano ao Barlavento algarvio, como demonstrou o ataque do Verão de 1559, deixou clara a mesma impreparação militar dos soldados das companhias de ordenanças. A 13 de Julho, uma frota de corsários com 13 galés e cerca de 1.000 homens desembarcou perto na zona de Porches. Soado o rebate, evacuaram-se as povoações de Porches-o-Velho, Armação de Pêra, Alcantarilha e Canelas. Os residentes foram encaminhados para Silves, e acorreram ao rebate as bandeiras comandadas pelo sargento-mor desta cidade, o capitão Pedro da Silva, as companhias de Alcantarilha, Pêras e Canelas, e depois uma das bandeiras de Lagoa. A estrutura militar parecia encontrar-se implantada, pois rapidamente chegaram mais companhias de ordenanças. Contudo, uma vez mais o treino dos soldados parece ter deixado muito a desejar¹⁹⁹.

No Oriente, a expedição a Bassorá organizada por D. António de Noronha e que culminou com a tomada da fortaleza de Catifa (1551) foi um sinal positivo, embora desenquadrado de outro esforço ofensivo mais alargado. No Norte de África, às portas do Algarve, o cerco de Mazagão de 1562 demonstrou a agressividade dos governantes sápidas, mas a defesa épica valeu como uma importante moralização. A fortificação, que vinte anos antes tinha sido completamente reformulada, resistiu, e foi um português que competentemente chefiou as operações de contra-minagem, demonstrando que afinal era possível obter vitórias em função do conhecimento militar actualizado. Em 1564, uma frota de mais de 10 embarcações e cerca de 1.800 homens, comandada por Francisco Barreto, patrulhou a costa ocidental do Algarve, enquanto esperava a confirmação de que uma frota espanhola se concentrava em Barcelona para atacar o Pinhão de Velez. As preocupações com os focos do corso no Norte de África traziam de sobreaviso os Portugueses, que contudo não possuíam a disponibilidade financeira para se oporem com eficácia à ameaça.

A pirataria dos Europeus era outro perigo real, como demonstrou o ataque de corsários franceses à Madeira, que voltou a deixar a descoberto as fraquezas militares lusitanas. Em Setembro de 1566 uma frota de 3 navios de alto bordo e 8 embarcações menores, saiu de Bordéus com destino ao arquipélago. Bertrand de Montluc, filho do marechal Montluc (início do século xvi-1577), comandava cerca de

¹⁹⁹ É curiosa a frase «ser capitão não se aprende em coymbra»; assim, parece que alguns possuíam conhecimento da teoria, o que remete para o referido texto *de re militari* de Francisco da Cunha.

900 homens de guerra. Três portugueses seguiam na frota: Gaspar Caldeira²⁰⁰ — o provável instigador da expedição —, Belchior Conreiras e António Luís. Na Madeira era capitão interino Francisco Gonçalves da Câmara; o governador, seu tio, encontrava-se ausente em Lisboa. A notícia de que no dia 2 uma frota havia lançado ferro no Porto Santo foi entendida como falsa, e Gonçalves da Câmara declinou mesmo ofertas de ajuda por parte dos capitães de quatro embarcações que fundeavam no porto do Funchal. No dia 3, para surpresa dos defensores, a esquadra cruzou o mar frente ao porto. Avistados pela guarnição do forte, o condestável, soldado velho, ainda requereu ao capitão que o deixasse atirar, na certeza de que conseguiria afundar uma das embarcações. Os franceses desembarcaram na praia Formosa sem oposição e convergiram sobre o Funchal em três colunas. As defesas da cidade revelaram-se completamente inadequadas, bem como a preparação dos seus habitantes para resistir ao ataque. Em resultado os corsários saquearam a ilha durante quinze dias. No ano seguinte ao ataque foi enviado Mateus Fernandes, cujo relatório deu depois origem ao regimento de 1572 pelo qual se ordenava a reparação e melhoria das fortificações do Funchal, nomeadamente no forte de São Lourenço. Três anos depois a actividade do corso deve ter aumentado, pois D. Sebastião envia uma carta ao capitão donatário do Funchal ordenando que fossem secretamente armadas embarcações com o objectivo de rechaçar qualquer ataque. Entretanto, a fortaleza manuelina, que havia oferecido tão fraca resistência ao ataque de 1566, foi objecto de uma reformulação a partir do regimento de 1572.

Quando D. Luís de Ataíde foi enviado como vice-rei para a Índia, em 1568, o seu regimento previa o retomar da ofensiva. Eram os mesmos objectivos de alargamento territorial que remontavam à época de Albuquerque; «fazei muita cristandade, fazei Justiça», mas sobretudo «conquistai tudo o mais que puderdes», e para tal «exercitai os homens e favorecei os que peijarem»²⁰¹. Muitos «soldados velhos», como Manuel Raposo, veterano da guerra do Piemonte, seguiram para a Índia com o novo vice-rei. Este procurou reequilibrar uma situação militar difícil, que se agudizou com os ataques concertados do Hidalcão a Goa e do Nizamaluco a Chaul (1569), o assédio do Samorim à fortaleza de Chalé e o cerco a Malaca. O principal esforço ofensivo incidiu na protecção à livre navegação dos Portugueses. A tomada de Onor (1568) e Bracelor (1569) ocorreu em resultado da

²⁰⁰ Antigo moço da câmara do cardeal D. Henrique, natural de Tânger, e mais tarde mestre marinheiro da carreira da Mina. Traficou o ouro da Mina, e sendo descoberto foi penalizado com confisco dos bens. Refugiou-se em França, e daí a sua participação na expedição de Montluc.

²⁰¹ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 142.

luta ao corso e protecção dos pontos de apoio já estabelecidos. Onor foi reforçada com um traçado algo antiquado de Simão de Ruão e a fortaleza de Braçalor saiu da traça de Filipe de Brias.

Quanto à guerra terrestre, no próprio ano em que Ataíde chegou à Índia teve lugar o assalto ao Monte Parnel no Verão de 1568, no qual os soldados manobraram «cõ agete junta, & incorporada», portanto combatendo integrados numa formatura militar do tipo do esquadrão. Em Amboino, em finais de Fevereiro de 1568, numa expedição comandada por Gonçalo Pereira contra a presença dos castelhanos nas ilhas Molucas, o cronista refere cerca de 300 arcabuzeiros portugueses agrupados «em outro esquadram», numa operação conjunta com quinhentos mouros do rei de Tidore e um pequeno contingente do rei de Bachão (**figura 198**).

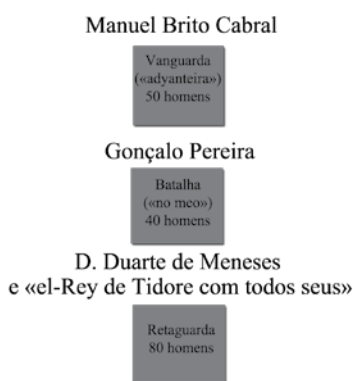


Figura 198 – Ordem de batalha em Amboino (finais de Fevereiro de 1568)

Fonte: Esquema do autor
Dispositivo tripartido.

O desenho da ordem de batalha parece pouco ortodoxo, mas ainda assim segundo o corrente esquema tripartido, desdobrado em três linhas no sentido da profundidade. Uma ordem de batalha de grande fundo, portanto. O esquadrão de Manuel Brito Cabral na dianteira, o esquadrão de Gonçalo Pereira no meio com a bandeira real, e finalmente a retaguarda com o esquadrão de D. Duarte de Meneses. O inimigo possuía características diversas das encontradas noutros lugares do Oriente, pois estava-se em presença de soldados castelhanos, nada menos que os principais actores da guerra moderna. O contingente que se reuniu teve em consideração esta realidade: «Portugueses da frol dos soldados da India com capitães de grande reputação»²⁰². O escalonamento em profundidade reflecte a cautela com um adversário de peso, reforçando a retaguarda na expectativa do desenrolar do confronto.

O regimento de 27 de Fevereiro de 1568 previa a criação de

²⁰² António Pinto Pereira, *op. cit.*, p. 272.

companhias de ordenança no Oriente, tal como já havia sido feito no Porto e Lisboa. Em Ormuz, como vimos, a guarnição foi organizada em companhias de 400 homens enquadrados por 10 oficiais. As reformas militares de Ataíde contemplaram tanto o aspecto organizativo de implementação de companhias de ordenança como o plano didático da aprendizagem teórica. No universo descentralizado do Estado da Índia, a disciplina não seria o ponto forte dos Portugueses. Mas à semelhança daquilo que se passava no resto do Reino, este foi também um tempo de reforma dos métodos militares no Oriente, «cõ grandíssima observância da ordem da disciplina militar na[s]cida de ser o Visorei tam obedecido q causava novo estilo nos portugueses»²⁰³.

2.2 Os «alardos» (157?-1573)

A reestruturação militar do Reino surgiu como uma necessidade premente, mesmo de sobrevivência, e não apenas uma régia obsessão. A numerosa legislação produzida durante o reinado de D. Sebastião estruturou-se em três vertentes — poder naval, fortificação e milícia, no fundo como resposta global à pressão militar que crescia sobre o espaço português (**tabela 15**). No que respeita à «milícia», era fundamental complementar a legislação com um programa de adestramento que conferisse aos homens arrolados algum grau de operacionalidade. Torná-los em algo parecido com uma força militar preparada para responder a uma ameaça externa, como o curso, ou participar nalguma intervenção militar de fundo. É pois inevitável referirmo-nos à expedição de 1578 não como delírio de um rei, mas o resultado de tendências que redefiniram a orientação imperial para o Norte de África.

A criação das companhias de ordenança pretendeu impor um sistema de recrutamento para todo o território, mas desde cedo que o esforço principal teve lugar sobretudo a sul do Tejo. Por exemplo, as 7 companhias do Porto foram igualadas por Serpa e excedidas por Silves, Faro e Mértola (9 em cada uma) e Moura (com 11) (**tabela 16**).

Evidentemente que não seria apenas o regime de adestramento preconizado pelas ordenanças a formar soldados aptos para a guerra. A principal preparação militar do soldado quinhentista era adquirida pela prática, militando na guerra. Em Espanha e Portugal a passagem pelos presídios ultramarinos foi, como se sabe, uma escola militar de primordial importância. É por isso errado tentar colocar quaisquer destes alardos no mesmo plano dos programas

²⁰³ António Pinto Pereira, *op. cit.*, p. 485.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

de treino contemporâneos que se desenvolvem ao longo da actual recruta. Do mesmo modo, as ordenanças não se tornaram um exército nacional *per se* — na definição do Estado-Nação do século XIX —, mas foram sim uma forma de transferir a capacidade de mobilização para as mãos do rei. Enquadraram-se, por essa razão, num movimento mais geral que teve lugar por toda a Europa, na Turquia e, por influência destes últimos, no Marrocos sávida.

<i>Data</i>	<i>Lei</i>
3 Agosto 1563	Lei que trata da defesa dos meus lugares e conservação do estado da Índia
13 Junho 1568	Capitania-mor do Porto
16 Maio 1569	Carta patente de Capitão-mor de Lisboa
6 Dezembro 1569	Lei das armas que cada pessoa é obrigada a ter em todos os Reinos...
3 Janeiro 1570	Provisão sobre as rendas aplicadas para a fortificação dos lugares de África
28 Janeiro 1570	Regimento das Alçadas ²²
10 Dezembro 1570	Regimento dos capitães-mores e mais capitães, e oficiais das companhias...
14 Agosto 1571	Provisão sobre os Oficiais de fazer limpar e guarnecer as armas
3 Novembro 1571	Lei de como hão-de ir armados os navios que deste Reino navegam
6 Fevereiro 1572	Regimento e Estatutos sobre a Reformação das três Ordens Militares
15 Maio 1574	Provisão sobre as Ordenanças

Tabela 15 – A legislação militar sebástica

Fonte: Tabela do autor

A «ideia» de guerra na época sebástica

<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>Companhias</i>	<i>Capitão</i>
?	Valença do Minho?	2?	?
1568	Porto	1?	Lopo Cardoso, subst. Martim Vaz de Cerenache ²³
		1?	Bastião Pereira, substituindo Simão Vaz de Camões
		1?	Diogo da Fonseca
		1?	Luís Carneiro, subst. Manuel de Moura
		1?	Martim Ferraz
		?	Diogo Brandão, «filho do contador»
		?	
1569-1571	Lisboa	0?	Capitão-mor D. João de Mascarenhas
1570	Évora	?	
1573	Beja	5	Alcaide-mor D. Luís de Sousa
1573	Castro Verde	2	
1573	Ourique	5	?
1573	Vila dos Colos	1?	?
1573	Lagos	5	?
1573	Raposeira	?	?
1573	Alvor	2	?
1573	Monchique	1	?

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

1573	Silves	9	?
1573	Alcantarilha	1	
1573	Albufeira	2	?
1573	Loulé	3	
1573	Faro	9	Alcaide-mor Rui Barreto
1573	Castro Marim	2	r
1573	Alcoutim	5	Conde de Alcoutim
1573	Mértola	9	
1573	Serpa	7	?
1573	Moura	11	
1573	Mourão	2	Alcaide-mor Francisco de Mendonça
1573	Olivença	4	?
1573	Elvas	3	?

Tabela 16 – Companhias de ordenança

Fonte: Tabela do autor

No final do ano de 1570, com a publicação do *Regimento dos Capitães-Mores*, generalizou-se a criação das capitánias à totalidade do território português. O efectivo das companhias — termo com que se passou a designar as antigas capitánias — foi reduzido de 300 para 250 soldados em todo o país. Ignoramos se as companhias já existentes passaram a obedecer à mesma orgânica. A standartização não era regra, porque o principal objectivo foi, em primeiro lugar, estender o levantamento e enquadramento dos homens válidos. Embora prevista uma estrutura rígida, coexistiram companhias com diferentes efectivos em função da disponibilidade de recrutas. Claro que o referente passou a ser o total previsto no *Regimento*. As unidades militares organizadas para levar ao Norte de África

em 1574 e 1578 tinham, de facto, companhias de 250 homens. Esta lei reestabeleceu também um regime de adestramento obrigatório, retomando as ordenanças manuelinas mas agora numa escala que abarcava todo o reino. Destes alardos subsistem registos nas obras dos cronistas João Cascão e Pero Roiz Soares, e segundo este cronista concluímos que os exercícios militares já tinham lugar antes do regimento de 1570 (**tabela 17**).

De facto, as companhias de ordenança tinham sido criadas no Porto e em Lisboa em 1568 e 1569, respectivamente; portanto, é natural que desde essa data tivessem já lugar exercícios militares promovidos pelos seus capitães-mores. Também em Évora existe registo de um alardo antes da publicação do *Regimento dos Capitães-Mores* — em Março de 1570. Tratou-se talvez do primeiro exercício militar sob a orientação de um dos cinco capitães italianos que haviam chegado a Portugal nesse ano.

<i>Data</i>	<i>Companhias</i>	<i>Comandantes</i>	<i>Local do exercício</i>
16 (?) Abril 1569	Mecânicos	Capitão-mor ?	Porto, Campo do Olival
Março (?) 1570	?	Italiano prático	Évora, Rossio São Brás
Dom., Julho 1570	1	Capitão-mor ?	Porto, Campo do Olival
30 Julho 1570	Freguesia de S. Nicolau Freguesia da Madalena	Braz Lourenço Carracão João Machado de Brito	Lisboa, Santo Amaro
3 Setembro 1570	10 ?	Capitão-mor ?	Lisboa, Santo Amaro
29 Setembro 1570	30 ?	Capitão-mor ?	Lisboa, Santo Amaro
14 Junho 1571 ²⁴	30 ?	Capitão-mor ?	Lisboa ?
31 Outubro 1571 ²⁵	?	?	Lisboa, Santo Amaro

Tabela 17 – Alardos em Portugal até 1571

Fonte: Tabela do autor

Valença

O corso argelino no Atlântico foi uma realidade desde o início do século XVI, mas intensificou-se a partir do segundo decénio, e o

ataque às embarcações foi levado até à foz do rio Minho. No *Regimento de Guerra* encontramos referência a este perigo em Valença do Minho, e por essa razão as fortificações das povoações limítrofes sofreram obras visando a actualização das suas estruturas, como foi o caso dos fortes de Santiago da Barra, em Viana (1568-1572), e São João Baptista, em Vila do Conde (1570-1575). O perigo era real, e impunha-se a existência de uma milícia em regime de prontidão que pudesse responder a um eventual desembarque. No *Regimento de Guerra* podemos encontrar alguns elementos que permitem reconstituir a situação militar em Valença do Minho. Nesta povoação existiam 2 companhias de ordenança com 600 homens dos «ofícios que na dita cidade ay»²⁰⁴ — portanto o recrutamento era da responsabilidade das corporações —, «assim Mestres, como obreyros»²⁰⁵. Por outro lado, o efectivo de 300 homens era o mesmo que o das companhias do Porto e Lisboa em 1568-1569, o que leva a crer terem sido criadas antes de 1570. Cada companhia tinha o seu capitão, alferes, sargentos e cabos de esquadra, seguindo o estipulado pelas ordenanças sebásticas. Os atiradores, besteiros e arcabuzeiros, adestravam-se regularmente na «barreyra», e a rematar o cumprimento do *Regimento* de 1570 observavam-se alardos mensais e no Verão tinha lugar uma «rezenha» duas vezes por mês.

Nos Açores também se procedeu à implementação das ordenanças. Pelo alvará de 20 de Outubro de 1562 foi enviado para São Miguel o cavaleiro da casa real João Fernandes Grado como capitão-mor da ordenança. Uma carta de 22 de Janeiro de 1571 solicitava ao capitão da vila da Praia o cumprimento das ordenanças, ao que se seguiu a criação da capitania-mor para a ilha Terceira em Julho de 1571. Em 1576 foi nomeado para corregedor o filho do arcebispo de Lisboa, Ciprião de Figueiredo e Vasconcelos, que desempenharia um papel fundamental na resistência aos Espanhóis durante a guerra de 1580-1583.

Lisboa (1569-1571)

Os primeiros exercícios militares na capital tiveram lugar depois da criação das primeiras companhias de ordenança (**tabela 17**). Seguramente que foram organizados dois alardos em Julho de 1570, o primeiro dos quais em dia indeterminado e o segundo a 30, no qual estiveram presentes apenas as companhias das freguesias de São Nicolau e Madalena. Durantes os meses que precederam a publicação do *Regimento dos Capitães-Mores* os exercícios terão sucedido regularmente. Pero Roiz Soares — e este cronista foi testemunha

²⁰⁴ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 379.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 380.

presencial — escreveu: «ordenando as ditas companhias em toda a cidade e por todas as freguesias saindo por ordem cada huns seus domingos e santos ao campo fazer alardo e ensinarense atirar»²⁰⁶. Parece evidente que não se tratou de revistas gerais mas sim de exercícios regulares de adestramento. Por outro lado, parece ter existido um escalonamento, pois as companhias de cada freguesia iam «saindo por ordem cada huns seus domingos e santos». Outro pormenor interessante é o efectivo das companhias, 300 homens, ainda de acordo com a ordenança de 1569. Em Setembro de 1570 tiveram lugar dois alardos gerais no campo de Santo Amaro. No primeiro destes exercícios, efectuado no dia 3, cerca de 3000 homens²⁰⁷ em 10 companhias organizaram-se num esquadrão com os respectivos atiradores, que foram «desparando sempre a Arcabuseria em roda viva»²⁰⁸. Assistiram à demonstração o rei e o seu primo D. Duarte, duque de Guimarães (**figura 199**).



Figura 199 – Alardo em Lisboa (3 de Setembro de 1570)

Legenda A: esquadrão; B: mangas

Fonte: Esquema do autor

Os soldados das companhias, arcabuzeiros e piqueiros, formaram um núcleo central constituído pelo esquadrão de soldados piqueiros, flanqueado por duas mangas de atiradores.

No segundo exercício, a 29 de Setembro, juntaram-se todas as 30 companhias de Lisboa, com perto de 9.000 homens, portanto «muito mais cupiosso junto com os de cavalo»²⁰⁹. Da maneira como se organizaram estes soldados Roiz Soares apenas refere que se formaram em mais que um esquadrão. Na batalha de Alcácer Quibir os cerca de 5.000 soldados arrolados em Lisboa reuniram-se numa única formação de batalha, portanto podemos crer que com os 9.000 se construíram 2 esquadrões. Curiosamente, depois da publicação da lei de Dezembro não obtivemos notícia de quaisquer exercícios por parte das ordenanças de Lisboa. O rei encontrava-se em Almeirim desde pelo menos 14 de Novembro, e apenas a 20 de Fevereiro de

²⁰⁶ Pero Roiz Soares, *Memorial*, ed. Pedro Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953. Os acidentes eram relativamente frequentes, «naõ deixando de acontecer cada ves que sahiaõ muitos desastres com a polvora e arcabuzes arebentando alguns e ferindo huns a outros e asy mesmos tudo por desastres de ser a gente bizonha e nunca ter tratado em meliça» (*ibid.*, p. 52).

²⁰⁷ Cada companhia tinha 300 soldados, portanto as 10 companhias teriam cerca de 3.000 homens.

²⁰⁸ Pero Roiz Soares, *op. cit.*, p.52.

²⁰⁹ *Ibid.*

1571 voltou a Lisboa. No dia 14 de Junho organizou-se novo alardo com todas as 30 companhias da capital. Ignoramos o resultado deste alardo, mas não terá tido o êxito do anterior, provavelmente por as companhias se encontrarem incompletas. É o que podemos concluir da nomeação do corregedor Diogo da Fonseca para recensear de novo a gente da cidade. A 24 de Junho de 1571 dirigiu uma carta à câmara de Lisboa em que solicitava a cooperação com o corregedor e que procedesse ao assentamento da «gente da cidade e do termo»; no fundo, tratava-se de fazer cumprir a lei promulgada no ano anterior. Apenas a 31 de Outubro temos conhecimento de novo exercício militar, que teria envolvido todas as companhias de ordenança da capital, por ocasião da visita do enviado de Roma, o cardeal Alexandrino. Os soldados formaram um esquadrão, e apenas fica a dúvida se de facto estariam presentes todas as 30 companhias da capital.

O ano de 1572 foi ocupado pela preparação da esquadra destinada a integrar a Santa Liga. O levantamento de soldados em Lisboa começou a 28 de Abril, curiosamente depois do início do arrolamento no resto do país, e deveria totalizar 4.000 homens. Mas a atenção do rei parece já dirigir-se para o Norte de África, e em Agosto o antigo capitão de Mazagão, Rui de Sousa Carvalho, foi enviado como governador a Tânger com quinhentos cavalos em reforço da praça; a armada acabou por ser destruída por um terrível temporal a 13 de Setembro. Em 1573 não temos notícias que nos permitam avaliar a continuidade dos exercícios em Lisboa. É fora da capital que temos uma imagem mais clara da implementação do *Regimento dos Capitães-mores*.

Alentejo e Algarve (1573)

No reino, a implementação das ordenanças teve um ponto de viragem em 1573. A nomeação do capitão-mor do Algarve, coadjuvado por um sargento-mor, juntamente com o aparecimento de diversos textos militares aparentemente destinados à formação dos oficiais, sublinham uma intenção de não esmorecer a preparação militar. No final do ano, como corolário, o rei efectuou a conhecida viagem de inspecção às regiões do Sul de Portugal. Os alardos presenciados durante a jornada de 1573 ao Alentejo e Algarve são elucidativos quanto ao potencial de recrutamento destas regiões. O êxito no arrolamento dos soldados foi cabalmente demonstrado pelos cerca de 20.000 homens que estiveram presentes nos 12 alardos efectuados entre 3 de Janeiro e 11 de Fevereiro (**tabela 18**). A comitiva assistiu a vários tipos de demonstrações de carácter militar. Uma era a «soísse», «soisse» «soiça» ou «suíça», designação que fazia referência aos soldados suíços que revolucionaram o campo de batalha

européu a partir do último quartel de Quatrocentos²¹⁰. No ano de 1573 as «suíças» não contavam com soldados das ordenanças, mas «homens», «moços» ou «meninos vestidos à mourisca», ou as «amazonas» armadas com arcos numa das demonstrações em Faro. Eram portanto exibições exclusivamente destinadas à parada, tal como as danças das espadas apresentadas em Castro Verde ou as «folias» de Beja, Castro Verde ou Messejana, cujo carácter bélico as aproximava dos alardos militares. No seu conjunto, tratava-se de movimentações essencialmente irregulares — como o vestuário «à mourisca» indica — mas que nem por isso deixavam de manobrar convencionalmente em «caracol cerrado». Os soldados apresentaram-se formados em esquadrão nos dias 3, 7, 10, 14. No dia 19 de Janeiro as tropas manobraram em «caracol cerrado», e voltamos a encontrar esquadrões nos dias 31 de Janeiro e 4 de Fevereiro.

De todos os alardos mencionados na jornada de 1573, aquele que se encontra melhor documentado registou-se em Faro sob orientação do alcaide da cidade, Rui Barreto, nascido nesta cidade e um dos filhos do anterior alcaide e conselheiro de D. Sebastião, Nuno Barreto²¹¹. Ocupou o lugar do pai como pagamento dos serviços prestados em África e no Médio Oriente, nomeadamente durante o cerco da fortaleza da ilha do Barém (1559), durante o qual foi ferido com gravidade. No dia 31 de Janeiro as nove companhias das ordenanças de Faro formaram individualmente, «cada uma por si», o que parece indicar que ainda não se agrupavam num esquadrão único. Talvez se apresentassem em ordem de marcha, para depois demonstrar a perícia — a «desenvoltura» referida por Martim Afonso de Melo — ao passar da coluna para o esquadrão formado. No dia seguinte as companhias de Faro apresentaram-se formadas num esquadrão com cerca de 1.500 homens. Nesta ocasião não se descreve quaisquer mangas de arcabuzeiros a guarnecer os flancos do esquadrão, mas sim carretas artilhadas com «berços», guarnecidos por homens com espada e «rodela» (**figura 200**). Idêntica utilização operacional está sinalizada na batalha de Alcácer Quibir, e na tratadística encontramos vários exemplos que confirmam este procedimento (**figura 201**).

²¹⁰ A designação era uma referência evidente aos soldados suíços que revolucionaram o campo de batalha europeu a partir do último quartel de Quatrocentos.

²¹¹ Em 1572 Rui Barreto participou na preparação da expedição da Santa Liga e foi enviado pelo rei a Tavira para coordenar a concentração das tropas que deviam seguir na esquadra.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Data	Companhias	Comandantes	Local do exercício
3 Janeiro	5	Alcaide-mor D. Luís de Sousa	Beja
7 Janeiro	2	Ouvidor	Castro Verde
10 Janeiro	5	?	Ourique
14 Janeiro	1	?	Vila dos Colos
19 Janeiro	5	?	Lagos
20 Janeiro	5	?	?
21 Janeiro	?	?	Raposeira
24 Janeiro	2	?	Alvor
26 Janeiro	1	?	Monchique
27 Janeiro	9	?	Silves
28 Janeiro	1	Juiz	Alcantarilha
	2	?	Albufeira
29 Janeiro	3	Juiz	Loulé
31 Janeiro	9	Alcaide-mor Rui Barreto	Faro
3 Fevereiro	2	Alcaide-mor	Castro Marim
4 Fevereiro	5	Conde de Alcoutim	Alcoutim
5 Fevereiro	9	?	Mértola
6 Fevereiro	7	?	Serpa
7 Fevereiro	11	Alcaide-mor Rui Teles de Meneses	Moura
9 Fevereiro	2	Alcaide-mor Francisco de Mendonça	Mourão
10 Fevereiro	4	?	Olivença
11 Fevereiro	3	?	Elvas

Tabela 18 – Alardos no Alentejo e Algarve em 1573

Fonte: Tabela do autor

carretas A carretas

Figura 200 – Alardo em Faro, 31 de Janeiro 1573
O reforço das ilhargas do esquadrão (A) com carretas.

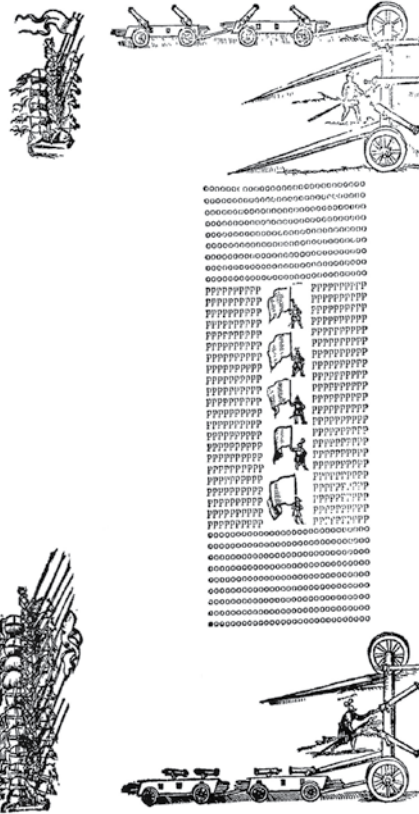


Figura 201 – Carretas artilhadas nas alas do esquadrão
Fonte: Giovanchino da Coniano (c. 1544?-1564)

No final, a jornada de 1573 teve o mérito de confrontar os legisladores com a aplicação prática do diploma de 1570, que resultou na publicação do *Provimento às ordenanças* de 1574. Não deixa também de evidenciar o êxito das ordenanças no Sul. No Norte do país, ao contrário, a situação terá sido diferente. De facto, em 1577, o enviado régio Pero Lopes²¹² deparou-se com grandes dificuldades para levantar soldados para a expedição de 1578 pois a base de recrutamento encontrava-se demasiado fragilizada por sucessivas crises demográficas.

²¹² Trata-se do mesmo Pero Lopes sargento-mor do terço dos aventureiros em Alcácer Quibir.

2.3 Primeira jornada de África (Agosto-Outubro de 1574)

Nas guarnições das fortalezas de África, a falta de soldados era crónica. No início dos anos 70 existia em Ceuta apenas uma companhia com carácter permanente, a «bandeira velha», cujo efectivo não ultrapassaria os 211 homens a 8 esquadras — faltando duas esquadras para perfazer as dez preconizadas —, o que demonstra a observância do *Regimento* de 1570²¹³. Em Tânger não temos dados concretos sobre a guarnição, mas em 1572 Rui de Sousa Carvalho chegou com 10 capitãneas a 500 cavalos, com um quantitativo equivalente a 2 companhias de infantaria. Tinham por capitães: D. Fernando de Meneses do Louriçal; D. João de Azevedo; Pedro da Silva, irmão do «Regedor da justiça» Lourenço da Silva; Pedro Moniz, filho de Febo Moniz; Francisco Barreto de Lima²¹⁴; D. Francisco de Castelo Branco, irmão do meirinho-mor; D. Gilianes da Costa, que em 1596 foi nomeado coronel de um dos 7 terços levantados na região de Lisboa. O irmão do contador de Tânger e o adail da cidade, Diogo Lopes da Franca e Simão Lopes de Mendonça, respectivamente, comandaram outras 2 companhias. A maior parte da cavalaria de Tânger e dos demais presídios no Norte de África eram os ginetes de tradição árabe, mas foi na época sebástica que entraram na cena bélica marroquina os cavalos pesados, os chamados «acobertados», O elevado efectivo de cavalaria, associado às características dos «acobertados», indica que o rei pretendia uma postura agressiva para África (tabela 19).

Data	Praça	Companhias	Efectivo
1574	Ceuta	1 companhia de infantaria ²⁶ 1 companhia de cavalos	211 soldados 100 soldados
1574-1578	Tânger	2 companhias 2 companhias?	200? soldados 500 soldados
1577	Arzila	2 companhias? ²⁷	500? soldados
1561-1613	Mazagão	2 companhias ²⁸ 1 companhia ²⁹	500 soldados 100 soldados

Tabela 19 – Companhias de ordenança no Norte de África

Fonte: Tabela do autor

²¹³ A segunda companhia determinada pelo rei em 1574, a «bandeira nova», só foi constituída em 1584.

²¹⁴ Francisco Barreto de Lima foi governador da Índia em 1555-1558 e comandou a frota enviada para auxiliar os espanhóis na conquista do Pinhão de Velez em 1564.

O novo documento foi promulgado pouco antes da primeira jornada do rei ao Norte de África, que teve lugar em Junho de 1574. Parece claro que se pretendeu incutir um novo fôlego às reformas em curso, que permitisse reunir rapidamente os efectivos militares necessários à expedição. De facto, o levantamento da gente de guerra iniciou-se a 2 de Junho de 1574, estando prevista a sua conclusão a 20 do mesmo mês — apenas trinta dias depois da publicação da nova legislação. D. Sebastião tinha calculado levar um total de 1.000 cavalos e 6 companhias de gente a pé, que seriam acrescidos dos efectivos estacionados em África. Os cavaleiros das guarnições das praças de Tânger, Mazagão e Ceuta deveriam enquadrar um corpo de cavalos levantado no reino, comandados pelo seu primo, D. António prior do Crato. Quanto à infantaria, os 1.500 soldados que compunham as 6 companhias levantadas no reino juntar-se-iam aos 500 soldados das companhias de Tânger. Foi estipulado para cada companhia um corpo de oficiais que incluía um capitão, um alferes «abandeirado» e um sargento. A semelhança desta orgânica com as ordenanças leva-nos a concluir que ainda se deveriam somar àqueles oficiais os respectivos cabos de esquadra. Dois coronéis deviam reter o comando geral das companhias: António de Távora e D. Gastão Coutinho.

A 19 de Julho o prior do Crato partiu para Tânger com instruções para aguardar o rei na cidade. Ia acompanhado por 400 aventureiros com muitos fidalgos montados, que junto com as tropas estacionadas em Tânger totalizariam 800 cavalos, portanto aquém dos 1.000 pretendidos inicialmente. O mesmo se passou com a infantaria. Foram levantadas 4 companhias, 2 em Lisboa e 2 no Porto, que juntamente com as companhias de Ceuta perfaziam 1.400 homens. O efectivo de cada companhia, 250 homens, era o estipulado no *Regimento dos Capitães-Mores*, e outra coisa não seria de esperar com as *Provisões às Ordenanças* publicadas tão recentemente. É um facto curioso não se ter recorrido aos soldados do Sul de Portugal, que no ano anterior haviam sido submetidos a uma revista cuidadosa. Podemos concluir que o rei, satisfeito com os progressos registados no Sul, pretendeu proceder ao adestramento dos homens a Norte. De facto, o embarque prévio deste contingente tinha como objectivo fazer com que a soldadesca se «exercitasse nesta guerra»²¹⁵, bem como adestrar os respectivos oficiais.

A 17 de Agosto D. Sebastião embarcou em Cascais com destino ao Norte de África; a 19 chegava a Sagres, a 20 passou por Lagos, a 21 por Tavira e a 22 por Aiamonte. Finalmente, a 24 lançou ferro

²¹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, 1967, p.332.

em Ceuta. O rei demorou-se em Ceuta de 24 de Agosto até 29 de Setembro, sem nenhuma ocorrência militar de grande envergadura. Na ausência de movimentações militares, decidiu-se por um reconhecimento a Tetuão com as galés e um pequeno contingente montado. Desembarcado D. Fernão Álvares com pouco mais de uma dezena de cavalos, fizeram três mouros cativos antes de reembarcar. D. Sebastião seguiu depois para Tânger, onde chegou no dia 30 de Setembro, aí permanecendo até 25 de Outubro. Foram várias as ocasiões em que se envolveu em combate, desde pequenas escaramuças que se atalharam com maior ou menor ordem até pelo menos um recontro de alguma envergadura. Um primeiro reconhecimento teve lugar a 4 ou 5 de Outubro com a cavalaria, organizada e comandada pelo próprio rei. Os 800 cavalos iam divididos em três esquadrões: um com 400 cavalos onde seguia o rei com o guião, e pelas «ilhargas» outros dois com 200 homens cada um. A construção da formação tripartida é igual à ordem de um esquadrão de piqueiros com as suas mangas de arcabuzes. Quanto à distribuição dos efectivos, o somatório das alas totaliza o efectivo do esquadrão do centro, traduzindo um esquema típico da época militar tardo-medieval, idêntico ao adoptado na vanguarda dos Portugueses em Aljubarrota (**figura 202**).

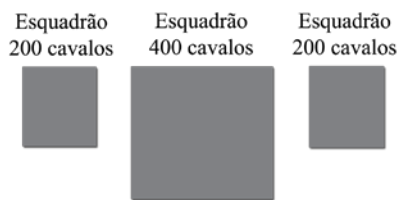


Figura 202 – Acção de cavalaria, Tânger (4 ou 5 de Outubro de 1574)

Fonte: Esquema do autor

No meio estava o rei e o guião real, com 2 esquadrões nas alas.

O reconhecimento correu sem notícia particular, e serviu para os cavaleiros tomarem o hábito de cavalgar em formação, «fazendo os homens que possaõ com a lança, e com as armas sem cair dos cavallos»; aliás, o rei assumiu que se propunha exercitar o contingente, «fazendo-os correr, e escaramuçar, e exercitarem-se»²¹⁶. Naturalmente que a presença de D. Sebastião em Tânger não passaria despercebida por muito tempo. No dia 4 chegaram notícias de que o xarife concentrava na cidade de Fez um exército de alguns milhares de homens, que depois enviou para Alcácer Quibir. No dia 8 a atalaia da serra de São João detectou o exército inimigo, que se aproximava pelo lado de Fez, e 3 peças da fortaleza dispararam a dar o rebate. No domingo dia 10 o rei saiu em reconhecimento com a cavalaria, de novo formada em 3 esquadrões. Apesar de os cerca de 5.000 cavalos inimigos se encontrarem já em campo, não teve lugar qualquer contacto.

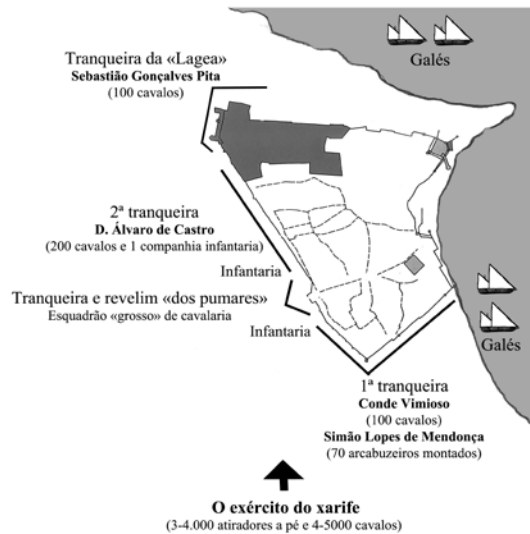
²¹⁶ «Relação da primeira jornada», *op. cit.*, p. 15.

Quarta-feira (20 de Outubro)

Passou-se mais de uma semana de pequenas escaramuças entre alguns vigias até ter lugar o primeiro recontro. O exército do xarife, com cerca de 3.000-4.000 atiradores a pé e 4.000-5.000 cavalos, chegou vindo do sul, aproximando-se «de Tangere o velho» numa extensa meia-lua. A cidadela de Tânger, recentemente fortificada, estava perfeitamente apta a resistir a qualquer assalto. E no perímetro exterior as muralhas antigas estavam reforçadas por tranqueiras ao longo de todo o circuito, situação análoga ao sucedido por ocasião do cerco de Mazagão (figuras 203 e 204).

Figura 203 – Tânger, 1574:
Situação das defesas da cidade e aproximação do xarife.

Fonte: Esquema do autor sobre desenho de Jorge Correia



O amanhecer de 20 de Outubro teve lugar ao som de trombetas, e o rei ordenou que as tropas se dirigissem ao revelim «dos pumares». Os cerca de 900 cavalos e 2.000 soldados de infantaria deviam formar no lado de fora das muralhas e receber o inimigo. Dar batalha campal ao adversário era uma forma de combater inédita para a maioria dos fronteiros, e a decisão foi tomada «contra parecer de todos os do meu conselho», nas palavras do próprio D. Sebastião. Uma situação que se repetiria no futuro. Cientes do perigo que correria fora do recinto, conseguiram convencer o rei a ficar dentro das muralhas, apesar de «já armado com o Cossotele vestido, com as esporas calçadas, e o guiaõ à porta»²¹⁷. D. Sebastião contentou-se em assistir ao desenrolar da escaramuça com Lopo Rodrigues, talvez a partir da torre do revelim «dos pumares», em torno do qual se desenrolaram os combates mais importantes (figuras 205-207).

²¹⁷ «Relação da primeira jornada», *op. cit.*, p. 35.

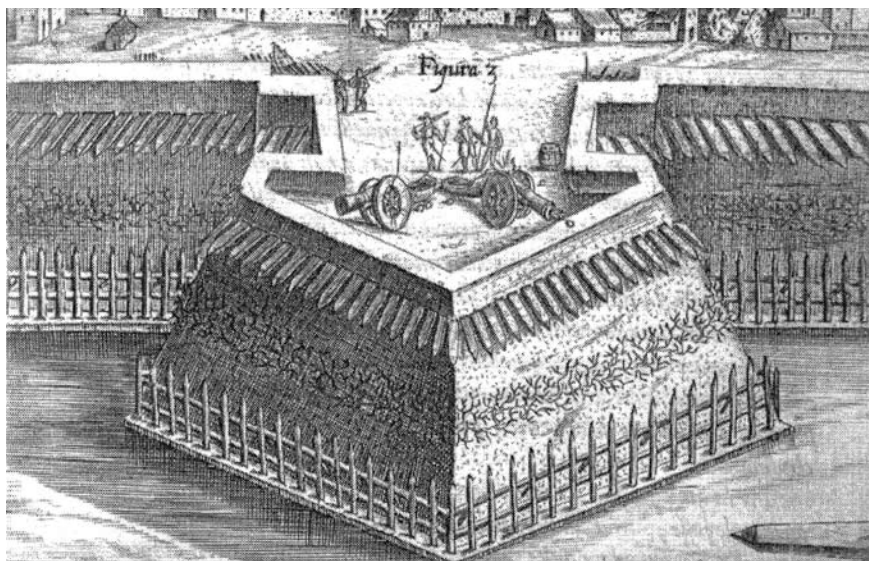


Figura 204 – Tranqueiras de reforço de um baluarte

Fonte: Flaminio della Croce (1617)



Figura 205 – O revelim dos «pumares» (I)

Fonte: Gravuras de W Hollar (1669-73), T.A.L.M.

Vista a partir do «campo dos pumares» a partir do baluarte dos fidalgos; ao fundo, o revelim.

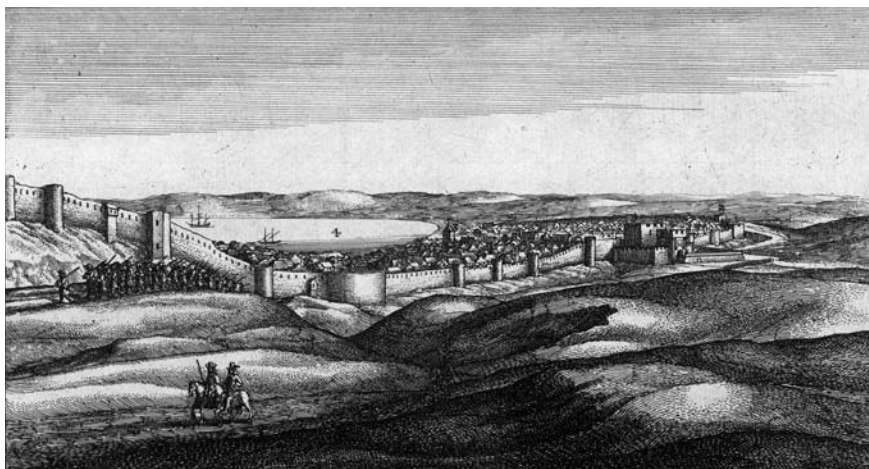


Figura 206 – O revelim dos «pumares» (II)

Fonte: Gravuras de W Hollar (1669-73), T.A.L.M.

Muralha Leste de Tânger; na direita o revelim.

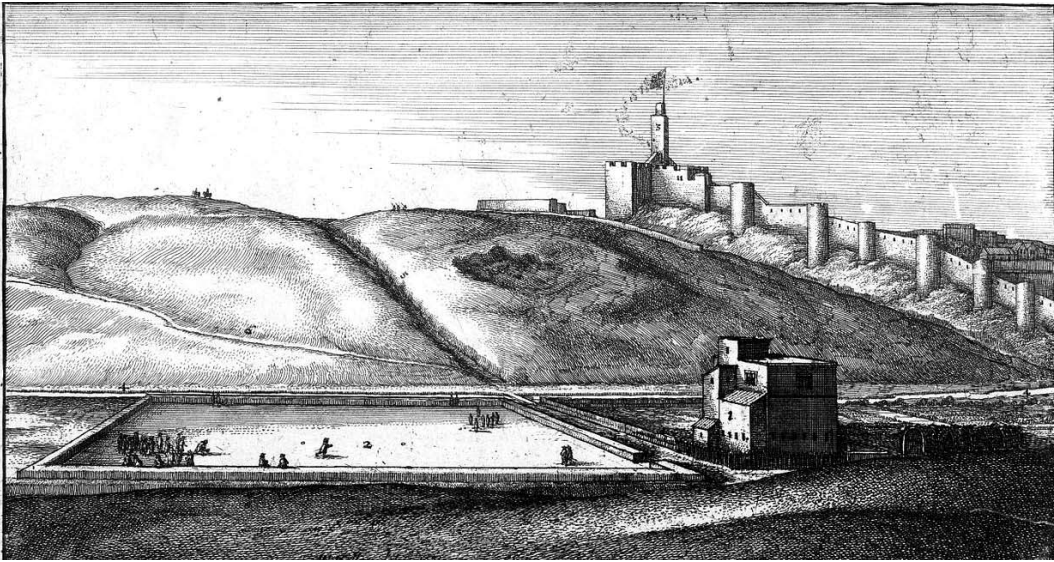


Figura 207 – O revelim dos «pumares» (IV)
Fonte: Gravuras de W Hollar (1669-73), T.A.L.M.
Vista do revelim do lado Norte.

O plano do rei era simples; duas forças de galés a norte e a sul de Tânger confinavam o inimigo, que então seria canalizado sobre o grosso das defesas, que se situavam dispostas em torno do revelim «dos pumares». O peso do assalto incidiu, de facto, sobre este local. Pelas três da tarde o rei juntou-se aos defensores da tranqueira que guarnecia o revelim, demorando-se esta escaramuça algo desordenada por mais algum tempo. Pelo fim do dia, pouco antes de anoitecer, o rei recolheu-se no interior de Tânger, decidido a tirar a desforra no dia seguinte.

Quinta-feira (21 de Outubro)

A convicção do rei era que a desordem na escaramuça do dia anterior teria sido devida à falta de um elemento congregador entre as tropas, ou seja, a presença real. Para obviar a este inconveniente, planeou que no dia seguinte participaria em pessoa nos combates. Pelas oito horas da manhã de 21 novamente se fizeram ouvir as trombetas, e foram necessárias três horas para formar o exército na mesma posição do dia anterior: um esquadrão com cerca de 400 cavalos e outros dois nas tranqueiras de um lado e outro. A infantaria estava novamente nas mãos direita e esquerda do dispositivo; o mesmo esquema, portanto, com a diferença de que Sebastião Gonçalves Pita estava «em cillada encoberto»²¹⁸ com um esquadrão de 100 cavalos.

²¹⁸ «Relação da primeira jornada», *op. cit.*, p. 36.

O dia decorreu sem que os Mouros se decidissem a atacar, optando por enviar um mensageiro a desafiar o rei. Afinal, o fulgor juvenil atribuído ao monarca não o levou a abandonar a fortíssima posição, e foi a carga desordenada de pouco mais de meia centena de cavalos no revelim que precipitou um breve combate. Os Mouros entraram no interior da tranqueira que defendia o revelim, e o rei ordenou que D. António retirasse para a protecção das fortificações. O caminho ficou então livre para D. Sebastião avançar pela tranqueira abandonada à cabeça de 60 cavalos acobertados, cuja ruidosa e ir-resistível investida escorraçou rapidamente os inimigos²¹⁹. Esta foi a última acção de guerra, e os dias seguintes assim o confirmaram: no dia 22, sexta-feira, suspeitou-se que o inimigo poderia ter abandonado as imediações de Tânger e enviaram-se atalaias para os seus postos fora da muralha. Confirmadas as suspeitas, os ânimos serenaram, e no sábado dia 23 teve lugar jogo de canas, um dos desportos favoritos do rei. No dia seguinte iniciou-se o embarque, que se prolongou pelo resto do dia. Segunda-feira, 25 de Outubro, a frota saiu de Tânger, e a 2 de Novembro, terça-feira, chegou ao cabo de São Vicente.

A jornada a Tânger foi, de facto, uma oportunidade «para que se exercitasse nesta guerra» a gente das ordenanças. Os soldados que integraram a expedição tomaram o sabor da guerra de África, feita tanto de escaramuças como de recontros de maior dimensão, donde se pretendeu saírem «capitães e soldados experimentados»; o rei foi um deles, pondo em prática o conhecimento teórico que possuía. A utilização de cavalaria pesada em apoio das tranqueiras, por exemplo, foi uma novidade para os fronteiros de Tânger. Os recontros de 20 e 21 de Outubro demonstram que D. Sebastião tinha uma *ideia* de como levar à prática o conhecimento aprendido nos tratados. E ainda demonstrou ter a noção da utilidade do poder naval em apoio das operações terrestres. O tratado que D. Sebastião terá eventualmente redigido parece reflectir esta sua primeira experiência africana: «da forma dos Exércitos, da fortificação dos redutos, e trincheiras, do tempo de sahir delas ao inimigo, do modo de assaltalo, e combatello», é um dos combates que se desenrolaram em Tânger durante a jornada de Outubro de 1574. Sem dúvida que foi uma acção de reconhecimento e treino dos soldados, mas também o início de nova expedição ao Norte de África de âmbito bem mais alargado: «pera entemder milhor, e de mais perto o como poderia mandar fazer a guerra ao Xarife, com maior poder»²²⁰.

²¹⁹ «A fúria dos cavallos deficultosos de ter rédea, rompiaõ os que nela estavaõ, que foi huma batalha por serem os de dentro quasi todos acobertados, e os Cavallos, lanças, e cobertas fazerem grandíssimo rumor» («Relação da primeira jornada», *op. cit.*, p. 44).

²²⁰ Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, Lisboa, Alfa, 1989, p.

3. Guerra: A batalha de Alcácer Quibir

E querendo replicar o Padre Frei Estevão, que aí se achou, El-Rei atalhou sem o querer ouvir, dizendo que não tratasse de mais, porque sua vinda não fora a tomar Larache nem a outra alguma coisa, senão a dar batalha ao Maluco.²²¹

A importância da batalha de Alcácer Quibir no contexto militar português é um facto incontestável, mas outro facto a que não se tem dado a devida relevância ficou também registado: a preparação da expedição deixou evidente uma profunda divergência de interesses estratégicos entre o monarca português e o soberano espanhol. Por um lado, Portugal — reflectido na figura de D. Sebastião — procurou o reforço das posições no Norte de África; ao mesmo tempo, Filipe II tentava estabelecer tréguas duráveis com os Turcos, em particular depois da reconquista de Trípoli pela «Sublime Porta». Na Europa as diferenças mantinham-se entre tio e sobrinho. Filipe empenhava-se numa resolução militar para a Flandres, enquanto D. Sebastião pretendia continuar afastado dos conflitos do velho continente, ainda que sofrendo crescentes ataques dos corsários europeus. Dificilmente os interesses podiam ser mais contraditórios, apesar de uma aparente cooperação, que situações como a questão das Molucas desmascaravam. Desta forma se deveria avaliar os obstáculos do monarca espanhol ao recrutamento de soldados para a expedição que se avizinhava, apesar das promessas de ajuda reiteradas no encontro de Guadalupe em Dezembro de 1576.

Um dos aspectos mais interessantes relativos à jornada de 1578 é a profusão de testemunhos presenciais (**tabela 20**), situação que não se repetiu para qualquer outra batalha do século XVI envolvendo portugueses.

Existem tantos relatos quanto diversas foram as nacionalidades dos soldados que combateram integrados no exército português. Espanhóis, italianos e, evidentemente, portugueses deixaram por escrito o seu testemunho, como frei Luís Nieto, Miguel Leitão de Andrada e Jerónimo de Mendonça combateram na primeira linha do exército, tal como o capitão Luis de Oxeda, Simão da Cunha, D. Duarte de Meneses²²² ou o arquitecto Filippo Terzi.

180.

²²¹ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit.*, p. 181.

²²² Existe um relato atribuído a D. Duarte de Meneses, embora várias imprecisões sobre os acontecimentos, incluindo a disposição do exército de D. Sebastião, deixem dúvidas sobre a respectiva autoria.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

<i>Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Título</i>	<i>Suporte</i>
Fr. Luís Nieto	1578	<i>Relación de las guerras de Berbería...</i>	Manuscrito
D. Duarte de Meneses	1578	<i>Relação de D. Duarte de Meneses</i>	Manuscrito
Físico de Abdelmeleque	1578	<i>Lettre d'un médecin juif son frère</i>	Manuscrito
Soldado castelhano	1578	<i>Carta enviada de un caballero...</i>	Manuscrito
Prisioneiro italiano	?	<i>Relacion de le captife italien</i>	Manuscrito
Prisioneiro português	1578?	<i>Relacion de le captife portugais</i>	Manuscrito
Simão da Cunha	?	<i>Relação de Simão da Cunha</i>	Manuscrito
Filippo Terzi	1579	<i>Cartas</i>	Manuscrito
Luis de Oxeda	c. 1580	<i>Relación de la batalla de EL Ksar El Jebir</i>	Manuscrito
Fr. Bernardo da Cruz	c. 1580	<i>Chronica de D. Sebastião</i>	Manuscrito
Fernando Góis Loureiro	1588-1595	<i>Jornada d'el-rei D. Sebastião...</i>	Manuscrito
?	século XVI	<i>Crónica do Xarife Mulei Mahamet...</i>	Manuscrito
Soldado de Tânger	?	<i>Homem Africano</i>	Manuscrito
Jerónimo de Mendonça	1607	<i>Jornada de África</i>	Impresso
Miguel Leitão Andrada	1629	<i>Miscellanea</i>	Impresso

Tabela 20 – Relações presenciais da batalha de Alcácer Quibir

Fonte: Tabela do autor

A experiência de outros veteranos encontra-se em versão anónima, e destes todos o mais importante é a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*. Outras relações anónimas têm sido menos divulgadas, como o relato do autodesignado «homem africano», o do ainda menos divulgado veterano espanhol publicado por

Esteban Amaya, a *Relacion de le captife italien*, o curto relato escrito pelo arquitecto Filippo Terzi, e sobretudo o único testemunho proveniente das fileiras sápidas — e por essa razão fundamental —, *Lettre d'un Médecin Juif à son Frère*. Para além destes, *crónicas* foram escritas por terceiros mas apoiando-se de forma mais ou menos óbvia em testemunhos presenciais — poderá ser este o caso de Girolamo Franchi di Conestaggio, que eventualmente seguiu o depoimento do embaixador castelhano Juan de Silva. É necessário dedicar uma atenção especial à qualificação da escrita. Alguns dos autores demonstram conhecimento da arte militar, como é o caso de Luis de Oxeda, capitão de uma das companhias do terço castelhano. A utilização de uma linguagem *técnica* pelo autor anónimo da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião* ou a crónica atribuída a frei Bernardo da Cruz — fala-se de «esquadrões», «mangas», tal como muitos outros termos da nomenclatura militar da época — são indicação da veteranaria e profundo conhecimento teórico da guerra.

A análise da batalha em todos os seus componentes encontra-se portanto facilitada, permitindo retirar conclusões que de outra maneira não seriam mais do que vagas conjecturas. Um dado crucial colhe-se da maioria destas diversas relações: a evidência de que existiu uma diferença substancial entre o dispositivo planeado e a forma que o exército tomou no dia da batalha. Aparentemente uma situação senão óbvia pelo menos compreensível, não é por essa razão menos significativa, pois trata-se de uma demonstração clara da maneira como se adequavam os modelos militares quando transpostos para a situação operacional. Podemos por isso reconstituir uma aproximação aos vários dispositivos tácticos empregados ao longo da campanha, nomeadamente no que respeita à formatura idealizada, à ordem de marcha ou ao ensaio de formatura que teve lugar no dia anterior à batalha. A possibilidade de reconstruir o desenho da ordem de batalha, desde a fase de planeamento ao tempo operacional, é ainda mais importante se pensarmos que os exércitos quinhentistas eram objectos construídos não só em função de premissas militares mas também de critérios estéticos.

O ponto de vista dos observadores é fundamental para compreender como se estruturou a ordem de batalha do exército de D. Sebastião. Terzi terá sido aquele que esteve no «rosto» do exército, junto aos canhões que aí assentaram bateria²²³. Miguel Leitão de Andrada não deixa dúvidas quanto à sua posição, na terceira linha do esquadrão dos aventureiros. O cativo italiano era também um dos soldados da vanguarda, na esquerda do esquadrão dos aventurei-

²²³ O relato é curto, sugerindo que Terzi abandonou a posição depois de perdidas as peças. Ainda assim, descreve a morte do coronel dos italianos que ocorreu na vanguarda, já com um par de horas de combate.

ros, tal como o espanhol Luis de Oxeda, mas este no lado oposto. Todos estes homens tiveram uma visão distorcida do que se passou atrás da sua posição, ao contrário do cronista anónimo que acompanhou o coronel Vasco da Silveira na segunda linha. Este não só teve uma perspectiva sobre a vanguarda como lhe foi possível ter a noção daquilo que se passava na retaguarda. Ao rodear a galope o esquadrão na segunda linha, numa fase particularmente crítica da batalha, teve ainda a oportunidade de observar este corpo de soldados em todas as suas vistas. Mas se podemos afirmar que temos testemunhas oculares nas primeiras duas linhas, o mesmo já não se passa no que toca à terceira linha. Apenas Bernardo da Cruz²²⁴ nos adianta mais detalhes sobre os acontecimentos que tiveram lugar na retaguarda do exército, o que indica que aí se encontraria com os restantes «não-combatentes»; aliás, o texto parece assentar em depoimentos presenciais recolhidos em primeira mão.

Naturalmente que a iconografia da batalha também se reveste de importância crucial para tentar uma reconstituição detalhada da formatura do exército. O esboço anexo ao curto relato do *captivo português* foi provavelmente a primeira representação gráfica alusiva à batalha de Alcácer Quibir (**figura 208**). Este documento é particularmente valioso por ter sido feito por um veterano da batalha, ainda que a ordem de batalha e a posição dos diversos esquadrões não coincidam com os relatos mais credíveis. Por exemplo, o esquadrão no meio da vanguarda não se encontra em posição saliente, como relatado pela maioria dos cronistas. Outras imagens que se conhecem são importantes como peças gráficas, embora pouco decisivas para entendimento da batalha, como a iconografia incluída nas versões latina e francesa da relação de frei Luís Nieto e a gravura inglesa de Hatfield House, que aliás deve ter sido realizada a partir das primeiras.

Embora possuam interesse do ponto de vista gráfico, porque se trata de uma representação em perspectiva isométrica de tipo militar, são pouco rigorosas na descrição do dispositivo português: para além da divisão do exército em 3 linhas e da localização dos esquadrões de cavalaria nas alas, pouco ou nada se enquadra no relato dos veteranos da batalha. A gravura do panfleto alemão, da qual já falámos e cuja data de feitura se encontra muito próxima dos acontecimentos, é a única que parece representar a topografia do local de forma mais correcta (**figura 115**, pp.126-27). De facto, lá

²²⁴ Frei Bernardo da Cruz, *op. cit.*, v. 2, Lisboa, Escripório, 1903. A propósito da autoria do texto, cf. Queirós Veloso, *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, *Academia Portuguesa da História*, 1950, e Augusto Ferreira do Amaral, «António de Vaena e D. Sebastião», sep. *Armas e Troféus*, série V, t. 1, Lisboa, 1982.

encontramos a «topetada» — uma pequena colina — (lado esquerdo da gravura, com a designação A), onde se encontravam as peças inimigas e donde surgiram os largos milhares de cavaleiros que cercaram o exército português. É, aliás, o que consta nos testemunhos presenciais mais credíveis, como a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*.

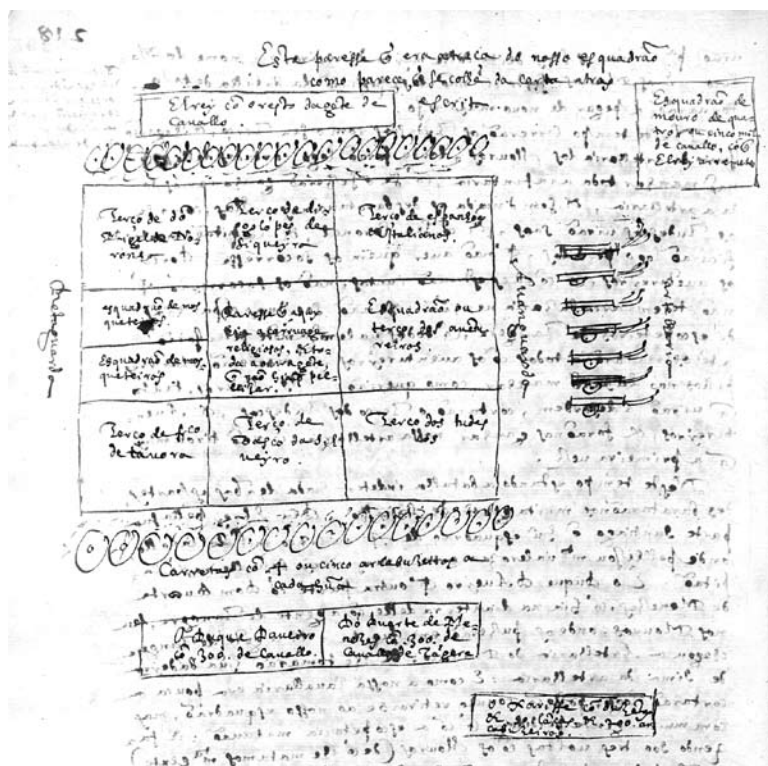


Figura 208 – Representações da batalha de Alcácer Quibir (I)

Fonte: Códice 8570, BNP

O esboço do veterano anónimo (c. 1578).

As gravuras do veterano Miguel Leitão de Andrada, se bem que menos assertivas em relação a diversos detalhes, são contudo peças fundamentais, que aliam o registo gráfico à narrativa escrita (figura 209). Andrada combateu na terceira fila do esquadrão mais perto do inimigo, e por essa razão a representação que faz da batalha tem o mesmo sabor vivencial que experimentamos ao longo do seu relato. Embora omissa quanto à forma das linhas recuadas do exército, uma análise mais atenta revela-nos um detalhe fundamental. Os cavaleiros muçulmanos apenas rodeiam o exército cristão pelo lado esquerdo; de facto, o esquadrão português montado impede a progressão dos inimigos. Por outro lado, a posição elevada dos atiradores da direita indica-nos, talvez, a proximidade do rio Rur, que como veremos apoiou o flanco direito do exército de D. Sebastião.

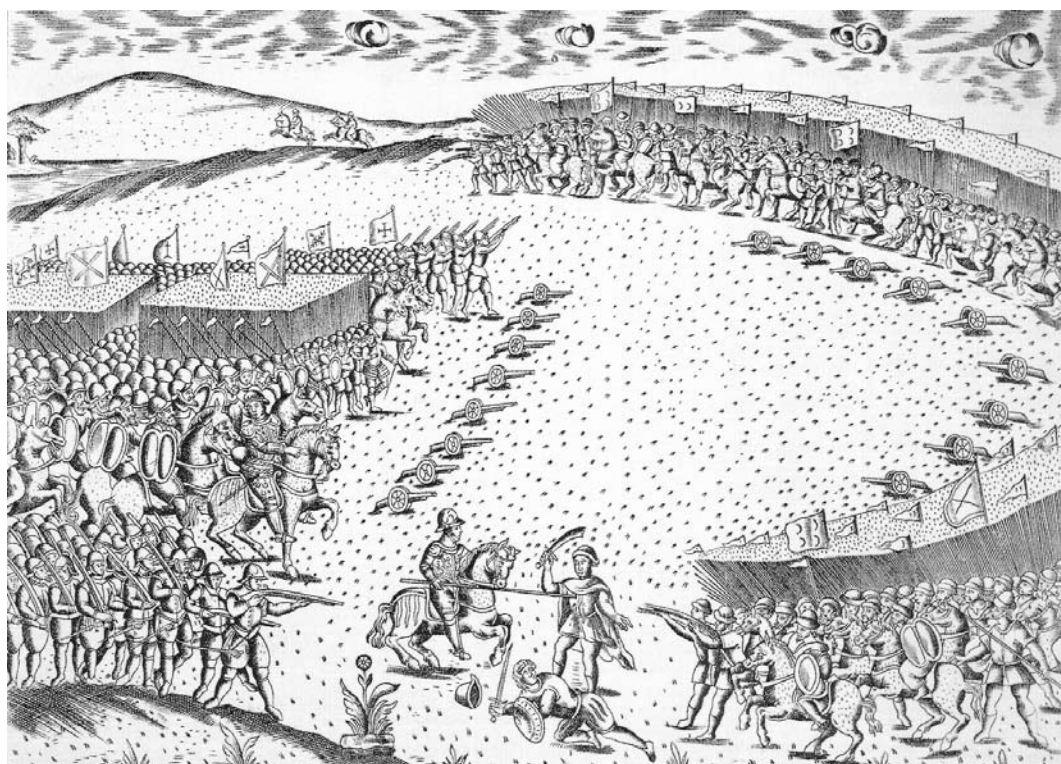


Figura 209 – Representações da batalha de Alcácer Quibir (II)

Fonte: Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (1629)

Uma das gravuras mais divulgadas, com a panorâmica geral da frente dos dois exércitos.

São conhecidas as dificuldades no recrutamento dos soldados, em parte devido à relutância da população em servir na guerra ou então pelas crises demográficas, que tiveram lugar sobretudo no Norte de Portugal. O total dos soldados das ordenanças previsto para levar na expedição deveria ser de 12.000 homens divididos por 4 terços, mas pouco mais de 9.000 foram conseguidos. Muito se tem escrito sobre a violência exercida nos arrolamentos, demonstrativa da pouca vontade de participar na expedição. Porém, cinco anos antes os soldados disponíveis no Sul do país ascenderam a mais de 20.000 homens. Mas, sobretudo, tem sido esquecida a dissolução do terço dos homiziados que privou o exército do concurso de 3.000 homens resolutos, e afinal justifica a disparidade aritmética (**tabela 21**).

<i>Terços</i>	<i>Comandantes</i>	<i>Companhias</i>	<i>Efectivo</i>
Aventureiros	Coronel Álvaro Pires de Távora Sargento Pero Lopes Godinho ³⁰	? ³¹ (piques)	1.400-1.500
Tânger ³²	Capitão Alexandre Moreira	2? (arcabuzes)	500-600
Alemães	Coronel Martim de Borgonha	12 (piques/arcabuzes)	2.700-2.800
Espanhóis	Coronel D. Alonso de Aguilar Sargento-mor D. Luis de Córdova	8-11 ³³ (piques/arcabuzes)	2.200
Italianos	Coronel Thomas Stuckeley Sargento-mor cavaleiro Mazza ³⁴	4 ³⁵ (arcabuzes)	600
Terço Ordenança	Coronel Vasco da Silveira	10 (piques/arcabuzes)	2.000
Terço Ordenança	Capitão Bezerra castelhano ³⁶	10 (piques/arcabuzes)	2.000
Terço Ordenança	Coronel D. Miguel de Noronha ³⁷	10 (piques/arcabuzes)	2.000
Terço Ordenança Algarve/Alentejo	Coronel Francisco de Távora ³⁸	10 (piques/arcabuzes)	2.000

Tabela 21 – Os terços em Alcácer Quibir

Fonte: Tabela do autor

O adestramento da gente da ordenança de Lisboa iniciou-se em finais de 1577 ou princípio de 1578, e as manobras tinham lugar com regularidade no campo de Santo Amaro e em Alvalade. O rei assistia com alguma frequência, e com o aproximar da data da partida o treino já daria os seus frutos. Porém, eram imprescindíveis os experimentados mercenários estrangeiros, embora os veteranos dos presídios africanos fossem também uma fonte de soldados práticos. De facto, chegado a Tânger o rei ordenou a substituição de alguns dos recrutas «bisonhos» pelos homens da guarnição da cidade.

3.1 O traçado de D. Sebastião

Como se sabe, a expedição largou de Lisboa a 24 de Junho e chegou a Marrocos na noite de 7 de Julho. A frota lançou ferro em Tânger, mas optou-se por fazer o desembarque em Arzila, mais próxima do objectivo oficial da expedição, o porto de Larache. Mantinha-se a dúvida sobre como realizar o assalto, se com um desembarque ou com uma marcha por terra, mas o rei acabou por se decidir por esta última solução, que afinal ia ao encontro do seu desejo —

enfrentar o adversário em batalha campal. Mas não era uma decisão desprovida de sentido, dadas as condições no local: uma barra tormentosa, pouco larga, com perigosos baixios e fortes defesas, que tinham sido reforçadas com soldados e canhões. E com o exército inimigo na proximidade as forças desembarcadas arriscavam-se a serem subitamente colocadas entre dois fogos.

A 10 de Julho o exército concentrava-se em Arzila. Evidentemente não era possível instalar cerca de 20.000 pessoas no interior da cidade, e por isso o «arraial» ficou no exterior, encostado à muralha pelo lado do mar. Nos outros lados fizeram-se trincheiras e colocaram-se os carros, embora os autores coevos não sejam unânimes quanto à existência destas fortificações. Porém, durante a subsequente marcha por terra foram construídos vários acampamentos entrincheirados, não parecendo por isso descabido supor que em Arzila se procedeu de igual forma. Aliás, seguiam com a expedição os engenheiros militares Filippo Terzi, que D. Sebastião contratara no ano anterior, Nicolau de Frias, João Nunes, mestre-de-obras de Tânger, e António Mendes²²⁵. O exército permaneceu em Arzila cerca de duas semanas, entre 10 e 28 de Julho. O principal motivo da demora, que algumas vezes fica esquecido, foi o atraso na chegada das embarcações com os carros de bois necessários ao transporte da bagagem. Enquanto se esperava a chegada da carriagem, deram-se alguns «rebates» para industrializar os soldados, uns como treino, outros devido à presença de forças inimigas.



Figura 210 – Acampamento em Arzila, 10-28 Julho de 1578

Fonte: Esquema do autor

²²⁵ Foi mestre-de-obras dos paços de Almeirim, Santarém e Salvaterra (1565) e mestre-de-obras da Batalha (1576), e trabalhou também nessa qualidade em São Julião da Barra; morreu no cativeiro.

A formatura planeada

Comúnmente si la necesidad y ocasión o sitio no me forzasse a hacer otra cosa, yo usaria del cuadro de terreno, como más proporcionado con igual fortaleza en vanguardia y retaguardia, y que ocupa menos lugar.²²⁶

Era no conselho de guerra que se decidia a formatura final do exército, embora o responsável máximo do exército tivesse, como é natural, uma ideia formada sobre o que seria mais apropriado. Em Arzila teve lugar um destes conselhos, mas D. Sebastião parece ter gizado a formatura em finais de Junho, já em Arzila. O embaixador espanhol enviou uma missiva a Filipe II em 27 de Julho em que relatava como o exército devia ir formado: os cerca de 15.000 soldados de infantaria compreendiam 8-9.000 homens das ordenanças, 3.000 mercenários alemães, 2.000 castelhanos e 1.000 «aventureiros» portugueses. O exército seria organizado em quatro esquadrões de infantaria desdobrados por duas linhas. Na vanguarda os espanhóis deviam formar com os aventureiros um esquadrão e os mercenários alemães outro, reforçados com duas mangas de atiradores. Na segunda linha deveriam seguir outros dois esquadrões com os 4.000 soldados dos terços de portugueses levantados pelas ordenanças. A artilharia devia seguir na frente e a cavalaria seria intercalada entre os esquadrões da vanguarda; para além de conferir protecção aos cerca de 2.000 cavalos disponíveis, permitir-lhes-ia dispor de um local onde reorganizar-se em caso de retirada (**figuras 211 e 212**).



Figura 211 – A ordem de batalha prevista para Alcácer Quibir (I)
Fonte: Esquema do autor

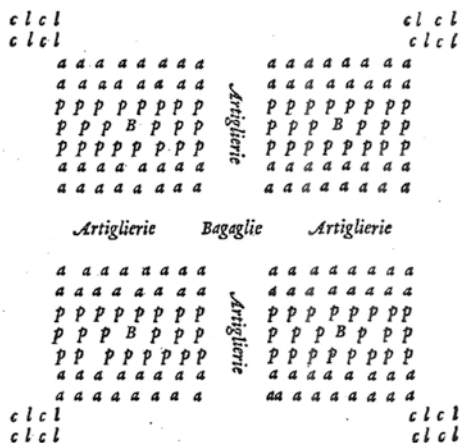
A inevitável superioridade numérica da cavalaria inimiga, sempre presente em qualquer expedição ao Norte de África, dava lugar ao envolvimento do exército. A forma quadrada era considerada pelos teóricos hispânicos como ideal para a guerra em África, pois possuía a evidente capacidade, conferida pela sua forma geométrica, de resistir com igual potência a um ataque vindo de qualquer direcção. A formatura decidida no conselho de guerra de Arzila era, portanto, a mais adequada às circunstâncias.

²²⁶ Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 40.

Figura 212 – A ordem de batalha prevista para Alcácer Quibir (II)

Fonte: Domenico Mora, *Il soldato* (1570)

Formatura a quatro esquadrões.



A marcha do exército demorou seis dias, durante os quais a difícil topografia levantou grandes dificuldades à progressão da coluna (**figura 213**).



Figura 213 – A marcha do exército, 29 de Julho a 3 de Agosto de 1578
Fonte: Esquema do autor

No dia 30 de Julho tomaram alojamento num local denominado «Almenara», ainda longe do objectivo, e depois de reunido o conselho de guerra ficou decidido voltar atrás e reembarcar na frota para tentar o desembarque em Larache. Foi enviado Afonso Correia com 40 cavaleiros a Arzila, mas ao chegarem verificaram que a frota já tinha levantado ferro. Entretanto Francisco de Aldana juntou-se ao exército com mais 500 soldados, e no primeiro dia de Agosto retomou-se a marcha. No dia 2, o exército seguiu na direcção da ponte romana por onde se atravessava o rio na direcção de Alcácer Quibir. Como no outro lado da ponte se encontravam cerca de 5.000 cavaleiros, decidiu-se fazer novo alojamento no «Soveral de Larache», para

decidir qual o caminho a tomar. No conselho de guerra reunido nessa noite trocaram-se opiniões sobre como chegar a Larache o mais depressa possível, para beneficiar do apoio da frota. A vontade do rei era dar-se batalha no dia seguinte, e embora tivesse acordado em dirigir-se a Larache, enviou o engenheiro Jerónimo Nunes com uma pequena escolta para avaliar a praticabilidade do vau «Albuxara»²²⁷, que levaria o exército ao encontro do xarife .

Em todo o caso, a notícia de que o exército iria seguir para Larache sem dar batalha a um inimigo que se encontrava tão próximo, terá causado consternação entre os soldados, pelo menos entre os homens mais aguerridos. D. Sebastião aproveitou este descontentamento, e na manhã do dia seguinte, 2 de Agosto, o exército português dirigiu-se ao vau reconhecido na noite anterior. Pouco antes das dez horas iniciava a travessia do Lucos, inflectindo depois na direcção de Larache (**figura 214**).



Figura 214 – Vau do rio Lucos na baixa-mar

Fonte: Postal dos anos 40

O exército tinha percorrido cerca de meia légua ao longo do rio quando surgiram de trás do sopé de uma colina mais atrás alguns milhares de cavaleiros, desenhando uma longa manobra que os levou até à retaguarda da coluna. Os dois terços do coronel Vasco da Silveira fechavam a marcha, e foi aí que se travou o primeiro combate formal entre Portugueses e Marroquinos. A acção que se seguiu não teve os contornos de uma batalha campal, foi antes um

²²⁷ Na cartografia contemporânea tem o nome de «Vau do Sultão».

teste recíproco à prontidão e eficácia dos dois exércitos. Logo que os inimigos chegaram a «pouco mais de tiro de bombarda», o rei ordenou que o exército fizesse alto e «mandou recado a Vasco da Silveira que ordenasse a gente para pelejar»²²⁸. Os terços da retaguarda formaram num único esquadrão, com «guarnição» de mosqueteiros e reforçando «as quinas do esquadrão» com duas peças ligeiras. D. Sebastião colocou-se na frente do dispositivo à frente da cavalaria (figura 215).



Figura 215 – A ordem de batalha no dia 3 de Agosto de 1578

Fonte: Esquema do autor

Os terços da vanguarda e batalha mantiveram a ordem de marcha. Vasco da Silveira pôs em ordem os dois terços «incorporados», formando um único esquadrão.

O ensaio parece ter sido suficientemente convincente, detendo com facilidade um corpo de alguns milhares de cavaleiros apenas com alguns disparos. Se é óbvio que os adversários não procuravam um confronto formal, é também lógico supor que qualquer falha no dispositivo de combate português seria logo aproveitada pelos ágeis cavaleiros sáidas. Na verdade, o que pode ter ficado evidente foi o tempo consumido pelos soldados portugueses na construção da formatura de combate, o que no dia seguinte seria habilmente explorado por Abdelmeleque.

A ordem de marcha

A ordem de marcha exigia um planeamento cuidadoso, cujos objectivos principais eram a preservação da integridade do exército e uma rápida transposição para a ordem de batalha, e variava segundo as circunstâncias. Um exército afastado de qualquer ameaça deslocava-se pelas vias de comunicação normais ou pelo campo aberto, seguindo as companhias em longas colunas que podiam estender-se por três ou quatro milhas. Ao atravessar território hostil ou na proximidade do inimigo, os soldados deviam caminhar com

²²⁸ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit., p. 171.*

uma formatura o mais próxima possível da ordem de batalha, mas era raro a topografia do terreno permiti-lo. Francisco de Valdés relatou como construir um esquadrão prolongado com 60 soldados de frente e 20 fileiras de profundidade a partir de três terços. Dividiram-se os esquadrões em três colunas com as mesmas 20 fileiras de profundidade, que seguiram depois umas atrás das outras formando uma coluna com 60 fileiras de fundo (**figura 216**).

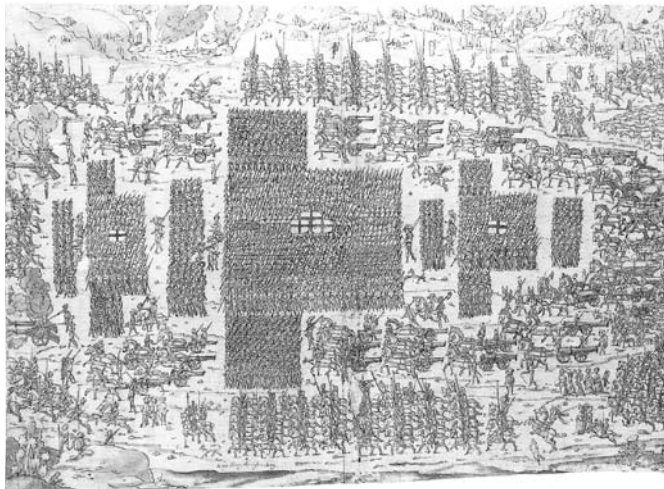


Figura 216 – O exército espanhol em marcha depois da batalha de São Quintino (1557)

Fonte: A. Wijngaerd, Antuérpia

Chegados à vista do adversário, construiu-se a respectiva ordem de batalha. O método mais utilizado designava-se por «dobrar as filas»: a coluna, constituída por um número determinado de esquadrões, imobilizava-se; o esquadrão da segunda fila ocupava então lugar ao lado da primeira; a quarta fila ocupava lugar ao lado da segunda, e assim sucessivamente até completar a ordem de batalha planeada (**figura 159**, p. 209).

O exército caminhou com uma formatura idêntica, repartido em três escalões, tal como o duque de Alba aconselhara para o caso de D. Sebastião decidir uma marcha por terra (**figura 217**). Os terços alternavam-se na vanguarda um dia, na retaguarda outro, guardando distância suficiente que permitisse não só a bagagem viajar no meio mas também facilitasse um eventual socorro. Na frente ia o mestre de campo D. Duarte de Meneses e a gente a cavalo de Tânger, protegendo o trem da artilharia; diante de todos ia o adail com 100 cavalos em reconhecimento. D. Sebastião caminhava por um dos lados com parte da cavalaria pesada e o duque de Aveiro pelo outro flanco com o restante efectivo montado; atrás da coluna ainda seguiam cerca de 50 cavaleiros, que deviam recolher os retardatários.

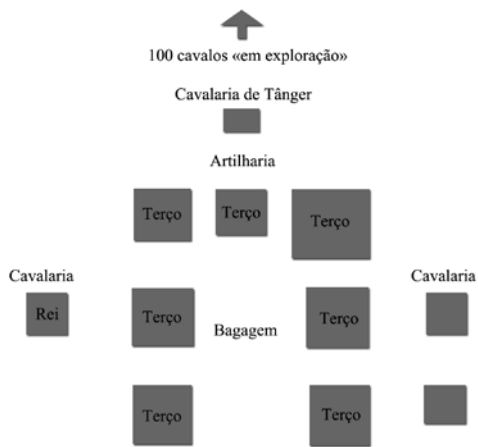


Figura 217 – A ordem de marcha do exército português, 29 de Julho a 3 de Agosto de 1578
 Fonte: Esquema do autor

3.2 A ordem de batalha de Francisco de Aldana

A presença de Francisco de Aldana na jornada de 1578 é um facto conhecido. Que um soldado espanhol tenha desempenhado o cargo de sargento-mor no exército de D. Sebastião tem sido avaliado como prova da falta de preparação dos Portugueses. Por outro lado, alguns dos relatos desprezaram um Aldana fora de si na perspectiva do adiamento da batalha, o que tem sido apontado como uma quase traição. A verdade é que até agora não se analisou com a devida profundidade o papel deste homem na expedição. Francisco de Aldana nasceu no Reino de Nápoles em 1537, filho de António Villela de Aldana. Era sobrinho do capitão Bernardo de Aldana, valenciano, que combateu na Itália, Alemanha, Hungria e Norte de África ao serviço de Carlos V e Filipe II. Com apenas dois anos seguiu para Itália com o pai, que em 1540 passou a ocupar o lugar de vice-rei de Nápoles. Aos quinze anos entrou também ao serviço de Carlos V como soldado e combateu na batalha de São Quintino e depois na Flandres. Era já capitão de artilharia no cerco a Harlem, durante o qual foi ferido num pé por um tiro de mosquete. Voltou a Florença para convalescer do ferimento e residiu na corte dos Medici, onde desenvolveu a sua formação poética dentro do espírito do cortesão enunciado por Baldassare Castiglione.

Francisco de Aldana foi um típico exemplo da crise maneirista, atormentado e pleno de contradições. Viveu entre a obrigação moral da luta contra o herege ou muçulmano e a percepção — em primeira mão, aliás — do sofrimento presente no campo de batalha. Foi um dos que aconselharam Filipe II a mover a guerra contra a Inglaterra e a renovar a conquista do Norte de África. Por outro lado, achou-se profundamente desencantado e oprimido com os horro-

res que presenciou durante a sua carreira militar, nomeadamente as terríveis condições de vida durante os assédios. Em 1577 escreveu a sua *Epístola* neoplatónica a Arias Montano, na qual confessava de-sejar levar uma vida contemplativa. Porém, a figura de D. Sebastião parece ter-lhe causado profunda impressão e fascínio e fez renascer neste homem, que acalentava isolar-se num retiro religioso, uma incontrolada vontade de novamente se lançar no turbilhão da guerra.

O papel de Francisco de Aldana na jornada de 1578 começa no ano anterior. Filipe II empenhava-se em dissuadir o seu sobrinho da intenção de passar a Marrocos. Cauteloso, decidiu enviar espiões a indagar a situação *in loco*, em particular as condições defensivas do porto de Larache, objectivo oficial da expedição. A fluência em várias línguas, entre as quais o árabe, foi vital na escolha de Aldana. O seu companheiro de viagem era Diego Torres, outro entusiasta da intervenção e autor da *Relacion del Origen y Suceso de los Xarifes, y del Estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudante*, que dedicou a D. Sebastião. Os dois partiram por volta de 6 de Fevereiro de 1577, regressando a Espanha a 10 de Julho. Cerca de quinze dias depois Francisco de Aldana dirigiu-se a Portugal, agora com a missão de fazer o sobrinho do seu monarca desistir dos planos; porém, foi o espanhol quem ficou convencido pelos argumentos do rei português:

Tengo hablado tres veces a Su Magestad, el cual me tiene lleno de amor y admiración porque jamás creí ver en tan pocos años tanto entendimiento y destreza en las preguntas que me ha hecho sobre mi comisión, recorriendo sobre ellas a tan soldadescamente que ha sido menester abrir los ojos y las orejas para entenderle y responderle. Guárdela Dios y proporcione su poder a su valor, que es el que tiene menester la soldadesca cristiana para levantarse del abismo a lo que va cayendo.²²⁹

Em meados de Agosto regressou a Espanha, depois de afiançar ao rei que acompanharia a expedição. As estrofes das *Octavas Dirigidas a Felipe II*, nas quais alude à expedição e a D. Sebastião, podem ter sido redigidas na excitação das três entrevistas em Portugal. De facto, partiu para se juntar à expedição, mas o entusiasmo parece ter arrefecido em Arzila. Foi necessário convencer o capitão espanhol a juntar-se ao soberano português, e sem dúvida que o facto de os Portugueses seguirem por terra desencorajou este experimentado capitão, mas a mudança radical de opinião não deixa de ser algo desconcertante. Também no conselho de guerra a 4 de Agosto alguns dos cronistas mais credíveis relatam a vivacidade com que defendeu dar batalha nesse dia, opondo-se aos que preten-

²²⁹ Elías L. Rivers, *Francisco de Aldana, El divino Capitán*, Badajoz, Institución de Servicios Culturales de la Exma. Diputación Provincial, 1955.

diam adiar o confronto para o dia seguinte²³⁰.

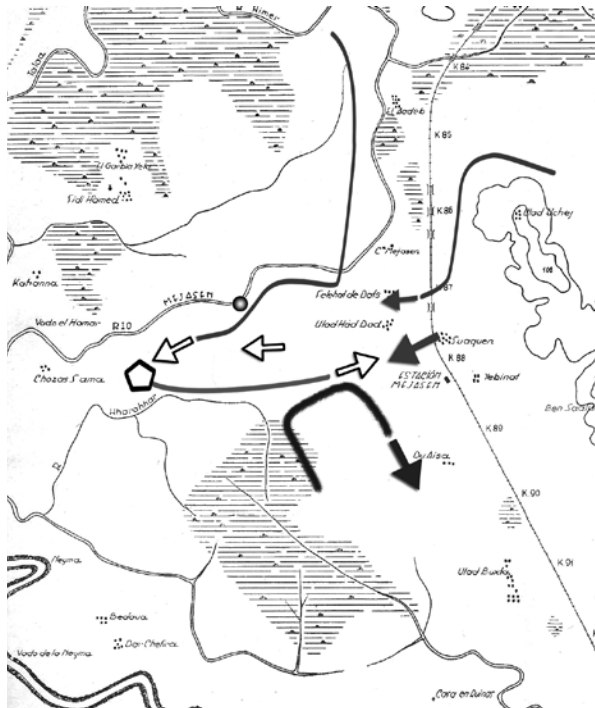


Figura 218 – O dia 3 de Agosto e os movimentos preliminares na manhã de 4 de Agosto

Fonte: Esquema do autor

Fonte: Esquema sobre mapa de D. Eduardo Alvarez, *Memória acerca da batalla de Alcacer Quibir*

O exército saiu do alojamento, entrando numa vasta planície limitada a Norte pelo rio Mocazim, e a Sul pelo Rur (**figura 219**). Entre os dois encontrava-se um afluente do Rur, hoje desaparecido, ao longo do qual a coluna seguiu para apoio do seu flanco direito. Algum tempo depois, talvez menos de uma hora, avistou-se o campo inimigo, e chegados a cerca de 600 metros, as tropas suspenderam a marcha para construírem a formatura final. O terreno era chão (**figura 220**), apenas dominado por uma pequena colina na frente da qual se desdobrava o exército inimigo em três extensas linhas. De trás da elevação surgiram vários milhares de cavaleiros, procurando envolver os cristãos, e foi talvez para evitar que esta manobra se concretizasse que o exército manteve a divisão tripartida que trazia, aproveitando a proximidade do Rur que dificultava a infiltração dos cavaleiros por esse lado.

²³⁰ Jerónimo de Mendonça e Bernardo da Cruz, Góis Loureiro e o *Homem africano* afirmam o contrário.



Figura 219 – O campo de batalha actualmente

Fonte: Foto de Carlos Gil.

A primeira linha, ou «vanguarda»

O desdobramento do exército em 3 linhas é unanimemente referido nas relações presenciais. O mesmo sucede com a localização de cada contingente de tropas: os melhores soldados, mercenários, portugueses da pequena nobreza e veteranos, encontravam-se na vanguarda. A dificuldade em dar cumprimento ao planeado, ou seja, passar da teoria à prática, surgiu quando os «aventureiros» recusaram juntar-se aos espanhóis para formar um único esquadrão. Portanto mantiveram-se três terços na vanguarda: na esquerda o esquadrão dos espanhóis com os respectivos atiradores; na direita os «tudescos» flanqueados pelos arcabuzeiros; no centro 1.400-1.500 «aventureiros», cuja frente avançava em relação aos restantes esquadrões, cerca de 30 metros²³¹, talvez em apoio dos 24 canhões que seguiam na frente. Foram desdobradas duas mangas de atiradores «em guarnição» dos aventureiros, os italianos pelo lado esquerdo e os soldados de Tânger no lado direito. A vanguarda ficou com uma forma prolongada de proporção 3:1, em vez da «dupla» com dois esquadrões prevista no desenho inicial (figuras 220 e 221).

²³¹ As cinco primeiras fileiras, que deviam ocupar uma profundidade de cerca de 30 metros.

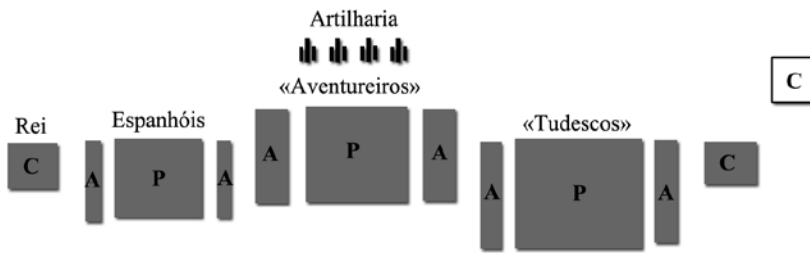


Figura 220 – Composição geométrica vanguarda do exército (I)

Fonte: Esquema do autor

Legenda (A): atiradores; (P): piqueiros; (C): cavalaria

A vanguarda teria, segundo Luís de Oxeda, uma «forma prolongada»; a frente do esquadrão dos aventureiros «havia de sair um pouco adiante dos outros»²³².

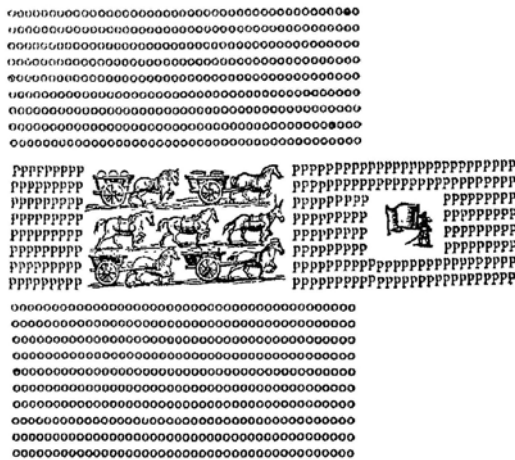


Figura 221 – Composição geométrica vanguarda do exército (II)

Fonte: Giovacchino da Coniano (c. 1544?-1564)

Três esquadrões, o do meio saliente.

Quanto à ordem da cavalaria, os dados disponíveis são ao mesmo tempo precisos e incompletos ou mesmo omissos. Foi D. Sebastião quem se encarregou de construir a formatura do «batalhão» que iria comandar pessoalmente durante a batalha. O rei seguiu a forma canónica de «quadro de gente» para ordenar os seus 600 homens montados. Segundo o método corrente, extraía-se a raiz quadrada ao total de soldados disponíveis; o esquadrão teria 24 soldados a 24 fileiras, aos quais se juntaria uma 25.^a fileira com as «sobras» da operação aritmética; portanto as «25 fileiras com 24 cavaleiros cada uma»²³³:

$$\begin{aligned} \sqrt{600} &= 24,494... 24 \\ 24 \times 24 &= 576 \quad 24 \text{ fileiras a } 24 \text{ soldados cada uma} \\ 600 - 576 &= 24 \quad \text{As «sobras» acrescentam uma } 25^{\text{a}} \text{ fileira} \end{aligned}$$

²³² Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit., p. 182.

²³³ Ibid., p. 184.



Figura 222 – Composição métrica vanguarda do exército (I)

Fonte: Esquema do autor

Legenda (A): esquadrão dos «aventureiros»; (B): mangas

Esquema harmónico A B A B A.

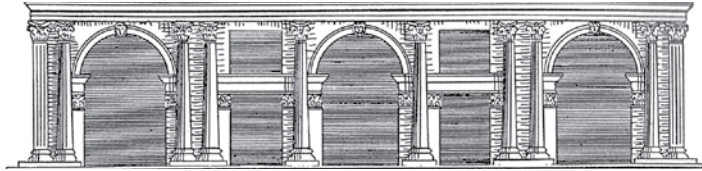


Figura 223 – Composição métrica vanguarda do exército (II)

Fonte: Fachada do Palácio Grimani em Veneza, nível do piso superior, Palladio (1570)

Legenda (A): pórtico de volta inteira; (B): pórtico recto

Esquema harmónico A B A B A.

Do lado oposto ficou o batalhão do duque de Aveiro, em «fileiras um pouco mais delgadas», talvez as mesmas 24 com menos homens em cada uma. Ainda mais problemática é a localização exacta e o efectivo dos cavaleiros de Tânger, liderados pelo mestre de campo, D. Duarte de Meneses. Antes de a batalha se iniciar seguiam na frente do exército, enviados em exploração. Ao chegar à vista dos inimigos tomaram lugar provavelmente na frente do batalhão do duque, chegados ao lado direito. O seu total podia rondar os 400 cavalos — o efectivo das companhias montadas de Tânger —, que somados aos outros dois batalhões e juntamente com as duas ou três centenas de cavaleiros mouros de Mulei Mahamet, totalizariam cerca de 1.500 (**figuras 224 e 225**).



Figura 224 – Composição métrica vanguarda do exército (III)

Fonte: Esquema do autor

3 esquadrões (A), 3 mangas (B) e 2 alas de cavalos (C)

Esquema harmónico C B A B B A B B A B C.



Figura 225 – Composição métrica vanguarda do exército (IV)

Fonte: Esquema do autor

3 esquadrões (A), 3 mangas (B), 2 alas (C) e os cavalos de Tânger (C)

Esquema harmónico C B A B B A B B A B C C.

O esquema harmónico da figura final para a vanguarda – Tripla repetição do motivo padrão **B A B** (também triplo), com final duplo – é

particularmente interessante se o compararmos com a métrica das *Octavas Dirigidas a Filipe II*, que Francisco de Aldana escreveu pouco tempo antes da expedição. Tomamos como exemplo uma estrofe particularmente significativa, já que se considera que Aldana a dedicou ao soberano português:

Toma, [pues, tú] nuestro spañol Atlante,
 los sagrados a Dios templos y altares,
 sobre el [ombro] real, firme y bastante,
 que son de tu grandeza los lugares;
 la Iglesia militante y triunfante
 serán tus amorosas tutelares
 y cantarán las alabanzas tuyas,
 delante Dios, con dulces aleluyas.

A estrutura repete alternadamente as letras **es**, terminando com **ss**, como era regra para a poesia épica quinhentista; curiosamente trata-se de uma métrica muito próxima do esquema harmónico da vanguarda do exército de D. Sebastião:

Esquema harmónico da vanguarda: **C BAB BAB BAB C C**

Métrica da estrofe das *Octavas*: **E S E S E S S S**

Com a exceção do primeiro elemento **C**, a ala de cavalaria do rei, temos a repetição do motivo padrão **B A B** (triplo), com final duplo **C C**, tal como a estrofe repete o motivo **E S** (duplo), com final **S S** (duplo).

A segunda linha, ou «batalha»

Como se referiu, a maior parte das relações da batalha foram escritas por veteranos que estiveram na vanguarda do exército, sem uma real percepção do que se passou mais para trás. Por outro lado, o exército não formou como planeado, o que certamente contribuiu para que muitos dos cronistas confundissem as posições dos terços que se encontravam atrás da primeira linha. O autor da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet* encontrava-se precisamente na segunda linha com o coronel Vasco da Silveira, e vários detalhes do depoimento são corroborados pelos autores mais credíveis, como Bernardo da Cruz e os anónimos *Relação da rota de D. Sebastião feita por um capitivo* e *Jornada de África del Rei D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*.

Os dois terços do coronel Vasco da Silveira e de Diogo Lopes de Sequeira, os mesmos que no dia anterior tinham enfrentado os cavaleiros do irmão do xarife, seguiam na segunda linha. Apenas na

linha da «batalha» se cumpriu a formatura planeada, e ainda assim somente de forma parcial. Juntaram-se dois terços num «esquadrão de vinte bandeiras, que tinha perto de cinco mil homens»²³⁴. Este esquadrão foi reforçado com duas mangas soltas de atiradores — um cronista menciona quatro —, e ao lado abria-se um espaço que deveria ter sido ocupado pelos dois terços da retaguarda. Esta área livre foi convertida numa praça onde a cavalaria se poderia reformar em caso de necessidade, e foi fechada pelo exterior com parte dos 500 carros de bois que acompanhavam o exército²³⁵. Algumas carretas haviam sido preparadas para servirem como trincheiras móveis, portanto mais difícil seria os cavalos inimigos forçarem a entrada para o interior do dispositivo (**figura 226**).

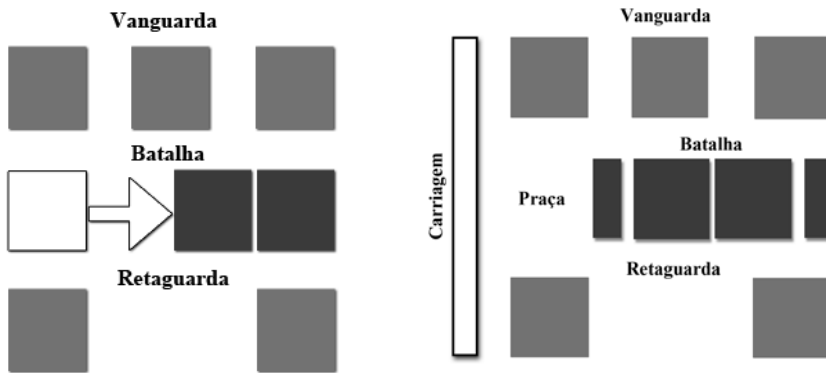


Figura 226 – Construção da formatura da batalha

Fonte: Esquema do autor

Juntar dois esquadrões e reforçar com «mangas soltas» de atiradores e carriagem.

A utilização de carruagens como dispositivo defensivo encontra-se registada em diversas situações, como nos alardos no Algarve em 1573 ou durante a campanha de 1542-1543 na Etiópia. Naturalmente que os Espanhóis também o conheciam e usaram, como o próprio duque de Alba — avesso a invenções grotescas — reconheceu. A menção que fez a um apetrecho «portátil» para a infantaria se entrincheirar²³⁶ é particularmente notória, pois consta numa carta enviada a D. João de Áustria com conselhos sobre a guerra em África; os mesmos «avisos» que poderia ter transmitido ao rei português durante a entrevista de Guadalupe.

²³⁴ *Relação da rota de D. Sebastião, op. cit.* No lado direito, atrás do batalhão do duque, estavam cerca de 250 cavalos e 400 arcabuzeiros de Mulei Mahamet.

²³⁵ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit.*, p. 195.

²³⁶ Dos cerca de 500 carros, 100 levavam o biscoito dos soldados, 200 cevada, pólvora e outras munições, 40 as pipas de água e 5 o dinheiro dos soldados. Os restantes 150 foram distribuídos pelos terços (*Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit.*, p. 195).

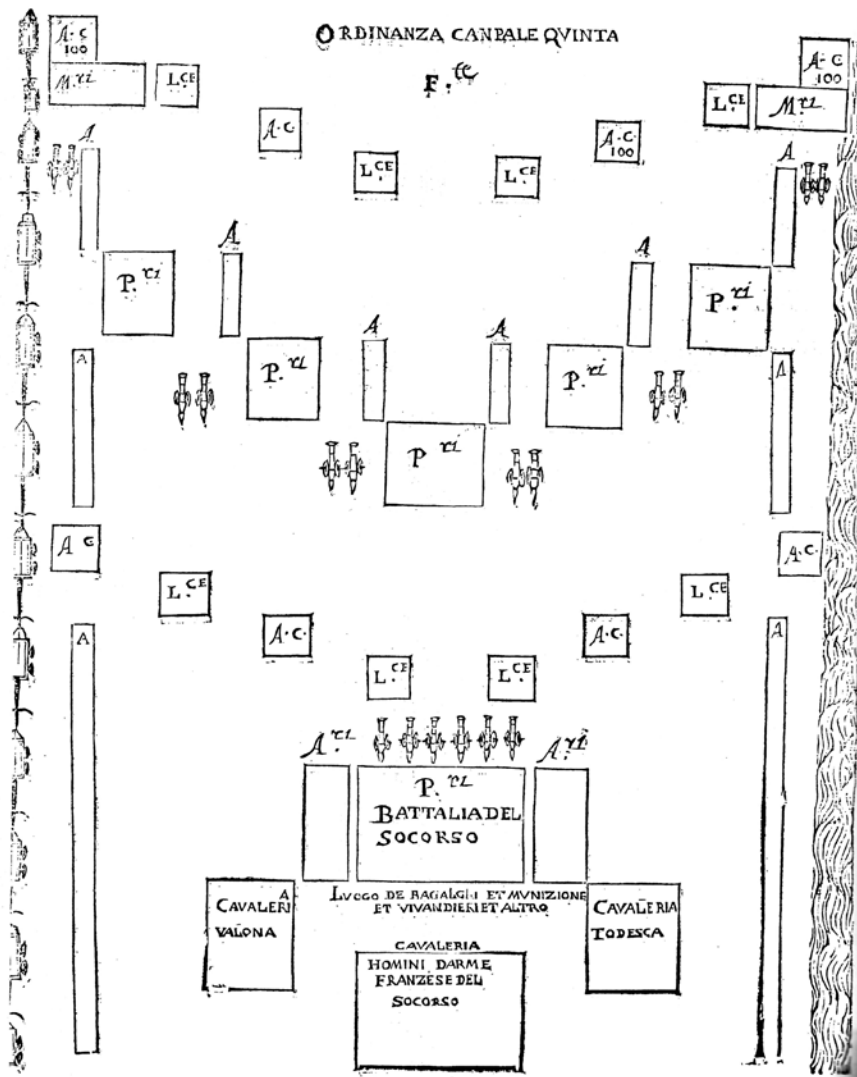


Figura 227 – Acampamento cercado por carretas artilhadas (II)

Fonte: Giovanni Altoni, *Il soldato* (1604)

«As carretas pela mão esquerda, e o cabouco pela mão direita»²³⁷

Coincidência ou não, foi por ordem de D. Sebastião que se construíram em Portugal «ciertas máquinas que sirvan de carros y de trincheas»²³⁸ (figura 227).

²³⁷ «Copia de carta autógrafa de D. Juan de Silva á S. Maj. fecha en Lisboa á 13 de marzo de 1578», *ibid.*, p. 525.

²³⁸ «Y no teniendo V. E. caballería, es menester buscar modo para quitar a los soldados el miedo que pueden tener de la de los enemigos. Si el campo de V. E. no hubiese de caminar, com trinchearse se assegura esto: para haber de caminar está la dificultad.

Certamente que a ideia seria utilizá-las como trincheiras para situações de cerco a uma qualquer povoação — recorde-se que Larche era o objectivo oficial da expedição —, mas também proteger o exército em caso de uma marcha por campo aberto e para fortalecer os locais os eventuais acampamentos. Em todo o caso, o facto é que estas carretas foram postas a bom uso com a manobra de «resguardar» o exército pelo lado desprotegido, o flanco esquerdo da ordem de batalha — ainda que com a discordância do experimentado Francisco de Aldana. O que não deixa de ser curioso porque, na sua missiva de 3 de Maio que o próprio Aldana entregou a D. Sebastião, o duque defendia precisamente o oposto. As carretas estavam ainda defendidas por alguns atiradores, o que pode ser a confirmação de que se tratava do flanco descoberto, portanto com um campo de tiro livre. Porém, a proximidade dos carros ao esquadrão da batalha desagradou a Aldana, receando que os soldados mais bisonhos abandonassem a formatura para aí procurar refúgio — conforme veio a acontecer durante a batalha, no dia seguinte.

A terceira linha, ou «retaguarda»

O exército retomou a marcha ainda os terços da terceira linha não haviam terminado a construção da sua formatura. A cavalaria inimiga já se havia desdobrado numa manobra de envolvimento e, com apenas um dos dois esquadrões da gente de ordenança formado, ter-se-á julgado que não haveria tempo de formar o outro. Os coronéis Francisco de Távora e D. Miguel de Noronha mantiveram a formatura de marcha (**figuras 228 e 229**), mas, apesar da aparente precariedade do dispositivo, os soldados da retaguarda resistiram desde o início até ao fim da batalha.

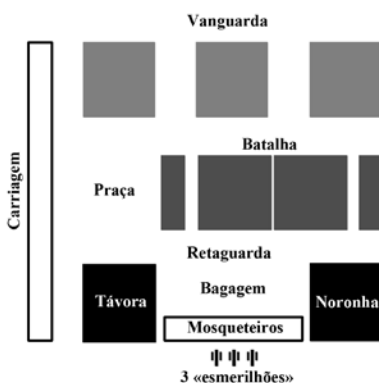


Figura 228 – A retaguarda (I)

Fonte: Esquema do autor

Reforço do dispositivo de combate com «mangas soltas» e a carriagem.

Yo he sido sempre muy enemigo de invenciones y nunca las he usado: solo una truje en esta guerra pasada con los rebeldes que vinieron a estos estados por serme tan superiores de caballería, de la cual envio el modelo a V. E. por ser tan portátil y fácil meter en tierra [...]], carta do duque de Alba, 1571 (CoDoln, *op. cit.*, v. 39, p. 281).

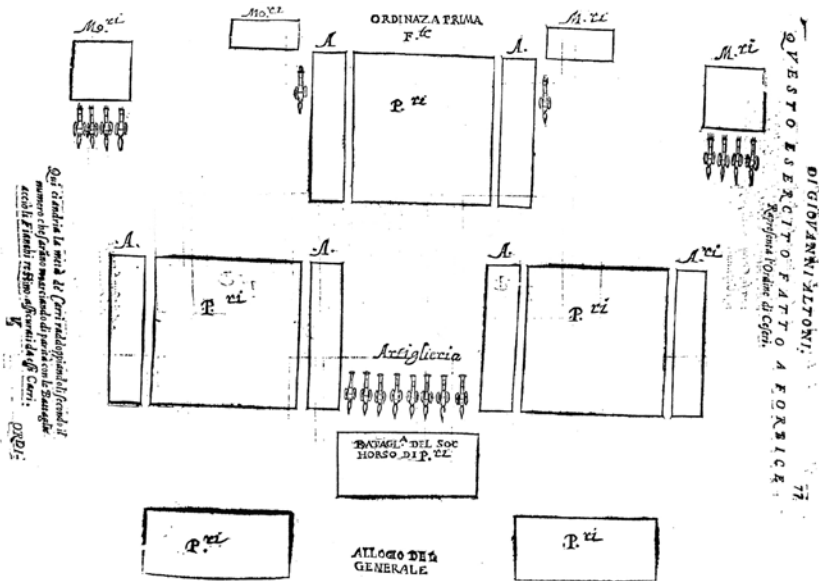


Figura 229 – A retaguarda (II)

Fonte: Giovanni Altoni, *Il soldato* (1604)

Dois esquadrões com artilharia entre si.

Segundo Bernardo da Cruz, o único cronista que parece dispor de algum testemunho colhido entre os soldados da retaguarda, atrás da praça vaga o terço com a gente do Alentejo e Algarve de Francisco de Távora ficava pela mão esquerda, enquanto o terço de Miguel de Noronha ficava pela direita. No intervalo entre os dois esquadrões, na direcção oposta ao inimigo, ficava o resto da bagagem, junto da qual ainda se acotovelavam todos os não combatentes. A fechar o espaço livre entre os dois esquadrões desdobraram-se entre 300 e 500 mosqueteiros, cujo poder de fogo foi ainda reforçado com dois ou três «esmerilhões», algo semelhante ao dispositivo adoptado no dia anterior.

Eram estes homens endurecidos pelos rebates do curso, em particular a gente do Alentejo e os Algarvios de Francisco de Távora — ele próprio um natural da cidade de Tânger — o que se poderia chamar a «gente prática e prudente». Aqueles que o duque de Alba havia recomendado para fortalecerem a retaguarda do exército.

3.3 A batalha de Alcácer Quibir (4 de Agosto de 1578)

A batalha de Alcácer Quibir foi descrita por Queirós Velloso de forma admirável, ainda que omitindo alguns detalhes fundamentais que permitiriam compreender as decisões de D. Sebastião e a

prestação do exército como um todo, sobretudo na fase inicial — e decisiva —, que terá demorado pouco mais de meia hora. A análise da formatura geral do exército sebástico revela uma desarticulação decorrente das circunstâncias particulares do dia 4 de Agosto. O esquema que havia sido gizado com uma indiscutível coerência formal foi partido em troços autónomos, ainda que cada um possua a sua própria coerência interna. Talvez por essa razão seja difícil olhar para a batalha como um todo e, no fundo, se acabe por seguir uma narrativa fragmentada nas três partes que compunham a ordem de batalha.

O início: «Vanguarda»

Depois de dirigir umas breves palavras às tropas, o rei mandou dar a Ave Maria, e o padre Alexandre Valeraggio, da Companhia de Jesus, ergueu um crucifixo, a cuja vista todos os soldados ajoelharam. Logo se começaram a levantar os homens dos esquadrões da frente, e linha após linha as cerca de 40 fileiras iniciaram a marcha. A frente do exército tinha mais de 300 metros de extensão²³⁹, e portanto tudo demoraria o seu tempo. A vanguarda retoma a marcha, imitada pela primeira linha do adversário. Os soldados da segunda linha ainda se começavam a levantar quando disparou uma «bombardeira grossa», seguindo-se as restantes peças de Abdelmeleque; acto contínuo, a cavalaria que se havia infiltrado pelo flanco esquerdo, o mais exposto, arremeteu contra a retaguarda. Eram cerca das onze horas.

Aos primeiros tiros da artilharia, a vanguarda parou. Vários homens do terço dos aventureiros foram derrubados, e na segunda linha vêem-se os primeiros pelouros despedaçarem homens e cavalos na sua frente, espalhando restos humanos e animais em todas as direcções. Alguns destes «bisonhos» foram tomados pelo pânico, estendendo-se por terra uns, outros abandonando o seu posto. Dá-se ordem para pôr os canhões em posição. Ao mesmo tempo D. Sebastião correu a vanguarda do exército, ordenando que ninguém se movesse até receberem ordem de atacar. Entretanto já havia escaramuça entre os Mouros e os terços da retaguarda, e Francisco de Aldana aconselhava que o rei fosse «dar calor àquela gente». Enquanto o rei se ausenta, uma furiosa troca de tiros tem lugar, sucedendo-se as descargas de arcabuzaria. O duelo mantém-se equilibrado, pois é na vanguarda que se encontram os melhores atiradores cristãos. Os Mouros pretendem aumentar a pressão, e a primeira linha de Abdelmeleque aventura-se para mais perto da vanguarda dos Portugueses, trazendo-os para longe do apoio das linhas mais recuadas.

²³⁹ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit.*

Entretanto, D. Sebastião regressou e, vendo os inimigos tão próximos, decide que é o momento indicado para atacar. Chamou Sebastião Gonçalves Pita e enviou-o ao mestre de campo com ordem de atacar. A troca de tiros intensifica-se, e os homens clamam para «dar Santiago», ou seja, atacar. Pero Peixoto dirige-se ao rei, argumentando que «aquelas bombardas inimigas que atiravam já eram nossas», e foi logo enviado ao encontro de D. Duarte de Meneses com ordem para que «começasse a pegar nos Mouros devagar»²⁴⁰. Tardava a resposta. No centro da vanguarda, os aventureiros sentiam o peso das descargas dos arcabuzeiros, pois o esquadrão encontrava-se saliente em relação aos restantes. Os fidalgos insistem com o seu coronel para atacar; D. Martinho de Castelo Branco, D. António de Meneses, Bernardim Ribeiro Pacheco, Miguel Teles de Moura e D. Manuel Rolim, desvairados de fúria, estão prestes a lançar-se sobre os inimigos. O coronel Álvaro Pires de Távora compreende que não é possível conter os homens por mais tempo, e na terceira fila Miguel Leitão de Andrada vê os seus companheiros da frente «baixarem as picas para arremeter»²⁴¹.

Ao ver que os aventureiros se preparavam para avançar, o rei decide atacar sem mais demoras. O batalhão de acobertados desfere uma violenta carga que põe em fuga os cavalos comandados pelo irmão do xarife. Os restantes esquadrões da vanguarda seguiram o mesmo movimento ofensivo, ainda que de forma descontínua. No centro do exército sávida, os alcaides assistem alarmados ao desenrolar dos combates; o relato do médico de Abdelmeleque é categórico: «os acobertados dos cristãos nos investiram com tal ferocidade que a nossa gente se retirou para detrás das bandeiras del Rei, e sem dúvida nos pareceu que estávamos perdidos»²⁴². Os Andaluzes, demasiado longe do apoio da segunda linha e com o seu flanco direito em debandada e sob a intensa pressão dos Cristãos, cedem terreno. Os aventureiros redobram os esforços. Na terceira fileira Miguel de Andrada participa neste momento épico, quando se parece desenhar a vitória dos Portugueses. Os fugitivos já abandonam armas e bandeiras pelo chão, e os fidalgos portugueses da frente

²⁴⁰ Não dispomos de dados suficientes que permitam aferir qual a tipologia dos esquadrões de infantaria, mas se extrapolarmos a forma «quadro de gente» a partir do batalhão de cavalos do rei, é possível fazer uma estimativa do espaço ocupado pela frente do exército. Os piqueiros seriam cerca de 1.400 «aventureiros», 1.700 espanhóis (fora os atiradores) e 2.300 «tudescos» (excluindo duas companhias de arcabuzeiros, das 12 que o terço dispunha). Os três esquadrões teriam 37, 41 e 47 homens em cada fileira, respectivamente, com um total de 125. Cada soldado ocupava 1 metro de frente, mais 1 metro até ao seu companheiro (3 metros no total), o que equivale a 250 metros (sem contarmos com a distância entre os esquadrões, as mangas de atiradores e os batalhões de cavalaria); 300 metros parece uma estimativa realista.

²⁴¹ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit.*, p. 192.

²⁴² Miguel Leitão de Andrada, *op. cit.*, p. 193.

aceleram o passo, desfazendo a formatura; largam os piques, inúteis no combate corpo-a-corpo, e precipitam-se de espada na mão. Entre os aventureiros mais adiantados, cerca de 300, João de Mendonça abre caminho com a sua alabarda, arma temível. Aproximam-se do topo da pequena colina onde se encontra a artilharia; um pouco mais adiante está a liteira do xarife, e já não resta qualquer reserva para fazer frente aos Portugueses.

Os irregulares na retaguarda, vendo esboçar-se a derrota, lançam-se à pilhagem; o genovês Hozem, que cuidava da bagagem do xarife, junta-se aos fugitivos com algumas das preciosidades do tesouro. Quanto a Abdelmeleque, incrédulo pela rapidez e dimensão do desbarato, tenta impedir a fuga dos seus homens; monta a cavalo mas uma síncope — outros dizem um tiro de arcabuz — fá-lo cair, inconsciente, e pouco depois morre. A menos de 20 metros, os aventureiros assistem ao drama clamando vitória; empenham-se a fundo num último esforço até junto dos canhões, capturando dois dos cinco pendões que aí se encontravam. Os alcaides tentam encobrir o sucedido; o capitão da guarda encerrou o corpo de Abdelmeleque na liteira, dizendo que havia desmaiado, e o médico fica a seu lado, enquanto um laçao simulava receber ordens. Porém, alguns «renegados» desertam para o lado dos Cristãos com a notícia da morte do xarife...

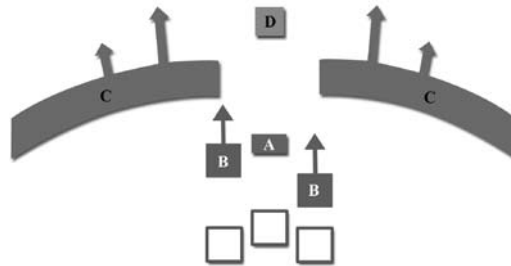


Figura 230 – O ataque da vanguarda, «a gente mais escolhida e honrada»

Fonte: Esquema do autor

Legenda Os aventureiros (A) atacam, apoiados por uma violenta carga da cavalaria comandada pelo rei; os inimigos põem-se em fuga (C); o resto da vanguarda segue atrás (B); forçando o andamento, as cinco primeiras fileiras de aventureiros chegam aos canhões inimigos, arrebatando dois estandartes.

Consternado pelo desbarato das suas tropas, Abdelmeleque acaba por sucumbir, talvez atingido pelos cristãos que se encontram a escassos 20 metros da liteira (D). São cerca das 11h30 da manhã.

Subitamente, o coronel dos aventureiros, D. Álvaro de Távora, cai ferido por um pelouro que lhe esfacela a perna, e o sargento Pero Lopes corre imediatamente em seu auxílio. Neste transe, com o seu capitão a esvaír-se em sangue, entende que se tinham adiantado demasiado dos seus companheiros. Pega na alabarda e corre para a frente dos soldados, gritando «ter, ter!» e depois acrescentando «retira, retira». Os «aventureiros» mais adiantados hesitam, incrédulos;

alguns insistem em levar até ao fim a arremetida e «por a cabeça do maluco num pique», mas as filas mais atrasadas obedecem. A desordem instala-se e não passa despercebida, distinguindo-se ao longe o «baralhar dos piques».

Uma vez mais, é o médico judeu quem relata o sucedido: «Vinha ainda a nossa arcabuzaria retirando, quando o alcaide Sofiane chamou a si a guarda de atiradores e alabardeiros, empunhou um dos doze estandartes que estavam na frente da liteira do xarife e lançou-se impetuosamente sobre os inimigos. O efeito desta carga desesperada foi de um autêntico dominó: os acobertados de D. Sebastião, ainda dispersos, foram empurrados para cima dos aventureiros em retirada; estes precipitam-se sobre os alemães que ainda progrediam. A agravar a situação, os cavalos do duque de Aveiro juntaram-se à confusão da retirada, perseguidos de perto. Foi sobre os soldados da segunda linha que desabou uma autêntica torrente de homens e cavalos em fuga. Encontravam-se aqui as gentes das «ordenanças» menos dadas aos exercícios bélicos, que não resistiram ao choque e desfizeram as fileiras. Rapidamente D. Sebastião arrebanhou parte do seu esquadrão, e à frente deste desfere nova carga furiosa, fazendo retroceder as massas de cavalaria inimiga e retomando os canhões que se haviam perdido. Aliviada a pressão, reformaram-se à pressa os esquadrões, permitindo restabelecer a situação.

O meio: «Batalha»

Chega a notícia de que o inimigo desbaratava os terços de D. Miguel de Noronha e Francisco de Távora. Reunida metade da cavalaria que restava e entregue o comando ao duque de Aveiro, o rei acorre rapidamente à retaguarda. Tratava-se de um falso alarme; os soldados do Algarve e Alentejo resistiam. O rei dá meia-volta, mas cruza-se com numerosos inimigos. Irresistível, o rei-cavaleiro deruba dois alcaides inimigos, mas é ferido por um pelouro debaixo do braço esquerdo. De novo a cavalo, nova carga impetuosa que dispersa os inimigos. Incansável, D. Sebastião tenta levar consigo o esquadrão da batalha em apoio da vanguarda, mas sem êxito — os soldados bisonhos recusaram-se a sair da sua posição.

A ausência do rei foi aproveitada, e largos milhares de mouros a cavalo, reforçados por 2.000 arcabuzeiros, atacam. Consciente do inevitável, o duque de Aveiro lançou-se numa derradeira arremetida, desaparecendo na refrega. Os aventureiros são exterminados, como nos diz Andrada; «neste tempo, que seria pelo meio-dia, era tudo desfeito, e acabado aldemenos em grande espaço ao redor donde me achava»²⁴³. Da vanguarda resta apenas um esquadrão improvisado

²⁴³ Anónimo, «Lettre d'un Médecin Juif à son Frère» in *Les sources inédites pour l'his-*

pelo coronel dos alemães, Martim de Borgonha. Foi a estes últimos soldados que se juntou D. Sebastião, amparado por Cristóvão de Távora pelo braço esquerdo ensanguentado até à mão da rédea. Pela primeira vez desde o início da batalha demonstra algum desalento. Trocou o seu cavalo ferido no pescoço com Jorge de Albuquerque, e pouco depois os Mouros lançavam o último assalto aos sobreviventes; depois de desfeita a vanguarda, finalmente fechava-se o cerco.

A defesa estava irremediavelmente desarticulada, mas a resistência prolongou-se teimosamente por várias horas. D. Sebastião foi acompanhando o desmoronar sucessivo das três linhas do exército. Chegado à segunda linha, pretendeu desmontar e juntar-se aos soldados, ao lado de Francisco de Aldana. Pouco depois o esquadrão cedia às sucessivas investidas do inimigo, com uns poucos sobreviventes a oferecerem uma resistência desesperada aproveitando os carros como redutos de defesa. A terrível explosão da reserva de pólvora culminou de forma apocalíptica o fim da segunda linha.

O fim: «Retaguarda»

Os soldados da retaguarda foram os últimos a cair, e paradoxalmente foi a chegada do rei que determinou o seu fim. A sua presença animou os soldados e o próprio coronel Miguel de Noronha. Alguns cavaleiros que deambulavam dispersos pelo campo juntaram-se-lhes. Mas, alertados pelo clamor, os elches carregaram na frente de uma larga multidão. Ainda se combateu desesperadamente e o ataque foi sustido, mas novos reforços forçaram a última e teimosa resistência. A morte do coronel Francisco de Távora, o alferes-mor de D. Sebastião durante a jornada de 1574, permitiu ao rei escapar à morte por mais algum tempo. Eram quatro ou cinco horas da tarde, segundo Jerónimo de Mendonça; a batalha tinha durado mais de seis horas, no auge do Verão marroquino.

Saber se o objectivo das reformas sebásticas foi ou não a organização de uma expedição ao Norte de África é algo que estará sempre aberto a debate. De qualquer forma, a partir de 1572 — dois anos depois da publicação do *Regimento dos Capitães-Mores*, pedra de toque das reformas militares sebásticas — os preparativos para a intervenção já eram um dado adquirido. A inspecção ao Alentejo e Algarve e a primeira jornada a Marrocos de 1574 encontram-se enquadradas neste processo, incluindo as *Provisões às Ordenanças* do mesmo ano. Marrocos esteve sempre no íntimo do monarca, mas a intervenção em Marrocos não foi apenas procurada pelos Portugueses. Inserida nas lutas civis marroquinas que tinham lugar desde

1574, foi solicitada por uma das partes interessadas, e a contrapartida imediata, a devolução de Arzila, fazia adivinhar uma aliança vantajosa. A análise de um acontecimento tão dramático em todos os planos para Portugal será sempre sujeita a paixões. Certamente que o resultado funesto da batalha de Alcácer Quibir encobre todo o esforço de reorganização efectuado ao longo do reinado de D. Sebastião, que muita da historiografia teima em deixar passar quase em claro. O juízo da história é implacável com as derrotas, e o 4 de Agosto de 1578 torna difícil ver o polémico rei D. Sebastião sob uma luz favorável.

Longe de constituir matéria puramente teórica, os métodos explanados nos textos *de re militari* eram efectivamente utilizados para desenhar a forma dos exércitos. Evidentemente que as circunstâncias particulares de cada confronto poderiam alterar o protótipo. Esta permanente interacção entre o modelo conceptual e a prática operacional fazia-se em função de elementos de distorção, e de facto os testemunhos presenciais deixam entrever discrepâncias entre a ordem de batalha idealizada e aquela com que os soldados efectivamente combateram. Não podemos, pois, focar a nossa atenção apenas na forma final; é a figura inicial que deve constituir o ponto de partida para uma análise das opções tácticas do rei português.

D. Sebastião foi certamente um homem voluntarioso, mas também informado nos assuntos da milícia. Foi ele quem gizou a formatura que o embaixador castelhano registou na sua carta a Filipe II. A filiação nos modelos teóricos da época sobressai aqui com grande clareza. De facto, a forma quadrada respondia às inquietações dos tratadistas espanhóis, e com ela se defendia ser possível levar a cabo com sucesso operações campais no Norte de África. Foi Francisco de Valdés quem afirmou no seu texto: «En Berberia [...] sería necesario usar del quadro de terreno o gente»²⁴⁴. Geometricamente, o quadrado era a «representação da Unidade», a noção matemática de beleza, a relação do todo com as partes, das partes entre si, e novamente das partes com o todo — os «14.000 ou 15.000 homens em 4 esquadrões», uma ordem de batalha quadrada, a quatro esquadrões quadrados. Na arquitectura corresponde à planta centralizada em cruz grega notabilizada por Palladio, e na guerra aos esquadrões cruciformes largamente divulgados entre os Italianos. Foi de Itália que chegou o primeiro vínculo militar da época sebástica.

A articulação entre a concepção teórica e a construção da formatura no terreno esteve sujeita a diversas situações fortuitas. A ordem de batalha construída por Aldana foi o resultado de sucessivas adaptações de um modelo teórico às diversas contingências

²⁴⁴ Miguel Leitão de Andrada, *op. cit.*, p. 139.

operacionais que se fizeram sentir na manhã de 4 de Agosto. As dificuldades em dar ordem a uma mole de homens com proveniência e índole tão díspares, como aristocratas, mercenários, veteranos dos presídios e recrutas forçados ou voluntários sem experiência, revelaram-se durante o processo de construção da formatura. Contudo, Aldana seguiu escrupulosamente as recomendações do seu mentor, o duque de Alba, general experimentadíssimo — «Fortificar a retaguarda com gente prática e prudente e a vanguarda com gente destra e honrada e cobrir a batalha com mangas soltas de Arcabuzeiros [...] e atacar com grande ânimo»²⁴⁵ —, e a configuração da vanguarda preencheu com especial cuidado esta última determinação. É a segunda influência militar da época sebástica, a escola militar espanhola. E também a formação poética de Aldana, pois o esquema tripartido enquadra-se na escrita poética e em particular na métrica da épica castelhana. A forma ofensiva da vanguarda do exército de D. Sebastião, os tais «três esquadrões em linha recta», obedeceu assim a um desenho de estrutura épica que depois redundou numa tragédia clássica.

Os Portugueses contavam com numerosos capitães experimentados na guerra de África, como Pero Lopes ou Alexandre Moreira. Mas quando o coronel do terço dos aventureiros foi atingido, o seu ajudante Pero Lopes ordenou a retirada. Falta de sangue-frio deste «capitão da peonagem de Tânger» ou correcta avaliação da situação por um veterano, o resultado foi um só: a retirada catastrófica dos soldados da vanguarda. Jerónimo de Mendonça escreveu: «d'onde se achou depois que fora grande inconveniente não se formar o campo mais largo, e de modo que ficara lugar suficiente para se poder melhor recolher a cavalaria»²⁴⁶. Implícita nesta afirmação está a desarticulação do dispositivo, pois na verdade cada linha do exército combateu individualmente, sem uma noção de conjunto. D. Sebastião foi o ligante destes três elementos, incansável «cabeça do exército» que o capitaneou e com ele morreu. O desfecho da batalha de Alcácer Quibir resultou, afinal, do frágil equilíbrio entre a teoria e a prática:

Se a ordem cumpre tanto, nas cousas Militares que sem ella nam se pode fazer guerra, cõ vantagem, nem menos alcãçar vitoria: muito cumpre logo ao mestre desta ordem, que he o sargento moor ter ho perfeito entendimento della: nam tam soamente, per longa pratica, & antiga experiencia de guerra, com ter visto muitas cousas & em muitas se aver achado.²⁴⁷

²⁴⁵ Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 40.

²⁴⁶ *Jornada del-rei Dom Sebastião a África*, *op. cit.*, p. 124.

²⁴⁷ Jerónimo de Mendonça, *Jornada a África*, v. 1, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904, v. 2, p. 58.

TERCEIRA PARTE

A GUERRA «EN QUE MILITA NUESTRA NACIÓN ESPAÑOLA»



Capítulo I

ESCREVER SOBRE A GUERRA EM PORTUGAL DEPOIS DE 1578

Se antes de Alcácer Quibir coexistiram influências de autores italianos e castelhanos, o infeliz desfecho da batalha aproximou definitivamente os Portugueses do conhecimento militar preconizado pelos prestigiados generais do país vizinho. Até meados da década de 60, na generalidade da Europa, constatamos que existiu uma evidente preponderância da escrita *de re militari* em língua italiana. Um dos generais da época ao serviço de Espanha foi Alexandre Farnese (1545-1592)⁶². Este aristocrata italiano foi o governador dos Países Baixos durante um dos períodos de maior turbulência, entre 1572 e 1592, e a sua origem foi por certo responsável pela proliferação de textos italianos. Mesmo depois dos primeiros trabalhos mais importantes, como Francisco de Valdés ou Sancho de Londoño, a produção impressa castelhana não teve equivalência com a de Itália. Isto apesar de um claro ascendente no campo de batalha desde as guerras contra a França, no fim de Quatrocentos e início de Quinhentos. Porém, destas campanhas militares apenas o veterano Diego de Salazar ficou para a posteridade como autor. Porém, entre 1576 e 1600 é notória a afirmação de uma escrita espanhola cada vez mais autónoma, cujo quantitativo se aproximou de Itália, expressão da predominância militar castelhana. Outro aspecto importante é a afirmação da Flandres como segundo centro da impressão nos últimos trinta anos de Quinhentos.

⁶² No início dos anos 80 Farnese conseguiu alguma estabilidade nos Países Baixos em resultado de uma notável coordenação entre diplomacia e acções de guerra. Foi chamado a participar na campanha de 1588 contra a Inglaterra, no comando das tropas que deviam desembarcar em solo inglês. Farnese tencionava virar a sua atenção para um novo foco da revolta, mas Filipe II enviou-o em apoio dos católicos franceses.

Ao mesmo tempo que a relevância militar de Veneza decresceu, as restantes cidades italianas viram aumentar a sua importância como centros editoriais de tratados de arte militar. Situação idêntica se passou com as cidades dos Países Baixos espanhóis, em particular com Bruxelas. O teatro de operações bélicas dos exércitos de Filipe II encontrava-se na Flandres, e os centros de impressão reajustaram-se a esta realidade. Também a produção em território espanhol foi crescendo significativamente, o que mais não significa senão a afirmação de uma elite militar. O conhecimento da milícia sofreu também alterações substanciais, que se reflectiram nesta renovada escrita militar de origem hispânica. A fragmentação do conhecimento entre fortificação, artilharia e milícia foi aprofundada, em grande medida pela militância nas guerras da Flandres.

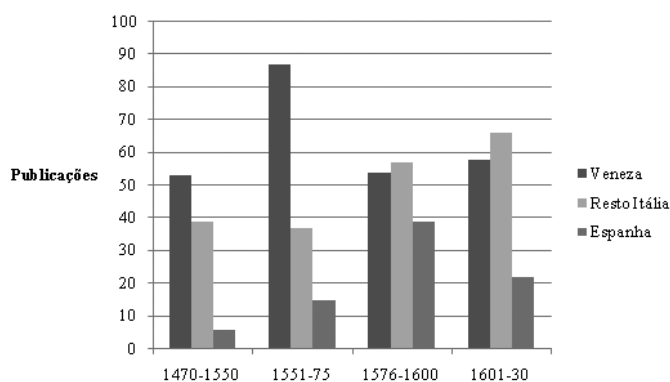


Gráfico 1 – Produção escrita militar italiana e espanhola entre 1470 e 1630

Fonte: Gráfico do autor

Duas vertentes da guerra parecem ter-se desenvolvido, de forma mais ou menos autónoma, em muitos dos textos de meados do século. A problemática dos cargos militares foi uma delas, como no caso pioneiro de Isidoro de Almeida, e foi frequentemente associada aos aspectos administrativos e institucionais da guerra. A outra vertente, o desenho e construção das formaturas, encontrava-se naturalmente ligada essencialmente à componente operativa, ligada directamente ao campo de batalha. A crescente complexidade da guerra envolveu, como vimos, o domínio de várias disciplinas do conhecimento, nomeadamente um domínio da aritmética tão profundo quanto a formação do sargento-mor o permitisse. As experiências tácticas de meados do século envolveram também a reaproximação à arte militar da Grécia e Roma, e no final do século as inovações — ou dever-se-ia dizer experiências — de Nassau foram conduzidas nesta dialéctica entre História e Ciência. Mas foram os Italianos que, uma vez mais, abriram o caminho. O impresso *I Carichi Militari* de Lelio Brancaccio (1610) e *Delle Macchine, Ordinanze et Quartieri Antichi et Moderni* de Achille Tarducci (1600) foram o exemplo da especializa-

ção e aprofundamento dos aspectos tecnológicos da guerra, em paralelo com uma abordagem ao tema dos cargos militares. Brancaccio versou exclusivamente este último tema, enquanto Tarducci expôs detalhadamente os métodos de desenhar e construir as formaturas, não deixando esquecidos os métodos utilizados pelos Romanos.

As sucessivas derrotas militares portuguesas de 1578, 1580 e 1581-1583 tiveram o demérito adicional de obscurecer a profunda reestruturação levada a cabo durante a época sebástica. Qualquer reforma militar tem sempre como primeiro objectivo o desempenho vitorioso dos exércitos. É portanto compreensível que a brutal derrota na batalha de Alcácer Quibir seja atribuída à suposta inépcia e inexperiência do rei português e dos capitães com que se rodeou. É vulgar sublinhar-se o desconhecimento pelos Portugueses das práticas de guerra mais recentes ou ainda a inadequação ou inobservância da legislação produzida. Mas, como vimos, apesar de Portugal não militar nas guerras da Europa, existiu uma profícua escrita portuguesa *de re militari* perfeitamente comparável à produção espanhola da mesma época.

Os procedimentos tácticos podiam-se diferenciar de acordo com a proveniência geográfica dos soldados. Gutiérrez de la Vega descreveu um método alemão para colocar os soldados em formação. Valdés asseverou que a forma cruciforme e em meia-lua seria a preferida pelos Italianos. Bernardino de Escalante, que aliás repete muita da informação de Valdés, referiu a preferência, entre Alemães e Suíços, pelos esquadrões prolongados de grande frente. Como também se podiam atribuir índoles particulares para os naturais de Espanha, Itália, França, Alemanha ou Portugal⁶³, ou associar determinadas geometrias a certas *naciones*, pelo menos no plano teórico. O título do tratado de Carrion Pardo (1595), «[...] *los quatro esquadrones en que milita nuestra nación* [...]», tem implícita a associação aos «esquadrones quadros y prolongados» da praxis militar espanhola. E, como vimos, foi talvez o embrião de uma eventual escola militar ibérica. Outro aspecto importante deste tratado é o local da sua impressão, Lisboa, como foi também na capital portuguesa que em 1598 foi dado ao prelo o texto de Scarion de Pavia. Oito anos antes, em 1590, o português Francisco António publicava em Madrid um texto sobre milícia, reeditado em Bruxelas por duas vezes (1597 e 1606). Se juntarmos os manuscritos de António Mendes Caldeira (c. 1596) e Luís Álvaro Seco (1597), torna-se evidente que tinha lugar

⁶³ «Portugueses, son agudos de buen entendimiento y habiles, emperò como poco exercitados en la milícia Europea, son indómitos y hechos a sus voluntades, no quieren obedecer a sus oficiales y superiores, aunque quãdo fussen exercitados se puede esperar dellos lo que es posible esperarse de todas las naciones del mundo [...]» (Juan de Carrion Pardo, *op. cit.*, p. 9).

em Portugal um novo ciclo de escrita da guerra, que culminou em 1612 com a publicação daquele que se considera o texto português definitivo, a *Arte Militar* de Luís Mendes de Vasconcelos.

Destes escritores, o que primeiro afirmou um protagonismo português na «escrita da guerra» foi Luís Álvaro Seco, ainda que explicitando a influência dos autores castelhanos, como Álava y Viarmont e Carrion Pardo. Juan de Carrion Pardo foi outro veterano da Flandres que se estabeleceu em Portugal depois da união dinástica. Soldado prático, esteve presente no cerco a Leiden de 1574 juntamente com Francisco de Aldana e Francisco de Valdés. É curiosa a menção que faz aos «piques secos», que considerou uma particularidade dos Portugueses, ao contrário dos Espanhóis — «porque los nuestros usan poco de picas desarmadas»⁶⁴. Ao retomar a obra de Isidoro de Almeida, muito anterior aos textos castelhanos de que se serviu, Seco parece ter pretendido colocar as suas referências teóricas em pé de igualdade, afirmando a existência de uma escrita sobre a guerra em Portugal antes da união das coroas. Assim, quando Seco decide lançar uma das âncoras fundamentais no texto de Carrion Pardo, afigura-se-nos como uma atitude de afirmação de uma cultura militar aporuguesada, todavia evidentemente imbuída da influência militar espanhola. O título do manuscrito de Seco, contudo, não deixa dúvidas quanto à sobreposição do impresso de Almeida em relação aos textos castelhanos — *Anotações ao Quarto Livro das Instruções Militares de Isidoro de Almeida*. A principal conclusão é que a escrita militar em Portugal teve uma dimensão relativamente relevante, e a época sebástica foi o período que registou o primeiro e maior surto de escrita, que vimos ser comparável à produção espanhola na mesma altura (**gráfico 2**).

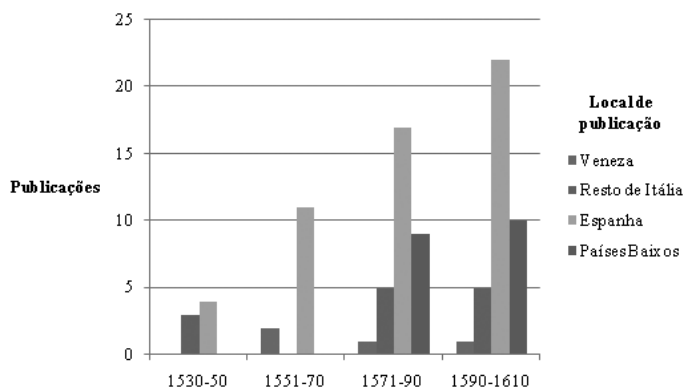


Gráfico 2 – Autores portugueses e espanhóis 1540-1620

Fonte: Gráfico do autor

⁶⁴ Juan de Carrion Pardo, *op. cit.*, p. 9.

Claro que o quantitativo dos textos portugueses diz respeito, sobretudo, a peças manuscritas, ao passo que no caso espanhol falamos de impressos. E evidentemente que existirá um número indeterminado de obras manuscritas por descobrir. Para além da escrita, diversas lacunas impedem uma compreensão geral da realidade das estruturas militares no Portugal de Quinhentos. A completa falta de registos dos arrolamentos dos soldados portugueses destinados às companhias de ordenança, por exemplo, contrasta com a minúcia da logística militar espanhola. Mas sem dúvida que existiam «livros de mostras» em Portugal.

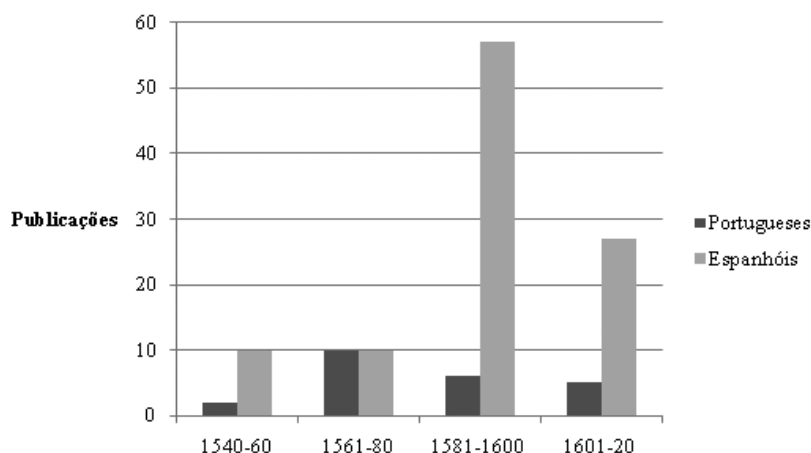


Gráfico 3 – Produção da escrita *de re militari* em Portugal entre 1540 e 1630

Fonte: Gráfico do autor

O que aliás se encontra implícito na orgânica das companhias, a existência de escrivães que se dedicavam à tarefa de assentar os soldados. Como se pode ler na carta de D. Sebastião à Câmara de Lisboa, era aos oficiais do município que cabia a «dita gente do termo ser toda escrita e assentada». Resta descobrir o paradeiro desta documentação para levantar a ponta do véu, por assim dizer.

1. O manuscrito anónimo de *re militari* (1588?)

O panorama da tratadística militar desde a anexação à coroa castelhana até ao início da segunda década de Seiscentos tem sido descrito como de quase completo vácuo. Até Faria de Morais publicar o manuscrito de Luís Álvaro Seco, o único texto conhecido digno desse nome era a *Arte Militar* de Luís Mendes de Vasconcelos. Apenas a partir da publicação deste impresso a historiografia militar julgou poder contar com um verdadeiro tratado de Arte Militar da autoria de um português, abarcando de forma sistemática o conhecimento militar em todas as vertentes da guerra. Esta obsessão

pelas grandes narrativas já tinha deixado de lado o *Regimento de Guerra* de Martim Afonso de Melo, e portanto o aparecimento do manuscrito de Seco também não foi julgado como possuindo especial relevo. A recorrente fixação no suporte impresso tem distraído o olhar em relação ao formato manuscrito, apesar de se saber que este constituía um dos veículos de circulação privilegiados entre os operacionais da guerra. Na BNP encontra-se um conjunto de documentos microfilmados relacionados com a temática sebástica, onde ressalta um texto *de re militari*. Curiosamente, apesar de ser fácil uma imediata sinalização, logo a abrir o volume, não conhecemos qualquer estudo que lhe tenha sido dedicado. Estamos, pois, perante uma peça quase desconhecida sobre arte militar portuguesa e praticamente inédita.

O texto em apreço não recebeu um título formal pelo autor. A redacção é iniciada com um «Prólogo» que o autor designa por «*de Re Militari*», e podemos presumir que seria eventualmente este o título pretendido para baptizar a sua obra. O título *De Re Militari* foi, como sabemos, comum na escrita militar a partir da versão de Vegécio de 1475-1479, *Epithoma institutoru[m] rei militaris*. Este passou a constar invariavelmente nas edições posteriores, ao mesmo tempo que periodicamente foi adoptado para alguns dos tratados quinhentistas, como por exemplo Diego de Salazar (*Tratado de Re Militari*, 1536), Francisco de Pedrosa (*Arte y Suplemento de Re Militari*, 1541), Diego Gracián (*De Re Militari*, 1566), ou Luis Gutiérrez de la Vega (*Nuevo Tratado y Compendio de Re Militari*, 1569). Também não se trata de um dado novo que obras diferentes, escritas em épocas separadas por intervalos temporais de várias décadas, tenham títulos idênticos. No caso dos textos portugueses quinhentistas, o *Regimento de Guerra* de Martim Afonso de Melo teve, como vimos, um título semelhante à obra de Diego Montes *Instrucción y Regimiento de Guerra*, distante mais de trinta anos. Também o título que Isidoro de Almeida deu à sua tradução de Dürer, *De Condendis Arcibus*, era abreviado do texto original de Dürer escrito em latim. Muitos textos assemelham-se também no conteúdo, e portanto ao escolhê-lo o autor poderia pretender assumir uma filiação com uma ou mais obras de referência, demonstrando assim a sua erudição. Ou, ao contrário, a intenção poderia ter como objectivo mascarar eventuais semelhanças com outros textos ou mesmo esconder o facto de ter realizado uma cópia parcial. O caso de Brito de Lemos encontra-se na primeira categoria, como o seu autor deixou claro no título — «Recopilado de graves autores pelo Alferez João Brito de Lemos». Como vimos, Lemos reproduziu integralmente partes do livro de Martín de Eguiluz, nomeadamente alguns diagramas.

Não nos é possível descortinar qualquer pista sobre o autor do manuscrito, mas no fim do texto encontram-se escritos de forma avulsa alguns nomes, dos quais o primeiro e mais relevante é «Martim Mello». Poderia ser o autor do *Regimento de Guerra* e, de facto, veremos que estes dois textos possuem um forte vínculo, pelo que se poderá tratar realmente da mesma pessoa. Para além da datação proposta na nota bibliográfica da BNP, a referência à batalha dos três reis permite estabelecer um limite temporal para a redacção, que se situará em época posterior à batalha de Alcácer Quibir. Para além desta batalha, e dentro dos confrontos envolvendo portugueses, o texto apenas cita o cerco de Mazagão (1562). De facto, foram estas as principais batalhas em que os Portugueses estiveram envolvidos na segunda metade do século XVI, embora deixando de fora o cerco de Chaul (1570). Apenas a invasão castelhana de 1580 e o desembarque inglês de 1589 trouxeram novamente os recontros militares de grande envergadura para o espaço geográfico da metrópole. Evidentemente que a guerra foi uma constante no Oriente, mas o afastamento geográfico não se pode assemelhar ao impacto produzido pelo cerco de Mazagão, na fronteira do «Algarve de além-mar».

As demais batalhas referidas dizem respeito ao envolvimento militar espanhol nos Países Baixos em 1573-1576, como o cerco à cidade de Harlem (1573), o cerco de Leiden em Maio-Outubro de 1574 e o saque de Antuérpia (1576). Os nomes dos comandantes militares citados estão também em sintonia com o mesmo intervalo temporal dos anos 70: Lope de Figueroa (1520-1585), o duque de Alba Hernando Álvarez de Toledo (1507-1582), Juan Osorio de Ulloa, Julián Romero (1518-1577), Álvaro de Sande (1489-1573) e o filho do 3º duque de Alba Fradique de Toledo (1537-83). As descrições reportam-se, portanto, quase exclusivamente à guerra nos Países Baixos. Embora o manuscrito aludisse sobretudo aos recontros que aconteceram em torno da batalha de Mook, que ocorreram em meados da década de 70, entre 1573 e 1576, o facto de se tratar quase exclusivamente da experiência militar castelhana indica-nos que se já viveria a anexação espanhola. A referência que o autor fez às «vitórias que de doze anos a esta parte tem alcançado»⁶⁵ leva-nos a supor que poderia correr o ano de 1588. Portanto, dentro do intervalo de tempo acima mencionado.

1.1 A ligação espanhola: Valdés e Londoño

Logo no início do texto do *Discurso* de Sancho de Londoño encontram-se alguns versos em forma de quarteto. A primeira metade destes versos — «A la usanza de Francia, y de Castilla, El Reino, la

⁶⁵ Anónimo, *De Re Militari*, op. cit., pp. 1 v-2.

provincia, y señorío⁶⁶ — encontra-se reproduzida no capítulo final do manuscrito *De Re Militari*, integrados no capítulo intitulado «O que toca a cada hum dos despojos da guerra», na página 88v. Podemos por isso sinalizar com rigor uma das obras de referência, estreitando o leque temporal da pesquisa para os anos das várias impressões de Londoño; certamente posterior à data da primeira impressão em 1587, eventualmente depois da última edição de 1596.

A ausência de tabelas é outra evidência que nos permite estabelecer ligação com os textos espanhóis da segunda metade de Quinhentos. Apenas Juan de Funes (1582) e Juan de Carrion Pardo (1595) apresentam tabelas, enquanto Martín de Eguiluz (1592) inclui vários diagramas. Já Diego de Álava y Viamont (1590) construiu um texto que de algum modo sai da norma espanhola, já que se encontra profusamente ilustrado. Ainda que a parcimónia de elementos gráficos não seja um dado absoluto, encontramos-nos perante uma tendência que se verifica na época mais produtiva e de maior qualidade da tratadística espanhola (**gráficos 1 e 2**). Deste conjunto de textos interessam-nos naturalmente as obras que seja possível associar ao *Discurso* de Londoño. A chave para esta associação pode encontrar-se na prática corrente das publicações contendo duas ou mais obras. No caso de Londoño, este foi de facto impresso em conjunto por diversas vezes. Primeiro com o texto de Valdés em 1589 e 1590, depois juntamente com Eguiluz em 1592 (ou 1593).

Formalmente, as três obras são diferentes. O texto de Londoño corre sem que a estrutura se encontre explicitada. Ao contrário do manuscrito *De re militari* e de Eguiluz, que se encontram divididos em capítulos e Livros; quanto ao texto de Francisco de Valdés, recorreu-se à forma de diálogo. No conteúdo, detectam-se semelhanças aqui e ali com outros tratados. Diego de Álava Y Viamont enumera os cargos militares, mas diferem do manuscrito português, que segue a sequência de apresentação dos quatro primeiros cargos militares de Londoño. Mas é o texto de Valdés que apresenta um maior número de semelhanças, incluindo transcrições mais ou menos literais; incluindo os mesmos quantitativos numéricos usados nos vários exemplos de construção dos esquadrões⁶⁷.

Bernardino de Escalante é outro autor que também merece atenção particular. Escalante foi uma autoridade em termos militares, e em 1583 publicou os *Diálogos del Arte Militar*, reimpressos em 1588

⁶⁶ Sancho de Londoño, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁷ Para uma lista comparativa de todas as transcrições literais nos dois textos, v. Luís Filipe Guerreiro da Costa e Sousa, *Escrita e Prática de Guerra em Portugal, 1573-1612*, *op. cit.*

e 1595 em Bruxelas e em 1604 em Antuérpia. A presença do texto de Valdés é particularmente visível neste tratado; para além de atribuir grande importância ao cargo de sargento-mor, reproduziu textualmente algumas passagens, ainda que o âmbito do seu tratado seja muito mais vasto. O texto de Martín de Eguiluz, porque publicado em conjunto com o *Discurso* de Sancho de Londoño, é outra referência a considerar. Contudo, os pontos de contacto relacionam-se mais com os assuntos tratados, aliás comuns na escrita da época, do que com semelhanças reais com o texto português. Para além da obra de Eguiluz, os impressos espanhóis publicados em Lisboa devem ser tidos em conta: Carrion Pardo (1595) e Scarion de Pavia (1599). Este último também apresenta alguns paralelos consistentes com o manuscrito *De Re Militari*, o mais significativo nos títulos e matérias dos capítulos sobre os cargos militares (tabela 22).

Para além das semelhanças de estrutura, detectam-se pontualmente algumas passagens de texto idênticas ou com uma redacção muito próxima: no manuscrito *De re militari*, «chamasse entre a nação espanhola terço entre [a] aleman vallona Rígimento, entre a Itália e francesa coronelia»⁶⁸, e no impresso de Scarion de Pavia, «en Español llamase Tercio, en Italiano y Frances llamase Coronelia, y los Tudescos y Valones lo llaman Regimento»⁶⁹. Apesar destas semelhanças, a eventual contemporaneidade parece duvidosa. A ausência de descrições de acções militares posteriores a 1578 pode sugerir que o manuscrito português foi redigido antes da intensificação dos ataques ingleses a Portugal, a partir de 1589. Como Scarion de Pavia refere o ataque inglês de 1596, seria de crer que o texto português fizesse o mesmo. Por isso, o manuscrito *De Re Militari* parece reportar-se a uma realidade anterior a 1589, mais próximo do texto de Sancho de Londoño. Por outro lado, no que respeita ao armamento, o manuscrito português refere para cada companhia 20 mosqueteiros, os mesmos das companhias espanholas. Mais um ponto de contacto com a organização militar espanhola, portanto.

A orgânica das unidades militares proposta é outro dos pontos que podem sugerir um afastamento entre a *Doctrina* e o manuscrito português. Para Scarion de Pavia, o *tercio* devia ter 15 companhias a 200 homens, seguindo dentro da tendência para o aligeiramento de efectivos de finais do século. No manuscrito *De Re Militari* fala-se em 12 companhias a 250 homens, as mesmas indicadas por Sancho de Londoño e afinal o efectivo imposto pela legislação sebástica de 1570.

⁶⁸ Anónimo, *De Re Militari*, op. cit., pp. 23-24.

⁶⁹ Bartolomé Scarion de Pavia, *Doctrina militar en la qual se trata de los principios e causas porque fue hallada en el mundo la milicia*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1598, p. 64 v.

Ainda que o sargento-mor espanhol indicasse 300 soldados para cada companhia, mais que os 250 do manuscrito português, os dois textos voltam a convergir no efectivo das esquadras, 25 homens.

Manuscrito De Re Militari <i>As partes [que] á de ter o bom soldado</i>	Bartolomé Scarion de Pavia Acerca de los soldados
Manuscrito De Re Militari <i>Do cargo do capitão</i>	Sancho de Londoño Los capitanes particulares... Bernardino de Escalante Elecion de capitanes de infanteria Bartolomé Scarion de Pavia Acerca del Capitán de infanteria
Manuscrito De Re Militari <i>Do alferez</i>	Sancho de Londoño Los alféreces... Bernardino de Escalante Elecion de alferez Bartolomé Scarion de Pavia Acerca del Alferez
Manuscrito De Re Militari <i>Do cabo de esquadra</i>	Sancho de Londoño Los cabos de esquadra... Bernardino Escalante Elecion de caporal Bartolomé Scarion de Pavia Cabos de esquadra
Manuscrito De Re Militari <i>Do cargo de mestre de Campo</i>	Bernardino Escalante Elecion de maestro de campo Bartolomé Scarion de Pavia Acerca del maestre de campo de un tercio
Manuscrito De Re Militari <i>Do sargento mor</i>	Bernardino de Escalante Sargentos mayores, libro quarto Bartolomé Scarion de Pavia Acerca del Sargento mayor
Manuscrito De Re Militari <i>Do auditor</i>	Sancho de Londoño De los auditores y bachareles... Bartolomé Scarion de Pavia Auditores de tercios, y Auditor geral
Manuscrito De Re Militari <i>Do forrirel maior</i>	Sancho de Londoño Los furrieles particulares... Bartolomé Scarion de Pavia De los furrieles mayores de tercio, y del furriel general
Manuscrito De Re Militari <i>Do atambor maior</i>	Sancho de Londoño Los atambores y pífanos...
Manuscrito De Re Militari <i>Da forma e tam[a]nho q Deve ser hum exercito...</i>	Bartolomé Scarion de Pavia Quão grande deve ser un exercito, e lo q es exercito
Manuscrito De Re Militari <i>Do mestre de campo geral</i>	Bernardino de Escalante Maestre de Campo general Bartolomé Scarion de Pavia Acerca del Maestre de campo general

A guerra «en que milita nuestra nación española»

Manuscrito De Re Militari <i>Do general da cavalaria</i>	Bernardino de Escalante Capitan General de la cavallería
Manuscrito De Re Militari <i>Do general da artilharia</i>	Bernardino de Escalante Capitan General del Artillería
Manuscrito De Re Militari <i>Do comissario geral</i>	Bernardino de Escalante Do comissario general
Manuscrito De Re Militari <i>Dos do cons[elh]o de g[u]erra</i>	Bartolomé Scarion de Pavia Acerca de los del consejo de guerra
Manuscrito De Re Militari <i>Dos oficiais do soldo maiores</i>	Bartolomé Scarion de Pavia Oficiales mayores del sueldo
Manuscrito De Re Militari <i>Do vig [ario] de hu [m] exercito</i>	Sancho de Londoño Los capellanes...
Manuscrito De Re Militari <i>A man[ei]ra que há de ter hum exercito emcaminhar e campearse</i>	Bartolomé Scarion de Pavia Acerca el conducir el exercito, y darle alojamiento en campaña
Manuscrito De Re Militari <i>Como prezenta hu exercito hua batalha e como se há em ella</i>	Bartolomé Scarion de Pavia Acerca quando hallarse en campaña contra outro exercito
Manuscrito De Re Militari <i>A man[ei]ra que há de ter hum exercito em por cerco a hua terra</i>	Bernardino de Escalante El remedío y defensa de una ciudad... Bartolomé Scarion de Pavia Acerca si le acontece sitiar a sus enemigos en alguna ciudad o fortaleza...
Manuscrito De Re Militari <i>Como se há de defender hua cerca ou hua fortaleza quando lhe puzerem cerco</i>	Bernardino de Escalante El remedío y defensa de una ciudad... Bartolomé Scarion de Pavia Acerca si el fuera asitiado en alguna ciudad o fortaleza

Tabela 22 – O manuscrito De Re Militari e Escalante/Londoño/Scarion de Pavia
Fonte: Tabela do autor

Vimos que a forma de construir esquadrões ocupou um lugar de destaque em vários dos textos *de re militari* de finais de Quinhentos. O espanhol Diego de Álava y Viamont pretendeu tornar-se a principal referência neste domínio, ultrapassando os trabalhos de Tartaglia e Cataneo. Relativamente a este último, o espanhol procurou rever as suas tabelas num exercício de virtuosismo aritmético, que posteriormente lhe valeram algumas críticas, nomeadamente pela mão do português Luís Álvaro Seco. Em todo o caso, sendo a construção dos esquadrões um aspecto crucial no processo de oferecer uma batalha campal, o assunto foi abordado por Sancho de Londoño, e mais insistentemente por Francisco de Valdés.

O manuscrito *De re Militari* não foi exceção, à semelhança de Carrion Pardo e depois Scarion de Pavia, embora afastando-se des-

te último, que apenas refere a necessidade de o sargento-mor saber extrair a raiz quadrada, sem adiantar qualquer método para o efeito. Ao contrário, o texto português descreve as operações aritméticas trancrevendo Valdés⁷⁰, nomeadamente: «há muitas sortes as que de ordenança mais usa á nação espanhola sam quatro [...] Esquadrão quadrado, Esquadrão prolongado, Esquadrão de grão fronte, Esquadrão quadro de terreno»⁷¹. No texto de Valdés corresponde à seguinte passagem: «al presente más se usan, como son cuadros de terreno, cuadros de gente, prolongados, de gran frente [...] empero los que más se usan no solo de nuestra nación, sino de todas las demás donde al presente florece la milícia, son los cuatro que arriba dice»⁷².

1.2 A ligação portuguesa: o Regimento de Guerra aumentado

Deixámos para o fim a análise da filiação portuguesa do manuscrito *De Re Militari*. A época em que foi redigido coincide com uma fase de claro ascendente de autores espanhóis, ao que acresce a situação de dependência de Portugal em relação a Espanha pela perda da autonomia. Paradoxalmente, é a influência dos textos portugueses que se afirma de forma mais clara, pois trata-se de uma cópia parcial do *Regimento de Guerra* que já analisámos, ao qual se adicionou um volume de texto substancial. Estamos perante uma versão aumentada do manuscrito de Martim Afonso de Melo, incluindo o mesmo anexo sobre a cavalaria da gineta. Algumas diferenças surgem numa primeira análise, por exemplo relativamente à designação de alguns dos cargos. No manuscrito refere-se o «cabo de esquadra», enquanto o *Regimento de Guerra* menciona o «cabo de cento», designação usada por Machiavelli com origem na arte militar de Roma⁷³.

Mais substancial é a alteração na estrutura. O manuscrito organiza-se em torno do tema dos cargos militares, matéria que mais tarde teria o seu paradigma com o tratado de Lelio Brancaccio⁷⁴, *I Carichi Militari*. Como vimos, em Portugal o tema foi desenvolvido

⁷⁰ Para uma lista comparativa de todas as transcrições literais nos dois textos, v. Luís Filipe Guerreiro da Costa e Sousa, *Escrita e Prática de Guerra em Portugal (1573-1612)*, op. cit..

⁷¹ Anónimo, *De Re Militari*, op.cit., p. 32.

⁷² Francisco de Valdés, op. cit., p. 39.

⁷³ Segundo Almeida, «os antigos Romanos, a cada dez homens davam hum cabo, a que chamavam Decano, & depois lhe chamam cabo de Contubernios» (Isidoro de Almeida, op. cit., p. 141).

⁷⁴ Lelio Brancaccio (1560-1636) foi um aristocrata italiano e cavaleiro da ordem de Malta que iniciou a carreira militar na guerra contra o Turco. Foi depois enviado para a Flandres, servindo na cidade de Antuérpia. O texto foi dedicado ao arquiduque Alberto, antigo governador de Portugal.

por Isidoro de Almeida numa altura particularmente pertinente, com a entrada em vigor das ordenanças sebásticas. No caso do nosso manuscrito, o autor manteve a mesma arrumação do texto de Almeida, na forma de grandes capítulos. Descreveu as obrigações e funções «do soldado, do furriel, do caporal», etc., mas desenvolveu-as adicionando outros cargos não contemplados — capitão de campanha, capitão general, auditor, furriel maior, mestre de campo geral, general da cavalaria, general da artilharia, comissário geral e vigário do exército. O ponto de partida da exposição foi o grau mais baixo da hierarquia, «Do soldado»:

«As partes [que] á de ter o bom soldado»
«A idade em que hum deve comesar a ser soldado»
«Da maneira que o soldado [deve] governarse e tratar a sua pessoa»
«Da maneira que há de ter o soldado para passar a Itália e qual [...] he melhor para o soldado viver»

Em seguida, define-se o «nome que tem as couzas da ordenança e o que quere ha dizer», para depois referir a forma de adestramento dos soldados no manejo das armas, «como se deve levar hum pique arvorado» e «como se trás hua alabarda e hum arcabuz». A exposição prossegue tratando da inserção do soldado na principal unidade administrativa e táctica — «Quantos soldados a de ter hua companhia». Desfilam em seguida os respectivos actores, desde o soldado até ao capitão da companhia. Passamos depois para o escalão táctico superior, ou seja, o agrupamento das companhias — «De quantas companhias há de ser hum terço e que couza he terço». A partir daqui, a abordagem da guerra transita para um âmbito mais geral, «Da forma e tam[a]nho q Deve ser hu exersito com os demais adherentes e couzas tocantes a elle». De seguida, o autor referiu os cargos da hierarquia superior:

«Do capitão general»
«Do mestre de campo geral»
«Do general da cavalaria»
«Do general da artilharia»
«Do comissario geral»
«Dos do cons[elh]o de g[u]erra»
«Dos gentis homes q [...] a pessoa do general»
«Dos officiais do soldo maiores»
«Do vig [ario] de hu [m] exercito»
«Dos quatro instrum [en]tos gerais de hu[m] campo»⁷⁵

⁷⁵ Anónimo, *De Re Militari*, op. cit., p. 41. Eram o «capitam de campanha geral», o «auditor geral», o «forriel geral» e o «tambor geral».

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

De Re Militari	Regimento de Guerra	Quarto Livro
Prologo de Re Militari	—	—
As partes [que] á de ter o bom soldado	Das partes principaes, que deve ter hum soldado	Do soldado
A idade...	—	—
Da maneira que o soldado...	—	—
Da maneira que há de ter...	—	—
Do nome que tem as couzas... da ordenança e o que quere hum dizer	Do nome, que tem as couzas da Hordenança; que querem dizer	—
Como se deve levar ho pique arvorado	Como deve levar o pique arvorado	Como se deve levar o pique na ordenança
Como se trás huma alabarda e hum arcabuz	Como se traz huma alabarda, e arcabuz	Ho arcabuzeiro como há de levar ho arcabuz na ordenança
Quantos soldados...	—	—
Do cargo do capitão	—	Do capitam
Do alferez	—	Do Alferez
Do sargento	—	Do sargento
Do cabo de esquadra	Do cabo de cento	Do Caporal
Das praças mortas...	—	—
De quantas companhias...	—	—
Do cargo de mestre de Campo	—	Do Coronel e do Mestre de Campo
Do sargento mor	—	Do sargento mayor
Do capitam de campanha	—	—

Tabela 23 – O manuscrito *De Re Militari*, o *Regimento de Guerra* e o *Quarto Livro*

Fonte: Tabela do autor

A guerra «en que milita nuestra nación española»

Do auditor	—	—
Do forriell maior	—	—
Do atambor maior	—	Do atãbor geral e do pífaro
Da forma e tam[a]nho...	—	—
Do capitão general	—	—
Do general da cavalaria	—	—
Do comissario geral	—	—
Dos do cons [elh]o...	—	—
Dos gentis homes q ...	—	—
Dos officiais do soldo...	—	—
Do vig [ario]...	—	—
Dos quatro instrum [en]tos...	—	—
A man[e]ira...	—	—
Como presenta hum exersito....	—	—
A man[e]ira que há de ter...	—	—
Como se há de defender...	—	—
O que toca a cada hum ...	—	—
Como se deve por hum home a cavallo à gineta	Como se deve pôr hum home à gineta a cavallo	—
Como se deve levar a lança, correndo a carreira	Como se deve levar a lança, correndo a carreyra	—

Finalmente, o autor debruça-se sobre a organização do exército *per se*, primeiro tratando da aproximação ao objectivo, a seguir do alojamento — «A man[ei]ra que há de ter hum exersito em caminhar e campearse» —, depois da construção da formatura operacional e prelúdio de uma batalha — «Como presenta ho exersito huma batalha e como se há em ella». A terminar o principal tema do texto, o autor dedica a sua atenção às operações de cerco e defesa, um assunto ausente tanto do *Regimento de Guerra* como do manuscrito de Luís Álvaro Seco, mas que, como vimos, certamente foi incluído num dos livros de Isidoro de Almeida que permaneceram manuscritos.

Os processos para defender ou sitiar as cidades foram contemplados tanto pelos tratados de fortificação como por muitos dos textos dedicados à milícia. No caso destes últimos, Cataneo e Mora ancoraram os respectivos textos numa larga colecção de imagens. Escalante, Bernardino de Mendoza ou Scarion de Pavia, ao contrário, desenvolveram os temas sem qualquer recurso iconográfico. O manuscrito enquadra-se nesta tendência, mas recorde-se que Battista della Valle — traduzido em Portugal nos anos 60 ou 70 — também desenvolvia o mesmo tema. O adestramento dos soldados encontra-se igualmente desenvolvido, numa abordagem essencialmente pragmática, centrando-se na exposição dos procedimentos operacionais relativos à guerra. O autor não se socorreu das referências retóricas à Antiguidade clássica utilizadas por Isidoro de Almeida e mais tarde retomadas por Luís Mendes de Vasconcelos.

Tal como Martim Afonso de Melo e Luis Gutiérrez de la Vega, o autor do manuscrito era também um veterano, e diferencia-se de Isidoro de Almeida ou do Padre Francisco António, de que falaremos mais à frente, no plano formativo. Os dois primeiros assumiram claramente as suas limitações, «porque lhe falta o estylo de Orador, a rretorica necessária»⁷⁶. Eram, afinal, veteranos habituados «a dar orden como se ha de obrar cõ las armas y ordenar infanteria», mais do que versados no «elegãte escrivir de la pluma»⁷⁷. Assim, o manuscrito *De Re Militari* parece começar onde terminou o *Regimento de Guerra*.

No fim do texto, à semelhança do que sucede no *Regimento de Guerra*, foi incluída uma última parte dedicada à «gineta». Não foi dividida com o mesmo número de capítulos que encontramos no texto de Martim Afonso de Melo; apenas contempla o primeiro capítulo, «Como se deve por hum home a cavallo à gineta», para depois concluir com o último, «Como se deve levar a lança, corren-

⁷⁶ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 374.

⁷⁷ Luis Gutiérrez de la Vega, *op. cit.*, p. 72u.

do a carreira». Contudo, a leitura revela que os restantes capítulos em que divide o texto original do *Regimento* foram amalgamados integralmente no texto do primeiro capítulo. A inclusão de um capítulo autónomo dedicado à «cavalaria da gineta» é feita de forma algo deslocada, tal tal como acontece no *Regimento de Guerra*. Nos dois gtextos parece corresponder à redescoberta por esta forma de montar que se observa na produção teórica espanhola. Ao texto de Juan Quijada de Reayo sobre a «estradiota» seguiram-se sucessivos tratados que pretenderam reabilitar a forma de montar tradicional de Espanha. Nos anos 50 e 70 publicaram-se quatro tratados, seguindo-se Juan Suárez de Peralta em 1580. Durante a primeira década do século xvii, publicaram-se o mesmo número de tratados sobre cavalaria. Foram o tratado de Pedro Fernández de Andrada e Alonso Rodriguez Gamarra (1599), e Bernardo de Vargas Machuca no ano seguinte (1600⁷⁸), Simón de Villalobos (1605) e Francisco de Céspedes y Velasco (1609). Este último impresso é particularmente importante, porque a sua publicação surge na sequência da impressão, também em Lisboa, dos textos militares castelhanos dos últimos anos de Quinhentos, nomeadamente Juan de Carrion Pardo (1595) e Bartolomé Scarion de Pavia (1598).

O confronto com os textos espanhóis a que tivemos acesso permite concluir que a redacção do manuscrito *De re Militari* teve lugar bem dentro da segunda metade do século xvi. Se o vínculo mais visível provém da transcrição de uma passagem do *Discurso* de Sancho de Londoño, parece ter sido o *Espejo Militar* de Francisco de Valdés que deixou mais marcas na redacção do manuscrito português. A probabilidade de o seu autor ter tido acesso a uma das edições conjuntas colocaria o trabalho em época posterior a 1589, 1590 ou 1596. Mas não existindo referência à invasão castelhana de 1580 nem às campanhas de conquista dos Açores entre 1581 e 1583, os acontecimentos relatados no manuscrito ficam pelo ano de 1578. Poder-se-ia justificar este silêncio pelo natural melindre que a invasão ainda provocava entre os Portugueses, apesar de estes acontecimentos terem sido relatados pelos tratadistas espanhóis cujas obras foram impressas em Lisboa, como Carrion Pardo e Scarion Pavia. Pero Roiz Soares fala da batalha de Alcântara e da saída da frota contra os Açores, embora deixando suspeitar alguma simpatia com o partido antonino. Mas mesmo evitando falar das guerras entre Portugueses e Castelhanos de 1580-1583, não parece possível ignorar os ataques ingleses a Lisboa (1589) e Faro (1596). O levantamento de um elevado número de soldados de ordenanças, para responder aos dois alarmes, foi motivo de regozijo, e dado como exemplo de que os Portugueses se encontravam preparados para a guerra. O

⁷⁸ Com as reedições de 1619 e 1621.

pequeno texto de António Caldeira e o minucioso tratado de Francisco da Costa Pereira descreveram os preparativos de 1596, e por essa razão não nos parece possível que um texto contemporâneo os pudesse omitir.

Se os exemplares de referência foram as edições de 1587 (Sancho de Londoño) e 1588 (Francisco de Valdés), confirmar-se-ia que o manuscrito teria sido escrito antes de 1589. A orgânica dos terços proposta no manuscrito *De Re Militari* era de 3.000 homens a 12 companhias, um quantitativo mais próximo da época sebástica, e, como veremos, o efectivo descrito no tratado de Costa Pereira⁷⁹ aproximava-se de um maior aligeiramento orgânico, reduzindo o número de companhias, ou diminuindo o seu efectivo humano. Fora deste quadro temporal ficariam os textos de Eguiluz (1591) e Scarion de Pavia (1599), embora este demonstre demasiados pontos de contacto. De qualquer forma, sem dúvida que se trata do primeiro texto sobre arte militar português de grande fôlego da época filipina.

2. Tratado da Milícia (1581-1589), Avisos para Soldados (1590) e Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia (1599-1622)

A *Biblioteca Lusitana* continua um precioso auxiliar que nos permite sinalizar o *Tratado da Milícia*, outra obra *de re militari* da qual se perdeu o rasto. O autor, Bartolomeu Filipe, nasceu em 1480 em Lisboa e terá falecido em Coimbra em 25 de Outubro de 1590, portanto com a notável idade de 110 anos. Estudou em Salamanca, onde se formou bacharel de cânones com distinção, sendo depois doutor em Direito Pontifício pela Universidade de Coimbra (1538), onde leccionou entre 1539 e 1554. Distinguiu-se na jurisprudência canónica e civil, filosofia e política, assuntos sobre os quais deixou escritas várias obras.

O *Tratado del Consejo y de los Consejeros de los Principes* (1584), pelo seu conteúdo sobre o governo do Estado poderia aproximar-se do tema do *Príncipe* de Machiavelli. Tal como o italiano, Bartolomeu Filipe escreveu não só sobre o exercício do poder político mas também sobre a guerra, com o *Tratado de Milícia*. Embora se encontre perdido, foi citado por Mosquera de Figueroa no seu tratado de 1596 com o título *Disciplina Militar*. Talvez a redacção do *Tratado de Milícia* estivesse próxima do *Tratado del Consejo*, à semelhança das duas obras de Machiavelli que foram publicadas com cerca de dez anos de intervalo. Se a mesma proximidade entre os textos

⁷⁹ Ver 3.1.4 *Tratado do provimento de guerra*, p.000.

italianos se registar em relação aos dois textos do português, o seu tratado poderia ter uma envergadura considerável, eventualmente comparável com o tratado de Isidoro de Almeida. De facto, Figueroa pareceu confirmar esta relevância quando referiu «os 20 libros de *Disciplina Militar* del doctor Bartolomé Felipe»⁸⁰. Como Bartolomeu Filipe recebeu entre 1581 e 1589 uma renda de 100.000 réis destinada à publicação das suas obras, podemos colocar a hipótese de o seu texto ter sido redigido entre estas duas datas. É precisamente Figueroa quem nos dá um dado importante para uma datação do tratado de Bartolomeu Filipe, nomeadamente pelos textos militares referenciados (**tabela 24**).

Um aspecto curioso coloca-se na ordem pela qual os textos foram referenciados. De um modo geral, esta parece seguir um critério cronológico, o que nos sugere que o texto de Bartolomeu Filipe poderia datar do final dos anos 80. Mas podemos adiantar uma conclusão mais definitiva. Todos os tratados mencionados são textos impressos, portanto não será descabido supor que o texto português teria ido também ao prelo. Evidentemente que ignoramos qual o local da eventual impressão, se em Portugal ou Espanha. A este respeito lembremo-nos de que o texto do português Francisco António, *Avisos para Soldados y Gente de Guerra*, foi publicado pela primeira vez em Madrid em 1590. O tratado deste eclesiástico natural de Lisboa é notável a vários títulos, mas sem dúvida que o local das várias impressões, sempre fora do seu país natal, nos sugere que gozou de alguma relevância em Espanha.

Francisco António estudou Direito Civil na Universidade de Coimbra, onde depois leccionou a disciplina por dois anos. Com 22 anos entrou para a Companhia de Jesus, decorria o ano de 1558. O ingresso na Companhia proporcionou-lhe ser mais tarde conselheiro e pregador de D. Maria de Áustria, durante trinta e seis anos. Esta breve nota biográfica dá-nos uma panorâmica da importância de Francisco na corte de Madrid. Não é de admirar, portanto, que a sua obra tenha sido impressa. De facto, os *Avisos* foram ao prelo em Madrid por Pedro Madrigal (1590), e reeditados por duas vezes em Bruxelas (1597 e 1605). Se a posição influente de Francisco António pode justificar a primeira publicação em Madrid, as duas reedições demonstram que o seu trabalho suscitou algum interesse. De facto, a época militar em Espanha era de rescaldo das indecisões militares na Flandres e de derrotas como a da armada de 1588. Uma reflexão sobre as causas dessa decadência militar impunha-se, e o texto de Francisco António pretendeu isso mesmo.

⁸⁰ Cristóbal Mosquera de Figueroa, *Comentario en breve tratado militar de disciplina militar*, Madrid, Luis Sanchez, 1596, p. 11.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Autor	Datas	Notas
Raimond de Bessarie (Fourquevaux)	1566	Tradução em espanhol
Antonio Cornazzano	1558	Tradução em espanhol ¹
Marco Lauro Gorgieri	1555	
Niccolò Tartaglia	1546/54/62/81/83/96	<i>Quesiti et Inventioni diverse</i>
Giovanni Botero	1589/98	<i>Della ragion di stato</i>
Aurelio Cicuta (Alfonso Adriano)	1566/72	
Girolamo Ruscelli	1568/72//78/83/95	
Sancho de Londoño	1587/89/90/93/96	
Bartolomeu Filipe	1581-1589 (?)	
Bernardino de Escalante	1583	
Bernardino de Mendoza	1595/96	

Tabela 24 – Cronologia da tratadística no texto de Mosquera de Figueroa (1596)

Fonte: Tabela do autor

O mesmo pretendeu Diogo do Couto, o autor do *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* e Francisco Rodrigues da Silveira para o caso do Estado da Índia. Estas obras sublinham uma abordagem moral da instituição militar, senão da própria guerra. Diego Núñez Alba foi o primeiro hispânico a publicar um texto no qual transparece uma profunda preocupação com este tema. Impresso pela primeira vez em 1553 às custas do próprio autor, este facto sugere-nos que se trata essencialmente de uma visão pessoal. De facto, Núñez Alba parece algo quixotesco quando lamenta o crescente anacronismo dos valores cavaleirescos confrontados com um crescente carácter «plebeu» na condução da guerra — materializado na crescente importância das armas de fogo. Ainda assim, o espanhol denunciou também a corrupção dos oficiais e a cupidez dos soldados, «pues todoslos que tratan con los soldados procuran (a

lo que he entendido) enriquecerse aprovechándose cada uno en su oficio, de los otros si (que siendo los que lo habían de remediar) lo disimulasen por llevarse su parte»⁸¹. Núñez Alba era um fidalgo, e muitas das críticas relacionam-se com a vileza decorrente de uma baixa condição social. Porém, a corrupção foi igualmente assinalada por outros tratadistas sem extracção nobre, como Francisco de Valdés, Sancho de Londoño ou Marcos de Isaba, este último já em 1594. O texto de Isaba, que curiosamente não foi sujeito a qualquer reedição, criticava a má administração da coisa militar espanhola. Relatou as práticas corruptas, a disciplina frouxa ou a dissolução moral, de que dá como exemplo a vulgarização do jogo de dados entre os soldados.

Todos estes argumentos foram usados por Francisco António, que lhes juntou a falta de pagamento como uma das causas da degradação moral das tropas e da sua consequente ineficiência. A falta de pagamento foi também referida por Francisco Rodrigues da Silveira: «nenhuma dificuldade há pera se deixar de introduzir entre a nossa gente a observância de quaisquer preceitos que se lhe quiserem pôr, senão hé somente a de lhe não quererem pagar»⁸². Os culpados seriam tanto os oficiais civis como a hierarquia militar, que enriqueciam à custa do tesouro real. Estas foram críticas que nos habituámos a ler nos textos de Couto ou Silveira, este último apontando claramente o dedo aos próprios vice-reis, que considerou como os principais responsáveis pela desordem — «que nenhuma outra cousa há pera na Índia se não introduzir esta arte militar mais que não quererem os Visoreys pagar aos soldados»⁸³.

Com a excepção do texto de Núñez Alba, foram os Portugueses que mais precocemente recorreram a esta literatura militar moralizadora, plena de crítica e visão desapaixonada da conduta dos homens. Quando por volta dos anos 70 Diogo do Couto escreveu a primeira versão do *Soldado Prático*, antecipou este modelo de milícia moral, expondo de forma acutilante muitos dos maus sucessos no Oriente e levantando o dedo aos seus protagonistas. A segunda redacção que realizou, em virtude do desaparecimento do manuscrito original, certamente contribuiu para acentuar o seu desassombro. O mesmo desassombro e atitude crítica tiveram Rodrigues da Silveira ou o autor anónimo de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, textos que possuem muitos traços em comum. Evidentemente que foram também motivos pessoais que provocaram estas críticas

⁸¹ Diego Núñez Alba, *Diálogos de la Vida del Soldado*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2003, p. 31.

⁸² Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 103.

⁸³ *Ibid.*

mordazes; Couto referiu-os, com as inevitáveis «mercês» à cabeça da lista. Mas sem dúvida que a atitude destes veteranos pode ser compreensível depois dos descalabros a partir de 1578, que ocorreram num ritmo avassalador. É sem surpresa que se constata a completa descrença destes portugueses, homens experimentados e avisados, nos poderes instituídos. Diogo do Couto foi quem escreveu de forma mais corrosiva, talvez porque como guarda-mor do Tombo de Goa e continuador da obra de João de Barros se confrontou mais de perto com os corredores do poder. É no seu texto que se encontra registado o rosário mais negro de desaires e condutas reprováveis. Mas nos textos seus gémeos — passe a expressão — ainda subsiste a preocupação de propor soluções concretas. No *Primor e Honra*, por exemplo, encontram-se referidos vários aspectos relativos à vertente operacional, como o efectivo dos oficiais de cada companhia, os mesmos «capitão, alferes, sargento, caporais, cabo de esquadra»⁸⁴ das ordenanças de 1570. Outro tema ainda mais desenvolvido diz respeito à forma de disparar um arcabuz, que mereceu todo um capítulo — «de como os soldados se hão-de negociar com as espingardas, segundo o costume da Índia»⁸⁵.

Rodrigues da Silveira escreveu uma primeira versão da *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental* em 1599. De certa maneira foi mais positivo, porque deixou propostas concretas, nomeadamente para o desdobramento de forças militares a estacionar nas praças mais importantes do Oriente (**figura 231**).

Local	Guarnição	Cossoletes	Arcabuzeiros	Mosqueteiros
Ormuz	2 companhias (500)	120	120	60
Diu	2 companhias (500)	120	120	60
Malaca	2 companhias (500)	120	120	60
Ilha de Moçambique	1 companhia (250)	60	60	30
Goa	9 companhias (2250)	540	540	270

Tabela 25 – Guarnição dos «presídios» do Oriente proposta Silveira (1599-1622?)

Fonte: Tabela do autor

Algo de verdadeiramente notável, pois complementava a estrutura orgânica das companhias imposta pelas ordenanças sebásticas, definindo quais as praças onde devia ficar o principal efectivo. Rodrigues da Silveira defendeu a expansão territorial como forma de resolver a grave situação militar que se reconhecia existir

⁸⁴ Anónimo, *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, ed. Laura Monteiro Pereira, Ericeira, Mar de Letras, 2003, p. 161.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 242.

no Oriente. Identificou as principais praças, para as quais propôs uma guarnição fixa, o que no seu conjunto permitiria disponibilizar com rapidez uma considerável força militar. Era o modelo espanhol que pretendia, em particular a «ordem e capacidade de domínio e de cristianização das Filipinas»⁸⁶. Silveira propunha um efectivo total de 4.000 homens repartidos por 16 companhias a 250 soldados — 60 cossoletes, 160 arcabuzeiros e 30 mosqueteiros.

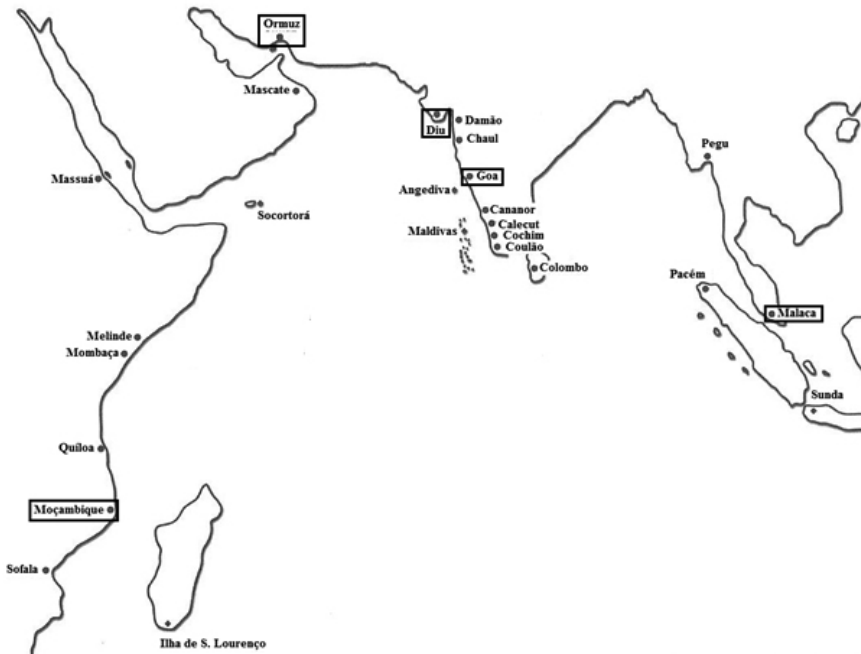


Figura 231 – As «praças maiores» do Oriente

Fonte: Tabela do autor

No conjunto, parece claro que esta abordagem conflituosa das paixões humanas foi prosseguida, principalmente, pela tratadística militar lusitana de finais de Quinhentos. Quando os Espanhóis procederam à reflexão sobre as causas da sua própria decadência militar, parecem ter-se socorrido das abordagens críticas dos Portugueses. As reedições do texto do padre Francisco António podem demonstrar confiança num espírito crítico portador de uma forte componente moral; talvez por isso os manuscritos de Diogo do Couto e de Francisco da Silveira possuem tantas semelhanças com o anónimo *Primor e Honra*, publicado em 1630. Afinal, o laxismo moral, a ineficiência e a corrupção não eram apenas apanágio dos Portugueses da Índia.

⁸⁶ Luís Filipe Barreto *et al.*, «Introdução» à *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, *op. cit.*, p.XXXVIII.

3. O Livro de Milícia (1593-1595)

António Mendes Caldeira (1541-1598) nasceu em 1541 na Vila (da?) Sovereira, «distante 3 leguas da Villa da Certaá, e 7 da Amieira da jurisdição do Crato»⁸⁷. Filho de Cristóvão Mendes Caldeira e Beatriz Fernandes, pertencia a um ramo dos Caldeiras ditos de Abrantes. Teria seguido cedo para a Flandres e Itália, provavelmente ao serviço do rei de Espanha, e foi como veterano — mais um desses «soldados velhos» — que voltou a Portugal passados 22 anos. A invasão do duque de Alba teve lugar quando contava 39 anos, e portanto é natural que o seu regresso tivesse tido lugar já sob o domínio filipino. Quando se recebeu um desembarque inglês em Lisboa (1596), foi um dos portugueses que auxiliaram o conde de Basto, D. Diogo de Castro (c. 1560-?), a organizar socorros a partir de Évora. O conde de Basto era outro veterano de Alcácer Quibir, e lá ficou aprisionado. Posteriormente, foi um dos mais influentes apoiantes para as pretensões castelhanas ao trono português, e integrou-se na expedição de Medina-Sidonia aos Açores de 1583. Entre 1589 e 1597 participou de forma activa nos preparativos defensivos contra o ataque de várias esquadras inglesas.

O Livro de Milícia não chegou a ser impresso, talvez por António Mendes Caldeira ter falecido em Lisboa com a peste em Dezembro de 1598. Contudo, o texto teria sido divulgado por Gabriel Niño de Zúñiga (1542-1599), o primeiro mestre de campo do terço de Lisboa, que foi organizado com algumas das companhias que participaram na invasão de 1580. Em 1590 foi nomeado mestre-de-campo geral de Portugal. Existe um manuscrito na BNP que poderá corresponder ao texto referenciado por Barbosa Machado, uma cópia muito posterior à redacção original e sem indicação do autor⁸⁸. Não possui qualquer dedicatória formal, mas as fórmulas utilizadas, primeiro «Illustrissimo Senhor», depois «Vossa Senhoria», sugere que o autor se dirigia a alguém relevante. A menção a D. António, que acompanhou a esquadra de Drake em 1589, indica que foi escrito em época posterior. Por outro lado, embora se fale no «Sereníssimo Príncipe Cardeal», fica a impressão de que já se encontrava em exercício a Junta Governativa que o substituiu. Assim, a redacção teria tido lugar depois de Alberto de Áustria ter dado por concluída a sua presença em Portugal, portanto depois de 16 de Agosto de 1593, data da sua saída efectiva.

Também não se fala na esquadra inglesa de 1596, mas é evidente que corriam avisos sobre a iminência de um ataque, pois de-

⁸⁷ Diogo Barbosa de Machado, *op. cit.*, v. 1, p. 329.

⁸⁸ Códice 169, BNP.

corriam obras de defesa da costa contra um eventual desembarque. De facto, o autor deu conta de que se procedia ao reforço das fortificações de Peniche, local do desembarque de D. António em 1589, nomeadamente procedendo à abertura de uma trincheira na praia. O interlocutor escolhido pelo autor procedia então à inspecção da zona costeira próxima de Lisboa — «indo V. S. correndo a costa» —, focando a atenção em Peniche. A proximidade ao perímetro defensivo da capital poderia levar-nos a colocar a hipótese de o reconhecimento ter sido efectuado por alguém do comando militar operacional lisboeta, com função eminentemente militar; o mestre-de-campo do terço permanente de Lisboa, Gabriel Niño de Zúñiga, enquadrar-se-ia assim neste perfil.

O tratado mencionado na *Biblioteca Lusitana* descreve as fortificações da barra do Tejo e como defender a capital de um ataque por mar. No manuscrito da BNP, o tema da fortificação apenas se encontra brevemente contemplado no respeitante aos trabalhos temporários, as «trincheiras». Estamos longe de um tratado de fortificação formal, nos moldes dos impressos italianos e espanhóis de autores como Gabriello Busca (1585) ou Cristóbal de Rojas (1598). Mas nem por isso deixa de se tratar da forma de fortificar Lisboa contra um desembarque. O autor centrou a atenção nos entrenchamentos provisórios. Descreveu os trabalhos que se levaram a cabo para reforço defensivo de Lisboa «pela banda do mar»⁸⁹, mas sem adiantar outros detalhes construtivos sobre estas trincheiras. Sabemos que se tratava de elementos fundamentais para a defesa, e foram documentados para outras situações de iminência de cerco. Era vulgar aproveitar o fosso das cortinas — também designado por «valo» — como trincheira, reforçando-o com as estruturas das tranqueiras. Esta era uma forma de economizar forças e de fácil e rápida execução. Construídas em terra e madeira em vez de alvenaria corrente, existem diversas descrições de variadas tipologias em muitos tratados de fortificação quinhentistas (**figura 232**).

A menção a D. António deixa-nos a certeza de que o texto foi escrito no rescaldo da expedição inglesa de 1596, e não se pode deixar de notar a forma curiosa como foi referido D. António. Encontrando-nos já em plena época de dominação filipina, seria de esperar que o autor não deixasse qualquer dúvida sobre a sua filiação no partido filipino.

⁸⁹ Pero Roiz Soares, *op. cit.*, p. 329.

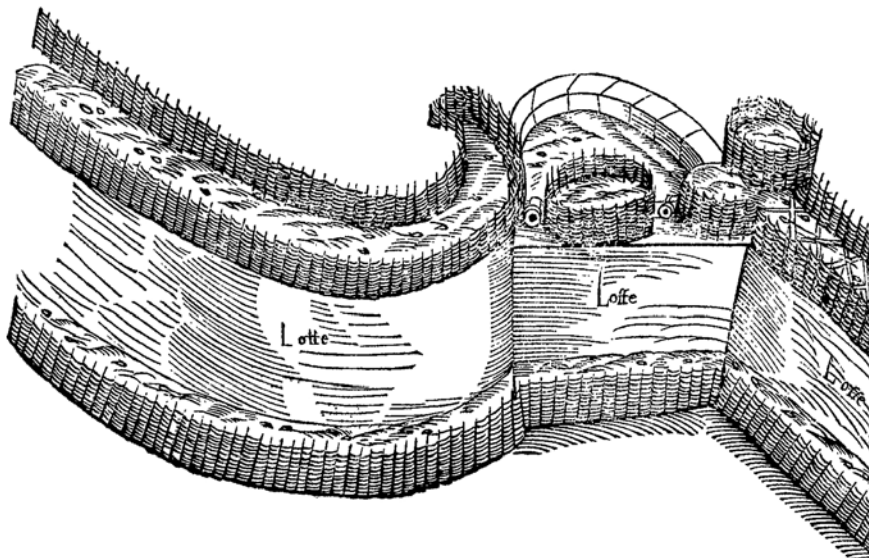


Figura 232 – Trabalhos de reforço defensivo

Fonte: Girolamo Maggi e JacomoCastrioto (1564)

Se trincheirou con trincheiras mt^o fortes destacadas de pinho pregadas com tavoado e no meyo entupiido com terra e lenha ficando as trincheiras da largura grande de hum muro⁹⁰.

Alguna benevolência parece transparecer quando referiu que os Portugueses «tinão por forçoso aver em Portugal rei nascido nelle e por esta razão o servião»⁹¹. Esta afirmação é tanto mais desconcertante quanto parece descobrir alguma compreensão pelas razões que animavam os seus seguidores. Sem dúvida uma alusão à pouca consolidação da recente União Ibérica, sujeita a grande sobressalto quando se tratava de confrontar a presença do Prior do Crato em território português.

Tratando-se ou não do texto de António Mendes Caldeira, este é um documento que ilustra o ambiente de alarme que se viveu ao longo de toda a década de 90. Mandava a prudência não descurar a milícia para enfrentar qualquer rebelião ou ataque como aquele que sucedeu em 1589. A incerteza era ainda grande depois da aneação, com as revoltas dos falsos D. Sebastião e a generalização dos ataques ingleses que aproveitavam a luta pelo trono de Portugal. D. António continuava activo, como o ataque inglês de 1589 confirmou, e por essa razão os melhoramentos na defesa marítima de Lisboa foram uma das principais preocupações. Mas algumas alusões mais ou menos veladas parecem dar conta de algum mal-estar entre a

⁹⁰ Pero Roiz Soares, *op. cit.*, p.329.

⁹¹ Códice 169, *op. cit.*, p. 4.

nobreza apoiante do rei, ausente dos principais cargos militares. A descrição das obras de fortificação de Lisboa, ainda que pouco detalhada, vale como afirmação da competência dos Portugueses em questões militares, em especial naquilo que dizia respeito à defesa do reino. A mesma atitude abonatória aplica-se a outro texto, este mais profícuo no que respeita aos detalhes do «aparato» militar que se levantou por ocasião da expedição inglesa de 1596.

4. Tratado do Provimto de Guerra (1596)

Os ataques ingleses intensificaram-se desde o desembarque de 1589, e todos os anos se temiam novas incursões. O arquiduque conseguiu debelar as crises, tanto internas como externas, mas a constituição da junta de governação tocou na susceptibilidade dos Portugueses ao nomear um estrangeiro, traíndo efectivamente o estipulado nas cortes de Tomar de 1581. O antigo embaixador Juan de Silva acumulava a posição na junta com o cargo de Capitão General, e desta forma aprofundava-se o domínio espanhol não só na máquina militar mas também no aparelho da governação. Qualquer alteração no topo da hierarquia iria trazer nova instabilidade, e o fim da permanência de Alberto de Áustria em Portugal foi o caso. Digamos que talvez fosse preferível a obediência a um representante único do rei, na qualidade de vice-rei, à sujeição a um crescente número de funcionários e oficiais espanhóis. Apenas duas semanas depois da partida para Madrid, apareceram os primeiros cartazes que levaram às «Alterações de Beja» no ano de 1593, ferozmente combatidas por cinco companhias de soldados espanhóis comandados por Pero Ximénez de Heredia. O processo da supressão da revolta e julgamento dos implicados prolongou-se por todo o ano seguinte, numa tentativa de erradicar toda a contestação. A morte de D. António em Agosto de 1595, ainda com esta rebelião bem viva na memória, não conseguiu pacificar a dominação castelhana. Nesse ano soou novo alarme de invasão, que se concretizou no ano seguinte com o novo ataque de uma armada do conde de Essex, que a princípio se julgou dirigir-se contra Lisboa. Afinal, depois de destruir as embarcações espanholas em Cádiz e ocupar e saquear a cidade, os Ingleses terminaram as operações com um novo saque, desta feita à cidade de Faro.

Porém, mantinha-se um desconfortável clima de incerteza. Intensificar o reforço militar de Portugal contra o inimigo externo seria, talvez, a medida que melhor concorreria para conseguir a boa vontade lusitana. Melhorou-se a defesa da barra do Tejo, com a ampliação de São Julião da Barra e a construção do forte de São Louren-

ço do Bugio ou Cabeça Seca⁹², que cruzavam fogos para defender o acesso a Lisboa. O estudo para a fortificação teve por primeiro autor Casale (1586), depois, por falecimento do primeiro (1594), e a partir de 1598 Leonardo Turriano. Contra o inimigo interno impôs-se aos Portugueses uma chefia superior espanhola, provocando o ressentimento entre a alta nobreza. No auge das preparações militares que ocorreram 1596, teve lugar nova revolta dos fidalgos portugueses, desta vez contra o comando geral atribuído ao Adelantado-Mor de Castela. Ainda assim, os preparativos relativos à milícia foram largamente partilhados — chefias à parte, e os Portugueses procuraram demonstrar a sua valia no esforço de defesa. O tratado de Francisco da Costa Pereira é disso um dos manifestos mais notáveis.

Do autor, apenas se sabe que era natural de Lisboa e foi «insigne poeta». Não temos outra notícia sobre a sua biografia para além de uma carta de petição em favor de Francisco Pereira Betancor, por serviços prestados nos Açores entre 1585 e 1587. Mais significativo é ter ocupado o posto de alferes da companhia de Gonçalo Roiz Caldeira em 1589, uma das que faziam parte do terço de D. Manuel Castelo Branco. Resta confirmar se de facto nos encontramos perante a mesma pessoa. Como era norma, o texto foi dedicado a uma figura prestigiada, D. Luís de Lancastre, deduzindo que se trata de D. Luís (1540-1613), comendador-mor da Ordem de Avis, do conselho de Estado e Vedor da Fazenda. O pai era irmão de D. João de Lancastre, primeiro duque de Aveiro (1501-1571), irmão de um dos validos de D. Sebastião, o segundo duque de Aveiro, D. Jorge de Lancastre (1548-1578) que comandou parte da nobreza a cavalo na batalha de Alcácer Quibir. D. Luís era uma figura estreitamente ligada ao poder, com assento na Junta da Fazenda. Mas há que reflectir sobre as razões que levaram Francisco da Costa Pereira a não escolher dedicar o *Tratado* ao governador e capitão-geral de Portugal, o interlocutor natural. Evidentemente que não era possível deixar Juan de Silva de fora, e por essa razão lhe está dedicado o segundo capítulo, *Do Capitão General*, ao longo do qual tece rasgados elogios. Porém, a verdade é que foi um português o visado pela dedicatória, e não o capitão-geral, apesar de todo o seu peso e influência. O que coloca Francisco da Costa Pereira próximo da esfera da «revolta dos Ingleses», isto apesar de todo o cuidado que demonstra na descrição dos inúmeros fidalgos que descreve ao longo do texto.

A forma de apresentação do conteúdo do *Tratado* descreve a experiência particular de uma campanha específica. Este foi o for-

⁹² Ou São Lourenço da Cabeça Seca. A construção do forte foi iniciada durante o reinado de D. Sebastião, e em 1580 foram aí instaladas peças para defender o acesso a Lisboa.

mato de outros textos, em particular os *Comentarios* de Mosquera de Figueroa, impresso em 1596. Figueroa fê-lo com a sua experiência nas expedições aos Açores de 1581 e 1583, como Bernardino de Escalante no último capítulo da sua obra. A experiência na guerra tornava-se um imperativo para qualquer cargo militar, e os autores esforçavam-se por referir episódios da sua experiência de combate. A inclusão de descrições de campanhas militares nos textos *de re militari* tornou-se cada vez mais comum. Por exemplo, Francesco Ferretti (1566), Bernardino de Mendonça (1595), Marcos de Isaba (1594) ou Carrion Pardo (1595), todos eles fizeram a exposição de batalhas ou deixaram referenciada a sua experiência pessoal.

Ao longo dos 28 capítulos do *Tratado*, apercebemo-nos do esforço de defesa de Lisboa na contingência de um novo ataque inglês, centrando-se no papel dos Portugueses nestas movimentações militares. No que respeita à milícia, foram levantados em Lisboa cinco terços, um em Cascais e outro com a gente da Comarca de Leiria. Sem dúvida que os soldados portugueses foram arrolados aproveitando o sistema de companhias implementado pelas ordenanças sebásticas. O sistema dos coronéis e terços foi introduzido, como vimos, por D. Sebastião, e em 1595-1596 foi repetido; com um êxito notável, diga-se. O regime de adestramento seguiu o mesmo padrão das ordenanças de 1570. Pero Roiz Soares, testemunha ocular, referiu que os coronéis dos terços exercitavam as respectivas companhias todos os domingos e dias santos. O quantitativo de terços concentrados em Lisboa foi superior, mas a orgânica anterior foi alterada. O efectivo de 12 companhias de 1578 foi reduzido a 10 para as unidades de Lisboa, mas recorde-se que em Arzila D. Sebastião organizou os terços sobre 10 companhias, em vez das 12 que se levantaram no reino. Em 1596, o número foi ainda reduzido com o destacar de 3 companhias de cada um para formar o terço de Cascais, que totalizou 6 companhias. Aos terços juntaram-se ainda 6 «companhias de portugueses extravagantes», sem contar com a cavalaria, cujo efectivo é mais difícil de estimar mas que poderia rondar os 800 cavalos. Assim, a orgânica alterava-se em função dos efectivos disponíveis, como era aliás procedimento habitual. Em todo o caso, o terço de Leiria manteve as 13 companhias, que mais não foi que somar às 12 regulamentares outra com atiradores.

Ao contrário daquilo que se passou com o recrutamento de 1577-1578, é evidente uma alteração do centro de gravidade das fontes de recrutamento. Para a expedição sebástica de 1578, o Sul do país foi o foco de recrutamento. Em 1573, na viagem de inspecção ao Alentejo e Algarve, as ordenanças disponibilizaram cerca de 20.000 homens. Em 1589-1596, o levantamento fez-se em Lisboa e arredores, que constituía a área de maior risco face ao ataque in-

glês, tal como o Sul de Portugal se encontrava sujeito aos ataques do corso. De acordo com Roiz Soares, o total dos 5 terços somou 6.000 homens, portanto cada terço teria cerca de 1.200 soldados. Assim, não apenas o número de companhias foi reduzido como o efectivo também sofreu uma alteração significativa, para menos de metade dos 3.000 soldados dos terços sebásticos. Esta era a tendência generalizada em todas as unidades militares espanholas na Flandres, embora em Julho de 1597, quando novo alarme obrigou ao levantamento de soldados para fazer face a novo ataque inglês, tenham sido levantados quatro terços, mas desta vez a 13 companhias cada um. No texto de Scarion de Pavia (1598), que aliás menciona o alarme de 1596, já se fala em terços de 13 companhias.

O «aparelho» das forças portuguesas descrito por Francisco da Costa Pereira seguiu, como seria de esperar, o padrão orgânico — ou antes, a prática — dos Castelhanos em finais do século. A redução do efectivo das companhias é um dado objectivo; «para os criados d'El Rey tresentos e sessenta / [pag.48] havendo entre eles 36 cabos de esquadra, tendo cada hum a seu cargo des»⁹³. O que significa que a cada dez cabos correspondia uma companhia, portanto seriam 3 companhias a 120 homens cada uma. Trata-se de uma redução substancial relativamente aos 250 homens usuais durante a época sebástica. A inclusão de uma terceira companhia de atiradores, como preconizado por Scarion de Pavia, encontra-se também documentada por Costa Pereira quando refere o terço da Comarca de Leiria. Aqui, o quantitativo de soldados disponibilizados era suficiente para cumprir o que a teoria indicava. Em Lisboa optou-se por aumentar o número de terços em detrimento das companhias que os constituíam, como era também vulgar com os *tercios* espanhóis.

Francisco da Costa Pereira fez questão de deixar claro que a diligência dos Portugueses foi suficiente para levar a cabo a defesa de Lisboa. Pretendeu-se demonstrar o seu conhecimento relativamente aos assuntos da milícia, tanto na vertente teórica como na componente prática, e de facto o *Tratado* de Francisco da Costa Pereira encontra-se enquadrado no referido surto de escrita *de re militari* de autoria de portugueses. Sem dúvida, uma afirmação de autonomia e competência militar no que respeitava ao «serviço de S. Magestade e defesa da sua nação e pátria».

⁹³ Francisco da Costa Pereira, *Tratado do provimento de guerra*, 1596, BNP, códice 8114, pp. 46-47.

5. Anotações ao Quarto Livro das Instruções Militares (1597)

Isto adiante Escreveo E fes luís alvarez seco Capitão de arcabuzeiros o ano de 97 coando se esperava o enemigo que deo em côrtes, Este ano. Este Capitão foi por mestre de campo general para amgola cõ muitas Merçes E ventajas de sua mg. de aonde morreo Como bom soldado que Era.⁹⁴

Estas são as notas biográficas sobre Luís Álvaro Seco, redigidas sobre o seu manuscrito por alguém cujo nome ignoramos. Pouco mais se conhece sobre aquele autor, para além de que era filho de Jorge Seco⁹⁵, que sucedeu a Manuel da Costa no cargo de escrivão da Mesa da Consciência durante o reinado de D. João III, e que assim justifica o epíteto dado por Seco, «o de grande governo da República».

Luís Álvaro Seco encontrava-se em Lisboa durante as grandes manobras de 1596. Era capitão de companhia do terço de D. Francisco de Almeida, um dos cinco levantados em Lisboa por ocasião deste «rebate». A altura da redacção das *Anotações* está registada — «Isto adiante Escreveo E fes luiz Alvarez seco Capitão de arcabuzeiros no ano de 97 coando se esperava o enemigo que deo emcortes». A permanência na capital, sujeito a períodos de inactividade, seria a situação ideal para Seco de dedicar à escrita do texto que lhe fora encomendado. A curta biografia no início do texto indica que depois terá seguido para Angola, onde morreu ao cabo de um lapso de tempo que não é possível determinar. O ano de 1597 permite identificar João Furtado de Mendonça como governador em Angola (1594-1602). Nomeado a 18 de Outubro de 1593, foi enviado para Luanda para proceder à ofensiva sobre os potentados locais. O capitão-mor era o espanhol Juan de Veloria, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo. Portanto, não seria Álvaro Seco o mestre-de-campo, e assim a sua partida pode ter sucedido durante o governo do sucessor de João Furtado Mendonça, João Rodrigues Coutinho (**tabela 37, p.505-7**). O novo governador terá chegado a Luanda em finais de 1601 ou no princípio de 1602 com um contingente substancial, onde seguiam os capitães Juan de Veloria, Luís Gomes Machado, Baltazar Rebelo, Bento Banha Cardoso, Lopo Soares Laço, João Alvares Sardinha e alguns veteranos do Norte de África. O objectivo deste reforço era a conquista das minas de prata das serras do Cambambe,

⁹⁴ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 207.

⁹⁵ Outro Jorge Seco, colegial de Santa Cruz, encontra-se referido numa carta de 26 de Maio de 1544 dirigida ao Padre Prior de Santa Cruz. Também ignoramos se existiria um parentesco entre Luís Álvaro Seco e Fernando Álvaro Seco, o eventual autor do «mapa de Portugal deitado» de 1561.

e para tal o governador vinha despachado com importantes prerrogativas, incluindo o poder para conceder várias mercês, incluindo elevar cinco pessoas à condição de cavaleiros fidalgos. António Gonçalves Pita, outro capitão de companhia em Lisboa no ano de 1596, foi encarregado de construir uma fortaleza de pedra no porto de Pinda por volta de 1602 ou 1603. Foi nomeado capitão-mor do Congo em 1609, mas provavelmente só ocupou o cargo a partir da chegada do novo governador de Angola, em 1615. Em Abril de 1617 substituiu interinamente Manuel Cerveira Pereira por ocasião da expedição deste a Benguela.

Pela importância do cargo de mestre-de-campo general, Luís Álvaro Seco deve ter desempenhado um papel relevante na campanha, não sendo certamente limitado nos seus conhecimentos militares. Aliás, só assim se compreende que lhe tenham solicitado a redacção do manuscrito, como o próprio refere no *Prólogo* inicial.

5.1 Conteúdo

Pode ser algo surpreendente verificar que Luís Álvaro Seco referenciou os principais textos espanhóis que lhe eram contemporâneos, o tratado de Diego de Álava y Viamont de 1590 e o manual de Juan de Carrion Pardo de 1595. Esta é também a evidência de que a teoria militar hispânica seria conhecida pela generalidade dos oficiais portugueses; não esqueçamos que Seco era, à altura da redacção do seu texto, um capitão de companhia. O impresso de Juan de Carrion Pardo, tal como o livro de Girolamo Cataneo publicado em 1563, organizava-se em torno de mais uma versão das inevitáveis tabelas. Este texto, tal como o *Regimento de Guerra* duas décadas antes, e o texto de Vasconcelos uma década depois, deixam clara a utilidade da «tavoada» entre os soldados portugueses, talvez algo fracos relativamente ao cálculo aritmético. A tabela era assim um precioso substituto, e o impresso de Carrion Pardo era de todos aquele cuja consulta se encontrava mais simplificada. Quanto ao tratado de Diego de Álava y Viamont, embora tivesse mais um lote de tabelas, valeu principalmente como um manual dedicado à artilharia. Álava y Viamont era filho do general de artilharia Francisco de Álava que combateu em Alcântara (1580), e estudou na Universidade de Salamanca. Apesar de ser jurista, estudou com o matemático e astrónomo Jerónimo Muñoz (c. 1520-c. 1591). Pretendeu corrigir a teoria balística de Niccolò Tartaglia, ao mesmo tempo que as tabelas no seu tratado eram uma versão muito ampliada das *tavole* de Cataneo, o que revela uma sólida formação matemática. Luís Álvaro Seco demonstra um perfeito conhecimento do conteúdo das duas obras, facto que o deixou à vontade para criticar ou aprovar as respectivas propostas, como mais adiante veremos.

Sem dúvida que as *Anotações* actualizaram o *Quarto Livro das Instruções Militares*, incluindo matéria que não consta do livro impresso mas que terá sido abordada no conjunto da obra de Isidoro de Almeida. Luís Álvaro Seco terá tido acesso à totalidade do trabalho de Almeida, situação curiosa, pois nessa altura já se encontravam disponíveis outras obras de referência quase obrigatória. É indiscutível que o impresso de Isidoro de Almeida foi o ponto de partida do manuscrito, e nas primeiras páginas faz-se a ponte entre os dois textos; fala-se dos piqueiros e arcabuzeiros que Almeida desenvolveu no capítulo «Do Soldado», depois das sentinelas referidas no capítulo quinto «Do Caporal». O primeiro trecho que se autonomiza claramente do impresso de Almeida foi designado por «Começa os esquadrões» e dá início ao principal corpo temático do trabalho. Este não é mais do que um desenvolvimento do texto de Carrion Pardo, «como se deven formar los quatro esquadrones, en que milita nuestra nación española». A referência de Seco ao título da obra castelhana é suficientemente explícita, «as figuras de esquadrões que a gente española aprova», sabendo ser este um dos textos a que o português recorreu.

Seco juntou a descrição pormenorizada dos cálculos aritméticos necessários para construir a forma dos esquadrões ao âmbito do conteúdo original do *Quarto Livro*. A abordagem não diferiu do panorama da tratadística hispânica, em particular na última década de Quinhentos. As *Anotações* encontram-se no mesmo plano de outros textos que se pretendiam como manuais com o conjunto de regras indispensável à actividade operacional. Portanto também podemos afirmar um «aparente desinteresse pelo impacte da artilharia mais pesada»⁹⁶ relativamente aos autores mais consagrados, como Francisco de Valdés ou Sancho de Londoño, todos veteranos consagrados pelas guerras da Flandres. A verdade é que a milícia — a arte militar, da qual fazia parte o processo de «ordenar os esquadrões» — foi uma entre as demais componentes do conhecimento militar, como a fortificação ou a artilharia, castrametação, etc. Claro que todas as vertentes se interpenetram nos diversos textos publicados, mas de um modo geral é possível identificar aquela que o autor realmente dominava e pretendia desenvolver. A progressiva especialização — poderíamos dizer *cientificação* — do conhecimento militar teve a contrapartida no aparecimento de um crescente número de autores que se dedicaram a cada uma destas matérias. As obras que pretenderam uma maior abrangência acabavam por ser parcialmente omissas em relação a um plano de trabalho inicial, como a *Arte Militar* de Luís Mendes de Vasconcelos. Ou então revelavam-se de-

⁹⁶ Rui Bebião, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Minerva, 2000, p.393.

sequilibradas no desenvolvimento de cada tema, fosse a fortificação, a artilharia ou a «arte de esquadronar», como foi o caso de Diego de Álava y Viamont.

Tratadista de formação teórica, sem qualquer experiência militar, escreveu um texto abarcando estes três temas e por isso considerado um paradigma da tratadística quinhentista hispânica. Álava y Viamont foi de facto um marco no tratamento da «nueva arma da artilleria». Contudo, no que respeita a «ordenar os esquadrões», Álava y Viamont encontra-se desactualizado da realidade de finais de Quinhentos. Portanto, apesar de constituir uma obra de grande fôlego e abrangência, e dotada também de uma pesada carga erudita, o tratado de Álava y Viamont perdeu a sua actualidade militar frente aos textos de soldados práticos como Francisco de Valdés ou Luís Álvaro Seco, escritos de forma concisa e despojada. A produção editorial de uns e outros é reveladora da diferente recepção das obras. O *Perfecto Capitán* não foi objecto de qualquer reimpressão. O grande volume da obra, com mais de quinhentas páginas incluindo diversas gravuras, poderia ter inibido novas tiragens. Mas outros textos extensos — embora aquém do de Álava y Viamont — foram reimpressos com pelo menos mais uma tiragem, chegando mesmo a uma dezena de edições. As 220 páginas de Martín de Eguluz foram ao prelo duas vezes (1592, 1595), tal como as 221 páginas de Diego González de Medina Barba (1599, 1608?); as mais de 400 páginas de Bernardino de Escalante foram impressas 3 vezes (1583, 1588, 1595); as 284 páginas de Diego Ufano y Velasco 4 vezes (1612, 1613?, 1614, 1617); as 387 páginas de Luis Collado de Lebrixa tiveram 9 impressões (1582, 1592, 1606, 1621 em espanhol e francês, 1628, 1630, 1646, 1659, 1672). Quanto aos textos mais curtos (com uma média de 70 páginas), a disparidade das tiragens é ainda mais evidente. O *Discurso* de Sancho de Londoño foi ao prelo 5 vezes, e Francisco de Valdés teve um recorde, com mais de 10 edições, que o aproxima de Machiavelli e Vallo.

Estes textos, da autoria de alguns dos sargentos-mores mais conhecidos do exército espanhol, afastaram-se do perfil do autor teórico erudito. De uma forma progressiva, os soldados veteranos vão tomando a seu cargo a escrita da arte militar, transportando a sua experiência adquirida no campo de batalha para o suporte impresso ou manuscrito, que circulou como forma de divulgação das últimas experiências realizadas no terreno; trata-se de um conhecimento de carácter essencialmente prático.

O capitão de arcabuzeiros Luís Álvaro Seco acompanhou esta tendência. Ao escrever as *Anotações*, Seco não pretenderia transmiti-las «a quem não tiver pratica e teórica desta matéria». Não se

trata, por isso, de «ensinar a principiantes». Aos métodos expeditos como as tabelas de Girolamo Cataneo não é feita qualquer menção; neste final de século, a construção dos esquadrões assenta quase exclusivamente no cálculo aritmético — «quem me quiser seguir e ler o que se segue lhe he nessecario saber as quatro primeiras espeçias de aritmética»⁹⁷. As tabelas seriam a manifestação de um conhecimento limitado, sobre as quais alguns autores tecem uma apreciação crítica. As tabelas seriam assim um recurso pouco flexível, em virtude da infinita variedade do quantitativo de tropas disponíveis; como afirmou Francisco de Valdés, «si les ofreciere hacer escuadrón de diferente número del que hallan allí señalado, logo se verán en confusión»⁹⁸. O recurso a estes auxiliares era assim um reflexo da impreparação dos oficiais. Álvaro Seco, ao contrário, quis exhibir o seu virtuosismo aritmético, em particular quando descreveu a forma de construir os «esquadrões quadros de terreno»⁹⁹:

«[...] Supondo que aia de aver de soldado a soldado 3 pasos por os lados e de fileira a fileira 7 [...].»

«[...] Tenho 120 piques de que mandão fazer hum esquadrão 4º de terreno. Primeirro multiplicarei os 3 pasos pelos 7: e fazem 21.»

«[...] E logo estes 21 multiplicalo ei pelos 120 piques que tenho e produzem 2520 [...].»

«[...] Tirarei a rais quadra que acho ser 50 [...].»

«[...] Reparti los ei por por 3 que são os pasos que há na frente de soldado a soldado [...] e vem no quociente 16 [...] 16 soldados direi que se ão por frente [...].»

«E tornando a repartir a dita rais quadra 50 por 7 que são os pasos que ha de fileira a fileira pelos 2 lados do esquadrão vem no quociente 7 [...] pela mesma rezão 7 soldados direi que o tal esquadrão tera polos 2 lados [...].»¹⁰⁰

A descrição foi complementada com diagramas, o que implica também algum domínio da representação gráfica (**figura 233**).

⁹⁷ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 212.

⁹⁸ Francisco de Valdés, *op. cit.*, p. 45.

⁹⁹ «Quem for aritmético como atrás tenho ditto alcançara isto com pouco trabalho» (Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 223).

¹⁰⁰ *Ibid.*

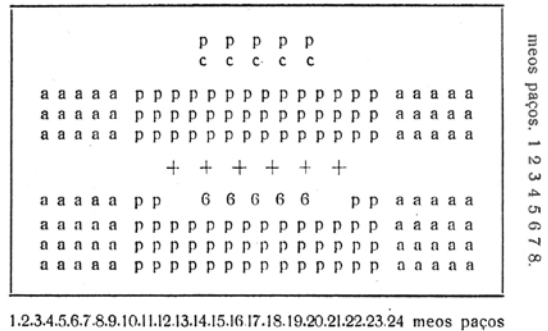


Figura 233 – Construção do esquadrão «quadro de terreno»

Fonte: Luís Álvaro Seco, *Anotações actualizadas ao Quarto Livro das Instruções Militares* (1597)

Mandando se ocupar hum terreno ou seia quadro ou prolongado para saber os soldados que são nescecarios para por na frôte medir se a a ditta fronte aos paços que ordinariamente se dão andando o numero que forem se repartira por 3¹⁰¹.

Como vimos, era algo que não deixava de ser conveniente ao desempenho do cargo de sargento-mor. A apetência para o desenho tinha grande utilidade como ferramenta de planeamento tanto à escala estratégica como no plano tático. De um modo geral, os tratadistas espanhóis eram omissos nesta matéria; ao contrário, os autores portugueses parecem mostrar mais sensibilidade para a vertente gráfica, como verificamos no caso de Martim Afonso de Melo e Luís Álvaro Seco¹⁰². Ainda assim, a interpenetração deste mundo militar com o mundo das artes continuou a existir, muito em função do recurso ao desenho. Assim, conforme vemos Seco desenvolver o método de construção dos esquadrões, surgem de forma natural os primeiros diagramas a acompanhar a explicação. A exposição adquire um cunho visual, na qual é perceptível uma compreensão, ainda que rudimentar, do plano bidimensional em que se desenvolve a construção prévia do esquadrão, «e vulgarmente se entende huma figura (ou Seia em plano)»¹⁰³. Encontramo-nos no âmbito daquilo que os arquitectos contemporâneos designariam como a fase de projecto. A verdade é que se verifica uma sensibilidade para questões de forma ou, como diríamos hoje, uma atenção especial a uma vertente estética — «devem os soldados lustrosos ordenar compor

¹⁰¹ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 223.

¹⁰² Sem acesso aos manuscritos de Isidoro de Almeida, não é possível saber até que ponto os restantes livros possuíam alguma espécie de peças gráficas.

¹⁰³ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 213.

E concertar suas companhias, tropas, troços, manguas e esquadrões com correspondência que agrade a vista»¹⁰⁴. Por essa razão, as considerações formais de Seco derivaram também de uma análise geométrica, como podemos inferir da explicação que deixou sobre a diferença entre os esquadrões quadro de gente e quadro de terreno:

Nos esquadrões quadrados de gente [...] so se quadra e iguala o numero em aritmética, ou cantidade discreta e que os tais esquadrões a vista não fiquão quadrados, así mas pareçem prolonguados e compridos como estoutra figura.¹⁰⁵

Evidentemente, como capitão de arcabuzeiros que era, a preocupação com uma componente meramente estética da guerra não seria a prioridade de Luís Álvaro Seco. O objectivo militar era primordial, e era para esta primeira função que os esquadrões deviam ser preparados, «presuposto que vão bem ordenados e fortes que he o que como digo primeiro se requerem»¹⁰⁶. Porém, uma rigorosa observância do cálculo aritmético encontrava-se no cerne do processo de ordenar os esquadrões, em particular quando se tratava da tipologia quadro de terreno.

De um ponto de vista estritamente formal, a obra de Luís Álvaro Seco não apresenta um carácter sistemático, limitando-se a seguir a estrutura do *Quarto Livro das Instruções Militares*. As referências ao texto que lhe serviu de base levam a crer, como já se disse, que terá tido acesso às partes não impressas da obra de Almeida. Apenas este facto já seria suficiente para comprovar a importância do manuscrito, permitindo concluir que as outras partes do texto de Isidoro de Almeida circularam entre a elite militar portuguesa. Mas igualmente importante é o facto de alguém em Portugal ordenar uma leitura crítica de um texto português com mais de 10 anos. Tanto mais quanto se vivia uma época de sujeição à tutela militar espanhola, facilitando por isso a circulação dos textos mais significativos da sua produção teórica de guerra. Mas a verdade é que Luís Álvaro Seco se dedicou a anotar a produção teórica portuguesa, em particular o único texto que se sabe ter sido impresso durante o século XVI. Também importa sublinhar que não estamos perante uma atitude meramente individual, porque o autor foi compelido a fazê-lo por alguém que se encontrava em patamar superior ao seu, tanto militar como socialmente.

Se no conteúdo das *Anotações* não encontramos grandes elogios à obra de Isidoro de Almeida, ainda assim apenas podemos

¹⁰⁴ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 224.

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ *Ibid.*

constatar que lhe foi atribuída alguma desactualização — «en todas as cousas ha mudança, como na presente vemos do tempo em que militou isidoro dalmeida»¹⁰⁷. Como crítica parece-nos relativamente suave, limitando-se a deixar claro que vinte e quatro anos os separavam. Poderíamos supor que em seguida enumerasse as virtudes da escrita espanhola que lhe era praticamente contemporânea, mas em relação aos dois autores referidos Seco foi menos contemporizador do que com o compatriota. A Carrion Pardo criticou os métodos, «apontar sem o mostrar», e a Diego de Álava y Viamont acusou-o de ser um «não perfeito capitão»¹⁰⁸, ironizando sobre o título da obra do espanhol. Seco surge-nos assim não como um medíocre subsidiário de Isidoro de Almeida, mas como alguém cuja carreira e conhecimentos o habilitaram a contradizer um dos tratadistas mais importante do país vizinho.

Não temos conhecimento, fora de Portugal, de outro texto manuscrito cujo objectivo confessado fosse actualizar um texto mais antigo. Brito de Lemos, mais de trinta anos depois, assumiu a autoria de uma compilação de textos já publicados. Mas antes do *Abecedário Militar*, o processo de colagem de referências bibliográficas foi, talvez, semelhante à técnica da pintura a óleo. Escreveu-se o texto por velaturas, acrescentando sucessivamente de forma mais ou menos subtil algo ao anterior, como Luís Álvaro Seco fez em relação ao *Quarto Livro* de Almeida. Ou podia ser também um somatório de partes, como aconteceu com o *Regimento de Guerra* e a sua versão do início de Seiscentos, o manuscrito *De Re Militari*.

6. Arte militar (1612)

6.1 Luís Mendes de Vasconcelos

A *Arte Militar* é o primeiro impresso português do século xvii que se conhece, portanto podemos dizer que iniciou um ciclo. O autor é Luís Mendes de Vasconcelos, mas cruzam-se na mesma época duas personagens com o mesmo nome. Um deles era natural de Évora (1541-1623) e entrou para a Ordem de Malta aos vinte anos. Terá combatido na armada que D. João de Áustria levou a Lepanto, e continuou a servir nas galés da Ordem entre 1572 e 1583. O seu biógrafo, João Salgado de Araújo, afirma que militou nas guerras de Itália e foi eleito grão-mestre da ordem de Malta em 1622 mas faleceu no ano seguinte. O outro era natural de Lisboa e filho de João Mendes de Vasconcelos, comendador da Ordem de Cristo e membro

¹⁰⁷ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 210.

¹⁰⁸ Seco referiu o tratado *El Perfecto Capitán*, de Álava y Viamont, como «não perfeito capitão» (*ibid.*).

do conselho de D. Sebastião e D. Henrique. Em 1582 era cavaleiro da Ordem de Cristo, e mais tarde comendador como o seu pai. Tomou o partido filipino, e em 1583 participou na jornada da conquista da ilha Terceira com o marquês de Santa Cruz. Foi por volta de 1583 que se casou com Beatriz Caldeira, filha de um importante negociante do tráfico de escravos, Manuel Caldeira. O matrimónio aproximou-o assim do tráfico negreiro. Desde finais do século que Caldeira se encontrava ligado «a todos os grandes negócios»¹⁰⁹, e Vasconcelos iria usufruir desse facto na primeira década de Seiscentos. Em 1608 publicou o livro *Do Sítio de Lisboa*. Este é um texto de carácter utópico que se pode enquadrar no género de *A Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, de Francisco de Holanda — e, tal como Holanda, também se dedicou à fortificação da capital portuguesa. Como vimos, outros textos ocuparam-se da fortificação de Lisboa, mas em função dos ataques dos corsários ingleses da última década de Quinhentos. Um contexto especificamente militar, portanto o reverso da medalha de uma abordagem utópica. Foi também neste ambiente de emergência que terminou a redacção da *Arte Militar*, e por alguma razão que nos escapa o texto não parece ter circulado na forma manuscrita, como tantos outros de que já falámos.

Em 1610 foi nomeado capitão de três naus destinadas ao Oriente. A nomeação fazia parte do dote de casamento, o que indica que já se encontrava envolvido nos interesses comerciais do sogro. A viagem seria atribulada. No próprio dia da partida, terça-feira 23 de Março, a nau de Manuel Teles de Távora naufragou à saída da barra de Lisboa. O regresso parecia auspicioso, pois partiu de Cochim e fez escala em Angola. Contudo, chegou a Lisboa «a salvamento», em 1611. Mas a paragem em África pode bem ter-lhe aguçado a vontade de lá voltar, como veremos. No ano seguinte publicou a primeira parte da *Arte Militar*, não escondendo a intenção assumida de receber «satisfação de meus serviços». Dedicou a obra ao marquês de Castelo Rodrigo, Cristóvão de Moura (1538-1613), que em 1611 exercia o seu terceiro mandato como vice-rei de Portugal. A publicação das ordenanças filipinas em 1603 parecia deixar algum espaço de proximidade institucional com o tratado, tal como aconteceu com o *Quarto Livro de Isidoro de Almeida* em relação às ordenanças sebásticas. O peso erudito da *Arte militar* granjeou-lhe certamente o estatuto de autoridade em assuntos da milícia, e pouco tempo depois integrou uma junta de conselheiros régios, provavelmente a

¹⁰⁹ De Manuel Caldeira, afirma-se o seguinte – «O comércio da pimenta levou-o à Índia, o trato dos escravos levá-lo-ia à América. Com a pimenta e a armação de navios, ligou-se aos mercadores e banqueiros portugueses e estrangeiros que prosperavam em Portugal. Com os escravos negros de Cabo Verde e S. Tomé, gozando já dos favores de D. João III, liga-se a Castela» (Maria da Graça Ventura, *Negreiros Portugueses na rota das Índias de Castela: 1541-1556*, Lisboa, Colibri, 1998, p.117).

Junta de Guerra das Índias criada em meados de 1600. Dela faziam parte o bispo de Osma, o confessor frei Luis de Aliaga, D. Cristóvão de Moura, o meirinho-mor D. Duarte Castelbranco e «otros ministros muy grandes»¹¹⁰. A influência de Cristóvão de Moura ainda se fazia sentir na corte castelhana, como demonstra o facto de ter sido chamado directamente pelo rei para ser feito seu conselheiro e logo depois nomeado governador e capitão-geral de Portugal.

Com a sucessão de Filipe III, Moura perdeu a influência de que usufruía, e o facto de ter sido enviado para Portugal como vice-rei mascarou o seu efectivo afastamento. Um ano depois da publicação da *Arte Militar* morreu; Vasconcelos viu-se privado do seu principal mecenas, mas continuou a usar a escrita como veículo de afirmação. Escreveu uma *Historia* do corsário Cunhale que, embora posterior ao texto de João Baptista Lavanha, terá desfrutado de maior aceitação. Ao mesmo tempo procurou outros patronos; um outro manuscrito que redigiu, agora sobre a *Conquista da Índia*, ofereceu-o ao novo rei, Filipe III. Mais significativo foi o *Tratado de la Conservacion de la Monarchia da España*, que dedicou ao valido do novo rei, Francisco Gómez de Sandoval-Rojas y Borja (1553-1625), marquês de Denia e duque de Lerma.

Foi nomeado governador de Angola. A ida para África também não foi um acaso. Luís Mendes de Vasconcelos era casado com Beatriz Caldeira. O pai mantinha contactos privilegiados tanto em Madrid como em Lisboa, e a experiência militar de Vasconcelos na Ordem de Malta e a autoridade do seu texto *de re militari* foram certamente instrumentais na nomeação. O período da sua governação em Angola foi fértil em actividade militar. Propunha a Filipe III um plano de conquista de grande envergadura destinado à aquisição de escravos, e de facto as suas campanhas militares proporcionaram um crescente fluxo de africanos que foram alimentar as Índias Ocidentais espanholas. Em 1621 terminava o mandato envolvido em grande polémica com o seu substituto, João Correia de Sousa, pela forma como havia iniciado a guerra.

6.2 Textos de referência

Luís Mendes de Vasconcelos pretendeu dar corpo a uma obra de referência que contemplasse a totalidade das matérias que entendia fazerem parte da «arte militar». O plano inicial, dividido em três partes, discriminava estes conhecimentos parciais — «a primeira ensina a pelear em campanha aberta, a segunda nos alojamentos, a

¹¹⁰ João Salgado de Araújo, *Summario de la familia ilustrissima de Vasconcelos, historizada, y con Elogios*, Madrid, Juan Sanchez, 1638.

terceira nas fortificações». Era o somatório do que entendia por «a arte militar», mas um âmbito tão vasto impediu a plena concretização do projecto, como antes sucedera com Isidoro de Almeida. De facto, apenas o primeiro livro foi publicado, no qual expunha os métodos para «formar os esquadrões, os modos de marchar e ordenar batalhas»¹¹¹. Não obstante, é claro o intuito que presidiu à redacção do texto: teorizar o exercício da guerra numa obra de referência. O objectivo não foi, portanto, o registo da experiência militar pessoal como no caso da maioria dos textos espanhóis. Sem dúvida que era um experimentado veterano de guerra, mas equiparou a veteranaria com a reflexão teórica que bebeu «nas partes aonde me achey entre Hespanhoes, Italianos, & Franceses»¹¹². Pretendeu estabelecer um paradigma no plano teórico: «sempre procurey alcançar a mayor perfeição della, que fosse possível, e disso tratey nesta Arte, escrevendo, não como se prattica, senão como será mais perfeita»¹¹³.

O seu afastamento tanto da escrita ibérica é notório. Não menciona quaisquer textos espanhóis; um dos autores citados, por exemplo, é Girolamo Mercuriale (1530-1606), o tema de cuja *De Arte Gymnastica* (1569) se encontra algo fora da abordagem corrente dos tratados de Arte Militar. Uma análise mais próxima revela a razão de ser, porque Vasconcelos se referia aos exercícios de adestramento a que os soldados da Antiguidade eram sujeitos. De facto, a *Arte Militar* possui uma significativa componente relativa à guerra da Antiguidade, que encontramos em diversas obras oriundas de Itália da segunda metade do século XVI, mais do que nos textos espanhóis. Sem dúvida que Londoño, Valdés ou Bernardino de Mendoza não esqueceram a componente classicizante, mas fizeram-no de uma forma muito menos vincada que os italianos. Aurelio Cicuta (1566), Domenico Mora, Francesco Patrizi da Cherso (1594) ou Achille Tarducci (1600) fizeram a comparação entre a milícia antiga e a moderna; o impresso deste último, *Delle Machine, Ordinaze, et Quartieri Antichi et Moderni* (1600), foi um dos mais notáveis textos desta tendência técnico-classicista. Constitui o ponto alto da articulação entre a componente científica da guerra e a reapreciação da guerra antiga, com um desenvolvimento que não é possível verificar em qualquer obra espanhola. Claro que existiram traduções espanholas dos textos militares da Antiguidade, nomeadamente aquela redigida por Diego Gracián, mas naturalmente os Italianos foram muito mais profícuos nesta matéria.

Os episódios militares relatados por Vasconcelos foram sobretudo retirados da Antiguidade, uma vez mais como sucedeu com

¹¹¹ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p.42v.

¹¹² *Ibid.*

¹¹³ *Ibid.*

grande parte da tratadística italiana. Mas também encontramos descrições bélicas mais recentes, nomeadamente de factos que tiveram lugar durante a guerra na Itália. A primeira, a batalha de Vicenza (1513), durante a Guerra da Liga de Cambrai, da qual destacou a batalha de Ravena. Vasconcelos não deixou de lembrar outros episódios vitoriosos para as armas castelhanas, entre os quais a conquista de Tunes por Carlos V (1534), mas também os recentes acontecimentos bélicos na Europa, protagonizados pelo duque de Alba na Flandres (anos 60) e pelo duque de Parma (anos 80).

Como vimos, as principais referências teóricas de Vasconcelos são provenientes de Itália, mas apenas duas se encontram citadas. Uma é o «livrinho» de Girolamo Cataneo, a primeira edição das *Tavole Brevissime* de 1563, e a outra é Gabriello Busca (c. 1540-1605), engenheiro militar natural de Pavia que serviu o duque de Sabóia¹¹⁴. Por essa razão, alguma da nomenclatura italiana, como a designação militar «manípulos», foi adoptada por Vasconcelos, e o mesmo *sabor* italianizante transparece na forte componente gráfica da *Arte Militar*. Outro tratado que podemos relacionar com a obra de Vasconcelos é *Il Soldato*, de Giovanni Altoni¹¹⁵, embora sem qualquer referência directa. Contudo, dir-se-ia que a estrutura dos dois tratados é semelhante, pelo menos no que respeita aos aspectos «técnicos» da guerra. Embora Altoni não tenha dissertado sobre uma base retórica como fez Vasconcelos no seu primeiro diálogo, as descrições dos procedimentos tácticos possuem muitas semelhanças. Uma primeira diz respeito ao plano inicial da obra de Vasconcelos, que previa duas partes dedicadas aos alojamentos e fortificações. Altoni refere estes dois temas incluindo vários exemplos de acampamentos e plantas de fortalezas, com o respectivo comentário e legendas explicativas. Contudo, a parte de leão do texto foi dedicada à guerra terrestre, citando vários autores, como o engenheiro militar Buonaiuto Lorini. Ambos se demoram na explicação dos métodos aritméticos utilizados no cálculo das formaturas.

O tratado de Giovanni Altoni é exemplar na profusão de elementos gráficos, alguns dos quais Vasconcelos parece ter copiado (**figuras 234-238**).

¹¹⁴ Dedicou ao duque um dos seus tratados sobre fortificação, para quem construiu as fortalezas de Montmeillan e Bourg-en-Bresse.

¹¹⁵ Giovanni Altoni combateu em 1568-1569 em Zadar e Sebenico na Dalmácia (actual Croácia), onde foi feito prisioneiro e levado para Constantinopla. Resgatado por volta de 1572, continuou a sua carreira militar, primeiro ao serviço de Henrique IV, depois na Hungria às ordens de Giovanni de' Medici (1567-1621), juntamente com outro tratadista, Antonio Lupicini. As campanhas militares de 1594-1597 na Hungria foram, aliás, assunto de um texto que deixou manuscrito. Quanto ao seu tratado militar, enviou-o ao Doge.

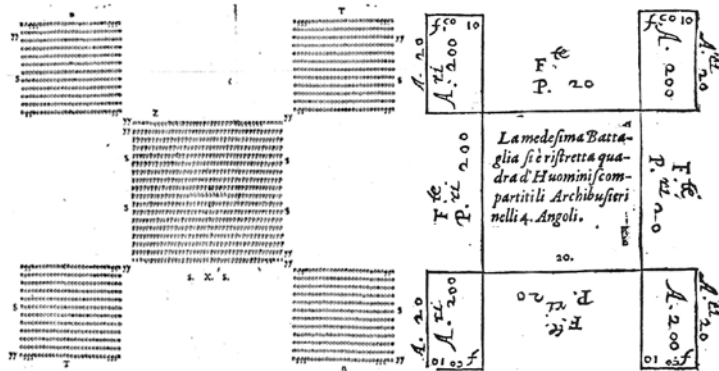


Figura 234 – Diagramas de Mendes de Vasconcelos e G. Altoni (I)
 Fontes: Luís Mendes de Vasconcelos (1612) e Giovanni Altoni (1604)
 Esquadrão «quadro» com 4 mangas nas «quinas»

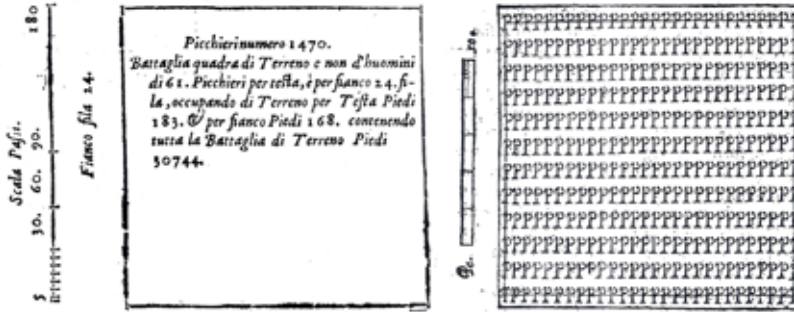


Figura 235 – Diagramas de Mendes de Vasconcelos e G. Altoni (II)
 Fontes: Luís Mendes de Vasconcelos (1612) e Giovanni Altoni (1604)
 Legenda dos diagramas (posição vertical).

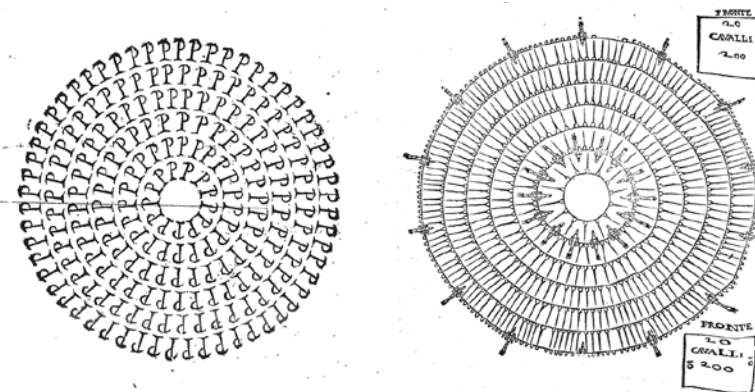


Figura 236 – Diagramas de Mendes de Vasconcelos e G. Altoni (III)
 Fonte: Luís Mendes de Vasconcelos (1612)
 «Batalha quadra de terreno».

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

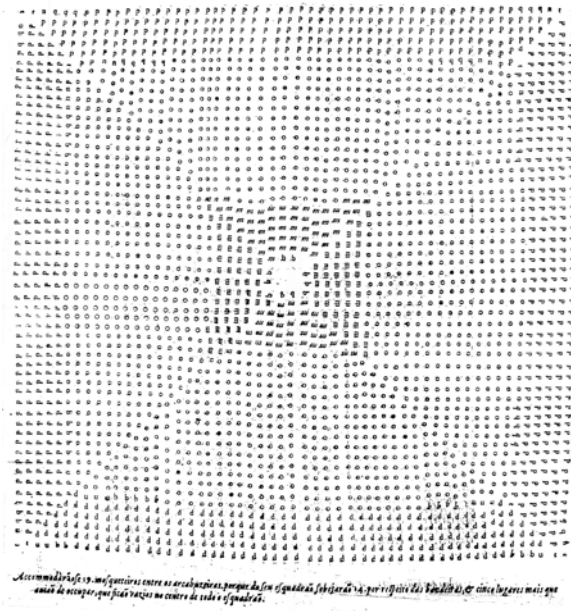


Figura 237 – Diagramas de Mendez de Vasconcelos e G. Altoni (IV)
Fonte: Giovanni Altoni (1604)
«Battaglia quadra d’Huomini, e di Terreno».

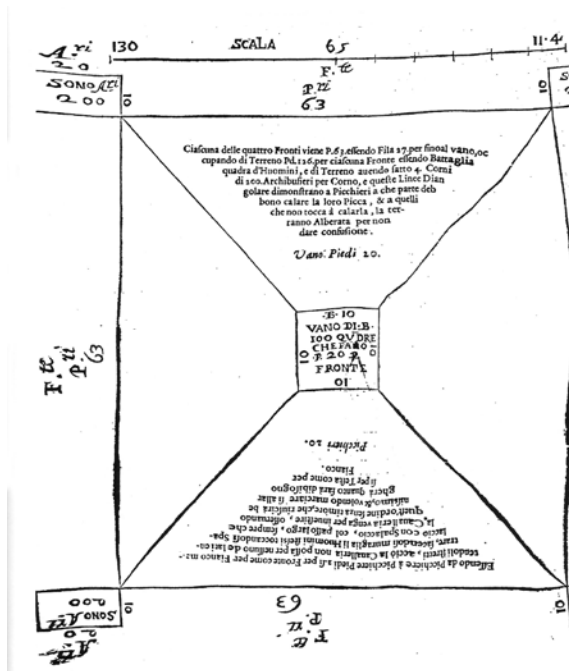


Figura 238 – Diagramas de Mendez de Vasconcelos e G. Altoni (V)
Fontes: Luís Mendes de Vasconcelos (1612) e Giovanni Altoni (1604)
Esquadrões com forma circular.

A guerra «en que milita nuestra nación española»

Detecta-se a influência de outro tratado italiano no texto de Vasconcelos: *Della Disciplina Militare, Libri III* de Alfonso Adriano, publicado sob o pseudónimo Aurelio Cicuta (1566). As três partes do plano inicial da *Arte Militar* coincidem com os *Libri I, II e II* do impresso de Cicuta, embora os assuntos não sejam coincidentes. Porém, o livro de Vasconcelos começa com uma advertência *Ao leytor*, tal como Cicuta, e o título do *Discurso I* é também igual ao título do *Libro I*. A semelhança é ainda mais vincada quando vemos que o conteúdo do *Libro I* se dedica, em grande medida, ao que Vasconcelos intitulou «das partes Capitam general»¹¹⁶.

Arte Militar	<i>Della Disciplina Militare</i>
Ao Leytor	<i>Ai Lettori</i>
—	<i>Tavola de luoghi comuni contenuti in questo primo libro</i>
—	<i>Tavole de tutte le cose notabili ne tre libri</i>
Discurso I — Origem e principio da guerra, e arte Militar, e o seu primeiro autor	<i>Libro I — Origine della guerra, et da chi prima havesse principio</i>
Na qual se trata do modo de pelejar em campanha aberta ²	<i>Libro II — Nel quale si trata [...] ordinanza delle battaglie, & con la regulation dell'armi</i>
Do modo com que se ordenara hum esquadram, & huma batalha para combater ³	<i>Libro III — Nel quale si tratta del modo del governare gli esserciti in campagna</i>
Taboada	—

Tabela 27 – Comparação entre o texto de Luís Mendes de Vasconcelos (1612) e de Aurelio Cicuta (1566)

Fonte: Tabela do autor

Outra referência teórica poderia ser o tratado de Lelio Braccaccio, *I Carichi Militari*, impresso dois anos antes da *Arte Militar*. O tema principal, os cargos militares, foi desenvolvido por Vasconcelos no capítulo «Do que toca aos soldados, e officiais em geral, & particular»¹¹⁷, enumerando os officiais que deviam fazer parte dos terços. Contudo, este foi também um tema abordado por Isidoro de Almeida. Recorde-se que em 1597, portanto dez anos antes, Luís Álvaro Seco redigia as suas *Anotações ao Quarto Livro*. E ao longo da *Arte Militar* encontramos algumas passagens que podem relacionar-

¹¹⁶ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, «Discurso III, Parte V», p. 81.

¹¹⁷ *Ibid.*, capítulo «Das espécies dos esquadrões, e deffinições deles», p. 110.

se com o *Quarto Livro*. A descrição do formato e cor das bandeiras da infantaria é talvez a mais significativa:

Arte Militar de Vasconcelos

A bandeira será das cores que elle, ou o seu capitão quiserem; mas trará sempre atravessadas de canto a canto, duas bandas da cor com que o seu principe quizer que se diferencem os seus soldados, dos inimigos [...].¹¹⁸

O *Quarto Livro* de Isidoro de Almeida

Sam a vontade do Capitam, ou do Alferez. Mas isto soo direy aqui, que as bandeiras trazem a banda, do principe que servem, atravessada de canto a canto, pera serem conhecidos [...].¹¹⁹

Para além da erudição demonstrada pela citação exaustiva dos autores clássicos, Vasconcelos recorreu a conceitos de harmonia em vários aspectos da guerra. Na construção dos esquadrões, por exemplo, indica quais os rácios de proporção a observar na construção dos esquadrões, aliás os mesmos que se encontravam vulgarizados no âmbito da concepção arquitectónica: «Alguns aprovão fazerse o quadro de terreno com proporção dupla tendo por frente o dobro do fundo, & as razões cõ que aprovão esta opinião saõ que esta proporção faz pouca diferença de dupla sexquitercia»¹²⁰. Noutra passagem do texto, «Regra para fazer os esquadrões de gran frente, e gran fundo, & os seus subalternados», fez referência à forma geométrica dos esquadrões: «De modo que fique fazendo huma figura de hum paralelogramo que tenha por lado hum lado o dobro do outro»¹²¹. A vertente teórica do tratado *Arte Militar*, enquanto somatório de propostas de formas idealizadas para dispor os soldados, foi a prioridade do autor. Esta intenção encontra-se claramente expressa no início do texto: «escrevendo, não como se prattica, senão como será mais perfeita»¹²².

Esta abordagem teorizada da guerra resultou em diferenças na apreciação de aspectos específicos — diga-se *objectivos* — relativamente à escrita de veteranos. A opinião de Vasconcelos sobre os mosqueteiros, por exemplo, contrasta com o que afirmaram Valdés ou Londoño, considerando-os «o menos nobre soldado da infantaria, & he de pouco serviço»¹²³. A orgânica das companhias proposta

¹¹⁸ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 131v.

¹¹⁹ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 137.

¹²⁰ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 116 v.

¹²¹ *Ibid.*, p. 121 v.

¹²² *Ibid.*

¹²³ *Ibid.*, p. 124 v.

por Vasconcelos encontra-se também a meio caminho entre a prática militar de meados de Quinhentos e a do início de Seiscentos. O efectivo ideal para o terço continuava a orçar os 3.000 homens, divididos em dez companhias de 300 homens. O efectivo proposto para as companhias era superior à prática corrente, típico de meados do século XVI, mas os terços mais não eram que aglomerados de companhias, que agora se assumiam como micro-organismo inter-armas, com clara predominância das armas de fogo. Esse facto não passou despercebido a Luís Mendes de Vasconcelos, que preconizou para cada companhia 100 cossoletes, 180 arcabuzeiros e 20 mosqueteiros¹²⁴. A companhia, como núcleo operacional, deveria assim contemplar todos os elementos tácticos da manobra e combate, traduzindo a necessidade de operar com efectivos mais reduzidos mas dotados de maior profissionalismo, por assim dizer. A guerra tornava-se, de facto, um assunto para especialistas.

Um aspecto significativo prende-se com o facto de a artilharia não ter sido contemplada. Este facto reflecte, em primeiro lugar, a consolidação da autonomia desta *Nuova Scientia* no plano teórico, como se pode comprovar pelo quase desaparecimento de textos desenvolvendo tanto a milícia como a artilharia (**gráfico 4**).

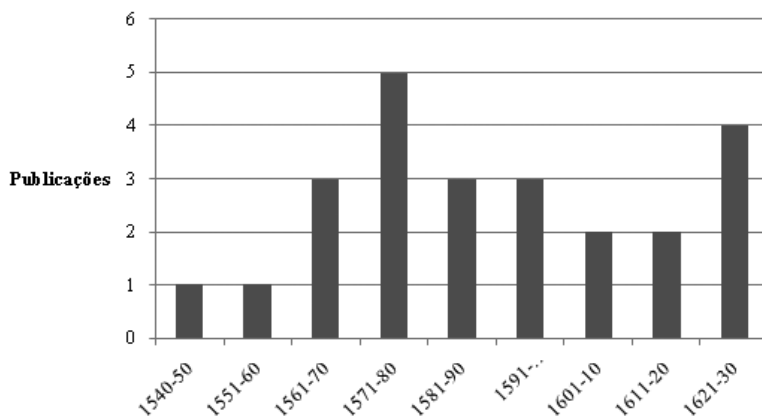


Gráfico 4 – O tema da milícia e a artilharia na escrita italiana (1550 e 1625)

Fonte: Gráfico do autor

Sobre a fortificação afirmou que «he taõ necessaria, q̃ sem ella não será possível fazer guerra», e prometia dedicar-lhe atenção substancial nas duas partes a desenvolver. O conhecimento militar foi fragmentado em várias componentes especializadas perfeitamente identificadas, muito em função de uma reflexão teórica im-

¹²⁴ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 128 v.

buída de pesada carga erudita e não só resultado de uma experiência operacional no campo de batalha. As referências aos autores clássicos são esmagadoras, sobretudo quando comparadas com as tímidas citações dos sargentos-mores Londoño e Valdés. O trabalho do português afastou-se assim dos textos espanhóis da época, fossem quer os despretensiosos manuais dos soldados práticos quer as obras com um vincado cunho retórico, como a de Bernardino de Mendoza.

A *Arte Militar* de Luís Mendes de Vasconcelos foi o espelho da guerra do início de Seiscentos — um espectáculo visual, matematicamente projectado e geometricamente construído.

Capítulo II

A IMAGEM DA «PROFISSÃO DAS ARMAS»

A noção de que os soldados faziam parte de um agregado exterior à restante sociedade é algo transversal à história dos conflitos. Os mercenários suíços e os *landsknechts* alemães dos séculos xv e xvi manifestaram-no de maneira particularmente visível. A forma de vestir foi uma das maneiras de marcar a diferença por parte de quem optava por esta forma de vida marginal. A moda das rachas, por exemplo, exacerbava o aspecto de um vestuário degradado, traduzindo o sentimento geral de repulsa por estes homens que viviam de forma quase parasitária, matando e espoliando. Mas teve o seu reverso, e a exacerbação dos trajos bizarros no início da época moderna tornou-se um modelo seguido pela maioria das classes sociais.

André Corvisier sublinhou outra vertente não menos importante no sentimento de marginalidade dos soldados, que foi o aparecimento dos terços. Estas micro-sociedades sobrepuseram-se à própria sociedade como subcultura distinta, com o seu próprio código de comportamento, mas particularmente crucial foi a fractura que resultou no tradicional binómio do soldado e cavaleiro-aristocrata. Esta separação deu origem ao próprio conceito do soldado profissional, ainda que numa forma embrionária relativamente àquilo que hoje distingue um *militar* de um *civil*. A apreensão do conhecimento militar foi também algo que se foi definindo ao longo de Quinhentos, imprescindível para quem decidisse seguir a «profissão das armas», como a tratadística militar o comprova. Encontrar uma forma de pagamento regular aos soldados — ainda que no plano teórico, pois, como sabemos, a falta de pagamento era endémica — encontra-se entre o somatório de características que culminam na definição de

«profissionalismo militar» de acordo com as premissas enunciadas D. Trim, como seja o pagamento de um salário regular e a existência de uma estrutura hierárquica. Ainda que esta noção de salário se pudesse identificar com o pagamento do legionário romano, mas também por isso mesmo podemos considerá-lo numa acepção moderna.

Por fim, há que referir a estrutura hierárquica. Certamente que no universo quinhentista não é possível falar de uma hierarquia militar rígida ou definitiva nem de um processo linear de progressão numa carreira militar. Porém, sem dúvida que esta problemática ocupou muitos dos tratadistas da época, e de uma forma cada vez mais marcada conforme nos aproximamos do final do século. Isidoro de Almeida foi um dos autores que, no terceiro quartel do século XVI, se ocupou deste assunto de uma forma perfeitamente autonomizada. O autor anónimo do manuscrito *De Re Militari* prosseguiu esta abordagem inovadora, que Lelio Brancaccio depois consolidou no seu tratado dedicado exclusivamente ao tema. Mas por muito indefinida que fosse a noção de hierarquia, o progressivo estabelecimento de uma estrutura que regulamentasse a obediência dos soldados afastou decisivamente os homens da guerra dos restantes corpos sociais. A problemática que envolve os cargos militares aparece, contudo, como um assunto directamente relacionado com a implementação de um sistema de recrutamento, pela sua relação directa com a disponibilização dos elevados efectivos necessários para campanhas militares cada vez mais exigentes. Ao mesmo tempo, as primeiras tentativas de criação de uma hierarquia militar foram parte da consolidação do Estado moderno, nomeadamente no que respeita ao desvincular da extracção nobiliática dos oficiais. Evidentemente que não pretendemos desenvolver o tema nesta perspectiva, mas sim as características normativas desta estrutura e os reflexos que tiveram na imagem da guerra.

1. O vestuário e a armaria

No universo quinhentista da teoria da guerra e respectivo planeamento, os métodos de representação desempenharam um papel fundamental na compreensão de uma *ars* que se tornava cada vez mais complexa. A transversalidade dos conceitos «estéticos» entre a arte e a guerra transparece em inúmeras situações, e também o soldado, como componente táctica mais ínfima, foi objecto de um tratamento gráfico, ou melhor, de uma abordagem estética. Uma característica generalizada a todos os países da Europa foi o amalgamar das sucessivas modas do vestuário com a forma das armas defensivas. No século XII, os trajes longos descidos até aos pés tiveram uma contrapartida militar nas compridas «lorigas» constituídas por anéis metálicos, designadas por «cotas» de malha. No século XIV

evidenciou-se o tronco subindo a cintura das vestes (**figura 241**) e em meados do século xv o calçado exageradamente longo e pontiagudo fez moda pela Europa (**figura 242**).

O início do século xvi foi fértil em bizarras formais. Invenções imaginativas mas pouco exequíveis saíram da pena de Francesco di Giorgio Martini e Leonardo da Vinci, e as experiências arquitectónicas, sobretudo os exemplares de transição na arquitectura militar, foram surgindo sobretudo a partir de meados do século xv. O desenho do vestuário não fugiu a esta verdadeira euforia formal, e transitou para o universo aparentemente mais conservador da armaria. Alguns aspectos específicos da extravagância da forma de vestir reflectiram-se na forma e decoração das armaduras: as rachas (que no vestuário deixavam ver o forro), ou as mangas tufadas, por exemplo, foram reproduzidas em várias peças de armaria do início de Quinhentos (**figuras 239 e 242**).

Na segunda metade do século continuava a existir a uma analogia entre os vestuários militar e civil: «as armas pa[ra] [serem] bem feitas, hã de seguir a ordem dos vestidos, & os vestidos ha das armas»¹²⁵. Nos anos 70 Isidoro de Almeida referia que verde e negro eram «desprezadas dos práticos & veteranos»; os soldados deviam vestir-se «de panos alegres & de cor, como carmesi, branco, azul, amarello, pardo, roxo, alionado, & as vezes mesturando estas cores»¹²⁶.

A impressão do primeiro tratado conhecido sobre alfaiataria, em 1589, tipificou muitas das peças de indumentária corrente (**figura 243**), estabelecendo aquilo que se entendia ser um vestuário socialmente aceitável. Foi talvez nesta altura que as duas realidades começam a divergir. No tratado de Martín de Eguiluz encontramos a mesma apologética à utilização de cores vivas na indumentária militar, quase parafraseando Isidoro de Almeida — «el soldado ha de andar vestido de colores»¹²⁷. Segundo Eguiluz, para o duque de Alba «eran bien vistas los colores», e ele próprio se vestia desta forma «para ser conocido»¹²⁸. Contudo, refere que os «ciudadanos, y boticarios» e «ministros superiores» deviam usar vestuário «todo negro»¹²⁹, e assim vemos D. João III retratado de negro (**figura 244**), tal como muitos outros funcionários e membros do círculo de poder de finais do século xvi (**figura 245**).

¹²⁵ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 136.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 135.

¹²⁷ Martín de Eguiluz, *op. cit.*, p. 121.

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ *Ibid.*, pp. 120-121.

Em 1598, Bartolomé Scarion de Pavia resumiu a paleta a 4 cores, azul, branco, negro e vermelho. O azul significava «vigilancia, preser-verancia, buen juyzio, entendimiento, y advertimiento»; um capitão que usasse o vermelho, ou «colorado», seria «sanguinio, cruelíssimo, y vengativo cõtra sus enemigos»; o preto era sinal de firmeza, honra, rectidão e honestidade, o branco «da a entender que el Capitan deve mostrar a sus soldados una puridade y general amor, y passar por el con modéstia las cosas que poco».⁶²

Evidentemente que não podemos extrair destas indicações a existência de qualquer tipo de *uniformização* do vestuário militar. Curiosamente, a cor predilecta de D. Sebastião era o verde, que tal como o negro foi entendida por Isidoro de Almeida como pouco recomendável para o campo de batalha. Tanto mais estranho é este facto quanto os dois foram contemporâneos. Mas ficamos com a indicação daquilo que era considerado uma correcta forma de vestir e, sobretudo, a distinção dos dois vestuários, civil e militar: «Bueno sería que cada uno tomase lo que es suyo. Los Ciudadanos, y Cortesanos lo negro, que les sienta bien. Los Soldados las colores, que les están mejor», como afirmou Eguiluz. Embora este afastamento dos soldados em relação à vida dita «civil» seja ambíguo, facto a que não é estranha a tentativa de generalização do recrutamento a toda a população. A progressiva contenção tanto no corte da roupa como nas cores utilizadas foi transversal. A prossecução desta rigidez em Portugal está presente nas directivas sebásticas contra o luxo, veiculadas através de músicas como o vilancete *Não tragais borzequins pretos*, tal como na Espanha de final do século se limitava drasticamente o emprego da cor no vestuário (**figura 246**).

A generalização das formas da armaria ocorreu em todo o Ocidente cristão, e desde o fim de Quatrocentos que se distinguiram duas tendências principais, a alemã e a italiana. Esta última teve como expoente a família Negrolí de Milão. As armaduras de Filippo (anos 30-50) foram particularmente inovadoras na reinterpretação dos temas decorativos da Antiguidade, designadas por *all'antiqua*, que tiveram grande procura na Europa. É, aliás, o único armeiro citado por Vasari na sua história dos *pittori, scultori e architettori*. A ligação da monarquia espanhola à Alemanha favoreceu os armeiros da cidade de Habsburgo, como o reputado Desiderius Colman Helmschmid (1513-1579), e uma das suas armaduras mais interessantes tem sido atribuída a D. Sebastião. Porém, Filipe II parece ter favorecido encomendas de Itália, pelo menos no que diz respeito às peças de ostentação. No inventário dos Habsburgos encontram-se vários exemplares de produção milanesa, tanto adquiridos por encomenda

⁶² Bartolomé Scarion de Pavia, pp. 74 v-75.



Figura 239 – O vestuário e a armaria, séculos xiv-xv (I)

Fonte: Museu de Alberto Sampaio (foto Carlos Monteiro, DGPC/ADF) «Loudel» de D. João I.



Figura 240 – O vestuário e a armaria, séculos XIV-XVI (II)

Fonte: D. Afonso V, autor desconhecido, M.N.A.A. (foto Arnaldo Soares, DGPC/ADF)

Calçado pontiagudo do século XV.



Figura 241 – O vestuário e a armaria no virar do século XVI (I)
Fonte: Afonso de Albuquerque (?), M.N.A.A. (foto José Pessoa, DGPC/ADF)
A moda no vestuário: as mangas tufadas.



Figura 242 – O vestuário e da armaria no virar do século XVI (II)
Fonte: Armadura de von Roggendorf, KHM-Museumsverband, Viena
Armadura com mangas «tufadas», trabalho de Colman Helmschmid (1525).

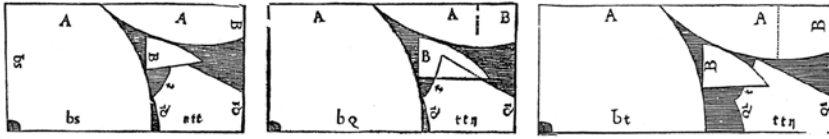


Figura 243: A contenção do vestuário no virar do século XVI (I)

Fonte: Juan de Alcega (1589)

A capa quinhentista na época filipina, molde de alfaiate.



Figura 244: A contenção do vestuário no virar do século XVI (II)

Fonte: MNAA (foto José Pessoa, DGPC/ADF)

D. João III, autor anónimo, (mead. séc. XVI).



Figura 245: A contenção do vestuário no virar do século XVI (III)

Fonte: ANIT

Retrato anónimo de Diogo do Couto (ini. séc. XVII).



Figura 246: A contenção do vestuário no virar do século XVI (IV)

Fonte: Coleção Berardo

Anónimo, *O Chafariz del Rei em dia de festa* (2ª metade do séc. XVI),





Figura 247 – Armaduras de aparato em Portugal (I)

Fonte: Quadro de Cristóvão de Morais (1572), MNAA (foto José Pessoa, DGPC/ADF)
Armadura milanesa de D. Sebastião.



Figura 248 – Armaduras de aparato em Portugal (II)

Fonte: Coleção Daehnhardt

Cossolete milanês (1561?) atribuído a D. Sebastião (v. figura 249).



Figura 249 – Armaduras de aparato em Portugal (III)

Fontes: Royal Armouries e BMPDVV

Cossolete, Norte de Itália com motivos decorativos em forma de voluta (peça idêntica à armadura fúnebre do 7º duque de Braçança D. Teodósio II) e pormenor decorativo com volutas no fresco da tomadfa de Azamor.



Figura 250 – Armaduras de aparato em Portugal (IV)

Fonte: Anónimo, *Retrato de D. Álvaro de Castro*, Casal do Falcão (Carnide), herdeiros de António Trigoso da Cunha (foto do autor)

D. Álvaro de Castro envergando meia armadura.



Figura 251 – Armaduras de aparato em Portugal (V)

Fonte: Anónimo, *Retrato de D. Aires de Saldanha* (primeiro quartel séc. xvii), MNT (foto Arnaldo Soares, DGPC/ADF)

D. Aires de Saldanha envergando meia armadura.



Figura 252 – Armaduras de aparato em Portugal (VI)

Fonte: Galeria dos vice-reis, Archaeological Museum, Goa (©Archeological Survey of India)

Os vice-reis Francisco da Gama, Aires de Saldanha e André Furtado de Mendonça.

A guerra «en que milita nuestra nación española»

como através de ofertas. Mesmo Carlos V foi retratado envergando armaduras de estilo milanês, algumas delas identificadas com os famosos armeiros Negroli. Para além das peças que sabemos terem pertencido a D. Sebastião, como é o caso da armadura no quadro de Cristóvão de Morais, podemos encontrar outros exemplares de armaria de aparato (**figuras 247-252**). Pelos registos da família Negroli, sabe-se que um certo Gonçalo Gomes possuía em 1551 uma armadura executada por Filippo.

Durante os anos 60 e 70 estabeleceram-se em Portugal, sobretudo em Lisboa, cerca de uma dezena de artífices (**tabela 28**).

<i>Nome</i>	<i>Residência</i>	<i>Actividade</i>	<i>Período</i>
Ciprião Gonçalves	Chaves, Moncorvo	Armeiro	1548-1575
Jorge Rodrigues	Lisboa	Artilheiro e fundidor	1560
Gonçalo Afonso	Porto	Armeiro de armas brancas	1572
Pero Fernandes	Ponte de Lima	Lanceiro e espingardeiro	1573
Diogo Nunes	Santarém	Armeiro	1576
Martim de Ruisol	Lisboa	Armeiro	?-1563
Gonçalo Nunes Vieira	Lisboa	Armeiro	1566?
Pero Jorge	Lisboa	Fundidor de artilharia	1568
João de Anguria	Lisboa	Lanceiro	15??-1578
Bernardim Fernandes	Lisboa	Armeiro de couraças	1534-1570
António Fernandes	Lisboa	Armeiro	1570
Francisco Álvares ⁴	Lisboa	Fundidor de artilharia	1570
António Álvares ⁵	Lisboa?	Fundidor de artilharia	1571
Baltasar de Manhorca	Lisboa	Armeiro ⁶	1575

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

<i>Nome</i>	<i>Residência</i>	<i>Actividade</i>	<i>Período</i>
Gonçalo Fernandes	Lisboa	Armeiro	1548-1576
Cosme Dias	Lisboa	Fundidor de artilharia	1576
Braz Fernandes ⁷	Lisboa	Armeiro	1576
João? Sansão	Lisboa	Mestre de espingardas	1576
Manuel Álvares	Lisboa	Fundidor de artilharia	1577-1616
Hipólito Rodrigues	Lisboa	Fundidor de bronzes	1577-1597
Clemente Álvares ⁸	Lisboa	Fundidor de artilharia	1581
Miguel Rodrigues	Lisboa	Fundidor de artilharia	1586
Cristóvão de Manhorca	Lisboa	Armeiro	1587
Baltasar Gomes	Lisboa	Fundidor de artilharia	1588
Francisco Dias	Índia	Fundidor de artilharia	?-1589
António Machado ⁹	Lisboa	Marcador de artilharia	1591-1592
Diogo Gentil	Lisboa	Marcador de artilharia?	1592-?
Daniel da Rosa	Lisboa	Condestável bombardeiros	1593-1617
Jerónimo Dinis	Lisboa	Frasqueiro (de arcabuz)	1596
João Lopes ¹⁰	Tavira	Cravador de couraças	1570
Heitor Fernandes	Faro, Tavira	Armeiro	1570
Francisco Dias	Índia	Fundidor de artilharia	1589
Pero Dias Bocarro ¹¹	Índia	Fundidor de artilharia	1590-1596
Pero Jorge Figueira ¹²	Lisboa	Fundidor de artilharia	1597

A guerra «en que milita nuestra nación española»

<i>Nome</i>	<i>Residência</i>	<i>Actividade</i>	<i>Período</i>
Domingos de Novais	Lagos	Espingardeiro	1595
Francisco Anes	Funchal	Armeiro	1596
Biscainhos			
João Garcia de Lianes	Lisboa	Lanceiro	1564?
Gregório de Garcita	Lisboa	Lanceiro	1565
João de Orquieva	Lisboa	Lanceiro	1565
João Martinez de Marcuida	Lisboa	Lanceiro	1565
Nicolau de Iracaval	Évora	Lanceiro	1566
Baltasar Munhoz ¹³	Lisboa	Armeiro	1570
Martim Peres	Lisboa	Armeiro, couraceiro	1565-1573
Mestre Lucas	Lisboa	Espadeiro	1574
Jacques Simão	Lisboa	Espingardeiro	1575
Flamengos			
Henrique de Bruxelas	Funchal	Espingardeiro	1572
João Areja	Funchal	Espingardeiro	1575
Lamberto Henriques ¹⁴	Lisboa	Espingardeiro	1558-1591
Maria de Holanda	Tânger	Armeiro, malheiro	1597
Jacome Rarper ¹⁵	Lisboa	Condestável de bombardeiros	1592-1593

Tabela 28 – Artesãos de armas em Portugal (c. 1560-1600)

Fonte: Tabela do autor

Eram na maioria biscainhos, como Francisco Danzillo, que participou na tomada de Azamor em 1513, mas alguns flamengos também se fixaram. As oficinas no Norte da Europa ofereciam armamento a preços competitivos em comparação com os armeiros da Itália ou do Sul da Alemanha, como Nuremberga ou Innsbruck, e de qualidade reconhecida. De facto, das 12 peças de artilharia encomendadas na Flandres para levar na expedição de 1578, metade devia permanecer em Portugal para servir de modelo aos oficiais portugueses. Também se encontram diversas referências às vantagens do armamento alemão, nomeadamente na concepção — hoje diríamos o *design* — das armas de fogo. Sancho de Londoño dizia que devia ser direita «como la traen los Italianos, o Alemanes, no tan curvada como la usan los Españoles», para «assentar» melhor quando o soldado fazia pontaria.

Contudo, a principal vantagem seria efectivamente o preço, que competia muito favoravelmente com os restantes fornecedores e fabricantes. Afluíram aos Países Baixos vários artífices que antes haviam trabalhado para as cortes da Borgonha e da própria Espanha. A guerra na Flandres foi um estímulo à fabricação de grandes quantidades, servindo como um escoadouro para uma crescente produção armeira. Este equipamento, dito «de munição», havia de ser necessariamente de qualidade inferior, dadas as quantidades envolvidas. Um facto foi responsável por este «aligeiramento» qualitativo: o aço utilizado não era temperado.

Assim, embora com uma resistência muito inferior⁶³, a vantagem no preço de aquisição era um atractivo para os príncipes armarem os seus soldados, reservando para si exemplares de fabricação mais cuidada. A necessidade de obter rapidamente armamento moderno para a segunda expedição a Marrocos, levaram a que o rei português se virasse para o mercado armeiro dos Países Baixos, muito mais atractivo do ponto de vista do custo, e seguindo uma tendência que já vinha de época anterior. Importaram-se 7.000 armas de fogo «de huma mesma munição, e pelouro»⁶⁴; portanto, a principal razão para a aquisição teve que ver com a uniformização de calibres. A artilharia foi reforçada com «seis peças de artilharia de Campo com seus reparios» e «oitenta rodas e reparios fortes, e ferradas ao uso de Alemanha». Foram também contratados «dous fundidores de artilharia Catholicos, e destros em seu officio, que à conta de merces, e ventagens, quisessem vir morar em Lisboa; ses-

⁶³ Temperar o aço, isto é, forçar o arrefecimento abrupto do metal, confere-lhe uma maior resistência. O aço tem uma dureza de cerca de 180-260 VPH («Vickers Pyramid Hardness Scale», unidade para aferir a dureza do metal — kg/mm²), mas quando temperado pode aumentar até cerca de 800 VHP.

⁶⁴ José Pereira Baião, *op. cit.*, p. 430.

senta bombardeiros de campanha; que pudessem cá servir de Condestáveis», e ainda «quatro artelheiros de Campo»⁶⁵.

2. A «gente de cavalo»

Luis de Oxeda, que participou na expedição de 1578, decreveu a cavalaria pesada como «encobertados de coraçãs a la antigua usança portuguesa» (**figura 255**). Porém, o depoimento de um português veterano da batalha contraria o capitão espanhol, referindo a «gente de meio, cavaleiros de uma lança, que é a melhor sorte do povo português»⁶⁶. Talvez estes derivassem dos vilãos, gente que servia a cavalo sem criados, efectivamente de «uma lança» apenas. Numa relação dos preparativos de 1578, também encontramos descrito o equipamento dos cavalos «acobertados», a saber, a respectiva protecção destinada à montada: «Levaõ m.tos homeõs fidalgos huõ cavallo acobertado, de cubertas danta muito fortes e louçãs pintadas nellas suas armas, de tintas finíssimas, ouve cobertas dessas que passarão de mil cruzados»⁶⁷. Fosse uma particularidade portuguesa, fosse uma importação oriunda «das partes de Itália e doutras, onde a guerra florescia», o facto é que a designação de «acobertados» serviu para descrever o cavaleiro envergando armadura completa e montado num cavalo protegido com uma «coberta de anta» (**figuras 253-260**).



Figura 253 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraçãs» (I)

Fontes: Porm gravura na *Mincellanea* (1620) de Miguel Leitão de Andrada e *Estátua equestre de D. Sancho II*, Pedro Vaz Pereira (c. 1622), Elvas

Cavaleiros portugueses com armadura completa (fín. séc. xvi/prim. quartel séc. xvii).

⁶⁵ Anónimo, *Relação da Jornada delRei dom Sebastião, e do Apparato da Armada, e Gente que por seu Mandado se fez pera Passar à Africa, no Ano de 1578*, BNA, códice 51-II-18, p. 32 v.

⁶⁶ Anónimo, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, op. cit., p. 123.

⁶⁷ Anónimo, *Relação da Jornada delRei dom Sebastião, e do Apparato da Armada...*, op. cit., p. 32 v.

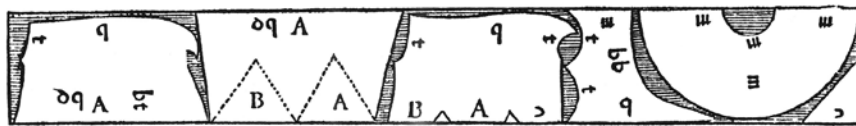


Figura 254 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraças» (I)

Fonte: Juan de Alcega (1589)

Molde para «coberta» de cavalo em seda.

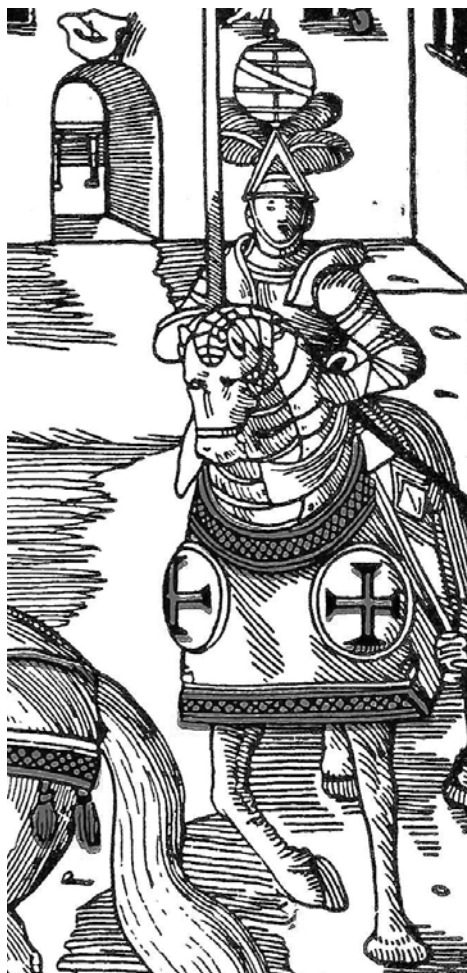


Figura 255 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraças» (II)

Fontes: F. Álvares, *Verdadeira informação das Terras do Preste João das Índias* (frontispício, c. 1540) e Cesare Vecellio (1590)

«Acobertado» português (c. 1540) e cavalo pesado Veneziano (c.1590).



Figura 256 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraças» (III)

Fonte: Porm. tapeçaria da série de D. João de Castro, *Regresso a Diu* (c. 1555-1560), KHM-Museumsverband, Viena.

Cavaleiros com armadura completa e montadas protegidas com «cobertas».



Figura 257 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraças» (IV)

Fonte: André Peres, *Fresco da Conquista de Azamor* (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB) Cavaleiros com armadura completa (segunda metade do séc. xvi)



Figura 258 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraças» (V)

Fonte: Porm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB) Cavaleiros com elmos fechados (fin. séc. xvi).



Figura 259 – A cavalaria pesada: os «Acobertados» ou «Couraças» (VI)

Fonte: Porm. *Retábulo de S. Bernardo*, Simão de Abreu (1580-1590), Rotunda do Convento de Cristo, Tomar Cavaleiros com armadura completa (segunda metade do séc. xvi).



Figura 260 – A cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (VII)

Fontes: Porm. Diogo de Contreiras (c.1550-60), igreja de S. Pedro, Torres Novas e André Peres, *Fresco da Conquista de Azamor* (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB).

Cavaleiros com armadura completa (fin. séc. XVI).

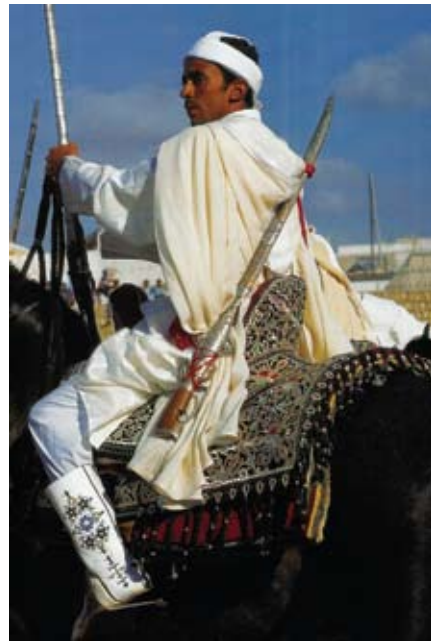


Figura 261 – A cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (I)

Fontes: Porm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres, (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB) e Cécile Tréal/Jean-Michel Ruiz., ACR edition
A posição de montar «à gineta», com as pernas flectidas.



Figura 262 – A cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (II)

Fonte: André Peres, *Fresco da Conquista de Azamor* (c. 1601), MCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)

«Ginetes» e cavaleiros «da estradiota» armados com lança e dardo.



Figura 263 – A cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (II)

Fonte: Porm. tapeçaria indo-portuguesa (séc. XVI- XVII), MNAA (foto José Pessoa, DGPC/ADF)

A cavalaria «da estradiota»: atiradores montados.



Figura 264 – A cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (IV)

Fonte: Pormenor do *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB).

«Ginetes» portugueses protegidos com «adarga».



Figura 265 – A cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (V)

Fontes: Pormenor, retábulo de Jorge Afonso, *Retábulo* (1510-1515), rotunda do Convento de Cristo, Tomar.

A «adarga» escudo de origem mourisca.

Outra particularidade ibérica seriam os já mencionados ginetes, cuja forma de montar era diferente dos cavaleiros «à estradiota», que cavalgavam à maneira da cavalaria feudal europeia, com as pernas esticadas. O ginete era um herdeiro da tradição árabe na Península Ibérica, e equipava-se «à ligeira», com escudo mas sem armadura, cavalgando com as pernas flectidas. Um criado de D. António, veterano da batalha, refere a raiz nacional destes cavalos ligeiros, afirmando que «a cavalaria portuguesa que sempre foi de ginetes»⁶⁸ (figuras 261-262).

No reino vizinho, usavam-se os ginetes de origem mourisca para além dos pesados «corças», cuja importância fica atestada pelo facto de constituírem a guarda pessoal dos Reis Católicos. Em Portugal também faziam parte da «guarda da câmara» referida nas ordenanças manuelinas, servindo juntamente com homens-de-armas equipados à maneira dos «acobertados». Posto isto, poderíamos deduzir que as especificidades referidas teriam lugar no sentido de uma diferença — diríamos funcional — entre cavaleiros ibéricos e italianos. Estes últimos eram a cavalaria da estradiota (figuras 262 e 266), introduzida durante o reinado de D. Sebastião. De facto, segundo o mesmo cronista, a cavalaria que o rei levou a Marrocos «era toda de estradiotes» — as tais «invenções de gentes estranhas», também referidas como os «usos e estilos estrangeiros»⁶⁹. Esta é uma confirmação da influência europeia por via directa, concretamente de Itália.

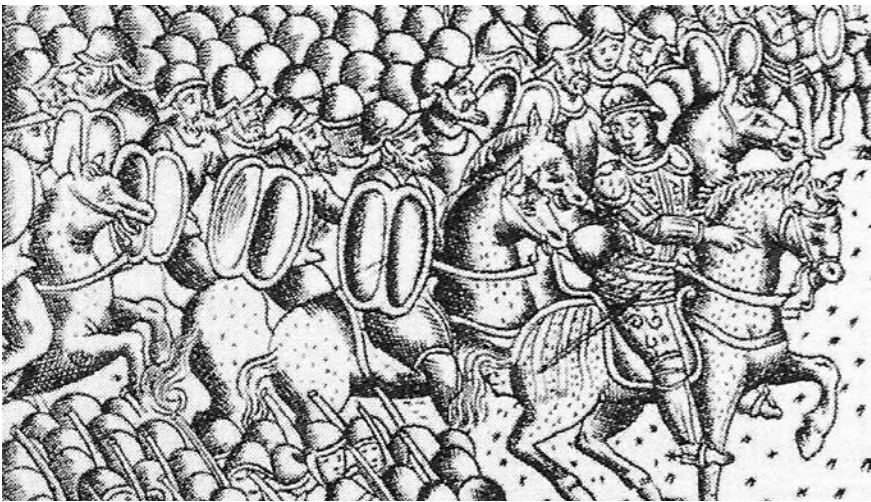


Figura 266 – cavalaria ligeira: os «ginetes» e a «estradiota» (VI)

Fonte: Porm. gravura na *Miscellanea* de Miguel Leitão de Andrada (1620).

A cavalaria «da estradiota», lanceiros protegidos com «adargas».

⁶⁸ Anónimo, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, op. cit., p. 124.

⁶⁹ *Ibid.*

3. A «gente de pé»

A imagem que Isidoro de Almeida nos deixou do soldado de meados do século, vestido de cores alegres, encontra-se ainda ligada aos soldados suíços, cujo bizarro corte da roupa e extravagância de cores destacou o indivíduo em relação à envolvente física — «ser vistosa no campo» — e no plano militar e social (**figura 267**).



Figura 267 – Soldados alemães do início do século XVI

Fonte: Gravura de Daniel Hopper (c. 1520)

Os soldados dividiam-se em duas categorias — os piqueiros e os arcabuzeiros (**figura 268**) —, e o seu equipamento variava, naturalmente, em função da arma que utilizavam.



Figura 268 – Soldados arcabuzeiros portugueses

Fonte: Diogo Álvares Correia, tradução do *Libro de Vallo* (c. 1576), códice 2107, BNP. Os arcabuzeiros encontram-se na frente e lados dos piqueiros, desdobram-se em 3 fileiras.



Figura 269 – Arcabuzeiros portugueses (I)

Fonte: Porm. tapeçaria da série de D. João de Castro, *Cortejo Triunfal* (c. 1555-1560), KHM-Museumsverband, Viena

Arcabuzeiros sem armas defensivas, polvorinho pendurado ao pescoço.



Figura 270 – Arcabuzeiros portugueses (II)

Fonte: Porm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)

Arcabuzeiros com «coura» e «borgonhesa», polvorinho «na ilharga».



Figura 271 – Pikeiros portugueses (I)

Fonte: Porm. Fresco da *Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)

Arcabuzeiros com «borgonhesas».



Figura 272 – Pikeiros portugueses (II)

Fonte: Porm. tapeçaria da série de D. João de Castro, *Cortejo Triunfal* (c. 1555-1560), Kunsthistorisches Museum, Viena

Piqueiros equipados com meia-armadura: «celada, cossolete, espaldar, braços escarcelas».



Figura 273 – Armaduras (I)

Fonte: Porm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)
Soldados piqueiros.



Figura 274 – Armaduras (II)

Fonte: Porm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)
Piqueiros com meia-armadura



Figura 275 – Armaduras (I)

Fonte: MML, propriedade do exército (foto do autor)
Morrião «de crista», capacete «de pêra» e borgonhesa



Figura 276 – Armaduras (II)

Fonte: Museu de Tânger
Cossolete com escarcelas (Portugal?,
mead. séc. XVI).



Figura 277 – Armaduras (III)

Fonte: Porm. tapeçaria da série de D. João de Castro, *Cortejo Triunfal* (c. 1555-1560), Kunsthistorisches Museum, Viena e orm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MCB (foto J. Real Andrade, AFMCB) Armaduras ligeiradas: as «couras»



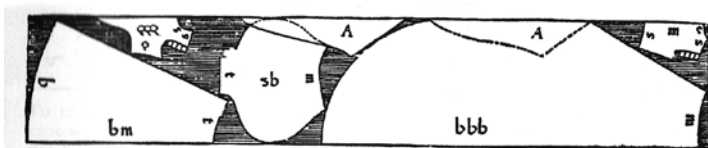


Figura 278 – Armaduras (IV)

Fonte: Fonte: Juan de Alcega (1589)

Armaduras aligeiradas: Molde para o corte de uma «coura».



Figura 280 – Armaduras (V)

Fonte: Óleo anónimo (c.1560) Staatliche Museun, Berlim

«Coura» com ½ mangas malha, Alemanha (mead. séc. xvi), idêntica à usada por D. Teodósio em Alcácer Quibir



Figura 281 – Aproximação ao «uniforme» (I)

Fonte: Anónimo, *Jovem cavaleiro*, MNAA (foto Luís Pavão, DGPC/ADF)
Oficial português com a «banda» (segunda metade séc. xvi).



Figura 282 – Aproximação ao «uniforme» (II)

Fonte: Porm. Fresco da *Conquista de Azamor*, A. Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)
Vestuário da guarda do duque de Bragança.

Figura 283 – Os cargos militares (I)

Fonte: Porm. Fresco da *Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)

O alferes (abandeirado).



Figura 284 – As bandeiras (I)

Fonte: Diogo Álvares Correia (c. 1576),
Bandeira num esquadrão

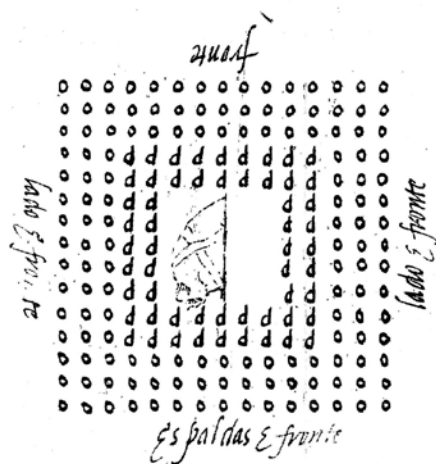


Figura 285 – As bandeiras (II)

Fonte: Aert Anthonisz (c. 1608), Rijksmuseum, Amsterdão
«Também se trazem negras»⁷⁰.

⁷⁰ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 161.



Figura 286 – As bandeiras (III)

Fonte: Porm. tapeçarias da série de D. João de Castro, *Incêndio no castelo de Pondá* (c. 1555-1560), KHM-Museumsverband, Viena



Figura 287 – «Rodelas» e escudos (I)

Fontes: Coleção Daehnhardt; MML (propriedade do exército)
«Rodela» atribuída a D. Sebastião (Itália, c.1561), frente e forro

Figura 288 – «Rodelas» e escudos (II)

Fontes: MML (propriedade do exército)
Escudo de cerimónia maneirista, decoração em relevo (séc. XVI).



Figura 289 – «Rodelas» e escudos (III)

Fonte: Porm. tapeçarias da série de D. João de Castro, *Incêndio no castelo de Pondá* (c. 1555-1560), KHM-Museumsverband, Viena
Oficial e criado «mouro» transportando o escudo



Figura 290 – Os cargos militares (I)

Fontes: Simão Rodrigues e Domingues Vieira Simão (16'8-10), Museu Machado Nacional de Machado de Castro (foto José Pessoa, DGPC/ADF)
Oficial com meia armadura e «rodela»



Figura 291 – Os cargos militares (II)

Fonte: Porm. Fresco da Conquista de Azamor, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB) Oficiais da companhia



Figura 292 – Os cargos militares (III)

Fonte: Porm. N^a S^a Conceição e S. Simão Stock, Pedro Nunes (c.1620), Ig- Carmo, Évora
Oficial

Figura 293 – Os cargos militares (IV)

Fonte: Porm. códice Cadaval 31, ANTT, Jerónimo Corte-Real (1574)



Figura 294 – Os cargos militares (V)

Fonte: Porm. *Fresco da Conquista de Azamor*, André Peres (c. 1601), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)

Oficial superior com bastão de comando



Figura 295 – Os cargos militares (VI)

Fonte: Coleção particular, Espanha

«A cabeça do exército»: D. Sebastião com bastão de comando.



Figura 296 – Filipe II vestido «de brocado, à portuguesa»

Fonte: Alonzo de Sanchez Coelho (c.1581), Museo Nacional de San Carlos, Ciudad de México (reprodução autorizada pelo Instituto Nacional de Bellas Artes y Literatura do México, 2015)



Figura 297 – O arquiduque Alberto «vestido de gala à espanhola»

Fonte: Rubens, Descalzas Reales, Madrid (©Patrimonio Nacional de España, DCR)
[...] Sobre o colete de anta peito espaldar, deitado à ilharga um largo, e outro alfange com as guarnições de ouro maciço, pendurado por uma liga de tafetá cor de ouro, no braço direito outra liga verde, insígnia de esperança, a qual, movida pelo vento, parecia uma formosa asa, na cabeça replandescente morrião ornado de vistosas plumas, embraçado um escudo de fino aço, com outra espada carga que tomara ao pagem, casaca e calções de brocado, meias e ligas amarelas e sapatos brancos [...].⁷¹

⁷¹ Manuel de Abreu Mousinho, *Breve Discurso em que se Conta a Conquista do Reino do Pegu na Índia Oriental*, introdução e notas de Maria Paula Caetano, Mem Martins, Europa-América, 1990, p. 92.

Os atiradores não deveriam possuir qualquer peça defensiva que lhes comprometesse a mobilidade no campo de batalha. No caso de a arma ser o arcabuz, mais ligeiro, os soldados podiam trazer armas defensivas corporais leves, como as «couras»; um capacete, um morrião ou outro tipo de protecção de cabeça complementava o equipamento defensivo (**figuras 268-271**). O mosquete, mais pesado, inibia qualquer peso suplementar que significasse uma sobrecarga de peso.

Os piqueiros eram os soldados mais considerados, cuja designação genérica de «cossolletes» se devia ao nome da protecção do corpo que usavam, uma couraça de ferro chamada «cossollete» (ou «peito»). Isidoro de Almeida não nos deixou grandes pistas sobre qualquer forma de tipificação do soldado português. Porém, a iconografia disponível representa soldados equipados com couraças de ferro e sem qualquer outro tipo de armadura para além do capacete, como podemos verificar no manuscrito de Diogo Álvares Correia e nos frescos da tomada de Azamor no Palácio Ducal de Vila Viçosa (**figuras 272 e 274**).

A «celada» e o «morrião» eram as designações mais comuns – mas muito genéricas – atribuídas aos capacetes. Podem referir um modelo derivado do chapéu de armas medieval da Espanha quatrocentista, com a calva mais arredondada ou pontiaguda e as abas mais ou menos descaídas. O morrião com crista na calva é o ícone mais divulgado do soldado do século xvi. Um exemplar deste tipo pode considerar-se inequivocamente português, pelo motivo decorativo em relevo com a esfera armilar (**figura 275**). Contudo, a crer na maior parte da iconografia militar que subsiste, este não parece ter sido o tipo de protecção mais comum entre os soldados portugueses de Quinhentos. As borgonhesas são os capacetes que aparecem retratados com mais frequência (**figura 275**) na iconografia portuguesa. Eram talvez derivadas da celada, pois tinham também a face aberta, mas também podiam possuir um visor facial móvel. O «cabacete» (**figura 275**) foi outro tipo de protecção com grande aceitação na segunda metade de Quinhentos. Também designado por capacete de pêra, seria talvez originário de Espanha e tinha grandes semelhanças com a forma de alguns chapéus então em voga. Estas peças tiveram muita procura em finais do século xvi, como provam os numerosos retratos de personagens importantes, subsistindo alguns exemplares cuja posse está atribuída a portugueses, ou podendo ser de fabricação nacional.

Numa das relações anónimas de Alcácer Quibir refere-se que os mercenários alemães contratados traziam «cossolletes inteiros e celadas», o que indica que também tinham os braços protegidos por peças de armadura que eventualmente se estenderiam às próprias

mãos. Os Espanhóis parecem ter preferido equipar os piqueiros com protecção completa. Sancho de Londoño (1568) e Scarion de Pavia (1598) descreveram as mesmas peças da armadura do soldado cosolete: «un cossalete bueno, cumplido de todas piezas, es a saber com sus escarcelas largas (**figura 276**), braçales, manoplas, y moriõ»⁷², equipamento confirmado por Luís Mendes de Vasconcelos em 1612. Esta seria a situação ideal, mas o preço proibitivo das armaduras, o próprio desleixo ou a cupidez dos oficiais eram razões óbvias para que os soldados não conseguissem equipar-se devidamente. Outra razão para o aligeiramento do equipamento foi a própria evolução da guerra, que seguiu no sentido de conferir uma maior mobilidade aos soldados. Nos anos 70 Londoño já o referia: «para muchas expediciones que ocurren, a que los conviene enviar com arcabuceros expeditos, por donde no puede ir caballería, ni llegarían a tiempo coseletes»⁷³.

Os piqueiros desarmados, chamados «picas secas», eram portanto uma realidade inevitável. Acabaram por ser integrados na «ordenança», embora com grandes reticências, pelo menos no plano teórico. Isidoro de Almeida desconsiderou-os em absoluto — «he mais ao parecer, pera guardar as vinhas, que pera se por em esquadram»⁷⁴ — mas aceitou-o como facto decorrente dos muitos desvios ao que entendia ser uma prática militar correcta. Por essa razão, atribuiu-lhes um lugar discreto — passe o eufemismo — na formatura, «no meio do esquadrão», como mero «entulho», numa alusão à experiência prática construtiva que Almeida desenvolveu. Em finais do século, o veterano Scarion de Pavia perfilhava a mesma opinião, ainda que de forma menos agressiva — «devense armar los soldados en manera que los que quieren bien pelear devem ser adequados, y no de la suerte de los que se arman ligeramente»⁷⁵. Já Vasconcelos se mostrou inflexível, talvez devido ao carácter utópico do seu texto, entendendo que os soldados desarmados eram de evitar. As designações dos vários equipamentos defensivos são diversas, e nem sempre coincidentes.

A coura, por exemplo, era uma protecção em couro que já remontava à Idade Média. Nessa época existiam em Portugal as chamadas «fojas» e «solhas», provavelmente equivalentes às couras de lâminas referidas no século XVI (**figuras 277-280**), nomeadamente numa descrição dos preparativos da expedição de 1578, «couras e coletes de anta, couraças de lâminas cobertas de veludo e cetim de

⁷² Bartolomé Scarion de Pavia, *op. cit.*, p. 88.

⁷³ Sancho de Londoño, *op. cit.*, p.34.

⁷⁴ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 171.

⁷⁵ Bartolomé Scarion de Pavia, p. 88.

todas as cores com rachas de ouro e prata)⁷⁶. As «solhas» seriam talvez um tipo de armadura no qual o reforço metálico se aplicaria pelo exterior, dando um aspecto final como as escamas dos peixes; e talvez surgisse daí a analogia do nome. Porém, as definições estão longe de uma uniformidade, pois à época de D. João I descreviam-se as «solhas» com revestimento exterior em seda ou couro pintado.

4. Os «cargos militares»

Como vimos, o enquadramento dos soldados em companhias com efectivo fixo não foi apanágio exclusivo da época moderna. Elas também já possuíam um corpo de oficiais para enquadrar os soldados, como os capitães de companhia ou o alferes-mor ou porta-estandarte. Contudo, quer uns quer outros podiam variar consideravelmente, ainda que em várias ocasiões, como no caso do ducado de Borgonha do século xv, pudessem ser uma quase norma. Todavia, as companhias quinhentistas tiveram um quadro de oficiais que parece estabilizar-se de forma mais ou menos transversal à maioria das nações da Europa, nomeadamente os cargos de capitão, alferes, sargento, cabo de esquadra (ou «de cento»), escrivão e meirinho. E nos países ibéricos, ou influenciados pela monarquia espanhola, esta estrutura — incluindo o comando superior desde o *tercio* ao general do exército — foi também reproduzida com maior ou menor fidelidade.

Em Portugal, os cargos militares de cada companhia estabeleceram-se com a ordenança de 1570, mas a verdade é que não existia em território nacional nada que se comparasse com os efectivos permanentes dos *tercios*. Nem necessidade havia de impor tal peso à população. A guerra fazia-se fora do território peninsular, e para a levar a cabo bastavam umas quantas companhias. Os habitantes dos locais onde os Portugueses se encontravam implantados — os «casados» — lá iam suprindo parte substancial das necessidades militares, ainda que deficientemente. O recurso aos mercenários era uma realidade, em especial nas praças de Marrocos, cronicamente deficitárias de homens válidos para a guerra. E qualquer esforço militar adicional ou tornado necessário em tempos de crise teria de contar obrigatoriamente com os reforços que se enviavam de Lisboa. A introdução de companhias de ordenança a toda a extensão do espaço português, que teve lugar durante a época sebástica — ultramar incluído —, tentou minorar este problema. Porém, se foi conseguido o arrolamento de vários milhares de soldados, faltava aos Portugueses um ingrediente fundamental que abundava em Espanha: um vasto

⁷⁶ *Relação da Jornada delRei dom Sebastião, e do Apparato da Armada, e Gente...*, op. cit., p. 32 v.

número de oficiais experimentados na guerra moderna.

Em Espanha, a progressão na carreira militar, desde o simples soldado até um posto militarmente relevante como capitão de companhia, por exemplo, levava vários anos, quase uma década. René Quatrefages, citando o tratadista Marcos de Isaba, refere três anos para um soldado chegar a cabo, mais um para sargento, outros dois para ocupar o lugar de alferes, e apenas ao fim de outros três anos ocuparia o cargo de capitão, num total de nove anos. Em Portugal, os dados são quase inexistentes para sequer tentar avançar uma estimativa que seja; apenas podemos seguir de forma incompleta uns poucos casos dispersos. Pero Lopes, por exemplo, serviu como capitão de infantaria em Tânger, que possuía uma companhia de ordenança com cerca de 250 soldados. Em 1577 foi escolhido para fazer o levantamento de soldados no Norte de Portugal para a expedição de 1578, e durante a batalha ocupou o cargo de sargento-mor do terço dos *aventureiros*. Em 1596, Luís Álvaro Seco foi comandante de companhia no terço de Francisco de Almeida. Em 1597 escreveu o seu manuscrito *de re militari*, e algum tempo depois seguiu para Angola como mestre-de-campo general, posto elevadíssimo. Na Índia, o vice-rei D. Luís de Ataíde levava consigo Manuel Raposo, um veterano da Flandres. Evidentemente que a postura das guarnições das praças portuguesas teria de ser defensiva, embora a experiência militar na chamada «pequena guerra» de fronteira fosse preciosa, embora limitada para os confrontos que o rei ambicionava.

O vestuário e o equipamento dos oficiais variavam em função dos respectivos cargos militares, ainda que sem a rigidez para os tornar num padrão. Um dos principais adereços era a chamada «banda», uma faixa de tecido de seda colocada transversalmente pelo ombro (**figura 281**). Segundo Isidoro de Almeida, a cor da banda dos espanhóis — «os imperiais» — era vermelha e a dos franceses branca, mas a cor era, na verdade, variável «segundo ao príncipe que servem lhe parece»⁷⁷. A noção de um vestuário uniforme para os soldados não existia, pelo menos de uma forma sistemática e generalizada. Apenas uma pessoa de qualidade, dispendo de largos meios financeiros, podia dar-se ao luxo de vestir os soldados de forma igual. Foi o caso do irmão do duque de Barcelos, que para a expedição de 1578 levou 100 arcabuzeiros «vestidos de sua libré»⁷⁸. Na altura do alarme de 1596, o duque de Aveiro trazia um contingente de cavaleiros «todos com bandas de tafetá azul»⁷⁹, e na mesma ocasião o visconde de Ponte de Lima trazia duas companhias, cada uma

⁷⁷ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 137.

⁷⁸ Anónimo, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, *op. cit.*, p. 92.

⁷⁹ Francisco da Costa Pereira, *op. cit.*, pp. 92-93.

com metade dos soldados vestidos de azul e outra metade de verde (figura 282).

4.1 O Alferes (figura 283, p.406)

O alferes era um dos soldados mais relevantes da companhia, o braço direito do capitão e aquele que trazia a bandeira nas situações da maior responsabilidade, como em parada ou durante o assalto. Importa referir que nos estandartes das companhias portuguesas não se representava o ícone recorrente da cruz de Cristo. De facto, as bandeiras portuguesas tinham duas faixas vermelhas cruzadas na diagonal — as «aspas». Estas não se devem confundir com a cruz de Santo André das companhias castelhanas, formalmente diferente. Quanto à cruz de Cristo, esta era realmente utilizada, embora reservada aos guiões, em particular aqueles utilizados pela cavalaria. Nestes guiões, tal como nas bandeiras das companhias, era comum pintar-se o fundo com as cores heráldicas dos respectivos comandantes, fossem as do do capitão, ou do alferes (figuras 284-286).

As bandeiras deviam ainda trazer «a banda do príncipe que servem». O cronista da jornada de 1573 ao Alentejo e Algarve, João Cascão, descreveu as cores heráldicas escolhidas por D. Sebastião, «bordadas de branco e verde»⁸⁰. Na batalha de Alcácer Quibir, o guião real do esquadrão de cavalos «acobertados» teria estas mesmas cores, o que aliás originou confusão devido à semelhança com o guião de Tânger. A predominância do alferes implicava que este deveria destacar-se dos restantes soldados, embora o peso da bandeira devesse restringir as armas defensivas a «hum fermoso e forte corsolete», nas palavras de Almeida. Martín de Eguiluz (1592), Scarion de Pavia (1598) e Luís Mendes de Vasconcelos (1612) são todos concordantes. Francesco Ferretti (1568) acrescenta o «capelo, o berretta»⁸¹, enquanto que para Isidoro de Almeida devia usar um capacete ornamentado com plumagens.

Segundo Almeida, as armas do alferes eram a espada, a adaga e uma alabarda «ornada de ouro e seda, cõ três frãjoões grossos & fermosos, tambem de seda & ouro no alvado», ou um venábulo «cõ huma borla grãde»⁸², de acordo com Vasconcelos. A espada é um caso particular do armamento no século XVI. Arcabuzes, piques ou alabardas eram destinadas ao campo de batalha. O venábulo e a besta de caça podiam servir na montaria. Mas a espada evoluiu no

⁸⁰ João Cascão, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Lisboa, Horizonte, 1984, p. 79.

⁸¹ Francesco Ferretti, *Della observança militare del capitán Francesco Ferretti*, Veneza, Camillo et Rutilio Borgominieri, 1568, p. 13.

⁸² Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 131 v.

século XVI como um acessório de afirmação social, que a partir talvez do primeiro quartel passou progressivamente a fazer parte integrante do vestuário, num modelo particular vulgarmente conhecido por *rapière*, ou rapieira. Como outros termos e designações antigas, falhos de uniformidade no uso, o seu verdadeiro significado é esquivo. Este modelo de espada foi associado ao Sul da Europa, pela citação no manual de artes marciais de Paulus Hector Mair (depois de 1542), que designa o «*rapir*» como «*ensis hispanicus*». Outra razão apontada é o termo «*espada ropera*», portanto em clara associação com uma utilização *civil*, ainda que em Espanha não se usasse inicialmente este termo, mas simplesmente *espadas*.

Seja como for, parece claro que existiu uma distinção entre a espada de guerra e a rapieira (**figura 298**). As características vulgarmente apontadas são o maior comprimento e menor largura. O comprimento de uma espada de guerra não excedia um metro, a rapieira excedia em cerca de 30 centímetros. Era portanto derivada do «estoque», mas com dois gumes, e de facto Quijada de Reayo (1548) apenas menciona no seu tratado o *estoque* e a *espada de arma*. A configuração específica da espada rapieira foi associada às escolas de esgrima italiana e espanhola, que sublinhavam os golpes desferidos com a ponta da arma. Tão eficazes eram, associadas à sistematização da forma de combater a partir do tratado de Achille Marozzo (1538) e à sua vulgarização como adereço de vestuário, que se procurou limitar o comprimento da lâmina. Em Espanha, as primeiras petições nesse sentido datam das Cortes de Valladolid (1542), e em Portugal, promulgaram-se leis idênticas em 1539, 1540 e 1569.

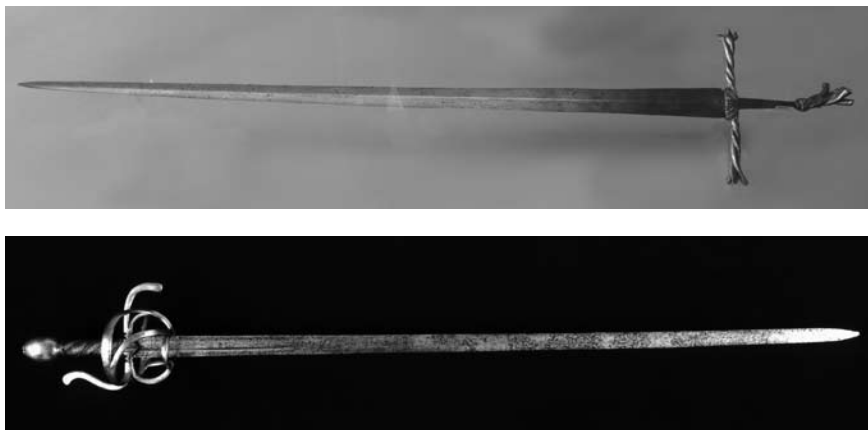


Figura 298 – Armas brancas (I)

Fonte: MML (propriedade do exército, foto do autor), MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB)

Espada de armas (meados do século XVI) e rapieira, Itália (século XVI-XVII).

A alabarda era uma arma que se destinava aos oficiais ou a soldados com funções específicas, como as guarnições das bandeiras (**figura 298**). A lâmina larga e o esporão tornavam esta arma muito eficaz no combate próximo. Na batalha de Alcácer Quibir, foi um oficial chamado João de Mendonça Furtado quem, armado com uma alabarda, terá desferido o primeiro golpe mortal num inimigo durante o primeiro corpo-a-corpo. Apesar de ser uma arma de respeito, a sua utilidade foi sendo posta causa. Almeida já referia que poucas destas armas existiam nas companhias, mas Luís Álvaro Seco excluiu-as da panóplia dos soldados, afirmando a sua preferência pelos piques, talvez na miragem de uma uniformidade no armamento dos soldados das companhias. Esta tentativa de sistematização é perceptível quando Seco atribuiu ao armamento dos oficiais a designação genérica de «ginetas», que resumiu em três tipos: a alabarda, o venábulo e os bastões de comando, dos quais falaremos mais à frente. O aligeiramento do equipamento tornou-se comum entre os soldados de finais de Quinhentos e início de Seiscentos. Por outro lado, a pior qualidade da manufatura e a carga decorativa fragilizavam as armas. O venábulo, que afinal consistia numa lança curta com um ferro largo, respondia cabalmente à menor exigência estética de finais do século (**figura 299**).



Figura 299 – Armas brancas (III)

Fonte: MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB), Museu Victoria and Albert, © Victoria and Albert Museum, London

Alabarda, Alemanha (mead. séc. XVI), Venábulo, sul da Alemanha (c.1580).





Figura 300 – Armas brancas (III)

Fonte: MBCB (foto J. Real Andrade, AFMBCB) e Kunsthistorisches Museum, Viena
Espada de duas mãos, também chamada «montante»

Outra das armas dos oficiais era a espada de duas mãos (**figura 299**). A sua utilização pelos soldados dos terços recua ao tempo do apogeu dos soldados suíços. Antes da vulgarização das armas de fogo, a difícil e arriscada tarefa de abrir uma brecha na massa compacta dos piqueiros estava a cargo dos *doppelsöldner*, cortando os piques com as suas pesadas espadas. As armas de fogo tornaram estes soldados obsoletos, mas esta poderosa arma branca passou para as mãos de alguns oficiais, em especial no Norte da Europa e Alemanha. O coronel dos soldados italianos contratados por D. Sebastião, o marquês de Leinster Thomas Stuckeley, combateu em Alcácer Quibir com um destes «montantes» (**figura 300**). Os Portugueses também usaram estas espadas, como se pode verificar num dos quadros da Galeria dos Vice-Reis em Goa, mas a evidência ico-

nográfica leva-nos a concluir que pela segunda metade do século já teria perdido a sua popularidade. A mobilidade dos soldados, crucial nas ações levadas a cabo nesta época, levava a que a preferência dos oficiais fosse para a espada e a «rodela» ou para as chamadas «armas de haste», como a alabarda.

4.2 O Sargento (figuras 290-91, pp.409-10)

O sargento, fosse de uma companhia ou de um terço, era essencialmente um executor. Era o sargento quem devia colocar os soldados da companhia em ordenança, quer para marchar quer construindo o esquadrão para dar batalha. Para isso devia ser hábil na matemática, como escreveu Francisco de Valdés. O sargento-mor de um terço podia mesmo substituir o próprio coronel, caso este último estivesse impossibilitado de exercer. Foi o que sucedeu em Alcácer Quibir no terço de Diogo Lopes de Sequeira, que foi substituído no comando pelo seu sargento-mor.

Isidoro de Almeida advogava que o sargento devia seguir a pé, e dada a extensão das suas funções deveria usar equipamento defensivo mais aligeirado: «huã couracina, huã Coura Danta⁸³, huãs mangas de malha, ou Coura de malha, & seu morriam leve, com bons plumages»⁸⁴; as mesmas armas defensivas foram descritas por Eguiluz, Scarion de Pavia e Vasconcelos. A arma principal era a alabarda, segundo Vasconcelos «a insígnia do seu cargo»⁸⁵. A coura de anta, como o nome indica, consistia numa proteção ligeira de couro, proporcionando uma alternativa mais confortável — e menos dispendiosa — ao cossolete de ferro. Claro que em termos de proteção não era equivalente ao aço, mas resistia surpreendentemente bem a cutiladas de arma branca. Uma versão reforçada era a chamada «coura de lâminas», uma couraça constituída por várias peças que se cosiam a um suporte em tecido. O filho mais velho do duque de Bragança, D. João, de onze anos de idade, participou na batalha de Alcácer Quibir «vestido em hua coura com huas mangas de malha»⁸⁶. Todavia, Luís Mendes de Vasconcelos notava que em finais do século XVI este tipo de proteção já era pouco usado. As armaduras de ferro caíam em desuso, e as couras começavam a proliferar entre a cavalaria. Os oficiais cujo cargo fosse «de muito trabalho andando de huma parte para outra» optavam por não usar qualquer tipo de arma defensiva.

⁸³ Uma veste em couro que conferia razoável proteção contra os golpes de uma arma branca.

⁸⁴ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, p. 151.

⁸⁵ Luís Mendes de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 130 v.

⁸⁶ *Jornada del-rei dom Sebastião a África/Crónica de dom Henrique*, ed. Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, INCM, 1978, p. 131.

4.3 O Capitão (figuras 290-93, pp.410-11)

O capitão era o principal oficial da companhia. Em Espanha era o cargo mais ambicionado por todos os que entravam ao serviço como voluntários e que maior reputação conferia. Basta ver como os cronistas designavam os oficiais mais reputados, os *capitães*. Gonçalo de Córdova foi *el Gran capitán*, e D. Sebastião procurou contratar «capitães reputados» para levar a África.

Para Isidoro de Almeida, as armas do capitão deveriam ser as mesmas dos soldados, ou seja, o pique com cossolete, ou o arcabuz, se fosse o caso de ser capitão de arcabuzeiros. Luís Álvaro Seco e Scarion de Pavia confirmaram o equipamento com excepção da arma; um pagem devia levar a rodela e um venábulo para o caso do capitão de cossoletes, a alabarda se fossem arcabuzeiros. Para o português a arma preferencial seria o venábulo, mas obedecendo ao seguinte critério — no caso de capitão de atiradores: «no ferro da gínetta hum martelinho cõ huma borla no alvado e logo hum cordão atado no alvado cõ borlas nas duas pontas delle e hum botão»⁸⁷.

A rodela era um escudo redondo de ferro ou aço, e os exemplares mais dispendiosos podiam ter uma decoração tão complexa como as armaduras, e e certos casos o escudo fazia parte da própria garnitura, ostentando os mesmos motivos decorativos (**figura 287**, p.408). Era comum o escudo ser levado por um pagem, como referia Scarion de Pavia, mas os Portugueses por vezes deixavam este serviço a cargo dos criados que os acompanhavam em batalha (**figura 288**, p.408). Estes faziam parte integrante do efectivo militar dos Portugueses nas campanhas no Oriente, compensando a escassez de soldados europeus face ao elevado número de inimigos. E mesmo noutros teatros operacionais se verificava a mesma prática. A descrição da morte do filho do marquês de Santa Cruz durante a batalha da Salga (1581) é um excelente exemplo. Francisco Dias era auxiliado por «hum seu negro», actuando em coordenação no plano táctico, e foi aliás o «escravo» negro que desferiu a estocada mortal a Luis Bazán «pola guargãta», salvando o amo no processo.

Outra forma de levar o escudo era pendurá-lo «às costas», ou nos «seus tiracolos»⁸⁸, preso à ilharga para facilitar uma rápida utilização. Martim Afonso de Melo, contemporâneo de Isidoro de Almeida, indicava que na Índia os Portugueses não dispensavam a rodela, e mesmo sendo piqueiros «pelejem com ella embaraçada no braço

⁸⁷ Luís Álvaro Seco, *op. cit.*, p. 210.

⁸⁸ Martim Afonso de Melo, *op. cit.*, p. 361.

esquerdo»⁸⁹. Durante a campanha dos Açores de 1581 os atiradores da companhia de Angra estavam também equipados com espada e escudo, dos quais se serviriam em caso de combaterem corpo-a-corpo. Esta foi uma das grandes vantagens dos Brasileiros sobre os holandeses durante as guerras da restauração do Maranhão.

4.4 O Coronel

Do ponto de vista tático, o coronel ou mestre-de-campo do terço era o oficial mais credenciado, apenas suplantado pelo sargento-mor ou pelo mestre-de-campo general. Uma particularidade era o facto de que devia andar sempre montado a cavalo, condição indispensável para verificar o andamento da organização da formação e em especial o desempenho do seu esquadrão em batalha. O cronista que acompanhou em Alcácer Quibir o coronel do terço de Lisboa, Vasco da Silveira, descreveu-o a rodear «o esquadrão a galope» numa das fases mais críticas dos combates.

Segundo Almeida, o equipamento do coronel seria como o de capitão de infantaria, salvo a diferença de que devia estar montado, descrição confirmada por Scarion de Pavia. Este acrescentava que deveria ter «un peto fuerte», provavelmente uma peça à prova de bala. O reforço do cossolete podia passar pela adição de uma peça suplementar colocada na frente do cossolete, ou então o reforço do aço era executado aumentando apenas a espessura do peito da couraça. Armaduras deste tipo encontram-se mencionadas esporadicamente em diversas fontes portuguesas. D. Sebastião envergou uma couraça deste tipo em Tânger (1574). Outra menção chegou-nos numa das descrições dos preparativos para a segunda expedição de 1578, «mil peitos de prova de muito preço»⁹⁰ — «de prova» significando que se tratava de peças à prova de bala.

O coronel, como oficial superior da hierarquia do terço, trazia o chamado «bastão de comando». São muitas as representações iconográficas de generais com o bastão de comando. D. Sebastião, por exemplo, foi representado com um bastão de comando numa cópia de um quadro de Cristóvão de Morais, como foram outros generais de nomeada ao longo do século.

4.5 O Sargento-Mor (figura 296, p.413)

O sargento-mor era um dos cargos operacionais mais impor-

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ *Relação da Jornada delRei dom Sebastião, e do Apparato da Armada, e Gente...*, *op. cit.*, p. 32 v.

tantes num exército, estando apenas submetido ao mestre-de-campo geral, ou ao próprio rei. Foi o caso de Francisco de Aldana na batalha de Alcácer Quibir. Todos os oficiais dos terços lhe deviam obediência em matéria militar, preponderância que lhe conferia o direito de usar um bastão de comando. Devia equipar-se como os capitães, com a diferença de que seguia a cavalo, situação normal pelo facto de se ter de deslocar constantemente.

Uma particularidade eram as protecções de malha referidas por Isidoro de Almeida, «braçoes com grojal de malha ha tudesca»⁹¹, provavelmente uma protecção adicional por os oficiais serem alvos particularmente destacados. O sargento-mor trazia também um bastão de comando, embora diferente dos utilizados pelos oficiais superiores, que mais eram estreitos e com um maior comprimento. Almeida dizia poderem medir «mais de côvado»⁹², e por essa razão somos levados a crer que podiam ser usados como bitola para medir as distâncias entre soldados. As tarefas do sargento-mor eram de tal modo vastas que podia existir mais do que um nos exércitos. Em Alcácer Quibir, os sargentos inicialmente encarregados da formatura de exército foram João da Gama e frei Estevão Pinheiro, este último presente com D. António na batalha de Alcântara com o mesmo cargo. Em vez de duplicar o cargo era frequente nomear um ajudante, cujas armas eram iguais às dos capitães de cossoletes, incluindo as respectivas ginetas, menos carregadas com decoração.

Com a união dinástica, naturalmente que a influência castelhana se avolumou entre os portugueses desejosos de tomar lugar entre as cúpulas dirigentes. As formas do vestuário foram uma das maneiras mais evidentes de assumir um vínculo com os poderes instituídos. Também a guerra constituiu, naturalmente, um tema particularmente recorrente e gratificante pelo prestígio associado, dado o historial de êxito das armas castelhanas. Ainda assim, os próprios Castelhanos procuraram juntar os costumes dos dois países, como demonstra o vestuário de brocado com que Filipe II se fez representar por altura das cerimónias de aclamação (**figura 294, p.411**). Claro que se tratou de uma concessão para congregar a boa vontade dos novos súbditos, e por isso era inevitável que as formas à espanhola se sobrepusessem — outra coisa não seria de esperar. Mesmo em teatros operacionais distantes da Europa, a referência castelhana era um atractivo evidente. O vestuário em particular, com toda a carga ostentatória que se lhe encontrava associada, conferia a necessária notoriedade e prestígio perante os soldados. O capitão Salvador Ribeiro por exemplo, estava «vestido de gala à espanhola»

⁹¹ Isidoro de Almeida, *op. cit.*, pp. 175-176.

⁹² *Ibid.*

quando se preparava para liderar o assalto sobre o castelo de Pegu (figura 297, p.414).

Sem dúvida que a guerra em Portugal se aproximou de uma narrativa ibérica, consequência do prestígio militar dos Espanhóis e pelo avolumar da sua preponderância política. A imagem marcial dos Portugueses parece assim consistente com a tipificação do soldado espanhol, que passou a abarcar também o reino de Portugal. Esta manifestação foi evidente porque afirmativa de um poder alicerçado na representação mais óbvia, a potência militar castelhana. Mas também subsistiu uma noção de alguma individualidade subjacente, algumas vezes subterrânea, mas ainda assim perfeitamente assumida. No que respeita à escrita da guerra, a especificidade do conhecimento português dos «assuntos da milícia» foi afirmada em cerca de uma dezena de manuscritos produzidos durante a época filipina. Francisco António assumiu um evidente protagonismo nas questões da guerra moral, como comprova a publicação do seu texto. Não assumiu a individualidade dos Portugueses, como fizeram Mendes Caldeira e Francisco da Costa Pereira, ainda que de forma conciliadora. O manuscrito de Luís Álvaro Seco, ao contrário, foi mais assertivo, talvez porque fosse resultado de uma «encomenda». Foi assim notória a reafirmação da competência militar dos Portugueses, apesar dos desaires militares que tiveram lugar desde 1578, profundamente traumáticos para a autoestima da elite militar portuguesa. Como que justificando o longo historial de sucessos militares, a semente das reformas sebásticas parece ter germinado entre os Portugueses.

Capítulo III

FAZER A GUERRA EM PORTUGAL DEPOIS DE 1578

A Monarquia Dual levou, necessariamente, à generalização dos modos de combater adaptados ao teatro de operações europeu. Os textos espanhóis que foram objecto de impressão em Portugal depois da união parecem comportar, precisamente, esta meta algo quimérica de estabelecer uma escola militar de expressão ibérica. A capacidade logística dos Castelhanos conseguiu abrir o «caminho espanhol» pela Europa dentro; porque não conseguir uma uniformização de práticas? Eram, contudo, evidentes as dificuldades de fazer aderir toda população das nações integradas na coroa castelhana a um esforço bélico conjunto. Em Portugal, apenas se conseguiu este objectivo em situações particulares de grande crise, nomeadamente com o desembarque de Drake em 1589. A contrariedade em atender às leis promulgadas durante o reinado de D. Sebastião e o enorme desgaste provocado pela imensa derrota de 4 de Agosto de 1578 estão patente nos pedidos para se suspenderem as ordenanças; nas Cortes de Tomar de 1580, quer a nobreza quer os povos pedem a extinção dos respectivos alardos e dos ofícios.

O advento da Monarquia Dual parecia permitir aligeirar a carga militar imposta por D. Sebastião, deixando aos Espanhóis parte de leão na defesa dos interesses portugueses. Ao mesmo tempo julgou-se que a autonomia de Portugal se manteria intacta, mas evidentemente que o amalgamar dos interesses das duas coroas implicou necessariamente os dois lados da moeda — os Portugueses faziam agora parte do jogo de interesses do qual se haviam esforçado por ficar arredados. Ou seja, tornaram-se também o alvo do assédio a que o império colonial espanhol estava sujeito. E em breve todos os homens válidos seriam obrigados a militar nas «guerras alheias»,

não apenas um número limitado de emigrados a servir nas fileiras dos exércitos filipinos da Flandres. Sem contemplanções, exilaram-se as elites como castigo de uma eventual conduta repreensível. Por outro lado, a população do reino de Portugal era obrigada a defender-se dos cada vez mais frequentes ataques dos inimigos da coroa espanhola. Afastado qualquer entrave ditado pela diplomacia, os territórios portugueses encontravam-se à mercê de inimigos que agora eram comuns. A guerra em Portugal passou assim a constituir um assunto de âmbito generalizado a toda a Península Ibérica, e o enquadramento dos recursos militares portugueses neste contexto foi uma consequência natural. O esforço de compatibilização foi algo que se procurou realizar, embora sem o sucesso que se perseguia. Mas se alguma potência político-militar do século XVI esteve perto de uma uniformização de meios militares foi a Espanha, em função da enorme estrutura logística de que já dispunha.

1. Portugueses contra Espanhóis

No rescaldo da derrota de 4 de Agosto de 1578, à desmoralização geral que se instalou juntaram-se as dificuldades económicas das famílias dos que ficaram prisioneiros no Norte de África. As avultadas despesas com os preparativos para a expedição deixaram as famílias dos capivos dependentes da generosidade espanhola. Se em situação normal existiria sempre um forte partido pró-filipino, os pagamentos dos resgates assumidos pelo monarca castelhano compraram as boas vontades necessárias. E assim a ausência da elite militar desaparecida em 1578, a dependência dos sobreviventes que se juntaram à rede de interesses da coroa espanhola, fragilizaram irremediavelmente a defesa do Reino E, de facto, «a nobreza de 1580 não era a mesma de 1578»⁹³.

A análise que nos propomos fazer da prática militar do pós-1578 encontra-se estruturada em três compartimentos. O primeiro contempla o processo de anexação, que implicou o confronto militar directo. A invasão de 1580, a primeira tentativa de conquista de Ilha Terceira em 1582 e a conquista final de 1583 puseram os soldados portugueses frente-a-frente com o temível aparelho militar do país vizinho. Finda a resistência armada, iniciou-se a segunda fase do Portugal depois de Alcácer Quibir. O segundo universo de análise tem lugar com a consumação da União Ibérica. A luta reorientou-se rapidamente para os adversários da monarquia espanhola. Os corsários ingleses, franceses e holandeses generalizaram, sem quaisquer restrições, a sua actividade militar contra Portugal e respecti-

⁹³ João Pedro Vaz, *As Campanhas do Prior do Crato 1580/1589*, Lisboa, Tribuna, 2004, p.27.

vas posições coloniais. Os Ingleses, em particular, encarregaram-se do assédio ao território continental, ensaiando vários ataques que se revelaram profundamente traumáticos para os Portugueses; o mais decisivo de todos foi o assédio naval que terminou com a perda de Ormuz. A própria cidade de Lisboa tornou-se num espaço de fronteira, à semelhança de Marrocos. O sentimento de insegurança que então se viveu resultou numa notável mobilização de recursos, comparável aos preparativos de 1578. O principal obstáculo a uma cooperação relacionou-se com o papel subsidiário dos Portugueses no controlo do esforço militar. O terceiro contexto consiste nos territórios coloniais, focando a nossa atenção sobre as posições no Oriente e em África. Em Marrocos regressou-se ao processo de esvaziamento encetado no reinado de D. João III. Arzila, que havia sido entregue por Mulei Mahamet em 1577 como penhor pela ajuda a um dos pretendentes ao trono sávida, foi restituída como contrapartida para o não envolvimento na luta de sucessão à coroa portuguesa. Nos restantes espaços, nomeadamente Angola e Índia, os Portugueses continuaram a desenvolver o principal esforço militar, tal como o faziam desde os primeiros anos da implantação lusitana. Apenas o quantitativo dos inimigos variou substancialmente; juntavam-se agora as emergentes potências coloniais europeias.

1.1 A invasão de Portugal (1580)

Depois da morte do cardeal-rei D. Henrique, anuladas de uma maneira ou outra as pretensões dos restantes candidatos, restou como único pretendente à sucessão o Prior do Crato, filho ilegítimo do infante D. Luís. Depois da tentativa infrutífera para fazer D. António desistir da corrida ao trono em Novembro de 1579, a guerra tornou-se inevitável. Como se sabe, os apoiantes da causa de um rei português vinham em grande medida do baixo clero e população, mas também dos filhos segundos da aristocracia. A guarda dos «cabeças rapadas» organizada pelo conde de Vimioso foi o exemplo de uma ruptura político-social que não poupou os círculos familiares.

Em Março começaram a chegar notícias que davam conta da concentração de contingentes militares no outro lado da fronteira. A 20 de Abril recorreu-se às ordenanças sebasticas para o recrutamento das forças que se pretendia chegassem aos cinquenta mil homens, estimativa que obviamente pecava por ser demasiado optimista. A expedição de 1578 chocou com as dificuldades que sabemos, e a derrota secou no curto prazo muitas das fontes de recrutamento. Mas no mesmo mês chegaram as primeiras promessas de auxílio, primeiro de França e depois de Inglaterra, o que trouxe algum ânimo. Acelerou-se o passo, e a partir de Junho trabalhava-se para melhorar as fortificações que controlavam as vias de invasão mais óbvias.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

<i>Unidade militar</i>	<i>Companhias</i>	<i>Comandante</i>
Ginetes de Granada	4 (200?)	Sancho de Ávila
Atiradores a cavalo	6 (600?)	Martín de Acuña
Homens de armas	11 (1.800 ¹⁶)	Capitães das bandeiras
Guarda Real (Continos)	1	Alvaro de Luna
<i>Tercio da Sicília e Lombardia</i> ¹⁷	7 (1.600)	Coronel Pedro de Sotomayor
<i>Tercio de Nápoles</i>	11 (2.000? ¹⁸)	Coronel Pedro Gonzalez de Mendoza
<i>Tercio de espanhóis</i>	17 (2.805)	Coronel Luis Enriquez Monredondo
<i>Tercio de espanhóis</i>	12 (2.000)	Coronel Pedro Ayala
<i>Tercio de espanhóis</i>	13 (3.167? ¹⁹)	Coronel Gabriel Niño
<i>Tercio de espanhóis</i>	13 (1.947)	Coronel Antonio Moreno
<i>Tercio de espanhóis</i>	13 (1.970 ²⁰)	Coronel Rodrigo Zapata
Regimento de alemães	16 (3.787)	Coronel Jerónimo de Lodron
<i>Tercio de espanhóis</i>	? (3.250)	Coronel D. Francisco de Valencia
<i>Tercio da Estremadura</i>	? 13	Coronel D. Martín de Argote
Coronelía de italianos	46 (4.000)	Colonna, Carlo Spinelò, Vicente Carrafa
Artilharia	26 peças ²¹	rances de Álava y Viamont

Tabela 29 – O exército de invasão de Portugal, 15 de Julho de 1580

Fonte: Tabela do autor

Mas ao mesmo tempo Filipe II preparava metodicamente a campanha. Depois de aliciar as elites, processo que tinha lugar desde as primeiras notícias da morte de D. Sebastião, foi conduzido um rigoroso reconhecimento das defesas no itinerário escolhido para o ataque. Desde 1579 que João Baptista Gésio se encontrava de novo em Portugal. Estivera com a embaixada de D. Juan de Borja em 1569, regressando a Espanha em 1573 e agora cumpria uma autêntica missão de espionagem, recolhendo informações preciosas sobre as fortificações da zona de Lisboa. A verdade é que desde o mês de Janeiro se procedia à concentração das forças de invasão. A pessoa escolhida para comandar o ataque por terra era o mesmo duque de Alba D. Fernando Alvarez de Toledo que em 1576 havia alegado a sua idade avançada para recusar acompanhar D. Sebastião a Marrocos.

A 27 de Abril, o duque já acertava com o marquês de Santa Cruz D. Álvaro de Bazán os detalhes para o início da campanha. As cartas de Gésio foram muito provavelmente mencionadas numa missiva de 24 de Abril e 4 de Maio; gizado o plano da formatura que o exército deveria adoptar em marcha (**figura 301**), o duque preparava-se para seguir para Badajoz. Na primeira semana de Junho as forças seguiram para mais perto da fronteira, acantonando-se nas imediações da povoação de Real, a pouco mais de uma légua de Badajoz.

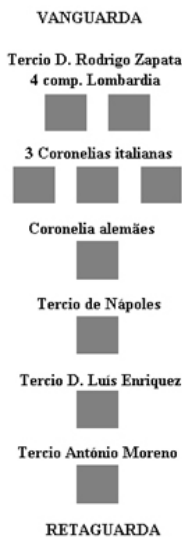


Figura 301 – A ordem de marcha planeada para a invasão a Portugal, 1 de Abril de 1580

Fonte: Esquema do autor

A máquina estava preparada para entrar em movimento. Antes, foi preparada uma revista final de para 13 de Junho. Esta «mostra» tanto teve de exercício militar como de demonstração teatral, à qual assistiu o rei e alguns dos membros mais próximos da família real. O maestro deste verdadeiro *ballet* de guerra era, naturalmente, o duque de Alba, e a coreografia da autoria do engenheiro militar Battista Antonelli. Desfilaram primeiro as companhias de cavalos com os ginetes de Sancho de Ávila — outro dos oficiais que D. Sebastião havia solicitado ao tio para a jornada de 1578 — na frente, para gáudio da assistência. Depois seguiu-se a infantaria, primeiro o *tercio* da Sicília de D. Pedro de Sotomayor, que fez a sua demonstração bélica disparando frente ao palanque real. Seguiram-se as companhias de homens de armas, depois os outros *tercios*, a artilharia e a carriagem, consumindo-se todo o dia neste festival militar.

A fuga dos governadores terá sido o pretexto para o duque ordenar a invasão. A 10 de Junho, sentindo-se ameaçados pelos partidários de D. António, abandonaram Lisboa. Sancho de Ávila foi enviado na noite de 16 à frente de uma força avançada, com cerca de 2.250 soldados retirados do *tercio* da Lombardia e 450 arcabuzeiros montados. A missão era crucial; tratava-se de receber a rendição e segurar as cidades que aceitassem submeter-se de livre vontade, permitindo assim a entrada do exército castelhano em Portugal. A 17, á em Ayamonte, os governadores emitiram um documento tornando pública a sua parcialidade à causa filipina. A 18 concluiu-se a entrega de Elvas, cujas negociações já tinham lugar havia um par de meses entre o corregedor de Badajoz e o governador da praça portuguesa, Jorge Pessanha. No dia seguinte foi a vez de Campo Maior, e a 20 entregou-se Olivença, precipitando a queda de muitas outras cidades de fronteira. Nesse dia, com as principais praças-chave para a entrada em Portugal nas suas mãos, o duque intimou o reconhecimento da soberania de Filipe II dentro do prazo de dez dias.

Nova acção de Sancho de Ávila, envolvendo um agente infiltrado e a escalada das muralhas a coberto da noite, fez cair Vila Viçosa no dia 22. A propriedade dos mais fortes candidatos portugueses ao trono caiu sem luta, sendo depois sujeita a um humilhante saque para aviso a todos os que tivessem a intenção de resistir. Entretanto, com a guerra já um dado inevitável, D. António foi jurado rei a 23 de Junho na Câmara de Lisboa. Seguraram-se os fortes de São Julião e Cascais, cruciais na defesa de Lisboa, e a 26 foi reconhecido em Setúbal, depois em Coimbra e no Porto.

A força de invasão entrou finalmente em Portugal a 28 de Junho, depois de vadear o rio Caia, assistindo ao início da marcha Filipe II. O eixo terrestre da invasão, comandada pelo duque de Alba, desenvolveu-se segundo o caminho tradicional a partir de Badajoz. A frota comandada pelo marquês de Santa Cruz D. Álvaro de Bazán⁹⁴ seguiu pelo Algarve, e a esquadra da Galiza comandada por Pedro de Valdés — que no ano seguinte atacou a ilha Terceira — guardava a fronteira norte de Portugal. Os dois deviam convergir sobre o principal objectivo, Lisboa, subjugando neste processo todo o Sul. O exército pôs-se em marcha no dia 1 de Julho e, facilitada a entrada com a posse das principais praças de fronteira, foi acampar a menos de 2 léguas de Estremoz. Dois dias depois, o alcaide D. João de Azevedo entregava a cidade. D. Fernando de Toledo enviou nessa mesma noite um mensageiro a D. Álvaro de Bazán a relatar o feliz

⁹⁴ Foi o marquês de Santa Cruz que comandou a esquadra encarregada de transportar os restos mortais de D. Sebastião para Portugal, sepultados em Ceuta desde 4 de Dezembro de 1578.

início da invasão. Montemor-o-Novo rendeu-se a 6 de Julho, e a 10 chegou a Lisboa a notícia da queda de Alcácer do Sal às mãos da companhia de arcabuzeiros montados de Luis de Acosta. Pelo seu lado, a frota do marquês saiu de Cádiz a 7 de Julho, e a 14 fundeava frente a Portimão sem qualquer resistência. A 16 chegou a Sagres, onde apenas os ventos contrários ofereceram resistência aos navios invasores, e sem esperar pelas naus, seguiu com as galés na direcção de Setúbal. As duas tenazes do ataque fechavam-se, mas o sucesso residia na conquista do forte do Outão.

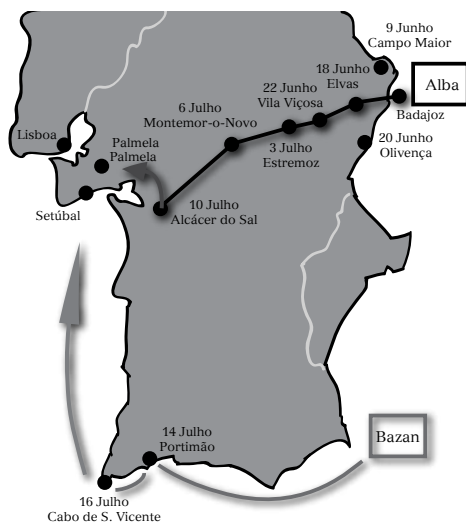


Figura 302 – Itinerário da invasão de Portugal em 1580

Fonte: Esquema do autor.

Outão (19-24 de Julho)

A tomada desta posição, que tal como Setúbal se havia pronunciado a favor de D. António, ofereceu alguma dificuldade ao duque de Alba. «Outão» significa «escarpa pronunciada» ou «grande outeiro», e de facto o forte de Santiago encontra-se implantado numa escarpa da margem norte do rio Sado. Este era o local mais favorável para proteger a aproximação marítima a Setúbal, que no século XVI era já um importante centro urbano. De facto, a entrada na barra da cidade fazia-se por dois acessos marítimos. Um situa-se a norte do baixio de Tróia, mas o principal passa mesmo em frente ao forte, aproveitando a possibilidade de navegação de embarcações de grande calado. Esta peculiaridade não passou despercebida ao longo do tempo, e a primeira referência a uma estrutura militar neste local data do final do século XIV. Foi por ordem de D. João I que se construiu no Outão uma torre de vigia costeira. D. Manuel terá ordenado a beneficiação desta estrutura, provavelmente converten-

do a antiga torre em casa do capitão-mor. Contudo, a primeira reformulação de vulto teve lugar durante o reinado de D. Sebastião, quando a torre joanina e os edifícios anexos foram protegidos pela cerca abaluartada de traçado moderno, uma obra que decorreu por volta de 1572 sob direcção do arquitecto Afonso Álvares (**figuras 303 e 304**).



Figura 303 – O forte do Outão (I)

Fonte: Foto do autor

Muralha e baluartes virados para o lado de terra.



Figura 304 – O forte do Outão (II)

Fonte: Foto do autor

Vista do forte pelo lado do mar, com duas filas de espingardeiras visíveis à esquerda.

O forte de Santiago do Outão era então a fortaleza mais importante de toda a linha de costa da Arrábida e da foz do Sado, constituindo o verdadeiro foco defensivo da barra de Setúbal. De facto, a cidade apenas dispunha da antiga cerca medieval, e por essa razão as defesas terrestres de Setúbal foram reforçadas por uma esquadra de 29 navios, entre os quais o galeão *São Mateus*, que havia estado presente na malograda expedição de 1578. Encontrava-se estacionado, juntamente com outro galeão, o *Santo António*, e outras duas embarcações, frente ao forte.

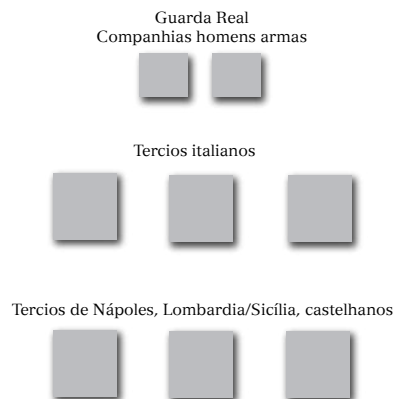
O duque de Alba avançava Alentejo acima, submetendo sistematicamente todos os focos de resistência fiéis a D. António. No sábado de 16 de Julho, apenas nove dias depois de iniciada a invasão, chegou a um local designado por Água Alba, a pouco mais de três léguas de Setúbal. Defendia a cidade o general Pedro Barreto com 24 companhias de soldados portugueses, reforçados por 1 companhia de franceses comandados pelo coronel Diogo de Botelho. Embora a cidade não se encontrasse desprotegida, os cerca de 2.500 homens da guarnição eram um efectivo claramente insuficiente para resistir ao exército castelhano. Tanto mais quanto a muralha medieval não constituía obstáculo para a artilharia moderna.

Na noite de 16 o duque enviou para Setúbal o seu filho D. Fernando com uma guarda avançada de 6 terços e várias companhias de cavalos (**figura 305**). Em Palmela, o alcaide Vasco Eanes Pacheco encontrava-se em expectativa com os seus 400 homens, 200 deles ginetes.

Figura 305 – Chegada do exército espanhol a Setúbal, 16-17 de Julho de 1580

Fonte: Esquema do autor

Guarda avançada castelhana comandada por D. Fernando de Toledo, noite de sábado, 16 de Julho de 1580.



D. Fernando de Toledo não tentou qualquer acção contra o castelo, limitando-se a proteger a chegada das suas tropas. Ao amanhecer, com as forças em posição, intimou os defensores a renderem-se. Passadas duas horas, um capitão inglês saiu ao seu encontro para negociar a rendição, sem êxito. Chegou então o grosso do exér-

cito com o duque (**figura 306**), respondendo os defensores tocando a rebate, formando no exterior das muralhas; alguns atiradores destacaram-se a escaramuçar, entretendo os Espanhóis.

Figura 306 – Chegada do exército espanhol a Setúbal, 16-17 de Julho de 1580

Fonte: Esquema do autor

Ordem de marcha do corpo de batalha principal comandado pelo duque de Alba, Setúbal (17 de Julho de 1580).



De Palmela, Vasco Pacheco despachou os seus ginetes sobre a «carriagem», que chegava algo atrasada em relação à frente da coluna, com o intuito de queimar a pólvora. Os Castelhanos foram surpreendidos, porque talvez não esperassem uma reacção agressiva. O ataque revestiu-se de algum perigo, porque foi efectuado a coberto da vegetação, mas foi anulado por algumas companhias de atiradores. As forças estacionadas em Palmela eram irrisórias, e as fortificações do castelo completamente ultrapassadas. Por isso D. Fradique de Toledo as havia ignorado, mas foi uma situação que poderia ter custado mais caro aos espanhóis caso o cerco se tivesse prolongado por mais tempo.

D. Fernando de Toledo encarregou o general da artilharia, D. Frances de Álava y Viamont⁹⁵, de colocar as peças de sítio em bateria a curta distância, a cerca de 100 metros. A distância era suficiente para um duelo entre os atiradores, e de facto teve lugar uma troca de tiros entre sitiados e sitiantes. Porém, à vista das peças castelhanas competentemente protegidas por trincheiras, e sem possibilidade de

⁹⁵ Pai do autor do tratado *El Perfecto Capitán, instruido en la disciplina militar y nueva ciencia de la artillería*, Diego de Álava y Viamont.

lhes responder dada a escassez de canhões e a fragilidade das muralhas, nova proposta de rendição foi ensaiada pelo mesmo capitão inglês, também sem sucesso.

A notícia do cerco de Setúbal chegou rapidamente a Lisboa. Logo se tomou a iniciativa de organizar reforços, e foram os franciscanos que percorreram incansavelmente a cidade de lés-a-lés, conseguindo uma elevada adesão, que ascendeu a alguns milhares de homens. Em Setúbal crescia a ansiedade. Com o exército castelhano à vista, cada vez mais vozes instavam à obediência, de tal forma que acabaram por convencer os sitiados a abandonar a defesa. Pelo fim da tarde uma delegação civil tratou da rendição, e no dia seguinte, 18 de Julho, os Castelhanos verificaram que os soldados haviam abandonado as muralhas. Os defensores tinham embarcado há pouco, e pouco depois chegavam quatro galés enviadas por D. António com 500 soldados de reforço, que, vendo a praça rendida, voltaram a Lisboa com a notícia de que a vila de Setúbal havia caído.

O duque dirigiu em seguida as suas atenções para o forte do Outão. A posição gozava de situação privilegiada, como vimos. O acesso estava bem coberto com o apoio da artilharia dos galeões e dos atiradores embarcados, e prometia uma defesa em regra. O alcaide Mendo Mota comandava uma guarnição com cerca de uma centena de homens, dispondo de 47 peças de diversos calibres, das quais 17 de grande calibre. A este substancial quantitativo de artilharia somavam-se ainda as peças dos navios; só o galeão *São Martinho* montava 60 canhões de bronze. No dia 19 o duque enviou Prospero Colonna com cerca de 5.000 homens dos *tercios* da Sicília e Lombardia e o *tercio* de Nápoles. O terreno era difícil, e os italianos viram-se «apertados» ao serem alvo do fogo cruzado do forte e dos navios, progredindo lentamente até alcançar o abrigo de um penhasco sobranceiro ao fosso. Os atacantes encontravam-se numa posição desconfortável, continuamente alvejados pelos soldados da guarnição, que fazia fogo a coberto dos parapeitos e espingardeiras. O fosso, por ter ligação directa com o rio, não podia ser vencido, impossibilitando um assalto pela parte de terra. Avisado o duque, este enviou o general da artilharia D. Frances de Álava y Viamont com a missão de instalar uma bateria para bombardear o forte. A tarefa foi considerada impossível pelos capitães da infantaria, como Prospero Colonna, que já tinham reconhecido as imediações. A serra era muito «áspera», diziam, sem caminhos para mover os canhões ou lugar para os instalar. Foi o engenheiro Battista Antonelli quem se ofereceu para implantar as peças em local adequado entre o forte e a vila. O local havia sido judiciosamente escolhido, cobrindo a via de aproximação de reforços provenientes de Setúbal. E no dia seguinte, talvez com recurso a algum sistema engenhoso, cumpriu a sua pa-

lavra. Para espanto de todos, no dia 20 encontravam-se instaladas a cerca de 800 metros do forte português 2 peças de bater de grosso calibre (**figura 307**).



Figura 307 – O «engenho» dos arquitectos militares

Fonte: Luis Collado de Lebrixa, *Prattica manuale dell'artiglieria* (1596)

Sistema braçal para deslocar a artilharia por terreno «áspero».

Evidentemente que as manobras não passaram despercebidas, e os defensores tentaram estorvar a instalação da bateria. Debalde, pois ainda mal acabavam de se terminar as obras de defesa da bateria e já as pesadas peças respondiam energicamente aos adversários. Como as operações se prolongavam, novos reforços seguiram: 3.000 homens das 4 bandeiras de alemães dos coronéis, De Arzt, Wotsch e Lydel, que se posicionaram perto da bateria de Antonelli. As forças sitiadas já totalizavam perto de 9.000 homens.

Pelas duas horas da tarde do dia 22 chegava finalmente a esquadra de Medina-Sidonia. A tripulação do galeão *Santo António* avistou subitamente as galés castelhanas que avançavam a toda a velocidade sobre o Outão, a coberto de uma das neblinas que vulgarmente descem neste mês. Os defensores foram surpreendidos, tanto mais quanto o vento soprava a favor da armada inimiga, facilitando a aproximação. A artilharia do forte suspendeu o fogo por algum tempo. Mendo Mota talvez se interrogasse sobre a viabilidade de continuar o combate. Desmoralizado, o capitão do galeão *Santo António*, Inácio Rodrigues, levantou ferro e dirigiu-se na direção dos atacantes com o intuito de se render, mas o vento contrário fê-lo acostar junto ao forte. Foi talvez o sinal para os defensores despertarem; dispararam ferozmente sobre os desertores, acertando com quatro pelouros, que provocaram um grande rombo no casco e 6 mortos. Varada a embarcação em terra, a tripulação entregou-se aos sitiantes. A força naval dos Portugueses ficou reduzida a menos de metade do efectivo, mas os restantes navios fizeram fogo sobre a frota inimiga, dando lugar a uma prolongada troca de tiros que prosseguiu até anoitecer.

Durante a noite, os espanhóis aproximaram-se da costa e desembarcaram mais tropas, que se instalaram solidamente entrencheadas junto ao forte. Decidido a submeter rapidamente os defensores, D. Frances ordenou que se erguesse nova bateria com outros 2 canhões pesados, agora a 500 metros do forte. Pelas seis horas da manhã do dia 24, violentamente batidos pelo fogo das baterias colocadas em terra e pela frota de Bazán, o capitão português entendeu que era chegada a hora da rendição. Com Setúbal perdida e sem qualquer ajuda a caminho, a resistência era de facto inútil. E ao fim do dia, pouco depois do pôr-do-sol, os soldados da companhia do capitão Antonio Moreno saudaram com fortíssimas salvas a entrada vitoriosa no forte do Outão.

O caminho de Lisboa (29 de Julho a 3 de Agosto)

Com a conquista de Setúbal, estava consumada a posse do Sul de Portugal. Reunidas as forças terrestres do duque com os soldados embarcados na frota do marquês, era agora tempo de proceder ao assalto da cabeça do reino, Lisboa. Apesar de a força de invasão convergir agora sobre a capital em toda a sua potência, ambos os comandantes sabiam ser esta a fase mais difícil de toda a empresa. Em Lisboa concentrava-se a maior parte da armada portuguesa, que nada ficava a dever à esquadra castelhana. As opiniões dos capitães espanhóis divergiam sobre qual o caminho a tomar para atacar Lisboa, mas o duque de Alba tinha a sua opinião formada. Em face das crescentes dificuldades — tomar o forte do Outão tinha demorado

cinco dias —, o sucesso dependia da rapidez, impedindo uma concentração eficaz da defesa. D. Fernando de Toledo optou por atacar célere e directamente sobre o caminho mais curto. O alvo escolhido foi Cascais, ponto fundamental para o acesso directo a Lisboa, que tinha a vantagem de alterar o eixo do ataque. A frota castelhana, com cerca de 6.000 soldados escolhidos, seguiu assim para norte. Ainda foi alvejada a partir de São Julião, mas sem qualquer efeito, por se encontrar fora do alcance das peças. Foi assim dado o mote para a forma como iriam decorrer as operações, porque na verdade não se tratou de mero passeio.

D. Diogo de Meneses (c. 1525-1580), antigo capitão-mor de Malaca (1564-1567) e governador da Índia (1576-1578), comandava as tropas portuguesas. A fortaleza de Cascais não tinha condições para resistir a um assédio em regra, e portanto a única alternativa defensiva possível era impedir o desembarque das forças inimigas. O capitão português tinha fortificado os ancoradouros mais óbvios, tornando qualquer desembarque demasiado arriscado. Era necessário encontrar um local desguarnecido. Efectuado o reconhecimento, escolheu-se um «áspero sítio», a Laje do Ramil, onde se erguia então a ermida de Nossa Senhora da Guia⁹⁶ (**figura 308**).



Figura 308 – O local do desembarque espanhol de 29 de Julho de 1580

Fonte: Foto de Augusto Salgado

A Laje do Ramil, com o forte da Guia (sítio da antiga ermida) em segundo plano.

No dia 29 de Julho os batéis espanhóis carregados de soldados avançaram, protegidos de perto pelas galés. Ao mesmo tempo

⁹⁶ O local onde mais tarde foi construído o forte de Nossa Senhora da Guia.

fazia-se uma diversão para afastar os defensores, bombardeando a praia de Santo António. D. Diogo, que vigiava a frota inimiga, acompanhava de longe a movimentação das embarcações inimigas para acorrer quando decidissem desembarcar. Assim que foi sinalizado o local do ataque, dirigiu-se com cerca 400 cavalos e 4.000 soldados de infantaria, formando depois os soldados em batalha, talvez 2 esquadrões com a cavalaria no meio. Mais companhias iam chegando, e algumas peças de artilharia foram colocadas em posição, disparando sobre as embarcações inimigas. Porém, as galés responderam com o fogo concentrado dos canhões pesados da proa, e um pelouro de grande calibre caiu no meio do esquadrão de cavalaria, causando a consternação entre os portugueses. Sem meios para ripostar, pois a armada portuguesa esteve sempre arredada dos principais confrontos, os soldados acabaram por retirar.

Os primeiros a saltar para terra foram 50 mosqueteiros comandados pelo capitão Rodrigo de Valdés, assenhoreando-se de uma pequena colina que dominava o ancoradouro. Segura a praia, seguiram-se os italianos e alemães, precedidos por mosqueteiros dos *tercios* de Nápoles e Sicília. Formaram em 3 esquadrões, que se posicionaram perto da ermida de Nossa Senhora da Guia para defender o desembarque. O resto das tropas juntaram-se no dia seguinte, e a 31 de Julho já avançavam prudentemente na direcção de Cascais. D. Diogo de Menezes destacou 200 atiradores e 300 cavalos para estorvar a progressão dos inimigos, mas no primeiro dia de Agosto as tropas espanholas cercavam completamente o castelo ao abrigo de trincheiras. Depois de iniciado um bombardeamento cerrado às muralhas medievais, o duque de Alba exigiu a rendição incondicional. Ainda assim, a entrega de Cascais apenas teve lugar depois de várias hesitações, e não sem que D. Diogo de Menezes tentasse matar António de Castro, que negociava em nome do duque a entrega da praça. E este, prevendo o intensificar da resistência no caminho para Lisboa, mandou decapitar sumariamente D. Diogo de Menezes juntamente com dois artilheiros, como rebeldes. O duque estava decidido a reduzir toda a resistência de forma implacável.

Faltava entrar na posse do forte de São Julião da Barra de Oeiras, a fortificação mais importante de Portugal. Para além da modernidade do sistema fortificado, o seu alcaide, Tristão Vaz da Veiga, dispunha mais de uma centena de peças, entre as quais 22 canhões de grande calibre, abastecido por substancial quantidade de pólvora e pelouros. Contudo, apesar de toda a imponência, a verdade é que São Julião não resistiu mais tempo do que o forte do Outão. A 7 de Agosto o duque enviou Sancho de Ávila com 60 ginetes e 1.000 arcabuzeiros em reconhecimento, saindo o exército no dia seguinte em direcção ao forte de São Julião, onde acampou, escavando-se

rapidamente trincheiras para o assédio.

Os portugueses tentaram dificultar os trabalhos dos sitiantes. A 9 de Agosto enviaram um dos seus melhores galeões, com 60 peças, bombardear as posições castelhanas. Chegou entretanto a armada do marquês de Santa Cruz, que destacou os navios apresados no Outão, igualmente pesadamente armados, obrigando-o a retirar. Tal como no Outão, Antonelli foi encarregado dos trabalhos de cerco, o que mais uma vez demonstra a importância fundamental dos chamados «engenheiros de sítio» no rápido sucesso da campanha de 1580. Por sua ordem, foi construída uma bateria frente ao lado mais fraco de São Julião, o baluarte da praia, que ainda se encontrava inacabado (**figura 309**). No dia 10, as baterias castelhanas começaram a bater sistematicamente o forte de São Julião, ao que os defensores respondiam. Antonio de Escobar refere que o disparo de um dos canhões de grande calibre da praça liquidou de uma assentada 5 mosqueteiros do *tercio* de Nápoles; decapitou 2, amputou a perna e o braço de outros 2 e desfez um quinto soldado pelo peito.

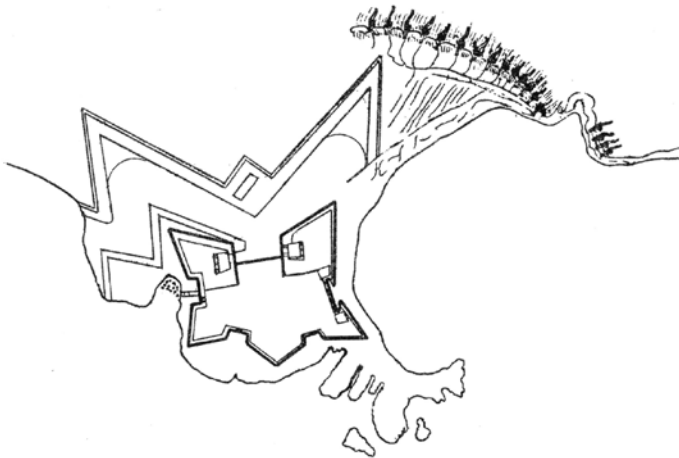


Figura 309 – Posição da bateria de cerco a Oeiras

Fonte: Desenho de Battista Antonelli

O cerco demorava-se, e o duque entendeu que a bateria não dava o efeito pretendido. Depois de se fazer acompanhar pelos seus engenheiros para estudar um novo local para reinstalar os canhões, a 11 de Agosto estava implantada nova bateria de vinte peças a cerca de 200 metros, que bateu a fortaleza todo o dia e finalmente abriu uma brecha com quase três metros. Ainda assim, os portugueses estavam determinados a defender o forte. Ao pôr-do-sol, quando o duque saiu novamente em reconhecimento, escapou por pouco a um disparo cujo pelouro caiu a pouca distância. A bateria durou ainda

todo o dia 12, alargando sensivelmente a brecha e fazendo desabar um grande troço do baluarte da praia. Vendo que o bombardeamento chegava ao clímax, e na iminência de um ataque que seria certamente sangrento, Tristão da Veiga entendeu render-se. A 13, vendo que São Julião havia caído na véspera, os defensores da ilhota da Cabeça Seca evacuaram as fortificações, levando uma das peças que aí se encontravam, o famoso «tiro de Diu». O controlo da entrada da barra do Tejo estava assegurado.

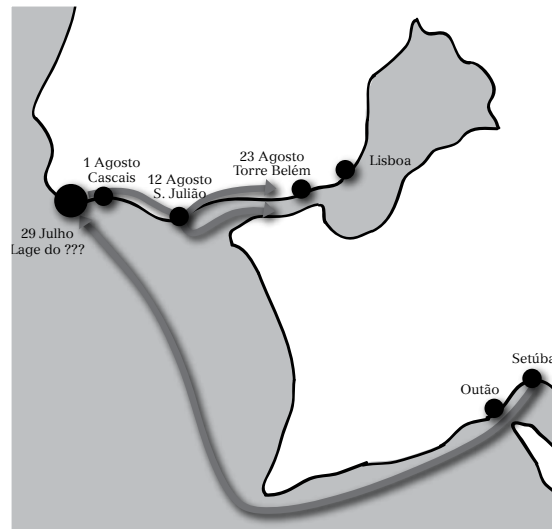
A concentração do exército espanhol fez-se em São Julião. As tropas de Setúbal chegaram com uma armada, ao pôr-do-sol de dia 16. A guarnição da Torre de Belém tentou importunar o desembarque dos soldados inimigos disparando a artilharia, embora sem qualquer efeito, dada a grande distância a que as peças se encontravam. D. António ainda enviou uma embaixada ao duque a promover um encontro, mas estas diligências acabaram por apenas adiar a saída dos castelhanos, se é que este não foi o principal objectivo. Os ginetes espanhóis saíram entretanto em reconhecimento, ficando a poucos quilómetros de Lisboa. A 20 de Agosto o duque mandou seguir o exército logo pela manhã, sendo continuamente estorvado por contingentes de atiradores montados e pelo fogo proveniente dos canhões da Torre de Belém. Havia que submeter este forte, que, apesar do seu traçado ultrapassado, possuía um poder de fogo substancial. A frota saiu para apoiar as operações. A estreita entrada da barra de Lisboa depois de São Julião foi obstruída com uma «galera sin xarcia cargada de piedra, atravessada por debaxo del agua»⁹⁷. A ser bem-sucedido, o ardil resultaria num sério e importante obstáculo à progressão da frota, pois os navios, ao tentarem atravessar neste local estreito — entalado entre dois baixios conhecidos por «cachopos» — encalhariam. Porém, a sorte não esteve do lado dos Portugueses, pois a galé soltou-se e foi dar junto a Belém na mesma altura em que as tropas espanholas ocupavam a torre. A entrada da frota fez-se então livremente, provocando a imediata rendição do forte de Almada e de um galeão português, apesar de alvejado pelos seus compatriotas, como havia sucedido no Outão.

Gorado o bloqueio à entrada dos navios, as forças espanholas concentraram-se em volta da Torre de Belém. A 23 estavam terminadas as trincheiras e assentada a artilharia; as galés estavam em posição, com os canhões da proa reforçados pelas peças da coxia, prontas a intervir quando necessário. Pela manhã iniciou-se o fogo das peças de sítio, demolidor. De facto, apenas duas horas depois de iniciada a bateria, já a artilharia tinha aberto duas grandes brechas,

⁹⁷ Antonio de Escobar, *Recopilación de la felicissima jornada*, Valência, Viuda de Pedro de Huete, 1586, p. 48.

e pouco tempo depois o alcaide Nicolau Rodrigues de Sequeira e os seus 80 soldados renderam-se. Desde o desembarque de Cascais até à queda de Belém havia decorrido menos de um mês. Ia finalmente ter lugar a batalha decisiva (**figura 310**).

Figura 310 – O caminho espanhol para Lisboa, de 29 de Julho a 23 de Agosto
Fonte: Esquema do autor



A batalha de Alcântara, 25 de Agosto de 1580

A batalha de Alcântara parece um confronto perdido antes de ter tido lugar. A forma como tem sido lido o último capítulo da invasão de 1580 dir-se-ia marcada por este resultado supostamente predestinado. A valia do exército espanhol era muito superior em relação às milícias do «pobre rei D. António», e o mesmo sucedia com os oficiais ao serviço do prior do Crato.

O efectivo das forças espanholas encontra-se descrito com detalhe nas relações de Antonio de Herrera e de Escobar, e nas cartas do duque de Alba. Do confronto entre estes documentos pode-se obter o quantitativo do exército de invasão, com uma minúcia que nalguns casos chega ao nome dos capitães de companhias. O relato do polaco Lassota de Steblovo acrescenta detalhes úteis sobre a disposição das forças no terreno, mas naturalmente que foi o manuscrito do duque a servir de referência para os cronistas Sebastián de Mesa, Conestaggio e o capitão italiano Stefano Angarano. Ao contrário, a escassez de elementos sobre as forças de D. António obriga a procurar dados nas fontes iconográficas. Existem várias representações da batalha: na BNP encontra-se um desenho em perspectiva aérea (**figura 312**); a referida relação de Angarano, que inclui uma representação de tipo planimétrico (**figura 311**); e o fresco no palácio do marquês de Santa Cruz, um dos dois pertencentes a D. Álvaro de Bazán situado a meio

entre Madrid e Sevilha. As imagens foram executadas com técnicas específicas: o fresco e o desenho. A mensagem veiculada, apesar de tratar o mesmo assunto, também é apresentada de maneira diversa; os frescos são sobretudo uma celebração das vitórias militares de D. Álvaro de Bazán, enquanto os desenhos são essencialmente explicativos, referindo os aspectos tácticos.. O edifício foi construído com traçado do arquitecto Giovanni Battista Castello, de Bérgamo, e articula-se em torno de um átrio. Os painéis do fresco sucedem-se como troféus de um longo palmarés militar, e o seu carácter ostentatório sobrepõe-se ao valor documental. A batalha de Alcântara faz parte de uma sequência de imagens que retratam as campanhas de conquista de Portugal entre 1580 e 1583, executadas pelo cremo-nense Giovanni Battista Perolli e nas quais D. Álvaro de Bazán foi apresentado como o principal arquitecto da derrota de D. António. A representação encontra-se algo afastada das descrições de Herrera e Alba e das outras representações de que falámos, mas ainda assim possui diversos pormenores interessantes que contribuem para uma percepção da batalha.

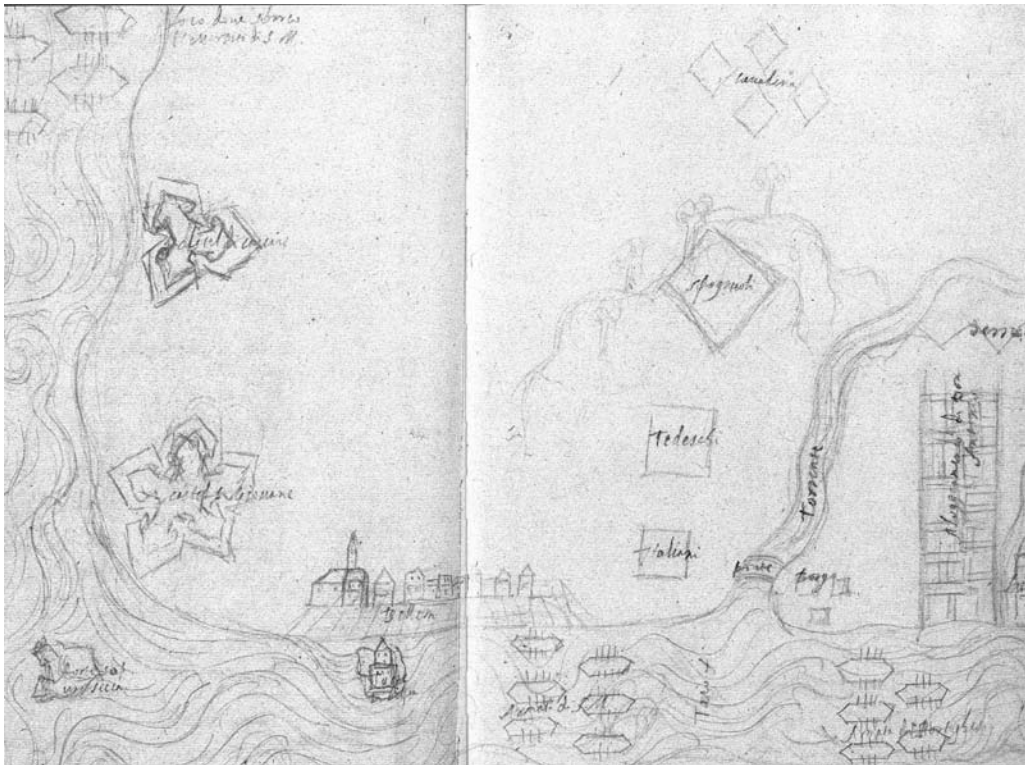


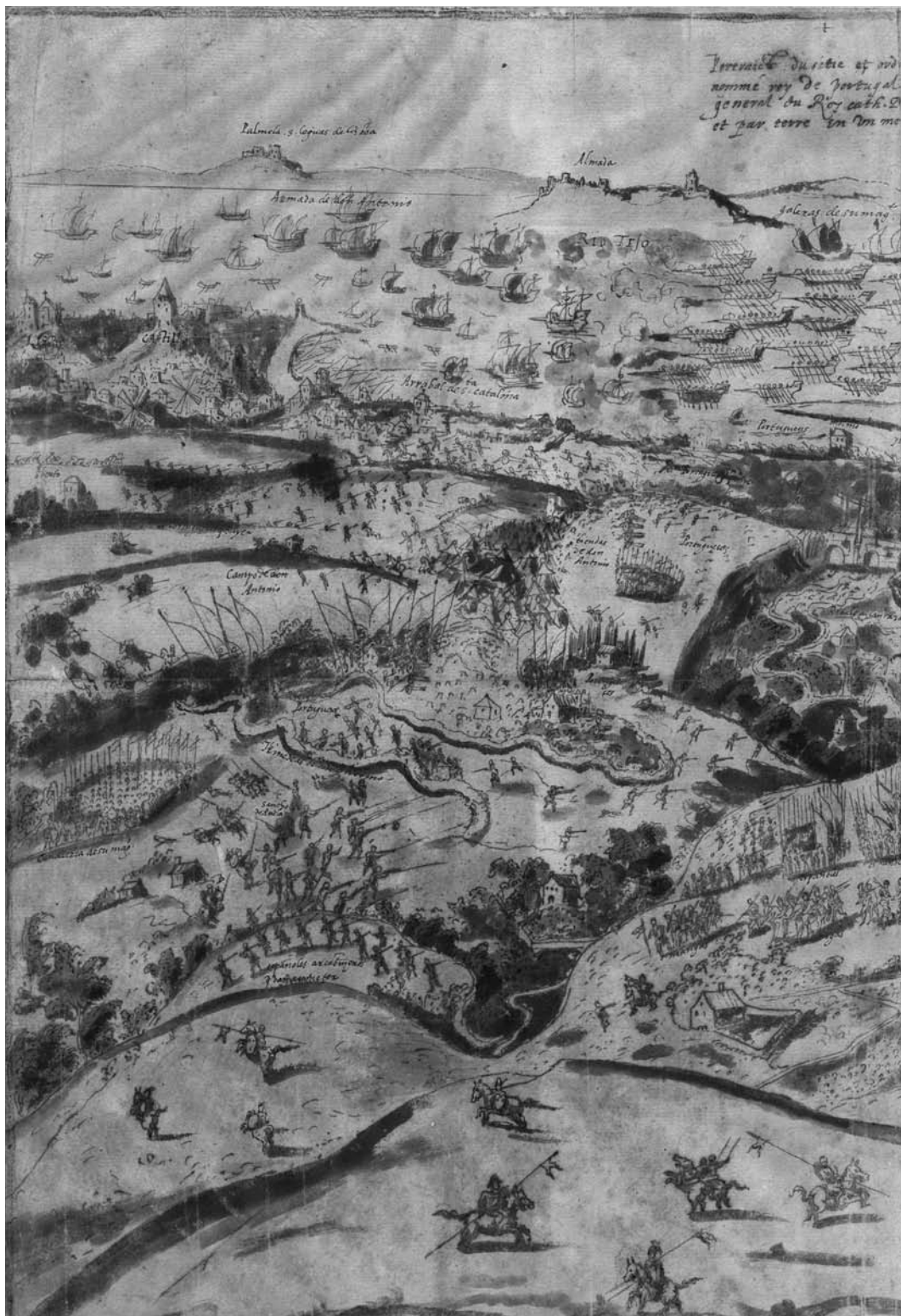
Figura 311 – Desenho de Stefano Angarano

Fonte: BNM, Cod. Marc. It. VI, 181 (5841), pp.22-23v (Autorizado pelo Ministerio dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo –Biblioteca Nazionale Marciana, direitos de reprodução)

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Figura 312 – Desenho à pena (finais século XVI — início século XVII)

Fonte: códice 8570, BNP



A guerra «en que milita nuestra nación española»



Stefano Angarano enviou dois esboços e uma relação da batalha enviados ao seu pai, Giacomo Contarini, e a Andrea Palladio, que descrevem três fases distintas da campanha terrestre, cujo relato coincide com o teor das cartas do duque de Alba dirigidas a Filipe II. Os dois primeiros descrevem o acampamento espanhol antes da invasão e a ordem de marcha do exército nos primeiros dias da entrada em Portugal, respectivamente. O último (figura 313) contempla a fase final da aproximação a Lisboa, depois do desembarque de Cascais, e a ordem de batalha de 24 de Agosto, e consiste numa vista aérea do campo de batalha em projecção ortogonal, método idêntico ao utilizado na arquitectura.

A representação da ordem de batalha encontra-se muito simplificada quando comparada com as relações de Herrera e do duque de Alba. Os desenhos estão próximos dos esquemas destinados aos oficiais, uma forma de comunicação entre pares ou com eventuais interessados por assuntos desta natureza. Não sobreviveram muitos exemplares, dado o seu carácter utilitário. O desenho que Antonelli realizou para a parada em Julho de 1580 seria um exemplar mais cuidado destinado a Filipe II, tal como no caso da formatura do exército isabelino em Tilbury (1588); já o esboço de Gustavo Adolfo para a batalha de Lützen (1632) apenas terá sobrevivido pelo seu valor histórico. Seriam um suporte vulgarizado e de facto, existe notícia de um destes desenhos ter sido encontrado no bolso de um oficial holandês durante guerra da «Restauração do Maranhão». Era vulgar encontrar-se este tipo de representação nos tratados, mas esta encontra-se um passo à frente ao juntar a topografia. O facto de um dos destinatários da missiva ser Andrea Palladio indica o interesse especial do arquitecto vicentino pela guerra, do qual já falámos.

Das três fontes iconográficas da batalha de Alcântara conhecidas, a que possui maior detalhe é, sem dúvida, o «desenho à pena» (figura 314). Esta peça vem acompanhada por uma curta descrição escrita em francês, que também lhe serve de título. Sabendo que a França seria um dos aliados prováveis de D. António, é provável tratar-se de um panfleto cujo objectivo era demonstrar a inutilidade de qualquer tentativa para apoiar as forças antoninas. Pode ter sido uma razão para o título ter sido acrescentado em época posterior, pois a legenda está escrita em espanhol. Os receios de Filipe II acabaram por ser confirmados com a ajuda militar francesa na defesa da Terceira em 1581-1582, mas a invasão de Portugal foi combatida quase exclusivamente por portugueses. A rapidez com que a campanha decorreu contribuiu para o isolamento de D. António, antecipando-se a um eventual auxílio externo. Este foi, aliás, um dos principais objectivos que ditou as opções estratégicas dos comandantes: terminar a campanha o mais depressa possível.

O autor não caracterizou pormenorizadamente as formaturas, centrando-se no comportamento dos diferentes elementos dos dois exércitos durante os combates. Portanto, o lapso de tempo que abarca apenas diz respeito ao decurso da batalha, ao contrário do que sucedeu com os esboços de Angarano, que no fundo relata a aproximação a Lisboa desde o desembarque no Ramil. A descrição não aparenta qualquer juízo ou parcialidade, limitando-se ao enumerar das forças em presença. Confrontando-a com a relação de Herrera, verifica-se que não existem divergências de fundo, mas não deixam de ser duas peças com narrativas perfeitamente autónomas.

A topografia encontra-se perfeitamente identificada nas três imagens. O desenho da BNP, em particular, representa o território em cujos extremos se encontram Lisboa e Belém, os pontos de apoio de cada um dos exércitos; esta topografia é perfeitamente identificável tanto no esboço de Angarano como nos frescos. A meio encontra-se o «rio de Alcântara» com a respectiva ponte, que constituiu o centro de gravidade da batalha. Em baixo, vemos o olival por onde Sancho de Ávila e o «prior don Hernando» efectuaram o flanqueamento da posição dos portugueses, chave da vitória. Representaram-se também as duas frotas. No esboço de Angarano omitiu-se o esquadrão de espanhóis, entre os italianos e os alemães, e apenas nos podemos aperceber dos esquadrões que acompanharam a cavalaria.

O plano de D. António era impedir a progressão dos Espanhóis, e para isso dispunha de vantagem na posição que escolhera. A ribeira de Alcântara era uma defesa natural praticamente inexpugnável e a ponte, única forma de atravessar a ocidente, estava fortemente guardada. Foram feitos dois redutos, um deles numa azenha na foz, o outro numa casa baixa no lado esquerdo da ponte. Atrás destes instalou-se a artilharia, com algumas peças assestadas de maneira enfiar os soldados que tentassem a travessia. A crer num detalhe do fresco do Viso, foi colocada uma peça de grosso calibre perto da casa, provavelmente destinada a bater a frota inimiga; seria o «tiro de Diu», retirado do forte da Cabeça Seca (**figura 313**).

As forças portuguesas são mais difíceis de contabilizar, e os relatos de Alba e Herrera apenas avançaram com estimativas gerais, na ordem de cerca de 13.000 homens. Os vários focos de resistência ao longo do itinerário da invasão possuíam forças substanciais, nomeadamente em Setúbal, mas sobretudo em Cascais. Por essa razão, parece crível supor que a defesa de Lisboa deva ter ficado sobretudo a cargo das 30 companhias de ordenança de capital. A estas forças foram adicionados outros efectivos de recurso, sem qualquer espécie de adestramento e, na sua maioria, deficientemente armados.



Figura 313 – Vista da ponte de Alcântara a partir do rio Tejo

Fonte: porm. do fresco do Palácio do Viso, Sala de Portuga, Lazaro Tavaronne (?)
A ermida de Santo Amaro (esquerda), o reduto do «mulino» (centro), a peça de Diu (direita).

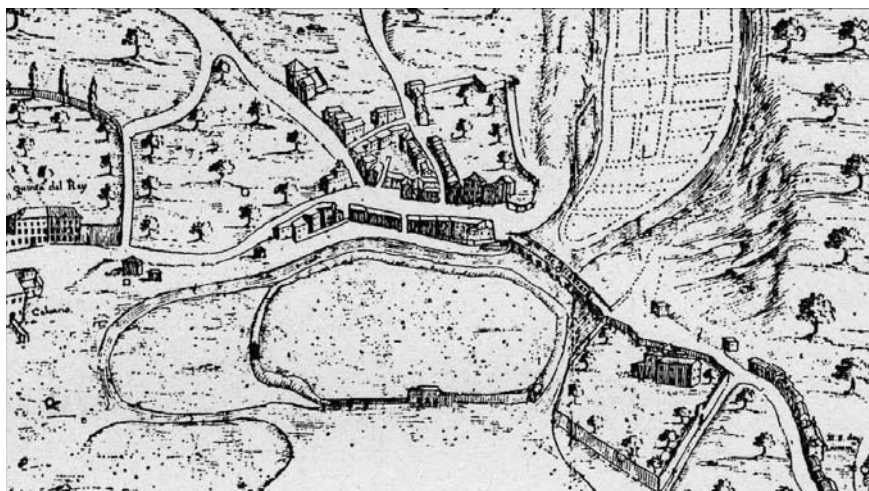


Figura 314 – A ponte de Alcântara

Fonte: Gravura do séc. XVIII

Na frente está representada a azenha, com a ponte no lado direito.

Foi também com o recurso às ordenanças de 1570 que se procedeu ao arrolamento, portanto é de supor que o efectivo de cada companhia não deveria ultrapassar os 250 homens estipulados pelo *Regimento dos Capitães-Mores*. Assim, partindo do princípio de que cada companhia teria o seu efectivo completo, o total não excederia 7.500 soldados. Integram-se duas ou três dezenas de companhias

de «negros y confesos»⁹⁸, aliás como afirmaram o duque de Alba e Herrera. D. Fernando de Toledo, certamente na posse de informações credíveis devido à rede de espionagem instalada, afirmou mesmo serem estes homens que perfaziam o maior quantitativo das forças de D. António. Em função da estimativa geral, certamente que não seriam menos de 5.000 ou 6.000 homens, e o seu valor militar era naturalmente pouco elevado, mesmo comparado com as companhias de ordenança. Algumas das tropas portuguesas destacavam-se, como por exemplo uma companhia de soldados constituída por franciscanos, que aliás estiveram na frente da resistência à invasão castelhana. Facto curioso era serem capitaneados por um frade de origem espanhola, que neste transe bélico trazia o símbolo militar máximo, um bastão de comando. Na cavalaria, cerca de 70 cavaleiros eram provenientes do Norte de África, estacionados em Portugal desde a expedição de 1578, comandados por Mulei Nacer, irmão do xarife deposto.

A disposição das tropas de D. António é ainda mais difícil de reconstituir. Na gravura da BNP podemos descortinar um esquadrão a defender o acampamento. Sem dúvida que aqui estacionaram tropas, provavelmente as forças mais escolhidas, por se julgar que o ataque principal partiria deste eixo. O grosso das forças estava encoberto por espessos olivais, como também podemos observar no desenho. Certamente algumas das tropas mais frouxas encontravam-se neste local para não serem desde logo alvejadas pelos canhões contrários. Em Alcácer Quibir, os esquadrões de Lisboa tiveram um fraco comportamento quando batidos pela artilharia de Abedelmeleque. Um dos dois sargentos-mores que D. Sebastião levou a Alcácer Quibir, o dominicano frei Estêvão Pinheiro, encontrava-se agora ao lado de D. António; é natural que tivesse transposto esta lição, colhida durante a fatídica batalha, para o dispositivo de Alcântara. A cavalaria encontrava-se também neste local, preservada da vista do adversário. Contava com cerca seis companhias de arcabuzeiros a cavalo, cerca de 500 a 600 homens⁹⁹. Outros tantos cavaleiros eram destinados à tradicional acção de choque, entre os quais estavam os 70 mouros de Mulei Nacer. O perigo de envolvimento do flanco direito era uma situação previsível. Para atalhar este perigo foram construídas a oriente duas linhas de trincheiras, instalando no local várias peças de artilharia (**figura 315**). O exército era ainda apoiado pela frota com 40 embarcações, em cuja vanguarda se encontrava a principal força de choque, 9 galeões.

⁹⁸ «Relación de lo sucedido al ejército del rey nuestro señor desde 27 junio hasta 3 de julio» (CoDoIn, *op. cit.*, v. 40, p. 340).

⁹⁹ Eram capitães D. Diogo de Meneses *o Roxo*, D. João Coutinho, conde de Redondo, Sancho de Tovar, Duarte de Castro e Manuel Mendes.

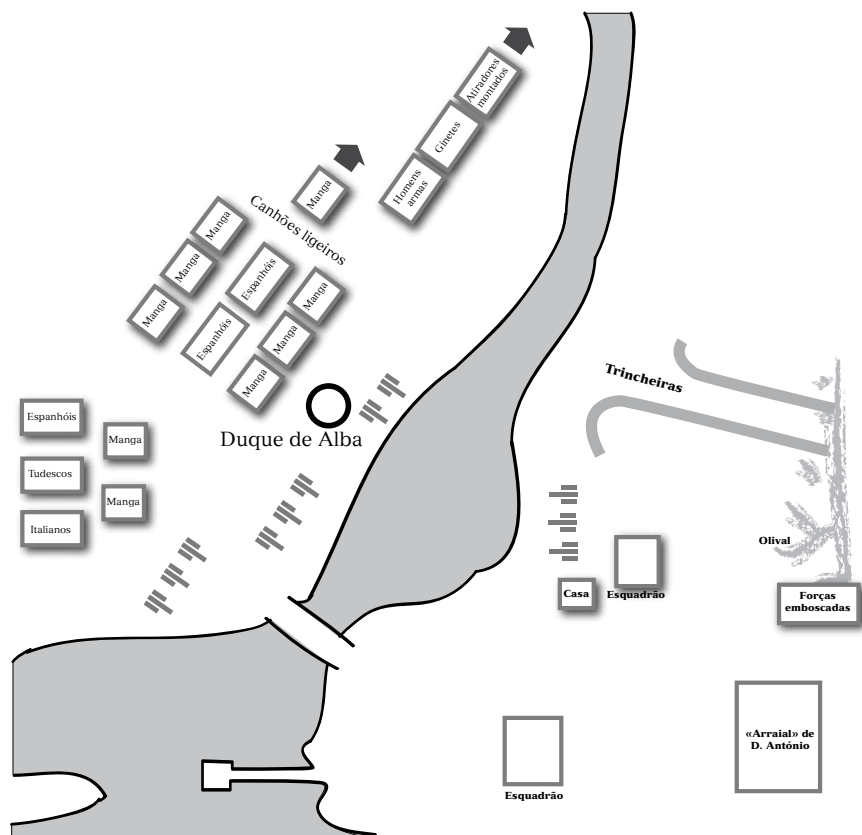


Figura 315 – A batalha de Alcântara, 25 de Agosto de 1580

Fonte: Esquema do autor

O dispositivo de batalha mais rígido foi construído em função da ponte, único ponto de travessia e acesso directo ao dispositivo inimigo, na ordem tripartida favorecida pelo duque de Alba. Na ala esquerda do dispositivo espanhol encontram-se as forças de flanco: dois esquadrões com sete mangas de atiradores e algumas peças, mais à frente a cavalaria.

Aparentemente tratava-se de um forte dispositivo defensivo. Batida directamente pela artilharia e protegida pela «*casa baxa*», transformada em reduto com uma força avançada de atiradores, a aproximação pela ponte de Alcântara parecia difícil de realizar sem um elevado número de baixas. O apoio directo das embarcações às tropas seria mais um ponto a favor dos defensores, ainda que eventualmente estorvado pelas galés castelhanas. Porém, dois defeitos foram aproveitados pelo experiente duque de Alba. Era conhecida no lado espanhol a fraca qualidade de parte substancial dos efectivos de D. António, provavelmente as tropas que guarneciam os entricheiramentos na mão direita do dispositivo. E depois de efectuado um rigoroso reconhecimento no dia 24, detectou-se ainda grande debilidade na construção destas trincheiras.

Segundo Herrera, os canhões espanhóis repartiram-se por 4 baterias, 3 na frente dos portugueses e o remanescente defendendo o acampamento de Belém. A primeira bateria, com um total de 7 canhões e colubrinas «grandes», foi colocada no extremo direito do dispositivo espanhol. A segunda bateria, 3 meias colubrinas e 1 canhão médio, implantou-se um pouco mais à esquerda. A terceira bateria, que dispunha também de 7 peças, teria sido colocada na posição designada como «*los molinos*», perto da primeira bateria espanhola. Finalmente, uma última bateria com 2 peças pesadas, 3 meias colubrinas, mais 20 canhões de sete libras apreendidos na Torre, fazia a defesa do local do acampamento, em Belém. As deficiências defensivas foram habilmente aproveitadas, e ditaram a natureza do dispositivo ofensivo: um forte contingente, fortemente armado com armas de fogo e dotado de grande mobilidade, devia proceder ao flanqueamento da posição inimiga e assaltar as trincheiras. Ao mesmo tempo, as principais unidades de choque — os esquadrões de piqueiros — deviam manter ocupadas as tropas em frente da ponte, forçando a passagem logo que possível.

A frente de batalha dos castelhanos articulou-se em função de uma posição que Herrera designou por «moinhos», que parece coincidir com o local escolhido pelo duque de Alba para posto de comando, numa pequena colina à esquerda da ponte de Alcântara. Na esquerda dos moinhos colocaram-se as tropas destinadas ao flanqueamento da posição de D. António. Primeiro 2 esquadrões, o primeiro com as companhias do *tercios* de D. Rodrigo Zapata e D. Gabriel Niño (cerca de 5.000 homens), o outro com o *tercio* de D. Luis Enriquez (cerca de 2.500 homens). Retiraram-se ao efectivo de todos os terços 2.100 arcabuzeiros, que se repartiram em 7 mangas soltas de 300 homens e se estacionaram na esquerda dos 2 esquadrões. Atrás da primeira manga seguiam 6 peças, certamente canhões ligeiros. No extremo desta mão ficavam as tropas a cavalo, provavelmente os atiradores montados na frente, depois os ginetes de Granada e finalmente os homens-de-armas a cargo do «*gran Prior*». A ala esquerda deveria subir até um ponto do rio mais acima para depois cair de improviso sobre a linha de trincheiras.

Do lado direito dos moinhos, portanto na foz da ribeira de Alcântara, formou-se um esquadrão com os soldados italianos dos *tercios* de Nápoles e Sicília/Lombardia e 8 «bandeiras» de alemães (no total seriam cerca de 3.500 homens). A seguir estava outro esquadrão com os dois *tercios* espanhóis de Martín de Argote e Antonio Moreno (outros 3.500 homens). Entre a ponte e o posto do duque ficou o remanescente dos tudescos formados noutra esquadrão (cerca de 1.500 homens), guarnecido com atiradores espanhóis. Os esquadrões seriam guarnecidos pelo efectivo de atiradores distribu-

ído em mangas. Seriam talvez 2, uma na frente dos italianos com os respectivos atiradores e parte dos espanhóis com 70 piqueiros na retaguarda, certamente em apoio próximo para investir rapidamente pela ponte. Na frente dos esquadrões dos tudescos e dos espanhóis de Zapata e Gabriel Niño ficava outra manga. Por fim, a frota compreendia 66 galeras e 26 naus e outros navios, com 500 soldados espanhóis e outros tantos italianos, e apoiava o ataque pelo mar.

Gizado um poderoso movimento de flanco que, na verdade, constituiria o principal eixo de ataque, tocaram-se vários rebates durante a noite. Era tática habitual do duque destinada a fatigar os defensores, mas neste caso tinha como principal objectivo levá-los a posicionar as forças principais junto da ponte. A chamada dos soldados seria feita discretamente e antes do nascer do sol, para não alarmar o inimigo e impedi-lo de mover as tropas que supostamente deveria ter colocado em frente da ponte. De madrugada, duas horas antes de o sol nascer, a cavalaria foi discretamente colocada em ordem de batalha. Entretanto, os esquadrões de infantaria construía-se protegidos por eminências do terreno. Finalmente, já nascido o dia, a cavalaria tomou posição no extremo esquerdo da linha de batalha com grande alarido de trombetas. Foi talvez a primeira tentativa de desmascarar as forças que se encontravam emboscadas no olival. A artilharia de D. António respondeu rápida e certa, e dois pelouros atingiram um dos 3 esquadrões. Uma a uma, as restantes peças começaram a disparar, e durante a primeira hora de bombardeamento não houve qualquer resposta dos Espanhóis. O duelo de artilharia favorecia os Portugueses, por se encontrarem na defensiva, melhor protegidos e com a maior parte das forças fora da vista do adversário. De facto, os esquadrões espanhóis estavam encobertos por duas eminências, mas distinguíam-se alguns soldados das pontas dos esquadrões, adivinhando-se onde se encontrava o grosso das tropas. Alguns tiros foram disparados por cima das colinas, o primeiro dos quais acertou em cheio no meio do *tercio* de Nápoles, matando 3 soldados e 1 alferes.

Os atiradores montados saíram da protecção do olival para disparar sobre a infantaria, para logo voltar para a protecção do arvoredo a recarregar as armas. Era talvez a tentativa de provocar um ataque pelo lado mais forte das defesas. E de facto assim sucedeu. Alguns esquadrões portugueses, vendo que os castelhanos não se moviam, saíram a descoberto. Acto contínuo, a artilharia espanhola a cargo de Frances de Álava y Viamont disparou, e o estrago que provocou foi o suficiente para os italianos de Prospero Colonna se lançarem impetuosamente sem esperar pela ordem combinada¹⁰⁰.

¹⁰⁰ «Levantando en uno de los molinos una vandera blanca» (Antonio *Cinco libros de*

Tal como sucedera no Outão dois meses antes, viram-se subitamente em grande aperto. Vítimas do fogo cruzado dos atiradores enrincheirados nos redutos, fuzilados à queima-roupa pelas peças em frente à ponte, atacados pelos soldados portugueses, estavam em grave risco de serem aniquilados. Alarmado, o capitão Luis Dovara dirigiu-se pessoalmente ao duque solicitando que lhe permitisse ajudar os companheiros. D. Fernando de Toledo, embora furioso pela desobediência de Colonna, acedeu. O esquadrão dos alemães seguiu em socorro dos italianos em apuros, e deu-se início ao ataque pelo flanco, tal como planeado.

A cavalaria ligeira de Sancho de Ávila chegou rapidamente às trincheiras, e os atiradores montados devem ter iniciado uma primeira escaramuça. Porém, como chegassem os restantes soldados, em especial os mais de 2.000 atiradores, a situação depressa se tornou insustentável para os soldados que guarneciam as fortificações, provavelmente tropas menos preparadas e pior equipadas. Por isso a resistência foi frouxa; à vista do avolumar de soldados espanhóis, que afinal consistiam em vários milhares de atiradores e centenas de cavaleiros, os defensores puseram-se em fuga. Foram logo perseguidos pelos ágeis ginetes e depois completamente desbaratados pelos homens de armas do Prior D. Fernando¹⁰¹. Os cavaleiros de D. António ainda tentaram contrariar a entrada fulgurante de Sancho de Ávila, mas, em clara inferioridade numérica, foram também dispersos. Terá sido nesta ocasião que D. António foi ferido por uma lançada na cara e garganta.

Entretanto, a frota portuguesa não dava sinais de qualquer actividade ofensiva. A verdade é que alguns dos capitães foram aliciados pelos agentes espanhóis, como o general das galés Diogo Lopes de Sequeira, regressado de Alcácer Quibir, que entregou preciosas informações sobre as forças navais de D. António. Depois de um curto bombardeamento pelas galés, os navios portugueses renderam-se. Desmoralizados pela perda do apoio da frota, parece lógico que os soldados em frente da ponte devem ter afrouxado a defesa, permitindo aos italianos e tudescos forçarem finalmente a passagem. Um esquadrão com tropas mais aguerridas, comandado por Duarte de Castro — que de mercador havia passado a capitão de soldados¹⁰² —, ainda combatia, mas foi desbaratado depois do

la Historia de Portugal, y de la conquista de de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583, Madrid, Pedro Madrugal, 1591, p. 123 v.).

¹⁰¹ Fernando de Toledo (1537-1591) era filho primeiro do duque de Alba. Foi feito grão-prior de Castela por Filipe II, depois do seu regresso de Itália em 1558. O outro D. Fernando de Toledo y Enriquez (1530/31-1585), comendador da Ordem de Santiago, era sobrinho do duque.

¹⁰² «Un rico mercador que llamavan Duarte de Castro, el qual era fama que havia

incansável Sancho de Ávila ultrapassar as trincheiras.

A batalha estava ganha, mas não foi uma mera «ação». É certo que o desfecho final se deu num curto espaço de tempo, mas o combate durou desde cerca das 7.00 horas da manhã até perto do meio-dia dessa quinta-feira 25 de Agosto. Algumas horas, portanto, e não apenas uma escassa meia-hora. Foi uma batalha complexa, envolvendo um ataque terrestre e outro por mar, juntamente com um pronunciado envolvimento de flanco. A natureza do terreno ditou que a artilharia desempenhasse um papel relevante na batalha, pelo menos na sua fase inicial. O uso de fortificações de campo podia ter constituído um obstáculo mais difícil de vencer, mas sem dúvida que a mestria militar do duque de Alba o tornava um general praticamente imbatível.

A resistência de D. António ainda se prolongou por mais dois meses. A perseguição encarniçada de Sancho de Ávila não deu quaisquer frutos, em grande parte pela discreta ajuda da população — apesar da enorme recompensa oferecida por Filipe II pela captura do rival. Finalmente, a 10 de Maio de 1581, depois de vários meses em fuga e acochado de perto pelos Castelhanos, D. António embarcou em Setúbal com destino a França. Em 9 de Dezembro de 1580, Filipe II entrou em Elvas, onde se demorou dois meses, recebendo os cumprimentos dos novos súbditos. Atravessando o país, como três anos mais tarde sucederia com os supostos restos mortais de D. Sebastião, chegou em 16 de Março de 1581 a Tomar, para onde convocara cortes. Foi jurado rei a 16 de Abril de 1581, mas em Julho, D. António era recebido pelo monarca francês e inglês.

1.2 As campanhas dos Açores (1581-1583)

A posse dos Açores era para Filipe II uma necessidade operacional incontornável. A conquista do reino vizinho impediria qualquer golpe contra o espaço vital espanhol, e o controlo de Lisboa permitiria fechar os portos aos Ingleses e Holandeses. Porém, os Açores eram absolutamente cruciais para o tráfego marítimo entre a América e a Europa. Talvez por essa razão a anexação de Portugal parecia a Filipe II a possibilidade irresistível para concretizar a sua supremacia.

A 9 de Junho, cerca de um mês antes do início da invasão de Portugal, D. António enviou ao corregedor Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos, que sabia ser-lhe favorável, uma intimação para con-

prestado a don Antonio cantidad de dinero para ayuda de seguir la guerra» (Antonio Escobar, *op. cit.*, p. 57).

cretizar a sua aclamação; corregedor dos Açores desde 1576, era um dos indefectíveis da causa antonina¹⁰³. Todavia, o capitão donatário de São Miguel, Rui Gonçalves da Câmara (1550-1601), e o bispo da diocese, D. Pedro de Castilho¹⁰⁴, recusaram e aderiram ao partido castelhano. Portanto, a situação política nas ilhas estava longe de obter uma unanimidade. De facto, quando o portador da missiva passou por Ponta Delgada apenas conseguiu uma cautelosa aclamação, por certo instruída a partir de Lisboa em concerto com bispo. Em Angra, pelo contrário, a recepção foi calorosa, e seguindo este exemplo as restantes ilhas declararam-se por sua vez a favor do prior do Crato. As ordenanças de 1570 já tinham sido implementadas nos Açores, e foi também nesta altura que se acelerou a fortificação do arquipélago entre os anos 50 e 70 (v. **tabela 2**, p.157). No Verão de 1581 foram construídos uma série de entrincheiramentos defendendo os principais ancoradouros na parte sul-sudeste da ilha Terceira, nos quais teria participado o florentino Filippo di Piero Strozzi (1541-1582)¹⁰⁵, criando uma densa cortina fortificada em torno da capital (**Tabela 30**).

Depois de consumada a conquista de Portugal, uma armada de 15 navios e 2.500 soldados, comandada pelo inevitável marquês de Santa Cruz, preparava-se para sair de Lisboa em finais de 1580. Pouco inclinado a encetar nova expedição militar, o monarca espanhol preferiu esgotar a via da negociação, mas as propostas de amnistia apenas resultaram no atraso do início das operações. A 16 de Julho de 1581 saiu de Lisboa uma frota de 10 navios, dos quais oito eram galeões de alto bordo com 1.000 homens de guerra comandados por D. Pedro de Valdés (1544-1615). Depois de reagrupados na ilha de Santa Maria, que juntamente com São Miguel aderira ao partido castelhano, a 30 juntaram-se ao galeão português *São Cristóvão*, que se encontrava ao largo da ilha Terceira. Outra armada devia reunir-se para então desencadear o ataque, mas o atraso dos reforços — ou talvez o desejo da honra de concluir a jornada sem mais ajudas — levou a que o capitão espanhol tentasse resolver a situação apenas com as forças de que dispunha. As suas instruções autorizavam uma acção militar em caso de recusa da rendição, e de facto o mensageiro

¹⁰³ Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos morreu no exílio, em Paris.

¹⁰⁴ Pedro de Castilho (?-1613) nasceu em Coimbra, filho do arquitecto Diogo de Castilho e de D. Isabel Ilharco. Foi o sétimo bispo da diocese de Angra (1578-1583). Durante a crise de 1580-1583 aderiu ao partido filipino e foi forçado a abandonar Angra para se refugiar em São Miguel.

¹⁰⁵ Durante as guerras de religião de França combateu em Saint Denis (1567) e em Jazeneuil (1568). Em 1569 foi nomeado coronel-general dos regimentos de infantaria. A 25 de Junho de 1569 foi capturado pelos huguenotes numa escaramuça perto de La Roche l'Abeille, a sul de Limoges, mas ainda fez o cerco de La Rochelle (1573). Para além dos cargos militares, Strozzi foi tratadista e publicou nos anos 50 uma tradução de Políbio, *Del Modo di Accampare*.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

enviado fora afastado a tiro pelos «rebeldes». Valdés sentia, por isso, as mãos livres para actuar como entendesse conveniente.

Designação	Autor	Data
Forte das Cinco Ribeiras	?	1581
Forte do Negrito	?	158
Forte Grande de São Mateus	?	1581
Forte de São Mateus	Tommaso Benedetto?	1581
Forte da Ma Ferramenta	?	século XVI
Forte de São Sebastião	Tommaso Benedetto	iniciado na década de 70
Forte de Santo António	?	1573
Forte dos Coelhos	?	1581
Forte da Salga	Tommaso Benedetto	construído entre 1567 e 1573
Reduto da Casa de Salga	?	1581
Forte das Cavalas	?	1581
Forte das Caninas	?	1581
Forte da Greta	?	Depois de 1583?
Forte de Santa Catarina das Mós	?	1581
Forte do Pesqueiro dos Meninos	?	1581
Forte de São Francisco	?	1581
Forte de São Fernando	?	1581

A guerra «en que milita nuestra nación española»

Forte de Nossa Senhora da Nazaré	?	1581
Forte de São Filipe ou São Tiago	?	1567-1581
Forte de São Bento	?	1581
Forte Santa Catarina do Cabo da Praia	Tommaso Benedetto	Construído entre 1567 e 1581
Forte de Santo Antão	?	1581-1583
Forte das Chagas	?	1579-1581
Forte de Nossa Senhora da Luz	?	1581
Forte de Santa Cruz	?	1579-1583
Forte do Espírito Santo	?	1579-1583
Forte do Porto	Tommaso Benedetto	1567

Tabela 30 – Fortificação dos Açores 1567-1581

Fonte: Tabela do autor

A Batalha da Salga, 25 de Julho de 1581

As fontes espanholas são compreensivelmente quase omissas sobre a campanha militar nos Açores, e não existe qualquer registo iconográfico conhecido. Apenas a *Crónica del-Rei D. António*, redigida por Pedro de Frias, relata detalhadamente estes sucessos, ainda que na perspectiva das forças portuguesas. A minúcia do relato e a relativa imparcialidade no que respeita ao desenrolar dos factos, apesar de perfilhar o partido português, são cruciais para percebermos como foi construída a ordem de batalha dos exércitos. Da mesma forma que a fonte fundamental sobre Alcácer Quibir, a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião*, será em torno deste texto que faremos gravitar as restantes crónicas e relações, nomeadamente os textos de Mosquera de Figueroa, Antonio de Herrera, Girolamo Franchi di Conestaggio e Pero Roiz Soares.

Pedro de Valdés dirigiu-se para a Terceira com uma frota de cinco naus «grossas» e dois navios ligeiros, provavelmente caravelas «de armada». A capitania, onde seguia Valdés, era uma nau mandada fabricar em Nápoles pelo próprio marquês de Santa Cruz, e seguiam na frota seis companhias, na sua maioria cerca de 1.500 soldados veteranos. Ao amanhecer do dia 5 de Julho a frota chegou pelo leste à vista de Angra, e os navios bombardearam a cidade de Angra todo o dia, situação só possível pela ausência de uma frota que se lhe opusesse. De seguida Valdés ordenou que se lançasse ferro ao abrigo do monte Brasil, e aí permaneceu três dias tentando obter informações. Inteirado da situação na ilha pela tripulação de uma embarcação aprisionada, o capitão espanhol enviou uma missiva ao governador onde instava à obediência a Filipe II, prometendo o perdão e vantagens de vária ordem. A proposta foi rejeitada. Depois de algumas tentativas frustradas de desembarque ao abrigo da noite, a 17 de Julho teve lugar a primeira acção de vulto sobre o porto de vila da Praia. Quatro barças com cerca de 350 homens avançaram apoiados pela maioria dos navios — dois haviam ficado em posição de bloqueio a Angra. O fogo dos defensores atingiu dois dos galeões, fazendo abortar o ataque. Valdés não desistiu. Deixando parte dos navios em frente à Praia como manobra de diversão, destacou 2 galeões, 1 caravela e 1 patacho. Desta vez o comandante castelhano pretendia um lugar pouco fortificado e suficientemente amplo, que permitisse desenvolver a ordem de batalha (**figura 316**).

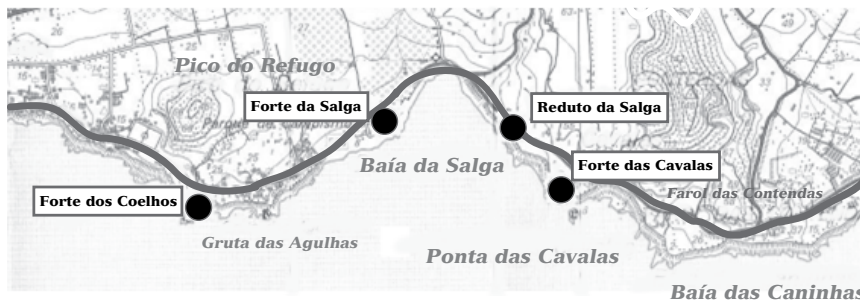


Figura 316 – Os fortes de defesa da baía da Salga

Fonte: Esquema do autor

O local escolhido para novo desembarque foi a baía da Salga, situada a 13 quilómetros para leste de Angra. O extremo oeste do local era defendido pelo reduto da Salga, artilhado com dois berços. As peças eram servidas por um «bombardeiro» com uma guarnição de 50 soldados, divididos em duas esquadras com os respectivos «cabos». Eram todos residentes na vila de São Sebastião, destacados para fazerem a guarda durante a noite. Outro forte defendia o lado leste da baía e devia cruzar fogos com o reduto da Salga, mas na altura encontrava-se inacabado e sem qualquer peça de artilha-

ria. Pouco tempo depois do ataque do dia 17 o corregedor chegou à vila da Praia para felicitar os moradores e avaliar a situação. Apesar dos navios inimigos fundeados ao largo, concluiu que o inimigo procedia à sondagem das defesas com o intuito de escolher um local apropriado para desembarcar. Ordenou ao capitão Francisco Dias de Santiago que se dirigisse para a baía da Salga para reforçar as várias estâncias, e repartiram-se os soldados em vários piquetes, cada um com 4 atiradores enquadrando alguns moradores. Um cavaleiro actuava como estafeta, levando as ordens ou dando o alerta. Ainda assim, os homens que defendiam a zona considerada mais crítica não chegam a uma centena. Assim, na manhã do dia 24 seguiu o «licenciado Domingos Onsel» com 40 soldados para reforçar o reduto da Salga.

A 25 de Julho de 1580 a frota espanhola chegou ao local escolhido. A baía da Salga era suficientemente larga para a manobra das lanchas de transporte dos soldados, ao mesmo tempo que a profundidade permitia às embarcações de maior calado apoiarem os batéis com o fogo das peças. A costa também não oferecia dificuldades de maior ao desembarque, e o vale entre os picos do Refugio e das Contendas era suficiente para as tropas formarem em ordem de batalha (**figura 317**).



Figura 317 – A baía da Salga

Fonte: José Luís Ávila Silveira/Pedro Noronha e Costa

Para o desembarque inicial destacaram-se 600 soldados em duas companhias, comandadas pelo sobrinho do marquês de Santa Cruz, D. Luis de Bazán, e pelo seu próprio sobrinho, Diego de Valdés. Este último desempenhava ainda o cargo de mestre-de-campo. Como vimos, a defesa do local escolhido para o desembarque concentrava-se no forte da casa da Salga, que dispunha de 2 peças

de artilharia. Por uma infeliz coincidência, na noite de 25 apenas se encontrava guarnecido com 13 soldados e o seu cabo de esquadra, pois parte dos homens havia regressado e os quarenta soldados de Onsel não tinham ainda chegado. Não estavam cumpridas as ordens do corregedor, que aconselhara o reforço da vigilância na madrugada, hora mais provável para um assalto. A agravar a situação dos defensores, o forte com o qual deveria cruzar fogo encontrava-se inacabado, sem artilharia e desguarnecido de tropas.

Seriam três horas da manhã quando os castelhanos deram o assalto, como Cipriano de Vasconcelos e Figueiredo havia previsto. As tropas de assalto compreendiam 300 soldados repartidos por dois batéis e um terceiro — a embarcação capturada logo ao início das operações — com 30 homens. A primeira lancha foi alvejada por um dos dois berços, mas sem produzir qualquer efeito. A frota apoiava o assalto com as peças, e depois de alguns pelouros caírem perto do forte os escassos defensores puseram-se em fuga, deixando o reduto nas mãos do inimigo. O primeiro disparo dos soldados do reduto teve pelo menos a dita de alertar os piquetes e o capitão da vila de São Sebastião, Baltazar António. Estes primeiros minutos foram de grande desordem entre os defensores. Na escuridão, os soldados dos piquetes não distinguiram os portugueses que fugiam dos espanhóis que desembarcavam, até ao momento em que ouviram trocar palavras em castelhano. Mas com os soldados inimigos já tão próximos das suas posições também recuaram em desordem. Assim, a vanguarda do mestre-de-campo Diego de Valdés avançou rapidamente pela praia, alcançando uma casa situada a pouco mais de uma centena de metros dentro. Mais atrás, os portugueses alertados pelo disparo do berço e depois pelos sinos acorriam à escaramuça. Os soldados de Onsel, que haviam permanecido nas imediações, foram certamente os primeiros reforços a entrar em contacto com o inimigo. Os espanhóis mais adiantados tentavam incendiar a casa e foram colhidos de surpresa e recuaram; ao mesmo tempo, 5 soldados portugueses ocuparam o inacabado e desguarnecido forte da Salga. A posição era vital, pois situava-se na ponta leste da baía, dominando a aproximação à baía a partir de São Sebastião. Os espanhóis aperceberam-se e tentaram desalojar os portugueses, embora sem êxito.

O local do desembarque ficava assim confinado mas, com o reduto da Salga nas mãos, Valdés tinha segura a praia para onde iriam afluir reforços. De facto, os batéis das naus foram desembarcando mais soldados, e quando o dia despontou já se encontravam em terra cerca de 400 homens, que disparavam com as peças capturadas sobre os poucos defensores, em especial aqueles que teimavam em defender o forte. Alertado, o corregedor juntou duas companhias

e saiu da vila da Praia na direcção da baía da Salga, mas marchava com grandes cautelas, com uma companhia de soldados na frente em exploração. Ao mesmo tempo guarnecia todos os pontos fortificados, deixando a retaguarda protegida, pois temia uma investida súbita dos inimigos, «ardilozos na guerra»¹⁰⁶. Porém, a demora deixava os defensores em situação delicada face às investidas de um inimigo cada vez mais numeroso e afoito.

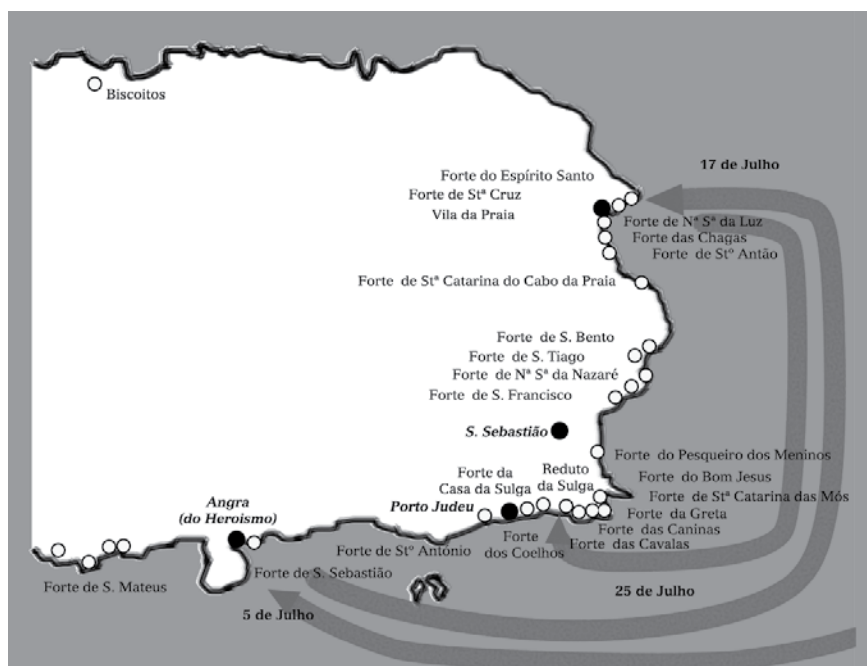


Figura 318 – Os combates na ilha Terceira, 5-25 de Julho de 1581

Fonte: Esquema do autor

Tardavam a chegar reforços, e o estafeta foi enviado, provavelmente a Porto Judeu. O capitão Aires Jácome Correia tomou a iniciativa de enviar a companhia de Artur de Azevedo de Andrade, com cerca de 300 soldados apoiados por uma carreta artilhada com um «falcão»¹⁰⁷. Obrigando os soldados a uma marcha forçada, Azevedo de Andrade chegou rapidamente à vista das posições inimigas, mas a sua inexperiência deitou tudo a perder. Não esperou pelo resto dos soldados da sua companhia, e sem formar as fileiras mandou colocar a peça em posição. E depois de um primeiro disparo lançou-se impetuosamente sobre os espanhóis, à frente de pouco mais de seis dezenas de homens. No lado oposto chegava finalmente o corredor, que, vendo disparar a peça, percebeu a manobra e tratou de

¹⁰⁶ Pedro de Frias, *op. cit.*, p. 52.

¹⁰⁷ Peça de artilharia cujo projectil podia pesar entre 1 e 2 Kg.

atacar também. Os espanhóis, pelo seu lado, fizeram sair uma manga de pouco mais de meia-dúzia de homens contra os homens de Artur de Azevedo de Andrade. A perícia e pontaria dos atiradores derrubaram 4 ou 5 portugueses, e os restantes, tomados de pânico, voltaram as costas seguidos pelo capitão. Ao ver os companheiros em fuga, os soldados que atacavam pelo lado oposto debandaram de imediato; o corregedor por pouco evitou ser espezinhado pela multidão.

Exultantes com a facilidade com que rechaçaram os adversários, os espanhóis trouxeram a peça abandonada para o seu campo, julgando que a vitória já lhes pertencia. O próprio Valdés decidiu juntar-se aos soldados — «vestio camiza lavada, e se vestio de verde e lionado metido em huma lamcha veyo ao longuo da terra»¹⁰⁸. Era, contudo, prematuro considerar o recontro terminado. Os portugueses, que entretanto já tinham conseguido instalar algumas peças, dispararam um tiro de berço sobre a lancha que acertou num dos remadores. O comandante castelhano foi obrigado a retroceder precipitadamente e, de novo embarcado num dos galeões, decidiu acelerar o desembarque das restantes tropas para forçar a conclusão da batalha. Algum tempo depois encontravam-se também em terra todos os cerca de 1.500 soldados de peleja da frota, aproveitando a vantajosa posição e melhor fortificação do reduto da Salga, e segura a retaguarda pela artilharia da frota. Os reforços portugueses iam chegando, e pelas 9.00 horas da manhã encontraram-se-iam no local 9 companhias de ordenanças com cerca de 2.000 homens e alguns cavalos: 5 companhias de Angra, 2 companhias da vila da Praia, 1 companhia de São Sebastião, 1 companhia de Porto Judeu, e alguns franceses da nau de Antoine Scalin, ancorada na ilha (**tabela 31**).

As escaramuças já haviam custado aos defensores a vida de 17 soldados, mas do lado contrário as baixas também se avolumavam. Os espanhóis tinham ocupado uma «casa sobradada», provavelmente situada no extremo norte da praia, que converteram em reduto. Numerosos atiradores distribuíram-se pelos dois pisos, disparando por entre as telhas do telhado e apoiados por uma peça instalada nas imediações. Esta posição foi palco de combates em especial a partir do momento em que os espanhóis arvoraram uma bandeira na janela, em claro desafio. Ao valor militar da posição juntava-se um valor simbólico. O corregedor ordenou que se trouxesse um falcão pedreiro e reforço de munições. A troca de tiros era intensa, e à chegada dos reforços o morrão de um arcabuz ateou a pólvora, ferindo cerca de 8 homens; pouco depois os espanhóis eram vítimas de um acidente idêntico. Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos insiste no ataque,

¹⁰⁸ Pedro de Frias, *op. cit.*, p. 52.

empenhando mais forças. Para contrariar os experientes mosqueteiros inimigos, pede o envio de «hum golpe de arcabuzeiros dos milhares que avia na cidade»¹⁰⁹. Chegou o capitão Baltazar Machado e o sargento-mor Manuel Quinteiros, à cabeça de 40 atiradores e uma companhia da vila das Lajes com o seu capitão Paulo da Costa de Mendonça. A estes soldados juntou-se uma das companhias da vila da Praia, e depois de colocados em posição os soldados lançam-se sobre o reduto, mas sem conseguir tomar o objectivo. O corregedor ordena novo assalto, igualmente sem sucesso.

Localidade	Capitão	Efectivo
Cidade de Angra	Sebastião do Canto	?
	Pedro Cota da Malha, <i>o moço</i> ²²	?
	Bernardo de Távora	?
	Gaspar Cavio de Barroso	?
	Francisco Dias de Santiago	?
Vila da Praia	Gaspar Camelo do Reo	?
	Simão de Andrade Machado	?
Vila de São Sebastião	Capitão-mor da vila, Baltasar Afonso Leonardes	?
Porto Judeu	André Gato	?
Lajes	Paulo da Costa de Mendonça	?
Biscoitos	Artur de Azevedo de Andrade	300 homens
?	Henrique Fernandes	?
?	Gaspar de Araújo Barros	?
?	Francisco Dias Brás Nogueira	?
Franceses	Capitão Antoine Scalin	?

Tabela 31 – Companhias portuguesas de ordenança na Batalha da Salga

Fonte: Tabela do autor

Porém, o encarniçamento dos portugueses provocou sérias baixas. Um homem chamado Duarte de Vasconcelos conseguiu descortinar vários feridos que eram transportados para bordo dos navios; de facto, mais de 50 espanhóis tinham sido mortalmente atingidos. Era já perto do meio-dia, e os espanhóis constatavam que nem chegavam os esperados apoiantes do partido filipino nem havia ocorrido qualquer deserção entre as forças do corregedor. E sem

¹⁰⁹ Pedro de Frias, *op. cit.*, p. 52.

dúvida que foram surpreendidos pela destreza dos atiradores portugueses. Portanto, em face do cada vez maior número de soldados que acorriam, alguns espanhóis pretendiam reembarcar. Ainda assim, a sua posição era fortíssima. No reduto da Salga estavam atiradores entrincheirados; um esquadrão com cerca de 1.000 homens encontrava-se formado na praia, protegido pelos canhões da frota. Qualquer ataque fazia antever grandes baixas, mas à vista deste sólido dispositivo um certo Ambrósio de Ávila sugeriu que se protegesse a investida com algumas dezenas de reses.

O ardil sugerido foi aceite, e enviaram-se 3 homens em busca de gado, ao mesmo tempo que o corregedor pedia os reforços. Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos determinou construir um dispositivo ofensivo tradicional, com uma configuração em forma de meia-lua. O gado foi colocado na vanguarda, em 2 esquadrões de 200 animais, juntamente cerca de meia-centena atiradores que deviam abrir uma brecha na frente por onde o gado pudesse irromper. Os soldados foram ainda instruídos para, logo que o gado descesse na direcção do inimigo, gritarem «fogem os castelhanos»¹¹⁰ para dar alento aos companheiros. As forças principais, envolvendo as companhias de Henrique Fernandes, Gaspar de Araújo Barros, Paulo da Costa de Mendonça e Francisco Dias Brás Nogueira, ocupavam o centro do dispositivo. Os elementos de envolvimento com os capitães Paulo da Costa e Artur de Azevedo, foram colocados nos flancos.

Os espanhóis, pelo seu lado, vendo que o inimigo se preparava para atacar, ordenaram o seu campo obedecendo à tipologia clássica do esquadrão — o cronista designa-o por «batalhão» — em forma quadrada com as respectivas mangas em guarnição. Contudo, a crer na descrição de Pedro de Frias, inverteram-se os factores. Talvez por os soldados espanhóis serem na sua maioria atiradores, foram estes a formar o esquadrão, enquanto os piqueiros formaram as mangas. Outra inovação foi reforçar o dispositivo com atiradores embarcados nos batéis (**figura 319**).

Pedro de Valdés era conhecido por uma abordagem pouco convencional às tácticas usuais, nem sempre bem-sucedida. A verdade é que a pouca profundidade do campo não deixava espaço de manobra, e a solução deveria pecar por pouco ortodoxa aos olhos dos veteranos espanhóis; e à vista das cerca de quatro centenas de cabeças de gado que os inimigos traziam, um capitão castelhano terá afirmado: «vien con ganado, gañados somos!»¹¹¹ Ao contrário, a mo-

¹¹⁰ Pero de Frias, *op. cit.*, p. 52.

¹¹¹ *Salga: 4.º Centenário, (1581-1981)*, Angra do Heroísmo, D.R.E.C., 1981.

tivação dos portugueses era grande, e só esperavam o momento de atacar. Algo impetuosamente, sem esperar para fazer a ligação com as tropas de Artur de Azevedo, espantou-se o gado sobre o campo inimigo. Dos navios assistiu-se com estupefacção à descida de dezenas de animais encosta abaixo, e no meio da enorme poeira levantada pelo tropel dos animais o som atroador de uma enorme «surriada», disparada quase simultaneamente. Uma brecha fatal foi logo aberta e o gado precipitou-se, varrendo os soldados. Dos barcos só foi possível ouvir o enorme rumor das armas. Pouco tempo depois, em menos de 10 minutos, segundo Pedro de Frias, surgiram no mar as cabeças dos homens que tentavam desesperadamente chegar aos batéis. No corpo-a-corpo que se seguiu, os portugueses foram impiedosos. Com as lanças trespassavam os inimigos, enquanto os atiradores largaram os arcabuzes e, empunhando espada e rodela¹¹² — armas temíveis no combate próximo —, trucidaram os fugitivos. E o virar da maré acabou por contribuir para agravar a derrota, afogando muitos dos espanhóis encurralados. Todos os capitães das companhias tombaram, e no total a carnificina terá custado a vida a 770 homens segundo Frias, 350 de acordo com Herrera. Quanto às baixas dos portugueses, não ultrapassaram três dezenas.



Figura 319 – Os exércitos na Batalha da Salga, 25 de Julho de 1580

Fonte: Esquema do autor

O esquadrão do sargento-mor fez a união com a gente de Artur de Azevedo de Andrade, enquanto no lado oposto a companhia de Paulo da Costa desceu do Pico da Contenda. O esquadrão espanhol, com o reduto da Salga na mão esquerda, apoiava-se em atiradores embarcados.

¹¹² «Os mais dos soldados da sidade andavão cõ elas, e as trazião de sobreselente alem do seu arcabus» (Pero de Frias, *op. cit.*, p. 52).

Depois de recolher os poucos sobreviventes, a frota retirou, pois outro ataque era inviável devido às perdas sofridas. Em princípios de Agosto, a chegada de uma frota com 40 navios provenientes das Américas relançou esta possibilidade. Todavia, recusando colaborar em virtude de tal exceder largamente o seu regimento, o comandante seguiu caminho. A 25 do mesmo mês chegou finalmente a armada de reforço, mas as condições atmosféricas eram desfavoráveis ao empreendimento. O resultado imediato desta batalha foi, como é natural, consolidar o poder de D. António nos Açores. Porém, em São Miguel e Santa Maria manteve-se viva a presença do partido castelhano, facto que permitiu criar um ambiente de instabilidade na Terceira.

A ordem de batalha dos castelhanos derivou das tipologias preconizadas pela teoria militar de fim do século, tal como o dispositivo do corregedor Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos. A designação «batalhão quadrado», ou a referência à «frente do esquadrão», ou a descrição por Frias de «soldados em ordem», significam por si só uma disposição regular. Da mesma maneira, a formatura do exército português em meia-lua, isto é, o centro do exército reforçado com esquadrões nos flancos, era também prática corrente. É também evidente que nos Açores teve lugar algum treino dos soldados das ordenanças, considerados pelos seus antagonistas «muito bons arcabuzeiros». O armamento moderno e o treino dos soldados foram uma das surpresas com que os espanhóis foram confrontados — «lhe tinham dito que não tinham os da ilha mais armas que bastões, bestas, e fumdás»¹¹³. Mas quando se fala na experiência de soldados e comandantes, a vantagem vai para o lado de D. Pedro de Valdés.

A rapidez do ataque, a confusão da largada do gado e a imobilidade forçada do esquadrão castelhano, concentrado num espaço confinado, foram decisivos. Factores endógenos ao contexto objectivo do campo de batalha particular da Salga, portanto. A vantagem táctica dos atiradores portugueses — que traziam «rodela sobresalentes», isto é, escudos — sobre os piqueiros castelhanos foi outra realidade crucial no confronto directo. Alguns anos mais tarde, e novamente fora do contexto europeu, uma situação táctica semelhante teve lugar. Durante as campanhas do Maranhão contra os Holandeses, foram os Brasileiros a vencer o exército mais bem preparado da Europa, utilizando tácticas pouco ortodoxas, misto de mobilidade e poder de fogo. Assim, se houver lugar para falar de uma guerra característica dos Portugueses, será possivelmente neste âmbito.

¹¹³ Pero de Fraix, *op. cit.*, p. 52.

A conquista da ilha Terceira (Julho de 1583)

Sem dúvida que a vitória na batalha da Salga deu alento aos defensores do Prior do Crato, mas mesmo depois do massacre dos castelhanos em 1581 o corregedor Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos foi encontrando a cada vez maior dificuldade em manter a unidade da causa antonina. Na Terceira corriam frequentes rumores de traição, e intensificava-se a perseguição aos partidários de Filipe II. Crescia a tensão entre o corregedor e a aristocracia local, aliciada pelo bispo de Angra D. Pedro de Castilho (?-1613), agora refugiado em São Miguel. Conhecedor das dificuldades, D. António enviou Manuel da Silva Coutinho¹¹⁴ para substituir o corregedor, mas a sua acção não aliviou a situação. Chegado em Fevereiro de 1582, usou mão de ferro para quem fosse suspeito de traição, facto que agravou o distanciamento com a fidalguia terceirense. Entretanto, exilado em França, D. António conseguiu suscitar suficiente interesse pela sua causa ou, com mais propriedade, pelos efeitos práticos da posse de uma posição com a importância estratégica dos Açores. O principal foco da ofensiva era relativamente fácil de identificar. Urgia organizar uma frota que permitisse expulsar os Castelhanos de São Miguel, pois eram conhecidos os preparativos para nova expedição espanhola aos Açores. A 14 de Julho de 1582 a frota francesa com D. António e os seus fiéis a bordo chegou finalmente à ilha de São Miguel. O prior do Crato enviou uma proposta de rendição, mas esta foi recusada. O confronto, com contornos de guerra civil, pois encontravam-se açorianos dos dois lados, era inevitável.

Durante três dias foram bombardeados vários lugares como diversão, e finalmente a 17 desembarcaram perto de 3.000 homens perto da povoação da Lagoa. Depois de formarem em ordem de batalha, os soldados avançaram para Ponta Delgada, saqueando os lugares por onde passaram. Na capital encontravam-se 6 companhias, 4 espanholas e 2 de ordenança dos capitães Rui Vaz Medeiros e Manuel Cordeiro de Sampaio. Foi com estas forças que o comandante espanhol Lorenzo Noguera saiu ao encontro do inimigo. O combate feriu-se nesse mesmo dia 17 de Julho no Pico do Cascalho, enfrentando-se 3.000 franceses e cerca de 1.000 espanhóis e portugueses. Ficou conhecido por «recontro dos Fenais», embora não fosse inferior à batalha da Salga em termos de efectivos. As companhias de ordenança de Pero Peixoto desertaram aos primeiros disparos, mas os 650 espanhóis opuseram uma resistência ternaz. O capitão

¹¹⁴ Manuel da Silva Coutinho (1541-1583) não esteve em Alcácer Quibir, mas foi um dos principais partidários do prior do Crato, conseguindo a sua aclamação em Santarém, onde era fronteiro-mor. Esteve na batalha de Alcântara e acompanhou D. António na fuga e depois no exílio.

espanhol logrou matar o seu congénere francês, mas acabou por ser mortalmente atingido e os seus soldados desbaratados, morrendo 25 espanhóis e 50 franceses. Noguera conseguiu refugiar-se no castelo de São Braz, mas no dia seguinte sucumbiu aos ferimentos, e nesse dia 18, D. António desembarcou com mais 2.000 soldados, muitos deles portugueses da sua guarda e outros fidalgos. Os defensores entrincheiram-se no forte de São Brás, e no dia 21 preparava-se o assalto final, mas a chegada da armada de Bazán obrigou ao reembarque apressado de todas as forças. A 26 teve lugar a batalha de Vila Franca, na qual a frota do marquês de Santa Cruz destruiu por completo a armada francesa. Porém, as baixas sofridas pelos espanhóis obrigaram a adiar o desembarque na Terceira para o ano seguinte.

Os efectivos para a invasão deixavam claro o objectivo de resolver de vez a situação. O marquês de Santa Cruz comandava, e trazia como mestre-de-campo general D. Lope de Figueroa. A armada compreendia 69 navios redondos, incluindo 32 de alto bordo, 15 navios de remo e 11 destinados ao transporte e desembarque das tropas. Os 11.562 homens de guerra repartiam-se por 71 bandeiras¹¹⁵ (tabela 32). Nada comparável, portanto, com os efectivos de Pedro de Valdés em 1581, mais próximos dos cerca de 18.000 homens com que o duque de Alba invadiu Portugal em 1580. Uma novidade foi a utilização das galeras, que se pensava serem pouco adequadas à navegação oceânica mas que acabaram por fazer a viagem sem incidentes.

Os preparativos defensivos levados a cabo pelo conde Manuel Coutinho contemplaram a reparação e melhoramento dos fortes existentes e a construção de novos redutos, como os fortes de Santo Antão, Santa Cruz e Espírito Santo. Uma esquadra de com 13 navios franceses comandados por Aimar de Chaste¹¹⁶ e dois navios ingleses chegaram ainda à Terceira, mesmo a tempo de reforçar os efectivos. No total, os defensores contavam com 37 companhias de portugueses, franceses e ingleses, dispersas por diversas estâncias e fortes da Terceira e restantes ilhas. Chaste pretendia criar um esquadrão volante para acudir onde fosse necessário, mas o conde opôs-se; começou talvez aqui uma rivalidade que havia de obstar a uma completa colaboração entre Portugueses e Franceses, que, como veremos, foi extremamente negativa no momento mais crítico da campanha.

¹¹⁵ A lista de soldados ilustres que participaram na expedição de 1583 é extensa, mas dois interessam-nos em particular — Bernardino de Mendoza e Lázaro de Isla, ambos tratadistas. O vedor-geral do exército, Mosquera de Figueroa, também passou a escrito a sua experiência militar nesta campanha.

¹¹⁶ Aimar de Chaste (?-1603) era irmão do cunhado do rei de França, o duque de Joyeuse. Foi embaixador em Inglaterra, vice-almirante da Normandia e governador de Dieppe e Arques-la-Bataille.

A guerra «en que milita nuestra nación española»

<i>Infanteria</i>	<i>Capitães</i>	<i>Companhias</i>	<i>Efectivo</i>
Tercio «da Liga»	D. Lope de Figueroa	20 ²³	3.582 ²⁴
<i>Tercio</i>	D. Juan de Bobadilla	12	2.015
<i>Tercio</i>	D. Juan de Sandoval	15 ²⁵	1.523
<i>Tercio de Alemães</i>	Jerónimo de Lodron	?	1.725
Italianos (Lucio Pinatelo)	Frei Vicécio ²⁶	3	2414
Portugueses	D. Félix de Aragon	1	130
Ilha de São Miguel	Agustín Iñiguez de Zárate	?	2.300

<i>Navios</i>	<i>Comando</i>	<i>Tripulação</i>	<i>Gente de guerra</i>
2 Galeças de Nápoles		196 forçados e 180 marinheiros	
13 galés de Espanha	Diego Medrano	2.012 forçados	706 marinheiros/soldados
5 galeões	Marquês de Santa Cruz	470 marinheiros	
30 naus ²⁷	Miguel de Oquendo	1.709 marinheiros	

Tabela 32 – As forças militares espanholaa na campanha nos Açores, Julho de 1583

Fonte: Tabela do autor

A armada castelhana partiu de Lisboa a 23 de Junho de 1583, e ancorou em São Miguel a 3 de Julho. Aqui permaneceram até 19 de Julho, para completar o embarque dos soldados de Agustín Iñiguez, juntamente com um reforço de artilharia e outros abastecimentos necessários. O marquês procurou entretanto informar-se sobre o estado militar da Terceira, e enviou em missão de reconhecimento cinco homens de São Sebastião. Finalmente, no dia 24 de Julho os habitantes da ilha avistaram a armada aproximando-se vinda do norte. Pelas 9.00 horas da manhã as galés concentravam-se sobre a praia frente a São Sebastião, num lugar denominado Porto Novo. O rebate foi dado na vila da Praia, São Sebastião e Angra, e logo se destacou um contingente substancial para o local. Em Angra juntaram-

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

se alguns carros artilhados com cerca de 400 cavalos capitaneados por Gaspar de Goão. O conde Manuel da Silva Coutinho percorreu a capitania com o seu estado-maior, passando revista aos soldados das companhias. Ao mesmo tempo que se ultimavam munições, bagagens e mantimentos, destacaram-se vigias para os pontos considerados mais vulneráveis para registar todas as movimentações do inimigo.

Ilhas	Comandante	Companhias	Efectivo
Flores	?	?	70 portugueses
Faial	Capitão Carlos ?	? ? 1 ingleses	1.800 portugueses 150 franceses 500?
Pico	?		600 homens
São Jorge	?		600 homens
Graciosa	?		400 homens
Terceira	Capitão-mor da Terceira, António Trigueiros Franceses de Aimar de Chaste Ingleses		18 (cerca de 6.000) 12 (cerca de 1.200) 1 (500?)
Navios			Armamento
3 galés e 1 galeota			90 canhões

16 navios de vela e 1 urca

Tabela 33 – As forças militares portuguesas na campanha nos Açores, Julho de 1583

Fonte: Tabela do autor

A armada foi descendo para sul ao longo da costa leste da ilha. Dos fortes de São Sebastião, Pesqueiro e São Francisco já se fazia fogo sobre as galés inimigas, que se tinham aproximado à distância de tiro. Finalmente o grosso das embarcações passou diante de Angra, exibindo o seu potencial militar perante os habitantes. O porto de Angra foi bloqueado, impedindo qualquer movimentação dos navios aí ancorados, e a frota fundeou em frente da enseada da baía das Mós. O dia 24 foi passado em reconhecimentos, sobretudo sobre a costa sul. Foram destacadas duas galés que foram importunando algumas posições, deixando a incerteza sobre onde teria lugar o

desembarque. Nessa noite, o marquês assistiu pessoalmente a uma incursão levada a cabo pelos cinco habitantes de São Sebastião, que identificaram um lugar conveniente para lançar as tropas em terra. Na escuridão era possível detectar um pequeno número de morrões acesos, indicação de uma fraca guarnição de atiradores. Apesar da «aspereza da costa» (figura 320), foi escolhido este local para o desembarque, aliás contra o parecer de alguns capitães. O marquês preferia saltar para terra em terreno difícil a investir sobre posições com fortificações fortemente guarnecidas, tal como havia feito em Cascais durante a campanha portuguesa de 1580.



Figura 320 – o local do desembarque pelo lado direito, junto aos «Ilhéus da Mina»

Fonte: RC fotos

Aqui situava-se um pequeno reduto que mais tarde seria reformulado no forte do Bom Jesus.

No dia 25 a frota desfilou à vista dos defensores e concentrou-se frente à vila da Praia, onde dois emissários desembarcaram para entregar as propostas de rendição. O conde Manuel da Silva Coutinho, a cavalo, recebeu solenemente os dois emissários no portão de São Bento com os nobres e magistrados da cidade aí reunidos. A missiva foi lida perante esta assembleia e serenamente recusada. Frustrada assim uma resolução pacífica, o marquês iniciou os preparativos militares finais. Pequenas acções foram ensaiadas com a intenção de dividir os defensores, a principal efectuada pelas galés, que se mantiveram até à noite frente à vila da Praia. O estratagema

surtiu efeito, porque o conde ordenou o reforço do dispositivo do forte de Santa Catarina. Entre as forças requisitadas contavam-se duas das companhias que guarneciam a baía das Mós. O objectivo escolhido por Bazán ficou por isso privado de cerca de metade do seu efectivo, o que muito provavelmente decidiu a sorte do desembarque. A ofensiva foi determinada para a madrugada do dia seguinte. Escolheram-se 4.000 espanhóis, alemães, italianos dos tercios disponíveis, aos quais se juntaram os 130 portugueses. Entre estes partidários filipinos estava um homem que daria que falar, Luís Mendes de Vasconcelos. Comandavam esta primeira vaga de assalto os mestres-de-campo D. Juan de Bobadilla e D. Agustín Iñiguez Zárate, cada um com metade das tropas de assalto. O desembarque seria apoiado pelas galés, que Mosquera de Figueroa afirma terem sido rebocadas pelos batéis. A frota seguia em formação compacta, sem espaço para usar os remos, e era fundamental facilitar o desembarque rápido das tropas.

Pelas 4.00 horas da manhã do dia 26 de Julho de 1583 os batéis apinhados avançaram para a baía das Mós. Na frente, a galé capitania trazia a bordo o marquês de Santa Cruz a monitorizar pessoalmente o assalto. A bondade do mar beneficiava a aproximação rápida dos espanhóis. A baía estava defendida pelo forte de Santa

Figura 321 – O desembarque na baía das Mós, 26 de Julho de 1583

Fonte: Gravura de Spannochi, in Mosquera de Figueroa (1596)

O forte, de forma quadrada, encontra-se na direita, a trincheira ao centro.



Catarina das Mós e um reduto no lado direito¹¹⁷, junto aos ilhéus da «ponta da Mina». Os dois fortes estavam ligados por uma trincheira larga. Embora desfalcados das 2 companhias que haviam seguido para a vila da Praia, os defensores possuíam 1 meia colubrina de bronze, 1 canhão pedreiro grande, 1 quarto de colubrina, mais 2 meios quartos de colubrina e 4 outras peças de calibre diverso. O forte estava guarnecido pelos 80 franceses do coronel M. Bourguignon, e a trincheira era guarnecida pelas companhias dos capitães António Álvares (Biscoitos) e Domingos Toledo (São Sebastião). Eram ao todo cerca de 200 homens com 9 peças de artilharia (figura 321).

O dia ainda começava a despontar, e a força de assalto apenas teria sido detectada quando franqueou a entrada da barra. O alarme foi dado imediatamente, acendendo várias fogueiras e depois tocando a rebate com um grande sino colocado num cerro próximo. Acto contínuo a artilharia que defendia a praia iniciou uma furiosa bateria contra as embarcações inimigas. À medida que os batéis se aproximavam da costa, o fogo dos defensores tornava-se mais mortífero. Os primeiros disparos falharam o alvo, mas os artilheiros acertaram a pontaria e um pelouro de uma das peças instaladas na trincheira decapitou o timoneiro da lancha que rebocava a galé *Fama*. Cobertos de sangue, o pânico instalou-se entre os soldados apinhados, e os remadores, sem a voz de comando, hesitaram. O marquês estava atento, e ordenou que a galé capitania, onde se encontrava, avançasse para bombardear o forte à queima-roupa. Indiferente às objecções do piloto, que receava encalhar — «de su galera à tierra no avia mas distancia que dos cuerpos de galera»¹¹⁸ —, contou que a proximidade da costa revertesse em seu favor, pois o forte encontrava-se sobranceiro à enseada e os canhões não podiam atirar sem perigo de tombarem. A galé disparou uma carga com as peças pesadas de proa e os canhões da coxia, enquanto os defensores respondiam desesperadamente. Com a embarcação tão próxima de terra, juntava-se agora o fogo dos mosquetes e arcabuzes da trincheira. Contudo, pouco depois uma das peças pesadas do forte acabou por se despeñar, ou por resvalar da posição ou ao ser atingida por um disparo mais afortunado.

Os assaltantes ganharam novo ânimo. Chegadas as primeiras barcas, os soldados saltaram para terra e investiram furiosamente sobre as fortificações. Durante cerca de uma hora, o fogo cerrado dos defensores infligiu perdas avultadas e conteve os assaltantes. As baixas entre os oficiais demonstram a fúria dos combates; caí-

¹¹⁷ Este pequeno reduto foi mais tarde substituído pelo forte do Bom Jesus, construído em 1644.

¹¹⁸ António de Herrera, *op. cit.*, p. 197.

ram os capitães Manuel de Birron e António Serrano, o capitão dos portugueses pró-filipinos, Félix de Aragón, e os capitães italianos Lucio Pinatelo e Ludovico Afflicto. Todavia, a desproporção de forças permitia aos espanhóis manterem uma intensa pressão sobre os soldados antoninos e acabou por pagar dividendos. Um tiro atingiu o capitão da companhia da vila de São Sebastião, Domingos Toledo, e as companhias de portugueses retiraram das trincheiras. O capitão francês Bourguignon foi por sua vez atingido, e os seus soldados acabaram também por se render ou fugir. Com a perda das posições na praia da baía das Mós, os espanhóis puderam finalmente estabelecer uma testa-de-ponte definitiva para onde fizeram afluir reforços. Contudo, o resultado da campanha ainda não estava selado, pois os portugueses convergiam a toda a pressa sobre a baía das Mós.

O conde Manuel da Silva Coutinho encontrava-se com a maior parte do exército na vila da Praia, e com o primeiro rebate tratou de se dirigir ao local do desembarque, ainda era noite. A marcha foi demorada, pois na obscuridade era difícil avançar pelos difíceis caminhos. Seria já de dia quando chegou às imediações da vila de São Sebastião, e do alto avistou a praia, verificando que o inimigo já estava formado em batalha. Os postos da praia já tinham caído, e por isso decidiu aguardar mais tropas. Pretendendo cortar o acesso sobre a estrada da beira-mar que dava acesso ao caminho da Salga, estendeu uma linha ligando as duas colinas¹¹⁹ com o vale no centro. Confinados os castelhanos ao espaço estrito da baía, dar-se-ia um assalto geral para forçar o reembarque. Era, de algum modo, a repetição da estratégia que o corregedor Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos tinha utilizado, com assinalável sucesso, dois anos antes. Entretanto, destacaram-se várias centenas de atiradores para impedir que o inimigo se fortificasse convenientemente (**figura 322**).

Durante toda a manhã tiveram lugar intensas escaramuças entre vanguardas, em particular em torno de uma fonte de água de que os espanhóis se haviam apoderado. Este era um objectivo da maior importância, tanto mais quanto o calor apertava. Os portugueses conseguiram retomar a fonte, mas mais e mais soldados inimigos desembarcavam, embora sem conseguirem progredir. Finalmente, por volta das 3.00 horas da tarde encontravam-se reunidas todas as forças disponíveis¹²⁰, e depois de um conselho de guerra foi decidido dar o assalto. O dispositivo encontrava-se frente ao local de desembarque, cerca de 8.000-9.000 portugueses, franceses e ingleses.

¹¹⁹ Actualmente o Pico dos Cornos (leste) e a colina das Contendas (oeste).

¹²⁰ Na cidade de Angra mantinha-se uma guarnição com as companhias dos capitães Miguel da Cunha, Sebastião do Canto e Tomás de Porras Pereira; outras duas companhias defendiam a vila da Praia.

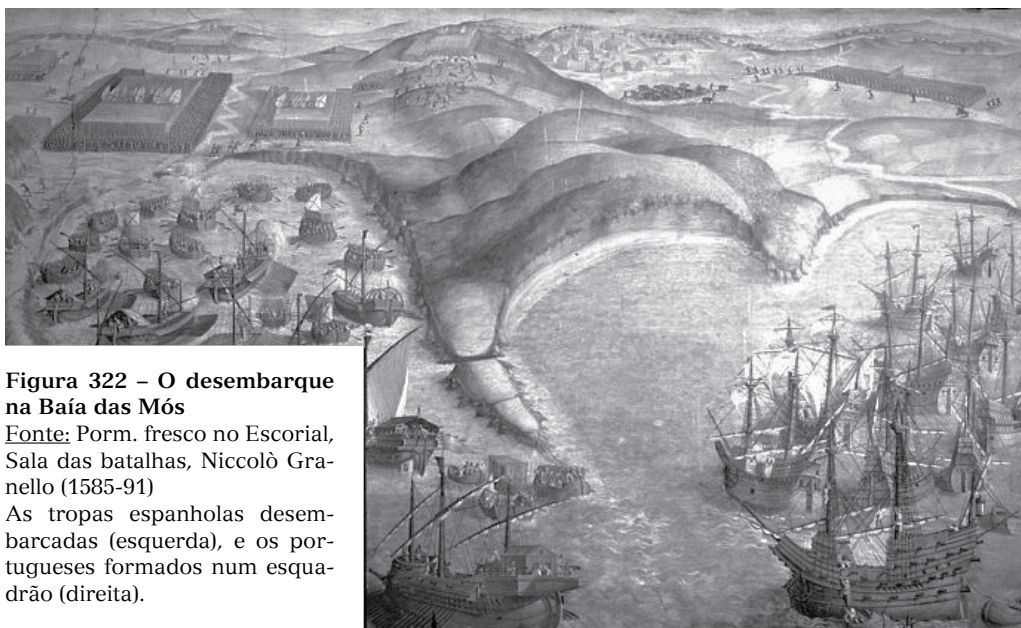


Figura 322 – O desembarque na Baía das Mós

Fonte: Porm. fresco no Escorial, Sala das batalhas, Niccolò Granello (1585-91)

As tropas espanholas desembarcadas (esquerda), e os portugueses formados num esquadrão (direita).

O conde destacou o comendador de Chaste com os seus franceses para o Pico dos Cornos com quatro peças, que depois de instaladas foram importunando o desembarque. Ordenou ao capitão António da Silva que com 2.000 portugueses ocupasse as faldas do Pico das Contendas. O conde, com o resto do exército, defendia o centro do vale no campo plano dos «Tabuleiros». Na retaguarda ficava como reserva outro corpo de soldados e 400 cavalos. O dispositivo era praticamente o mesmo de dois anos antes, salvo a diferença quantitativa, pois os efectivos eram substancialmente superiores de parte a parte. A reforçar as semelhanças, recorreu-se ao mesmo estratagema de colocar cabeças de gado. Este estratagema não teve o acordo do comandante francês, mas foi aplaudido pela maior parte das tropas.

Os espanhóis estavam organizados num enorme esquadrão com cerca de 5.000 piqueiros. O acidentado do terreno impediu que se formasse em «quadro de terreno», pelo que a forma obedeceu à tipologia «prolongada de grande fundo». Os atiradores, em vez de serem colocados nas usuais mangas pelos flancos, foram obrigados a desenvolver-se pela frente do esquadrão. A estes cerca de 5.000 arcabuzeiros e mosqueteiros¹²¹ ainda se deveriam juntar 6 peças de artilharia. Por fim, na retaguarda deixou-se uma pequena reserva com 600 arcabuzeiros. A inferioridade numérica e inexperiência dos por-

¹²¹ Cumprindo o efectivo de 20 mosqueteiros por companhia, seriam ao todo cerca de 1.400.

tugueses parecia poder ser compensada pelo entusiasmo. Para além disso, combatiam enquadrados pelos soldados franceses e ingleses, e para grande espanto e irritação dos espanhóis vários frades exortavam os soldados na escaramuça, participando mesmo nos combates com competência digna de registo. Seriam talvez 4.00 horas da tarde quando se preparou a largada do gado. Do lado espanhol, mal o marquês de Santa Cruz tomou conhecimento das intenções do conde, ordenou que os atiradores não disparassem contra o gado e que quando os animais chegassem lhes abrissem caminho sem desordenar o esquadrão. Evidentemente que tal só era possível com os soldados de que dispunha, veteranos suficientemente adestrados para manobrar rápida e eficientemente com o inimigo tão próximo (**figura 323**).

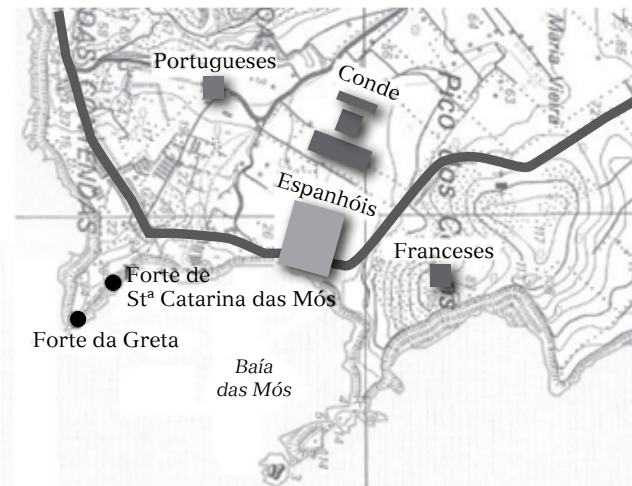


Figura 323 – Ordem de batalha no Porto das Mós, 26 de Julho de 1583

Fonte: Esquema do autor

Os portugueses dispostos em ordem tripartida, centro e duas alas, com uma reserva. O esquadrão espanhol, prolongado de grande fundo, tinha 5.000 piqueiros; na frente outros 5.000 mosqueteiros, arcabuzeiros e talvez 6 peças de artilharia; na retaguarda 600 arcabuzeiros.

Por uma razão difícil de determinar — talvez a morte do seu sobrinho António da Silva despertasse o desalento de que dera mostras logo no início da campanha —, Manuel da Silva Coutinho ordenou a suspensão do ataque. Justificou-se alegando que a hora estava adiantada e seria melhor combater no dia seguinte de manhã. A súbita decisão foi contestada veementemente por Chaste, entendendo ser um erro adiar o ataque por mais tempo. Os capitães portugueses concordaram, mas não conseguiram demover o conde. Ainda assim, talvez como argumento final, prometeu reforçar o dispositivo com meia centena de peças de artilharia que se mandariam trazer de Angra, de forma a flagelar os castelhanos. A verdade é que Manuel da

Silva Coutinho parece ter perdido o sangue-frio no momento mais crítico de toda a campanha. Entretanto, os espanhóis não se tinham apercebido de qualquer alteração na disposição dos portugueses. O marquês sabia que se encontrava encurralado na praia, e durante a noite enviou um emissário ao conde. Manuel da Silva Coutinho estava obcecado em abandonar a ilha, e tentou induzir o comandante francês a retirar e entrincheirar-se em Guadalupe, considerando este lugar mais favorável à defesa. Pouco depois o conde de Torres Vedras fugia com alguns companheiros na direcção de Angra, onde se encontrava uma caravela ligeira cuja construção tinha ordenado ainda antes da chegada da armada castelhana¹²². E no arraial, tardando a chegada da artilharia prometida, começaram a circular rumores da eventual retirada dos franceses, provocando a fuga de muitos soldados.

Logo ao amanhecer, os espiões castelhanos constataram com espanto o desconcerto no centro do dispositivo inimigo. Informado, o marquês compreendeu que era a oportunidade de passar ao ataque. Ordenou que se formasse o exército para forçar a passagem, desfazendo o esquadrão formado na véspera para construir a nova formatura de marcha a 3 esquadrões (**figura 324**): na esquerda, os alemães de Lodron e o *tercio* de Juan de Sandoval (3.248 homens) e talvez os 130 portugueses de Félix de Aragón, ao centro os *tercios* de Juan Bobadilla e Agustín Iñiguez (4.315 homens), e na direita os italianos de Pinatelo e o *tercio* da Liga de D. Lope de Figueroa (3.795 homens).

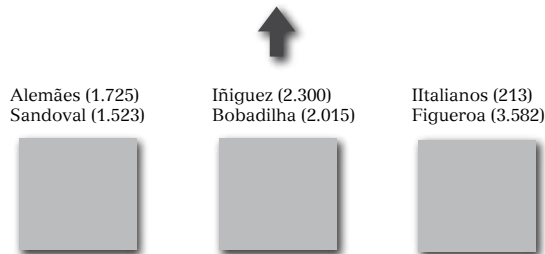


Figura 324 – Ordem de batalha tripartida dos espanhóis, 27 de Julho

Fonte: Esquema do autor

Pelo seu lado, os franceses, que afinal se encontravam na respectiva posição, ainda tentaram contrariar o adversário; carregaram furiosamente apoiados pelo fogo das suas 4 peças. Os espanhóis fo-

¹²² A embarcação estava ancorada no porto das Pipas, perto de Angra; os capitães das fortalezas impediram que saísse a tiros de canhão (Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, v.1, ed. fac-similada da 1ª ed. 1796-1858, Açores, G.A.A., 1981, v. 1).

ram surpreendidos — provavelmente ainda procediam à organização das forças para avançar — e sofreram algumas baixas. Mas rapidamente se refizeram e bateram definitivamente os franceses. Restavam as forças do capitão António da Silva, estacionadas no Pico das Contendas, e foi sobre elas que incidiu o esforço dos espanhóis. Alguns cavaleiros portugueses chegaram com a notícia da retirada das forças de Chaste. Logo se estabeleceu a confusão, mas a rapidez com que os espanhóis avançaram não deixou tempo para proceder a uma retirada ordeira. Cercados, aos cerca de 2.000 portugueses só restava tentar resistir, mas foram completamente derrotados pelos mais de 11.000 espanhóis. Inflectindo na direcção da vila de São Sebastião, as tropas de Bazán empurraram os franceses e ingleses, que retiraram sucessivamente para o forte de São Sebastião no Porto Novo, depois para a freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, na Aqualva, entrincheirando-se no sítio dos moinhos, onde acolheram os soldados dispersos. Os remanescentes do corpo principal que estacionara no vale — o campo dos Tabuleiros — retiraram para a vila da Praia, onde se reuniram aos soldados que aí se encontravam.

Bazán procurou então resolver de um só golpe toda a campanha. Depois de um breve repouso e enterrados os mortos, no mesmo dia 27 marchou sobre a cidade de Angra, saqueando tudo o que encontrava à sua passagem. A entrada dos castelhanos na cidade foi inadvertidamente facilitada pelo capitão Miguel da Cunha, que, pretendendo juntar-se ao exército na baía das Mós — e desconhecendo a derrota —, foi surpreendido pelas guardas avançadas inimigas. O caminho ficou assim aberto, e o exército castelhano pôde entrar na cidade sem resistência alguma. No porto aprisionaram-se os navios. A rapidez com que se concluiu a conquista, longe de acalmar os ânimos da soldadesca castelhana, deu lugar a um violento saque iniciado no próprio dia 27 de Julho, que continuou pelos dias 28, 29 e 30, tendo sido enforcadas e decapitadas centenas de pessoas¹²³. A pilhagem estendeu-se depois a toda esta parte da ilha durante dez dias. Não foi esquecida a participação dos clérigos na defesa, e, certamente em retaliação, os mosteiros de São Gonçalo e da Esperança foram duramente castigados pela «fúria espanhola».

Persistiam dois focos onde os defensores concentravam efectivos militares substanciais. Os franceses, junto à igreja de Nossa Senhora de Guadalupe na Aqualva, e cerca de 5.000 portugueses na vila da Praia. No dia 30 de Julho, ainda tinha lugar o saque na cidade de Angra, os capitães portugueses juntaram-se em conselho de

¹²³ Cipriano de Vasconcelos conseguiu abandonar a ilha Terceira, juntando-se depois a D. António; o conde de Torres Vedras, pelo seu lado, tentava desesperadamente evitar a captura, que sabia ser-lhe fatal.

guerra com os seus aliados franceses e ingleses, decidindo-se retomar a ofensiva. O ataque desencadear-se-ia pelo poente com as forças reunidas na capitania da Praia, que acometeriam os castelhanos na madrugada do primeiro de Agosto. Esperava-se que o marquês de Santa Cruz deixasse descoberto o seu flanco pelo levante, por onde Chaste e todos os que se lhe reunissem tentariam ganhar a cidade de Angra e retomar o controlo das fortalezas. Mas a traição de um capitão da ilha, que saiu furtivamente do conselho a expor o plano aos castelhanos, inviabilizou qualquer hipótese de êxito.

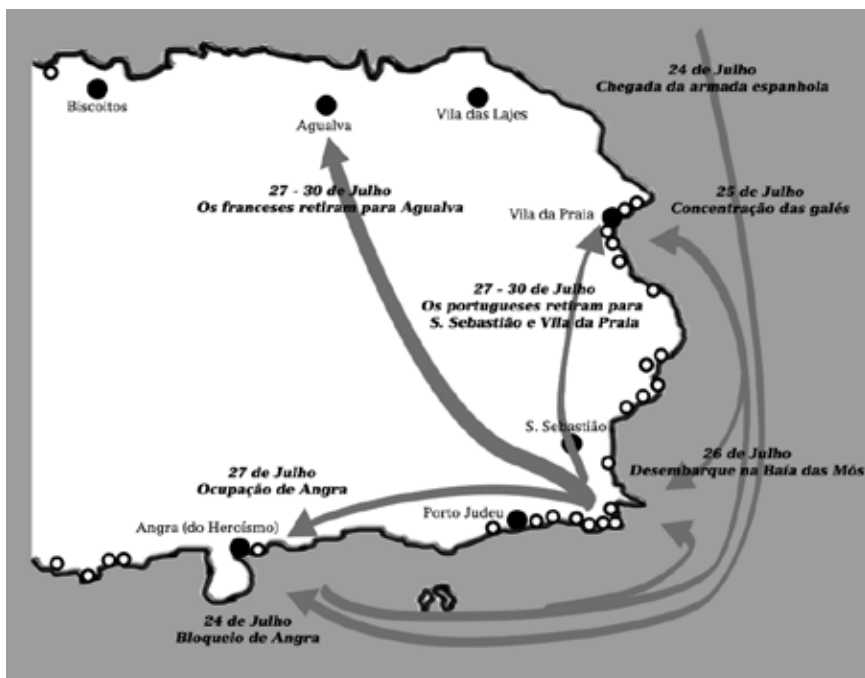


Figura 325 – A conquista da ilha Terceira, 26-30 de Julho de 1583

Fonte: Esquema do autor

Movimentos das forças antoninas e filipinas

26 de Julho: Desembarque castelhano

27 de Julho: Batalha do Pico das Contendas: os portugueses retiraram para São Sebastião e vila da Praia
Desbarato de capitão Miguel da Cunha a caminho de Angra e entrada na cidade

30 de Julho: Concentração dos franceses na Aqualva e de cerca de 5000 portugueses na vila da Praia.
Decidiu-se uma investida para a madrugada do dia 1 de Agosto: as forças portuguesas da Praia acometeriam os castelhanos pelo poente, e pelo leste Chaste atacaria a cidade de Angra.

Reconhecendo que ainda subsistiam forças suficientes para ameaçar a ocupação da ilha, o marquês de Santa Cruz logo antecipou um perdão generalizado, vantajoso para franceses e ingleses, e a capitulação geral seguiu-se naturalmente. Franceses e ingleses entregaram-se na cidade de Angra no dia 31 de Julho e embarcam a 3 de Agosto em quatro naus. Submetida a Terceira, apenas o Faial, onde se encontrava um substancial número de ingleses, ofereceu resistência. A 8 dava-se por concluída a submissão dos Açores, a 10 um oficial espanhol aprisionou Manuel Coutinho e a 11 o novo rei foi aclamado. A conclusão da submissão dos Açores teve lugar três dias depois. Ao cair da tarde de 13 de Agosto de 1583, o conde de Torres Vedras foi executado na Praça Velha da cidade de Angra por um tudesco que o degolou com a sua própria espada. Um epílogo mais pacífico, mas nem por isso com menor significado, ocorreu com a trasladação das ossadas de D. Sebastião de Marrocos para Portugal. Foram transportadas numa frota comandada pelo marquês de Santa Cruz e depois exibidas aos Portugueses numa enorme comitiva que marchou do Algarve até Lisboa.

Qual a guerra que poderiam os Portugueses desenvolver depois da derrota de Alcácer Quibir, sobretudo em face de um ataque em regra como o foi a invasão de 1580? A perda de um exército com perto de 20.000 soldados, metade dos quais homens já submetidos a um regime de adestramento, foi certamente um golpe decisivo em todo o processo de reestruturação militar levado a cabo por D. Sebastião. Embora com inúmeros sobressaltos e fases descontínuas, foi um esforço que teve lugar por cinco anos, desde a formalização das ordenanças de 1570, e incluiu alguma experiência militar de conjunto que teve lugar quando da expedição a Tânger em 1574. As reformas estiveram na continuidade das décadas precedentes, pois muitos dos protagonistas da teoria e prática militar da época joanina transitaram para o círculo do jovem monarca. E mesmo depois de desbaratados estes preciosos recursos no Norte de África, ainda foi ainda possível oferecer uma resistência que por três anos susteve a maior máquina militar da época.

Durante a campanha militar dos Açores tornou-se aparente aquilo que se poderia considerar o embrião de uma guerra senão aporuguesada, pelo menos com algumas características próprias. Sem dúvida que as tropas das ordenanças das ilhas não possuíam o traquejo adquirido em anos de peleja, que consituía o treino imprescindível às tropas mais qualificadas da altura — aqueles que vemos designados pelos autores da época como soldados velhos. Porém, o teatro operacional das ilhas atlânticas revelou-se adequado para pôr em prática um tipo diverso de guerra. Intocados pelo desastre de 1578, os soldados nos Açores estavam suficientemente instruídos

pela defesa permanente contra o corso. E, apoiados por uma rede de pequenas fortificações de costa, os atiradores de Cípriano de Figueiredo e Vasconcelos demonstraram uma postura tática substancialmente diferente dos seus adversários castelhanos; os atiradores, armados com arcabuzes, traziam «rodela sobressalentes», com que depois se protegiam quando iniciado o corpo-a-corpo utilizando as espadas. Ainda assim, a defesa contra uma invasão em regra com vários milhares de homens veteranos, como foi a expedição do marquês de Santa Cruz em 1583, foi um desafio difícil para as fracas chefias militares sobreviventes a Alcácer Quibir.

A derrota e a certeza de que fatalmente ocorreria outro ataque foi um óbice para o conde de Torres Vedras, que o impediu de assumir a defesa de uma forma consistente. Manuel da Silva Coutinho parece ter interiorizado uma sensação de inevitabilidade quanto a um desfecho infeliz. Pedro de Frias afirmou que o conde, depois de tomar conhecimento de que uma forte armada se preparava para sair de Lisboa com destino aos Açores, teria preparado em primeiro lugar a fuga. O cronista deixou-nos assim uma apreciação muito crítica da sua actuação, mas espelhou a falta de unanimidade sobre a causa antonina, fruto de um processo de aliciamento político e económico.

2. Reposicionar Portugal, entre a tutela e a autonomia

Com a subjugação final da resistência nos Açores em 1583, a actividade dos soldados portugueses no teatro europeu continuou a seguir o mesmo padrão de outrora, ou seja, combatendo inseridos na vasta máquina militar espanhola. As elites que alinharam com o novo poder procuraram encontrar e segurar um lugar neste universo mais vasto, algumas vezes de forma velada, outras mais abertamente. As queixas de Luís Mendes de Vasconcelos quanto à falta de «satisfação de meus serviços» foram a manifestação suave de uma reivindicação. Atitude mais desafiadora teve lugar com a revolta de 1596, que contudo se situa num plano de confronto com uma pessoa em particular, o agente régio D. Juan de Silva. A situação de subalternização foi também uma continuidade com o passado, mais do que o desmantelamento do poderio militar do Reino. Tal sucedeu, pelo menos, na fase inicial da União Ibérica. Mesmo o afastamento dos conflitos no continente europeu acabou por se manter. Apenas com a expedição de Drake se poderia ter alterado este quadro, pois, caso a invasão inglesa tivesse sido vitoriosa, a guerra terrestre expandir-se-ia a Portugal. A luta de D. António pela coroa transformar-se-ia em mais um episódio do confronto entre as potências europeias emergentes e a Espanha. Sem dúvida que seguiram para

a Flandres muitos portugueses para «militar em guerras alheias». Naturalmente que quem pretendesse seguir a carreira militar devia servir nas guerras da Europa, mas tal já sucedia nos tempos da autonomia, como no caso do capitão Leitão na época manuelina, Isidoro de Almeida nos reinados joanino e sebástico e João da Fonseca neste último período particular.

2.1 A Tutela: O recrutamento no Reino

Quando a historiografia militar passa abruptamente da época sebástica para a época da Restauração, deixando em claro todo o período filipino, torna-se evidente que a compreensão daquilo que foi a estrutura das ordenanças ainda se encontra associada ao conceito de «nação em armas». Sem exército não pode haver um país. Recusa-se assim a própria existência militar de Portugal durante os sessenta anos do domínio filipino, como se o sentimento de individualidade dos Portugueses tivesse também sofrido um interregno. As ordenanças, em particular quando se referem os diplomas sebásticos, têm sido portanto associadas a uma noção de Estado-Nação. Sem dúvida que a sua instituição teve como principal objectivo colocar na mão régia o poder de recrutar tropas. O monarca podia agora desencadear uma campanha militar sem se sujeitar aos contingentes militares da aristocracia ou estar exclusivamente condicionado à contratação de mercenários estrangeiros. D. Sebastião conseguiu pôr em campo um numeroso exército para invadir o Norte de África sem depender da ajuda externa — para grande irritação do seu tio Filipe II, aliás. Mas ainda que fosse esta uma das supremas formas de exercer a soberania — porque dependente da vontade do soberano —, aí termina qualquer analogia com a situação contemporânea.

Durante a época sebástica, a preparação da milícia foi um facto adquirido, verificável e registado, ainda que dentro dos limites impostos pela forma como o treino dos soldados era feito na época. A legislação militar de 1570-1574, e em particular o regime de adestramento por ela imposto, foi objecto de grande controvérsia, e não só pela «opressão do povo» referida na *Provisão* de 1574. Com o recrutamento entregue nas mãos de capitães-mores nomeados pelo rei, a aristocracia levantou naturalmente inúmeros obstáculos. Sentindo escapar-lhe este poder fundamental do recrutamento de soldados, «a nobreza local» expressou de forma mais ou menos aberta a sua recusa. O duque de Guimarães foi um dos casos mais relevantes, e talvez fosse parte do móbil que ditou o seu afastamento da corte. Quando D. Sebastião solicitou tropas para a expedição de 1578, novamente se fez sentir o incómodo relativamente ao assunto particularmente sensível das competências sobre o arrolamento dos soldados. Um caso exemplar é a resposta do conde de Tentúgal a

uma carta que o rei lhe havia enviado a 24 de Abril de 1576, na qual deixou expressa a sua posição sem quaisquer rodeios.

Mesmo com estes profundos conflitos entre a nobreza e a afirmação de um poder régio centralizador, as ordenanças sebásticas ficaram implantadas e a elas se recorreu sempre que necessário. Depois de uma derrota de proporções gigantescas como sucedeu a 4 de Agosto de 1578, pareceria impossível utilizar a estrutura militar que o *Regimento* de 1570 havia introduzido. Mas, apenas dois anos depois de Alcácer Quibir, a invasão comandada pelo duque de Alba foi combatida em Alcântara com um efectivo apreciável, apesar de todas as deficiências militares que se traduziram na subsequente derrota. Algumas semanas antes também se havia reunido um contingente com alguns milhares de homens para socorrer a vila de Setúbal, e nos Açores foi também sobre as companhias de ordenança que se alicerçou a resistência entre 1581 e 1583.

As ordenanças foram suspensas depois das Cortes de Tomar, a pedido dos próprios Portugueses. Este foi certamente um alívio para Filipe II, por não ter sido necessário impor mais uma restrição humilhante, como aconteceu no caso da presença forçada de tropas de ocupação — as guarnições nos principais lugares fortificados de Portugal, designados por «presídios», como nas demais possessões coloniais. Contudo, as necessidades de defesa de Portugal contra os novos inimigos tornaram-se prementes, e em Novembro de 1598 foi publicado o *Regimento dos sargentos-mores das comarcas*. Este documento pretendeu estabelecer responsáveis directos no arrolamento dos recrutas e respectivo adestramento, algo crucial para um melhor aproveitamento dos recursos. A década de 90 foi, como vimos, profícua na publicação de textos *de re militari* em Portugal (**gráfico 3, p.325**), do espanhol Carrion Pardo (1595), dos portugueses Costa Pereira, Caldeira e Seco (1596, 1596 e 1597) e de Scarion de Pavia (1598). O que demonstra uma posição de algum relevo para Portugal em termos militares.

A actividade institucional teve um forte incremento nesta década, e não apenas pela introdução da teoria militar escrita oriunda de Espanha. O texto de Luís Álvaro Seco foi sobretudo uma afirmação do conhecimento militar dos Portugueses, resultado da efervescente actividade bélica durante o reinado de D. Sebastião. Não é de surpreender que a situação da última década de Quinhentos tivesse sido uma continuidade da realidade militar sebástica. De facto, em 1589 ensaiou-se uma aproximação às ordenanças de 1571-1574, naquilo que foi o seu objectivo mais prático, ou seja, a constituição de terços incorporando exclusivamente soldados portugueses.

Os Ingleses e D. António (26 de Maio a 8 de Julho de 1589)

No início de 1589, sabia-se em Lisboa que D. António preparava uma expedição com destino a Portugal. Com o aparecimento dos falsos D. Sebastião, em particular o caso do eremita da Ericeira no Verão de 1585, tinha ficado demonstrada a falta de consolidação da União Ibérica, fazendo crer que em circunstâncias propícias novo levantamento teria lugar. A forma violenta como se castigou esta revolta teve o efeito pretendido, ou seja, abafar pelo terror quaisquer futuras sublevações. Mas afastava a possibilidade de uma participação generalizada dos Portugueses na defesa do principal objectivo militar do Reino, tanto por falta de vontade das populações limítrofes de Lisboa como pela desconfiança dos Castelhanos. A ameaça era tanto externa como interna, e por essa razão os soldados que guarneciam os «presídios» de Portugal eram de todas as nacionalidades possíveis, menos portugueses. Tão pouco se confiava totalmente na elite social. Por essa razão, na expectativa do desembarque de D. António, Filipe II ordenou, em inícios de 1589, a deportação de setenta fidalgos portugueses para Espanha. Privou-se de apoio superior qualquer mobilização a favor do pretendente ao trono, mas a expedição de Norris e Drake teria de ser combatida essencialmente pelas forças de ocupação de origem espanhola.

A 26 de maio de 1589, D. António desembarcou em Peniche com cerca de 70 partidários, conseguindo a entrega da fortaleza aos Ingleses sem derramamento de sangue. O armamento do arsenal foi distribuído, mas a adesão da população não se concretizou como era esperado. O exército que desceu sobre Lisboa era constituído pelos 12.400 soldados anglo-holandeses, uma vez que os poucos portugueses envolvidos do lado do prior do Crato desempenharam um papel meramente marginal. A população portuguesa não respondeu de maneira consistente à defesa nem tomou o partido das forças de invasão. Os reforços que foram sendo levantados pelas autoridades castelhanas a partir de Óbidos, Torres Vedras e Alcobaça não possuíam qualquer valor e nada fizeram para oferecer resistência à passagem dos ingleses.

Em Lisboa a situação foi diferente. No *Memorial* de Roiz Soares refere-se que se tomaram providências em Março, portanto com alguma antecipação. Sabia-se qual o potencial de recrutamento desde a instituição das ordenanças sebásticas, e os efectivos foram levantados à semelhança da campanha de 1578: nomearam-se quatro coronéis, Rui Pires de Távora, D. Manuel e D. Francisco Castelo Branco e D. Fernando de Castro, e cada terço foi organizado com as mesmas 12 companhias dos terços sebásticos. Os preparativos militares para enfrentar o desembarque inglês trazem à memória

o ambiente do ano de 1578, quando a capital portuguesa fervilhava de actividade bélica — «as ruas andavam cheias sem haver parte da cidade onde deixassem de soar tambores e de se ver soldados bem vestidos»¹²⁴. Na Primavera de 1589 o recrutamento foi realizado sobretudo em Lisboa, e os coronéis e regedores assumiram pessoalmente o encargo de percorrer as freguesias da cidade, «andando de porta em porta asentando toda a man^a de homens a cada hu^m com suas armas»¹²⁵. Recordem-se as dificuldades sentidas uma década antes para preencher o efectivo para mesmo número de terços. De facto Roiz Soares afirma que o arrolamento de 1589 contabilizou 20.000 homens na cidade de Lisboa, excedendo em muito os 7.000-9.000 homens das 30 companhias de ordenança de 1569. Apenas com os soldados das freguesias de Lisboa e arredores se superou o arrolamento de 1578, que para além da gente da capital ainda contava com a gente do Alentejo, Algarve e Norte do país.

A defesa propriamente dita, em termos das acções de combate directo, foi da responsabilidade das forças de ocupação. Podiam contar-se pelo menos 16 companhias espanholas nos presídios em torno da capital (**tabela 34**). Foram rapidamente despachados 3.000 espanhóis veteranos para engrossar os efectivos estacionados em Portugal. Foram estes cerca de 6.000 homens que constituíram o núcleo defensivo de Lisboa que combateu directamente os ingleses. O vice-rei entrincheirou-se no castelo de São Jorge e, sempre receoso de uma sublevação, distribuiu as companhias castelhanas por pontos-chave da capital como Nossa Senhora da Graça, Terreiro do Paço e Rossio, e ao longo da muralha fernandina.

A presença de D. António em território português era motivo de enorme preocupação para os Espanhóis. Os suspeitos de poderem abraçar aquela causa foram impiedosamente neutralizados, como Rui Dias Lobo, tio do barão de Alvito, degolado por pretender introduzir o prior do Crato em Lisboa. Outro a sofrer as consequências da sua parcialidade foi o conde de Redondo, encarcerado no castelo de São Jorge, por se ter recusado a seguir para o exílio em Granada. Assim, apesar dos substanciais efectivos, foi evitado o envolvimento directo dos fidalgos portugueses nas operações de defesa. Apenas a cavalaria de D. Francisco de Mascarenhas ficou com a missão de patrulhar as ruas de Lisboa, e mesmo em relação a este o capitão-mor, conde de Fuentes, se mostrou desconfiado. No dia 8 de Julho, quando os Ingleses retiravam para Cascais para reembarcar na frota de Drake, o capitão-mor encetou a perseguição sozinho, e só mais tarde autorizou que D. Francisco se lhe juntasse.

¹²⁴ *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, op. cit., p. 87.

¹²⁵ Pero Roiz Soares, op. cit., p. 288.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

<i>Forte S. Julião</i>	<i>Lisboa</i>	<i>Capitão</i>	<i>Companhia</i>
Novembro 1584		Juan Fernandez de Luna	Arcabuzeiros
Abril 1585		Tomás Calderón	?
8 Agosto-10 Novembro 1588		Juan de Guadalajara	?
1588-1589		Alonso Riquelme	Piqueiros
1588-1589		Tomás de Salamanca	?
	1584-1586	Francisco Carvajal Bocanegra	?
	1587	Alonso Riquelme	?
	1587-1589	Alonso Velez de Guevara	?
	10 Julho 1587-22 Junho 1588	Martín de Monzón	Arcabuzeiros
	14 Setembro 1587-1 Março 1588	Tomás Calderón	Piqueiros
	1588	Melchior de Esparça	?
	24 Outubro 1588	D. Beltrán de la Cueva ²⁸	Arcabuzeiros
	1588-1589	Juan Roiz de Movellan	?
	1588-1589	Alonso de Ocampo	?
	1588-1589	Alvaro de Mendoza	?
	1588-1589	Alonso Sanchez de Figueroa ²⁹	?
	1588-1589	Alonso Riquelme	?

Tabela 34 – Companhias espanholas em Lisboa e barra do Tejo, 1584-1590

Fonte: Tabela do autor

<i>Forte S. Julião</i>	<i>Lisboa</i>	<i>Capitão</i>	<i>Companhia</i>
	c. 1588-1589	Diego Valiente	?
	1588-1590	Diego de Oviedo	?
	1588-1590	Juan Fernandez de Luna ³⁰	?
	Novembro 1589-Janeiro 1590	Luis de Cisneros	Piqueiros

Os Ingleses e o filho de D. António (1596)

Em 1596 teve lugar novo ataque dos corsários ingleses a Portugal, que desta feita foi dirigido contra o Algarve. A controvérsia sobre a nomeação de estrangeiros para cargos militares mais relevantes havia-se instalado entre a fidalguia portuguesa. Apesar de Juan de Silva proclamar a pretensão de devolver a defesa de Portugal aos Portugueses, a chegada do *Adelantado Mayor* de Castela, D. Martín Padilla y Manrique, enviado expressamente de Madrid, suscitou um considerável mal-estar. Este avolumou-se, transformando-se em protesto, ao que se sucedeu uma revolta dos fidalgos mais notáveis. Roiz Soares caracterizou-a como um «grande motim», dedicando-lhe um capítulo do *Memorial* com o título «Revolta dos ingleses». O vice-rei Juan de Silva era o principal visado por acumular a chefia militar máxima em Portugal, embora o pretexto fosse Martín Padilla y Manrique ser general de terra e mar, outro estrangeiro a quem os fidalgos portugueses teriam de se submeter. Entre os mais críticos encontrava-se D. Diogo de Sousa, o antigo governador-mor do Algarve nomeado por D. Sebastião em 1573 que fez a expedição a África de 1578 como comandante da armada. Outros fidalgos recusaram-se a colaborar, como o capitão de cavalos Cristóvão de Melo, D. Afonso de Noronha e «todos os coronéis» dos terços que se levantaram. O duque de Bragança D. Teodósio II, pelo contrário, fez questão de comparecer em pessoa, com 700 soldados de infantaria equipados e assoldados à sua custa. As companhias dos terços de Lisboa, excluídas as 3 destacadas para Cascais, totalizaram 45. Entre os capitães de companhia encontrava-se Luís Álvaro Seco¹²⁶, que depois seguiria para Angola como mestre-de-campo geral, situação que não deve ter sido alheia ao facto de ter servido às ordens do antigo governador deste território (tabela 35).

¹²⁶ Era capitão de companhia no terço do antigo capitão-mor de Tanger e Angola, Francisco de Almeida.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

<i>Terços de Lisboa</i>	<i>Oficiais</i>
Gil Eanes da Costa ³¹ (9 companhias)	Sargento-mor Simão Caldeira «Sobrinho do coronel»
	Capitão Barnabé da Silva
	Capitão Luís Correia
	Capitão Brás da Franca
	Capitão Domingos Bugalho
	Capitão Francisco de Oliveira
Manuel de Melo de Sampaio (7 companhias)	Capitão Pedro Álvares do Quental
	Sargento-mor Francisco Mendonça de Vasconcelos, veterano Flandres, Itália, França e Espanha
	Capitão António Peixoto da Silva
	Capitão Domingues Rodrigues de Figueiredo
	Capitão Afonso de Albuquerque
	Capitão Pero Borges Corte-Real
Francisco de Almeida (9 companhias)	Capitão Duarte de Melo
	Sargento-mor Fernão Mendes, veterano Flandres e Itália
	Capitão Cristóvão Borges Corte-Real
	Capitão Cosme de Paiva de Vasconcelos
	Capitão Pero de Moira
	Capitão Luís Álvaro Seco
Capitão Mateus da Gama	
	Capitão Álvaro de Sousa Furtado

A guerra «en que milita nuestra nación española»

	Duarte Nunes Nogueira
Diogo Gomes de Abreu de Lima	Sargento-mor Pero de Oliveira
(10 companhias)	Capitão Duarte de Lima, filho do coronel
	Capitão Manuel Teixeira
	Capitão Jerónimo Henriques
	Capitão Salvador Sanches
	Capitão Manuel da Silva
	Capitão Vicente Riscado, veterano de Marrocos
	Capitão Pero de Oliveira
	Capitão Jorge Barreto de Melo
Nuno Velho Pereira, Veterano da Índia	Sargento-mor João Francisco da Costa
Governador de Moçambique e Sofala (1583-86)	Capitão Luís de Azevedo
(10 companhias)	Capitão Simão de Mendonça
	Capitão Gonçalo Ribeiro Pinto
	Capitão Gaspar Lopes de Távora
	Capitão Francisco Pereira
	Capitão João de Camões
	Capitão Francisco Nunes Marinho
	Capitão Luís de Ataíde
<i>Companhias «soltas»³²</i>	<i>Oficiais</i>
Manuel Castelo Branco	Capitão António Machado, veterano de Marrocos

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

	Capitão Gaspar Ferreira, veterano de Marrocos
Duque de Aveiro e Torres Novas	Capitão Fabio Cosati, capitão Estêvão Matela
	Capitão Simão de Abreu
	Capitão António da Mota
	Capitão João Ribeiro
	Capitão Manuel de Medeiros
	Capitão Luís Pessoa
	Capitão Álvaro Pina Cardoso
Duque de Bragança e Barcelos	Cap.mor João de Toar Caminha, cap.mor arm. Índia (1588) Sargento-mor António Coreia da Costa, veterano Flandres Capitão João Thome ³³
	Capitão Nuno Machado
	Capitão António Sagal
	Capitão Lourenço Caldeira
Luís de Lencastre	Capitão João Lagos de Osório ³⁴
Francisco Almeida de Vasconcelos	Moedeiros
João Salvado, contador das «Casas da Cisa»	Oficiais de S. Majestade
Pedro Furtado de Mendonça	Aventureiros portugueses
Bispo de Coimbra	Capitão António de Morais, veterano África (300 homens)
Visconde de Ponte de Lima	Sebastião de Brito (150 homens)
	Manuel da Costa (150 homens)

A guerra «en que milita nuestra nación española»

Luís de Eça	Aventureiros castelhanos, confraria de S. Diogo
Gonçalo Sanabria	Aventureiros castelhanos e «officiaes desta terra»
Giraldo Rol	Flamengos
Jeronimo Stella	Italianos
Nicolau Barlamonte	Franceses
<i>Terços de Cascais e Leiria</i>	<i>Oficiais</i>
Cristóvão de Melo, Cascais	Sargento-mor
Porteiro-mor e mordomo-mor do rei (8 companhias)	Capitão António Gonçalves Pita (terço Gil Eanes da Costa) Capitão Lourenço Peixoto Cirne (terço Gil Eanes da Costa) Capitão Francisco Pereira Velho (terço Francisco de Almeida) Capitão Vasco Giraldo Capitão Luis Ferreira Valdevie[ll]so Capitão Martim Peres de Peralta
Bernardim Ribeiro ³⁵ , Leiria	sargento-mor Brás Alemão, veterano de Marrocos
	12 companhias de Leiria
	13 companhias de Alcobaça
	8 companhias de Óbidos
	1 companhia de Caldas da Rainha
	1 companhia de Alpedriz
<i>Cavalos</i> ³⁶	<i>Oficiais</i>
Francisco de Mascarenhas	Afonso de Noronha ³⁷

capitão-mor de ginetes	Francisco Vila-Verde ³⁸
	Manuel Coutinho ³⁹
	Rui da Silva ⁴⁰
Duque de Aveiro, 206 cavalos ⁴¹	Rodrigo Pimentel
	Manuel de Melo
Duque de Bragança, 200 cavalos ⁴²	Diogo de Melo

Tabela 35 – Forças portuguesas levantadas em 1595-1596

Fonte: Tabela do autor

Durante a invasão de 1589, os soldados espanhóis concentraram-se em praças de armas improvisadas no Terreiro do Paço, Rossio e Nossa Senhora da Graça, constituindo uma reserva para acudir aonde fosse necessário. Podemos supor que foi repetido o mesmo dispositivo (**figura 326**).



Figura 326 – Distribuição de forças em Lisboa

Fonte: Esquema do autor sobre mapa de A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*

Legenda Zona 1: D. Gil Eanes da Costa; Zona 2: Coronel Nuno Velho Pereira; Zona 3: D. Diogo de Lima; Zona 4: Francisco de Almeida; Zona 5: Manuel de Melo de Sampaio.

Com uma média de 250 soldados por companhia, seriam cerca de 9.000 soldados de Lisboa e arredores. A estes acresciam 28 companhias soltas da capital e as que chegaram de fora, que Juntas com os 5 terços, totalizavam 14.000 portugueses. Foi assim um número apreciável de soldados portugueses que compareceu para fazer frente ao alarme de 1596; na verdade, superaram os efectivos de 1589.

O nervosismo dos Espanhóis durante a crise de 1596 foi uma realidade acicatada pela presença do filho do Prior do Crato na armada inglesa. Mesmo depois da morte de um dos principais fantasmas de Filipe II, a consolidação da União Ibérica era ainda fraca. Todavia, parece inquestionável que entre a fidalguia portuguesa se pretendia retomar alguma da proeminência perdida durante o reinado de D. Sebastião. A perspectiva do ataque inglês a Lisboa foi o argumento para afirmar a sua mais-valia militar, traduzindo-se na vontade de integrar a defesa da capital. Porém, tal como se demonstrou a diligência dos Portugueses em combater os inimigos, ficaram também a descoberto a rivalidade e ressentimento para com os Espanhóis, mesmo nas poucas ocasiões em que existiu uma estreita colaboração, como sucederia em 1625 com a expedição de recuperação da Baía.

2.2 A Autonomia: a guerra no espaço colonial

Durante o período filipino, o império português viu-se inevitavelmente envolvido nos conflitos com a Holanda, França e Inglaterra. A pressão das potências marítimas emergentes sobre as possessões de Portugal já existia, como demonstram os diversos ataques corsários europeus às posições lusitanas (**figura 327** e **tabela 36**). Contudo, a independência política em relação à Espanha evitou por longos anos o confronto directo com estas potências, e naturalmente que a união das coroas eliminou os últimos entraves para que o assalto geral se efectivasse sem mais restrições. No caso dos Holandeses, o principal *casus belli* foi a directiva filipina que lhes vedou o acesso aos portos portugueses, tornando assim inevitável a guerra generalizada com os Países Baixos. As companhias holandesas das Índias Ocidentais e Orientais (WIC e VOC) já se haviam introduzido nas redes de tráfico da Ásia, África e Américas e não pretendiam abrir mão desta sua situação. A pressão exercida sobre os domínios portugueses intensificou-se e acabou por levar à perda de diversas posições, sobretudo no Oriente.

A guerra no Oriente e África continuou a cargo dos Portugueses, e de facto não foram nomeados governadores espanhóis. O comando das intervenções militares também foi quase sempre português, e as únicas excepções tiveram lugar nos espaços de influência castelhana, como as Molucas, ou nas expedições de maior

envergadura, como a reconquista da Baía aos Holandeses em 1625. Curiosamente, quando o comando geral foi entregue a um general espanhol, como foi do duque de Lerma na expedição de reforço de 1635, o resultado não redundou em desastre dado que D. Luís de Rojas y Borja entretanto morreu.



Figura 327 – Fortalezas perdidas durante a União Ibérica

Fonte: Esquema do autor

Local	Perdido	Recuperação
Norte de África		
Ceuta Arzila	1640 (Não foi devolvida) 1589 (Restituída aos xarifes)	
África Ocidental		
São Jorge da Mina Luanda	1637 1640	—
América e Brasil		
Barbados	1620	—
Pernambuco e Recife	1630 (Holandeses)	Depois da Restauração
<i>Golfo Pérsico</i>		

A guerra «en que milita nuestra nación española»

Comorão	1615 (Persas)	—
Queixome e Ormuz	1622 (Persas e Ingleses)	—
Índia		
Jafanapatão, ilha do Ceilão	1591	—
Chaul	1603?	—
Paleacate	1610 (Holandeses)	—
Ugolim	1632	—
Extremo Oriente		
Serião Pegu	1613 (rei de Ava)	Construído em 1600 ⁴³
Amboino, Molucas	1605 (Holandeses)	—
Ternate, Molucas	1607 (Holandeses)	1606 (Portugueses e Espanhóis)
Tidore, Molucas	1605	—

Tabela 36 – Fortalezas perdidas durante a União Ibérica

Fonte: Tabela do autor

Oriente

Muitas das acções militares no império português — agora ibérico — decorriam no plano defensivo, embora continuassem a desenvolver-se diversas acções ofensivas, algumas delas com carácter expansionista. O governo de André Furtado de Mendonça foi um destes casos. Furtado de Mendonça (1558-1611) teve o seu baptismo militar na jornada de D. Sebastião ao Norte de África de 1574. Então com uns precoces 16 anos, o entusiasmo bélico do rei incutiu-lhe o ódio ao Infiel, que o acompanhou pela vida fora. Seguiu para a Índia dois anos depois da experiência marroquina, e os primeiros dados sobre a sua actividade militar no Oriente datam de 1581, 1582 e 1583, quando integrou diversas armadas. Voltou a Portugal em 1585, para regressar ao Oriente com carta patente da capitania de Rachol e ter-

ras de Salcete, cargo que deveria exercer até ocupar a capitania de Malaca, para a qual fora também nomeado. O seu primeiro comando de envergadura foi a capitania de uma armada de embarcações a remo para socorrer a fortaleza de Manar, que havia sido atacada pelo rei de Jafanapatão em 1591. Reforçada a praça, seguiu para atacar a própria cidade de Jafanapatão, cuja conquista foi consumada num clássico ataque à *outrance*, com Furtado de Mendonça investindo à cabeça dos soldados. Apesar da vitória, esteve inactivo em Goa durante cerca de 10 anos devido a desentendimentos com o vice-rei, mas o seu prestígio militar levou a que em Março de 1600 lhe fosse entregue o comando da armada que então se preparava contra o refúgio do corsário Cunhale.

A fortaleza situava-se na foz do rio Pudepatão, a meio-caminho entre Calicut e Cananor. Estava implantada numa península apenas acessível por terra pelo lado sul, defendida por um muro de pedra. O resto da povoação era protegido por tranqueiras, cujo núcleo defensivo consistia num castelo de pedra em forma quadrangular. A barra estava protegida por uma fortificação, designada por «baluarte», fortemente artilhada, que dificultava a aproximação de qualquer esquadra inimiga (**figura 328**). Em 1598 tinha sido ensaiada uma tentativa de assalto ao local, mas sem êxito. Com a expedição de 1600 pretendia-se consumir uma conquista que sabia de antemão ser muito difícil de concretizar. Depois de vários meses de navegação, a armada chegou à vista do seu objectivo. O cerco iniciou-se em Dezembro de 1599, demorando-se por três longos meses de operações contínuas. De facto, apenas a 7 de Março de 1600 foi dado o assalto final.

Das formaturas adoptadas por André Furtado de Mendonça durante as operações em Jafanapatão e no rio de Cunhale, não existem grandes detalhes. No primeiro caso a informação é de todo omissa para além de 1.400 portugueses e 3.000 «lascarins». Para o assalto à fortaleza do corsário Cunhale, efectuado a campo aberto, o exército foi dividido em dois corpos separados: 1.600 atacariam as fortificações da povoação e outros 600 avançariam contra o baluarte na barra. André Furtado de Mendonça comandava a batalha principal onde figuravam os melhores soldados e fidalgos. Como veterano experimentado que era, fez preceder o assalto de um reconhecimento às fortificações inimigas, levado a cabo pelo engenheiro-mor Pero de Bendanha. Furtado de Mendonça ordenou diversos assaltos, que no panorama geral das operações se encontram longe de constituir apenas ataques à *outrance*, a forma como Boxer caracterizou a generalidade dos procedimentos tácticos — ou ausência deles — dos Portugueses. Também se poderia concluir o mesmo das operações militares que Salvador Ribeiro de Sousa levou a cabo no Pegu.

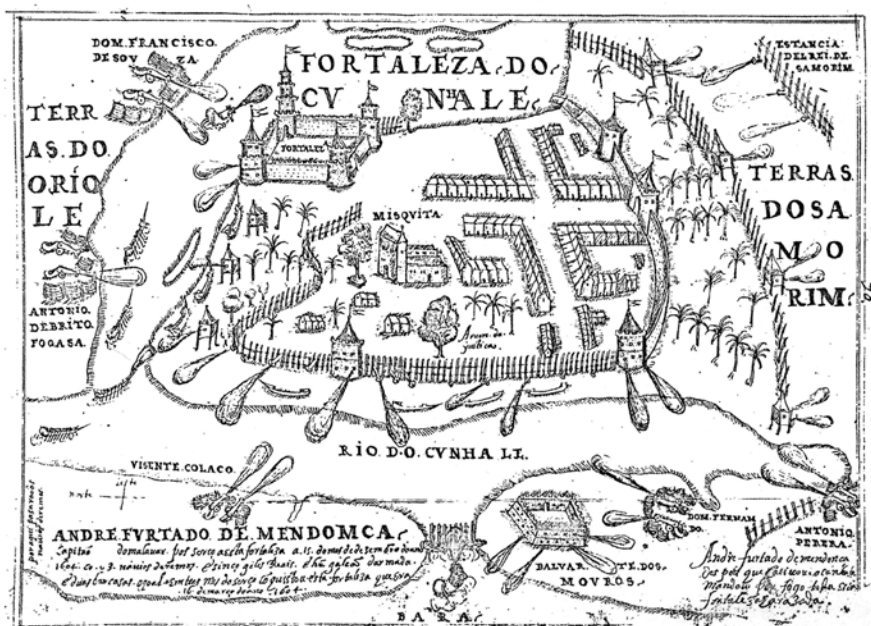


Figura 329 – O cerco de André Furtado de Mendonça à «fortaleza do Cunhale»
 Fonte: Desenho de Manuel Godinho de Herédia (?) (c. 1612?)

Os primeiros contactos oficiais com o Sião tiveram lugar depois da conquista de Malaca, em 1511. Era através do Pegu que se ganhava acesso às rotas comerciais da Ásia, situação que evidentemente não escapou aos Portugueses desde a sua chegada à região. A vantagem de manter no Pegu um ponto de apoio a Malaca e restantes fortalezas do Sul, como Solor e Amboino e Maluco, era óbvia, e como as disputas assolavam com frequência os reinos da região, a intervenção dos Portugueses encontrava-se facilitada. Contudo, foi no início do século XVII que a presença lusitana se efectivou de maneira permanente, com a chegada de Salvador Ribeiro de Sousa¹²⁷, veterano da Índia que esteve presente na jornada do Cunhale com André Furtado de Mendonça. Foi nesta altura que se agudizou o confronto militar, nomeadamente contra «elrei de Arração». O *casus belli* teve lugar com a construção da fortaleza de Sirião. Aquilo que julgava ser apenas «a casa de algum mercador», conforme os Portugueses lhe haviam afiançado, foi pouco a pouco surgindo como uma verdadeira fortaleza, situação intolerável para o soberano. A guerra desenrolou-se primeiro em torno da defesa do forte de madeira que Salvador Ribeiro de Sousa havia mandado erguer no porto de Sirião. Considerada insuficiente, foi escolhido novo local para implan-

¹²⁷ Nasceu em Ronfe (Guimarães), filho de Frutuoso Gonçalves de Sousa, e seguiu para a Índia em 1587.

tar a nova estrutura, numa proeminência adjacente ao rio Sirião. A nova fortificação foi construída em «pedra e cal» com três muros de 15 braças, que no lado poente aumentavam para 20 braças, portanto uma forma trapezoidal com três lados com pouco mais de 30 metros e a base com perto de 50 metros. O traçado era regular, com um baluarte implantado em cada esquina.

As acções militares que ocorreram durante o cerco de cerca de seis meses, envolveram tanto a defesa directa das fortificações como algumas surtidas sobre as posições inimigas. Uma operação particular foi conduzida em terreno raso, dispondo assim de espaço suficiente para um confortável desdobramento das forças. Salvador Ribeiro de Sousa julgou ser uma situação em que os padrões da guerra europeia seriam os mais adequados para enquadrar os soldados em formaturas de tipologia regular. Repartiram-se portanto as tropas em três batalhões. O primeiro, com 500 homens, tinha como objectivo o ataque directo ao forte do inimigo. O comando foi entregue a João Pereira, que levava ainda «todos os petrechos de combater e escalar». Porém, não estamos perante uma clássica ofensiva à *outrance*; outros dois «batalhões» foram colocados em posição de apoio. O veterano Jorge de Barros de Azevedo comandava 50 portugueses que ficaram encobertos por «umas varedas derribadas», portanto em actitude de expectativa. Quanto ao terceiro batalhão, comandado por Simão Barbosa Aranha, actuava como reserva e tinha outros 50 portugueses e «mil naturais da terra»¹²⁸.

O desenvolvimento dos assaltos a lugares fortificados implicava um certo grau de desorganização. Os esquadrões devidamente formados podiam aguardar frente ao objectivo e, conseguida uma brecha, fosse com recurso à inevitável artilharia de sítio ou por minagem, os assaltantes deviam para lá convergir em boa ordem. Mas com a aproximação final às muralhas inimigas, e assaltada a brecha, era obviamente impossível manter a configuração da formatura. No caso das acções de desembarque, a situação seria ainda mais caótica. A rapidez com que os soldados deviam abandonar as embarcações de assalto era crucial para o êxito destas primeiras movimentações, tal como o ímpeto imprimido no ataque. Formar em esquadrão requeria despender várias horas a posicionar os homens nos devidos lugares, um procedimento que era naturalmente impossível nestas circunstâncias. Recorde-se como se efectuou o desembarque na Terceira em 1583 pelas experimentadas forças castelhanas. O assalto foi executado em típica ofensiva à *outrance*, e os soldados apenas puderam formar um esquadrão depois de conquistadas as trincheiras que se encontravam na praia. Em todo o caso, os Portugueses

¹²⁸ Manuel de Abreu Mousinho, *op. cit.*, p. 88.

sabiam como combater numa formatura regular, e noutros teatros operacionais encontra-se documentado em batalha o clássico esquema tripartido, o batalhão central guarnecido por mangas.

Angola

O comércio de escravos era um dado adquirido antes da chegada dos Portugueses, embora a dimensão intercontinental fosse uma aquisição da dominação europeia. Beatrix Heintze enunciou de forma clara as razões do início da ocupação definitiva e planeada, como fruto «da mudança estrutural do comércio português» com o «desenvolvimento da produção brasileira do açúcar por volta de 1570». Mas não foi este o único móbil da penetração para o interior. Inicialmente foi a notícia da existência das minas de prata do Cambambe que acicatóu a vontade dos Portugueses de se embrenharem pelo território, como já havia sucedido com as minas de ouro do Mwene Mutapa, vulgo Monomotapa, ainda que tendo sempre como pano de fundo a vontade de evangelização das populações locais. A colonização das terras foi outro objectivo, como o comprovam as instruções do regimento de Paulo de Novais.

Assim, mesmo considerando que será sempre abusivo fazer uma compartimentação demasiado hermética, David Birmingham identificou duas fases da expansão territorial em Angola. A primeira fase teve como principal motivação a quimera das supostas minas de prata e teve a sua conclusão quando o governador Manuel Cerveira Pereira finalmente conquistou a região em 1605. Teve depois lugar uma segunda fase, virada decisivamente para o comércio dos escravos. Uma terceira fase viria a ter lugar com a recuperação dos territórios perdidos para os Holandeses e conseqüente consolidação da presença lusitana. O início de uma ocupação efectiva — diga-se territorial — aconteceu ainda em 1570, ano em que saiu de Lisboa uma frota com cerca de 600 soldados, comandados por Francisco de Gouveia Sotomaior, nomeado governador do Congo (**figura 330**).

Paulo Dias de Novais foi nomeado donatário do «Reino de Sebate na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior» por alvará de 12 de Abril de 1574. A 23 de Outubro desse ano, saiu com uma armada de sete embarcações e numerosos soldados e capitães, que chegou em meados de Dezembro de 1575 à baía de Luanda. Novais tinha autorização para proceder à distribuição de terra, bem como a obrigação de construir uma fortaleza com dimensões e traça determinadas — «hum castello de quinze braças em quadra, trinta palmos de alto, e cinco de grosso»¹²⁹ — curiosamente, uma métrica absolutamente

¹²⁹ «Catalogo dos Governadores do Reino de Angola», in *Collecção de noticias para a*

idêntica à do castelo de Serião, não fosse a forma trapezoidal deste último. Corriam notícias sobre a existência de minas de prata nas «serras de Cambambe», um poderoso aliciante que levou os Portugueses a encetarem a tentativa de penetração para o interior. No ano seguinte iniciou-se a conquista da região da Ilamba, situada entre os rios Quanza e Bengo. A União Ibérica foi entretanto consumada, e novamente o metal precioso chamou a atenção do novo rei Filipe I de Portugal.



Figura 330 – O rei do Congo e os Portugueses

Fonte: Gravura de Théodore de Bry (1597-1628)

Com a nomeação de Luís Serrão (1589-91) para capitão-geral (tabela 37), a conquista das minas de prata que se supunha existirem em Cambambe manteve-se como um dos principais objectivos, que aliás remontava à época do governo de Paulo de Novais. Serrão era um veterano de Angola desejoso de passar à acção, e logo no início do seu mandato decidiu procurar e enfrentar o Ngola Kiluanji. O exército seria um dos mais poderosos que os Portugueses até então haviam reunido, 120 europeus com alguns milhares de africanos. Avançando pelo rio Lucala, encontraram as forças de Kiluanji a 29 de Dezembro de 1589, num local chamado Ngoleme-a-Quitambu, perto de Cabassa. O exército que os portugueses enfrentavam era numeroso, reunindo os reis de Matamba Congo e Ndongo, e para enfren-

historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes ou lhes são visinhas, t. 3, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1826, p. 344.

tar tão larga superioridade numérica decidiu-se atacar com uma formatura tripartida. Um «batalhão» foi entregue ao capitão-mor André Ferreira, o segundo ao sargento-mor Francisco de Siqueira, e o terceiro foi comandado pelo próprio Luís Serrão. O combate foi mal sucedido, mas a retirada efectuou-se de forma exemplarmente ordeira. Pressionados pelos inimigos, os soldados fizeram o caminho de regresso sempre formados em ordem de batalha, numa marcha que cobriu «mais de oitenta legoas em quinze dias»¹³⁰.



Figura 331 – A região de Luanda e Ndongo

Fonte: Mapa do autor

Ano	Nome	Designação do cargo
Oriente		
1581	Fernão Teles de Meneses	Governador
1581-1584	Francisco de Mascarenhas	Vice-rei
1584-1588	Duarte de Meneses	Vice-rei
1588-1591	Manuel Sousa Coutinho	Governador

¹³⁰ Catalogo dos Governadores do Reino de Angola», *op. cit.*, p.344.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

1591-1597	Matias de Albuquerque	Vice-rei
1597-1600	Francisco da Gama	Vice-rei
1600-1605	Aires de Saldanha	Vice-rei
1605-1607	Martim Afonso de Castro	Vice-rei
1607-1609	Aleixo de Meneses, arcebispo Goa	Governador
1609	André Furtado de Mendonça	Governador
1609-1612	Rui Lourenço de Távora (neto)	Vice-rei
1612-1617	Jerónimo de Azevedo	Vice-rei
1617-1619	João Coutinho ⁴⁴	Vice-rei
1619-1622	Fernão de Albuquerque	Governador
Angola		
1575-1589	Paulo Dias de Novais	Capitão donatário
1589-1591	Luís Serrão	Capitão-Geral do Reino de Angola
1591-1592	André Ferreira Pereira	Capitão-Geral do Reino de Angola
1592-1593	Francisco de Almeida	Capitão-Geral do Reino de Angola
1593-1594	Jerónimo de Almeida	Capitão-Geral do Reino de Angola
1594-1602	João Furtado de Mendonça	Capitão-Geral do Reino de Angola
1602-1603	João Rodrigues Coutinho	Capitão-Geral do Reino de Angola
1603-1606	Manuel Cerveira Pereira	Capitão-Geral do Reino de Angola
1607-1611	Manuel Pereira Forjaz	Capitão-Geral do Reino de Angola
1611-1615	Bento Banha Cardoso	Capitão-Geral do Reino de Angola

A guerra «en que milita nuestra nación española»

1615-1617	Manuel Cerveira Pereira	Capitão-Geral do Reino de Angola
1617-1621	Luís Mendes de Vasconcelos	Capitão-Geral do Reino de Angola
Brasil		
1578-1581	Lourenço da Veiga	Governador-geral
1581-1582	António Barreiros Cosme Rangel de Macedo	Junta governativa
1582-1587	Manuel Teles Barreto	Governador-geral
1587-1592	António Barreiros Cristóvão de Barros António Coelho de Aguiar	Junta governativa
1592-1602	Francisco de Sousa, marquês de Minas	Governador-geral
1602-1607	Diogo Botelho	Governador-geral
1608	Divisão em dois governos	
1608-1612	Diogo de Meneses e Sequeira	Governador-geral da Baía
1609-1611	Francisco de Sousa	Governador-geral do Rio de Janeiro
1612	Reunificação dos governos	
1613-1617	Gaspar de Sousa	Governador-geral
1617-1621	Luís de Sousa, conde do Prado	Governador-geral

Tabela 37 – Governadores no Oriente, Angola e Brasil, 1581-1621

Fonte: Tabela do autor

Os soldados portugueses, todos armados com armas de fogo, construíam uma espécie de fortaleza ao abrigo da qual se protegeram as tropas indígenas. Na frente estava o capitão espanhol Juan de Veloria com 40 homens, os flancos eram protegidos por duas mangas com 20 soldados cada uma, e na retaguarda seguiam os restantes, entre 20 e 40 portugueses (**figura 332**).

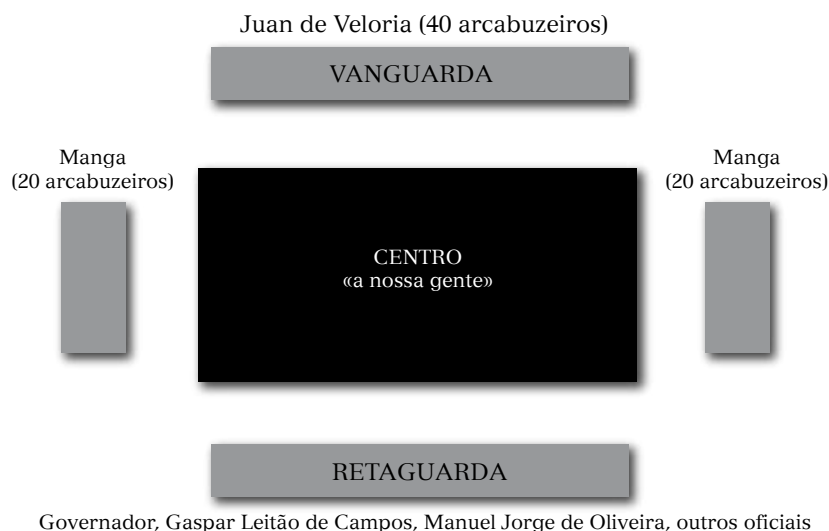


Figura 332 – Marcha de Ngoleme-a-Quitambu a Luanda (29 de Dezembro de 1589 a 15 de Janeiro de 1590)

Fonte: Esquema do autor

As minas de prata que ainda se julgava existirem no Cambambe continuavam no topo das prioridades no regimento de Francisco de Almeida (Junho 1592-1593). O novo governador largou do porto de Lisboa a 9 de Fevereiro de 1593 e desembarcou em Luanda a 24 de Julho com 400 soldados, entre os quais 50 cavaleiros «africanos», gente proveniente dos presídios de África. Era uma força claramente destinada à ofensiva. Almeida não perdeu tempo e ainda em 1593 organizou nova expedição para subjugar o soba Caculo Caenda, contra o qual Novais tentara empreender várias acções militares. O governador saiu com um exército de 700 soldados de infantaria e os 50 «africanos de cavallo», e aparentemente foi excluída a participação de contingentes locais. Os cavaleiros, habituados à guerra irregular de Marrocos, eram naturalmente mais aptos no combate com um inimigo de características militares completamente distintas, mas uma vez mais a incursão redundou em catástrofe.

O atribulado governo de Francisco de Almeida (1592-1593) deu lugar ao desempenho mais conciliador do seu irmão Jerónimo de Almeida (1593-1594). Serenados os ânimos com as várias forças sociais, o novo capitão-geral julgou o momento conveniente para lançar nova ofensiva. O objectivo eram, novamente, as inevitáveis minas do Cambambe. Avançando pelo rio Bengo, o exército de 400 infantes e 21 cavalos foi inicialmente bem-sucedido. Estes 420 portugueses seriam o grosso do contingente, mas revelaram-se incapazes de contrariar as eficazes tácticas de guerra irregular dos inimigos —

«quando os atacavam, se recolhiam a huns mattos tão impenetráveis de espessos, e cheios de espinhos, que até ao fogo resistião, por se conservarem sempre verdes»¹³¹. A expedição acabou em tragédia no dia 22 de Abril de 1594, com o massacre de grande parte do exército.

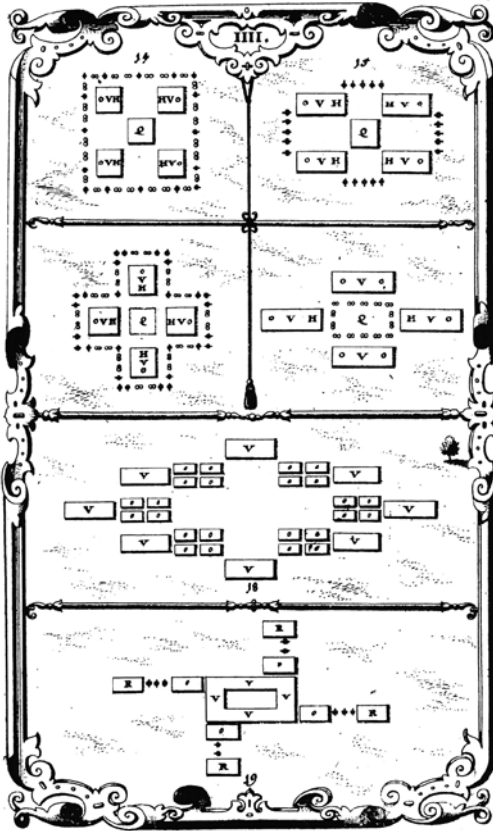


Figura 333 – Varianres à praça central para «resguardo»
 Fonte: Wilhelm Dillich (1689)

João Furtado de Mendonça (1594-1602) também recebeu instruções expressas para retomar a investida sobre o Cambambe, mas igualmente infutífera foi a expedição que levou a cabo contra o soba Cafuxe Cambare. Seguindo também pelo rio Bengo, como o havia feito o seu antecessor, foi desta feita derrotado pelas condições climáticas. Depois de caírem doentes mais de metade dos soldados do exército, foi a vez de o governador ser obrigado a regressar a Luanda com a própria vida em risco pela insalubridade do clima.

¹³¹ Catálogo dos Governadores do Reino de Angola», *op. cit.*, p.344.

O governador Manuel Cerveira Pereira (1615-1617) alcançou finalmente as colinas do Cambambe, mas apenas para verificar que o mito que havia impulsionado as sucessivas — e custosas — campanhas militares desde os anos de Paulo Novais era completamente infundado. Ao fim de mais de três décadas de esforços, o território que os Portugueses ocupavam nesta região de África consistia tão-somente numa faixa apertada entre os rios Quanza e Bengo (**figura 334**).



Figura 334 – Os territórios sob controlo português na região de Angola (c. 1611)

Fonte: Mapa do autor

Mas o potencial económico do território revelar-se-ia no curto prazo, graças ao redireccionar do esforço para o tráfico de escravos. Esta reorientação foi posta em prática de forma dramática por Luís Mendes de Vasconcelos. De facto, foi o responsável por sucessivas campanhas militares que generalizaram a guerra no Ndongo, cujo principal objectivo foi a obtenção de grandes quantidades de cativos. Era, aliás, a opinião expressa num memorial enviado a Filipe II de Portugal. Assim, foram as ligações familiares de Vasconcelos a alguns dos interessados neste comércio que certamente contribuíram para a sua nomeação como capitão-geral de Angola. Foram, mais que provavelmente, de maior utilidade do que a publicação do seu extenso tratado cinco anos antes, cujas lições foi obrigado a rever num teatro de operações francamente diverso. Nomeado por carta patente de 6 de Maio de 1616, desembarcou em Luanda a 26 ou 27 de Agosto de 1617.

A implantação de novas fortificações para o interior do território traduziu-se no intensificar do confronto com os chefes locais, provocando naturalmente uma reacção violenta que era depois contrariada por frequentes acções punitivas. Estas acabavam por se transformar em recolha de escravos para alimentar a crescente procura destinada à produção açucareira do Brasil, mas sobretudo às minas de prata da América, situação que nesta altura era perfeitamente assumida pela coroa. O forte do Hango, no extremo norte da ocupação portuguesa, era naturalmente objecto de maior pressão. A

revolta do soba Calablanga, eventualmente provocada pelo capitão do Hango, Francisco Antunes da Silva, demonstrou o potencial desta zona para um *casus belli*. Uma primeira expedição não se chegou a efectuar, mas pouco tempo depois Luís Mendes de Vasconcelos ordenou a transferência do forte do Hango para uma posição bem mais para o interior. Assim, em 1617 foi erguido um forte de taipa em Ambaca, que apoiaria outras expedições mais para norte. Nos três anos do seu mandato destruiu o reino do Ndongo; saqueou por duas vezes a capital, Cabassa, e o régulo Mbandimba — pai da futura rainha N'Ginga — foi escorraçado, refugiando-se nas ilhas Quindonga, no rio Quanza.

Em termos estritamente militares, Vasconcelos pretendeu — inicialmente — dar batalha com os soldados dispostos segundo uma formatura de tipologia regular, à moda europeia. Contudo, desde o mandato de Bento Banha Cardoso que se procurou uma colaboração mais estreita com as forças africanas locais. Capitão-mor em 1611-1615, Banha Cardoso encontrava-se em Angola desde 1592, tendo assistido aos insucessos militares dos anteriores governadores. Ciente de que a utilização de forças locais seria fundamental, consumou uma aliança formal com os Imbangalas, designados pelos Portugueses por «Jagas». Estes guerreiros viviam em campos fortificados sem outro contacto com as populações locais que não fosse para as saquear. A sua existência era extremamente abrasiva para as comunidades, sendo mesmo acusados de práticas canibais. Vasconcelos, apesar de crítico quanto à utilização destes mercenários africanos, não deixou de recorrer a estes guerreiros de temível reputação entre as populações, com enorme sucesso militar.

A primeira investida sobre Cabaça deu lugar a uma verdadeira batalha campal que foi um ponto de viragem na ideia de guerra de Vasconcelos. Aconselhando-se com o veterano Pedro de Sousa Coelho, este foi de opinião «não convir aquella formatura, pelo diferente modo com que os negros pelejavão»¹³². Advogava mesmo recorrer aos auxiliares indígenas «jagas», algo a que o capitão-mor se havia declarado frontalmente oposto logo no início do mandato. Foi sobretudo durante o mandato de Banha Cardoso que se procurou uma colaboração mais estreita com as forças africanas locais. Porém, Luís Mendes de Vasconcelos era um homem pragmático, prevalecendo o avisado conselho de Sousa Coelho. Depois de os combates se iniciarem de forma pouco auspiciosa, os Portugueses e os seus aliados acabaram por obter uma estrondosa vitória, fundamental para a consolidação do seu domínio. As armas «ervadas» dos Africanos e a ineficácia das armas de fogo europeias contra sol-

¹³² Catalogo dos Governadores do Reino de Angola», *op. cit.*, p. 363.

dados dispersos e em ambientes florestais tornaram a colaboração com as tropas locais imprescindível. Se contarmos ainda com os limitadíssimos efectivos dos Portugueses, a convivência do modo de guerra europeu e do modo africano era imprescindível. Na região do Ndongo, em particular, combatia-se numa ordem de batalha tripartida, com um corpo central e duas alas, um esquema que não era descabido face à experiência militar dos Portugueses, pois tratava-se de uma organização táctica transversal a várias culturas e épocas. Os Portugueses, mais bem equipados e protegidos, estavam mais habilitados a ocupar o centro da formatura, protegendo a bagagem e actuando como reserva. A maior mobilidade das tropas indígenas destinava-as a ocupar as alas. Curiosamente, acaba por se tratar de uma adaptação do conceito do esquadrão de piqueiros e alas de atiradores.

Apesar da tutela espanhola, a guerra na maior parte dos territórios no espaço colonial continuou a ser feita por portugueses. Contudo, no continente a liderança superior foi explicitamente espanhola, com os principais cargos ocupados por «castelhanos»; «privados do exercício de seu natural e antigo papel de governar e defender o reino e suas conquistas»¹³³, o desconforto dos fidalgos portugueses fez-se sentir. Algumas vezes de forma subreptícia, como o texto de Diogo Álvares Correia, outras em evidente confronto, como nas «alterações de 1596». Evidentemente que as normais contrapartidas das vitórias militares, fossem honoríficas ou monetárias — como era a questão do direito ao saque —, consituíam a parcela mais aliciante deste protagonismo. Mas, vista numa perspectiva mais geral e desapaixonada, a posição subsidiária da fidalguia lusitana era apenas o natural resultado da União Ibérica: o exercício do domínio espanhol sobre os Portugueses, afinal. É evidente que a referência aos modos e usos «à espanhola», como Salvador Ribeiro de Sousa tão exuberantemente demonstrou no Pegu, revela uma aceitação desta influência. Como também se revela a consolidação da guerra moderna que entretanto foi introduzida pelos capitães espanhóis que se fixaram em Portugal depois de 1580, ou que perduraram das anteriores reformas sebásticas. Mas até que ponto se continuaram a fazer sentir os seus efeitos? Depois de desaparecido o seu principal impulsionador, as ordenanças ficaram desprovidas de continuidade e pertinência pela alteração do quadro geoestratégico do novo universo em que Portugal passou a gravitar. A dimensão da derrota estendeu-se, de facto, para além do valor estatístico do exército que se perdeu no

¹³³ Manuel de Menezes, *Recuperação da Cidade do Salvador escrita por Dom Manoel de Menezes chronista mor e cosmographo de sua magestade e capitão geral da Armada de Portugal naquella empresa*, ed. Francisco Varnhagen, Revista Trimensal, vol. 22, 1859.

campo de batalha de Alcácer Quibir. A perda de cerca de uma dezena de milhares de homens treinados — ainda que apenas num plano elementar, pois o adestramento do soldado quinhentista adquiria-se sobretudo em função da veteranaria — foi um rude golpe, sobretudo para o Sul do país, onde o recrutamento foi mais fácil e proveitoso. Contudo, este quadro negativo é apenas uma das faces da moeda.

O corpo de oficiais que se haviam formado desde, pelo menos, os primeiros anos do reinado de D. Sebastião não se diluiu no cativoiro. Muitos fidalgos experimentados foram resgatados e regressaram ao reino, mas a maior parte por intervenção de Filipe II, o que significou juntarem-se à sua causa. A pródiga distribuição de vantagens anulou a vontade de combater de muitos oficiais, fazendo cair sucessivamente todos os pontos fortificados cruciais pela passividade de determinados comandantes. Assim, na resistência às forças que dois anos depois invadiram Portugal, aquilo que parece sobressair é a decapitação das chefias no plano tático. A passividade da frota portuguesa, especialmente evidente na batalha de Alcântara, foi disso o espelho. Porém, tal não significou uma completa ausência de capitães nas fileiras afectas ao Prior do Crato. As influências militares desdobraram-se em função da proveniência do auxílio. Franceses e ingleses, como aqueles que lutaram nos Açores, generais italianos como Strozzi e veteranos como frei Estêvão Pinheiro, sobrevivente a Alcácer Quibir, todos eles coabitaram nas chefias. Se nos exércitos quinhentistas era hábito a presença de soldados mercenários de proveniências diversas, a multiplicação de líderes com orientações muitas vezes antagónicas foi também uma constante que se observou, de uma forma particularmente acutilante, nos acontecimentos militares de 1580-1583.

As reformas sebásticas tiveram lugar numa época que se pretendeu de expansão. Desenvolveram-se com as urgências militares de 1589 e 1596 e na militância nos exércitos espanhóis da Flandres, é certo. Mas também como uma continuidade especificamente portuguesa, tanto nos recrutamentos de 1589-1596 como na guerra fora do Reino, no Oriente, África e Brasil. Por isso, é sem surpresa que, com a Restauração, foram reeditadas estas mesmas ordenanças em 1644, sessenta e seis anos após a sua publicação inicial. Afinal, sem a dominação filipina, as ordenanças de D. Sebastião teriam tido o mesmo êxito?

CONCLUSÃO

A guerra na Idade Moderna fez-se em estreita relação com a produção artística. A imagem dos combatentes, desde o soldado até ao topo da hierarquia — que se encontrava em fase de definição — foi trabalhada conscientemente. Definiram-se as armas e o vestuário de acordo com a respectiva função militar e posição de comando, tendo em atenção tanto a forma como o próprio significado da cor. Os protagonistas da redescoberta da herança clássica estiveram profundamente comprometidos com a «revolução militar». Já sobejamente estudada no campo das artes visuais, essa herança desempenhou o mesmo papel crucial na evolução da guerra. A condução das batalhas passou a contar com princípios estéticos — formaturas obedecendo a critérios como a simetria, ou os esquadrões de configuração geométrica construídos em função de uma rigorosa matemática. Ordenar os esquadrões obedeceu a muitas das regras da estrutura conceptual arquitectónica. Fossem quadros ou prolongados, construíram-se recorrendo à mesma matemática e geometria que se encontra presente na concepção de Santa Maria del Fiore por Alberti ou de San Francesco della Vigna por Sansovino. Portanto, a guerra foi também uma questão gráfica.

Politicamente, o século xvi evoluiu de guerra em guerra. A ameaça otomana prevaleceu sobre a Europa quinhentista até atingir o seu clímax com o cerco de Viena em 1529. A sombra do Turco continuou com queda dos reinos cristãos do Leste, mas também o Mediterrâneo estava à mercê dos assaltos muçulmanos. Não foi apenas o «outro» o responsável pela terrível turbulência, porque a Reforma de Lutero iniciou um ciclo fracturante da ordem interna. A guerra ficou como a única expressão comum a todo o continente europeu,

ainda que também sujeita a um processo de fractura — ou poder-se-ia dizer de desdobramento. Nas sociedades em crise no conjunto dos países da Europa de Quinhentos, procuraram-se normativas de enquadramento mais rígidas que ditassem alguma estabilidade. E tendo separado os países, iria aglutiná-los novamente sob os auspícios de uma militância agressiva vinculada ao espírito e letra provenientes do Concílio de Trento. O clima de crescente militarismo propiciou uma maior visibilidade da classe guerreira que estava, sem dúvida, mais instruída e culta. O sargento-mor Francisco de Valdés pronunciou-se sobre assuntos do foro estético, alvitando sobre as proporções e harmonia de uma formatura militar ou mesmo sobre a ordem de batalha de um exército; Diego de Álava y Viamont revelou-se perfeitamente capaz de contrapor o seu cálculo de trajectórias balísticas ao que o matemático Niccolò Tartaglia havia exposto em 1537; Francisco de Aldana, sargento-mor de D. Sebastião em Alcácer Quibir, acumulou a guerra com a produção poética, a ponto de ser considerado uma peça-chave na lírica espanhola de Quinhentos; e Lelio Brancaccio combateu, cantou e escreveu com a mesma proficiência.

A Renascença foi a época histórica durante a qual se desenvolveu em pleno uma contínua dialéctica entre teoria e prática. O debate sobre qual o conhecimento que deveria predominar — se o prático se o teórico — foi um assunto abordado desde Signorellus de Homodeis de Milão em 1489. Nas palavras de *precedentia doctoris vel militis* revê-se o conflito sobre qual o detentor do conhecimento militar, *il soldato o il letterato*. Mas mais do que definir uma precedência, estabeleceu-se a noção de que a guerra era um assunto de especialistas que deveria ser tratada pelos mais habilitados para tal — os soldados. Afirmava-se uma classe profissional que entendeu que fazer a arte não era certamente o mesmo que combater na guerra, e os tradicionais executantes do poder militar — os soldados práticos — retomaram o domínio daquilo que no fundo tinham considerado sempre da sua responsabilidade e competência: a teorização da guerra. O duque de Urbino foi um dos mais acérrimos defensores da incompetência de outros que não os homens da guerra em assuntos militares, mesmo tratando-se do caso da fortificação. Consumou-se portanto a fractura entre aquilo que designamos como o tríptico da arte militar na sua vertente mais ligada às artes no geral — a construção dos exércitos, a artilharia e a fortificação.

A partir de meados do século, o ambiente tridentino influenciou de forma definitiva os programas arquitectónicos e artísticos, afastando progressivamente as plantas centralizadas da ementa tipológica, subvalorizando «o carácter filosófico inerente a essas

formas)⁶² e criticando a sua raiz fora da ortodoxia de Trento. Foi no fim do reinado de D. João III que foram introduzidas sistematicamente «as primeiras formas maneiristas a par com a nova ideologia contra-reformista»⁶³, e o reinado de D. Sebastião foi a confirmação da tendência para uma militarização da sociedade. A introdução das novas formas de fortificação no início de Quinhentos coincidiu com a utilização de uma grande variedade de formas associadas à construção das formaturas militares. A euforia formal estendeu-se ao armamento, e as peças de armaria apresentaram uma bizarria dificilmente imaginável, mesmo considerando que se destinariam ao campo de parada. Porém, a partir de meados do século as *formas militares* foram objecto de um estreitamento conceptual, restringindo-se qualquer formalismo para focar a atenção do combatente naquilo que se entendia como essencial — combater com o máximo de eficácia. Em plena época sebástica, Martim Afonso de Melo desvalorizou formaturas como o caracol ou a galé como dispositivos de combate. O principal objectivo, como os tratadistas contemporâneos defendiam, era a obediência jesuítica dos soldados. E tal como na igreja se pretendia canalizar a atenção e dirigir o crente para o essencial do acto litúrgico, o soldado devia ocupar o seu lugar como mera peça de uma construção maior, o esquadrão. Este era o verdadeiro edifício militar, e na Península Ibérica as directivas tridentinas sobre a arte acabaram por se conformar de forma quase natural com um eventual programa tipológico militar: os «quatro esquadrones en que milita nuestra nación española».

A guerra desempenhou um papel central no contexto da expansão. Duarte Pacheco Pereira ou Afonso de Albuquerque foram capitães-arquitectos — ou arquitectos-capitães — que acolheram as inovações militares, moldando de seguida as novas propostas de uma objectividade e pragmatismo sempre premente no campo de batalha. Existiu uma comunhão de princípios com a arquitectura mais depojada de meados do século. Perceber quem são as pessoas que escrevem sobre os métodos militares, na sua faceta mais concreta directamente ligada ao campo de batalha, poderá alargar a compreensão desta arquitectura chã e militarizada, abarcando a problemática militar que lhe é contemporânea. Isidoro de Almeida foi o detentor de um conhecimento global; arquitecto, militar, tratadista, encontra-se no plano mais abrangente que se observou na primeira metade de Quinhentos. Por isso, fez a ponte entre a época joanina e sebástica. Em diferente plano encontram-se o veterano da Flandres

⁶² Vitor Manuel Serão, *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores*, Lisboa, I.N.C.M., 1983.

⁶³ Jaime Sousa, «Arquitectura Alentejana: O Quadrado», in *O Estudo da História*, Boletim da Associação dos Professores de História, n.º 5-6 (II série), 1988.

João da Fonseca, Diogo Álvares Correia, que traduziu Battista della Valle, e o próprio rei, que estudou, praticou e escreveu sobre a guerra. Dominaram parcelas do conhecimento de Isidoro de Almeida, como os espanhóis Francisco de Valdés, Sancho de Londoño ou Luis Gutiérrez de la Vega. Em Portugal; assim, a fractura entre guerra e arquitectura — mesmo tratando-se da arquitectura militar — ficou consumada com D. Sebastião.

Portanto, dificilmente o universo da tratadística portuguesa da segunda metade do século XVI se encontraria vazio. A produção teórica foi profícua com o *Desejado* e continuou a sê-lo depois de 1578. E, facto curioso, manteve ou terá mesmo sublinhado as linhas mais marcadamente autónomas no início da Monarquia Dual, apesar de fazer parte do universo bélico espanhol. Tal como em Espanha, os homens da «profissão das armas» afirmaram-se como corpo autónomo dentro da sociedade. Um dos instrumentos desta diferenciação foi a formalização de uma imagem específica para os soldados, que acompanhou a introdução de um sistema hierárquico próprio. Foi talvez nesta postura de excepção que se acolheu um sentimento de autonomia. Os tratados portugueses da época filipina foram tanto um discurso pessoal como a afirmação implícita de uma competência militar lusitana. A guerra dos Portugueses manteve um cunho próprio, até porque na vasta geografia do antigo espaço português os adversários permitiam uma abordagem táctica menos rígida. Durante as campanhas militares dos Açores, entre 1581 e 1583, uma atitude táctica mista, de guerra regular-irregular, desempenhou um papel de relevo. E em determinadas situações as tropas portuguesas observaram uma doutrina militar de influência europeia: de facto, de Angola ao Ceilão combateu-se em esquadrões regulares se a situação o exigisse.

As ordenanças sebásticas excederam largamente o período de tempo em que foram instituídas, sobrevivendo à morte prematura do monarca responsável pela sua implementação. Esta é talvez a prova de que não foram só fruto de uma eventual fixação mórbida do rei na guerra, mas de que aglutinaram todo o esforço legislativo que se levou a cabo desde a legislação manuelina. As medidas legislativas de D. Sebastião constituem um «eixo estruturante da organização militar que marcou todo o Antigo Regime português»⁶⁴. A longevidade das ordenanças de 1570 foi notável. Inicialmente entendidas como um atentado à autoridade e poder da nobreza, a reacção foi de hostilidade para com o centralismo sebástico; mas depois de desaparecido o monarca, tornou-se cada vez mais evidente que era

⁶⁴ José Damião Rodrigues, «A guerra nos Açores», *Nova História Militar de Portugal*, v.2, 2004.

necessário recrutar soldados e comparecer em força quando necessário, mesmo para aqueles que antes se negaram a fazê-lo. Os contingentes substanciais dos duques de Aveiro e Bragança, a diligência dos coronéis dos terços em 1589 e 1596, deixam clara a necessidade de evidenciar as suas capacidades militares mesmo sobre o contestado suporte institucional das ordenanças sebásticas. Assim, a dominação filipina foi o principal responsável pelo cumprimento das ordenanças de D. Sebastião; o que de maneira alguma retira o seu valor, antes o reforça.

ABREVIATURAS

ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNA — Biblioteca Nacional da Ajuda
BNP — Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP — Biblioteca Pública Municipal do Porto
DGPC/ADF — Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica
IEC — Instituto de Estudios Ceutíes
MML — Museu Militar de Lisboa
MNAA — Museu Nacional de Arte Antiga
MNMC — Museu Nacional de Machado de Castro
MNT — Museu Nacional do Trajo
MBCB — Museu Biblioteca Casa de Bragança
TALM — Tangiers American Legation Museum

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

- ANÓNIMO, *De Re Militari* [manuscrito], c.1588?, BNP, códice 1569.
- ANÓNIMO, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, introdução e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Europress, 1987.
- ANÓNIMO, *Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, Lisboa, Livro Aberto, 2004.
- ANÓNIMO, *Jornada del-rei Dom Sebastião a África — Crónica de Dom Henrique*, ed. Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, INCM, 1978.
- ANÓNIMO, «Lettre d'un Médecin Juif à son Frère», in *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, 1.^a série, Inglaterra, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- ANÓNIMO, *Livro da Barca da Cidade de Tânger*, 1652, BNP, códice 1782.
- ANÓNIMO, «Relatione del col: Stefano Angarano di la guerra di Portog. L'anno 1580 (Fatto copiare dal Visconte de Soveral in Novembro del 1867)», in João Baptista Este, *Movimento do Orbe Lusitano*, v. 2, BNA, códice 50-VIII-3.
- ANÓNIMO, «Relação da expedição, ataque e conquista da ilha Terceira», in *Arquivo dos Açores*, ed. fac-sim. da ed. 1878-1959, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1984, v. 2.
- ANÓNIMO, «Relação da expedição do comendador de Chaste à ilha Terceira, em Maio de 1583», in *Arquivo dos Açores*, ed. fac-similada da ed. 1878-1959, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-84, v. 2.
- ANÓNIMO, *Relação da Jornada del Rei dom Sebastião e do Apparato da Armada e gente que por seu mandado se fez para passar a Africa no Ano de 1578*, BNA, códice 51-II-18.
- ANÓNIMO, «Relacion de La bataille de El-Ksar El-Kebir — Le captife portugais», in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- ANÓNIMO, «Relacion de le captife italien», in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- ANÓNIMO, *Relação da rota de D. Sebastião feita por um captivo; plano schematico da batalha; rol dos captivos*, 1578, BNP, códice 8570.
- ANÓNIMO, «Relación de lo sucedido al ejército del rey nuestro señor desde 27 junio hasta 3 de julio», in Martín Fernandez de Navarrete, *Colección de documentos inéditos para la historia de España* (Codoin), Madrid, Viuda de Calero, 1842-

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

1885, v. 40.

- ANÓNIMO, *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, ed. Laura Monteiro Pereira, Ericeira, Mar de Letras, 2003.
- AELIANI et Leonis Imp., *Tactica*, Antuérpia, Ludovicum Elzevirum, 1613.
- AGRIPPA, Camillo, *Fencing: A Renaissance Treatise by Camillo Agrippa*, ed. Ken Mondschein, Nova Iorque, Italica Press, 2009.
- , *Dialogo di Camillo Agrippa milanese del modo di mettere in battaglia presto & con facilità il popolo di qual si voglia luogo con ordinanze & battaglie diverse*, Veneza, Bartholomeo Bonfadino, 1585.
- AGUILAR, Pedro de, *Tractado de la cavalleria de la gineta*, ed. facsimilada da ed. de 1572, Sevilha, Extramuros, 2007.
- ÁLAVA Y VIAMONT, Diego de, *El perfecto capitán, instruido en la disciplina militar, y nueva ciencia de la artilleria*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1994 [1.ª ed. 1590].
- ALBERTI, Leon Battista, *L'Architettura*, Veneza, Francesco Francheschi, 1565.
- , *Ludi Matematici*, c. 1451?
- ALCEGA, Juan de, *Tailor's Pattern Handbook*, ed. fac-smilada, trad. J. Pain e C. Bainton, Ruth Bean, Bedford, 1979 [1.ª ed. 1589].
- ALGHISI, Galasso, *Delle Fortificazioni*, Veneza, 1570.
- ALMEIDA, Isidoro de, «O quarto livro das instruções militares», in A. Faria de Moraes, «Arte Militar quinhentista», sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 23, Lisboa, 1953.
- ALTONI, Giovanni, *Il soldato*, Florença, Volcmar Timan German, 1604.
- ANDRADA, Francisco d', *Crónica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey destes Reynos de Portugal D. João o III deste Nome*, Coimbra, Real Oficina da Universidade, 1796.
- ANDRADA, Miguel Leitão de, *Miscelânea*, ed. Miguel Marques Duarte, edição fac-similada da 2.ª edição 1867, Lisboa, INCM, 1993.
- ARAÚJO, João Salgado de, *Sumario de la Familia Ilustrissima de Vasconcelos, Historiada, y con Elogios*, Madrid, Juan Sanchez, 1638.
- ARBEAU, Thoinot, *Orchesography*, Lengres, Jehan des Preyz, 1589.
- BACHOT, Ambroise, *Le Gouvernail, traitant de l'Architecture des Fortifications lequell conduira le curieux de Geometrie en perspective dedans l'architecture des fortifications, machines de guerre, & plusieurs autres particularitez y contenues*, Paris, 1598.
- BAENA, Gonçalo, *Arte para Tanger (Lisboa, 1540)*, ed. Tess Knighton, UNL, Lisboa, Colibri / CESEM, 2012.
- BARBARO, Daniel, *I dieci libri dell'architettura di M. Vitruvio*, Veneza, Francesco Marcolini, 1556.
- BELUCCI, Giovan Battista, *Nuova inventione de fabricar fortezza, di varie forme*, Veneza, Tomaso Baglioni, 1598.
- BRANCACCIO, Lelio, *Cargos y preceptos militares*, Barcelona, Sebastian y Jaime Matevad, 1639.
- BUSCA, Gabriello, *Della espugnatione et difesa delle fortezze*, Turim, Nicolò Bevilacqua, 1585.
- , *L'Architettura militare*, Milão, Gio. Battista Bidelli, 1619.
- CAETANO, Carlos, *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos xv a xviii)*, Lisboa, Pandora, 2004.
- CADORNEGA, António de Oliveira de, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1940. Lisboa, 1972.
- CALDEIRA, António Mendes (?), *Livro de Milícia*, BNP, códice 169.
- CARRANÇA, Jeronimo de, *Libro de las Grandezas de la Espada*, Madrid, Herederos de Juan Iñiguez de Lequerica, 1600.
- CARRION PARDO, Juan de, *Tratado como se deven formar los quatro esquadrones, en que milita nuestra nación Española*, Lisboa, Antonio Alvarez, 1595.
- CASCÃO, João, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, ed. Francisco de Sales Loureiro,

- Lisboa, Horizonte, 1984.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, v. III, anot. Pedro de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1933.
- CASTANHOSO, Miguel de, *História das Coisas que o mui Esforçado Capitão Cristóvão da Gama Fez nos Reinos do Preste João com Quatrocentos Portugueses que Consiço Levou*, ed. Neves Águas, Mem Martins, Europa-América, 1988.
- CASTIGLIONE, Baldassare, *Il libro del cortegiano*, Veneza, Gabriel Giolito, 1551.
- CATANELO, Girolamo, *Tavole brevissime per sapere con prestezza quante file uanno à formare una giustissima battaglia*, Brescia, Aldus, 1563.
- , *Dell'Arte Militare Libro tre*, Brescia, Thomaso Bozola, 1571.
- , *Dell'Arte Militare Libro cinque*, Brescia, Thomaso Bozola, 1584.
- CATANELO, Pietro, *I quattro primi libri di architettura di Pietro Cataneo senese*, Veneza, Aldus, 1554.
- CENTORIO, Ascanio, *Discorso di guerra*, Veneza, Gabriel Giolito, 1562.
- CHACÓN, Hernán, *Tractado de la cavallería de la gineta*, ed. Noel Fallows, Exeter, University of Exeter Press, 1999.
- CICOGNA, Giovan Mattheo, *Il primo libro del Trattato Militare*, Veneza, Giovanni Bariletto, 1567.
- CICUTA, Aurelio, *Della disciplina militare del capitano Alfonso Adriano. Libri III*, Veneza, Lodovico Avanzo, 1566.
- Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são visinhas* v. 3, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1826.
- COLLIADO, Luigi, *Prattica manuale dell'artiglieria*, Milão, Girolamo Bordonni, 1606.
- CONESTAGGIO, Jeronimo, *Dell'unione del regno di Portogallo all Corona di Castiglia*, Genova, Girolamo Bartoli, 1589.
- CÓRDOBA, Luis Cabrera de, *Felipe II, Rey de España*, v. 1-2, Madrid 1876-1877.
- CORREIA, Diogo Álvares, *Tratado de milícia / Batista do Valle benafrano, 1560-1570?*, BNP, códice 2107.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, pref. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão, 1975.
- CORREIA, João Tomás, *Livro de Varias Plantas deste Reino e de Castela*, primeira metade de séc. XVII, BNP, D.68R.
- CORTE-REAL, Jerónimo, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Lisboa, INAPA, 1991.
- COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, pref. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 2008.
- CRUZ, Frei Bernardo da, *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*, v. 2, Lisboa, Escriptorio, 1903.
- CUNHA, Simão da, «Extraits de la Relation de Simon da Cunha», in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- D'AUBIGNÉ, Agrippa, «Relation de Agrippa d'Aubigné», in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, 1.^a série, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- DELLA FRANCESCA, Piero, *De Prospectiva Pingendi*, c. 1475.
- DILICH, Wilhelm, *Kriegsbuch*, Cassell, Wilhelm Wessell, 1607.
- EGUILUZ, Martín de, *Discurso y regla militar*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2001 [1.^a ed. 1592].
- El Tratado de la Pintura por Leonardo de Vinci, y los Tres Libros que sobre el Mismo Arte Escribió Leon Bautista Alberti*, ed. fac-similada da edição castelhana de 1784, Lisboa, Alcalá, 2005.
- ESCALANTE, Bernardino de, *Diálogos del Arte Militar*, Sevilha, Andrea Pescioni, 1583.
- ESCOBAR, Antonio, *Recopilación de la Felicissima Jornada*, Valência, Viuda de Pedro de Huete, 1586.
- FERRETTI, Francesco, *Della osservanza militare del capitano Francesco Ferretti*, Veneza,

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- Camillo et Rutilio Borgominieri, 1568.
- FRIAS, Pedro de, *Crónica del-Rei D. António*, estudo e leitura Mário Alberto Nunes Costa, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1955.
- FRONTINO, Sexto Júlio, *Estratagemas*, introdução e notas de Miguel Mata, Lisboa, Sílabo, 2005.
- GALILEI, Galileo, *Trattato di fortificazione*, 1589, <http://ilgalilei.interfree.it> [Julho 2010].
- GARCÍA DE PALACIO, Diego, *Diálogos Militares*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2003 [1.ª ed. 1583].
- GHEYN, Jacob de, *The exercise of armes, A seventeenth century military manual*, ed. David J. Blackmore, Londres, Greenhill, 1986.
- GRACIÁN, Diego, *De Re Militari*, Barcelona, Claudio Bornat, 1565.
- GUERREIRO, padre Bartolomeu, *Gloriosa Coroa d'Esforçados Religiosos da Companhia de Iesu*, Lisboa, António Alvarez, 1642, v. 1.
- GUTIÉRREZ DE LA VEGA, Luis, *Nuevo Tratado y Compendio de Re Militari*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2005.
- HERRERA, Antonio de, *Cinco libros de la Historia de Portugal, y conquista de de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*, Madrid, Pedro Madrigal, 1591.
- HOLANDA, Francisco de, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas*, ed. José da Felicidade Alves, Lisboa, Horizonte, 1989.
- , *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, ed. José da Felicidade Alves, Lisboa, Horizonte, 1984.
- , *Da Pintura Antiga*, ed. Angel González Garcia, Lisboa, INCM, 1983.
- ISABA, Marcos de, *Cuerpo Enfermo de la Milicia Española*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1991 [1.ª ed. 1594].
- JIMÉNEZ DE URREA, Jerónimo, *Dialogo de la verdadera honrra militar: que tracta como se ha de conformar la honrra con la conscientia*, Veneza, Joan Grifo, 1566.
- LANTERI, Giacomo, *Del modo di disegnare le piante delle fortetze secondo Euclide*, Veneza, Vincenzo Valgrisi, 1557.
- LAVANHA, João Baptista, *Relações das cousas principaes q sucederão em Portugal em tempo del Rey D. Sebastião*, BNP, códice 887.
- LEMONS, João Brito de, *Abecedário Militar*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1631.
- LEVO, Giovan Antonio, «Discurso dell'ordine et modo di armare et compartire et esercitare la militia del Serenissimo duca di Savoia», in *Le Milizie Sabaude*, ed. Edoardo Scala, Livorno, Edizione Roma, s.d. [1ª ed. 1566].
- LONDOÑO, Sancho de, *Discurso sobre la forma de reducir la Disciplina Militar a mejor y antiguo estado*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1993 [1.ª ed. 1594].
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, v. 2, Barcelos, Civilização, 1983.
- LORINI, Buonaiuto, *Delle fortificationi, libri cinque*, Veneza, Antonio Rampazzeto, 1596.
- LUPICINI, Antonio, *Architettura Militare*, Florença, Giorgio Marescotti, 1582.
- MACHIAVELLI, Niccolò, *Libro della arte della guerra*, Florença, Giunti, 1551 [1.ª ed. 1521].
- , *Arte della guerra e scritti politici minori*, ed. Sergio Bertelli, Milão, Feltrinelli editore, 1961.
- MAGGI, Girolamo, CASTRIOTTO, Giacomo, *Della Fortificatione delle Città, libri tre*, Veneza, Rutilio Borgominieri, 1564.
- MÁRMOL CARVAJAL, Luis del, *Historia del rebelion y castigo de los moriscos del reyno de Granada*, Madrid, Imprenta de Sancha, 1797.
- MARTINI, Francesco di Giorgio, *Trattato di Architettura civile e militare*, <http://www.bncf.firenze.sbn.it> [Jun. 2011].
- MEDINA BARBA, Diego González de, *Examen de fortificacion*, Madrid, Varez de Castro, 1599.
- MELO, Martim Afonso de, «Regimento de guerra», in António Caetano de Sousa, *Provas do livro IV da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, v. 4 — provas, Coimbra, Atlântida, 1948.

- MENDONÇA, Jerónimo de, *Jornada de África*, v. 1, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904.
- MENDOZA, Bernardino de, *Theorica y Practica de Guerra*, Madrid, Viuda de Pedro Madrigal, 1595.
- MENESES, D. Duarte de, «Relação de D. Duarte de Meneses», in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- MERCURIALIS, Hieronymus, *De Arte Gymnastica*, Paris, Iacobum du Puys, 1577.
- MESA, Sebastián de, *Jornada de África por El Rey Don Sebastián y Union del Reyno de Portugal a la Corona de Castilla*, Barcelona, Pedro Lacaualleria, 1630.
- MONTES, Diego, *Instrucción y Regimiento de Guerra*, Saragoça, George Coci, 1537.
- MORA, Domenico, *Il soldato*, Veneza, Gabriel Giolito, 1570.
- MORAIS, A. Faria de, «Ordenanças e Ginetes d'El Rey», in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 24, Lisboa, 1954.
- MORALES, Juan Baptista, *Jornada de Africa del Rey Don Sebastian de Portugal*, Sevilha, Gabriel Ramos Vejarano, 1622.
- MOSQUERA DE FIGUEROA, Cristóbal, *Comentario en Breve Compendio de Disciplina Militar*, Madrid, Luis Sanchez, 1596.
- MOUSINHO, Manuel de Abreu, *Breve Discurso em que se Conta a Conquista do Reino do Pegu na Índia Oriental*, introdução e notas de Maria Paula Caetano, Mem Martins, Europa-América, 1990.
- NARVÁEZ, Luis Pacheco de, *Libro de las grandezas de la espada*, Madrid, herederos de Juan Iñiguez, 1600.
- NIETO, Frei Luis, «Relación de las guerras de Berbería e del suceso y muerte del Rey D. Sebastián», in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- Nomeação do tabelião de Roças, *Chancelaria de D. Sebastião*, ANTT, liv. 14.
- NÚÑEZ ALBA, Diego, *Diálogos de la Vida del Soldado*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2003 [1.ª ed. 1589].
- OLIVEIRA, Padre Fernando, *A Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983 [1.ª ed. 1555].
- OXEDA, Luis de, «Relación de la batalla de El-Ksar el Kebir», in *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, in Henry de Castries, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, França, v. 1, Paris, Ernest Ledoux, 1904.
- PALLADIO, Andrea, *I quattro libri dell'architettura*, Veneza, Domenico de' Franceschi, 1570.
- PAVIA, Bartolomé Scaron de, *Doctrina militar en la qual se trata de los principios y causas porque fue hallada en el mundo la milicia*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1598.
- PEREIRA, António Pinto, *História da Índia, no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde*, edição fac-similada da 2.ª edição 1617, Lisboa, INCM, 1987.
- PEREIRA, Francisco da Costa, *Tratado do Provimto de Guerra*, 1596, BNP, códice 8114.
- PIGAFETTA Filippo, *Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade*, Roma, Bartolomeo Grassi, 1591.
- PORTALEGRE, 5.º Conde de, *Relações das Cousas Principaes q Sucederão em Portugal em Tempo del Rey D. Sebastião*, 1640, BNP, códice 887.
- «Provisão sobre as Ordenanças», in D. António Caetano de Sousa, *Provas do livro IV da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, v. 4 — provas, Coimbra, Atlântida, 1948.
- REBELO, Padre Amador, «Relação da Vida d'El Rey D. Sebastião do P. Amador Rebelo», in *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 2, 4.ª série, Lisboa, 1978.
- «Regimento das companhias», in D. António Caetano de Sousa, *Provas do livro IV da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, v. 4 — provas, Coimbra, Atlântida, 1948.
- RESENDE, André de, «Batalha de Alcácer Quibir, 1578», in *Apontamentos e trechos de*

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- obras sobre História de Portugal dos reinados de Dom Manuel, Dom João III, Dom Sebastião e período filipino*, BNP, código 398.
- ROCCA, Bernardino, *De' Discorsi di guerra*, Veneza, Damiano Zenaro, 1582.
- RODRIGUES, António (atr.), *Tratado de Arquitectura*, BNP, código 367.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, vol. 1, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.
- ROJAS, Cristóbal de, *Teórica y practica de fortificacion*, Madrid, Luis Sanchez, 1598.
- RUSCELLI, Girolamo, *Precetti della militia moderna*, Veneza, Heredi di Marchiò Sessa, 1568.
- SALAZAR, Diego de, *Tratado de Re Militari*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2000 [1.^a ed. 1536].
- SANGALLO, Antonio da, *The Architectural Drawings of Antonio da Sangallo the Younger and His Circle. Vol. 1 —Fortifications, Machines and Festival Architecture*, ed. Christopher Frommel, Cambridge, MA, MIT Press, 1994.
- SAGREDO, Diego de, *Medidas del Romano agora nueuamente impressas y añadidas de muchas piezas e figuras muy necesarias a los officiales*, Lisboa, Luis Rodrigues, 1542.
- SECO, Luís Álvaro, «Anotações ao quarto livro das instruções militares», in A. Faria de Morais, «Arte Militar quinhentista», sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 23.^o volume, Lisboa, 1953.
- SERLIO, Sebastiano, *The Five Books of Architecture: an unabridged reprint of the English edition of 1611*, Nova Iorque, Dover Publications, 1982.
- SILVA, Juan de, «Correspondencia de D. Juan de Silva con Felipe II, relativa, en su mayor parte, á la expedicion de D. Sebastian al Africa», in *Colección de documentos inéditos para la historia de España* (Codoín), v. 39-40, Madrid, Impr. de Miguel Ginesta, 1861.
- SILVEIRA, Francisco Rodrigues da, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, notas de Benjamim Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.
- SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, ed. M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953.
- SOUSA, Frei Luís de, *Annaes de ElRei D. João Terceiro*, ed. A. Herculano, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1844.
- STEBLOVO, Erich Lassota, *Diario de Erich Lassota de Steblovo: polaco ao serviço de Philippe II (1580-1584)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.
- SUÁREZ DE FIGUEROA, Lorenzo, *Las Reglas Militares de Antonio Cornazano; traducidas en Romance Castellano*, Veneza, Joan de Rossi, 1558.
- TARDUCCI, Achille, *Delle Macchine, Ordinanze et Quartieri Antichi et Moderni*, Veneza, Gio. Battista Ciotti Sanese, 1601.
- TARTAGLIA, Niccolò, *Nova scientia*, Veneza, Stephano da Sabio, 1537.
- , *Quesiti et Inventioni Diverse*, Veneza, Veturino Rufinello, 1546.
- TEOPHILUS, *An Essay upon Various Arts*, trad. Robert Hendrie, Londres, John Murray, 1847.
- THETI, Carlo, *Discorsi delle fortificationi*, Veneza, Francesco di Franceschi, 1589.
- TERZI, Filippo, Estudos sobre embadometria, estereometria e as ordens de arquitectura, 1578, BNP, código 12956.
- , «Lettere di Fillippo Terzi», in *Documenti Inediti dell'Archivio di Stato di Firenze e della Biblioteca Oliveriana di Pesaro*, v. 3, ed. Henrique Trindade Coelho e Guido Battelli, Florença, 1935.
- TORRES, Diego de, *Relación del Origen y Suceso de los Xarifes y del Estado de los Reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, ed. Mercedes García-Arenal, Madrid, Siglo XXI, 1980.
- TORRES Y AGUILERA, Hieronymo, *Chronica, y recopilacion de varios sucessos de guerra que ha acontecido en Italia y partes de Levante y Berberia*, Saragoça, Juan Soler, 1579.
- TURRIANO, Leonardo, *Dos Discursos de Leonardo Turriano*, 1622?, BNP, código 12892.
- VALDÉS, Francisco de, *Espejo y Disciplina Militar*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1989.

- [1.^a ed. 1578].
- VALLE, Giovan Battista della (il Vallo) *Vallo Libro continente appertinente a capitani, retener e fortificare una cita con bastioni*, Veneza, Vettor. q. Piero Ravano della Serena et Compagni, 1539 [1.^a ed. 1521].
- VAN LINSCHOTEN, Jan Huygen, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, CNCDP, 1997.
- VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa*, Lisboa, 1608.
—, *Arte Militar*, Alenquer, Vicente Alvarez, 1612.
- VECELLIO, Cesare, *The Clothing of the Renaissance World*, ed. Margaret F. Rosenthal e Ann Rosalind Jones, Londres, Thames & Hudson, 2008.
- VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Trad. de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.
- VIGNOLA, Giacomo Barozzo da, *Tratado de los Cinco Órdenes de Arquitectura*, Paris, Garnier Hermanos, s/d [1.^a ed. 1562].
- VITRÚVIO, *Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius*, ed. H. Rua, Lisboa, IST, 1998
- VON EYTZINGER, Michael, *De Leone Belgico*, Colónia, Franz Hogenberg, 1583.
- ZANCHI, Giovanni Battista, *Del modo di fortificar le città*, Veneza, Plinio Pietrasanta, 1554.

II BIBLIOGRAFIA

- ANÓNIMO, *Arquivo dos Açores*, v. 2, Ponta Delgada, 1880-81.
- A *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo da exposição, Porto, CNCDP, 1994.
- A *Arte da Renascença Italiana*, Colónia, Könemann, 2006 [1.^a ed. 2005].
- A *Guerra Naval no Norte de África (séculos xv-xix)*, ed. Francisco Contento Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003.
- ALEGRIA, Maria Fernanda, «O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII», in *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, 1 série, vol. 1, Porto, 1986.
- ALMEIDA, Pedro Brochado, «O forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo proceso de obras», in *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI e XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002.
- ALONSO ACERO, Beatriz, *Cisneros y la conquista española del norte de África: cruzada, política y arte de la guerra*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2006.
- ALVAREZ, D. Eduardo, *Memória ácerca da batalha de Alcácer Quibir*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- AMARAL, Augusto Ferreira do, *História de Mazagão*, Lisboa, Alfa, 1989.
—, «António de Vaena e a crónica d'el-rei D. Sebastião», sep. *Armas e Troféus*, série V, t. 1, Lisboa, s. n., 1982.
- AMARAL, Ilídio do, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*, Lisboa, IICT, 2000.
- Andrea Palladio and the Architecture of Battle with the Unpublished Edition of Polybio's Histories*, ed. Guido Beltramini, Veneza, Marsilio, 2010.
- ANGLO, Sydney, *Machiavelli — The First Century. Studies in Enthusiasm, Hostility, and Irrelevance*, Oxford, Oxford University Press, 2005.
- Architectural Design, A.D. *Profiles 21: Leonis Baptiste Alberti*, vol. 49.
- Arquivo dos Açores*, ed. fac-similada da ed. 1878-1959, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1984.
- ARCINIEGA GARCÍA, Luís, «Defensas a la antigua y a la moderna en el Reino de Valencia durante el siglo XVII», in *Espacio, Tiempo y Forma*, Valencia, Universidade de Valencia, série VII, v. 12, 1999.
- ARÉVALO, Federico, *La representación de la ciudad en el Renacimiento. Levantamiento urbano y territorial*, Barcelona, Fundación Caja de Arquitectos, 2003.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- ARGAN, Giulio Carlo, *Brunelleschi*, Madrid, Xarait, 1981 [1.ª ed. 1952].
- ARNHEIM, Rudolf, *A Dinâmica da Forma Arquitectónica*, Lisboa, Presença, 1988 [1.ª ed. 1977].
- ARNOLD, Thomas, *The Renaissance at war*, Londres, Cassel, 2004.
- L'Art et l'Homme*, v. 1, dir. René Huyghe, Paris, Larousse, 1957.
- As Belas-Artes. *Enciclopédia ilustrada de pintura, desenho e escultura*, v. 2 — A arte italiana até 1850, Londres, Grolier, 1979 [1.ª ed. 1965].
- AUBIN, Jean, *Le Capitaine Leitão, un sujet insatisfait de D. João III*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 29, Coimbra, 1983.
- BAFFETTI, Giovanni, *Retorica e scienza: Cultura gesuitica e seicento italiano*, Bolonha, CLUEB, 1997.
- BAIÃO, José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor Rey D. Sebastião o desejado de saudosa memória*, 2 vols., Lisboa, António de Sousa da Sylva, 1737.
- BARROCA, Mário Jorge, *As Fortificações do Litoral Portuense*, Lisboa, Inapa, 2001.
- , «Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)», in *Portugalia*, Nova Série, v. 24, 2003, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3875.pdf> [Set. 2014].
- BARTH, Fritz, *Festungsbauten von Francesco di Giorgio Martini*, Estugarda, Axel Menges, 2011.
- BATTISTI, Eugenio, *En Lugares de Vanguardia Antigua: De Brunelleschi a Tiepolo*, Madrid, Akal Arquitectura, 1993 [1.ª ed. 1981].
- BEBIANO, Rui, *A Pena de Marte. Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (Séculos XVI-XVIII)*, Coimbra, Minerva, 1997.
- BELLEC, François et al., *Nefs, galions & caraques dans l'iconographie du XVI siècle*, Paris, Editions Chandeigne, 1993.
- BELOZERSKAYA, Marina, *Rethinking the Renaissance*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- , *Luxury Arts of the Renaissance*, Londres, Thames and Hudson, 2005.
- BENNASSAR, Bartolomé, «Les soldats “perdus” de D. Sebastien devant les inquisitions Espagnole et Portugaise», *Actas do 1.º congresso Luso-Brasileiro sobre Inqui-sição*, coord. Maria Helena Carvalho dos Santos, Lisboa, Universitária, 1989.
- BENNETT, J. e JOHNSTON, S., *The Geometry of War 1500-1750*, catálogo da exposição, Oxford, University of Oxford, 1996.
- BERTHIER, Pierre, *La Bataille de l'Oued El-Makhazen, dite Bataille des Trois Rois (4 août 1578)*, Paris, CNRS, 1985.
- BEVILLACQUA, Marco Giorgio, «The conception of Ramparts in the Sixteenth Century: Architecture, Mathematics, and Urban Design», in *Nexus Network Journal*, vol. 9, n.º 2, 2007.
- BIRMINGHAM, David, *The Portuguese Conquest of Angola*, Londres, Oxford University Press, 1965.
- BLACK, Robert, «École et société à Florence aux XIV^e et XV^e siècles», *Annales*, <http://www.cairn.info/revue-Annales-2004-4-p-827.htm> [Set. 2014].
- BLUNT, Anthony, *La Teoria de las Artes en Italia*, Madrid, Catedra, 2.ª ed. 1985 [1.ª ed. 1956].
- BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira e Barros, Maria de Fátima Rombouts de, «O Bugio e São Julião da Barra», in *Oceanos* n.º 11, 1992, CNCDP.
- , Barros, Maria de Fátima Rombouts e Ramalho, Margarida de Magalhães, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*, Lisboa, Quetzal, 2001.
- BONTCÉ, J., *Técnicas y secretos de la pintura*, Barcelona, LEDA, s.d.
- BORREGO, Nuno, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal*, Guarda-Mor, Lisboa, 2006.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, «De las alteraciones de Beja (1593) a la revuelta lisboeta dos ingleses (1596). Lucha política en el último Portugal del primer Felipe», in *Studia historica. Historia moderna*, n.º 17, Salamanca, 1997.
- BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- BOVILL, E. W., *The Battle of Alcazar*, Londres, Batchworth, 1952.
- BOXER, C. R., *André Furtado de Mendonça (1558-1610)*, ed. facsimile da 1.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente, 1989 [1.ª ed. 1955].

- *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1.^a ed. 1969].
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos xv-xvii). Cativos e Renegados nas Franjas de Duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, IEC, 1998.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e Braga, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa: 1415-1656*, Ceuta, IEC, 1998.
- BRÁSIO, António, *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, v. 3-6, 1964-1968.
- BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Lisboa, D. Quixote, 2.^a ed., 1995.
- BRIOIST, Pascal, «L'artillerie à la Renaissance», in *Nouvelle revue du Seizième Siècle*, vol. 20, n.º 1, Paris, Librairie Droz, 2002.
- «Les savoirs scientifiques», in *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 2002/5.
- BRZEZINSKI, Richard, *Lützen 1632*, Londres, Osprey, 2001.
- BURY, J. B., «The Italian Contribution to Sixteenth-Century Portuguese Architecture, Military and Civil», in K. J. P. Lowe (ed.), *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- BUCHO, Domingos, *Métodos e Escolas de Fortificação Abaluartada em Elvas*, Lisboa, Colibri, 2010.
- BUESCU, Ana Isabel, *D. João III (1521-1557)*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- BUISSERET, David (ed.), *Monarchs, Ministers, and Maps: The Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*, Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- BUNES IBARRA, Miguel Ángel de, «Irlandeses en Marruecos: El batallón de Thomas Stucley en la batalla de Alcazarquivir (1578)», in *Irlanda y la Monarquía Hispánica: Kinsale 1601-2001. Guerra, Política, Exilio y Religión*, Madrid, Universidad de Alcalá, 2002.
- CAETANO, Joaquim Oliveira, *O que Janus via*, dissertação de mestrado, FSCH da UNL, 1996.
- CALADO, Mariano, *Peniche na História e na Lenda*, s. l., s. n., 1962.
- CALTER, Paul A., *Squaring the Circle*, Nova Iorque, Wiley, 2008.
- CAMARA, Alcía, *Fortificación y ciudad en los reinos de Felipe II*, Madrid, Nerea, 1998.
- *Las fronteras imperiales y la fortificación de la ciudad de Carlos V a Felipe II*, 1989, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:433&dsID=camara19.pdf> [Out. 2014].
- *Las fortificaciones de Melilla en el sistema defensivo de la monarquía española. Siglos xvi a xviii*, 1991, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:435&dsID=camara21.pdf> [Out. 2014].
- *Immagini di Orano e Mazalquivir di Vespaziano Gonzaga in un manoscritto inedito di Leonardo Turriano*, digilander.libero.it/cagioiosa/oran.doc [Out. 2014].
- CAMARA, Alcía e COBOS, Fernando, *La experiencia de la monarquía española en la fortificación marítima del Mediterráneo y su proyección en el Caribe*, 2006, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:432&dsID=camara18.pdf> [Out. 2014].
- CÂMARA, Teresa Bettencourt da, *Óbidos, Arquitectura e urbanismo (séculos xvi e xvii)*, Lisboa, INCM, 1990.
- CAMEROTTA, Filippo, *La Prospettiva del Rinascimento*, Milão, Electa, 2006.
- CAMPOS, João, *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2008.
- CAPOTESCU, Valentin, «Constructive Principles of the Italian System used to build the bastioned fortification of Oradea Fortress», in *Proceedings of the International Conference on Urban Sustainability, Cultural Sustainability, Green Development, Green Structures and Clean Cars*, <http://www.wseas.us/e-library/conferences/2010/Malta/USCUDAR/USCUDAR-04.pdf> [Out. 2014].
- CAPWELL, Tobias, *Masterpieces of European Arms and Armour in the Wallace Collec-*

- tion, Londres, Wallace Collection, 2011.
- , *The Noble Art of the Sword. Fashion and Fencing in Renaissance Europe (1520-1630)*, Londres, Wallace Collection, 2012.
- CARDIM, Pedro, «Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I», in Luís A. de Oliveira Ramos et al. (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FLUP, 2001.
- CARITA, Rui, *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira*, Funchal, DRAC, 1981.
- , «Da “Ribeira” ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano», in *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço urbano*, coord. Miguel Figueira de Faria, Lisboa, INCM-UAL, 2012.
- CARMONA, Artur Barbosa, «O transporte da expedição de D. Sebastião em 1578», in *Escola naval e escola do exército em Alcácer Quibir*, suplemento da *Revista Militar*, v. 54, V. N. de Famalicão, Minerva, 1942.
- CASTANHEIRA, Carolina Parizzi, «*De Institutione Musica*», de Boécio — *Livro 1: Tradução e Comentários*, Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Letras, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- «Catalogo dos Governadores do Reino de Angola», in *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses ou lhes são visinhas*, t. 3, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1826.
- CHÂTELET, Albert, *Van Eyck*, Lisboa, Editorial O Livro, 1979.
- CHICÓ, Mário T., «A cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia», sep. de *Garcia de Horta*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1956.
- CID, Pedro, *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II*, Lisboa, Colibri, 2007.
- CIPOLLA, Carlo M., *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- COCKLE, Maurice, *A Bibliography of Military Books up to 1642*, Londres, Holland Press, 1978 [1.ª ed. 1900].
- COLISH, Marcia L., «Machiavelli's *Art of War*: A Reconsideration», in *Renaissance Quarterly*, v. 51, n.º 4, 1998.
- Combate e Naufrágio da Nau Conceição (1621). Tribulações no mar e em terra*, Ericeira, Mar de Letras, 2012.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses (1540-1640)*, Tese Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008.
- CONDE, Antónia et al., «A costa algarvia três séculos depois», in *Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011.
- CONNOLLY, Peter, *Greece and Rome at War*, Londres, Greenhill Books, 1998 [1.ª ed. 1981].
- COOK JR., Weston F., *The Hundred Years War for Morocco: Gunpowder and the Military Revolution in the Early Modern Muslim World*, Boulder, Westview Press, 1994.
- CORNISH, Paul, *Henry VIII's Army*, Londres, Osprey, 1987.
- CORREIA, Fernando Calapez, *D. Diogo de Sousa, primeiro governador do Algarve: subsídios biográficos*, Faro, Câmara Municipal, 1990.
- CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP, 2008.
- CORRSIN, Stephen D., *Sword Dancing in Europe*, Londres, Hisarlik Press, 1997.
- CORVISIER, André, *Dictionnaire d'Art et d'Histoire Militaires*, Paris, PUF, 1988.
- , *Armies and Societies in Europe 1494-1789*, Bloomington, Indiana University Press, 1979 [1.ª ed. 1976].
- COTTA, Francis Albert, «Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: Um Olhar Sobre o Caso Português», in *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, ano IV, n.º 3, 2007, <http://www.revistafenix.pro.br/vol12Francis.php> [Out. 2014].
- COSTA, Ana Paula Pereira, «Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial» in *Revista de História Regional*, n.º 11, 2006 <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2233/1715> [Out. 2014].

- COSTA, Correia da, *Um Documento sobre a Jornada de África*, Lisboa, Bertrand, 1945.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *A Batalha dos Alcaides, 1514. No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- *Conquista de Goa, 1510-1512*, v. 1, Lisboa, Tribuna da História, 2008.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531)», in António Vasconcelos de Saldanha, Jorge Manuel dos Santos Alves (org. e coord.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês: séculos XVI-XIX*, Macau, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1996.
- «Vasco Fernandes Coutinho construtor do Estado da Índia e do Brasil», in AAVV, *D. João III e a Formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, Universidade Católica, Lisboa, 2004.
- *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- COUTO, Dejanirah e LOUREIRO, Rui Manuel, *Ormuz, 1507 e 1622: Conquista e Perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra*, Tese Dissertação de Doutoramento, FLUC, 2002.
- CRUZ, Maria Leonor García da, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, separata da revista *Mare Liberum*, n.ºs 13 e 14, 1997.
- *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, texto policopiado, Lisboa, 1988.
- *Os «Fumos da Índia»: Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- CRUZ, António, *Algumas Observações sobre a Vida Económica e Social da Cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, Biblioteca Municipal, 1967.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- CRUZ, Maria do Rosário Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião: Elementos para uma história estrutural*, 2 vols., Lisboa, INCM, 1992.
- CUNEO, Pia F. (ed.), *Artful Armies, Beautiful Battles. Art and Warfare in Early Modern Europe*, Boston, Brill, 2002.
- CUNHA, Rui Maneira, *As Medidas na Arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.
- CURL, James Stevens, «Serliana», in *A Dictionary of Architecture and Landscape Architecture*, 2000, <http://www.encyclopedia.com/doc/1O1-serliana.html> [Out. 2014].
- CURTIS, Mary Dill e CURTIS, R. E. «Puck», *Destreza, Translation and Research Project*, 2005, Ghost Sparrow Publications, <http://www.destreza.us> [mar 2012].
- DANVILLA, Alfonso, *Felipe II y el Rey Don Sebastián de Portugal*, Madrid, Espasa-Calpe, 1954.
- D'AYALA, Mariano, *Della arte militare in Italia dopo il Risorgimento*, Florença, Felice le Monier, 1851.
- *Bibliografia militare: italiana, antica e moderna*, Turim, Stamperia Reale, 1854.
- DAEHNHARDT, Rainer, *D. Sebastião, o Elmo de Alcácer Quibir*, Portimão, Apeiron, 2011.
- DIAS, Francisco Maduro, «Angra do Heroísmo e o Castelo do Monte Brasil», in *Monumentos*, n.º 5, 1996.
- DIAS, Pedro, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos: 1415-1769*, Lisboa, Minerva, 2000.
- História da Arte Luso-Brasileira, Urbanização e Fortificação*, Almedina, s. l., s.d.
- DEVRIES, Kelly, *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century. Discipline, tactics and technology*, Suffolk, Boydell Press, 2011.
- , *Guns and Men in Medieval Europe, 1200-1500: Studies in Military History and Technology*, Hampshire, Ashgate Publishing, 2002.
- DESWARTE, Sylvie, *As Imagens das Idades do Mundo de Francisco de Holanda*, Lisboa, INCM, 1987.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- , «Neoplatonismo e arte em Portugal», in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, s. l., Temas e Debates, 1995.
- , *L'Expédition de Tunis (1535): Images, interprétations, répercussions culturelles*, Paris, Honoré Champion, 1998.
- DIAS, Francisco, *Memórias Quinhentistas dum Procurador Del-Rei no Porto*, Porto, CMP, 1937.
- Diccionario Hispánico Universal*, t. 1 — *Léxico*, Barcelona, J. Horta y Cía, s.d.
- Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*, vol. 1, ed. William Smith, Londres, J. Walton, 1859.
- DOMINGUES, Francisco Contente, *Os Navios do Mar Oceano*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- DOMÍNGUEZ ORTÍZ, Antonio, Concha Herrero Carretero e José A. Godoy, *Resplendence of the Spanish Monarchy: Renaissance Tapestries and Armor from the Patrimonio Nacional*, catálogo da exposição, Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art, 1991.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, v. 1, ed. fac-similada da 1.^a ed. 1796-1858, Açores, GAA, 1981.
- DUFFY, Christopher, *Siege Warfare: The Fortress in the Early Modern World 1494-1660*, vol. 1, Londres, Routledge, 1997 [1.^a ed. 1979].
- EAVES, Ian, *Catalogue of European Armour at the Fitzwilliam Museum*, The Boydell Press, Cambridge, 2002.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana, *La Guardia Morisca: un cuerpo desconocido del ejército medieval español*, 2009, http://www.uned.es/temple/Guardia_morisca.pdf [Out. 2014].
- El arte del poder. La Real Armería y el retrato de corte*, catálogo da exposição, ed. Álvaro Soler del Campo, Madrid, Museu do Prado, 2010.
- ECO, Umberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Presença, 3.^a ed. 1984 (1.^a ed. 1977).
- EDGE, David, PADDOCK, John Miles, *Arms and Armour of the Medieval Knight*, Londres, Defoe, 1988.
- EDGERTON, Samuel Y., *The Renaissance Rediscovery of Linear Perspective*, Nova Iorque, Basic Books, 1975.
- , *The Mirror, the Window, and the Telescope*, Ithaca, Cornell University Press, 2009.
- ELBOUDJAY, Abdelatif, «La Qasba Wattaside de Larache (fin du XV^{ème} S. — XVI^{ème} S.)», in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos 2000*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 759-765.
- ELTIS, David, *The Military Revolution in Sixteenth-Century Europe*, Londres, Tauris, 1998 [1.^a ed. 1995].
- ESPINO LÓPEZ, Antonio, *Guerra y cultura en la Época Moderna. La tradística militar hispánica de los siglos XVI y XVII. Autores, libros y lectores*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2001.
- ESTEBAN PIÑEIRO, Mariano, «Las Academias Técnicas en la España del Siglo xv^o», in *Quaderns d'història de l'enginyeria*, v. 5, Barcelona, 2002-2003.
- FAGNAN, E., *Extraits inédits relatifs au Maghreb (géographie et histoire)*, Argel, Jules Carbonel, 1924.
- FALLOWS, Noel, *Jousting in Medieval and Renaissance Iberia*, Woolbridge, Boydell Press, 2010.
- FARA, Amelio, *Bernardo Buontalenti, l'architettura, la guerra e l'elemento geometrico*, Génova, Sagep, 1988.
- FARIA, Manuel Augusto de, «Distribuição territorial e composição social das companhias de ordenanças nos Açores», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, http://www.ihit.pt/new/boletins/distribuicao_territorial.pdf [Out. 2014].
- FARINHA, António Dias, *Os Xarifes de Marrocos*, Lisboa, Estampa, 1983.
- *Plantas de Mazagão e Larache no Início do Século XVII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.
- *Os Portugueses no Golfo Pérsico: 1507-1538: contribuição documental e crí-*

- tica para a sua história, Sep. de *Mare liberum: revista de história dos mares*, n.º 3, Lisboa, CNCDP, 1991.
- *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538): contribuição documental e crítica para a sua história*, Tese de doutoramento (dissertação complementar) em História policopiada, Lisboa, FLUL- UL, 1990.
- *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *A problemática militar no reinado de D. Sebastião: Instituição e reforma*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras UL, 2004.
- FERNANDES, José, «Luís Benavente e as Fortalezas de África», in *Oceanos* n.º 28, Lisboa, CNCDP, 1996.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, «Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião», in sep. de *Lusitana Sacra*, n.º 3, Lisboa, s. n., 1991.
- FERREIRA, J. M. Simões, *Recepção de Vitruvius e Formação da Teoria da Arquitectura na Idade Moderna: Sécs. XV-XVI*. http://www.academia.edu/7477646/Recepcao_de_Vitruvio_e_Formacao_da_Teoria_da_Arquitectura_da_Idade_Moderna_Secs._XV-XVI [Out. 2014].
- FIELD, J. V., *The Invention of Infinity. Mathematics and Art in the Renaissance*, Oxford, Oxford University Press, 2005 [1.ª ed. 1997].
- FIGUEIREDO, João Loureiro de, «A Armadura de El Rei D. Sebastião no retrato atribuído a Cristóvão de Morais», in sep. *Revista de Belas-Artes*, 4-6, Lisboa, 1984.
- FLIEGEL, Stephen N., *Arms and Armor: The Cleveland Museum of Art*, Nova Iorque, The Cleveland Museum of Art, 1998.
- FFOULKES, Charles John, *The Armourer and his Craft from the XIth Century to the XVIIth Century*, Nova Iorque, Dover Publishing, 1988 [1.ª ed. 1912].
- FRICK, Carole Collier, *Dressing Renaissance Florence: Families, fortunes and fine clothing*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2002.
- GALINDO DIAZ, Jorge Alberto, *El Conocimiento Constructivo de los Ingenieros Militares Españoles del Siglo XVIII: Un estudio sobre la formalización del saber técnico a través de los tratados de arquitectura militar*, Tese de doutoramento, Universidad Politécnica de Catalunya, Barcelona, 1996.
- GAMBA, Enrico *et al.*, «La matematica di Piero della Francesca», in *Lettera matematica*, s.d., http://urbinoelaprospettiva.uniurb.it/LM59_09.pdf [Out. 2014].
- GARCÍA HERNÁN, Enrique, «Don Sancho de Londoño. Perfil biográfico», in *Revista de Historia Moderna, Anales de la Universidad de Alicante*, n.º 22, 2004.
- GARCÍA HERNÁN, Enrique e MAFFI, Davide, *Política, estrategia, organización y guerra en el mar*, Madrid, Laberinto, 2006.
- GARCIA, José Manuel, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia — Séculos XVI e XVII*, Matosinhos, Quidnovi, 2009.
- GARCIA TAPIA, Nicolás e CARRILLO CASTILLO, Jesús, *Tecnología e imperio: ingenios y leyendas del Siglo de Oro: Turriano, Lastanosa, Herrera, Ayanz*, Madrid, Nivel, 2002.
- GAZONI, Fernando Maciel, *A Poética de Aristóteles: tradução e comentários*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- GEHL, Paul F., «Military Courtesy in Sixteenth-Century Lithuania: Il Cavaliere of Domenico Mora», in *Archivum Lithuanicum*, n.º 3, 2001.
- GHYKA, Matila C., *El número de oro, I — Los Ritmos*, Barcelona, Poseidon, 1984 [1.ª ed. 1968].
- GODOY, José A., e LEYDI, Silvio, *Parures Triomphales. Le maniérisme dans l'art de l'armure italienne*, catálogo da exposição, Milão, Continents, 2003.
- GOMBRICH, E. H., *A História da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar, 4.ª ed. 1985 (1.ª ed. 1972).
- GOMES, Rita Costa, *Castelos da Raia*, v. 2, Lisboa, IPPAR, 2003.
- GONZÁLEZ CASTRILLO, Ricardo, *Bibliografía militar española del siglo XVI: Perfil del soldado-escritor y tipología formal de sus obras*, <http://eciencia.urjc.es/dspace/bitstream/10115/1105/1/CON%20GONZALEZ%20BIBLIOGRAFIA.pdf> [Out. 2014].
- , *El Arte Militar en la España del siglo XVI*, 1996, <http://eprints.ucm.es/2450/> [Out. 2014].

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- GONZÁLEZ DE LÉON, Fernando, «Soldados Platicos and Caballeros: The Social Dimensions of Ethics in the Early Modern Spanish Army», in *The Chivalric Ethos and the Development of Military Professionalism*, ed. D. J. B. Trim, Leiden, Brill, 2003.
- GORDALINA, Maria do Rosário, «Alguns documentos relativos à Casa de Armas do Castelo de Vila Viçosa», in *Monumentos*, n.º 27, 2007.
- GOSELINI, Giuliano, *Compendio Storico della Guerra di Parma e del Piemonte, 1548-1553*, s. l., Kessinger Legacy Reprints, s.d. [1.ª ed. 1877].
- HALE, J. R., *Renaissance War Studies*, Londres, Hambledon, 1983.
- , *War and Society in Renaissance Europe, 1450-1620*, Londres, Fontana, 1984.
- , *Artists and warfare in the Renaissance*, New Haven, Yale University, 1998.
- HALL, A. R., *Ballistics in the Seventeenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1952.
- , «Science, Technology and Warfare 1400-1700», in *Science, Technology, and Warfare: The Proceedings of the Third Military History Symposium of the United States Air Force Academy*, ed. Monte D. Wright e Lawrence J. Paszek, Havai, University Press of the Pacific, 2001 [1.ª ed. 1969].
- HALL, Bert S., *The technological illustrations of the so called «anonymous of the husite wars»*, Wiesbaden, Ludwig Reichert Verlag, 1979.
- , *Weapons and Warfare in Renaissance Europe: gunpowder, technology, and tactics*, Londres, Johns Hopkins University Press, 1997.
- HÄNSEL, Sylvaine, *Benito Arias Montano (1527-1598). Humanismo y Arte en España*, Huelva, Universidad de Huelva, 1999.
- HEATH, Ian, *Armies of the middle ages*, v. 2, Sussex, WRG, 1984.
- , *Armies of the Sixteenth Century*, Nottingham, Foundry Books, 1997.
- HEINTZE, Beatrix, *Angola nos Séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*, trad. Marina Santos, Luanda, Kimlombelombe, 2007.
- HERMANN, Jacqueline, «El Ksar El-Kebir. Narrativas e história sebástica na batalha dos Três Reis. Marrocos, 1578», in *História: Questões & Debates*, n.º 45, Curitiba, UFPR, 2006.
- HESS, Andrew C., *The Forgotten Frontier. A History of the Sixteenth Ibero-African Frontier*, Chicago, University of Chicago Press, 1978.
- HEYWOOD, Linda M. e THORNTON, John K., *Central Africans, Atlantic Creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660: The First Generation of African Americans in North America and the Caribbean, 1619-1660*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- História da Arte em Portugal*, coord. Paulo Pereira, v. 2., s. l., Temas e Debates, 1985.
- História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1987.
- História de Lisboa, Tempos Fortes*, Lisboa, GEO, 2009.
- História do Mediterrâneo*, dir. Jean Carpentier e François Lebrun, Lisboa, Estampa, 2000.
- História de Portugal*, dir. Damião Peres e Eleutério Cerdeira, Lisboa, Portucalense Editora, 1928.
- História de Portugal*, dir. José Mattoso, v. 3, s. l., Círculo de Leitores, 1993.
- HOCHMANN, Michel, «La collection de Giacomo Contarini», in *Mélanges de l'Ecole française de Rome, Moyen-Age, Temps modernes*, v. 99, n.º 1, 1987, http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_0223-5110_1987_num_99_1_2917 [Out. 2014].
- HOUSLEY, Norman, *The later Crusades, From Lyons to Alcazar 1274-1580*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1992.
- HOGG, Ian V., *Fortifications: Histoire mondiale de l'architecture militaire*, Paris, Atlas, 1983 [1.ª ed. 1981].
- HOLDER, Paul, «Cohortes equitatae, from Augustus to Hadrian», in *Military Illustrated Past and Present*, n.º 13, 1988.
- HØYRUP, Jens, «Fibonacci — Protagonist or Witness? Who taught Catholic Christian Europe about Mediterranean Commercial Arithmetic?», in *Borders and Gates*

- or *Open Spaces? Knowledge Cultures in the Mediterranean during the XIVth and XVth Centuries*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2010.
- IRIA, Alberto, *Da Importância Geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos xv a xviii*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.
- Italy and the European Powers. The Impact of War, 1500-1530*, Leiden, Brill, 2006.
- JANA, Ernesto José Nazaré Alves, *O Convento de Cristo em Tomar e as obras durante o período filipino*, tese de mestrado policopiada, Universidade de Lisboa, 1990.
- JEPPESEN, Knud, *Counterpoint*, Dover, Nova Iorque, 1992 [1.ª ed. 1931].
- JOLLY, Penny Howell, *Jan van Eyck and St. Jerome*, dissertação de doutoramento, Universidade da Pensilvânia, 1976.
- JORDAN, Annemarie, *O Retrato de Corte em Portugal*, Lisboa, Quetzal, 1994.
- JORDÃO, Levy Maria, *Historia do Congo; obra posthuma do Visconde de Paiva Manso*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1877.
- KEMP, Martin, *The Science of Art. Optical Themes in Western Art from Brunelleschi to Seurat*, New Haven, Yale University Press, 1990.
- KERVAN, Monik et al., *Bahrain in the 16th Century: An Impregnable Island*, Baram, Ministry of Information, 1988.
- KLEINSCHMIDT, Harald, *Fighting for Land — Fighting for Power: War Aim Making in Renaissance Europe*, 2003, <http://deremilitari.org/2014/05/fighting-for-land-fighting-for-power-war-aim-making-in-renaissance-europe/> [Out. 2014].
- KONSTAM, Angus, *The Armada Campaign 1588. The Great Enterprise against England*, Oxford, Osprey, 2001.
- , *Lepanto 1571. The greatest naval battle of the Renaissance*, Oxford, Osprey, 2003.
- KOSTOF, Spiro, *El Arquitecto: Historia de una Profesión*, Madrid, Cátedra, 1984 [1.ª ed. 1977].
- KRAFT, Franz, *Misurare con la vista*, SMe Stabio, 2006, https://www3.ti.ch/DECS/sw/temi/scuoladecs/files/private/application/pdf/1691_MISURAVISTA.PDF [Out. 2014].
- KRENN, Peter, e KARCESKI, Walter J., *Imperial Austria: Treasures of Art, Arms and Armor from the State of Styria*, catálogo da exposição, Munique, Prestel, 1992.
- KRUFF, Hanno-Walter, *A History of Architectural Theory*, Princeton, Princeton Architectural Press, 2004 [1.ª ed. 1985].
- KRÜGER, Kersten, «Early Modern Ideal City Planning and Military Architecture, especially in Northern Europe», comunicação apresentada na *Seventh International Conference on Urban History: European City in Comparative Perspective*, Panteion University, Atenas, 2004.
- KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã*, pref. Prof. José Horta Correia, Lisboa, Vega, 2.ª ed. 2005 [1.ª ed. 1986].
- LASTRAIOLI, Chiara, «Quelques réflexions sur l'anti-machiavélisme dans la propagande anonyme manuscrite au temps des Guerres de religion», in *Cinquecento Plurale*, <http://www.nuovorinascimento.org/cinquecento/chiarmac.pdf> [Out. 2014].
- La Bibliografía de la Orden Militar de Cristo (Portugal). Del manuscrito al soporte electrónico*, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3486.pdf> [Out. 2014].
- La Ciencia y la Técnica en la época de Cervantes: Textos y imágenes*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2005, ed. CD-ROM.
- Las Fortificaciones de Carlos V*, coord. de Carlos José Hernando Sánchez, Madrid, Ediciones del Umbral, 2000.
- La Imagen de la Guerra en el Arte de los Antiguos Países Bajos*, ed. Bernardo José García García, Madrid, Editorial Complutense, 2006.
- LIMA, Jacinto Leitão Manso de, *Famílias de Portugal*, Lisboa, s. n., 1925-1931.
- LIMA, José Joaquim Lopes de, *Descobrimento e posse do Reino do Congo pelos Portuguezes no seculo XV: sua conquista por as nossas armas no seculo XVI e sucessos subsequentes até o começo do seculo XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.
- LIMA, Miguel Pedroso de, *Muralhas e Fortificações de Évora*, Lisboa, Argumentum, 2004.
- LEITE, Sílvia, «O retrato de D. Sebastião no Museu Nacional de Arte Antiga», in *Bole*

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- tim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 93, t. 2, Lisboa, 1999, pp. 25-92.
- O Livro Científico Antigo dos Séculos XV e XVI*, catálogo da exposição, Lisboa, BNP, 2004.
- LOBO, Francisco Sousa, «Um olhar militar sobre o forte», in *Monumentos*, n.º 5, 1996.
—, «Um olhar sobre o Castelo Artilheiro», in *Monumentos*, n.º 27, 2007.
- LOPES, David, *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.
—, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.
—, *Cousas luso-marroquinas: notas filológicas sobre particularidades vocabulares do português das praças de África*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1941.
- LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a história ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848.
- LOTZ, Wolfgang, «La arquitectura italiana a finales del siglo XVII», in *La Arquitectura del Renacimiento en Italia: Estudios*, Madrid, Hermann Blume, 1985 [1.ª ed. 1977].
- LOUREIRO, Francisco de Sales de, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, Lisboa, Alfa, 1989.
- LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, *O Porto e Alcácer Quibir*, Porto, 1979.
- LOWE, K. J. P. (ed.), *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- MACHADO, Diogo Barbosa de, *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, único em o nome e decimo sexto entre os monarchas portuguezes: do anno de 1554 até o anno de 1561*, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1736.
- MADEIRA DA SILVA, Teresa, «A Cartografia como Suporte para o Estudo da Evolução do Traçado Urbano da Cidade de São Tomé», in *Colóquio Internacional A Representação da Cidade de Origem Portuguesa na Cartografia Urbana Histórica. Org. ISCTE, CEUA. Rio de Janeiro: Out./Nov.*, <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1632/1/Microsoft%20Word%20-20BRASIL.pdf> [Out. 2014].
- MACHADO, Francisco Xavier, *Revista dos Fortes e Redutos da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, GZC, 1998.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- MAGALHÃES, Natércia, *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*, Faro, Letras Várias, 2008.
- MALLET, Michael e SHAW, Christine, *The Italian Wars 1494-1559*, Harlow, Longman, 2012.
- MALLET, M. E., e HALE, J. R., *The Military Organization of a Renaissance State: Venice c. 1400 to 1617*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- MALLET, Michael, «Condottieri and Captains in Renaissance Italy», in *The Chivalric Ethos and the Development of Military Professionalism*, ed. D. J. B. Trim, Leiden, Brill, 2003.
—, *Mercenaries and their Masters. Warfare in the Renaissance Italy*, Pen and Sword Books, Barnsley, 2009 [1.ª ed. 1974].
- MANUPPELLA, Giacinto, *A Lenda Negra de Jerónimo de «Franchi Conestaggio» e da sua «Unione del Regno di Portogallo alla corona di Castiglia» (Génova, 1585)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1984.
- MARTEN, Bettina, «The Noble Expert — Vespasiano Gonzaga», in *Actas del Congreso «Fortificación y frontera marítima. El desarrollo de la fortificación abaluartada del mediterráneo al atlántico. Siglos XV-XVIII»*, Ajuntament d'Eivissa, 2005.
- MARTÍNEZ LAÍNEZ, Fernando, *Tercios de España*, Madrid, E.D.A.F., 2006.
- MARTÍNEZ LATORRE, Damià, *Giovan Battista Calvi. Ingeniero de las fortificaciones de Carlos V y Felipe III (1552-1565)*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2006.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, María José, «La primera redacción de las “Octavas dirigidas a Felipe II” de Francisco de Aldana y su inédita dedicatoria en prosa», in *Criticón*, n.º 70, Toulouse, Université de Toulouse-Le Mirail, 1997.

- MARTINS, Adolfo Silveira, *Breve Apontamento sobre a História da Fortaleza de Peniche*, <http://www.portugalweb.net/castelos/beiral/peniche.asp> [Out. 2014].
- MARTINS, José Manuel Salgado, «Património Fortificado da Ilha Terceira: O Passado e o Presente», in *Atlântida — Revista de Cultura*, v. LII, Angra do Heroísmo, IAC, 2007.
- MARTYN, John R. C., *The Siege of Mazação: a perilous moment in the defence of Cris-tendom against Islam*, Nova Iorque, Peter Lang, 1994.
- MATEUS, João M., «The Science of Fortification in Malta in the Context of European Architectural Treatises and Military Academies», in *Proceedings of the Second International Congress on Construction History*, v. 2, ed. Malcolm Dunkeld *et al.*, Exeter, Short Run Press, 2006, <http://www.arct.cam.ac.uk/Downloads/ichs/vol-2-2125-2138-mateus.pdf> [Out. 2014].
- MATOS, José (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitectura e urbanismo — África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, FCG, 2010.
- , *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitectura e urbanismo — Ásia, Oceânia, Lisboa, FCG, 2010.*
- Memorie storiche della città e dell'antico ducato della Mirandola*, v. 3, Mirandola, Tipografia di Gaetano Cagarelli, 1876.
- MENDONÇA, Agostinho de Gavy de, *História do Cerco de Mazagão*, Lisboa, Typ. do Comércio de Portugal, 1890.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Notas sobre Alguns Engenheiros nas Praças de África*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.
- MENDONÇA, Manuela, «Tratado do cerco de Mazagão e do que nele (se) passou», in *Clio*, v. 3, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1981, pp. 53-66.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino: 1580-1590*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987.
- , «A fortaleza do Monte Brasil: os propósitos de construção de uma atalaia no Atlântico», in *Monumentos*, n.º 5, 1996.
- MENEZES, D. Fernando, conde da Ericeira, *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até á sua ruina*, Lisboa, Officina Fer-reiriana, 1732.
- MERINO PERAL, Esther, *El arte militar en la época moderna: los tratados «de re militari» en el Renacimiento, 1536-1671: aspectos de un arte español*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2002.
- MERLIN, Pierpaolo, *Manuel Filiberto. Duque de Saboya y General de España*, Madrid, Actas, 2008.
- MICHAUX, Marie-Anne, *Swords and saucerpans: Arms and armour in Parisian domestic interiors under Francis I (1515-1547)*, Saarbrücken, Lambert Academic Publishing, 2011.
- MILLER, Naomi, «Mapping the City: Ptolemy's Geography in the Renaissance», in *En- visioning the City: six studies in urban cartography*, ed. David Buisseret, Chi- cago, University of Chicago Press, 1998.
- MITROVI, Branko, SENES, Vittoria, «Vincenzo Scamozzi's Annotations to Daniele Bar- baro's Commentary on Vitruvius' *De Architectura*», in *Annali di architettura*, n.º 14, 2002, <http://www.palladiomuseum.org/annali/2002/10/pdf> [Out. 2014].
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, v. 1-5 (1139-1625), Lisboa, Sá da Costa, 1991-1994.
- MOREIRA, Rafael, *A construção de Mazagão: cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR, 2001.
- , *Um tratado português de arquitectura do século XVI (1576-1579)*, Disserta- ção de Mestrado, FCSH-UNL, 1982.
- , «Arquitectura Militar», *História da Arte em Portugal, O Maneirismo*, dir. Vitor Serrão. Lisboa: Publicações Alfa, vol. VII, pp. 137-152.
- , «Arquitectura: Renascimento e Classicismo», in *História da Arte Portuque- sa*, dir. Paulo Pereira, v. 2, Lisboa, Temas e Debates, 1995.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- MORGADO, Amílcar F., *Elvas — praça de guerra (Arquitectura militar)*, Caderno Cultural n.º 7, Elvas, CME, 1993.
- MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*, t. 1, vol. 2, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948.
- NEVES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: a descrição de Alexandre Massai (1621)*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1988.
- NEWITT, Malyn, «The Portuguese Nobility, and the Rise and Decline of Portuguese Military Power, 1400-1650», in *The Chivalric Ethos and the Development of Military Professionalism*, ed. D. J. B. Trim, Leiden, Brill, 2003.
- Nova História Militar de Portugal*, v. 2, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- NIETO, Victor *et al.*, *Arquitectura del Renacimiento en España, 1488-1599*, Madrid, Cátedra, 1989.
- , *El Renacimiento: Formación y crisis del modelo clásico*, Madrid, Istmo, 1987 [1.ª ed. 1980].
- NOBRE, Eduardo, *As Armas e os Barões: temas de armaria*, s. l., Quimera, 2004.
- NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005.
- OLESA MUÑIDO, Francisco Felipe, *La Organización Naval de los Estados Mediterráneos y en especial de España durante los siglos XVI y XVII*, t. 2, Madrid, Editorial Naval, 1968.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, p. 1, v. 1, Lisboa, 1885.
- OLIVEIRA, Frederico Alcide de, *Alcácer Quibir: a Vertente Tática*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988.
- OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes, SILVA, Sérgio Augusto T. T. Vieira da, «Elementos para o estudo da história militar do reinado de D. Sebastião», in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 62, Lisboa, 1977.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Portugal e Veneza no Século XVI: Subsídios para a sua História*, 2 v., Lisboa, CNCDP, 2000.
- OLIVEIRA, Vítor Amaral de, *Sebástica: Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 2002.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de, *As Fortificações Portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*, Salvador-Bahia, Fundação Gregório de Mattos, 2004.
- OMAN, Sir Charles, *A History of the Art of War in the Sixteenth Century*, Londres, Greenhill Books, 1987.
- , *A History of the Art of War in the Middle Ages, vol. 2 (1278-1485 AD)*, Londres, Greenhill Books, 1991.
- ORTIZ, Antonio Dominguez *et al.*, *Resplendence of the Spanish Monarchy: Renaissance Tapestries and Armor from the Patrimonio Nacional*, catálogo da exposição, Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art, 1991.
- OSBORNE, Harold, *Estética e Teoria da Arte: Uma introdução histórica*, São Paulo, Cultrix, 1986.
- PADOVAN, Richard, *Proportion: Science, Philosophy, Architecture*, Londres, E & FN Spon, 1999.
- PALOMARES EXPÓSITO, Catalina e PALOMARES EXPÓSITO, José, «La “Octava Real” y la épica renacentista española. Notas para un estudio», in *Lemir*, n.º 8, 2004, <http://parnaseo.uv.es/lemir/Revista/Revista8/Palomares/Epicarenacentista.pdf> [Out. 2014].
- PANOFKY, Erwin, *Significado nas Artes Visuais*, São Paulo, Perspectiva, 1976.
- PARKER, Geoffrey, *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996 [1.ª ed. 1988].
- , *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*, Cambridge, Cambridge University, 2004 [1.ª ed. 1972].
- PATTERSON, Angus, *Fashion and Armour in Renaissance Europe*, Londres, V&A Pub., 2009.
- PEPPER, Simon e ADAMS, Nicholas, *Firearms and Fortifications: Military Architecture and Siege Warfare in Sixteenth-Century Siena*, Chicago, University of Chicago

- Press, 1986.
- PEPPER, Simon, «Artisans, Architects and Aristocrats: Professionalism and Renaissance Military Engineering», in *The Chivalric Ethos and the Development of Military Professionalism*, ed. D. J. B. Trim, Leiden, Brill, 2003.
- PEREIRA, Carlos Henriques, *Naissance et renaissance de l'équitation portugaise*, Paris, L'Harmattan, 2010.
- PEREIRA, Fernando António Baptista, *Arte Portuguesa da Época dos Descobrimentos*, Lisboa, CTT Clube do Coleccionador, 1996.
- PEREIRA, José Gerardo Barbosa, *A Restauração de Portugal e do Brasil: a figura de Francisco Barreto (ou Francisco Barreto de Menezes)*, tese de mestrado polico-piada, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2001.
- PEREIRA, Paulo, *Evoramonte: a fortaleza*, Lisboa, IPPAR, 2004.
- PERES, Damião, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1951.
- PÉREZ-GÓMEZ, Alberto, *Architecture and the Crises of Modern Science*, Londres, MIT, 4.^a ed. [1.^a 1983].
- PEZZOLO, Luciano, *Professione militare e famiglia in Italia tra tardo medioevo e prima età moderna*, Università Ca' Foscari, Veneza, 2009.
- PFaffenbichler, Matthias, *Medieval Craftsmen: Armourers*, Londres, British Museum Press, 1992.
- Picturing Machines 1400-1700*, ed. Wolfgang Lefèvre, Londres, MIT Press, 2004.
- PIMENTA, Belisário, *Esboço da Evolução das Ideias Militares em Portugal*, Lousã, s. n., 1942.
- PISSARRA, José Virgílio Amaro, *Chaul e Diu, 1508 e 1509: O Domínio do Índico*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- POLLAK, Martha, *Cities at War in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010.
- PORTOGHESI, Paolo, *El Ángel de la Historia: Teorías y lenguajes de la arquitectura*, Madrid, Hermann Blume, 1989 [1.^a ed. 1982].
- The Portuguese in West Africa, 1415-1670: a documentary history*, ed. Malyn Newitt, New York, Cambridge University Press, 2010.
- POTTER, David, *Renaissance France at war: armies, culture and society, c.1480-1560*, Woodbridge, Boydell Press, 2008.
- , «Chivalry and Professionalism in the French Royal Army of the Renaissance», in *The Chivalric Ethos and the Development of Military Professionalism*, ed. D. J. B. Trim, Leiden, Brill, 2003.
- PRAGER, Frank D., e SCAGLIA, Gustina, *Brunelleschi: Studies of his Technology and Inventions*, Mineola, N.Y., Dover Publications, 2004 [1.^a ed. 1970].
- PUYPE, Jan Piet, STEVENS, Harm, *Arms and Armour of Knights and Landsknechts: in the Netherlands Army Museum*, Delft, Eburon Academic Publishers, 2010.
- PYHRR, Stuart W. e GODOY, JOSÉ-A., *Heroic armor of the Italian Renaissance: Filippo Negroli and his contemporaries*, Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art, 1998.
- PYHRR, Stuart W., LAROCCA, DONALD J., BREIDING, Dirk H., *The Armored Horse in Europe, 1480-1620*, catálogo da exposição, London, Yale University Press, 2005.
- QUARESMA, António Martins, «João Rodrigues Mouro, engenheiro militar oliventino em Setúbal», in *Revista de Estudios Extremeños*, v. 66, n.º 1, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 2010.
- QUATREFAGES, René, *La Revolución Militar Moderna. El Crisol Español*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1996.
- , *Los tercios españoles (1567-1577)*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1979.
- QUIVIGER, François, *The Sensory World of Italian Renaissance Art*, Londres, Reaktion Books, 2010.
- RAMOS, Augusto José, *Bombarral e seu concelho: subsídios para a sua história*, Bombarral, Tipografia Judicibus, 1939.
- RAYMOND, James, *Henry VIII's Military Revolution: The Armies of Sixteenth-century Britain and Europe*, Londres, Tauris, 1998.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- Reabilitação da fortaleza de São João Baptista, ilha de Moçambique*, ed. Lazare Eloundou e Jane Weydt, UNESCO, 2009, <http://tinyurl.com/ol7f12x> [Out.2014]
- REDMAN, Charles L., *Qsar es-Seghir. An Archaeological view of Medieval Life*, Orlando, Academic Press, 1986.
- REIS, Humberto, CHICÓ Mário Tavares, *A Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na Segunda Metade do Século XVI e nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, INCM, 1983.
- REIS, Maria da Conceição, *A Pirataria Argelina na Ericeira do Século XVIII*, Ericeira, Mar de Letras, 1998.
- Renaissance Art Reconsidered: An Anthology of Primary Sources*, ed. Carol M. Richardson et al., Wiley-Blackwell, 2007.
- Revisiting Hormuz: Portuguese interactions in the Persian Gulf region in the Early Modern Period*, ed. Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Wiesbaden, Harrassowitz, 2008.
- RIBEIRO, João Pedro, *Additamentos e retoques á synopse chronologica pelo conselheiro João Pedro Ribeiro*, Lisboa, Academia Real da Ciências de Lisboa, 1829.
- RICHARDS, John, *Landsknecht Soldier, 1486-1560*, Oxford, Osprey, 2002.
- RICOTTI, Ercoli, *Storia delle compagnie di ventura in Italia*, v. 4, Turim, Giuseppe Pomba, 1845.
- RIVERS, Elías L., *Francisco de Aldana, El divino Capitán*, Badajoz, Institución de Servicios Culturales de la Exma. Diputación Provincial, 1955.
- RODRIGUES, Francisco, S. J., *História da Companhia de Jesus na assistência a Portugal*, v. 2, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1931.
- RODRIGUES, José Damião, «A Guerra nos Açores», in *Nova História Militar de Portugal*, v. 2, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Lisboa, Quimera, 1990.
- RODRIGUES, Teresa, *Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica*, C.E.P.E.S.E., <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii.-vicissitudes-da-dinamica-demografica/Portugal-nos-seculos-XVI-e-XVII-Vicissitudes-da-pdf> [Out. 2014].
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos Reinados de D. Manuel e D. João III», in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, actas, Lisboa, Universidade Católica, 2004.
- , *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, 2 v., tese policopiada, Lisboa, CEHCA-IICT, 1999.
- , «As Companhias de Ordenanças no Estado Português da Índia, 1510-1580», in *Oceanos* n.º 19/20, Lisboa, 1994.
- RODRIGUEZ AMAYA, Esteban, *Una Relación Desconocida de la Expedición à Africa del Rey Don Sebastián*, V. N. Famalicão, s. n., 1948.
- ROSSA, Walter, *Cidades indo-portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*, Lisboa, CNCDP, 1997.
- ROULET, Louis-Edouard, *Des Préalpes à l'Europe: le combattant suisse à la fin du moyen âge*, 1997, <http://web.archive.org/web/20101230012426/http://www.deremilitari.org/resources/pdfs/roulet.pdf> [Out. 2014].
- RUBIM, Nuno José Varela, *A Defesa Costeira dos Estuários do Tejo e do Sado: desde D. João II até 1640*, Lisboa, Prefácio, 2011.
- SÁ, Francisco Xavier Valeriano, *Vice-reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Macau, CTMCDP, 1999.
- SABOYA, Salvador e VIEIRA, Tomé, *A Etiópia e os portugueses: narrativa da acção civilizadora dos portugueses nas terras do Preste João*, s. l., Editorial «O Século», 1935.
- Salga: 4.º Centenário (1581-1981)*, Angra do Heroísmo, DREC, 1981.
- SALGADO, Augusto, VAZ, João Pedro, *Invencível Armada, 1588 — A Participação Portuguesa*, Lisboa, Prefácio, 2002.

- SALGADO, Augusto, *Os navios de Portugal na Grande Armada — O poder naval português 1574-1592*, Lisboa, Prefácio, 2004.
—, *1580: A Conquista de Portugal através dos frescos do Viso del Marqués*, Lisboa, Prefácio, 2009.
- SCHMIDT-JONES, Catherine, *The Basic Elements of Music*, <http://ufdcimages.uflib.ufl.edu/AA/00/01/16/43/00001/Music.pdf> [Out. 2014].
- SEKUNDA, Nick, *Republican Roman army*, Londres, Osprey, 1996.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal militar: compêndio de história militar e naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, INCM, 1991.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, *História, Organica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904-1908.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Documentos inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1958.
—, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987, 2.ª ed. corrigida e aumentada [1.ª ed. 1962-1963].
- SERRÃO, Vítor, *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*, Lisboa, INCM, 1983
—, *História da Arte em Portugal — O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.
—, *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2008.
—, «Pintura e Devoção em Goa no Tempo dos Filipes: o Mosteiro de Santa Mónica no “Monte Santo” (c. 1606-1639) e os seus artistas», in revista *Oriente*, n.º 20, 2011, pp. 11-50.
- SHOWALTER, Denis E., «Castle, Skill and Training: The Evolution of Cohesion in European Armies from the Middle Ages to the Sixteenth Century», in *The Journal of Military History*, v. 57, 1993 <http://deremilitari.org/2014/07/caste-skill-and-training-the-evolution-of-cohesion-in-european-armies-from-the-middle-ages-to-the-sixteenth-century/> [Out. 2014].
- SILVA, Alberto Júlio, «Modelos e Modas — traje de corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII», in *Revista da Faculdade de Letras*, anexo V, Porto, 1993.
- SILVA, A. Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, v. 1-2, Lisboa, CML, 1987 [1.ª ed. 1900].
—, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, v. 1-2, Lisboa, CML, 1987 [1.ª ed. 1948].
- SILVA, José Custódio Vieira da, *Setúbal*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- SILVA, Luís Augusto Rebello da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971-1972.
- SMITH, Ronald Bishop, *The Sepulchral Urn of Martim Afonso de Melo in Santarém*, Costa da Caparica, s. n., 1994.
—, *Martim Afonso de Mello, Captain-Major of the Portuguese Fleet which sailed to China in 1522*, Bethesda, Maryland, Decatur Press, 1972.
- SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *Nobiliário da Ilha Terceira*, v. 1, Braga, Livraria Fernando Machado & C.ª, 1908-1909.
- SOUSA, Jaime, «Arquitectura Alentejana: O Quadrado», in *O Estudo da História*, Boletim da Associação dos Professores de História, n.º 5-6 (II série), 1988.
- SOUSA, Luís Costa e, *A Arte na Guerra: A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
—, *Campanha da Etiópia (1541-43), 400 Portugueses em Socorro do Preste João*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.
—, *Alcácer Quibir, 1578: Visão ou Delírio de um Rei?*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.
- SOUSA, Nestor de, «Programas de arquitectura militar quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, italianização e intervenções até ao século XVIII: a ermida de S. João Batista na fortaleza do Monte Brasil», in *Arquipélago. História*, 2.ª série, VI, 2002.
—, «São João Baptista de Angra do Heroísmo, um programa italiano de fortaleza filipina e a sua ermida da Restauração», in *Monumentos*, n.º 5, 1996.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- SOUZA, Marina de Mello e, «A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo (África central, século XVII)», in José Martínez Millán, Maria Paula Marçal Lourenço (org.), *Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos XV-XIX)*, Madrid, Polifemo, 2009.
- SPITERI, Stephen C., *Fortresses of the Knights*, Malta, BDL, 2001.
- STRONG, Roy, *Art and Power: Renaissance Festivals 1450-1650*, Woodbridge, Boydell, 1984 [1.ª ed. 1973].
- SUÁREZ QUEVEDO, Diego, «Navegación fluvial e ingeniería militar en España, siglos XVI-XVII. De Pérez de Oliva y Antonelli, a Leonardo Torriani y Luis Carduchi», in *Anales de Historia del Arte*, v. 17, 2007, <http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/viewFile/ANHA0707110117A/31045> [Out. 2014].
- SUMMERSON, John, *A Linguagem Clássica da Arquitetura*, São Paulo, Martins Fontes, 1994 [1.ª ed. 1963].
- Tapeçarias de D. João de Castro*, catálogo da exposição, Lisboa, CNCDP / IPM, 1995.
- TAYLOR, F. L., *The Art of War in Italy, 1494-1529*, Leipzig, Forgotten Books, s.d. [1.ª ed. 1921].
- TEIXEIRA, André, *Fortalezas do Estado Português da Índia: arquitetura militar na construção do império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.
- TENÓRIO, Luciana Elisa Lozada, *Interpretação da música renascentista: a tablatura como apoio para o intérprete moderno*, I Simpósio Académico de Violão da Embap, Curitiba, 2007, <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/eventos/luciana.pdf> [Out. 2014].
- TINCEY, John, *The Armada Campaign, 1588*, Londres, Osprey, 1988.
- Teoria da Arquitetura: do Renascimento aos Nossos Dias*, coord. Petra Lamers, Colónia, Taschen, 2003.
- TERRASSE, Henri, *Histoire du Maroc: des origines à l'établissement du protectorat français*, Casablanca, Éditions Atlantides, 1950.
- THORNTON, John K., *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*, Oxon, Routledge, 2003 [1.ª ed. 1999].
- TLUSTY, B. Ann, *The Martial Ethic in Early Modern Germany: Civic Duty and the Right of Arms*, Basingstoke, Palgrave MacMillan, 2011.
- TOLNAY, Charles de, «Michelangelo Studies», in *The Art Bulletin*, v. 22, n.º 3, 1940, College Art Association, http://www2.gwu.edu/~art/Temporary_SL/129:255/Readings/Tolnay.pdf [Out. 2014].
- TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castello Branco e, *Memorias contendo a biographia do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a história dos governadores e capitães generaes de Angola desde 1575 até 1825 e a descrição geographica e política dos reinos de Angola e de Benguella*, Paris, Fantin, 1825.
- The Cambridge History of Africa. Vol.3: from c. 1050 to c. 1600*, ed. Roland Olivier, vol. 3, Cambridge, Cambridge University, 1999.
- The Cambridge History of Western Music Theory*, ed. Thomas Christensen, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- The New Cambridge Modern History*, v. 1-3, Cambridge, Cambridge University Press, 1971-1980.
- TRINIDADE, Luísa, «From Islam to Christianity: Urban Changes in Medieval Portuguese Cities», in Joaquim Ramos de Carvalho (org.), *Religious and Philosophical Concepts II: Conflict and convergence*, Pisa, Edizione Plus, 200, https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=htt%3A%2F%2Flovebaby.no.sapo.pt%2Furbanismo_from%2520islam%2520to%2520christianity.doc&ei=_poYVPeVM4_VapX8gMAM&usq=AFQjCNFYTYOvt40Zi00I0Q1KGUM8FBXfiw&sig2=VHil74v93O8_aQjOPBwF5A&bvm=bv.75097201,d.d2s [Out. 2014].
- TZONIS, Alexander, e LEFAIVRE, Liane, *Classical Architecture: The Poetics of Order*, Londres, MIT Press, 1999 [1.ª ed. 1986].
- , *he Emergence of Modern Architecture: a documentary history from 1000 to 1810*, Londres, Routledge, 2004.
- ULIVI, Elisabetta, «Benedetto da Firenze (1429-1479) un maestro d'abaco del xv secolo: Con documenti inediti e con un'Appendice su abacisti e scuole d'abaco a Fi-

- renze nei secoli XIII-XVII», *Bollettino di Storia delle Scienze Matematiche*, v. 22. Roma, Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2002.
- Universo Urbanístico Português, 1415-1822, actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822, coord. Walter Rossa et al., Lisboa, CNCDP, 2001.
- VAN ORDEN, Kate, *Music, Discipline, and Arms in Early Modern France*, Chicago, University of Chicago Press, 2005.
- VALLADARES, Rafael, *A Conquista de Lisboa: violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583*, Alfragide, Texto Editora, 2010.
- VALENSI, Lucette, *Fábulas de Memória: a Gloriosa Batalha dos Três Reis*, Porto, Asa, 1996.
- VALENTIM, Carlos Manuel, *Ptolomeu*, <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/g35.html> [Out. 2014].
- VARANDAS, José, «O hoplita e a falange. O triunfo da infantaria simétrica no Mundo Antigo» in *A Guerra na Antiguidade III*, coord. António Ramos Santos e José Varandas, Lisboa, Edições Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2010.
- VAZ, João Pedro, *Campanhas do Prior do Crato, 1580-1589*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- , *A «Vinda dos Ingleses» a Portugal em 1589*, in <http://tinyurl.com/bta675n> [Set. 2011].
- , *Exércitos de Filipe II em Portugal (1580-1598): os livros de «mostras» das companhias militares espanholas da Torre do Tombo*, s. l., s. n., s. d.
- VEIGA, Carlos Margaça Veiga, *A Herança Filipina em Portugal*, Porto, CTT, 2005.
- , *Os jovens na efervescência dos anos de 1578 a 1581: Utopia e realidade*, sep. de *O Sebastianismo*, Lisboa, Colibri, 2005.
- VELOSO, Queiroz, D. *Sebastião 1554-1578*, 3.^a ed. rev. e aumentada, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- VELTMAN, Kim H., «Military Surveying and Topography: The Practical Dimension of Renaissance Linear Perspective», in *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 27, Coimbra, 1979.
- VENTURA, Leandro, «Tra Italia e Spagna: Il caso di Sabbioneta», in *Atti e memorie dell'Accademia Nazionale Virgiliana di Scienze Lettere ed Arti*, n.º 64, Mantova, 1996.
- VENTURA, Maria da Graça, *Negreiros Portugueses na rota das Índias de Castela: 1541-1556*, Lisboa, Colibri, 1998.
- VERA BOTÍ, Alfredo, *La arquitectura militar del Renacimiento a través de los tratadistas de los siglos XV y XVI*, tese de doutoramento, Valência, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Valencia, 2010.
- VERDIER, Philippe, «La rocca d'Ostie dans l'architecture militaire du Quattrocento», in *Mélanges d'archéologie et d'histoire*, v. 56, 1939, http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_0223-4874_1939_num_56_1_7305 [Out. 2014].
- VERGIKOSK, Francisco de, *Martim Afonso de Melo, notas biográficas*, s. l., s. d.
- VICENTE MAROTO, M.^a Isabel, «Las escuelas de artillería en los siglos XVI y XVII», in *Quaderns d'História de l'Enginyeria*, v. 5, 2002-2003.
- VIOLLET-LE-DUC, E. E., *Military Architecture*, Londres, Greenhill, 1990.
- VITERBO, Sousa, *Fundidores de Artilharia*, Lisboa, Typographia Universal, 1901.
- , *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia, 1907.
- , *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, ed. fac-similada, 3 vols., Lisboa, INCM, 1988.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Porto, Civilização, 1983-1984.
- Web Gallery of Art*, <http://www.wga-hu>.
- WEBB, Henry Jameson, *Elizabethan Military Science: the Books and the Practice*, Madison, Wisconsin University Press, 1965.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

- WISTREICH, Richard, *Warrior, Courtier, Singer: Giulio Cesare Brancaccio and the performance of identity in the late Renaissance*, Aldershot, Ashgate, 2007.
- WILLIAMS, Alan, *The Knight and the Blast Furnace. A History of the Metallurgy of Armour in the Middle Ages & the Early Modern Period*, Leiden, Brill, 2003.
- WOOD, James B., *The King's Army: warfare, soldiers, and society during the wars of religion in France, 1562-76*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002 [1.^a ed. 1996].
- WITTKOWER, Rudolf, *Architectural Principles in the Age of Humanism*, Londres, Academy Editions, 4.^a ed. 1988 [1.^a ed. 1952].
- XAVIER, Bernardo da Gama Lobo, *Retratos ignorados de D. Sebastião: contributo para a iconografia dos últimos príncipes de Avis e algumas variações sobre o Desejado*, Estoril, Principia, 2008.
- XAVIER, João Pedro, *Arquitectura e Ciência — António Rodrigues*, <http://tinyurl.com/cgdd7uw> [Nov. 2012].
- ZÖLLNER, Frank, e Nathan, Johannes, *Leonardo Da Vinci, obra completa de pintura e desenho*, Colónia, Taschen, 2004.

NOTAS DAS TABELAS

SEGUNDA PARTE

- ¹ A morte do duque de Guimarães (1576) terá levado à interrupção das obras.
- ² Mestre-de-obras do Convento de Nossa Senhora da Conceição (ou do Vale Benfeito) entre 1550 e 1568.
- ³ Decidida a construção desde 1546, os trabalhos iniciaram-se em 1553 ou 1556 sobre um primeiro desenho, depois rectificado por Miguel de Arruda, «Mestre e Vedor» das obras desde, pelo menos, 1569.
- ⁴ Estaria integrado numa intervenção mais ampla que previa uma cintura abaluartada para toda a vila.
- ⁵ O desenho inicial de Manuel Machado teria sido reformulado primeiro por Isidoro de Almeida (1552?), depois por Pedro de Maeda e Tommaso Benedetto (1567-1569?).
- ⁶ Em 1551 iniciou-se da fortificação do porto com desenho de Manuel Machado; em 1553 chega a ordem do rei para a obra avançar de acordo com alterações de 1552; em 1557 Machado é confirmado como empreiteiro, cargo que já ocupava em 1555; em 1567 chega a Angra nova equipa que produz alterações (era já mestre-da-obra Pedro de Maeda).
- ⁷ Criticado por Diogo Teles, o traçado de Rodrigues prevaleceu depois de apresentado a Lisboa com um modelo tridimensional executado por Jorge Gomes.
- ⁸ A cerca com dois baluartes sobre o mar foi levantada por João Leal ou Marcos Gomes em 1556.
- ⁹ Após 1566, D. Sebastião ordenou a construção de duas linhas de trincheiras para defesa do ancoradouro, que o capitão-mor terá desenvolvido numa fortaleza regular.
- ¹⁰ O tomarense Lopo Machado foi mestre-de-obras da Mina, e provavelmente substituiu Luís Dias na direcção das obras da Baía.
- ¹¹ Em 1571 Francisco Gonçalves foi nomeado mestre-de-obras no Rio de Janeiro.
- ¹² Luís Dias orientou a construção de 2 redutos, um com 18 peças situado sobre a «Ribeira do Goes». A fortificação do Rio foi levada a cabo pelo governador e capitão-mor da cidade, Mem de Sá e Estácio de Sá, seu sobrinho.
- ¹³ Simão de Ruão foi ferido com gravidade quando procedia ao reconhecimento no local.
- ¹⁴ A muralha NO e SO estavam concluídas em 1577, mas em 1582 os trabalhos ainda continuavam.
- ¹⁵ A cortina de pedra da cidadela e os baluartes redondos foram construídos nesta época.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

TERCEIRA PARTE

- ¹ A tradução foi de Lorenzo Suárez de Figueroa, em 1558.
- ² Luís Mendes de Vasconcelos, capítulo 1 da «Primeira parte da Arte Militar», p. 108.
- ³ *Ibid.*, capítulo 5 da «Primeira parte da Arte Militar», p. 136.
- ⁴ Filho de João Álvares.
- ⁵ Filho de Francisco Álvares.
- ⁶ «Mestre dos engenhos de Barcarena» (Sousa Viterbo, *Armaria em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1907, p. 112).
- ⁷ Era filho de Gonçalo Fernandes. Acompanhou D. Sebastião na expedição de 1578.
- ⁸ Filho de Francisco Álvares.
- ⁹ Sucedeu a Lamberto Henriques como serralheiro e marcador da artilharia, seguindo-se Diogo Gentil.
- ¹⁰ Membro de uma família de armeiros de Tavira: o avô João Dias e o pai Pero Dias.
- ¹¹ Filho de Francisco Dias, substituiu-o no cargo.
- ¹² Sucedeu a Hipólito Rodrigues.
- ¹³ Filho de Rodrigo Munhoz, armeiro em Lisboa e Barcarena e mestre nas «ferrarias» de Tomar.
- ¹⁴ Sucedeu-lhe António Machado como serralheiro dos armazéns e marcador da artilharia.
- ¹⁵ Sucedeu-lhe no cargo Daniel da Rosa.
- ¹⁶ Estavam inicialmente previstos 900 acontiadados e 200 cavalos provenientes de Jerez de la Frontera.
- ¹⁷ O tercio de Lombardia compreendia 800 homens a quatro companhias.
- ¹⁸ O efectivo inicialmente previsto para este tercio era de 2.000 soldados.
- ¹⁹ Inicialmente previstos «[...] mil e sessenta y siete arcabuces, y dos mil e cien picas» («Carta original del duque de Alba al secretario Delgado, fecha en Llerena á 27 de abril de 1580, CoDoIn, op. cit., v. 32, p. 106).
- ²⁰ Efectivo inicialmente previsto para este tercio.
- ²¹ Incluindo 6 peças pesadas de cerco.
- ²² Pedro Cota da Malha (?-1590) era filho de madeirenses estabelecidos na Terceira em finais do século xv ou princípios do século xvi. Foi escudeiro e fidalgo de D. João III, cavaleiro da Ordem de Cristo, e vereador da Angra em 1534.
- ²³ Quatro companhias eram constituídas por veteranos da Flandres.
- ²⁴ Incluindo 542 soldados levantados na cidade do Porto.
- ²⁵ Destas 15 companhias, 4 eram provenientes da Andaluzia, com um total de 211 homens.
- ²⁶ Ou Ludovico Afflicto (António de Herrera, op. cit., p. 192 v).
- ²⁷ 13 naus de Guipúscoa (671 peças), 7 aragonesas (474 peças), 4 naus venezianas (229 peças), 3 naus catalãs (203 peças), 2 naus genovesas (87 peças), 1 nau napolitana (45 peças).
- ²⁸ Esteve em Setúbal (vila e forte de São Filipe) a partir de 6 de Outubro de 1589.
- ²⁹ Esteve em Abrantes e Setúbal (vila e forte de São Filipe).
- ³⁰ Entre 1593 e 1594 esteve em Sagres.
- ³¹ Veterano de Alcácer Quibir, depois capitão de cavalos em Tânger, capitão de Ceuta (1586-1591), presidente da Câmara de Lisboa (1596) e desembargador do Paço (1607).
- ³² Outros contingentes: Gonçalo Pires de Carvalho, «parente mui chegado do illustri-simo Miguel de Moura, Governador deste Reino de Portugal» 85; Pedro de Alcáçova
- ³⁰ Lopo Soares, «secretário do Conselho de S. Magestade», 28 arcabuzeiros; o arcebispo de Évora, perto de 500 homeens a pé e a cavalo; o conde de Castanheira, 50; o conde de Cantanhede e o senhor de Anjoja, Vasco Martins Moniz, 20; o alcaide de Elvas, António de Melo, 10; Bernardim Loa, 6; e um número indeterminado com o barão de Alvito (v. nota 470).
- ³³ Capitão da guarda do duque, veterano de Alcácer Quibir e da invasão inglesa de 1588.
- ³⁴ Veterano da Índia, comandava 24 alabardeiros, 80 mosqueteiros, 40 arcabuseiros e

⁴⁰ piqueiros, «que todos levavam peitos, e os piques ornados com fundas de veludo» (Francisco da Costa Pereira, *op. cit.*, p. 14).

³⁵ Esteve em Alcácer Quibir. Foi depois capitão-mor de armada na Índia, em Portugal e Ilhas, Mina e África.

³⁶ Outros fidalgos acorreram: o monteiro-mor Manuel de Melo, 80; o conde de Tarouca, 45; os condes de Castanheira e Tentúgal, 35; Manuel Castelo-Branco, 30; Pedro de Alcáçova, 25; Fernão Martins de Mascarenhas, 24, «quasi todos africanos»; o bispo de Coimbra, Jorge de Alcáçovas e Vasco Martins Moniz, 20; Gonçalo Pires de Carvalho, 18; o conde de Cantanhede e o barão de Alvito, 14; Lopo Soares, 12; o irmão do capitão de Mazagão, Álvaro de Carvalho, e Vasco Martins Moniz, 10; António de Melo e Bernardim Loa, 6 (v. nota 465).

³⁷ José de Araújo trazia o guião, o adail era Luís de Orta, natural do Norte de África.

³⁸ Francisco do Quintal trazia o guião, o adail era António Camelo.

³⁹ Feliciano Feio trazia o guião, o adail era Belchior da Franca.

⁴⁰ Manuel Gomes trazia o guião, o adail era Gonçalo Rodrigues.

⁴¹ Eram 44 arcabuzeiros montados, os restantes equipados com lança e adarga, «com bandas de tafetá azul».

⁴² Eram 70 arcabuzeiros montados, os restantes equipados com lança e adarga.

⁴³ Salvador Ribeiro de Sousa mandou construir um «baluarte e terrapleno» sobre uma tranqueira erguida por Filipe Nicote, convertida em fortificação de pedra depois da chegada dos reforços do vice-rei.

⁴⁴ Foram nomeados D. Jerónimo Coutinho e D. Afonso de Noronha, mas não ocuparam o cargo.

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

**TRATADOS DE RE MILITARI 1521-
1630**
**Alemanha, Espanha, França, Itália, In-
glaterra e Portugal**

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Língua	Formato	Tema
A (alemão)	M. (manuscrito)	A (artilharia)
E (espanhol)	R. (reedição)	Arq (arquitECTURA)
F (francês)		C (castrametação)
I (inglês)	T. (tradução)	Cav (cavalaria)
Ita (italiano)		Esg (esgrima)
P (português)		Fort (fortificação)
		G (geometria)
		Gn (guerra naval)
		Hist (história)
		M (milícia)
		Pir (pirotecnia)
		Fil (filosofia)

Consideram-se traduções como edições originais, numeradas sequencialmente.

ALEMÃES

	<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Tema</i>
A.1	1529	Flávio Vegécio Renato	R.	M
A.2	1525	Anónimo	M. Kriegsordnung neu gemacht	M
A.3	1527 1603	Albrecht Dürer ¹	Etlich underricht, ru befesti gund... R.	Fort/Art
A.4	1530	Jacob Preuss	Ordnung, Namen, und Regimente...	M
A.5	1532	Hans Busteter	Ernstlicher Berich ...	M
A.6	1532	Onossandro	T.	M
A.7	1535	Albrecht Dürer	T. A.3 (latim)	Fort/Art
A.8	1535 1556	Reinhald von Solms Licht	Eyn gesprech eynes kriesmans... R.	M
A.9	1537	Jacopo da Porcia	T.	M
A.10	1541	Leon Batista Alberti	T.	Fort/Arq/G
A.11	1543	Petrus Nannius	Dialogus...de milite peregrine	M
A.12	1543 1548	Vitrúvio	Tradução Walther Rivius ² R.	Arq/Fort

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

A.13	1555 1557	Leonhard Fronsperger	Kriegs Ordnung R.	M
A.14	1559	Reihald von Solms Licht	Das Kriegsbuch	M
A.15	1560?	Hans Blum	Ein kunstreych Buobh von allerley ...	Arq
A.16	1563 1573 1598	Leonhard Fronsperger	Besatzung R. R.	M
A.17	1564	Leonhard Fronsperger	Kriegs Ordnung...	M
A.18	1564	Antonius Scheenberger	De bona Militum vaetudine...	M
A.19	1564 1566	Leonhard Fronsperger	Von gesschütz unnd fewrwerck R.	Pir
A.20	1566 1571 1578 1598	Leonhard Fronsperger	R. A.13-16 R. R. R.	M
A.21	c.1570 1600	Joachim Meyer	Grünlicht beschreibung... R.	Esg
A.23	1570 1573 1623	Frederico Grissone	T. IT.373 R. R.	Cav
A.24	1571	Alexandre Vanderbussche	L'arithmetique militaire	M
A.25	1575	Abrahan de Bruyn	Diversus gentium armadura equestris	Cav
A.26	1578	Frontino	T.	M
A.27	1580	Jan van Schiller	Maniere de bien bastir, edifier, fortifier ...	Arq/F
A.28	1583 1588	Michael von Eytzinger	De Leone Belgicus... R.	M
A.29	1588 1609-10	Georg Egelhard Loehneyss	Von zeumen Grundtlicher berich... R.	Cav
A.30	1589 1599 1608	Daniel Speckle	Architectura von Vestungen R. R.	Arq/F
A.31	1591	Franz Joachim Brechtel	Büchsenmasterey	Art/Pir
A.32	1592	Johannes Molanus	Militia sacra...	M antiga

Anexo

A.33	1595	Henri Ranzovius	Commentarius bellicus, libris sextus	M
A.34	1595? 1608 1615 1619	Jakob de Gheyn	Wapenhandelinghe van Roers, Musquetten... R. R. R.	M
A.35	1596 1599 1605 1613 1625	Justus Lipsius	Poliorecticon sive de machinis ... R. R. R. R.	Art
A.36	1597 1617	Johann A. Valtrinus	De Re militari veterum romanorum libri septem R.	M antiga
A.37	1598 1613 1630	Justus Lipsius	De militia Romana R. R.	M antiga
A.39	1599	Gasparis Gaspari	De jure beli Belgici	M
A.40	1599 1601 1603	Jacob Schrenck von Nozing	Augustissimorum imperatorum... R. R.	Heráldica
A.41	1601	Wilhelm Schäffer Dilich	Beschreibung und Abriss...	M
A.42	1603-04	Levinus Hulsius	Ander Tractat der mecanischen instrumenten...	G
A.43	1604	Jean Errard Bar-le-Duc	T. F.211	Fort
A.44	1605	Joseph Boillot	T. F.216 (J. Brantz)	Pir
A.45	1606-07	Vitruvio	Versão Hans Vredeman de Vries	Arq
A.46	1607 1608	Wilhelm Schäffer Dilich	Kriegsbuch ... R.	F/C/Art/M
A.47	1607	Georgius Acacius Ennenckel ³	De privilegijs militum et militiae	M
A.48	1608	Johann Schmidtlap	Kunstliche und rechtschaffene Feuerwerck...	Pir
A.49	1609	Elias Leorinus Reusnerus	Stratagematographia...	M
A.50	1610	Johann Faulhaber	Mathematici Tractatus duo nuper...	Fort
A.50	1611	Claude Flamand	T. F.215	Arq/Fort/G

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

A.51	1612 1613	Leon VI	T. IT.466 (Meursius)	M antiga
A.52	1613	Jacques Perret	T. F.214	F/Arq/G
A.53	1613	Jean de Billon	T. F.232	
A.54	1614 1621 1630	Diego Ufano y Velasco	T. E.160 R. R.	Art
A.55	1614 1616	Giorgio Basta	T. IT. 547 (Théodor de Bry) R.	Cav
A.56	1615 1627	Samuel Marolois	Fortification ou Architecture Militaire R.	Fort
A.57	1615	Johann Jacobi von Wallhausen	Aphabetum pro tyrone pedestre, oder der soldaten zu fuess ihr A.B.C.	M
A.58	1615 1617 1621	Johann Jacobi von Wallhausen	Kriegskunst zu fuss... R. R.	M
A.59	1615	Valentin Friderich	Kurtzer Begriff und Anleitung des Krieges...	M
A.60	1616 1617 1618	Samuel Marolois	Geometrie ... R. R.	Fort
A.61	1616	Johann Jacobi von Wallhausen	Kriegskunst z. Pferd	Cav
A.62	1616	Johann Jacobi von Wallhausen	Ritterkunst	M
A.63	1616	Johann Jacobi von Wallhausen	Manuale militare...	M antiga
A.64	1617	Simon Stevin	Castramentatio, das is lagermeting...	C
A.65	1617	Alessandro de Groote	Neovallia: dialogo ...	Fort
A.66	1618	Adam van Breen	Le maniemnt d'armes de Nassau ⁴	M
A.67	1618	Georg G. Kröl	Tractatus gemetricus & fortificationis	Fort
A.68	1619	Valentin Friderich	Kriegs kunst zu Fuss'innd Eigelichter	M
A.69	1620 1624	Christopher Besoldus	Disertationum Philologicarum... R.	Art/M

Anexo

A.70	1620	Francesco Ferretti	T. IT.421	M
A.71	1620	Agostino Ramelli	T. IT.468	Fort
A.72	1620	Giulio Cesare Brancaccio	T. IT.538	M
A.73	1620 1628	Pierre Isselbourg	Künstliche Waffenhandlung der Musqueten ... R.	M
A.74	1621	Kaspar Uttenhofer	Circinus geometricus ...	G/Art
A.75	1621	Johann Jacobi von Wallhausen	Defensus patrie...	M
A.76	1622 1623 1626	Pietro Sardi	T.IT. 557 R. R.	Fort
A.77	1624	Johann Schmidtlap	Pyrotecnia	Pir
A.78	1624	Janus Gruterus ⁵	Florilegii magni sev Polyantheae	M?
A.79	1625	Johann Schmidtlap	De tormentis bellicis	Art
A.80	1625	?	Kriegsmunition und Artillerey-Buch	Art
A.81	1625?	Hendrick Hondius	?	Fort/Art
A.82	1625	Hugo de Groote	De jure belli ac pacis	M
A.83	1627	Joseph Futterbach	Pyrobolia	Art
A.84	1629	Joseph Futterbach	Architetura navalis	Arq naval
A.85	1630	Joseph Futterbach	Architectura martialis	Fort
A.86	1630	Johann Faulhaber	Ingenieurs-Schul/ Erster Theyl ...	Fort/Art
A.87	1630	Hernanus Hugo	De Militia Equestri antiqua et nova	Cav

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Língua	Formato	Tema
A (alemão)	M. (manuscrito)	A (artilharia)
E (espanhol)	R. (reedição)	Arq (arquitECTURA)
F (francês)		C (castrametação)
I (inglês)	T. (tradução)	Cav (cavalaria)
Ita (italiano)		Esg (esgrima)
P (português)		Fort (fortificação)
		G (geometria)
		Gn (guerra naval)
		Hist (história)
		M (milícia)
		Pir (pirotecnia)
		Fil (filosofia)

Consideram-se traduções como edições originais, numeradas sequencialmente.

ESPAÑHÓIS

	<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Tema</i>
E.88	1524 1616	Palacios Rubios	Tratado del esfuerço Bellico Heroyco R.	M
E.89	1534?	Luis Scrivá	M. Apologia...	Fort
E.90	1535	Pablo del Fúcar	Ballestas, mosquetes y arcabuces	A
E.91	1535	Juan de Sepúlveda	Dialogos de honestate rei militar	M
E.92	1536 1590	Diego de Salazar	Tratado de Re Militari R.	M/C
E.93	1537	Diego Montes	Instrucción y regimiento de guerra	M
E.94	1541	Francisco Pedrosa	Arte y suplemento Re militar	M/M antiga
E.95	1541	Juan de Sepúlveda	T. E.90	M
E.96	1548	Juan Quijada de Reayo	Doctrina del arte de la caballeria	Cav
E.97	1550?	Anónimo	M. Tratado de arquitectura	Arq/Fort
E.98	1551	Fernando Chacón	De la cavaleria de la gineta	Cav
E.99	1552 1589	Diego Núñez Alba	Diálogos... de la vida del soldado R.	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

E.100	1552	Xenofonte	Trad. (Diego Gracián)	Cav antiga
E.101	1554	Leão VI	Trad. (Juan Checo)	M antiga
E.102	1555	Francisco Mexía	Diálogos del soldado	M
E.103	1556?	Pedro Luis Scrivá	M.Libro intitulado...	A/Fort
E.104	1558	Antonio de Baeza	Tractado sobre la ley de la partida...	M
E.105	1558	Antonio Cornazzano	Trad. (L. Suarez de Figueroa)	M
E.106	1559	Juan de Espinosa	M.Libro del Arte Militar...	A/Fort
E.107	1562-63	Paolo Giovio	T. IT.376 (G. de Baeça)	M antiga
E.108	1564	Laurentius Rusius	T.	Cav
EE.109	1564-75	Juan de Lastanosa	M. Los veintiún libros de los ingenios	G
E.110	1566 1575	J. Jiménez de Urrea	Dialogo de la verdadera honra militar R.	M
E.111	1566 1567	Diego Gracián	De re militari R.	M/M antiga/C
E.112	1569 1581	L. Gutiérrez de la Vega	Nuevo tratado y compendio... R.	Milícia
E.113	1570 1583	Eugenio Manzanos	Libro de enfrentamientos de la gineta R.	Cav
E.114	1572 1600	Pedro de Aguilar	Tratado de la cavallería de la gineta R.	Cav
E.115	1578 1586 1588 1589 1590 1591 1595 1598 1601	Francisco de Valdés	Espejo y disciplina militar. R. R. R. R. R. R. R.	M
E.116	1580	Juan Suarez de Peralta	Tratado de la cavallería de la gineta...	Cav
E.117	1582	Vitrúvio	Trad. (Miguel de Urrea)	Fort/Arq/G

Anexo

E.118	1582	Leon Battista Alberti	T. (Francisco Lozano)	Arq/G
E.119	1582	Juan de Funes	Libro intitulado Arte Militar	M
E.120	1582 1600	Jerónimo de Carranza	Philosofia de las armas R.	Esg
E.120	1582	Francisco Villafañe	Diálogo de la fantástica filosofía...	M
E.121	1582 1597	Baltasar de Ayala	De jure et exercitus regii R.	M
E.122	1583 1588 1595	Bernardino de Escalante	Diálogos del Arte Militar R. R.	M/Fort
E.123	1583	García de Palacios	Dialogos militares	M/A
E.124	1586 1592 1606	Luis Collado de Lebrixa	Platica manual de artillería R. R.	Art
E.125	1587 1589 1590 1593 1595 1596	Sancho de Londoño	Discurso R. R. R. R. R.	M
E.126	1588	Francisco Arias	Aprovechamiento Espiritual	M
E.127	1588	Antonio Possevino	T. II.425	M
E.128	1590	Diego de Álava	El perfecto capitán	M/A
E.129	1591? 1595 1596	Bernardino de Mendoza	Theórica y práctica de la Guerra R. R.	M
E.130	1591 1599	Diego de Prado	M. manual plática de la Artillería R.	A
E.131	1592	Andrés Figueroa	El libro del soldado	M
E.132	1592 1595	Martín de Eguiluz	Milicia, discurso y regla militar R.	M
E.133	1592	Bernardino de Mendoza	Comentarios	M
E.134	1594	Marcos de Isaba	Cuerpo enfermo de la milicia...	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

E.135	1595	Juan de Carrion Pardo	Tratado	M
E.136	1595	Enrique de Guzmán	Instruttione della militia	M
E.137	1595 1603 1609	Lázaro de la Isla	Breve tratado del Arte de Artilleria R. R.	A/Pir/G
E.138	1596 1608	Monte Real Piamontés	Invençión nueva R.	M
E.139	1596	Mosquera de Figueroa	Comentário	M
E.140	1598	Fernández de Espinosa	Teoria y práctica de fortificación	Fort
E.141	1598	Cristóbal de Rojas	Teórica y práctica de fortificación	Fort
E.142	1598	Bartolomé S. de Pavia	Doctrina militar	M
E.143	1599	B. de Vargas Machuca	Milícia y descripción de las Indias	M
E.144	1599 1608?	Diego G. Medina Barba	Examen de fortificación R	Fort/G
E.145	1599	Pedro F. Andrada	Libro de la gineta de España	Cav
E.146	1600 1619 1621	B. de Vargas Machuca	Libro de ejercicios de la gineta R. R.	Cav
E.147	?	D. Diego de Vich ?	M. Práctica fácil y breve...	Fort
E.148	1600 1608 1612 1618	L. Pacheco de Narváez	Libro de las grandezas de la espada R. R. R.	Esg
E.149	1602 1627	Andrés Muñoz	Instrucción y regimiento R.	G n
E.150	1602	Diego Silvestre	Discurso sobre la carrera de la lanza	Cav
E.151	1603 1611	Cristóbal Lechuga	Discurso que trata del cargo... R.	M
E.152	1605	Simón de Villalobos	Modo de pelear a la gineta	Cav
E.153	1606	Andrés Garcia Céspedes	Libro de instrumentos nuevos ...	A/G

Anexo

E.154	1607 1613	Cristóbal de Rojas	M. Sumario de la milicia... R.	M antigua/M
E.155	1608	S. Fernández Eyzaguirre	Libro de Arithmetica...	M/Mat
E.156	1609	F. Céspedes y Velasco	Tratado de la gineta	Cav
E.157	1611	Gracián de Madre de Dios	El soldado católico	M
E.158	1611	Cristóbal Lechuga	Discurso...	A/Fort
E.159	1612	Fernando de Cartago	Trad. Avisos y reglas (B. Valperga) Trad. Oficio del capitán... (Villalpando)	M antiga
E.160	1612 1613 1617	Diego Ufano y Velasco	Tratado de la Artillería y uso della R. R.	
E.161	1613	Antonio de Corral	Relación del Rebelión y expulsión...	M
E.162	1614	Alberto Struzzi	Imagen de la milicia...	M
E.163	1614	Núñez de Velasco	Dialogos...	M
E.164	1616	A. Rodriguez Gamarra	Nuevos discursos de la gineta...	Cav
E.165	1616	Atanasio de Ayala	El bisoño instruido...	M
E.166	1621 1629	Luis Coscón	Tratado de expugnación de plazas R.	M
E.167	1622-28	Bernardino Barroso	Teórica, práctica y exemplos de guerra	M
E.168	1624	F. Lanario y de Aragón	Los tratados del Principe...	M/C
E.169	1624	Giorgio Basta	T. II.547	
E.170	1626	Julio Cesar de Firrufino	Plática manual y breve compendio...	A

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Língua	Formato	Tema
A (alemão)	M. (manuscrito)	A (artilharia)
E (espanhol)	R. (reedição)	Arq (arquitECTURA)
F (francês)		C (castrametação)
I (inglês)	T. (tradução)	Cav (cavalaria)
Ita (italiano)		Esg (esgrima)
P (português)		Fort (fortificação)
		G (geometria)
		Gn (guerra naval)
		Hist (história)
		M (milícia)
		Pir (pirotecnia)
		Fil (filosofia)

Consideram-se traduções como edições originais, numeradas sequencialmente.

FRANCESES

	<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Tema</i>
F.171	1527	Christine de Pisan	R. L'art de chevalerie selon Vegece	M
F.172	1553	Leon Batista Alberti	R. T.(Jean Martin)	Arq/Fort/G
F.173	1529	Giovan Batistta della Valle	T. II.351	Fort/M
F.174	1531 1532 1559 1560 1563 1583 1610	Laurentius Rusius	T. R. R. R. R. R. R.	Cav
F.175	1532 1535 1555	Roberto Valturio	T. R. R.	Art/Pir
F.176	1535	Albrecht Dürer	T. A.7 R	Fort/Art
F.177	1536	Aelianus Tacticus	T. (N. Volkyr)	M
F.178	1538	Melchior Soiterus	De bello pannoico...	M
F.179	1539	Claude Cotereau	De jure et privilegis militum	M
F.180	1541	Juan Ginés de Sepúlveda	T. E.94	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

F.181	1543	Paris Puteo (Paride del Pozzo)	Tradução do nº	M/Duelo
F.182	1546	Onossandro	T.	M antiga/M
F.183	1548 1549 1553 1592	Raimond de Beccarie de Pavie	Instructions sur le fait de la guerre R. R. R.	Arq/C/M
F.182	1549	Claude Cotereau	Tradução francês	M
F.183	1549	Martinus Laudensis	De castellani e castris.	M
F.184	1551	Antonio Bruciolli	T. IT.352	M
F.185	1556	Nicolo Tartaglia	T. IT.358	Fort/Art/M
F.186	1556	Giovanni Battista Zanchi	T. IT.384 (François la Treille)	Fort
F.187	1556	Vanuzio Biringuccio	T. IT.360	Art/Pir
F.188	1557	V. de la Treille	Manière de fortifier les villes...	Arq/Fort
F.189	1558	Phillipe, Duc de Cleves	Instruction de toutes les manieres de guerroyer...	M
F.190	1558	Políbio	T.	M/C
F.191	1558 1570	Gabriele Simeoni	Cesar renouvelé R.	M antiga
F.192	1559 1584	Pierre de La Ramée	...Liber de Caesaris militia R.	M antiga
F.193	1559	?	Intuition de la discipline militaire au royaume de France	M
F.194	1571	Bernardino Rocca	T. IT.413	M
F.195	1572 1588	François de Belleforest	Harangues militaires et concions... R.	Música militar
F.196	1573	Claudio Corte	T. IT.405	Cav
F.197	1574 1593 1600	Girolamo Cataneo	T. IT.411 (Jean de Tournes) R. R.	Fort/C/Art/Pir

Anexo

F.196	1578	Henri St. Didier	Traicte contenan les secrets du premier livre sur l'épee	Esg
F.197	1579 1615	Frederico Grissone	T. II.373 R.	Cav
F.198	1583	Pierre Savonne ⁶	Instrucion de l'ordre militaire.	M
F.199	1585	Jerónimo Jiménez de Urrea	T. E.110	M
F.200	1586	Francesco Ferretti	T. II.421	M
F.201	1587 1588 1590 1591 1593 1597 1612 1614	François de la Noue	Discoues politiques et militaires R. R. R. R. R. R.	M
F.202	1588 1596	Thoinot Arbeau	Orchesographie R.	Dança
F.203	1589	Bertrand de Loque	Deux traitez l'un de la guerre, l'autre du duel	M/duelo
F.204	1589	Carlo Theti	T. II.426	Fort
F.205	1591 1597	Bernardino de Mendoza	T. E.133 R.	M
F-206	1592	Blaise de Montluc	Commentaries	M
F.207	1594 1600 1604 1617 1619 1620	Jean Errard Bar-le-Duc	La fortificacón demonstrée... R. R. R. R. R.	Fort
F.208	1594 1598 1599 1614 1616 1619 1628	Amirato Scipione	T. II.479 R. R. R. R. R. R.	M antiga/M
F.209	1596	Jacques Hurault	Trois livres dès offices d'estat...	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

F.210	1597 1601 1602 1620	Jacques Perret	Architectura et perspective des fortifications... R. R. R.	Arq/Fort
F.211	1597 1611 1612	Claude Flamand	La guide des fortifications... R. R.	Arq/Fort/G
F.212	1598	Joseph Boillot	Modelles artifices de feu et divers instruments de guerre...	Pir
F.213	1598 1605	Ambroise Bachot	Le Gouvernail, traitant de l'Architecture des Fortifications...	Fort
F.214	1598	Guillaume de Joly	Traicté de la justice militaire de France	M
F.215	1600 1606 1611	Claude Fauchet	Origines des chevliers, armoires... R. R.	Heráldica
F.216	1601	Julius C ^s ar Boulenger	Liber de spoliis bellicis, ...	M
F.217	1601	Nicolas Rigault	De verborum significatione ...	M
F.218	1605 1608	David Rivault	Les elements de l'artillerie R.	Art
F.219	1605	St. Julien	Architetura Militare	Arq/Fort
F.220	1606	St. Julien	Le Forge de Vulcain ou l'appareil des machines de guerre	M
F.221	1607 1613	Jacques de Fumée	L'arcenac de la milicie françoise R.	M
F.222	1608	Marc de la Beraudière	Le combat de seul a seul en camp clos	Duelo
F.223	1608 1618	Jakob de Gheyn	T. A.33 R.	M
F.224	1609	Caspar Facius	Casparis Facii Axiomata bellica...	M
F.225	1610	Jean Savaron	Traicte de l'Epeeé Françoise	Esg
F.226	1610 1615	Louis de Montgommery	La milice françoise ... R.	M/M antiga
F.227	1611	Armand Gontaut Biron	Maximes et instruntion de l'art de la guerre...	M
F.228	1612 1612 1613 1622	Jean de Billon	Les Principes de l'Art militaire... R. R. R.	M

Anexo

F.229	1614 1616 1627	Giorgio Basta	T. II.547 (J. de Bry) R. R.	
F.230	1614 1621?8?	Diego Ufano y Velasco	T. E.160 R.	Art
F.231	1616	Jean Desciau	L'instruction du soldat...	M
F.232	1616 1617	Daniel Davelourt	Trois Traitez sur le fait de l'artillerie R.	Art
F.233	1616	Bartolomeo Pellicciare	T. II.553	M
F.234	1617 1618 1622 1628	Du Praissac	Discours militaires R. R. R.	M
F.235	1618	Simon Stevin	T. A.63	C
F.236	1619	Daniel Davelourt	Epitome...	Art
F.237	1620 1630	Jean Appier	Recueil de plusieurs machines militaires et jeux... R.	Pir
F.238	1620-21	Pierre de la Noue	La cavalerie françoise et italaienne...	Cav
F.239	1625	Hendrick Hondius	T. A.80	Fort/Art
F.240	1628	Girard Thibault	Academie de l'epée	Esg
F.241	1628 1629	Antoine de Ville	Les fortifications ou l'ingenieur parfait	Fort
F.242	1629	Jean Fabre	Les practiques du sieur Fabre...	Fort/M
F.243	1630	Juste Damant	Manière universelle de fortifier	Fort

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

Língua	Formato	Tema
A (alemão)	M. (manuscrito)	A (artilharia)
E (espanhol)	R. (reedição)	Arq (arquitECTURA)
F (francês)		C (castrametação)
I (inglês)	T. (tradução)	Cav (cavalaria)
Ita (italiano)		Esg (esgrima)
P (português)		Fort (fortificação)
		G (geometria)
		Gn (guerra naval)
		Hist (história)
		M (milícia)
		Pir (pirotecnia)
		Fil (filosofia)

Consideram-se traduções como edições originais, numeradas sequencialmente.

INGLESES

	<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Tema</i>
I.244	1539	Frontino	<i>T.</i>	M
I.245	1542 1543	Basille Theodore ⁷	The new pollecye of warre ... <i>R.</i>	M
I.246	1544	?	The late expedition in Scotlande...	M
I.247	1544	Jacopo di Porcia	<i>T. II.354</i>	
I.248	1544	Thomas Barthelet	Statutes and ordynances for the warre	M
I.249	1544?5? 1571 1589	Roger Ascham ⁸	Toxophilus, The schole of shooting ... <i>R.</i> <i>R.</i>	M
I.250	1548	William Patten	The expedition into Scotlāde...	M
I.251	1556 1562	Giovanni Battista Zanchi	<i>M. T. II.384</i>	Fort
I.252	1560 1573 1588	Nicolo Machiavelli	<i>T. II.350</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	M/C
I.253	1562 1573 1588	Peter Whitehorne	Certain Waies for the ordering of Souldiers... <i>R.</i> <i>R.</i>	
I.254	1562	Henry Barrett	<i>M.</i> The captain's handbook	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

I.255	1563	John Shute	Andre Combine of the Turkishe affaires	M
I.256	1563	Onossandro	T.	M
I.257	1565-6? 1580 1609	John Ashley	Foure chiefest Offices... R. R.	Cav
I.258	1571 1591	Thomas and Leonard Digges	A Geometrical practice, named Pantometria... R.	G
I.259	1572	Flavius Vegetius Renuatus	T.	M antiga
I.260	1573	William Drury	Regulations to be observed by the English army...	M
I.261	1574 1588	Girolamo Cataneo	T. II.408 R.	M
I.262	1577 1586	John Polman	All the famous Battels that have bene fought... R.	M
I.263	1578	Procter Thomas	Of th Knowledge an conducte of warres...	
I.264	1578	Barnaby Rich	Allarme to England...	M
I.265	1578	William Bourne	Inventions or Devises	M
I.266	1579 1590 1594	Thomas Digges	An arithmeticall militaire treatise ... R. R.	Matemática/M
I.267	1579	Thomas Churchyard	A generall rehearsall of warres, ...	M
I.268	1579	Geoffrey Gates	The Defense of Military Profession	M
I.269	1581	William Blandy	... A perfect and absolute Souldiar...	M
I.270	1581 1582 1588	Thomas Styward	The Pathwaie To Martiall Discipline... R. R.	M
I.271	1582	Luís Gutierrez de la Vega	T. E.111 (Nicholas Lichefield)	M
I.272	1584	Claudio Corte	T. II.434	Cav

Anexo

I.273	1584	John Ashley	Art of ridding	Cav
I.274	1585 1586	George Whetstone	The honorable reputation of a Souldier R.	M
I.275	1586	Robert Dudley	Lawes and Ordinances set downe by Robert Earle of Leicester	M
I.276	1587	John Polman	The second party of the booke of Battailes...	M
I.277	1587	William Bourne	The art of shooting in grat Ordenance	M
I.278	1587	Barnaby Rich	A path-way to Military practise....	M
I.279	1587	François de la Noue	<i>T. F.205</i>	M
I.280	1588	Nicolo Tartaglia	<i>T. II.346 (J. Harrison)</i>	Art
I.281	1589	Paul Ive	The practice of Fortification...	Fort
I.282	1589	Raimond de Beccarie de Pavie	<i>T. F.183</i>	M/C
I.283	1590	John Smythe	Certain discouses... concerning the forms and effects of divers sorte of weapons...	M
I.284	1590	Roger Williams	A brief discourse of Warre	M
I.285	1590	William Segar	The booke of Honor and Armes	M
I.286	1590	Francisco de Valdés	<i>T. E.114 (J. Wolfe)</i>	M
I.287	1590	Sancho Londoño	<i>T. E.125 (John Thorins)</i>	M
I.288	1591	William Garrard	The Art of Warre...	M
I.289	1591	Gilles Clayton	The approved order of Martiall discipline...	M
I.290	1591	Robert Hitchcock	A general proportion and order of provision...	M
I.291	1591	Bertrand de Loque	<i>T. F.207</i>	M
I.292	1593	Matthew Sutcliffe	The Practice, Proceedings, And Lawes of armes...	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

I.293	1593	?	A survey of the new pretended Discipline	M
I.294	1594	Humphrey Barwick	A breefe Discourse, concerning the force and effect of all manual weapons of fire...	M
I.295	1594	Giacomo di Grassi	T. IT.429	Fort
I.296	1595? 1611	?	Mars His Feild... R.	M
I.297	1595	John Smythe	Instructions, observations and Orders Mylitarie...	M
I.298	1595	Jacques Hurrault	T. F.213	M
I.299	1596	?	A brief treatise to prove the necessitie and excellence of the use of archerie	M
I.300	1597	Bernardino de Mendoza	T. E.133 (Edward Hoby)	M
I.301	1597	Frederico Grissone	T. IT.373 (Thomas Blundeville) ⁹	Cav
I.302	1598	Robert Barret	The theoricke and Practicke of Modern Warres...	M
I.303	1600 1628	Thomas Smith	The art of Gunnery R (<i>augmentada</i>)	Art. Art/Pir
I.304	1600 1604 1609	Clement Edmonds	Observations upon the five books of Caesar... R. R.	M antiga
I.305	1601	Henry Savile	...Commentarius de militia romana ex anglico	M antiga
I.306	1602	William Segar	Honor, Military and Civill...	M
I.307	1601	Lodovic Lloyd	The stratagemes of Jerusalem...	M
I.308	1604	Thomas and Dudley Digges	Foure Paradoxes, or politique Discourses.	M
I.309	1604	Barnaby Rich	The fuites of long Experience. A pleasing view for Peace. A Looking-Glasse for Warre...	M
I.310	1604	Geoffrey Gates	Foure Paradoxes or politique Discourses...	M
I.311	1607	Jakob de Gheyn	T. A.33	M

Anexo

I.312	1607	Gervase Markham	Cavalerie or the English Horseman	Cav
I.313	1612	William Strachey	For The Colony in Virginea Lawes Divine, Morall and Martiall...	M
I.314	1613 1620	John Shute ¹⁰	The Triumphs of Nassau... R.	M
I.315	1613 1629	Robert Dallington	Aphorismes Civill and Militaire R.	M
I.316	1616	Jacobi von Wallausen	T. A.56 (T.J.)	M
I.317	1616	John Bingham	The exercise of the English ...	
I.318	1616 1629	Aelianus Tacticus	T. II.379 (John Bingham)	M antiga
I.319	1617	Thomas Adams	The Souldiers honour	M
I.320	1617 1619 1622	Edward Davies	Military directions... R. R.	M
I.321	1618 1624	Robert Fludd	De arte militari R.	M
I.322	1618	Roger Williams	The Actions of The Lowe Countries...	M
I.323	1618	Simon Stevin	T. A.63	
I.324	? 1619 1626	Thomas Trussell	The soldier pleading his owne Cause... R. R.	M
I.325	1622	Francis Markham	Five decades or Epistles of Warre	M
I.326	1623	?	The military discipline...	M
I.327	1623	Justus Lipsius	T. A.36 (John Bingham)	M antiga
I.328	1624	Robert Norton	Of The Art of Great Artillery	Art
I.329	1624	Alexander Leighton	Speculum Belli Sacri ...	M
I.330	1624	Thomas Scott	The Belgick souldier...	
I.331	1624	W.G.?	Count Manfields Directions of Warre.	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

I.332	1625	George Marceline	Vox Militis...	M
I.333	1625	Gervase Markham	The Souldiers Accidence ...	M
I.334	1625 1628	William Neade	The Double-armed Man... R.	M
I.335	1625	W. B.	The Free Schoole Of Warre...	M
I.336	1626	Edward Cooke	The Character of Warre ...	M
I.337	1626	Gervase Markham	The Souldiers Grammar...	M
I.338	1627	John Dansie	A Mathematicall Manuel: Wherein Is handled Arithmeticke, planimetry, stereometry, and the embattelling of armies.	M/matemática
I.339	1627	Thomas Kellie	Pallas Armata...	M
I.340	1627	Francis Malthus	A treatise Of Artificial Fire-Works ...	Pir
I.341	1627	Gervase Markham	The Second Part Of The Souldiers Grammar...	M
I.342	1628	Edward Cooke	The Prospective Glasse of Warre, ...	M
I.343	1628	Robert Norton	The Gunner...	Art.
I.344	1628	Richard Bernard	The Bible-Battels...	M

Língua	Formato	Tema
A (alemão)	M. (manuscrito)	A (artilharia)
E (espanhol)	R. (reedição)	Arq (arquitetura)
F (francês)		C (castrametação)
I (inglês)	T. (tradução)	Cav (cavalaria)
Ita (italiano)		Esg (esgrima)
P (português)		Fort (fortificação)
		G (geometria)
		Gn (guerra naval)
		Hist (história)
		M (milícia)
		Pir (pirotecnia)
		Fil (filosofia)

ITALIANOS

	Ano	Autor	Título	Tema
IT.345	1629	James Achesone	The Military garden.	M
IT.346	1521 1527 1540 1541 1546 1547 1550 1551 1551 1552 1554 1587 1610	Niccolo Macchiavelli	Libro della arte della guerra R. R. R. R. R. R. R. R. R. R. R. R.	C/M
IT.347	1521 1524 1526 1528 1529 1531 1535 1539 1543 1550 1558 1564	Giovanni Battista della Valle	Vallo: libro... R. R. R. R. R. R. R. R. R. R. R.	Fort/M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

IT.348	1526	António Bruccioli	Dialogi	Filosofia/M
IT.349	1529 1537 1552 c.1579 1592 1596 1607	Políbio	De romanorum militia et castrorum <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R. M. (Andrea Paladio)</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	C
IT.350	1530	Jacopo di Porcia	De re militari	M
IT.351	1531	Antonio Manciolino	Opera nova	M
IT.352	1536 1550 1568	Amirato Scipione	Opera nova chiamatta duelo... <i>R</i> <i>R</i>	Esg
IT.353	1537 1550 1558 1606	Niccolò Tartaglia	Nova Scientia <i>R. (colectânea)</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	A
IT.354	1540 1549 1589	Polieno	De re militari prefatio <i>R.</i> <i>R.</i>	M antiga
IT.355	1540 1550 1558 1559	Vanoccio Biringuccio	De la pirotechnia <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	A Pir
IT.356	1543	Sperone Speroni	Discorso...	M
IT.357	1544?	Angelo di Forte	Veritatis redivivae militia	M
IT.358	1544	Francesco Mirandola	Pratica...	M
IT.359	1544	Laurentius Rsius	Trad.	M
IT.360	1545	Lodovico Dolce	Il capitano	M
IT.360	1545 1554 1559 1584 1598 1619	Gabriello Busca	Instrutione de' bombardieri <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	A

Anexo

IT.361	1546 1550 1554 1606 1620?	Niccolò Tartaglia	Quesiti et inventioni diversi <i>R. (colectânea)</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	Fort/A/M/G
IT.362	1548	Angelo Assinito	Opera nova	M
IT.363	1549	Marco Mantova Benevides	De privilegiis militum	M
IT.364	1549	Martinus Laudensis	De Castellanis & castris	M
IT.365	1549	N. della Chiesa	De privilegi de soldati...	M
IT.366	1549	Polieno	Stratagemata	M antiga
IT.367	1550 1551 1552 1553 1556 1557 1558 1559 156 1569 1571 1582 1584 1590 1620	Federico Grisone	Gli ordini di cavalcare <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	Cav
IT.368	1550	Mambrino Roseo	Tre libri della Disciplina militare	M
IT.369	1550?	Sebastiano Serlio	<i>M.</i> Ottavo libro	C
IT.370	1550-52	Paolo Giovio	Historiarum	M/Hist
IT.371	1551 1552	Polieno	<i>T.</i> (L. Carani) <i>R.</i>	M
IT.372	1551 1552 1554 1557 1575 1576 1577 1579	Paolo Giovio	Elogia virorum bellica <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i> <i>R.</i>	M
IT.373	1552	Aelianus Tacticus	<i>T.</i> (L. Carani)	M

CONSTRUIRE E DESCONSTRUIRE LA GUERRA IN PORTUGAL (1568-1598)

IT.374	1552	Secondo Tarentino	Il Capitano Bizzarro	M
IT.375	1553	Marc'Antonio Pagano	Le tre giornate ...	Esg
IT.376	1553 1568 1575	Camillo Agrippa	Trattato di scientia d'arme R. R.	Esg
IT.377	1553	Giovan G. Leonardi	M. Fortificazioni dei nostri tempi	Fort
IT.378	1554 1560 1567	Pietro Cataneo	I quattro primi libri di architettura R. R.	Fort/Arq
IT.379	1554 1556 1557 1560 1582 1587 1601	Giovanni B. Zanchi	Del modo di fortificar la città R. R. R. R. R. R.	Fort
IT.380	1554 1598	Giovan Battista Bellucci	M. Nuova inventione... R.	Fort
IT.381	1555	Lauro Gorgieri	Trattato della Guerra	M
IT.382	1556 1567	Vitruvio	Daniele Barbaro R.	Fort/Arq
IT.383	1556 1559 1567	Paolo Giovo	Ragionamenti... R. R.	M
IT.384	1556 1557 1566	Girolamo Garimberto	Il Capitano Generale R. R.	M
IT.385	1556	Cesare Fiaschi	Trattato dell'imbrigliare ...	Cav
IT.386	1556 1564	Alessandro Farra	Discorso dell'ufficio del capitano R.	M
IT.387	1557 1567	Giovan Antonio Levo	Discorso R.	M
IT.388	1557 1563 1571 1583 1601	Giacomo Lanteri	Due dialoghi R. R. R. R.	Fort/C/G
IT.389	1558 1559 1566	Ascanio C. degli Ortensi	Il primo discorso di guerra R. R.	M

IT.390	1558	Antonio Girardi	Discorso...	M
IT.391	1559	Giovan M. Cicogna	Informatione della militia turchesca	M
IT.392	1559	Domenicus Cyllenius	Ad. Emanuelum Philibertum...	M
IT.393	1560	Giovanbattista Ferraro	Delle razze, disciplina del cavalcare	Cav
IT.394	1560 1596	Alfonso II duque Ferrara	Sopra la Militia & Ordinanza... R.	M
IT.395	1560?	Valerio Chierac(g)atto	M. La prima parte della militia	M
IT.396	1560	Remigio Nannini	Orationi Militari	M antiga/M
IT.397	c.1560 1599	Francesco de' Marchi	M. Della Architectura militare R.	Fort/A
IT.398	1560?	Giovanbattista Ferraro	Delle razze, disciplina del cavalcare	Cav
IT.399	1560	Marco Mantova Benevides	Dialogo...	Esg
IT.400	1562 1573	Claudio Corte	Il cavallerizzo R.	Cav
IT.401	1562	Giulio Ferretti	Consilia et tractatus...	M
IT.402	1563	Pietrino Belli	De re militari	M
IT.403	1563	Girolamo Cataneo	Tavole brevissime	M
IT.404	1564	Tommaso Porcacchi	Le cagioni delle guerre antiche	M antiga
IT.405	1564 1565 1583 1584	G. Maggi/G. Castriotto	Della fortificatione delle città R. R. R.	Fort/C/M
IT.406	1564 1567 1571 1584 1608	Girolamo Cataneo	Opera Nuova di fortificare R. R. R. R.	Fort/C/A/Pir
IT.407	1566 1589 1608	Pasquale Caracciolo	La gloria del cavallo R. R.	Cav

CONSTRUIRE E DESCONSTRUIRE A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

IT.408	1566 1567	Bernardino Rocca	De' discorsi di guerra R.	M
IT.409	1566 1570 1582	Bernardino Rocca	Impresi, stratagemmi et errore militari R. R.	M
IT.410	1566	Bernardino Bombini	Discorso...	M
IT.411	1566 1572	Aurelio Cicuta	Della disciplina militare R.	M
IT.412	1567	Giovanni Camerata	Questione...	M
IT.413	1567	Domenico Mora	Tre Quesiti in Dialogo	Fort/M
IT.414	1567	Giovan M. Cicogna	Primo libro del trattato militare	M
IT.415	1567 1569	Giulio Barbarano	Promptuarium R.	M/Hist antiga
IT.416	1568 1576 1580 1604	Francesco Ferretti	Della osservanza militare R. R. R.	M
IT.417	1568 1589	Francesco Ferretti	Dialoghi... R.	Fort/C/M
IT.418	1568 1572 1578 1583 1595 1630	Girolamo Ruscelli	Precetti della militia moderna... R. R. R. R. R.	M/Pir
IT.419	1569 1570 1608	Domenico Mora	Il soldato R. R.	Fort/M
IT.420	1569	Antonio Possevino	Il soldato christiano	M
IT.421	1569 1575 1585 1588 1589 1617	Carlo Theti	Discorsi delle fortificationi R. R. R. R. R.	Fort
IT.422	1569	M. Giulio Ballino	De' Disegni delle piu illustri città...	Arq/Fort
IT.423	1569	J. Jiménez de Urrea	T. E.109	M

IT.424	1570	Giacomo di Grassi	Ragioni di adoprar sicuramente l'arme	Esg
IT.425	1570 1575	Galasso Alghisi	Delle fortificazioni R.	Fort
IT.426	1570	Bartolomeo Ciampi	M. La nuova maniera...	Fort
IT.427	1571	Giovanni Antonio Levo	Discorso intorno alcune proposte...	M/M antiga
IT.428	1571	Girolamo Cataneo	Dell'Arte militare libro tre R.	Fort/C/A/M/Pir
IT.429	1571 1582	Giulio Cesare Brancaccio	M. Discorso della milizia R.	M
IT.430	1572 1592	Francesco Serdonati	De' fatti d'armi de' romani R.	M antiga
IT.431	1573 1580	Francesco Bocchi	Dialoghi R.	M
IT.432	1574	Frontino	T. (G. Frontino)	
IT.433	1575	Vincenzo Locatelli	Invito generale ai professori...	Arq/Fort
IT.434	1575	Gregorio Zuccolo	I discorsi...	Fort/M
IT.435	1575 1575	Julius Caesar	T. R.	
IT.436	1576	Lorenzo Capelonni	Ragionamenti historici politici	M
IT.437	1577?	Girolamo Cataneo ?	Arte di fare le armi et i fucili ?	A
IT.438	1578 1588	Angelo Vizani	Trattato dello schermo R.	M
IT.439	1578	Belisario Acquaviva	...De re militari	M antiga
IT.440	1579	Aurelio de Pasino	Discours...	Arq/Fort/A/M
IT.441	1579	Giovanni B. Isacchi	Inventioni...	M
IT.442	1579 1594 1596	Giacomo Marzari	Scelti documenti in dialogo... R. R.	Art
IT.443	1580	Galvano Galvani	Il castellano	Fort

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

IT.444	1581 1598	Giacinto Barozzi	Seconda proposta... R.	F
IT.445	1581 1585	Giulio C. Brancaccio	Della nuova disciplina... R.	M
IT.446	1581 1595 1608	Diomede Carafa	Gli ammaestramenti militari... R. R.	M
IT.447	1581	Guido U. del Monte	Le meccaniche ...	M
IT.448	1582 1583	Francesco della Rovere	Discorsi militari R.	Fort/M
IT.449	1582 1601	Belisario Acquaviva	Architettura militare R.	Fort/M
IT.450	1582	S. Colonna	Calcolo della castramentatione	C
IT.451	1583 1586	Cesare d'Evoli	Delle ordinanze et battaglie R.	M
IT.452	1583	Domenico Mammarelli	Discorsi militari	M
IT.453	1583	Francesco P. da Cherso	La militia romana	M antiga
IT.454	1583	Latino Orsini	Del radio latino	G/A
IT.455	1584	Vicenzo Borghini	Delle colonie militari	M
IT.456	1584	Girolamo Cataneo	Dell'Arte Militare libro cinque	G/Fort/C/A/M/P
IT.457	1585 1598	Gabriello Busca	Della espugatione et difesa... R.	Fort/M
IT.458	1585	Camillo Agrippa	Dialogo...	Fort/M
IT.459	1585	Giacopo Aconzio	<i>M.Ars Muniendorum oppidorum</i>	Fort
IT.460	1586	Zaccaria Schiavina	Breve esame intorno l'artegliarie...	A
IT.461	1586 1602 1612	León VI	Trattato ... R. R.	M antiga
IT.462	1587	Antonio Lupicini	Discorsi Militari	Fort/M
IT.463	1588	Agostino Ramelli	Le diverse et artificiose machine	?

Anexo

IT.464	1589	Domenico Mora	Il Cavaliere ...	M
IT.465	1589	Alexandro Andrea	De la guerra de campaña de Roma...	Hist
IT.466	1589 1589 1612	Alberico Gentili	De jure belli R. R.	M
IT.467	1589	Polieno	T.	M antiga
IT.468	1590	Giambattista Nazzari	Scelti documenti ai scolari bombardieri	A
IT.469	1590	Ubalдино Petruccio	Discourse ...	M/Gn
IT.470	1592 1592 1605 1606	Eugenio Gentilini	Discorso intorno alle fortezze... R. R. R.	Fort/A
IT.471	1592	Antonio Possevino	De Nuae militis Galli scriptis	M antiga
IT.472	1592 1599 1613 1617 1624 1626	Girolamo Franchetta	L'Idea del governo di stato R. R. R. R.	M
IT.473	1593	G. Guilleo	Discorso sopra i fatti d'Annibale	M antiga
IT.474	1593 1593 1599 1602 1607 1622	Ammirato Scipione	Discorsi... sopra Cornelio Tacito R. R. R. R. R.	M antiga/M
IT.475	1594	Francesco P. da Cherso	Paralleli militari v.1	M antiga/M
IT.476	1594	Galileo Galilei	Breve Instruzione...	Fort
IT.477	1595 1597	Bartolomeo Romano	Proteo militare R.	G/A/M
IT.478	1595	Galileo Galilei	Trattato di fortificazione	Fort
IT.479	1595	Francesco P. da Cherso	Paralleli militari v. 2	M/ antiga/M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

IT.480	1596 1597 1609	Buonaiuto Lorini	Delle fortificazioni, libri cinque R. R.	Fort
IT.481	1596	Giulio Roscio	Elogia militaria	M
IT.482	1596 1627	Giovanni Scala	Della pratica della Geometria ... R.	G/Fort
IT.483	1596 1603 1611	Bernardino de Mendoza	T. E.129 R. R.	M
IT.484	1596	Ipollitto Boschi	De vulneribus a bellico...	M
IT.485	1596	Ubal dini Petruccio	Militia del Gran Duca di Thoscana	M
IT.486	1597	Vespasiano Romani	Trattato et modo di difendere...	Fort/M
IT.487	1598	Giovan B. Bellucci	Nueva inventioni di fabricar fortezze	Fort
IT.488	1598	Giorgio Vasari (o novo)	M. Città ideale...	Arq/Fort
IT.489	1598	Cornelio Bentivoglio	Discorso delle fortificazione	Fort
IT.490	1598	Francisco de Valdés	T. E.114 (E. Deuchino)	M
IT.491	1598	Giovanni Botero	Della eccellenza de gli antichi...	M antiga
IT.492	1598 1618	Alessandro Capobianco	Corona e palma militare ... R.	Fort/A
IT.493	1599 1601	Pier Maria Contarini	Corso di guerra... R.	M
IT.494	1599 1614	Mario Savorgnano	Arte Militare Terrestre e Maritima... R.	A/M
IT.495	1599	Francesco de Capitano	Della architectura militare	Fort
IT.496	1599 1612 1617	Alberico Gentili	De armis romanis Libri duo R. R.	M antiga
IT.497	1600 1606 1613 1619	Bartolomeo Pellicciare	Avertimenti militari R. R. R.	M

Anexo

IT.498	1600 1600	Achille Tarducci	Delle machine et quartieri... R.	M antiga/M
IT.499	1600	Girolamo Cataneo	T. (latim) IT.460 R.	G/fort/C/A/M/ Pir
IT.500	1600 1610	Alessandro Malatesta	Trattato universale ... R.	M
IT.501	16?	Fillippo Terzi	M.	Arq/A
IT.502	1601 1601 1619	Gabriello Busca	L'Architettura Militare R. R.	Fort
IT.503	1601	Giuseppe Bacci	Trattato di bataglie...	M
IT.504	1601	P. Filingerio	Il soldado fedele usato alla guerra	M
IT.505	1601	Giovanni Botero	Discorso intorno della fortificazione	Fort
IT.506	1602	P.A. Ferraro	Caballo frenato	Cav
IT.507	1602 1603 1604	Giovanni F. Fiammelli	Il príncipe christiano guerriero R. R.	Fort/M
IT.508	1603	Giovanni F. Fiammelli	Modo di bem mettere ordinanza...	M
IT.509	1603	Gio Battista Olevano	Trattato	
IT.510	1603	Alberto Cassani	Essercitio militare	M
IT.511	1604	Giovanni Altoni	Il soldato della scienza et arte...	M
IT.512	1604 1620?	Imperiale Cinuzzi	La vera militare disciplina... R.	M antiga/M
IT.513	1606 1612 1626	Giorgio Basta	Il maestro di campo generale R. R.	M
IT.514	1606	Giorgio Basta	Del governo dell'artigleria	A
IT.515	1606	Girolamo Eugeni	Memoriale di guerra	Fort
IT.516	1606 1619	Galileu Galilei	Le operazioni del campazo ... R.	Fort/A

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

IT.517	1606 1619 1624	Salvatore Fabris	Della vera pratica et scienza d'armi R. R.	M
IT.518	1606	Cesare Palazzuolo	Il soldato di Santa Chiesa	M
IT.519	1606	Giovanni F. Fiammelli	I quesiti militari	M
IT.520	1607 1621 1627	Vittorio Zonca	Novo Teatro di machini et edificci R. R.	Arq/Fort/A
IT.521	1607	Giovanni Botero	Il capitani...	M
IT.522	1607	Francisco Arias	T. E.126 (E. Satini)	M
IT.523	1608	Francesco Serdonati	De'vantaggi da piligliarsi...	M
IT.524	1608	António Pinelli	Breve examina...	A
IT.525	1608	Guilio Balziani	Brevi regoli per formare squadroni	M
IT.526	1608	Giovanni B. Colombina	Origine, eccellenza e necessita...	M
IT.527	1608	Giovanni B. Porta	De munitione libri tre	A
IT.528	1609	Caspar Facius	Axiomata bellica	M
IT.529	1609	Giovanni Soranzo	L'idea del cavaliere	Cav
IT.530	1609	Giuseppe Righi	Breve dichiarazione...	M
IT.531	1610	Giovanni Rinaldini	Discorsi sopra la fortrezze	Fort
IT.532	1610	Matteo Bacellini	Aforismi politici e militari	M
IT.533	1610 1620 1626	Lelio Brancaccio	I carichi militari R. R.	M
IT.534	1610	Modestino Stilliola	Vera disciplina degli antichi ...	M antiga/M
IT.535	1610	Santo d'Aiello	Istruttione d'artiglieri	A
IT.536	1611	Alessandro Balducci	Della Militia	M

Anexo

IT.537	1611	Fausto del Bufalo	Breve discorso ...	M
IT.538	1611	Cristobal Lechuga	T. E.158 (Giorgio Basta)	A
IT.539	1612	Alexandro Andrea	Degli ordini e governo de la guerra	M antiga
IT.540	1612	Eugenio Gentilini	Breve disciplina a simpli artiglieri	A
IT.541	1612	Pietro A. Cannonieri	Delle cause dell'infelicit� ...	M
IT.542	1612 1612 1616 1626	Giorgio Basta	Gobierno de la cavaleria ligera R. R. R.	Cav
IT.543	1613	Flamino della Croce	Teatro militare	M
IT.544	1614 1616	Fabio Frezza	Massime, regole et precetti... R.	M
IT.545	1615	Vincenzo Scamozzi	L'Idea dell'Architettura Universale	Arq/Fort
IT.546	1615	Marc'Antonio d'Orgio	Discorso militari	M
IT.547	1616 1620	Alessandro Cavalca	Essamini militare R.	Fort/M
IT.548	1617	Bartolomeo Pellicciare	Universali istruttione...	Cav
IT.549	1617	Alessandro de Groote	Neovallia	Fort
IT.550	1617	Cervellino Enea	M. Militare disciplina	Fort/M
IT.551	1617	Vincent I de Mantua	Ordine et privilegi della militia ...	M
IT.552	1618 1621	Pietro Sardi	La corona imperiale... R.	Fort
IT.553	1620	Pietro Antonio Barca	Avertimenti...	Fort/Arq/M/G
IT.554	1620	G. Ruta	Tavola di fortificazione	Fort
IT.555	1620	Fabio Gallo	Regole de'squadroni d'infanteria	M
IT.556	1621	Pietro Sardi	L'artiglieria	A

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

IT.557	1621	Bonaventura Pistofilo	Oplomachia	M
IT.558	1622?	Leonardo Turriano	M. Dos discursos de Leonardo Turriano	Fort
IT.559	?	Leonardo Turriano	M. Descrição e historia...	Fort
IT.560	1623	Alessandro Malatesta	Trattato universale...	M
IT.561	1624	Francesco Tensini	La fortificatione, guardia, difesa ...	Fort/M
IT.562	1625	Leone Zambelli	Il savio industrioso...	M
IT.563	1625	Lorenzo Angeli	Estratto e brevissimo ristretto...	Fort
IT.564	1625 1629	Giuliano Bossi	Breve Trattato ... R.	M
IT.565	1625 1628 1629	Flamino della Croce	L'esercitio delle caballerie R. R.	Cav
IT.566	1627	?	Capitoli e leggi per i soldati ...	M
IT.567	1627	Matteo Oddi	Precetti di architettura militare	Fort
IT.568	1628	Camillo Zonta	Il capitano d'artigleria	Fort
IT.569	1628	T. Sperandio	Breve compendio dell'arte militare	M
IT.570	1628	Antonio Sarti	I creposcoli del Torneo delle militare	M
IT.571	1629	Ludovico Giorgi	Istruzioni per soldati novelli...	M
IT.572	1629	Orlando Rossetti	Corona de'bombardieri	A
IT.573	1630	Paolo Sarti	L'archivio di diverse lettione militari	M
IT.574	1630	Pietro Paolo Floriani	Difesa et offesa della Piazze	M
IT.575	1630	Antonio Sarti	La reale et regolare fortificatione	Fort

PORTUGUESES

	<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Tema</i>
P.582	c.1570?	Martim Afonso de Melo	<i>M.</i> Regimento de Guerra	M/Cav
P.583	c.1570 1612	Diogo do Couto	<i>M</i> O soldado prático <i>M. R.</i>	M
P.584	1571	Francisco de Holanda	<i>M.</i> Da fábrica que falece...	Fort/Arq
P.585	c.1575?	Simão M. de Távora	<i>M.</i> Tratado da Milícia	M
P.586	1573	Isidoro de Almeida	O 4º livro das instruções militares	M
P.587	1573	João da Fonseca	<i>M.</i> Dialogo, e Discurso militar	M
P.588	c.1574?	D. Sebastião de Portugal	<i>M.</i> Da forma dos Exércitos	Fort/C/M
P.589	c.1578 1627 1630	?	Primor e honra da vida soldadesca <i>R.</i> <i>R.</i>	M
P.590	?	António Rodrigues?	<i>M.</i> Tratado de arquitectura	Fort/Arq
P.591	1581-89	Bartolomeu Filipe	<i>M.</i> Tratado da Milícia	M
P.592	1588?	?	<i>M. De Re Militari</i>	M/Cav
P.593	1590 1597 1605	Francisco Antonio	Avisos para soldados... <i>R.</i> <i>R.</i>	M

CONSTRUIR E DESCONSTRUIR A GUERRA EM PORTUGAL (1568-1598)

P.594	1593-95	António M. Caldeira?	<i>M.</i> Livro de Milícia	M
P.595	1595	Francisco C. Pereira	<i>M.</i> Tratado do provimento de guerra	M
P.596	1596?	Nuno Velho Pereira	<i>M.</i> livro do cerco de Chaul...	M
P.597	1597	Luís Álvaro Seco	<i>M.</i> Anotações ao Quarto Livro...	M
P.598	15991630	Francisco R. da Silveira	Reformação da Milícia... <i>R.</i>	M
P.599	1611	Luís M. de Vasconcelos	Arte Militar	M
P.600	1621	Fernando A. de Castro	Aphorismos...	M
P.601	1629	Pedro Galego	Tratado da Gineta	Cav

Notas

¹ Autor de tratados sobre geometria, perspectiva e proporções.

² Walther Hermann Ryff. Autor de vários tratados dedicados exclusivamente à arquitetura.

³ Barão Von Hoheneck.

⁴ Inclui o tratado de Gheyn.

⁵ Jean Gruytere, nascido em Antuérpia (1560.1627).

⁶ Autor de um tratado sobre aritmética.

⁷ Pseudónimo de Thomas Becon (Maurice Cockle, *op. cit.*).

⁸ Roger Ascham correspondeu-se com Jerónimo Osório.

⁹ Edição abreviada do tratado de Grissone.

¹⁰ Autor de um tratado de arquitectura